

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 110/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Unidades Agregadas: Secretaria de Energia Elétrica (SEE), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE), Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG), Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), e o Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AEGE - Assessoria Especial de Gestão Estratégica
AID - Associação de Desenvolvimento Internacional
ANA - Agência Nacional de Águas
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APM - Aproveitamento de Usos Múltiplos de Manso
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CELPA - Central Elétrica do Pará
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins
CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CODIV - Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública
COFIEIX - Comissão de Financiamento Externo
CPRM - Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais
CTI - Cooperação Técnica Internacional
DMSE - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico
DN - Decisão Normativa
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU - Diário Oficial da União
DPL - Development Policies Loan
EIA -. Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético
FPSO - Floating Production Storage and Offloading (Plataforma Flutuante de Produção e Estocagem)
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GM - Gabinete do Ministro
GPAC - Grupos do PAC
GTEC/COFIEIX - Grupo Técnico Executivo do COFIEIX
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei de Orçamento Anual
LpT - Programa Luz para Todos
MEC – Ministério da Educação
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NESA - Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental da Secretaria-Executiva do MME
OSPF - Órgãos Setoriais de Programação Financeira
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCT - Projeto de Cooperação Técnica.
PNUD/BRA 01-39 - Projeto de Apoio à Reestruturação do Setor Energético
PNUD/BRA 99-011 - Projeto de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil
POA - Plano Operativo Anual
PPA - Plano Plurianual
SBQC - Seleção Baseada na Qualidade Custo
SE - Secretaria-Executiva
SEAIN/MP - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SECEX - Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União
SEE - Secretaria de Energia Elétrica

SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno.
SFD - Sistemas Fotovoltaicos Domiciliares
SGM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISG - Sistema de Serviços Gerais
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
SPG - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis
SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
STN/MF - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TCU - Tribunal de Contas da União
UGP - Unidade Gestora de Programas
UHE - Usina Hidrelétrica
UTE - Usina Termelétrica
UTN – Usina Termonuclear
VGP - Unidade Gestora de Programas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia	8
Figura 2: Organização Institucional do Setor Elétrico Brasileiro	15
Figura 3: Organização do Setor de Mineração	17
Figura 4: Roteiro para o ciclo de Planejamento Governamental 2010	20
Figura 5: Dotação/Pagamento - 31/12/2010 - R\$	128
Figura 6: Execução Orçamentária e Financeira em 2010	128

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Quadro de identificação da SE	10
Tabela II: Quadro de identificação da SEE.....	10
Tabela III: Quadro de identificação da SPE	11
Tabela IV: Quadro de identificação da SPG.....	11
Tabela V: Quadro de identificação da SGM	12
Tabela VI: Identificação das Unidades Orçamentárias (Quadro A.2.3).....	21
Tabela VII: Programação das Despesas Correntes (Quadro A.2.4)	22
Tabela VIII: Programação das Despesas de Capital (Quadro A.2.5)	22
Tabela IX: Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência (Quadro A.2.6)	23
Tabela X: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.2.7)	24
Tabela XI: Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da SE (Quadro A.2.8)	26
Tabela XII: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.9)	27
Tabela XIII: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.10).....	28
Tabela XIV: Demandas (OUVIR).....	50
Tabela XV: Demandas por Áreas de Interesse	51
Tabela XVI: Resumo de Atividades (ASSINT).....	56
Tabela XVII: Redação (Produção de Textos)	58
Tabela XVIII: Expedições.....	58
Tabela XIX: Tramitações	58
Tabela XX: Estrutura de controles internos da SE (Quadro A.9.1)	85
Tabela XXI: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Quadro A.15.4)	90
Tabela XXII: Valor do Empréstimo (ESTAL)	101
Tabela XXIII: Resumo dos Projetos PNUD	102
Tabela XXIV: Resumo dos Projetos	103
Tabela XXV: Categorias do ESTAL	103
Tabela XXVI: Componentes do ESTAL	104
Tabela XXVII: Valor da Cooperação Técnica BRA 01/039	105
Tabela XXVIII: Valor da Cooperação Técnica BRA 99/011	106
Tabela XXIX: Valor da Cooperação Técnica BRA 08/012	107
Tabela XXX: Objetivos BRA 01/039.....	108
Tabela XXXI: Objetivos BRA 99/011.....	109
Tabela XXXII: Execução Física das ações realizadas pela Diretoria de Programas	114
Tabela XXXIII: Execução Física das ações realizadas pela Diretoria de Programas	114
Tabela XXXIV: Identificação das Unidades Orçamentárias.....	114
Tabela XXXV: Contratações Realizadas.....	115
Tabela XXXVI: Contratações Realizadas.....	115
Tabela XXXVII: Resumo da Execução Física - Período 01/01 a 15/12/2010	115
Tabela XXXVIII: Execução Física do BRA 01/039	116
Tabela XXXIX: Execução Física BRA 99/011.....	117
Tabela XL: Resumo Geral das Ações Previstas/ Realizadas em 2010	118
Tabela XLI: Execução Física das ações realizadas	118
Tabela XLII: Indicadores ESTAL	119
Tabela XLIII: Indicadores BRA 01/039	119
Tabela XLIV: Indicadores BRA 99/011.....	120

Tabela XLV: Indicadores BRA 08/012	120
Tabela XLVI: Orçamento do Projeto ESTAL	121
Tabela XLVII: Orçamento ESTAL - LOA	122
Tabela XLVIII: Cronograma Financeiro do ESTAL.....	123
Tabela XLIX: Demonstrativo da Programação Orçamentária BRA 01/039 – 2009/2010	124
Tabela L: Demonstrativo da Programação Orçamentária BRA 99/011– 2009/2010	125
Tabela LI: Linha Orçamentária - BRA 08/012	125
Tabela LII: Ações do BRA 08/012 – para 2010	126
Tabela LIII: Discriminação da Despesa por Objetivos	126
Tabela LIV: Execução Orçamentária e Financeira ESTAL	127
Tabela LV: Execução Orçamentária e Financeira em 2010 - R\$	128
Tabela LVI: Programação de Despesas Correntes	129
Tabela LVII: Resumo da Programação de Despesas	130
Tabela LVIII: Pedido de Desembolso.....	131
Tabela LIX: Amortização da Dívida	131
Tabela LX: Programação de Despesas Capital	132
Tabela LXI: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da Diretoria de Programas.....	133
Tabela LXII: Resumo da Execução BRA 01/039	134
Tabela LXIII: Resumo da Execução BRA 99/011	135
Tabela LXIV: Ações Realizadas BRA 08/012	136
Tabela LXV: Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	137
Tabela LXVI: Quadro de Colaboradores do ESTAL.....	138
Tabela LXVII: Quadro de Colaboradores do IICA.....	139
Tabela LXVIII: Estrutura de controles internos da Diretoria de Programas	140
Tabela LXIX: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	143

Sumário

Introdução.....	9
1. Identificação.....	10
2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	12
a) Responsabilidades Institucionais	12
a.I) Competência Institucional	17
a.II) Objetivos Estratégicos	18
b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	19
b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	19
b.II) Análise do Plano de Ação	21
c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da SE	21
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SE	21
c.II) Execução Física das Ações.....	21
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	21
d.I) Programação Orçamentária e das Despesas	21
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	26
d.III) Indicadores Institucionais	29
e) Principais Realizações do MME	29
e.I) Programa de Aceleração do Crescimento	29
e.II) Realizações das Diversas Áreas que Compõem a Secretaria-Executiva.....	32
e.II.1) Atividades do Gabinete da Secretaria-Executiva	32
e.II.2) Atividades da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE.....	38
e.II.3) Atividades do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental da Secretaria-Executiva – NESA	41
e.III) Atividades do Gabinete do Ministro	46
f) Avaliação Sistêmica	59
f.I) Secretaria de Energia Elétrica – SEE	59
f.II) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE	63
f.III) Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG.....	67
f.IV) Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM.....	79
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	84
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	84
5. Recursos Humanos da Secretaria-Executiva.....	84
6. Informação sobre Transferências	85
7. Declaração da Área Responsável sobre Convênios e Contratos	85
8. Declarações de Bens e Rendas	85

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	85
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade	88
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SE.....	88
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SE.....	88
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	88
14. Renúncia Tributária.....	88
15. Determinações e/ou Recomendações do TCU	88
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	89
16.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	89
16.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	90
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela SE para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.....	91
Parte B – Item 1 – Declaração do Contador	91
Resultados e Conclusões	94
Anexo: Diretoria de Programas – Projeto Estal/PNUD	95
Relatórios Agregados	147

Apresenta-se abaixo o organograma atual do Ministério de Minas e Energia:

Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia

Ministério de Minas e Energia - MME

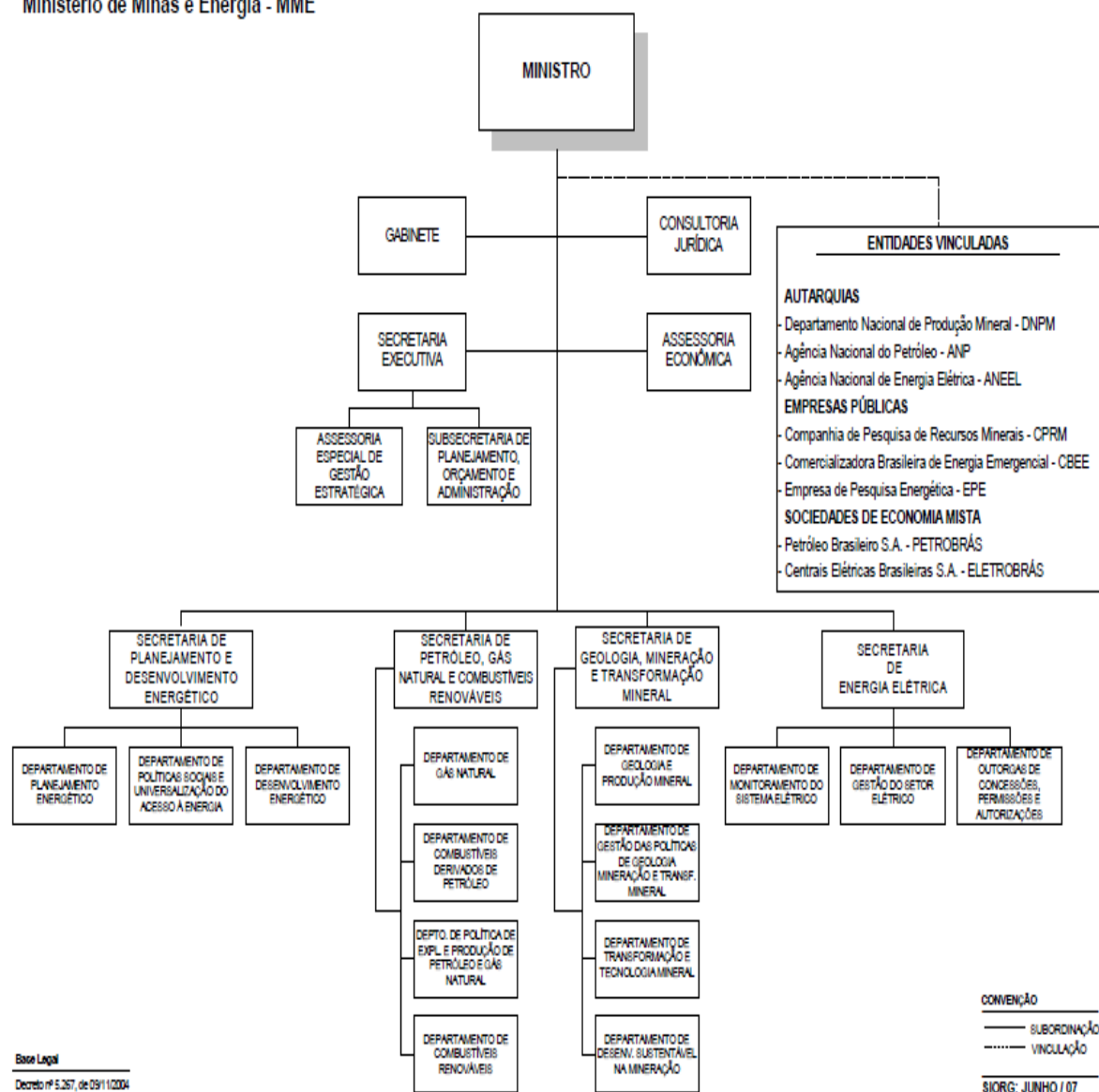


Figura 1: Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia¹

¹ O organograma constante do SIOrg acima apresenta a CBEE como entidade vinculada - empresa pública. Entretanto,

Introdução

O presente Relatório tem por finalidade apresentar os principais resultados alcançados pelo Ministério de Minas e Energia – MME, durante o ano de 2010, detalhando a execução dos seus principais Programas, Ações e Atividades.

Foi elaborado em cumprimento às disposições da Decisão Normativa nº 63, de 01 de setembro de 2010, do Tribunal de Contas da União e da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, Norma de Execução nº 3, Anexo I da Portaria nº 2546, de 27 de dezembro de 2010 da Controladoria Geral da União – CGU, que orientam e tratam dos procedimentos de apresentação dos Relatórios de Gestão e dos Processos Anuais de Contas, segue a estrutura determinada pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Portaria TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010, que divulga os quadros para elaboração dos conteúdos gerais e no conjunto de Orientações Gerais publicadas pelo TCU.

Este Relatório de Gestão da Secretaria-Executiva agrega as informações sobre a gestão das seguintes Unidades: Gabinete do Ministro (GM); Diretoria de Programa (em anexo); Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AEGE), Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental da Secretaria-Executiva (NESA), unidade ainda informal; Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), Secretaria de Energia Elétrica (SEE), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE); Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG) e o da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA que, pelos termos do anexo 1 da DN nº 107 do TCU, deverá apresentar seu Relatório de forma independente.

Os itens da Parte A da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 que não se aplicam à Secretaria-Executiva (excluindo Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, em razão da exigência do TCU na apresentação do Relatório da SPOA de forma independente) são os seguintes:

- Item 2, letra “c” - “Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade”;
- Item 3 - “Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”;
- Item 4 - “Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e Os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores”;
- Item 6 - “Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.”;
- Item 7 - “Declaração da Área Responsável”;
- Item 8 - “Declarações de Bens e Rendas”;
- Item 10 - “Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras”;
- Item 11- “Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ”;
- Item 12 - “Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI)”;
- Item 13 - “Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.”;
- Item 14 - “Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social”;
- Item 15 – “Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU”.

As informações relativas ao item 5 - Recursos Humanos da Unidade, são responsabilidades da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME.

1. Identificação

Identificação de Relatório de Gestão Agregado

Secretaria-Executiva – SE

Tabela I: Quadro de identificação da SE

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia		Código SIORG: 02852
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora		
Denominação completa: Secretaria-Executiva		
Denominação abreviada: SE		
Código SIORG: 03245	Código na LOA: 32101	Código SIAFI: 320011
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:		(061) 3319-5627
Endereço eletrônico: secex@mme.gov.br		
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/se		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP 70.065-900, Brasília – Distrito Federal.		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A Lei nº 10.683/2003 institui que o Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I – geologia, recursos minerais e energéticos; II – aproveitamento da energia hidráulica; III – mineração e metalurgia; e IV – petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e a estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Deriva da Lei mencionada as competências das secretarias do MME regulamentadas pelo Decreto nº 5.267, de 09 de Novembro de 2004, publicado no DOU de 10 de Novembro de 2004, institui as competências regimentais da SE, SEE, SPE, SPG e SGM.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Não se aplica		

Tabela II: Quadro de identificação da SEE

Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas		
Número de Ordem: 1		
Denominação completa: Secretaria de Energia Elétrica		
Denominação abreviada: SEE		
Código SIORG: 1919	Código na LOA: 32101	Código SIAFI: 320013
Situação: Ativa		

Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Energia Elétrica			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 3319-5923	(61) 3319-5013	(61) 3319-5948
Endereço eletrônico: see@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/see/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios; Bloco U; Brasília DF; CEP 70.065-900; 6º Andar; Sala 603.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto. Nº 5.267, de 09/11/2004; DOU de 10/11/2004 e republicado em 17/11/2004 e Port. nº 144, de 26/06/2006; DOU de 26/06/2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE, manual do Programa Luz para Todos, etc.			

Tabela III: Quadro de identificação da SPE

Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 2			
Denominação completa: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			
Denominação abreviada: SPDE			
Código SIORG: 1917		Código na LOA: 320010	
Código SIAFI: 320010			
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3319-5019	(061) 3319-5762	(061) 3319-5185
Endereço eletrônico: spe@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/spe			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco “U” 5º andar, sala 500			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 5.267, de 9/11/2004			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria nº 144, de 23/6/2006			

Tabela IV: Quadro de identificação da SPG

Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadas			
Número de Ordem: 3			
Denominação completa: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis			
Denominação abreviada: SPG			
Código SIORG: 80045	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 320017
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público.			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 33199-5511	(61) 3319-5103	(61) 3319-5626

Endereço eletrônico: spg@mme.gov.br
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/spg/
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 9º Andar, Brasília/DF 70.065-900
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE

Tabela V: Quadro de identificação da SGM

Identificação da Unidade Jurisdicionada agregada			
Número de Ordem: 4			
Denominação completa: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.			
Denominação abreviada: SGM			
Código SIORG: 80058		Código LOA: 32101	
		Código SIAFI: 320012	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Serviços técnicos em Geologia			Código CNAE: 7119-7/02
Telefones/Fax de contato:	(061) 3319-5555	(061) 3319-5175	(061) 3319-5949
E-mail: mineracao@mme.gov.br			
Página na Internet: http://www.mme.gov.br/sgm			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 4º Andar, CEP 70065-900, Brasília/ DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Lei nº 10.683/2003 institui que o Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I – geologia, recursos minerais e energéticos; II – aproveitamento da energia hidráulica; III – mineração e metalurgia; e IV – petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.267, de 09 de novembro de 2004, publicado no DOU de 10 de novembro de 2004, institui as competências regimentais da SGM.			

2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro

a) Responsabilidades Institucionais

O Ministério de Minas e Energia - MME, como órgão setorial da União, tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos minerais e energéticos, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico e social

do País, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com sustentabilidade ambiental.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o MME tem focado sua ação na formulação, na implementação e avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, que é importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de empregos e de novos investimentos produtivos.

As ações do MME, dada a horizontalidade do tema, buscam-se integradas com as de outros órgãos setoriais, a exemplo dos que atuam nas áreas de transporte, agricultura, indústria e comércio, integração nacional, ciência e tecnologia, além de meio ambiente. Neste sentido espera-se produzir uma ação pública organizada e coordenada com o poder público e com os desejos da sociedade.

• **Setor de Energia**

O Conselho Nacional de Política Energética- CNPE, criado pela Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, é órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes de energia. O Presidente do Conselho é o Ministro de Minas e Energia e o Secretário Executivo do MME, juntamente com a empresa de Pesquisa Energética – EPE, vinculada ao MME, também participam desse Conselho.

As políticas e diretrizes de energia formuladas são destinadas a:

I – promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País, em conformidade com o disposto na legislação aplicável;

II – assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País, submetendo as medidas específicas ao Congresso Nacional, quando implicarem criação de subsídios, observado o disposto no parágrafo único do artigo 73 da Lei n.º 9.478, de 1997;

III – rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis;

IV – estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, de outras biomassas, do carvão e da energia termonuclear;

V – estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seu derivados, gás natural e condensado, e assegurar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o artigo 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991.

A composição desse Conselho está definida no Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000.

Sendo um órgão de representação interministerial das unidades federadas e da sociedade civil, existe, no âmbito do CNPE, naturalmente, uma harmonização das políticas públicas e das diretrizes para o setor de energia, bem como o comprometimento destas com o desenvolvimento sustentável.

Como instrumento de acompanhamento e avaliação permanente, à continuidade e à segurança do suprimento eletroenergético em todo território nacional, o Ministro de Minas e Energia preside o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE, cujas principais atribuições são:

I – acompanhar o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados;

II – avaliar as condições de abastecimento e de atendimento, relativamente às atividades referidas no inciso I deste artigo, em horizontes pré-determinados;

III – realizar periodicamente análise integrada de segurança de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica, de gás natural e petróleo e seus derivados;

IV – identificar dificuldades e obstáculos de caráter técnico, ambiental, comercial, institucional e outros que afetem, ou possam afetar, a regularidade e a segurança de abastecimento e atendimento à expansão dos setores de energia elétrica, gás natural e petróleo e seus derivados; e

V – elaborar propostas de ajustes, soluções e recomendações de ações preventivas ou saneadoras de situações observadas em decorrência da atividade indicada no inciso IV, visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as, quando for o caso, ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.

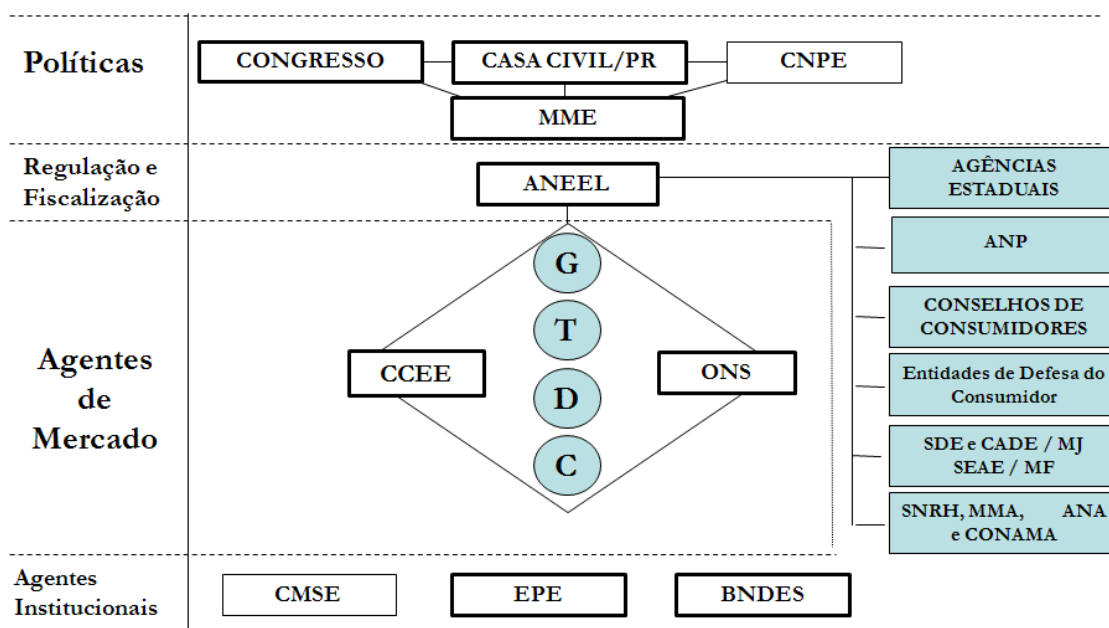
O CMSE é o principal instrumento de acompanhamento de que dispõe o MME para a atuação na execução das políticas públicas com reuniões de periodicidade mensal, para o acompanhamento dos empreendimentos que possuem contrato de concessão.

Dentre as principais atividades de rotina mensalmente acompanhadas nas reuniões do CMSE devem ser citadas: o monitoramento da expansão e transmissão, acompanhamento do índice de gravidade das ocorrências com interrupção no suprimento de energia, a avaliação no atendimento dos mercados de Manaus, Boa Vista e Roraima e a avaliação das condições de atendimento eletroenergético do Sistema Integrado Nacional – SIN.

Além dessas atividades, é também definida, a exportação de energia interruptível para Argentina e Uruguai e mais uma série de atividades de incidência esporádica, tais como a situação do fornecimento de energia elétrica nos municípios afetados por enchentes, etc.

É importante mencionar que o Ministério de Minas e Energia interage também com diversas entidades setoriais, tais como a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, a Câmara de Comercialização de Energia-CCEE e com Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

A figura 2, a seguir, indica a estrutura dos órgãos e entidades envolvidas no planejamento estratégico do Setor Elétrico Brasileiro.



LEGENDA

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
 CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
 CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
 SDE – Secretaria de Direito Econômico
 CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
 SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico
 SNRH - Secretaria Nacional de Recursos Hídricos
 CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
 ANA – Agência Nacional de Águas
 MF – Ministério da Fazenda
 ONS – Operador Nacional do Sistema

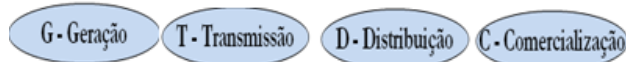


Figura 2: Organização Institucional do Setor Elétrico Brasileiro

O MME atua no acompanhamento e monitoramento do setor de petróleo e gás natural e combustíveis renováveis interagindo com a Agência Reguladora - ANP, participando no processo de elaboração dos editais e contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A ANP implementa as rodadas de licitações para blocos exploratórios ou campos marginais de acordo com as diretrizes do CNPE, aprovadas pelo Presidente da República.

Com relação ao mercado de biodiesel no País, o MME estabelece as diretrizes específicas para realização dos leilões pela ANP, incluindo, entre outros, a data do leilão, o período de entrega e o volume a ser contratado;

Além disso, o MME monitora, a partir dos dados encaminhados pela ANP, o desempenho do volume contratado e efetivamente entregue. Trata-se de um instrumento que avalia a política pública que determinou que todo o biodiesel para a mistura obrigatória fosse contratado mediante leilões públicos, utilizando matéria prima nacional, além da determinação que no mínimo 80% do biodiesel seja contratado de empresas detentoras do selo combustível social;

Para o efetivo monitoramento do mercado de combustíveis, o MME elabora mensalmente boletins nas áreas de gás natural, derivados de petróleo e combustíveis renováveis. Essas informações são recebidas da ANP, Petrobras, Abegas, Única, Esalq, e do MAPA.

A partir da quebra do monopólio estatal, anteriormente exercido pela Petrobras, este Ministério de Minas e Energia se relaciona não só com a Petrobras, mas com todas as entidades representantes do setor. A SPG não possui instrumentos de intervenção na Petrobras, contudo, esta Secretaria atua como interlocutora entre as empresas do setor energético e outros entes públicos. Salienta-se também que a SPG/MME não possui contrato de gestão com Petrobras, sendo as metas desta empresa definidas por meio do orçamento de investimento.

- **Setor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.**

Para cumprir a legislação mineral vigente e estabelecer as políticas para o setor, o MME conta com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, criada pelo Decreto 5.267/04, e com outras duas instituições vinculadas, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, autarquia reguladora da produção mineral, responsável pelas ações operacionais de outorga, fiscalização, arrecadação e fomento mineral e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM, o Serviço Geológico do Brasil, responsável pela produção e difusão do conhecimento geológico territorial nacional.

A SGM, que atua como formuladora das políticas de geologia, mineração e transformação mineral é a responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atividades desempenhadas pela autarquia, pela coordenação do processo de concessões de direitos minerais e pela supervisão do controle e da fiscalização da exploração e produção dos bens minerais.

O DNPM tem por finalidade promover a regulação das atividades de mineração, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, com vistas a dotar o país de vantagens comparativas e competitivas.

A CPRM, vinculada ao MME pela Lei nº 8.970 de 28 de dezembro de 1994, tem a função de gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Compete à SGM o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor mineral e para isso é imprescindível o conhecimento geológico do território brasileiro, o qual é realizado pela CPRM. Nesse sentido a SGM coordena e acompanha os estudos geológicos realizados pela CPRM, os quais compõem programas estratégicos do Governo.

A figura 3, a seguir, indica a organização do Setor de Mineração:



Figura 3: Organização do Setor de Mineração

a.I) Competência Institucional

A Unidade Jurisdicionada Agregadora – Secretaria-Executiva, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, tem as seguintes atribuições definidas no Decreto nº 5.267, de 09/11/2004:

- I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas;
- II - supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério;
- III - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;
- IV - coordenar, orientar, supervisionar e consolidar o processo de elaboração do orçamento de investimento e do programa de dispêndios globais das entidades vinculadas, promovendo a articulação desses agentes com o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;
- V - prestar assistência ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE; e
- VI - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações da área de competência do Ministério.

A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA. Os sistemas de planejamento e de orçamento federal (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN) são coordenados por meio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE e pela SPOA.

a.II) Objetivos Estratégicos

As políticas públicas estão sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME e, por via de consequência, compete à Secretaria-Executiva auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação de suas ações na área de competência do Ministério, coordenando e supervisionando as Secretarias Finalísticas.

A Secretaria-Executiva buscou atingir durante o exercício, ao supervisionar Programas, Ações e Atividades e ao cumprir suas atribuições, os objetivos estratégicos definidos na elaboração do Plano Plurianual (PPA), período 2008~2011. Dentre aqueles objetivos, pode-se selecionar os seguintes, como os mais importantes às funções desempenhadas pelo MME:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, a geração de empregos e a distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura energética eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

Desses objetivos do Governo, derivam objetivos setoriais para o MME, também colocadas no PPA. São os seguintes:

- Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional por um processo de planejamento participativo, que promova a diversificação da matriz energética, o uso de fontes renováveis, a eficiência e conservação de energia, incentivando a integração energética, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor e sua integração com outros países;
- Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade e confiabilidade, sob regras econômico-financeiras e políticas que permitam a remuneração atrativa dos investimentos, em harmonia com os princípios da modicidade tarifária, do desenvolvimento sustentável e da universalização e inclusão social;
- Gerar e difundir o conhecimento geológico que promova a atração de investimentos para a descoberta de novas jazidas, a diversificação da produção mineral, a produção de insumos para a construção civil e agricultura e que subsidie o ordenamento territorial, o abastecimento de água, a preservação e a conservação ambiental, bem como a prevenção de riscos e desastres naturais;
- Desenvolver o planejamento de curto, médio e/ou longo prazos e promover marcos regulatórios e ações que induzam o conhecimento do território, a segurança jurídica, a competitividade, o desenvolvimento tecnológico no país, a agregação de valor na cadeia produtiva de base mineral, o apoio ao pequeno minerador, o aumento do superávit da balança comercial e a articulação no âmbito do pacto federativo para o desenvolvimento sustentável;
- Potencializar o aproveitamento sustentável dos recursos minerais do país por meio de uma gestão eficiente baseada na contínua melhoria dos seus processos de fomento, formalização, regulação e fiscalização;
- Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais, a substituição de importados, a otimização da produção nacional e as exportações, em consonância com a disponibilidade das reservas, por meio de políticas e diretrizes governamentais alinhadas com a evolução do consumo nacional e o desenvolvimento tecnológico, observadas as exigências ambientais, bem como de segurança e qualidade;
- Promover o aumento da produção e da oferta nacionais de gás natural, o desenvolvimento da infraestrutura de transporte e distribuição e a integração energética com outros países, minimizando custos e impactos ambientais em benefício da sociedade;

- Promover a adequação da produção de derivados de petróleo e de outros combustíveis líquidos à demanda, dotando os respectivos parques industriais, a infraestrutura de transporte e de distribuição de características que maximizem o uso de insumos nacionais, reduzindo a dependência externa e o risco de desabastecimento, observadas às exigências ambientais, bem como os padrões de qualidade e segurança.

Estes objetivos se desdobram em programas e ações do Plano Plurianual, gerenciados ou executados pelas Secretarias do MME e supervisionados pela Secretaria-Executiva.

Considerando que as políticas devem estar alinhadas com estes objetivos setoriais, é indispensável que as ações do MME atendam a essas orientações.

Para o setor elétrico o Ministério desenvolve diretrizes e políticas voltadas para o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, a qualidade e estabilidade da energia fornecida, o equilíbrio econômico-financeiro das empresas outorgadas, a modicidade tarifária e a universalização do uso da energia elétrica no território nacional.

Para o setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (biocombustíveis), o MME trabalha visando garantir a adequada participação dos derivados de Petróleo, Gás Natural e dos Combustíveis Renováveis na matriz energética nacional e, em conjunto com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o desabastecimento.

Para o setor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, o MME tem como principal diretriz a disponibilização de informações geológicas e de dados econômicos e técnicos sobre as condições de mercado, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento setorial com vistas à atração de novos investimentos privados para a pesquisa e produção mineral. Além disso, a assistência técnica a pequenos produtores minerais e a busca pela formalização da atividade minerária, são ações prioritárias do MME.

b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

O MME além de indutor e coordenador de todo o processo de planejamento setorial e em estreita articulação com os órgãos vinculados e agentes envolvidos, busca sempre ajustar-se aos interesses da sociedade, ao conjunto das orientações de governo e às questões socioambientais pertinentes, com transparência nas decisões, clareza e democratização do acesso às informações.

O planejamento estratégico do MME está estruturado visando o atendimento dos objetivos de governo constantes no Plano Plurianual - PPA e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC condizentes com o planejamento setorial definido por esse Ministério. A coordenação e supervisão de todas as Secretarias Finalísticas do Ministério é realizada pela Secretaria-Executiva, que promove de maneira direta ou indireta, as ações necessárias para o pleno cumprimento de suas metas.

Ao longo de 2010, a Secretaria-Executiva elaborou cronograma para acompanhar e desenvolver as várias ações vinculadas ao processo de planejamento governamental (PLDO, LDO, PLOA, LOA, PPA e PAC), representadas pela figura 4.

Planejamento Governamental 2010 da Assessoria Especial de Gestão Estratégica/SE

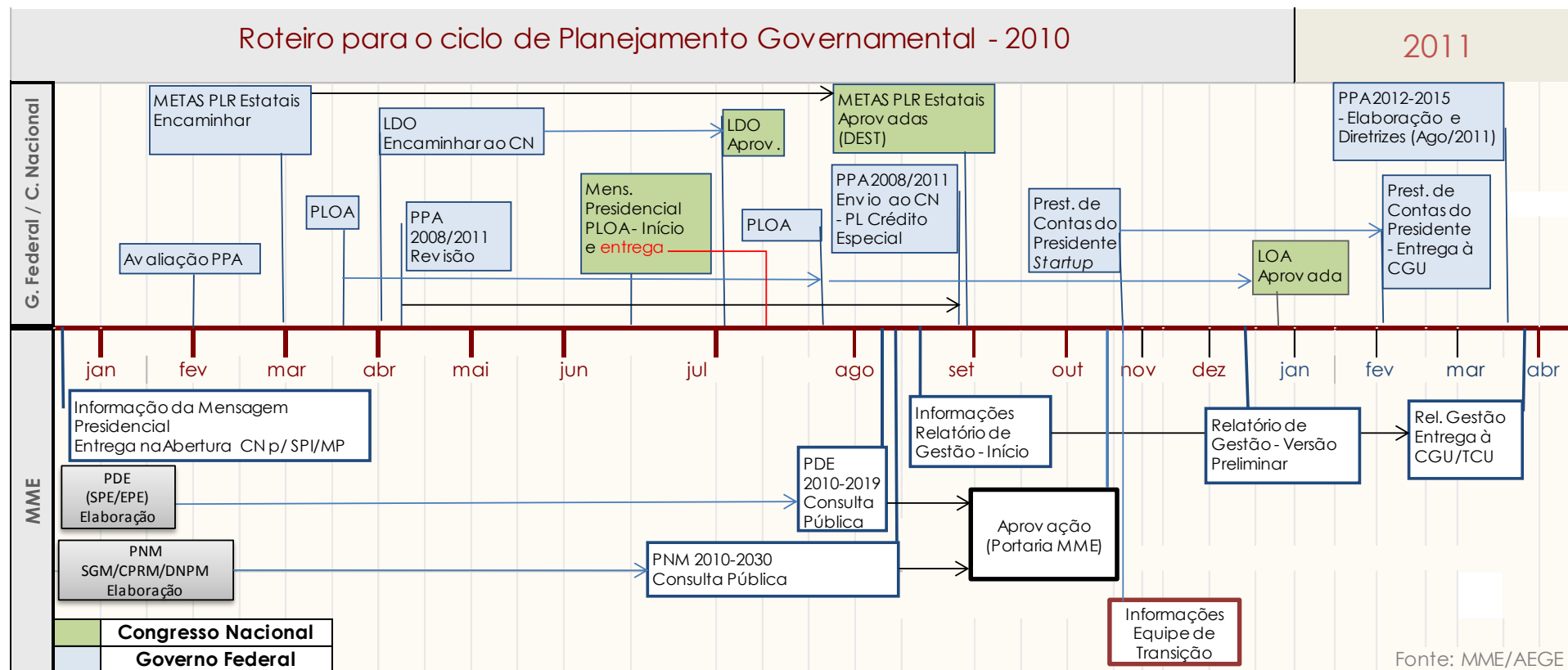


Figura 4: Roteiro para o ciclo de Planejamento Governamental 2010

b.II) Análise do Plano de Ação

Em abril de 2010 foi implantado o Plano de Ação na Secretaria-Executiva, o qual tem se mostrado um excelente instrumento de gestão, para supervisão, coordenação e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Unidade. Trata-se de um sistema de compartilhamento (*sharepoint*) e atualização das informações pelas chefias da Secretaria-Executiva.

Cerca de uma centena de assuntos desenvolvidos ao longo do ano, tanto atividades de rotinas anuais são acompanhadas por esse novo instrumento, tais como acompanhamento de processos das empresas perante outros órgãos do governo (DEST/MP, PGFN/MF, STN/MF, etc.), quanto novas atividades como o acompanhamento de projetos prioritários que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, questões financeiras envolvendo a Eletrobras e Petrobras, informações solicitadas pela Casa Civil da Presidência da República e outras.

Além desse instrumento de acompanhamento, a supervisão da Secretaria-Executiva requer estreita participação em reuniões periódicas, com efetiva interação com as Secretarias, Entidades Vinculadas e a Sociedade.

c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da SE

c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SE

Não se Aplica. A Secretaria-Executiva não coordena Programas e Ações do âmbito do Plano Plurianual.

c.II) Execução Física das Ações

Não se Aplica. A Secretaria-Executiva não coordena Programas e Ações do âmbito do Plano Plurianual.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária e das Despesas

Tabela VI: Identificação das Unidades Orçamentárias (Quadro A.2.3)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério de Minas e Energia	32101	320002

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Tabela VII: Programação das Despesas Correntes (Quadro A.2.4)

Origem dos Créditos Orçamentários			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios					
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	897.718	402.000	96.439.576	78.801.626
	PLOA		-	-	897.718	402.000	102.952.100	78.801.626
	LOA		-	-	897.718	402.000	109.715.388	106.801.626
CRÉDITOS ios	Suplementares		-	-	-	-	171.626	210.000
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinár	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	(2.428)	-	(17.974.980)	(2.868.622)
Outras Operações			-	-	-	-	-	-
Total			-	-	895.290	402.000	91.912.034	104.143.004

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Tabela VIII: Programação das Despesas de Capital (Quadro A.2.5)

Origem dos Créditos Orçamentários			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios					
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		3.709.000	8.470.000	-	-	2.069.100	2.432.100
	PLOA		3.709.000	8.470.000	-	-	2.069.100	2.432.100
	LOA		5.329.000	28.077.006	-	65.000.000	2.069.100	2.432.100
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	713.900	
		Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	913.000		-	-	-	-
		Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários		-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	(9.589.904)	(3.935)	-
Outras Operações			-	-	-	-	-	
Total			6.242.000	28.077.006	-	55.410.096	2.779.065	2.432.100

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Tabela IX: Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência (Quadro A.2.6)

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios					
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		97.337.294	79.203.626	5.778.100	10.902.100	1.123.947.598	892.059.612
	PLOA		103.849.818	79.203.626	5.778.100	10.902.100	1.123.947.598	892.059.612
	LOA		110.613.106	107.203.626	7.398.100	95.509.106	962.091.903	892.059.612
CRÉDITOS	Suplementares		171.626	210.000	713.900	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	913.000	-	-	-
	Extraordi nários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		(17.977.408)	(2.868.622)	(3.935)	(9.589.904)	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-
	Total		92.807.324	104.545.004	9.021.065	85.919.202	962.091.903	892.059.612

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Análise Crítica

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:

Os limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário foram compatíveis em relação às necessidades de crédito da UO, para cumprimento da sua programação de trabalho, bem como entre o Projeto de LOA e a dotação aprovada pelo Congresso Nacional.

O único corte efetuado pelo Congresso Nacional no orçamento da Unidade Orçamentária 32101 (MME – Administração Direta) foi na ação “Administração da Unidade”, sob a responsabilidade da UJ SPOA e não da UJ Secretaria-Executiva.

Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

Não houve alterações relevantes para a gestão.

Tabela X: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.2.7)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	320002	25121027669070001			185.000
			25122027622720001			375.000
			25572047620AA0001			1.100.000
			22128106948710001			100.000
			22663106948870001			565.744
			25122027322720001			2.357.930
			25752027313790001			66.272
			25122027622720001			140.000
			28844090602840001		100.000	
			25121027648920001			440.108
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	320002	25121027669070001	20.000		
			25752027313790001	13.728		
			25752027320A90001	184.350		
			28844090602840001			2.164.000
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Análise Crítica

As descentralizações internas foram recebidas da UG 320002 - CGOF pelas seguintes Unidades Gestoras da Administração Direta do MME (UJ Secretaria Executiva):

- 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE
- 320012 – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM
- 320013 – Secretaria de Energia Elétrica – SEE
- 320015 – SE/BIRB/MME – Projeto ESTAL
- 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

Tabela XI: Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da SE (Quadro A.2.8)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	46.581,88	21.393,38	46.581,88	21.393,38
Tomada de Preços	13.501,46	0,00	13.501,46	0,00
Concorrência	7.048.118,96	2.773.087,00	7.048.118,96	2.773.087,00
Pregão	9.709.945,13	16.111.914,55	9.643.690,41	16.091.610,91
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	1.551.129,88	1.745.439,16	1.544.381,99	1.744.745,68
Inexigibilidade	1.659.724,01	1.499.757,42	1.659.724,01	1.499.757,42
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	8.962,68	7.521,56	8.962,68	7.521,56
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	145.248.024,90	145.248.024,90	170.554.310,13	170.554.310,13
Diárias ²	235.493,91	206.753,84	232.810,15	206.753,84
Outros				

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

² A evolução dos gastos com diárias refere-se às despesas demandadas pela Secretaria-Executiva, que abrange as demais unidades administrativas do MME, exceto as Secretarias finalísticas que apresentarão essa informação de forma individualizada.

Tabela XII: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.9)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	145.248.025	170.554.310	145.248.025	169.054.310	0	1.500.000	145.248.025	169.054.310
01	-	48.220.424	-	48.220.424	-	-	-	48.220.424
11	-	61.891.208	-	60.391.208	-	1.500.000	-	60.391.208
03	-	30.196.943	-	30.196.943	-	-	-	30.196.943
11	47.913.308	-	47.913.308	-	-	-	47.913.308	-
01	43.759.522	-	43.759.522	-	-	-	43.759.522	-
03	26.099.573	-	26.099.573	-	-	-	26.099.573	-
Demais elementos do grupo	27.475.622	30.245.735	27.475.622	30.245.735	-	-	27.475.622	30.245.735
2 – Juros e Encargos da Dívida	206.798	86.998	196.803	86.998	9.995	0	196.803	86.998
21	168.263	63.733	160.749	63.733	7.514	-	160.749	63.733
22	38.534	23.265	36.054	23.265	2.481	-	36.054	23.265
3- Outras Despesas Correntes	18.195.684	5.381.792	13.479.142	5.122.691	4.716.542	259.100	13.049.560	5.122.691
14	-	569.547	-	569.547	-	-	-	569.547
39	14.292.195	3.531.346	10.385.952	3.475.196	3.906.244	56.150	10.047.153	3.475.196
33	980.000	1.006.231	775.931	893.326	204.069	112.905	720.148	893.326
04	940.033	-	940.033	-	-	-	940.033	-
Demais elementos do grupo	1.983.456	274.668	1.377.226	184.622	606.230	90.046	1.342.226	184.622

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Tabela XIII: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa (Quadro A.2.10)

Grupos de Despesa ³	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	2.297.052	1.879.075	1.150.840	231.388	1.146.212	1.647.687	1.143.788	211.850
52	1.960.418	1.745.347	897.310	193.888	1.063.108	1.551.459	890.258	174.350
51	336.634	133.728	253.530	37.500	83.105	96.228	253.530	37.500
6 - Amortização da Dívida	2.499.685	2.105.400	2.317.150	2.105.400	182.535	0	2.317.150	2.105.400
71	1.785.785	0	1.785.785	0	0	0	1.785.785	0
77	713.900	2.105.400	531.365	2.105.400	182.535	0	531.365	2.105.400

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Análise Crítica

Alterações significativas ocorridas no exercício

Não houve alterações relevantes para a gestão na programação orçamentária da UJ em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior.

Contingenciamento no exercício

Por meio do Decreto 7.144/2010, foram estabelecidos os limites de empenho e de pagamento do MME, com um contingenciamento de cerca de R\$ 273,4 milhões em relação aos valores autorizados na LOA 2010. Posteriormente, o Decreto nº 7.189/2010, estabeleceu os novos limites de empenho e de pagamento, com um contingenciamento de mais R\$ 71 milhões em relação ao Decreto anterior. Diante dessa situação inédita – dois contingenciamentos no mesmo exercício – foi necessário efetuar uma redistribuição interna dos limites de empenho e de pagamento do MME, afetando todas as Unidades Orçamentárias (Administração Direta e Indireta) e, portanto, a UJ.

No mês de julho, a SPOA solicitou à Secretaria de Orçamento Federal – SOF uma ampliação de cerca de R\$ 93 milhões nos limites de empenho do MME. Inicialmente, foi aprovada uma ampliação de apenas R\$ 9 milhões, sem a ampliação correspondente nos limites de pagamento. Em meados do mês de dezembro, foi aprovada uma nova ampliação nos limites de empenho, no valor de R\$ 50 milhões.

Obs: Todos os valores mencionados acima se referem ao Órgão 32000 – MME como um todo e não apenas à Unidade Orçamentária 32101 – MME ou à UJ SE.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não houve eventos relevantes que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ, além dos já mencionados acima.

³ 5 – Inversões Financeiras não se aplica a essa UJ.

d.III) Indicadores Institucionais

Com o objetivo de estabelecer indicadores institucionais que possam auxiliar de forma adequada o processo de decisão gerencial, a Secretaria-Executiva e as Secretarias Finalísticas se empenharam em criar e desenvolver tais indicadores.

Foi então implementado o Sistema de Informações Gerenciais – SIG, com 35 indicadores, que atualmente se encontra em produção. Ultimamente, alguns indicadores estão sendo reavaliados, de forma a refinar os dados fornecidos e os gráficos gerados, para melhor apoiar o processo decisório das autoridades do Ministério.

Os indicadores incluídos no SIG estão apresentados nos Relatórios de Gestão de cada Secretaria, agregados a este Relatório.

e) Principais Realizações do MME

A seguir apresentam-se as principais realizações do âmbito do Ministério de Minas e Energia, assim subdivididas:

e.I) Programa de Aceleração do Crescimento

Balanço de 4 anos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para as Áreas Energética e de Mineração.

O PAC, em sua primeira fase de duração de quatro anos alavancou o crescimento do País. No âmbito do MME, estão concentradas todas as ações do eixo de Infraestrutura Energética, bem como o Programa Luz para Todos, vinculado ao eixo de Infraestrutura Social e Urbana.

O programa finalizou o ano de 2009 com 694 ações sendo monitoradas no eixo de Infraestrutura Energética. Já no ano de 2010, houve uma evolução das ações monitoradas no citado eixo, saltando para 705 o número dessas ações. Desse total foram concluídas 61%, estando o restante em implementação, ou seja, 28% em obras, 6% em licitação e 5% em projeto e/ou licenciamento.

No que diz respeito à Geração de Energia Elétrica verificou-se um acréscimo, em 2010, de 4.888 MW, referentes à entrada em operação de 8 Usinas Hidrelétricas (1.582 MW), 22 Usinas Termelétricas (2.703 MW), 17 Pequenas Centrais Hidrelétricas (281 MW) e 14 Usinas Eólicas (322 MW). Desde o início do programa, em 2007, houve uma expansão de 10.852 MW, referentes à entrada em operação de 16 Usinas Hidrelétricas (2.586 MW), 57 Usinas Termelétricas (6.311 MW), 62 Pequenas Centrais Hidrelétricas (1.245 MW) e 32 Usinas Eólicas (710 MW).

Dentre as ações de Geração de Energia Elétrica destacou-se a entrada em operação das Usinas Hidrelétricas de Foz do Chapecó (855 MW), São Salvador (243 MW), Serra do Facão (212,6 MW), Salto Pilão (182 MW), Baguari (140 MW), Castro Alves (130 MW), Salto (116 MW), Salto do Rio Verdinho (93 MW) e Barra dos Coqueiros (90 MW); das Usinas Termelétricas de Candiota III (350 MW), do Atlântico (490 MW), Eletrobolt (386 MW), Cubatão (216 MW), Global I e II (297,6 MW) e Linhares (204 MW); e da Usina Eólica Volta do Rio (42 MW).

Estão em andamento a implantação de mais 15.274 MW em Geração de Energia Elétrica, referentes a 11 Usinas Hidrelétricas (8.797 MW), 31 Usinas Termelétricas (6.069 MW), 5 Pequenas Centrais

Hidrelétricas (78 MW) e 11 Usinas Eólicas (330 MW). Dentre as ações em implantação destacam-se as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio (3.150 MW – 38% realizados), Jirau (3.300 MW – 37% realizados), Estreito (1.087 MW – 95% realizados), Dardanelos (261 MW – 92% realizados) e Simplício (334 MW – 75% realizados) e a Usina Térmica Nuclear Angra III (1.405 MW – 8% realizados).

Diante da necessidade da implantação de novos aproveitamentos hidrelétricos, estudos estão sendo desenvolvidos para a identificação desses. Assim, no âmbito do PAC, foram concluídos 5 Estudos de Inventário (24.737 MW), bem como 6 Estudos de Viabilidade (14.789 MW). Os estudos concluídos dizem respeito aos Inventários dos rios Tapajós (14.245 MW), Araguaia (3.100 MW), Juruena (5.000 MW), Tibagi (1.291 MW) e Jari (1.100 MW) bem como às Viabilidades Belo Monte (11.233 MW), Teles Pires (1.820 MW), São Manoel (746 MW), Sinop (461 MW), Colider (342 MW) e Foz do Apiacás (275 MW). Estão em execução 4 Estudos de Inventário (8.650 MW) e 3 Estudos de Viabilidade (8.643 MW). Os estudos de inventário dizem respeito à bacia do rio Aripuanã (3.000 MW), Branco (2.000 MW), Sucunduri (650 MW) e Trombetas (3.000 MW), e os Estudos de Viabilidade são referentes à Marabá (2.160 MW), São Luiz do Tapajós (6.133 MW) e Tabajara (350 MW).

Com a finalidade de atender o fornecimento de energia elétrica, em todas as regiões do País, foram concluídas, no horizonte PAC, 40 Linhas de Transmissão (9.139 km) e 7 Subestações de Energia Elétrica (2.700 MVA). São destaques a Interligação N-S III (1.674 km), a Interligação N-NE (1.120 km), a Interligação N-CO (708 km), a Linha de Transmissão Jaraguá-Poços de Caldas (308 km), a Linha de Transmissão Brasnorte-Nova Mutum (273 km) e a Linha de Transmissão Desterro-Palhoça (130 km). Desses totais, 9 Linhas de Transmissão (1.771 km) e 6 Subestações de Energia Elétrica (2.400 MVA) foram concluídas em 2010.

Encontra-se em andamento a implantação de 24 Linhas de Transmissão (5.491 km) e 14 Subestações de Energia Elétrica (9.633 MVA), sendo os principais destaques a Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus (1.826 km), a Interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara (2 x 2.375 km), Subestação Coletora Porto Velho e Subestação Araraquara II (4.550 MVA), Linha de Transmissão Anastácio-Chapadão (444 km), Linha de Transmissão Jauru-Cuiabá (335 km) e Linha de Transmissão Juína-Brasnorte (246 km).

Diante das novas reservas de petróleo, tanto no pré-sal quanto no pós-sal, investimentos toram necessários para possibilitar a extração, produção e transporte do próprio petróleo e de seus derivados, o que ocasionou uma necessidade de reaparelhamento e expansão da infraestrutura existente.

Na Exploração foram perfurados 629 poços, até outubro de 2010, sendo 378 em Terra e 251 no Mar, tendo 76 destes atingido a zona de pré-sal.

No pré-sal destacou-se a perfuração do poço de Franco, da ANP, próximo ao prospecto de Iara, na Bacia de Campos; o poço de Tupi OW, o qual confirmou o potencial de óleo leve em Tupi, na Bacia de Campos; as 3 novas acumulações de óleo leve, sendo duas no Campo de Caratinga e uma no Campo de Marlim, ambos na Bacia de Campos; a perfuração de um novo poço em Tupi, conhecido como Tupi Alto, onde foi encontrado óleo leve; a confirmação dos potenciais de óleo leve no poço de Iracema Norte, bem como óleo leve e gás natural, no mono poço, todos esses em Tupi; o anúncio da descoberta de óleo na área de Libra; e a conclusão do Teste de Longa Duração da área de Tupi, na Bacia de Santos, em 27/8/2010, com uma produção atual de 14,7 mil bpd.

No pós-sal destacam-se a descoberta de acumulação de óleo leve em águas rasas nas adjacências do Campo de Pampo, na Bacia de Campos; a descoberta de acumulação de óleo leve em Piranema, na Bacia de Sergipe; a descoberta de duas acumulações de óleo leve em águas profundas na área de concessão de Barracuda, na Bacia de Santos; a descoberta de duas acumulações de óleo leve em águas profundas no poço Carimbé, localizado no campo Caratinga, na Bacia de Santos, a perfuração do primeiro poço em águas ultraprofundas da Bacia de Sergipe-Alagoas, tendo sido descoberto óleo leve e médio; e a comprovação da presença de óleo leve em poço situado ao sul da Bacia de Campos.

No que diz respeito à produção, no Setor Petrolífero, destacou-se a entrada em operação de 12 novas plataformas; o início da conversão da P-63, a ser instalada no campo de Papa-Terra; o início da conversão da Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência (*Floating Production Storage and Offloading* - FPSO) para o piloto de Guará; a entrada em operação do FPSO Cidade de Santos, no campo de Uruguá Tambaú; o início da produção do FPSO Capixaba, no campo de Cachalote; o início da produção, por meio do FPSO Capixaba, do primeiro óleo da camada pré-sal do campo de Baleia Franca, no Parque das Baleias; o início da produção no sistema definitivo em Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos; e o recorde de produção em agosto de 2010, com um total de 2.165 mil bpd. No início do programa, em 2007, o País produzia em média 1.854 mil bpd, saltando para 1.903 mil bpd, em 2008, para 2.024 mil bpd, em 2009, e para 2.119 mil bpd, em 2010, um acréscimo de 14,3%, quando comparado 2007 e 2010.

No que diz respeito às novas plantas de Refino e Petroquímicas, foram destaques a Refinaria Abreu e Lima, com a conclusão de 34% da obra; o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, com a conclusão de 17,5% da obra; a Refinaria Premium I, com o início da terraplanagem; a Refinaria Premium II, a qual teve os contratos assinados para fornecimento do projeto básico e pré-detalhamento, bem como o 2º contrato de sondagem; a Refinaria Potiguar Clara Camarão, com a sua entrada em operação em setembro de 2010 (formulação de gasolina); e a Petroquímica Suape, a qual teve o início da operação da unidade de fios de poliéster, em agosto de 2010.

Ainda relacionado ao Refino, destacou-se o andamento das obras de adequação de 10 refinarias da Petrobras (REGAP, REFAP, RLAM, REDUC, REPAR, REVAP, REPLAN, RPBC, RECAP e REMAN), com a finalidade de produzir combustíveis menos poluentes, elevar a capacidade de refino de petróleo pesado e melhorar o desempenho operacional. Em 2010 foram modernizadas e/ou ampliadas quatro unidades de quatro refinarias, referentes à Conversão da RLAM e à Qualidade da REVAP, REGAP e RPBC.

Devido à expansão do Setor Petrolífero a revitalização da Indústria Naval se fez necessária, principalmente no que diz respeito aos estaleiros, petroleiros e plataformas. Dessa forma o Programa de Financiamento da Marinha Mercante possibilitou a construção de 301 embarcações e de 5 estaleiros, dos quais 107 embarcações já foram concluídas, 93 embarcações, 3 estaleiros encontram-se em construção e 101 embarcações e 2 estaleiros foram contratados. Dentre as embarcações concluídas 35 são de apoio à navegação, 33 de apoio a plataformas, 35 de carga, 3 de pesca e 1 de passageiros.

No que diz respeito à infraestrutura de Transporte de Gás Natural verificou-se, entre 2007 e 2010, a conclusão de 3.776 km de dutos, bem como o andamento da implantação de mais 194 km. Em 2010 foram destaques a antecipação da Produção Nacional de Gás Natural do campo de Canapu; a entrada em operação do Módulo 2 da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbais; o início do escoamento de GLP das UTGs de Cacimbais e REDUC; a entrada em operação do Campo de Uruguá /Tambaú; e a entrada em operação da UTG Sul Capixaba.

No que diz respeito aos Combustíveis Renováveis, em 2010, foi exigida a obrigatoriedade da mistura B5, logo no primeiro semestre, ou seja, 5% de Biodiesel para compor o diesel. Entre janeiro de 2007 e outubro de 2010, atingiu-se a produção de um total de 5,2 bilhões de litros de Biodiesel. Para o Etanol, entre janeiro de 2007 e outubro de 2010, a produção atingiu 100,5 bilhões de litros e as exportações, nesse mesmo período, foram de 13,3 bilhões de litros.

Com a inclusão da ANP no PAC, em 2009, iniciou-se o acompanhamento das pesquisas exploratórias. Foram destinados investimentos para a realização de 15 ações, num total de R\$ 702 milhões, dos quais R\$ 485 milhões foram para o período de 2007 a 2010, e R\$ 217 milhões para o período pós 2010. Das 15 ações, 4 já foram concluídas, 9 encontram-se em andamento normal, uma encontra-se em fase de licitação e uma foi excluída, a qual fazia referência ao projeto da Bacia Sedimentar de Irecê-Lençóis.

Em 2010, foi dada continuação aos Estudos Geológicos, os quais estão sendo executados pela CPRM. Esses dizem respeito a Levantamentos Geológicos, Levantamentos Geofísicos, Levantamentos Geoquímicos, Levantamentos Hidrogeológicos e Levantamentos da Geodiversidade, em todos os estados do País, com a finalidade de identificar e mapear as riquezas naturais. Duas outras ações dizem respeito à Gestão da Informação Geológica e à Modernização de Laboratórios de Análises Minerais, com a finalidade de criar laboratórios e implantar sistemas e equipamentos que permitam a análise e o armazenamento das amostras adquiridas nas pesquisas de campo.

No que diz respeito ao Programa Luz para Todos, vinculado ao Eixo de Infraestrutura Social e Urbana, em 2010, foram executadas 419.204 ligações, num total de 2.654.536, desde o início desse, o que equivale a 89% da meta ampliada e 113% da meta original. Para implementar essas ligações foram gerados 398 mil empregos e utilizados 6,6 milhões de postes, bem como 978 mil transformadores e 1,28 milhão de km de cabos elétricos.

e.II) Realizações das Diversas Áreas que Compõem a Secretaria-Executiva

e.II.1) Atividades do Gabinete da Secretaria-Executiva

Participações em Conselhos e Grupos de Trabalho

- Conselho Nacional Política Energética - CNPE

A Secretaria-Executiva do MME, representada pelo seu titular, o Sr. Secretário-Executivo, integra o CNPE, como membro efetivo, a partir da publicação do Decreto 6.685 de 10 de dezembro de 2008.

A Portaria CNPE nº 72, de 17 de fevereiro de 2009, designou o Sr. Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE do Ministério de Minas e Energia - MME, para exercer a função de Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

Em 2010, três Resoluções do Conselho foram publicadas, quais sejam:

Resolução nº 1, de 26 de abril de 2010: estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, no ano de 2010, com obrigatoriedade de devolução de energia no mesmo ano, e dá outras providências;

Resolução nº 2, de 1º de setembro de 2010: aprova os termos do contrato a ser firmado para a cessão onerosa pela União à Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho 2010;

Resolução nº 3, de 13 de dezembro de 2010: estabelece diretrizes para o suprimento, em caráter excepcional, de energia elétrica interruptível à República Argentina e à República Oriental do Uruguai, no ano de 2011.

- Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE

O CMSE, criado pela Lei nº 10.848, de 2004 e presidido pelo Ministro de Minas e Energia, com a finalidade de preservar o equilíbrio entre a oferta e demanda de energia elétrica no país por meio de permanente monitoramento e avaliação, dando continuidade e segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

Durante o ano de 2010, no CMSE, os representantes do MME acompanharam o desenvolvimento das atividades de geração transmissão, distribuição, comercialização e exportação de Energia Elétrica, Gás Natural, Petróleo e seus derivados. Além disso, foram acompanhadas e avaliadas permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional, identificando dificuldades e obstáculos de caráter técnico, ambiental, comercial e institucional que podem afetar a regularidade, a segurança de abastecimento e o atendimento à expansão dos setores de energia elétrica, gás natural, petróleo e seus derivados.

As Atas do CMSE estão em sua íntegra, publicadas no *site* do MME.

- Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico Manaus - GTSEM

O GTSEM, coordenado pela Secretaria-Executiva, foi criado por meio da Portaria MME nº 280, de 27 de agosto de 2008, com a finalidade de propor e monitorar ações e medidas de forma a assegurar o suprimento de energia ao Sistema Elétrico Isolado de Manaus e ao interior do Estado do Amazonas até a sua interligação com o Sistema Interligado Nacional – SIN.

Em 2010, no segmento de geração foram incorporados ao sistema cerca de 425 MW de capacidade e revitalizadas as unidades geradoras de usinas termelétricas, agregando mais 153 MW. Na área de transmissão, várias ações estão em curso e até o final de 2012, quando a cidade de Manaus estará interligada ao SIN, há previsão de um acréscimo de 650 MVA de capacidade de transformação, cerca de 65% de aumento e de 125 saídas de alimentadores em 13,8 kV, com aumento de 125%, fundamentais para melhorar o sistema de distribuição de energia elétrica em Manaus. O GTSEM tem realizado reuniões periódicas e vem cumprindo o calendário anual de eventos, monitorados pelo Plano de Ação, atuando de forma relevante principalmente na garantia de suprimento e confiabilidade ao sistema Manaus, além de garantir celeridade às ações de interligação dos sistemas isolados.

- Comissão Especial de Leilões de Energia Elétrica – CELEE

Essa Comissão, criada em 2006 no âmbito do MME, tem a finalidade de propor diretrizes estratégicas, melhorias nas sistemáticas e ajustes nas normas para a realização de leilões de energia. São integrantes da Comissão, a Secretaria Executiva, as Secretarias de Energia – SEE e a de

Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A atividade dessa Comissão contribuiu para o sucesso na realização de 06 leilões, sendo 02 Leilões de Energia Nova, 01 Leilão de Energia de Reserva, 01 Leilão de Fontes Alternativas, 01 Leilão de Energia Existente e o destaque do ano – o Leilão da UHE Belo Monte, localizada no rio Xingu, que adicionará 11.233 MW ao SIN proporcionando maior segurança no abastecimento de energia. Vale destacar também o 11º Leilão de Energia Nova que resultou na contratação da UHE Teles Pires de 1.820 MW ao preço de R\$ 58,35/MWh, o menor preço de energia entre todos os Leilões de Energia Nova ocorridos desde 2005.

Ao todo foram agregados mais de 17 mil MW de capacidade de geração ao SIN, provenientes de 99 empreendimentos vencedores. Dentre estes, destacam-se as usinas eólicas que agregaram 899 MW médios de energia contratada a preços competitivos nos leilões de Fontes Alternativas e de Energia de Reserva, reforçando a viabilidade desta fonte.

A cada ano que passa os leilões de energia elétrica atraem maior número de investidores, que participam motivados pela atratividade comercial dos projetos e pela estabilidade regulatória do setor elétrico. Esse modelo de sucesso de contratação garante o cumprimento das políticas do setor de segurança do suprimento e modicidade tarifária. O desafio para a Comissão será a promoção de leilões nos sistemas isolados. Para tanto, várias ações estão em curso para viabilizar os certames no início do segundo semestre de 2011.

- Comissão Permanente para Análise das Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP

Criada pela Portaria MME Nº 47 de 19 de fevereiro de 2008, coordenada pela Secretaria Executiva e composta pelos dirigentes máximos das Secretarias de Energia Elétrica e de Planejamento e Desenvolvimento Energético, da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Empresa de Pesquisa Energética, do Operador Nacional do Sistema Elétrico e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, a CPAMP tem a finalidade de garantir a coerência e integração das metodologias e Programas Computacionais utilizados pelo MME e pelos órgãos externos participantes da Comissão.

Em 2010, os trabalhos da CPAMP, foram desenvolvidos satisfatoriamente. Dos 10 grupos constituídos, pelo menos 3 temas já foram esgotados e estão em fase final de encaminhamento, com proposição de resolução ao CNPE. Os Grupos que tratam dos temas Volatilidade do Custo Marginal de Operação –CMO e do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD e Metodologia de Formação de Custo Marginal de Operação - CMO e Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e Impactos nos Encargos de Serviços do Sistema – ESS, estão consolidando as informações com os participantes para elaboração dos relatórios preliminares que serão submetidos à apreciação da CPAMP. À exceção dos grupos 8 e 9, que estão em fase inicial dos trabalhos, elaborando termos de referências, os demais estão com suas atividades em andamento e periodicamente acompanhados pela Secretaria-Executiva. Registre-se que os temas propostos para os GT's são complexos, exigindo tempo e esforço concentrado dos especialistas do setor. Aliás, a mobilização desses profissionais para atuarem nessas atividades nem sempre é possível, pois, na verdade, são inúmeras as responsabilidades atribuídas para os agentes nesse momento importante de consolidação do setor elétrico brasileiro.

- Grupo de Trabalho - GT para acompanhar os estudos e as análises da ocorrência havida no dia 10 de novembro de 2009.

O Sistema Interligado Nacional - SIN sofreu no dia 10 de novembro de 2009, às 22h13m, uma perturbação que resultou em cortes de carga em parte do Brasil, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

Foi criado, pela Portaria MME nº 435, de 13 de novembro de 2009, e presidido pelo Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, o Grupo de Trabalho - GT para investigar e explicar essa ocorrência, bem como propor ações de melhoria da segurança de suprimento de energia elétrica.

O GT concluiu seus trabalhos e publicou o Relatório Final em 31 de maio de 2010. Esse Relatório, de 29 páginas, descreve a ocorrência e a classifica como “blecaute grave”, segundo critérios definidos para a elaboração do Boletim de Interrupção de Suprimento de Energia – BISE. Teve sua origem no desligamento das LT’s 765 KV Itaberá – Ivaiporã (circuitos 1, 2, 3) por curto-circuito provocados por fenômenos climáticos severos, com a ocorrência “de chuva intensa acompanhada de descargas elétricas e rajadas de vento”. Tais fenômenos climáticos submeteram os equipamentos da SE Itaberá a condições atípicas, com exigências acima daquelas de projeto e prescritos em normas brasileiras e que motivaram a realização de Pesquisas Experimentais pelo CEPEL e ações por parte de Furnas, algumas de caráter emergencial.

Nas conclusões do Relatório está colocado que a ocorrência de 10 de novembro de 2009, foi pontual e intempestiva, sem qualquer relação com desequilíbrio de oferta e demanda e fragilidades do sistema. São propostos um conjunto de recomendações e um Plano de Ações definindo responsabilidades e prazo de execução.

O Relatório está, em sua íntegra, publicado no *site* do MME.

Principais Atuações/Participações da Secretaria Executiva em Eventos Nacionais/Internacionais

Em 15 de abril de 2010 o Secretário-Executivo participou como palestrante em painel sobre “Pobreza Energética” na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, em Washington-EUA. O Secretário discorreu sobre a Matriz Energética Brasileira e sua característica limpa e renovável, os avanços do Programa Luz Para Todos, que, antecipando as metas, já proveu energia elétrica a 11,4 milhões de pessoas. Foi citado também o uso de painéis solares para o aquecimento de água no programa Minha Casa Minha Vida.

Dia 24 de agosto de 2010, na sede da Eletrobras, o Secretário-Executivo proferiu palestra “Oportunidades de Negócios para a Eletrobras” na Oficina de Trabalho que discutiu o Plano de Negócios Internacionais do Sistema Eletrobras.

Em 24 e 25 de agosto de 2010, no Hotel Guanabara - Rio de Janeiro, o Secretário-Executivo participou como palestrante durante o V Seminário Internacional do Setor de Energia Elétrica/Integração com Energia Renovável – SISEE, proferindo a palestra “O Setor Elétrico do Brasil-Desafios para o Século XXI”.

Durante o ano de 2010, cabe ainda ressaltar as participações da Secretaria-Executiva em reuniões promovidas pelo Ministério de Relações Exteriores no que concerne aos temas sob a responsabilidade do MME.

Regularização dos convênios

Em decorrência da alteração nos procedimentos relacionados à tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênios ou instrumentos congêneres – Portaria nº 494, de 22/12/2009 – que descentralizou a gestão dos convênios no âmbito do MME, (ou seja, cada Secretaria ficou responsável pelos respectivos programas e projetos a serem executados), foi feito um esforço concentrado para a regularização das pendências de análises das prestações de contas de convênios e de instrumentos congêneres, particularmente, daqueles já encerrados ou com vigência expirada.

Nesse sentido, a Secretaria-Executiva fez um trabalho relevante com relação à adoção de providências para a regularização do estoque de convênios, com prestações de contas não analisadas em tempo hábil.

Foram identificados todos os convênios antigos (vigentes e em fase de Prestação de Contas Final – PCF), e após várias reuniões realizadas sob a coordenação da Secretaria-Executiva, agilizando-se a avaliação técnica das prestações de contas parciais e finais por parte das Unidades responsáveis por suas execuções, bem como o posterior envio dos autos a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA para análise financeira, que centralizava a atividade.

O esforço realizado no ano de 2010 permitiu reduzir a quantidade total de convênios antigos (vigentes e em fase de Prestação de Contas Final com pendência de análise) de 88 para 46, até 16 de novembro de 2010, sendo que deste contingente 12 (10%) estão vigentes e somente 34 (40%) restaram em análise da Prestação de Contas Final.

Todas as providências necessárias para a regularização do estoque de convênios ou instrumentos congêneres com prestação de contas pendentes foram adotadas, resultando no encerramento e/ou aprovação de quase 50% do estoque anteriormente apontado pelos Órgãos de Controle.

Livro de Transição do Governo Federal

Por determinação da Presidência da República, o MME participou da elaboração do Livro de Transição, documento que reúne informações sobre as principais realizações do período governamental de 2003 a 2010 para os setores energético e mineral, e apresenta os compromissos assumidos pelo Ministério em relação ao primeiro ano do atual governo.

Esse documento contempla também a estrutura administrativa do Ministério, das Agências (ANEEL, ANP) e do DNPM, as demandas de recursos humanos, os dados agregados do orçamento fiscal, e outras informações estratégicas (principais avanços nos marcos institucionais e regulatórios, programas e ações do PPA e suas situações atuais).

Balanco de Oito Anos do Governo Lula

A exemplo do Portal de Transição, a Secretaria-Executiva também participou da elaboração do “Balanco de 8 anos do governo Lula”, coordenado pelo gabinete pessoal do Presidente da

República. Esse documento, também registrado em cartório, é, em suma, uma prestação de contas à sociedade.

São 6 (seis) livros com múltiplas abordagens, a saber:

- Desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades;
- Cidadania e inclusão social;
- Infraestrutura;
- Inserção no cenário mundial e soberania;
- Democracia e diálogo;
- Gestão do Estado e combate a corrupção.

Uma síntese de 310 páginas denominado “Brasil 2003-2010” foi também produzido, mostrando as medidas previstas no programa de governo, os compromissos assumidos, comparados com o realizado durante os 8 (oito) anos. Esses documentos podem ser consultados pela internet (<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicacoes/balanco-de-governo-2003-2010>).

Os volumes que tratam da infraestrutura e da cidadania e inclusão social contaram com a participação do Ministério de Minas e Energia - MME. No livro Infraestrutura foram colocadas todas as obras e projetos realizados no período, com custo, localização, situação atual, etc.

Encaminhamento do Encerramento do Programa para o Desenvolvimento da Energia nos Estados e Municípios - PRODEEM

Para dar destinação aos materiais remanescentes dos sistemas fotovoltaicos do PRODEEM, (desfazimento) armazenados nos almoxarifados de Blumenau e Campo Grande, criou-se, por meio da Portaria nº 540 de 24 de maio de 2010, uma Comissão que teve como objetivo realizar todos os procedimentos necessários, nos termos do Decreto nº 99.658, de 1990, para alienar às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras os equipamentos que possam ser incorporados às ações do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LpT.

A comissão foi composta de representantes do MME, ELETROBRAS, Eletrosul e CEPEL. Os trabalhos já efetuados são: inspeção no Almoxarifado da Eletrosul de Blumenau – SC; Inspeção do Cepel no Almoxarifado de Campo Grande – MS; Formação e consolidação dos lotes, suas características técnicas e agrupamentos; Avaliação dos bens constantes dos lotes; Pareceres técnicos e jurídicos.

Em 31/12/2010 foi elaborado Relatório conclusivo pelo PRODEEM/MME e apresentado à Eletrobras e Cepel. Os comentários da Eletrobras e Cepel foram elaborados e consolidados neste Relatório.

Retirada da Eletrobras do Cálculo do Resultado Primário do Setor Público

O MME e a Eletrobras realizaram, durante vários anos, gestões perante o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Casa Civil da Presidência da República, objetivando a retirada do Sistema Eletrobras do cálculo do resultado primário.

A Lei nº 12.377 de 30/12/2010 altera o Art. 2º e o anexo IV da Lei nº 12.017 de 12/08/2009, que passou a não considerar mais no cálculo da meta de resultado primário do setor público, as empresas do Sistema Eletrobras.

Esta exclusão considerou que “a empresa está plenamente orientada para o mercado, concorrendo em igualdade com as empresas privadas no que diz respeito à operação e expansão de energia elétrica”. (Anexo IV.1 de metas anuais – LDO – 2010).

Note-se que a retirada das empresas do Sistema Eletrobras do cálculo do *superávit* primário não implica em aumento indiscriminado de gastos. O Sistema já atingiu bons padrões de governança corporativa, componente fundamental para o alcance de objetivos estratégicos de lucratividade, crescimento e de posição no mercado.

Essa medida permitirá à empresa uma melhor condução de seus investimentos, já que não mais precisará contribuir para a queda da dívida pública. As restrições fiscais aos investimentos provocavam distorções nas decisões gerenciais do Sistema, em particular, quanto à limitação das possibilidades de conduzir investimentos em projetos economicamente viáveis, comprometendo assim sua capacidade competitiva no setor.

Implantação do Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Documentos e Processos (*DocFlow*)

Em 30 de agosto de 2010, entrou em operação o Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Documentos e Processos (*DocFlow*), em substituição ao antigo sistema de protocolo SICPD (Sistema Integrado de Controle de Processos e Documento), para viabilizar a implantação da gestão eletrônica de documentos no âmbito do Ministério de Minas e Energia. Assim, atualmente, está em trâmite no MME, por meio dessa ferramenta, cerca de 28.000 documentos. Eventuais ajustes estão sendo realizados pelos fabricantes, em comum acordo com a área de gestão documental. A CGTI/SPOA está apoiando com a infraestrutura tecnológica.

e.II.2) Atividades da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE

A Secretaria-Executiva, por intermédio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE desenvolveu em 2010 uma série de atividades técnicas. Dentre essas, devem ser destacadas:

- **Programa de Dispendios Globais das Empresas Estatais (PDG) e Orçamento de Investimentos (OI)**
 - ✓ Acompanhamento da execução orçamentária de 2010 das Empresas do Grupo Petrobras e Sistema Eletrobras, monitorando as alterações do PDG (por Decretos) e do OI (por Projetos de Lei, Emendas, etc.);
 - ✓ Elaboração do PDG e OI para 2011.
- **Gestão das Empresas do âmbito do MME, perante o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST/MP**
 - ✓ Supervisão e acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do Sistema Eletrobras, das Empresas Federais de Distribuição (EFD), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Grupo Petrobras;

- ✓ Elaboração e negociação para a implantação do Plano de Cargos e Remunerações- PCR do Sistema Eletrobras;
- ✓ Supervisão e acompanhamento dos Programas de Participação dos Lucros e Resultados-PLR da Petrobras e da Eletrobras;
- ✓ Supervisão e acompanhamento de assuntos relacionados a Fundos de Previdência, Aumento de Capital e Descontingenciamento de Crédito das empresas estatais;
- ✓ Ação de fortalecimento da Eletrobras, com a continuidade do processo de padronização dos estatutos das empresas controladas da Eletrobras;
- ✓ Supervisão e acompanhamento de assuntos relacionados aos Quadros de Pessoal, Planos de Cargos e Salários, Programas de Desligamento Incentivado de Pessoal.
- ✓ Contrato de gestão celebrado entre o Ministério de Minas e Energia – MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
 - Pela Portaria nº 465/2009, foi criado um Grupo de Trabalho, que em tempo hábil, desenvolveu a estrutura do Contrato de Gestão, assinado pelas partes, em 2010, incorporando os princípios da administração da ANEEL e as políticas e diretrizes do MME para o setor elétrico nacional. Este Contrato de Gestão já passou por duas avaliações trimestrais neste exercício, estando em desenvolvimento contínuo. A Lei nº 9.427/96, em seu art. 7º, determinou que a Administração da ANEEL seria objeto de Contrato de Gestão celebrado entre a Agência e o MME, sendo que o primeiro Contrato de Gestão teve vigência de 02.03.1998 a 31.12.2000, e por várias razões técnicas e políticas, à época, não foi mais renovado. Sua renovação só aconteceu em fevereiro de 2010.
- ✓ Acompanhamento da AEGE/Secretaria Executiva do processo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital da Eletrobras e das suas subsidiárias- AFAC's;
 - Atividade importante desenvolvida ao longo do ano de 2010, que culminou com a aprovação dos processos pelos órgãos de governo (DEST, PGFN e STN) para a Eletrobras e todas as suas empresas subsidiárias;
 - O aumento de capital faz parte do processo de capitalização das empresas e está prevista na Lei nº 6404/76. Para a Eletrobras essa operação foi interessante porque as AFAC'S eram contabilizadas como despesas financeiras e estavam atreladas à taxa SELIC (em torno de 10%). Isso gerava uma despesa em torno de R\$500 milhões ao ano, impacto significativo no resultado da companhia, com a consequente diminuição dos dividendos pagos aos acionistas. Esta operação não traz reflexos no caixa das empresas por tratar-se de um remanejamento contábil do patrimônio líquido e que manterá o controle acionário da União em 52%. Com a capitalização, a despesa financeira deixa de existir.

Outras Atividades de Rotina da AEGE

- ✓ Gestão, Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual;
- ✓ Coordenação e Consolidação da Mensagem Presidencial que foi lida durante a abertura da Sessão Legislativa do Congresso Nacional em 2010;
- ✓ Coordenação e Consolidação da Mensagem Presidencial que acompanhou o Projeto de Lei do Orçamento Anual – PLOA/2011;
- ✓ Coordenação e Consolidação da Prestação de Contas do Senhor Presidente da República - Exercício 2009;
- ✓ Coordenação e montagem do Relatório Anual de Gestão e das etapas de Auditoria Anual de Contas e Planos de Providências das Secretarias do MME relativas a 2009;
- ✓ Supervisão e acompanhamento do processo de readmissão dos ex-empregados do Sistema Eletrobras, anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994;

- ✓ Supervisão e acompanhamento do processo de substituição de pessoal terceirizado, para atender compromisso assumido pela União com o Ministério Público do Trabalho, para regularizar a utilização de mão-de-obra terceirizada no âmbito da Administração Pública Federal;
 - ✓ Solicitação de inclusão de Ações novas da Petrobras e Eletrobras, por crédito especial, junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG;
 - ✓ Participação nas salas de Situação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para acompanhamento dos empreendimentos da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP;
 - ✓ Operação do SISPAC para liberação de autorizações de empenho para as ações do PAC do Orçamento Fiscal;
 - ✓ Encaminhamento à Secretaria do Tesouro Nacional – STN das necessidades financeiras para ações do PAC (Orçamento Fiscal); e
- Indicadores Institucionais - Sistema de Informações Gerenciais do MME.

A AEGE coordenou a entrada em operação do SIG, Sistema de Informações Gerenciais do MME, para usuários previamente cadastrados, conforme descrito anteriormente, neste Relatório.

- Indicadores de Desempenho do MME

A AEGE coordena junto às Secretarias o trabalho de identificação dos indicadores de desempenho do MME - SIGE, atendendo recomendações da CGU. Estes indicadores servirão de base para definição do Indicador de Desempenho Institucional do MME.

Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE

Durante todo o ano de 2010, a Secretaria Executiva deu continuidade ao processo de encerramento da Pessoa Jurídica da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.

Essa empresa, criada em agosto de 2001, em plena crise de abastecimento de energia elétrica no País, teve como objetivo a viabilização do aumento da capacidade de geração e da oferta de energia elétrica de qualquer fonte em curto prazo e a superação da crise de energia elétrica com o reequilíbrio e oferta de energia elétrica. Conforme previsto no Decreto nº 3.900/2001, que a criou, a empresa foi extinta em 30 de junho de 2006, passando por um processo de inventariança, concluído em julho de 2007.

Apesar da conclusão do inventário da empresa extinta, restaram pendentes alguns pontos, destacando-se como de maior complexidade o encerramento da pessoa jurídica na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, a baixa do CNPJ na Receita Federal do Brasil e a devolução do saldo das contas dos encargos emergenciais aos consumidores de energia elétrica.

O processo de encerramento e a baixa do CNPJ foram iniciados em 2006, porém não foram concluídos em função da exigência de Certidão Negativa de Débitos fiscais. Em decorrência do pedido de baixa do CNPJ, a Receita Federal do Brasil efetuou uma fiscalização previdenciária na documentação da extinta-CBEE, culminando com a emissão de autos de infração que foram parcialmente impugnados pelo MME com recurso à Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil, em Brasília. A Delegacia de Julgamento rejeitou as razões apresentadas, julgando procedentes os autos de Infração, razão pela qual o MME apresentou Recurso Voluntário ao

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CAREF, do Ministério da Fazenda, estando no momento no aguardo de pronunciamento daquele Órgão. Concomitantemente, o MME vem buscando um processo conciliatório perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal – CCAF, tendo ocorrido uma reunião e previsão de outra, em data próxima.

Durante o período de atividade da CBEE houve o repasse de significativos valores de impostos o que gerou mais de 100 processos perante a Receita Federal do Brasil. A fiscalização desses repasses vem ocorrendo paulatinamente e ainda constam em andamento 69 processos. Isso tem atrasado os trabalhos de encerramento da empresa de baixa da pessoa Jurídica na JUCERJA e do CNPJ na Receita Federal do Brasil, que dependem da emissão da Certidão Negativa de Débito.

Para a devolução dos encargos aos consumidores de energia elétrica foram apresentadas duas propostas - uma com a aplicação dos recursos no programa de eficiência energética, especificamente, no Programa de Acesso a Refrigeradores Eficientes e outra para fazer frente aos custos de contratação do Encargo de Energia de Reserva- EER, visando garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional.

e.II.3) Atividades do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental da Secretaria-Executiva – NESA

Comitê Técnico de Gestão Ambiental – CTGA

O NESA articula e promove a integração das ações socioambientais relacionadas aos empreendimentos do setor energético no âmbito da coordenação do Comitê Técnico de Gestão Ambiental – CTGA, composto pelos representantes das três áreas de atuação do MME: mineração; energia elétrica; e petróleo e gás natural. Além disso, coordena e representa o Ministério nos aspectos socioambientais, em instituições, grupos intersetoriais, Conselhos e Comitês, apoia a Assessoria Parlamentar – ASPAR deste Ministério no acompanhamento de proposições do Poder legislativo, bem como elabora pareceres e participa de articulações políticos-institucionais sobre assuntos demandados. As principais notas técnicas emitidas pelo CTGA das proposições legislativas a pedido da ASPAR, no ano de 2010, foram:

- Projeto de Lei nº 1.876 de 1999 – Substitutivo adotado pela Comissão Especial destinada a proferir parecer que dispõe sobre Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e Exploração Florestal (Código Florestal Brasileiro);
- Projeto de Lei nº 7.397/2006 que trata das áreas de preservação permanente ao redor de lagoas e lagos naturais e, reservatórios artificiais de água.
- Projeto de Lei nº 792/2007 e apensos que tratam da definição de serviços ambientais e dá outras providências.
- Projeto de Lei nº 203 de 1991 que trata do acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde.

No processo de criação e ampliação das unidades e conservação conduzido pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio, o NESA participa das reuniões e estudos das interferências dos empreendimentos de energia com as unidades de conservação, que em conjunto com as demais Secretarias, subsidiam a decisão política em nível ministerial.

No âmbito da discussão governamental quanto ao ordenamento territorial, foi acompanhado o Zoneamento Ecológico e Econômico, coordenado pelo MMA: MacroZee da Amazônia Legal, instituído e aprovado pelo Decreto nº 7.378 de 1 de dezembro de 2010; ZEE-Mato Grosso; e ZEE-Pará. O Núcleo participou ainda das discussões em fóruns de debates do Plano de Desenvolvimento Regional da área de influência da BR-163, área prevista para implantação do Complexo Tapajós.

Foram demandadas pelo ICMBio posicionamento do MME quanto à criação de 18 Unidades de Conservação em 2010. Entretanto, devido às interferências dessas propostas de criação de áreas protegidas com os empreendimentos planejados no Plano Decenal de Energia - PDE e nas atividades de mineração, petróleo e gás, foram dadas 6 anuências para criação dessas áreas protegidas e 12 estão em análise.

Na esfera do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e suas Câmaras Técnicas, o NESA é representante titular do Conselho. No ano de 2010 os principais temas debatidos de interesse direto deste Ministério foram:

- Resolução CONAMA nº 428/2010 que trata do licenciamento ambiental do órgão responsável pela autorização do órgão responsável pelas unidades de conservação
- Resolução CONAMA nº 425/2010 que dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado;
- Resolução do CONAMA nº 429/2011 sobre metodologia de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Resolução CONAMA nº 303/2002 que trata da definição dos conceitos “topo de morro” e de “linha de cumeada”;
- Moção CONAMA nº 106/2010 que parabeniza e solicita ao Presidente da República e ao Congresso Nacional para que seja deliberado, com urgência, a proposta do governo brasileiro a ser apresentada na reunião do COP15 em Copenhague, em dezembro de 2009;
- Rejeição da Moção de repúdio contra Usina Hidrelétrica de Belo Monte;
- Revisão do regimento interno do CONAMA.

Agendas Interministeriais

No âmbito das articulações intraministeriais, merece destaque a Agenda MMA/MME/Casa Civil, com deliberação das seguintes normas administrativas:

- Portaria Interministerial MMA/MME nº 494/2010 que institui o Grupo Estratégico de Acompanhamento de Empreendimentos Energéticos Estruturantes;
- Portaria Conjunta MMA/IBAMA nº 297/2010 que trata das diretrizes para o licenciamento ambiental de empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai;
- Decreto nº 7154, de 9 de abril de 2010 que sistematiza e regulamenta a atuação de órgãos públicos federais, estabelecendo procedimentos a serem observados para autorizar e realizar estudos e aproveitamentos de potenciais de energia hidráulica e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica no interior de unidades de conservação;
- Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 que estabelece as normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O NESA participou ainda de vários grupos de trabalho na esfera governamental:

- Participação na Comissão Executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado – PPCerrado;
- Plano de Ação para a Prevenção e Controle do desmatamento na Caatinga;
- Elaboração, em conjunto com a ANEEL e SEE/MME, de proposta para definição dos parâmetros técnicos para fixação do valor da cessão onerosa, a ser pago em empreendimentos de distribuição e energia em unidades de conservação;
- Articulação e gestão junto ao ICMbio para viabilizar o uso do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), como ferramenta para autorizar a realização de estudos técnicos sobre potenciais de energia hidráulica, conforme estabelecido no Decreto nº 7154 de 9 de abril 2010. ;
- Participação em Grupo de Trabalho instituído pela Casa Civil da Presidência da República, com a participação do MME, IBAMA e empreendedores da Energia Sustentável do Brasil - ESBR e Santo Antônio Energia - SAE/SA, com objetivo de viabilizar a melhor alternativa ambiental para supressão, escoamento e destino final do produto florestal de valor comercial com base nas autorizações de supressão de vegetação emitidas pelo IBAMA;
- Articulação e gestão perante o IBAMA e ICMBio para ajustes da área de sobreposição ao reservatório da UHE Santo Antônio, visando tratativa semelhante ao estabelecido no artigo 118 da Lei Federal nº 12.248 de 11 de junho de 2010 que trata da exclusão da área do Parque Nacional Mapinguari à área do polígono para inundação do lago artificial a ser formado pela barragem da Usina Hidrelétrica de Jirau;
- Intervenção junto a Advocacia Geral da União visando à revogação da Instrução Normativa nº 07 do IBAMA, publicada em 15 de abril de 2009, estabelecendo que no procedimento de licenciamento ambiental deveriam ser adotadas medidas para mitigação de 100% das emissões de dióxido de carbono provenientes da geração de energia elétrica de usinas termelétricas movidas a óleo combustível e carvão. Por despacho do Advogado-Geral da AGU, foi recomendada a revogação da respectiva IN. Em 22/11/2010 o IBAMA publicou a IN nº 12, revogando o dispositivo combatido da IN;
- Participação no Comitê Executivo de Produção Sustentável, no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), e elaboração do documento “Rumo à Economia Verde - Estratégia para o Desenvolvimento da Indústria de Bens e Serviços Ambientais”;
- Participação no Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Secretaria de Assuntos Estratégicos para formular proposta de Política Nacional de Florestas Plantadas;
- Participação no Grupo de Trabalho MMA/MME visando à elaboração de Decreto que dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para o licenciamento ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica.

No âmbito do Projeto de Assistência Técnica ao Setor de Energia – ESTAL foram contratadas duas consultorias especializadas para:

- Gerenciamento de informações de licenciamento ambiental dos empreendimentos de geração de energia elétrica constantes no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDEE, com recorte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE;
- Diretrizes adotadas pelo IBAMA, na emissão de Termo de Referência de Estudos de Impacto Ambiental de empreendimentos hidrelétricos e proposição de novas diretrizes que sejam capazes de identificar os impactos ambientais nos ecossistemas terrestres e aquáticos necessários para avaliação da viabilidade de empreendimentos de geração hidrelétrica.

Políticas Públicas Sociais

No que se refere à política de regulamentação socioambiental do setor elétrico, bem como o respaldo à construção da Política Nacional de Energia, a partir do reordenamento das funções públicas do setor e da modernização dos instrumentos de planejamento e gestão, foram dados andamento às tratativas iniciadas para a regulamentação socioambiental do setor elétrico.

Atingiu-se a objetivo estabelecido pelo Presidente Lula de regulamentar a aplicação do cadastramento socioeconômico dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos. Foi elaborado, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Geral da Presidência, Ministério da Aquicultura e Pesca, uma minuta de ato normativo, atendendo as diretrizes dos estudos e seminários realizados em 2009, que resultou no Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. Em 2010, iniciou-se também a discussão da regulamentação do Decreto mediante a elaboração de uma Portaria Interministerial do Cadastro Socioeconômico, envolvendo trabalho de articulação interinstitucional com os Ministérios: MME, MMA, MPA, MAPA, MDA e a Secretaria Geral da Presidência da República.

Em 2010, foram concluídos os trabalhos da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH. A Comissão foi instituída com os seguintes objetivos: acompanhar denúncias, encaminhadas ao CDDPH, de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no País, e apresentar sugestões e propostas no que concerne à mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação dessas barragens e a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas. O Ministério de Minas e Energia apresentou um Relatório Final alternativo, elaborado pelo Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental, incluindo as considerações do Setor Elétrico aos estudos apresentados.

No âmbito dos passivos sociais, o NESA acompanhou o andamento do Fundo de Desenvolvimento da região de influência da UHE Cana Brava e Serra da Mesa e do Acordo Social do APM de Manso (Aproveitamento de Usos Múltiplos de Manso). Participou do processo de negociação dos passivos ambientais da UHE Serra da Mesa, o qual foi concluído com o pagamento das indenizações ao público identificado na Auditoria Social como elegível.

O NESA participou também do Grupo de Trabalho Intergovernamental (Decreto s/nº, de 19 de novembro de 2009 instituído para elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS-Xingu, na região de influência da UHE Belo Monte, com a conclusão do PDRS-Xingu; e emissão do Decreto nº 7.340 de 21 de outubro de 2010, o qual instituiu o referido Plano, o seu Comitê Gestor e dá outras providências.

Destaca-se ainda, a conclusão do Termo de Acordo para a definição de enquadramento de pescadores como atingidos por empreendimentos hidrelétricos, o trabalho de articulação institucional que envolveu os seguintes ministérios: MME/NESA, MMA/IBAMA e MPA.

Acompanhamento e Gestão do Licenciamento Ambiental de Empreendimentos do Setor Elétrico

No que se refere ao PAC, foram realizadas reuniões sistemáticas junto à Casa Civil para Balanço e evolução dos projetos de geração e transmissão de energia, com análise e definição de cronograma dos empreendimentos, visando atender as metas definidas pelo programa. Também foram realizadas reuniões mensais, com as empresas do Sistema Eletrobras: Furnas, Chesf, Eletronorte e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. As reuniões foram coordenadas pelo MME, visando o

acompanhamento das ações dos empreendedores e dos diversos órgãos intervenientes nos processos de licenciamento ambiental.

Visando garantir as condições socioambientais de atendimento às metas de geração e transmissão de energia elétrica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Decenal de Expansão do Setor Elétrico foram desenvolvidas atividades de articulação com concessionários, órgãos ambientais e demais gestores em questões referentes a Unidades de Conservação, patrimônio cultural, étnico, antropológico e socioambiental como: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Cultural Palmares, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMbio, Agência Nacional de Águas - ANA, Ministério da Saúde e outros. Destaque para reunião no Estado da Bahia, com o Instituto de Meio Ambiente – IMA/BA, com o objetivo de definir estratégias para o andamento dos processos de licenciamento ambiental de Usinas Eólicas e Linhas de Transmissão de energia.

No processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, em 2010 foram obtidas licenças ambientais para cerca de 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas, 15 Aproveitamentos/Usinas Hidrelétricas, 29 Usinas Termelétricas, e 53 Linhas de Transmissão/ Subestações.

Dentre os aproveitamentos hidrelétricos licenciados, destacam-se as obtenções das Licenças Prévias – LP's do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (11.233MW), Teles Pires (1.820 MW), Colider (300 MW), Ferreira Gomes (252 MW), Garibaldi (177,9 MW), Cachoeira (63 MW) e Estreito (56 MW), totalizando 13.901,9 MW de potência. Destacam-se ainda a emissão das Licenças de Operação – LO's das Usinas Hidrelétricas Foz do Chapecó, Estreito do Tocantins, Dardanelos, Caçu, Foz do Rio Claro, Rondon II, Salto do Rio Verdinho e Barra dos Coqueiros, totalizando 2.330,5 MW.

Para os empreendimentos de transmissão de energia, os destaques são:

- Interligação Tucuruí – Macapá – Manaus
Obtenção de Licenças de Instalação para todos os trechos.
- Interligação Madeira – Porto Velho – Araraquara
Obtenção de Licenças de Instalação para as subestações Coletora Porto Velho;
Obtenção da Licença de Instalação para a Subestação Araraquara;
Obtenção das Licenças de Instalação para o início das obras civis das estações retificadora e inversora (Estação Conversora 01 CA/CC e Estação Inversora 01 CC/CA);
Obtenção da Licença Prévia para a LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde;
Obtenção da Licença Prévia para os lotes D e F, compostos pela Liha de Transmissão 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara, 2 nº 01, Estação Retificadora CA/CC nº 2 e Estação Inversora CC/CA nº02.
Obtenção da Licença Prévia para os lotes C e G da Interligação Porto Velho – Araraquara, compostos pela Linha de Transmissão 600kV CC Coletora Porto Velho – Araraquara, 2 nº 02, Estação Retificadora CA/CC nº 01 e Estação Inversora CC/CA nº 01
- Interligação Norte – Nordeste
Obtenção de Licenças de Operação para a LT Colinas – São João do Piauí
Obtenção de Licenças de Operação para a LT São João do Piauí – Milagres
- Linha de Transmissão Itararé – Jaguariaíva

Obtenção da Licença de Operação

Destaque também para emissão da Licença de Operação da Usina Termelétrica Presidente Médice – fase C (Candiota III).

Monitoramento e gestão dos empreendimentos

- Participação em Grupo de Trabalho, instituído no âmbito do PAC, para avaliação e acompanhamento da implantação dos empreendimentos da Interligação Madeira – Porto Velho- Araraquara.
- Participação em audiências públicas dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Sinop, Couto Magalhães, Teles Pires e, da Interligação Madeira – Porto Velho – Araraquara, circuitos 1 e 2
- Participação em reuniões de Monitoramento dos Empreendimentos de Transmissão e da expansão da geração, realizadas mensalmente com o objetivo de avaliar o estágio dos cronogramas dos empreendimentos concedidos e/ou autorizados, incluindo os componentes socioambientais, com vistas à atualização das informações para o Programa Mensal de Operação - PMO e para o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

No monitoramento, o NESA vem aprimorando a forma de disponibilização de informações às secretarias do MME, seguindo com as tratativas de implementação do sistema de gerenciamento das informações socioambientais e legais dos empreendimentos.

e.III) Atividades do Gabinete do Ministro

O Gabinete do Ministro – GM é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado que, além de outras atribuições, por intermédio das Unidades que compõem a sua estrutura reúne as seguintes competências:

- Assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;
- Manter permanente articulação com os órgãos da administração direta e entidades vinculadas ao Ministério, no sentido de solucionar os assuntos submetidos à consideração do Ministro de Estado;
- Exercer o controle sobre as correspondências, documentos e os processos destinados ao Ministro de Estado;
- Organizar e acompanhar a agenda diária de compromissos do Ministro de Estado, bem como assisti-lo no desempenho de suas funções como membro de órgãos colegiados de deliberação superior;
- Preparar e promover a divulgação, junto à mídia, de matérias e notícias de interesse do Ministério de Minas e Energia – MME e das suas entidades vinculadas, incluindo jornais, rádios, televisões, agências noticiosas e revistas do Brasil e do exterior, bem como relacionar-se com jornalistas e a imprensa credenciada, inclusive no tocante à coordenação de entrevistas, coletivas ou exclusivas, de autoridades do Ministério junto aos veículos de comunicação;
- Exercer controle e orientar a divulgação de material jornalístico e publicitário, produzido pelos órgãos e entidades do Ministério, bem como acompanhar o noticiário escrito e falado de

veículos de divulgação, destacando e distribuindo aos órgãos e entidades do Ministério matérias de seu interesse;

- Elaborar e promover a execução de planos e campanhas de relações públicas do Ministério, em nível interno e externo, bem como organizar e participar de promoções, eventos e cerimônias, no âmbito do Ministério;
- Organizar a recepção de autoridades visitantes ao Ministério, manter controle dos compromissos político-sociais do Ministro de Estado e elaborar a respectiva programação e correspondências pertinentes;
- Atender às necessidades de assessoramento e informação do Ministro de Estado e de dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério, quanto às atividades do Congresso Nacional, bem como acompanhar, junto àquela Casa, a tramitação de projetos de interesse do Ministério de Minas e Energia e providenciar o atendimento às solicitações, às interpelações e aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo;
- Articular-se com as esferas federal, estadual, municipal e entidades de classe, sobre matéria legislativa de interesse do Ministério e fazer o acompanhamento das ações do Poder Legislativo relativas à área de atuação do Ministério, com vistas a subsidiar as providências requeridas em cada assunto específico;
- Assistir ao Ministro de Estado e às demais autoridades do Ministério e das entidades vinculadas, quando em missões junto ao Congresso Nacional, assim como zelar pelo acompanhamento e atendimento das demandas relativas à elaboração de pareceres sobre projetos em tramitação naquela Casa, no sentido de, a partir das informações prestadas pelos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, assegurar o adequado e tempestivo encaminhamento das questões dessa natureza;
- Providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;
- Coordenar, promover, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, composição, edição, revisão, expedição e arquivamento de correspondências, atos e demais documentos, assim como o registro de documentos, correspondências e processos destinados ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro, bem como sua tramitação e guarda, consoante as normas específicas;
- Assistir ao Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais, promovendo articulação com o Ministério das Relações Exteriores, visando o relacionamento harmônico entre as instâncias, inclusive na análise e proposição de ações para a promoção comercial externa de produtos e serviços dos setores energéticos e de minas, por determinação do Ministro de Estado;
- Assistir ao Ministro de Estado e aos dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério na coordenação e supervisão dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais, nos segmentos de atuação do MME;
- Orientar e subsidiar as ações de integração energética, no âmbito internacional, assim como prestar apoio às missões estrangeiras, visando dar o suporte que se fizer necessário para concretizar ações relacionadas com as áreas específicas do Ministério;
- Organizar, orientar e subsidiar a participação do Ministro de Estado ou de seu representante em foros e reuniões internacionais relacionados à área de atuação do Ministério; e
- Promover a condução de atividades de ouvidoria-geral, oferecendo aos cidadãos, que apresentam solicitações ao Ministério, auxílio na tramitação de suas demandas de modo a buscar as soluções necessárias, bem como permitir às áreas do MME aprimoramento dos seus processos de trabalho a partir da natureza das demandas recebidas.

Realizações do Gabinete do Ministro – GM

Para a consecução das atividades mencionadas nos parágrafos anteriores, o Gabinete do Ministro tem a seguinte estrutura:

- 1) - Ouvidoria-Geral - OUVIR
- 2) - Assessoria Parlamentar - ASPAR
- 3) - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
- 4) - Assessoria Internacional - ASSINT
- 5) - Assessoria Técnica e Administrativa – ASTAD

No que tange às atividades de assessoramento mais direto ao Ministro de Estado, no exercício de 2010 foram realizados diversos trabalhos, cotidianamente, a exemplo de:

- Elaboração de material técnico de suporte ao Ministro de Estado, tais como notas técnicas, relatórios, *releases*, apresentações, discursos, entre muitos outros;
- Coleta, triagem e análise de dados técnicos de modo a oferecer subsídios ao Ministro de Estado em diversas questões, sistematicamente, no âmbito do MME e no ambiente externo;
- Elaboração de todos os atos a serem firmados pelo Ministro de Estado, incluindo avisos, exposições de motivos, ofícios, portarias e outros atos regulamentares;
- Assessoramento ao Ministro de Estado no acompanhamento de questões específicas, que requeiram atuação ao nível do Gabinete do Ministro;
- Planejamento e acompanhamento de toda a logística necessária aos deslocamentos do Ministro de Estado, no Brasil e no exterior;
- Registro e atualização da composição de Conselhos de Administração e Fiscais, de todas as Empresas vinculadas ao MME, bem como acompanhamento dos respectivos mandatos;
- Assessoramento ao Ministro de Estado em todas as questões inerentes às atividades de Controle Interno, incluindo a tramitação das prestações de contas anuais, os relatórios de auditoria e demais demandas da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, bem como na articulação e relacionamento com esses Órgãos de Controle.
- Planejamento, organização, acompanhamento e registro de todas as audiências concedidas a parlamentares, autoridades governamentais, agentes setoriais, empresários dos setores de minas e energia, representantes de organismos estrangeiros, potenciais investidores, representantes de associação setoriais, entre outros;
- Elaboração e registro de todas as memórias de reuniões do Gabinete, bem como acompanhamento acerca das providências inerentes a cada uma delas;
- Manutenção e atualização do sistema “*Share Point*”, que permite o acompanhamento gerencial e compartilhamento da condução de procedimentos, tarefas e projetos pelo Gabinete do Ministro e demais áreas do Ministério;
- Assessoramento ao Ministro de Estado em relação às tratativas e demandas inerentes aos Entes Federativos a partir do acompanhamento e registro de temas dirigidos ao Ministério por Estados e Municípios e Distrito Federal;
- Assessoramento na elaboração de apresentações técnicas inerentes às áreas de atuação do Ministério;

- Assessoramento na elaboração de material de conteúdo técnico a ser divulgado pelo Ministro de Estado junto aos públicos externos ou aos meios de comunicação.

Nos parágrafos seguintes estão indicadas as principais realizações de 2010, por áreas específicas, consolidando, assim, relatório inerente à gestão do Gabinete do Ministro no referido exercício.

1) Ouvidoria-Geral – OUVIR

A Ouvidoria foi criada pelo Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, em consonância com a determinação do Governo Federal de promover contínua e efetivamente a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão e dos serviços públicos prestados à sociedade. A Portaria nº 144, de 26 de junho de 2006, do Ministério de Minas e Energia que aprovou o regimento interno do Gabinete do Ministro, lista no artigo oitavo as competências da Ouvidoria-Geral do MME.

A Ouvidoria-Geral tem como principal objetivo de ser um canal direto de comunicação com o cidadão, garantindo-lhe o direito de se manifestar sobre os serviços prestados pelo MME e suas Unidades vinculadas, participar do processo de cidadania, ter direito à informação, ter a sua reivindicação recebida, encaminhada e devidamente instruída. Partindo do princípio que nenhuma pergunta pode ficar sem resposta e que toda manifestação deve ser considerada importante.

O cidadão pode enviar reclamação, elogio, solicitação, sugestão, denúncia para o MME. Para isso, pode utilizar o Correio Eletrônico do MME por meio do endereço: ouvidoria.geral@mme.gov.br; telefone e correspondência.

No exercício de suas competências, ao longo do ano de 2010, devem ser destacadas as principais realizações da Ouvidoria-Geral:

- atendimento aos cidadãos nas reivindicações não solucionadas diretamente pelas áreas do Ministério, Órgãos e Empresas a ele vinculados, e concessionários setoriais, responsáveis pelo seu atendimento;
- representação do Ministério de Minas e Energia em entidades e organizações internas e externas e fóruns relacionados à atividade de Ouvidoria;
- promoção de entendimentos com os dirigentes dos órgãos e das entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à área de competência inerente aos trabalhos de Ouvidoria-Geral;
- atendimento às partes interessadas - cidadão, órgãos internos e entidades externas - em assuntos relativos à atividade de Ouvidoria e sob sua responsabilidade;
- intermediação nas relações entre os cidadãos e o Ministério, exercendo suas competências, incluindo o acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias junto aos órgãos internos e entidades vinculadas, no sentido de assegurar respostas aos cidadãos;
- estabelecimento de canais de comunicação destinados a facilitar e a agilizar o trâmite das manifestações apresentadas pelos cidadãos e a solução dos pleitos delas decorrentes
- realização, direta ou indiretamente, do acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias à apuração das reclamações e denúncias formuladas, informando ao demandante, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos;
- registro e disseminação de informações e conhecimentos aos titulares dos órgãos do MME e de suas entidades vinculadas, sobre reclamações a respeito de deficiências nas respectivas áreas de atuação, solicitando que sejam promovidos os meios próprios destinados a prevenir,

combater e fazer cessar qualquer conduta inadequada à administração pública, empreendendo melhoria e eficácia na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral;

- participações em cursos e seminários específicos, com o objetivo de aprimorar a atuação dos servidores que atuam na Ouvidoria-Geral;
- implementação de melhorias no sistema destinado à recepção, triagem e tramitação das demandas oriundas de todas as partes do País.

Em relação à natureza e às quantidades das demandas apresentadas, no exercício de 2010, as tabelas a seguir ilustram estas características:

Tabela XIV: Demandas (OUVIR)

CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS APRESENTADAS	QUANTIDADES
Solicitação	1.557
Reclamação	830
Sugestão	83
Denúncia	73
Outros	35
Elogios	13

Fonte: Gabinete do Ministro (GM)

Tabela XV: Demandas por Áreas de Interesse

CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS APRESENTADAS-INTERNAS	QUANTIDADES
Secretaria de Energia Elétrica (Programa Luz para Todos)	695
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético	375
OUVIDORIA	168
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis	126
Secretaria de Energia Elétrica	77
Coordenação Geral de Recursos Humanos	62
Secretaria de Geologia Mineração e Transformação Mineral	53
Consultoria Jurídica	20
SECRETARIA EXECUTIVA	15
Gabinete do Ministro	14
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	14
Assessoria de Comunicação Social	13
Assessoria Econômica	6
Assessoria Internacional	2
Assessoria Parlamentar	1

Fonte: Gabinete do Ministro (GM)

CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS APRESENTADAS-EXTERNAS	QUANTIDADES
ANEEL	441
PETROBRAS	131
DNPM	93
Concessionárias	53
ELETROBRAS	36
CHESF	31
CPRM	21
PROMINP	22
ANP	10
ELETRONORTE	15
ELETRONUCLEAR	14
TRANSPETRO	13
Outros	40
FURNAS	9
CEB	8
TBG	5
TOTAL GERAL	2583

Fonte: Gabinete do Ministro (GM)

2) - Assessoria Parlamentar – ASPAR

A Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia vincula-se ao Gabinete do Ministro e tem por finalidade prestar apoio e assessorar o Ministro de Estado e demais autoridades do MME em assuntos relacionados ao Congresso Nacional.

Durante todo o ano de 2010 a Assessoria Parlamentar - ASPAR auxiliou o Ministério de Minas e Energia na representação política e legislativa junto ao Congresso Nacional, acompanhando a tramitação de proposições e matérias de interesse do MME, bem como atendendo às solicitações encaminhadas por congressistas ao Ministério.

Em 2010 a ASPAR/MME participou de compromissos, audiências e eventos do Ministro de Estado e demais autoridades do MME que tiveram a participação de parlamentares ou que envolviam o Congresso Nacional, visando promover uma maior interação dos congressistas com os programas desenvolvidos nas áreas de energia, mineração e Petróleo e Gás.

Audiências e Eventos

Senado Federal

No Senado Federal, a ASPAR/MME acompanhou todas as audiências públicas e seminários, nas Comissões Permanentes e Comissões Especiais, que possuíam relação com o Ministério, perfazendo um total de 29 eventos.

Em especial, destacamos aquelas em que o Exmo. Senhor Ministro de Minas e Energia participou como palestrante:

- **25 de Março de 2010** - AUDIÊNCIA PÚBLICA, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que debateu o marco regulatório da exploração dos recursos minerais.
Palestrante: Exmo. Sr. Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME
- **25 de Maio de 2010** - AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, nas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e na Subcomissão de Belo Monte, que debateu a atual situação do setor elétrico brasileiro, apresentando um quadro sobre capacidade de geração instalada, o panorama do sistema de distribuição, a previsão de elevação da demanda e as medidas que estão sendo executadas para o atendimento da demanda futura, bem como sobre o planejamento do que ainda não foi iniciado.
Palestrante: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME

Câmara dos Deputados

Na Câmara dos Deputados, a ASPAR/MME acompanhou todas as audiências públicas e seminários, nas Comissões Permanentes e Comissões Especiais, que possuíam relação com o Ministério, perfazendo um total de 14 eventos.

Em especial, destacamos aquela em que o Exmo. Senhor Ministro de Minas e Energia participou como palestrante:

- **17 de Março de 2010** - AUDIÊNCIA PÚBLICA, na Comissão de Minas e Energia, que debateu sobre o “NOVO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO”.
Palestrante: Exmo. Sr. Edison Lobão – Ministro de Estado de Minas e Energia – MME

Aperfeiçoamento da Legislação

No Congresso Nacional, a ASPAR/MME acompanha aproximadamente 1.160 propostas legislativas, como: Projetos de Lei, Projetos de Emenda à Constituição, Medidas Provisórias, entre

outros, que buscam modificar, de alguma forma, as legislações aplicadas aos setores de Energia, Mineração e Petróleo e Gás.

Nesse contexto, as proposições que foram convertidas em norma jurídica no ano de 2010 e que tiveram relação com este ministério, foram:

- a. **LEI Nº 12.212, DE 20 DE JANEIRO DE 2010.** Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências.
- b. **LEI Nº 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010.** Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC e dá outras providências.
- c. **LEI Nº 12.276, DE 30 DE JUNHO DE 2010** que Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências.
- d. **LEI Nº 12.304, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.** Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências.
- e. **LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.** Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.
- f. **LEI Nº 12.375, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010.** Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; transforma Funções Comissionadas Técnicas em cargos em comissão, criadas pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 8.460, de 17 de setembro de 1992, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 11.941, de 27 de maio de 2009, 8.685, de 20 de julho de 1993, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivo da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Em se tratando das regulamentações das Leis Ordinárias, cuja esfera de competência é o Ministério de Minas e Energia e que a ASPAR/MME acompanhou durante todo o ano de 2010, temos:

- Decreto nº 7.204, de 8 de Junho de 2010. Regulamenta o parágrafo único do art. 1o e o art. 4o - A da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica.
- Decreto nº 7.246, de 28 de Julho de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o serviço de energia elétrica dos Sistemas Isolados, as instalações

de transmissão de interligações internacionais no Sistema Interligado Nacional - SIN, e dá outras providências.

- Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010. Regulamenta os Capítulos I a VI e VIII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

Outras Demandas

O Ministério de Minas e Energia – MME, por meio da ASPAR/MME, acompanhou e respondeu aproximadamente 65 Requerimentos de Informação encaminhados pelas duas casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

3) Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Nos trabalhos de planejar, promover, coordenar e orientar as atividades de comunicação de governo, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME, observada a orientação normativa do órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, a ASCOM concretizou as seguintes realizações:

- Divulgou as ações do Ministério e Secretarias na mídia internacional e nacional;
- Produziu matérias para a home page do MME e página das Secretarias;
- Produziu releases para divulgar as ações do MME e Secretarias;
- Apoio na produção de material da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR sobre temas relacionados ao Pré-sal, mineração, planejamento energético, biodiesel, biocombustível, etanol, entre outros;
- Participação de reuniões promovidas pela SECOM/PR para tratar de estratégias de interesse do MME;
- Produção de artigos e pronunciamentos de apoio ao Ministro;
- Produção de clipping eletrônico diário para o Ministro de Estado, autoridades do MME e demais funcionários. E inserção do clipping na Intranet;
- Reuniões/contatos permanentes com jornalistas (colunistas) dos principais periódicos brasileiros para divulgações de ações específicas de interesse do Ministério;
- Produção de matérias para a Intranet, com o objetivo de melhorar o canal de comunicação do MME com seu público interno;
- Acompanhamento das notícias veiculadas nos jornais, rádios e TV's;
- Acompanhamento em tempo real das notícias veiculadas na web;
- Leitura diária da mídia impressa da Radiobras para envio de resumo ao Ministro, sobre as principais notícias a respeito do MME e seus setores;
- Acompanhamento de autoridades do MME em eventos; e
- Acompanhamento de entrevistas concedidas pelo Ministro de Estado, Secretários, técnicos e outros servidores do Ministério.

Em relação à consecução dos referidos trabalhos, os seguintes dados devem ser ressaltados.

- **Produção interna:** durante o ano de 2010 foram produzidas 400 matérias publicadas no destaque foto, destaque 1, destaque 2 e destaque 3 da home page do MME, e replicadas nas páginas das Secretarias de acordo com a relevância e tema.
- **Análise de mídia:** no período de abril a dezembro foi feito acompanhamento de matérias veiculadas nos principais jornais do país, fazendo-se as respectivas triagens e análises de conteúdos, o que resultou na seleção de 549 matérias publicadas que citavam o Ministro ou o MME. O material foi levado ao conhecimento do Ministro de Estado;
- **Fomento:** apoio à produção de material da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR para o Portal Brasil, Blog do Planalto e para o programa “Café com o Presidente”.
- **Eventos:** a Ascom preparou releases e deu suporte às ações e eventos promovidos juntamente com a SECOM/PR relativos à inauguração de obras e hidrelétricas. Também deu apoio jornalístico a eventos do MME, como o WEO, evento internacional de hidroeletricidade realizado no Rio de Janeiro.
- **Mídias sociais:** a Ascom criou em 2010 um twitter institucional para replicar as notícias, matérias do MME e informar a agenda do Ministro em eventos externos. O twitter do MME tem mais de 900 seguidores.
- **Equipe:** a equipe da redação da Ascom é formada três profissionais de comunicação (assessor especial de comunicação do Ministro, chefe da comunicação social e uma assessora de imprensa), duas estagiárias (uma por turno) e um fotógrafo.

4) Assessoria Internacional – ASSINT

Durante o ano de 2010, a Assessoria Internacional desempenhou ações de apoio às atividades do Ministro de Estado e das demais autoridades do Ministério em audiências e outros compromissos com autoridades estrangeiras, reuniões e eventos multilaterais com a participação de representantes diplomáticos e comitivas estrangeiras, tanto na área de energia quanto de geologia e mineração.

O número de trabalhos realizados é significativo e crescente. Entre eles cabe destacar:

- Elaboração de cadernos informativos para subsidiar o Gabinete do Ministro e as áreas técnicas sobre temas internacionais de interesse do Ministério, em coordenação com o Ministério de Relações Exteriores;
- Apoio aos serviços de tradução nas reuniões de caráter internacional realizadas no MME;
- Tradução e revisão de minutas de documentos, de apresentações técnicas e de textos diversos;
- Apoio à participação do Ministro e do Secretário Executivo em eventos internacionais
- Apoio à participação de comitivas técnicas do MME em eventos internacionais
- Organização de videoconferências entre equipes técnicas do MME e contrapartes internacionais
- Participação em reuniões sobre temas internacionais em diversos Ministérios
- Elaboração de atas de reuniões
- Análise de propostas de documentos bilaterais internacionais
- Contatos com Embaixadas, organismos internacionais e organizações multilaterais

Foram recebidas no MME, em 2010, delegações da África do Sul, Bolívia, Cameroun, Canadá, China, Cingapura, Coreia, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos da América, Letônia, Libéria, Líbia, México, Moçambique, Nepal, Nigéria,

Noruega, País Basco, Países Baixos, Paraguai, Peru, Rússia, Ucrânia, Uruguai, Uzbequistão, Venezuela, Vietnã, Zâmbia. Também foram recebidas delegações das empresas British Petroleum, Stata Grid, KBC Bank, China Consortium e Sinochem.

Além disso, foi dado apoio às Secretarias finalísticas na recepção a empresas, grupos estrangeiros e agências de cooperação internacionais, tais como Banco Mundial, OLADE, UNIDO, Agência Internacional de Energia e NEPAD.

Tabela XVI: Resumo de Atividades (ASSINT)

Evento	Quantidade
Reuniões Bilaterais	20
Visitas de Embaixadores brasileiros	04
Visitas de Embaixadores estrangeiros	18

Fonte: Gabinete do Ministro (GM)

A ASSINT atuou ainda, no apoio à participação do Ministro e comitiva do MME na Expo Xangai 2010 e em missões internacionais ao México, Equador, Estados Unidos e Nicarágua.

DESTAQUES DA AGENDA INTERNACIONAL DO MME

1. Reunião com o Chanceler de Cameroun.

Em 10 de fevereiro, no Ministério de Minas e Energia, o Ministro reuniu-se com o chanceler de Cameroun sobre biocombustíveis e recursos minerais.

2. Ministra dos Negócios Estrangeiros da Libéria, Olubanke King Akerele

Dia 11 de fevereiro o Ministro recebeu delegação da Libéria para tratar das perspectivas de cooperação nas áreas de biocombustíveis e de exploração e comercialização de minérios.

3. Visita do Ministro do Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da Argentina, Julio De Vido

O Ministro de Minas e Energia reuniu-se em Brasília, em 04/06, com o Ministro Júlio de Vido, quando foi assinado memorando de entendimento confirmando o intercâmbio de energia entre Brasil e Argentina, para suprir as necessidades do país vizinho no inverno.

4. Participação nos encontros presidenciais no Brasil, com os mandatários do Uruguai, Libéria, China, Venezuela, Turquia, Nicarágua e Colômbia

O Ministro de Minas e Energia foi convidado para as reuniões de trabalho durante as visitas presidenciais de mandatários estrangeiros ao Brasil.

5. Visita oficial à China.

O Ministro de Minas e Energia esteve na China, na primeira semana de julho de 2010, onde cumpriu agenda na Expo Xangai 2010 e atendeu a compromissos de caráter técnico e político em Xangai e em Pequim.

6. Participação na I reunião ministerial da iniciativa Clean Energy

Ainda em julho, o Senhor Ministro de Minas e Energia deslocou-se a Washington, Estados Unidos, para participar da reunião ministerial Clean Energy. Na oportunidade, lançou iniciativas sobre bioenergia e sobre hidroeletricidade, e manteve reuniões bilaterais com o Diretor Executivo da Agência Internacional de Energia, com ministros da China, da Noruega e dos Estados Unidos. Com este último assinou documento de cooperação bilateral.

7. Reunião de trabalho com o Ministro do Petróleo da Noruega.

Em setembro, os ministros discutiram as mudanças no marco regulatório brasileiro para o pré-sal.

8. Conferência sobre Hidreletricidade Sustentável.

No âmbito da iniciativa lançada durante a Clean Energy Ministerial e do relacionamento com a Agência Internacional de Energia, o MME organizou, em coordenação com o Cepel, evento no Rio de Janeiro para tratar da Hidreletricidade como forma de promover o desenvolvimento Sustentável. Participaram delegados de 30 países.

5) Assessoria Técnica e Administrativa – ASTAD

No exercício de suas competências, ao longo do ano de 2010, devem ser destacadas as principais realizações da ASTAD conforme apresentado a seguir:

- Acompanhamento da tramitação de expedientes de interesse do Ministério, no âmbito interno e, quando demandado, em outras instâncias externas;
- Orientação, acompanhamento e encaminhamento no tocante à publicação dos atos e despachos do Ministro de Estado, do Chefe do Gabinete do Ministro e de seu Substituto, bem como das demais autoridades do Ministério;
- Protocolo e controle da tramitação, do arquivamento e guarda dos documentos, correspondências e processos remetidos ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro, bem como controle dos dados de referência;
- Manutenção do sigilo e segurança no trâmite e na guarda de correspondências e documentos de caráter confidencial e secreto, dirigidos ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro;
- Executar e controlar trabalhos de digitação, operar os aplicativos e sistemas e manter bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução das atividades informatizadas, no âmbito do Gabinete do Ministro;
- Conduzir providências com vistas à emissão de passaportes e concessão/renovação de vistos para autoridades do Ministério;
- Condução das atividades de caráter técnico-administrativo de responsabilidade do Gabinete;
- Produção de textos de documentos e expedientes oficiais;
- Correção e ajustes de minutas de expedientes a serem submetidos ao Ministro de Estado;

- Acompanhamento e controle da composição de conselhos de administração e fiscais, no âmbito das empresas vinculadas ao MME;
- Coordenação dos trabalhos de digitação e redação destinados ao Gabinete do Ministro;
- Condução de todos os procedimentos necessários ao encaminhamento à publicação de matérias no Diário Oficial da União.

Em relação às atividades de produção de documentos e de protocolo, expedição e tramitação de documentos e processos, cabe destacar o detalhamento do que foi realizado:

Tabela XVII: Redação (Produção de Textos)

TIPOS DE TEXTOS PRODUZIDOS	QUANTIDADES
Avisos	220
Exposições de Motivos	81
Ofícios e Expedientes Diversos	2883
Portarias	1008
Clipping do Diário Oficial da União	268
Correções de Textos	3309
Matérias para publicação na Imprensa Nacional	1367
TOTAL GERAL	9136

Fonte: Gabinete do Ministro (GM)

- **Protocolo (expedição e tramitações)**

Tabela XVIII: Expedições

TIPOS DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS	QUANTIDADES
Avisos	220
Exposição de Motivos	81
Ofícios e Expedientes Diversos	2883
TOTAL GERAL	3184

Fonte: Gabinete do Ministro (GM)

Tabela XIX: Tramitações

TIPOS DE DOCUMENTOS QUE FORAM TRAMITADOS	QUANTIDADES
Avisos, Boletins, Cartas, Fax, Memorandos, Notas Técnicas, Ofícios, Pareceres, Processos, Relatórios e Expedientes Diversos.	16.723

Fonte: Gabinete do Ministro (GM)

f) Avaliação Sistêmica

Tendo em vista a exigência da CGU (Portaria nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010, item 4.5) para que a Unidade Agregadora reúna “informações que possibilitem a avaliação sistêmica das políticas públicas executadas pelo conjunto de UJ agregadas”, apresenta-se a seguir essa avaliação referente às Secretarias Finalísticas, considerando as Políticas Públicas do Governo Federal, as atribuições regimentais e as atividades realizadas na gestão de 2010.

f.I) Secretaria de Energia Elétrica – SEE

A análise do Relatório de Gestão - Exercício 2010, no que se refere às competências da Secretaria de Energia Elétrica – SEE, destacou as ações, com foco no cumprimento das atribuições regimentais da SEE, de maneira a mensurar os resultados alcançados, nas seguintes vertentes:

- Contribuição para o cumprimento das políticas públicas atribuídas ao MME;
- Contribuição para alcance das metas setoriais atribuídas ao MME;
- Execução das atribuições da SEE.

Cada vertente foi avaliada com a preocupação constante da busca do equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, da universalização do acesso à energia, da modicidade tarifária e do equilíbrio econômico-financeiro dos agentes setoriais, destacando as atividades do ambiente de expansão e operação do sistema elétrico e as atividades do ambiente de resposta, do mercado consumidor, à satisfação de suas necessidades.

AMBIENTE DE OFERTA

Geração de Energia Elétrica – A capacidade de geração de energia elétrica, em potência instalada, ao final de 2010 totalizou 112.399 MW. O incremento de 6.146 MW ofereceu ao sistema de produção de eletricidade mais recursos para fazer face ao crescimento do mercado nacional, quer em exportações quer em ampliações do consumo interno. A matriz de produção de energia elétrica evoluiu, mantendo o predomínio de produção por fontes renováveis, aproximadamente 80%, que emitem menos gases poluentes no meio ambiente e causam menores custos de produção de eletricidade, o que favorece a modicidade tarifária.

Sistema de Transmissão e Transformação de Energia Elétrica – O sistema de transmissão de energia elétrica, ao final de 2009, era de 97.349 km, passando para 99.870 km, em dezembro de 2010. Parte desse crescimento foi proporcionada pela conclusão dos empreendimentos de transmissão da LT Presidente Médici/Santa Cruz - 230 kV, com 233 km e LT Paraíso/Açu – 230 kV, com 135 km. A primeira LT permite o escoamento da UTE Candiota (3.050 MW) e aumenta a confiabilidade de atendimento à região Sul do estado do Rio Grande do Sul. A segunda é importante, pois, além de se tratar de um reforço no sistema de transmissão, que permite escoar a geração da UTE Jesus Soares Pereira, aumenta a confiabilidade no eixo, em 230 kV Paraíso/Açu II-Mossoró II, atendendo ao critério N-1 de confiabilidade.

Outra obra importante na transmissão, energizada em dezembro de 2010, foi a Interligação Norte-Nordeste, composta pela LT Colinas/Ribeiro Gonçalves/São João do Piauí, 500 kV, 720 km, e São João do Piauí/Milagres, 500 kV, 400 km. Os empreendimentos integram o Sistema de Interligação entre os subsistemas Norte e Nordeste e propiciam aumento na capacidade de intercâmbio de energia entre estas duas regiões.

Interligação dos Sistemas Isolados – Os Sistemas Isolados passam por um processo de intensa transformação. Três importantes ações estratégicas estão sendo implantadas na Região: a primeira, com a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos estados do Amazonas e Amapá ao SIN; a segunda, com a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a terceira, a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região. Os estados do Acre e Rondônia já se encontram interligados ao Sistema Nacional, desde novembro de 2009, e os estados do Amazonas e Amapá deverão ser interligados em 2012.

Gestão do Setor Elétrico – As atividades institucionais de gestão priorizaram o monitoramento da evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica, no território nacional, em conformidade com a política tarifária vigente. Quando necessário houve participação na implementação de políticas que asseguram o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda, nos estudos para definição de tarifas diferenciadas para classes especiais de consumo e processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais. A modicidade tarifária manifesta-se como consequência da aplicação dos seguintes princípios nos trabalhos de gestão do setor:

- Evitar novos subsídios ou descontos tarifários que gerem impactos nas tarifas;
- Evitar aumento dos percentuais dos subsídios ou descontos tarifários já existentes;
- Priorizar tecnologias que levem à redução tarifária e melhorem a qualidade dos serviços de energia elétrica;
- Aperfeiçoar o processo de comercialização da energia elétrica;

A gestão da aplicação dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE preocupou-se com o uso dos valores arrecadados de forma a não provocar aumentos tarifários acima dos programados, o que foi conseguido pela liberação controlada dos subsídios para o Carvão Mineral Nacional e das parcelas utilizadas no Programa Luz para Todos – LPT. A parte da Reserva Global de Reversão – RGR, usada no LPT, também foi feita, em acordo com a Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras, de forma a manter o equilíbrio do sistema arrecadador.

AMBIENTE DE DEMANDA

Mercado Consumidor – A energia elétrica produzida em 2009 foi de 469.467 GWh e a de 2010 foi de 505.684 GWh, com crescimento anual de 7,7%. A classe de consumo industrial teve crescimento de 10,1%, a classe de consumo residencial obteve acréscimo de 6,4% e a classe comercial cresceu 5,9%. O índice de perdas total, soma das perdas de transmissão e distribuição, cresceu 7% em 2010, quando comparado ao ano de 2009, indicando que os fortes desvios sociais na energia medida nos sistema de distribuição persistem. O Número de Unidades Consumidoras Totais – NUCT aumentou de 65,546 milhões, em 2009, para 67,919 milhões, em 2010. O incremento de 3,6% supera o aumento demográfico da população porque as ligações do Programa Luz para Todos aumentam a taxa de atendimento do país, com incorporação de domicílios das regiões rurais que ainda não contavam com o benefício da eletricidade.

Programa Luz para Todos - LpT – O LpT, que originalmente deveria terminar em 2008, foi prorrogado, pelo Decreto nº 6.442/2008, até o ano de 2010, e novamente prorrogada pelo Decreto nº 7.324, para dezembro de 2011, com o objetivo de garantir a execução das obras contratadas até outubro de 2010. Em continuação à implantação do LpT, já agora na fase de prorrogação, o sistema venceu dificuldades como o excesso de chuvas e problemas de licitação das obras nas empresas federalizadas, para fazer 419.204 ligações de domicílios em 2010, o que significa mais de 2 milhões de pessoas que passaram a ter energia elétrica em suas residências. Estima-se que a execução das

obras em 2010 tenha promovido a inserção de 63 mil pessoas no mercado de trabalho e foram utilizados 1 milhão de postes, 154 mil transformadores e 200 mil km de cabos elétricos.

Ações Integradas – O Manual de Operacionalização do LpT estabelece, como um de seus objetivos, a integração com programas sociais e de desenvolvimento rural do Governo Federal e dos Governos Estaduais, o que assegura que o esforço de eletrificação do campo incremente a produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, aumento da renda e inclusão social da população beneficiada. A parceria com outros Ministérios tem-se mostrado promissora, nas ações de implantação de Centros de Treinamentos dos Cidadãos, implantação de centenas de Centros Comunitários de Produção – CCP e instalação de tanques de resfriamento de leite, com coleta higienizada do produto para comercialização. O LpT contribui de forma destacada com o programa de Territórios da Cidadania, cujo combate às desigualdades no meio rural é feito com integração de políticas públicas do Governo Federal. Essas ações são desenvolvidas em parceria com estados, municípios e sociedade civil.

Integrações Internacionais – O Brasil possui sistema de intercâmbio de energia elétrica com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Venezuela. No caso do Uruguai, Argentina e Paraguai o intercâmbio é feito por meio de conversoras de frequência porque estes países utilizam sistema elétrico em 50 ciclos, enquanto o brasileiro é de 60 ciclos. As conexões são em 230 kV e 500 kV e existe possibilidade de exportação e importação de energia elétrica. No caso da Bolívia e Colômbia o intercâmbio é feito por conexão em tensão de distribuição, em 13,8 kV, em cidades de fronteira nos estados de Mato Grosso, Acre e Amazonas. No caso da Venezuela, o intercâmbio é feito por conexão em 230 kV, apenas com a modalidade de importação de energia elétrica para abastecer o estado de Roraima. Os sistemas de energia elétrica da Bolívia, Colômbia e Venezuela são em 60 ciclos.

PRINCIPAIS AÇÕES DE 2010

Geração de Energia Elétrica

- Acréscimo de potência no SIN 6.146 MW;
- Entrada em operação da UHE Foz do Chapecó (850 MW);
- Leilão da UHE Belo Monte, realizado em 20 de abril de 2010;
- Leilão de usinas eólicas – 70 projetos, preço médio R\$ 122,00 - 2.047,8 MW;
- Leilão da UHE Teles Pires (1.820 MW), UHE Colíder (300 MW) e UHE Garibaldi (179,9 MW);
- Avanço em ritmo acelerado da construção da UHE Jirau (3.300 MW) e UHE Santo Antônio (3.150 MW).

Sistema de Transmissão e Transformação de Energia Elétrica

- Adicionados 2.522 km de linhas de transmissão e 7.364 MVA de capacidade de transformação ao Sistema Elétrico Brasileiro;
- Emissão da Licença Prévia (LP) e de Instalação (LI) da Linha de Transmissão Tucuruí / Macapá /Manaus (1.826 km);
- Entrada em operação da Interligação Norte/Nordeste, composta pela LT Colinas/Ribeiro Gonçalves/São João do Piauí, 500 kV, 720 km e LT São João do Piauí/Milagres, 500 kV, 400 km.

Gestão do Setor Elétrico

- Acompanhamento dos processos de reajustes tarifários anuais e revisões periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica, constituídos até setembro de 2010 de 44 reajustes e 1 revisão;
- Simulações de impactos tarifários de subsídios, descontos, ampliação das metas do LPT;
- Participação da regulamentação da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, que trata da Tarifa Social de Energia Elétrica, acompanhamento da implementação e operacionalização dessa Política Pública;
- Acompanhamento do processo de alterações metodológicas da nova estrutura das Tarifas de Energia Elétrica realizado pela Aneel;
- Apoio ao Grupo de Trabalho-GT criado pela Portaria MME nº 440, de 15/04/2010, com o objetivo de analisar e identificar ações necessárias para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas para a implantação de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente - *“Smart Grid”*.

Programa Luz para Todos – LpT

- Efetuadas 419.204 novas ligações em 2010;
- Beneficiadas 2.096.020 pessoas;
- Contratados R\$ 2,638 bilhões pelo Governo Federal;
- Liberados R\$ 1,977 bilhão pelo Governo Federal;
- Lançamento do livro comemorativo dos 2.000.000 de ligações, com versões em português, inglês e espanhol.

CONCLUSÃO

Os resultados das atividades da Secretaria de Energia Elétrica - SEE, executadas no ano de 2010, mostram consequência do exercício de suas competências, estabelecidas no Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004. Quando se avalia o comportamento dos indicadores e metas setoriais envolvidos nas complexas variáveis do ambiente de oferta e do ambiente de demanda de energia elétrica, constata-se forte contribuição na implantação das Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas para o MME. As realizações, calcadas nas diretrizes e formulações políticas setoriais, emanadas do Governo Federal, são condizentes com os recursos humanos especializados disponíveis, superam as expectativas criadas pela parcimônia dos recursos financeiros disponíveis e corroboram a qualidade do ordenamento jurídico do setor elétrico nacional.

Sob todos os aspectos, a avaliação das atuações da SEE, no ano de 2010, quer se refira à análise de temas restritos, quer se refira à análise de temas ampliados, mostra comportamento quantitativo e qualitativo condizente com o que a sociedade espera do sistema elétrico nacional.

f.II) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE

1 - Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas no Plano Plurianual:

Políticas Públicas:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

Metas setoriais:

- Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional, por um processo de planejamento participativo, que promova a diversificação da matriz energética, o uso de fontes renováveis, a eficiência e conservação de energia, incentivando a integração energética, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor;
- Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade e confiabilidade, sob regras econômico-financeiras e políticas que permitam a remuneração atrativa dos investimentos, em harmonia com os princípios da modicidade tarifária, do desenvolvimento sustentável e da universalização e inclusão social.

2 - Principais ações e atividades realizadas ao longo do ano de 2010:

As ações e atividades realizadas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético ao longo do ano de 2010 resultam dos trabalhos de suas áreas componentes e podem ser sintetizadas como:

2.1. Balanço Energético Nacional e Matriz Energética

As principais ações e atividades neste segmento foram: a) A Publicação da Resenha Energética Brasileira no início de 2010, contendo as Matrizes Energéticas do exercício de 2009 e outras informações relevantes, com manutenção de página na rede mundial de computadores; b) Elaboração de indicadores de emissões para projetos de crédito de carbono, c) Intercâmbio de informações energéticas com a Organização Latino-Americana de Energia, Agência Internacional de Energia, Nações Unidas e IBGE; d) Atualização de indicadores energéticos para compor a edição de 2010 dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, da Presidência da República; e) Confecção de banco de dados de indicadores energéticos mundiais.

2.2. Plano Decenal de Expansão da Energia

O Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2019 foi submetido a processo de audiência pública em 2010 e aprovado por meio da Portaria de nº 937/2010. Este documento é fruto de trabalho conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e explicita de forma indicativa o

programa de obras de geração e de forma determinativa o de transmissão de energia elétrica, criando as bases indispensáveis para os leilões de novos empreendimentos nestes dois segmentos.

O PDE 2019 constitui uma referência importante para o setor energético nacional. O ambiente externo incerto ressalta o papel do planejamento decenal no auxílio à formação das expectativas dos agentes do setor energético brasileiro, no sentido de buscar a utilização mais adequada dos recursos nacionais.

Num horizonte mais amplo, com vistas a subsidiar novos Planos Decenais, e estabelecer uma base para estudos de projetos estruturantes, foram realizados estudos focados na expansão energética no período pós-decenal, até 2050.

2.3. Planejamento da Expansão da Geração de Energia

Além das ações e atividades atinentes ao PDE outras foram desenvolvidas pela SPE no segmento da geração de energia elétrica. Merece destacar os trabalhos para fundamentar a determinação das garantias físicas de energia das novas fontes de geração bem como das revisões destas características quando demandado. Estudos foram iniciados no ano de 2009 visando o estabelecimento de metodologia de cálculo de garantia física de potência.

Dentro do esforço empreendido pelo MME no sentido de regulamentar os procedimentos para a realização do recálculo da garantia física de empreendimentos do setor elétrico, destacamos que foram estabelecidas metodologias para os seguintes casos:

- Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs - Portaria n.º 463/2009, de 3 de dezembro de 2009;
- Termelétricas inflexíveis com Custo Variável Unitário – CVU nulo – Portaria n.º 735/2010, de 17 de agosto de 2010;
- Usinas Hidroelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional, com capacidade instalada superior a 30 MW - Portaria n.º 861/2010, de 18 de outubro de 2010.

2.4. Planejamento da Expansão da Transmissão de Energia

No segmento da transmissão de energia elétrica compete relacionar as seguintes atividades: a) Consolidação de Obras de Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão agregando tanto a visão de operação (Plano de Ampliações e Reforços) quanto a visão de planejamento (Programa da Expansão da Transmissão). Conferindo ao Setor Elétrico Brasileiro (SEB) uma referência comum no que se refere ao conjunto das obras que serão licitadas, e do conjunto das obras que serão objetos de atos autorizativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Esta atividade engloba inúmeros documentos aprovados pela SPE, com destaque para os Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Socioambiental - EVTE; Detalhamento de Alternativas de Referência, Caracterização e Análise Socioambiental e Caracterização da Rede Existente, que são indispensáveis à realização dos leilões de novos empreendimentos de transmissão; b) Análise de solicitação de acesso à rede básica por consumidores livres, com base em estudos de mínimo custo global, conduzindo à emissão de portaria que reconhece o enquadramento normativo e a possibilidade do referido acesso;

2.5. Integração Energética com outros países

A SPE mantém atividades diversas visando a integração energética com outros países, em especial com aqueles limítrofes, mediante participação em iniciativas bilaterais e fóruns internacionais, com destaque para a UNASUL. Estas atividades são contínuas e propiciam um relacionamento profícuo

que estreita a relação dos setores energéticos dos países envolvidos e permite a preparação de bases para o desenvolvimento de empreendimentos multinacionais e a comercialização de energéticos.

2.6. Desenvolvimento tecnológico em energia

A SPE atuou neste segmento com base em programa de governo, tendo como objetivo principal oferecer alternativas energéticas focadas no desenvolvimento sustentável. Regra geral as atividades são desenvolvidas com apoio de centros de referência, tendo como ponto relevante a disseminar capacitação técnica e científica em energia.

Inúmeras outras atividades neste campo foram também elaboradas com esforço interno ou em parceria com organismos externos, a exemplo da OLADE, ou visando apoiar outros programas de governo, podendo-se citar a inserção de aquecimento solar em conjuntos habitacionais populares. O aproveitamento de resíduos sólidos urbanos e de dejetos animais, bem como estudos para definição de novas fontes de geração de energia em comunidades isoladas também mereceram atenção da SPE.

2.7. Energia alternativa limpa e renovável

No ano de 2010 não se utilizou de programa de governo para atividades neste segmento. Contudo, grande atenção foi dedicada ao desenvolvimento de ações promotoras de uma matriz energética limpa, na qual as fontes renováveis mantiveram destaque. Com este enfoque, vários trabalhos foram realizados, podendo-se citar: o uso de sistemas fotovoltaicos na geração distribuída; o mapeamento de fontes para atendimento a sistemas isolados. Com igual importância, esforços foram dirigidos para a redução de emissões de gases de efeito estufa e a sustentabilidade ambiental do setor energético.

2.8 Eficiência Energética

Também neste segmento não ocorreram ações vinculadas a programa de governo, mas muitas atividades foram realizadas, a exemplo de: aproximação com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL; aferição de Programas de Eficiência Energética – PPE das concessionárias distribuidoras de energia elétrica; atuação no Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEf e regulamentação da Lei nº 10.295/2001, a Lei de Eficiência Energética.

2.9 Proinfa

A SPE monitora o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, instituído com o objetivo de aumentar a participação de empreendimentos eólicos, térmicos à biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). Coube à ELETROBRÁS, o papel de agente executora, com a celebração de contratos de compra e venda de energia. Estima-se que até o final de 2011, 137 empreendimentos estarão em operação, o que representa 3.154,50 MW no Sistema.

2.10. Acompanhamento dos leilões de compra de energia

No ano de 2010 foram realizados seis leilões,:

- Leilão ANEEL nº 02/2010 – Sistemas Isolados, realizado em 09/04/2010, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2011;

- Leilão ANEEL nº 06/2009 – UHE Belo Monte, realizado em 09/04/2010, com início de suprimento a partir de 2015;
 - Leilão ANEEL nº 03/2010 – Energia Nova (A-5 Fonte Hídrica), realizado em 30/07/2010, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2015;
 - Leilão ANEEL nº 05/2010 – Energia de Reserva, realizado em 25 e 26/08/2010, com início de suprimento a partir de 2011;
 - Leilão ANEEL nº 07/2010 – Fontes Alternativas, realizado em 26/08/2010, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2013; e
 - Leilão ANEEL nº 04/2010 – Energia Nova (A-5 Fonte Hídrica – 2º Semestre), realizado em 17/12/2010, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2015.
- . Novos 7.957 MW médios foram disponibilizados, com energia ao preço médio de aproximadamente R\$ 109/MWh.

2.11. Outorgas de empreendimentos de geração de energia [DOC]

Visando o atendimento do mercado de energia elétrica no Ambiente de Comercialização Regulado – ACR, a SPE cuida de instruir os processos de outorgas de concessão e autorização de geração por fontes hidrelétricas, termelétricas e de energia alternativa. Análise técnica e regulatória dos processos, da regularidade fiscal dos agentes, produção de atos, fazem parte destas atividades, além de forte interação com outras entidades, a exemplo da CCEE e da ANEEL.

Em 2010 foram instruídos processos para os seguintes leilões de compra de energia elétrica:

- Leilão ANEEL nº 03/2008 (A-5);
- Leilão ANEEL nº 02/2009 (A-3);
- Leilão ANEEL nº 03/2009 – Energia de Reserva – Fonte eólica;
- Leilão ANEEL nº 06/2009 – UHE Belo Monte;
- Leilão ANEEL nº 02/2010 – Sistemas Isolados; e
- Leilão ANEEL nº 03/2010 – Energia Nova (A-5 Fonte Hídrica).

Com isto ocorreram 79 novas outorgas que adicionaram cerca de 14.936 MW e 6.455 MW médios ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

2.12. Acompanhamento dos leilões de transmissão de energia

No ano de 2010, foram realizados três leilões de transmissão de energia elétrica, compreendendo cerca de 1.714 km linhas e 24 subestações com mais de 4.261 MVA de capacidade de transformação, em sistemas de 230, 345 e 500 KV, sempre para a expansão do SIN. As obras correspondentes demandarão cerca de R\$ 1,76 bilhões de investimentos, entrarão em operação nos anos de 2012 e 2013, gerando aproximadamente 9.500 empregos diretos durante a construção.

2.13. Outorgas de empreendimentos de transmissão de energia

Visando o atendimento da expansão da rede básica do SIN, a SPE cuida de instruir os processos de outorgas de concessão de novas instalações de transmissão negociadas nos leilões. Análise técnica e regulatória dos processos, da regularidade fiscal dos agentes, produção de atos, fazem parte destas atividades, além de forte interação com outras entidades, a exemplo da ANEEL.

Durante o ano de 2010, foram instruídos 03 (três) processos de leilões de transmissão de energia elétrica, sendo 01 (um) oriundo de leilão realizado no ano de 2009 e 02 (dois) do ano de 2010, totalizando 20 (vinte) novas outorgas, com cerca de 2.288 km de linhas de transmissão e aproximadamente 12.024 MVA de capacidade de transformação.

2.14. Gestão de empreendimentos outorgados

Atividade está voltada para o processo de gestão de empreendimentos já outorgados no que diz respeito às suas regularizações e alterações tais como: prorrogação de prazo de concessão, extinção de concessão, alterações de ponto de conexão, dentre outros. Dos 8 empreendimentos que deveriam ter suas concessões prorrogadas em 2010 três empreendimentos tiveram suas concessões prorrogadas.

2.15. Assessoramento a outras áreas do MME

Outros trabalhos foram desenvolvidos para o apoio ao MME, merecendo destacar a análise de projetos de lei e atendimento a solicitações de governo e da sociedade civil.

3 - Conclusão:

Comparando as atividades executadas pela Secretaria com suas atribuições regimentais e as políticas públicas envolvidas, é válido afirmar que a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE cumpriu de maneira satisfatória suas atribuições regimentais no exercício de 2010.

f.III) Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG

Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas no Plano Plurianual:

Políticas Públicas:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana;
- e) Consolidar o uso de combustíveis renováveis no Brasil e fomentar a agricultura familiar.

Metas setoriais:

- Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais, a substituição de importados, a otimização da produção nacional e as exportações, em consonância com a disponibilidade das reservas, por meio de políticas e diretrizes governamentais alinhadas com a evolução do consumo nacional e o desenvolvimento tecnológico, observadas as exigências ambientais, bem como de segurança e qualidade;
- Promover o aumento da produção e da oferta nacionais de gás natural, o desenvolvimento da infraestrutura de transporte e distribuição e a integração energética com outros países, minimizando custos e impactos ambientais em benefício da sociedade;
- Promover a adequação da produção de derivados de petróleo e de outros combustíveis líquidos à demanda, dotando os respectivos parques industriais, a infraestrutura de transporte e de distribuição de características que maximizem o uso de insumos nacionais, reduzindo a dependência externa e o risco de desabastecimento, observadas às exigências ambientais, bem como os padrões de qualidade e segurança;
- Promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas visando garantir o satisfatório abastecimento de combustíveis renováveis no País, bem como a sua adequada participação na matriz energética;
- Propor políticas públicas voltadas ao aumento da participação do setor de combustíveis renováveis na matriz energética nacional.

Principais ações e atividades realizadas ao longo do ano de 2010

1. Pré-Sal

Trata-se de uma nova província petrolífera situada nas bacias sedimentares de Santos e Campos, na plataforma continental dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, cujas dimensões conhecidas até este momento indicam se estender por uma área de aproximadamente 800 km de comprimento por até 200 km de largura. Essa descoberta pode significar um salto sem precedentes para a economia do País, uma vez que as primeiras avaliações efetuadas, em algumas das descobertas já anunciadas do Pré-Sal, mais que triplicam as reservas brasileiras de petróleo e gás, colocando o Brasil entre os países com as maiores reservas no mundo.

A participação da SPG, em conjunto com outros entes governamentais, resultou na elaboração de quatro projetos de lei, já encaminhados ao Congresso Nacional no final de agosto de 2009. Neste trabalho, foram analisadas as propostas de emendas aos projetos de lei e elaborado o documento informativo “PRÉ-SAL - Perguntas e Respostas”, que se encontra disponível no sítio do MME na Internet, com o objetivo de discutir e esclarecer os diversos aspectos técnicos e políticos associados às mudanças propostas para o novo modelo de partilha da produção.

Durante o ano de 2010, merece destaque a aprovação dos seguintes marcos legais: a Lei 12.304/2010, que autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) que representará os interesses da União nos contratos de partilha da produção; a Lei 12.276/2010 que autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal; e a Lei 12.351, de 22.12.2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do Pré-Sal e em áreas estratégicas, cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre

sua estrutura e fontes de recursos, além de alterar dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. O Fundo Social, que aplicará os recursos oriundos da Partilha em atividades rentáveis no Brasil e no exterior, utilizará seus rendimentos no combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da previdência, da ciência e tecnologia, do meio ambiente, e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O Projeto de Lei 5.938/2009, que foi inicialmente proposto para estabelecer o regime de partilha de produção no País na região do Pré-Sal, continua em tramitação no Congresso Nacional. Em face do substitutivo aprovado na Câmara conter cláusulas estabelecendo distribuição ampla aos entes federados dos royalties e da Participação Especial, as regras do regime de partilha da produção foram incorporadas ao PL 5940/2009 enquanto apreciado no Senado. Dessa forma, este último PL passou a incorporar tanto as regras para a criação do Fundo Social quanto as regras para a instituição do regime de partilha de produção, resultando na Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Tendo em vista o veto presidencial às cláusulas de royalties no modelo aprovado para a partilha (Lei 12.351/2010), o Poder Executivo tomou a iniciativa de enviar ao Congresso Nacional o PL Nº 8.051, de 22 de dezembro de 2010, como sugestão para preencher a lacuna ocasionada por este veto e de modo a propiciar a realização da primeira rodada na modalidade de partilha da produção ainda em 2011.

Como desdobramentos das leis relativas ao regime de partilha de produção, à criação da Pré-Sal Petróleo S.A. e à cessão onerosa, foram constituídos grupos de trabalhos para elaboração da minuta do estatuto e do decreto de criação da Pré-Sal Petróleo S.A. - GT da Nova Empresa, das minutas do Edital e do Contrato de Partilha – GT da Partilha, e do Contrato de Cessão Onerosa – GT do Contrato da Cessão Onerosa.

2. Elaboração de sistemática para o Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos de Petróleo e Gás

Estão sendo desenvolvidos pelo Governo Federal, no âmbito do Comitê Temático de Meio Ambiente – CTMA do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, oito projetos que tratam da melhoria da gestão ambiental e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental dos empreendimentos de petróleo e gás. Dentre estes, destaca-se o projeto MA 08, denominado “Desenvolvimento das Bases Ambientais para o Planejamento da Outorga de Blocos Exploratórios”, que é coordenado pelo DEPG/SPG/MME. O Projeto MA 08 possui em sua composição representantes dos seguintes órgãos/instituições: MME, MMA, Petrobras, IBP, ANP, EPE, IBAMA, ICMBio, OEMAs, BNDES e ABPIP. Destaca-se também o Projeto MA 07, denominado “Padronização, harmonização e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental de empreendimentos do setor de petróleo e gás”, sob a coordenação da Secretaria Executiva – SECEX do MMA.

O objetivo do Projeto MA 08 é apresentar proposta de um modelo que inclua a avaliação ambiental no planejamento da outorga dos blocos exploratórios, visando o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos e conferindo maior previsibilidade e segurança jurídica para o processo. Considera-se que a introdução de instrumentos de avaliação e planejamento, conforme proposto neste projeto, possam se constituir em referenciais para tomada de decisão, os quais venham a simplificar e otimizar o processo de licenciamento ambiental, ao invés de criar mais etapas burocráticas. Dessa forma espera-se racionalizar o processo de licenciamento ambiental e possibilitar uma melhor alocação dos recursos disponibilizados para os

serviços ambientais necessários à implantação dos Programas de Gestão Ambiental nessas áreas produtoras.

O Projeto MA 07 tem o objetivo de buscar a padronização, harmonização e aperfeiçoamento dos procedimentos do licenciamento ambiental incluindo a articulação dos procedimentos entre os agentes governamentais envolvidos.

Para o desenvolvimento dos projetos acima mencionados foram realizadas, em 2010, oficinas de trabalho nas quais foram avaliadas e detalhadas as alternativas ao novo modelo. Para alcançar os objetivos propostos nesses dois projetos, mostrou-se necessária a alteração na legislação ambiental vigente no País. Assim, foram elaboradas propostas de minutas de decreto, as quais foram submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica do MME para posterior envio à Casa Civil da Presidência da República.

3. Gás Natural

O Ministério de Minas e Energia, na condição de formulador de políticas públicas para o setor energético, atua fortemente na elaboração de instrumentos legais que propiciem maior transparência e efetividade ao mercado de energia no País.

Nesse sentido, o Departamento de Gás Natural participou da formulação do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, que regulamentou os capítulos de I a VI e VIII da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, a Lei do Gás, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. O referido Decreto atribuiu ao Ministério de Minas e Energia, entre outras, a responsabilidade de elaborar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (PEMAT). Esse Plano consiste de um planejamento de médio e longo prazo para a instalação e ampliação de gasodutos e demais componentes da infraestrutura de transporte de gás natural. A primeira edição do Plano está prevista para 2011.

O Decreto 7.382/2010 regulamenta, ainda, os avanços introduzidos pela nova Lei, dentre os quais destacamos a introdução do regime de concessão para novos gasodutos, a regulamentação das atividades de estocagem e de armazenamento e o acesso regulado aos gasodutos, além dos novos conceitos, tais como o de autoprodutor, o de autoimportador e o de consumidor livre. A Lei e o Decreto trouxeram maior segurança jurídica, por meio de estabilidade regulatória e de estímulo à entrada de novos investidores na atividade de transporte.

Ainda resta um capítulo da Lei a ser regulamentado, referente ao tratamento legal a ser dado aos aspectos da contingência no suprimento. A publicação de tal regulamentação deve ocorrer ainda em 2011 por meio de um Decreto específico, que se encontra em fase de elaboração por esta SPG.

4. Política de Abastecimento de Derivados

4.1. Acompanhamento do acordo para implantação do Diesel S50

Em continuidade ao Programa de Controle de Emissões Veiculares – Proconve, e por força de um acordo no Ministério Público Federal, foi elaborado o Plano Nacional de Abastecimento para o combustível diesel, o qual teve a coordenação da ANP e a participação do MME.

4.2. Contratos de fornecimento de combustíveis líquidos para termelétricas

No primeiro semestre de 2009, coordenou-se um Grupo Técnico de Trabalho (GT) para tratar do fornecimento de combustíveis líquidos a usinas termelétricas contratadas nos Leilões de Energia Nova. Além dos integrantes do MME (SPG, SEE, SPE, ASSEC e CONJUR), o GT contou com a participação de representantes das seguintes entidades: Aneel, EPE, ONS, Petrobras e Petrobras Distribuidora.

Durante o exercício de 2010, os integrantes concluíram os trabalhos e elaboraram minuta de Resolução CPNE que se encontra em análise por parte da Consultoria Jurídica do MME.

4.3. Resolução CONAMA nº 362/2005

A Resolução CONAMA nº 362/2005 estabelece diretrizes para o recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado – OLUC. Entre outras definições, cria um grupo de monitoramento permanente – GMP para o acompanhamento desta Resolução, coordenado do MMA.

Em 2010, ocorreram quatro reuniões ordinárias deste GMP com a participação de representantes do MME, da ANP, dos produtores, importadores e revendedores de óleo lubrificante, dos coletores e rerrefinadores de OLUC, das entidades representativas dos órgãos ambientais estaduais e municipais e das organizações não governamentais ambientalistas. Em conjunto com estas reuniões, foram promovidas oficinas de capacitação na Resolução CONAMA nº 362/2005 nos estados do Rio de Janeiro, Paraíba, Bahia e Espírito Santo.

4.4. Introdução do Agente Redutor Líquido Automotivo - Arla32 nos veículos novos a diesel para reduzir poluentes a partir de 2012

A partir de 2012 todos os veículos novos a diesel serão obrigados a utilizar o Arla32 como forma de diminuir a emissão de poluentes da combustão. O Arla32 é um produto a base de ureia que captura grande parte do óxido de nitrogênio emitido na combustão. No veículo, o produto ficará num recipiente separado do diesel.

Nesse sentido, o MME, em conjunto com o MDIC, MMA, IBAMA e INMETRO, além de outros agentes do mercado, vem acompanhando o processo de implementação do Arla32 em todo o país. Em 2010, o INMETRO iniciou o processo de certificação dos laboratórios para análise do produto e do Programa de Controle da Qualidade e Fiscalização do Produto. Além disso, o Ministério atuou junto à SRF para definir a classificação do Arla32 para fins de tributação, bem como junto ao IBAMA e INMETRO para a assinatura, em setembro de 2010, do Acordo de Cooperação Técnica entre os dois órgãos para a fiscalização e avaliação da conformidade do produto.

5. Hidrogênio

No que tange ao acompanhamento das atividades relativas ao uso do hidrogênio como insumo energético, destaca-se a participação do Ministério de Minas e Energia, em setembro de 2010, na 3ª Reunião Conjunta dos Comitês Diretor e Técnico do IPHE, sigla em inglês para Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio, na cidade de Xangai, na China. Em 2010, foi concluída a fase de testes operacionais do ônibus e a construção da estação de produção e abastecimento de hidrogênio.

6. REPENEC

Destaca-se, também, a publicação da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC). Com isso, serão beneficiadas com desoneração de PIS/PASEP, CONFINS e IPI os projetos aprovados para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e de ureia a partir do gás natural. Para regulamentar o referido instrumento legal, esse Ministério publicou as Portarias nº 857 e 858, de 18 de outubro de 2010, que estabelecem procedimentos para aprovação de projetos de refino de petróleo e de produção de ureia e amônia a partir do gás natural ao REPENEC.

Ainda em 2010, foram aprovados enquadramentos ao REPENEC dos projetos da empresa Petroquímica Suape (uma unidade de produção de 700 mil ton/ano de ácido tereftálico puro – PTA, usado como matéria-prima na produção de poliéster têxtil, embalagens, filmes fotográficos, fibras industriais, entre outros), da CITEPE (uma unidade de produção de 240 mil ton/ano de polímeros e fios de poliéster, para a indústria têxtil, e de uma unidade de produção de 450 mil ton/ano de polietileno tereftalato – PET, para a fabricação de embalagens plásticas) e da Braskem (ampliação da sua unidade de PVC, em Alagoas, com a construção uma planta com capacidade de produção de 200 mil ton/ano de policloreto de vinila – PVC, e outra com capacidade de produção de 200 mil ton/ano de monômero de cloreto de vinila – MVC, usado na fabricação de PVC).

7. Atuação na área internacional

O Brasil participou ativamente da discussão sobre os biocombustíveis em diversos fóruns internacionais nos quais procurou sempre defender a produção e o uso de combustíveis renováveis como vetor para o desenvolvimento em outros países, observando-se os interesses e as vocações de cada região. Deu-se prosseguimento, também, às atividades relativas aos biocombustíveis em acordos multilaterais de cooperação. Podem ser destacados parcerias e avanços nas discussões no Mercosul, com a União Europeia, com a União Africana, com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e com o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Além disso, foram enfatizadas as cooperações bilaterais, com países como Estados Unidos, Paraguai, Suécia, Holanda e Moçambique, dentre outros.

8. Biodiesel

O país conta com 55 usinas aptas a operar, com capacidade de produzir 5,2 bilhões de litros por ano (este valor é aproximadamente o dobro da demanda interna)

No campo social, destaca-se o apoio à agricultura familiar por meio dos benefícios concedidos aos detentores do Selo Combustível Social. Em 2010, estima-se que 109 mil famílias de pequenos produtores rurais foram diretamente envolvidas e integradas na cadeia produtiva do biodiesel.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, dos valores das aquisições de matérias-primas oriundas de pequenos agricultores, foram repassados para a agricultura familiar 50 centavos de real para cada litro produzido de biodiesel em 2010, 19% a mais que o ano de 2009.

Ainda merece registro o adensamento de uma nova cadeia produtiva que gerou e multiplicou renda e emprego, tanto na fase agrícola e nos mercados de insumos e serviços, quanto nas atividades de transporte, armazenamento, mistura e comercialização do biodiesel. As matérias-primas oleaginosas produzidas no Brasil têm, ao longo dos anos, melhorado seu valor agregado. Antes do biodiesel,

inexistia a possibilidade de aproveitamento da soja para outros mercados, fazendo com que o excedente fosse exportado basicamente in natura. Agora, boa parte recebe a agregação de valor no próprio Brasil.

Em 2010, ressalta-se a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, cujo objetivo é disciplinar e estimular a expansão do óleo de palma, que atualmente é o principal óleo utilizado no mundo, embora a participação brasileira seja muito modesta. A ampliação da oferta deste óleo vegetal beneficiará a produção de biodiesel, por ser uma matéria-prima bastante competitiva e rica em termos de densidade energética. Essa ampliação beneficiará, também, as indústrias alimentícias, de cosméticos, de produtos farmacêuticos, químicos e industriais. No âmbito deste Programa, já foi realizado o Zoneamento Agroecológico da Palma, que indica as áreas aptas para plantios, observadas restrições ambientais, sociais e edafoclimáticas. O resultado será a expansão em base sustentáveis, preservando a natureza, sem desmatamento e, mais do que isso, estimulando a recuperação de áreas degradadas na região amazônica. O Programa também já criou mecanismos de crédito para financiar a produção, associado a uma política de inclusão social, junto com um espaço sistemático de discussão permanente que busca reunir todos os atores envolvidos, públicos e privados.

No que concerne à comercialização de biodiesel para atendimento à mistura compulsória por lei, o Ministério de Minas e Energia continuou com o estabelecimento de diretrizes específicas para a realização dos leilões públicos de biodiesel. Trata-se de um mecanismo transparente de comercialização e que proporciona igualdade de acesso entre os fornecedores. Assegura, ainda, a participação da agricultura familiar, haja vista a existência de um volume preferencial (80% do total leilado) destinado às usinas detentoras do Selo Combustível Social.

9. Etanol

O setor de etanol conta atualmente com 440 usinas em operação. Na safra em curso, a área plantada de cana-de-açúcar cresceu 9,2% em relação à safra anterior. Passou de 7,4 para 8,1 milhões de hectares, resultando agora numa produção de 660 milhões de toneladas de cana-de-açúcar (56 milhões de toneladas a mais do que no ano anterior). Desse modo foi possível expandir a produção de etanol de 25,8 para aproximadamente 27,6 bilhões de litros em 2010.

Esse avanço em 2010 foi bastante importante para superar as dificuldades verificadas no ano anterior. Salientam-se, em particular, as condições climáticas adversas que prejudicaram a safra de cana-de-açúcar nas principais regiões produtoras, no final de 2009. Em um cenário com demanda aquecida e redução da produção por motivos climáticos, foi necessário reduzir o teor de etanol anidro adicionado a toda gasolina comercializada no Brasil de 25% para 20%. Tal redução vigorou apenas entre fevereiro e abril de 2010 e foi importante para assegurar a continuidade do abastecimento de combustíveis durante a entressafra da produção de etanol.

Embora as exportações tenham-se reduzido em 2010, seu volume acumulado no período de 2003 a 2010 totaliza 22,5 bilhões de litros, valor que corresponde a aproximadamente todo o mercado interno brasileiro de etanol combustível de 2003.

No que se refere à demanda de etanol no mercado doméstico, esta continuou aquecida, próxima a 24 bilhões de litros em 2010, um crescimento anual de 4,3%. Os dois principais fatores dessa ampliação são o crescimento da frota dos veículos bicomcombustível e o preço favorável do etanol hidratado em relação ao da gasolina em diversas cidades brasileiras. Foram produzidos e licenciados 2,8 milhões de carros bicomcombustíveis (flex fuel) em 2010, o que representa aproximadamente 87% do total de veículos leves vendidos no país. A participação destes carros na

frota total em circulação é estimada em 38%, com 12,5 milhões de veículos vendidos desde 2003. Assim, uma parcela muito significativa dos consumidores brasileiros já tem opção de escolher entre etanol e gasolina.

Nos últimos anos, o Brasil tornou-se o centro das atenções e do debate sobre biocombustíveis. Importantes acordos internacionais nessa área foram assinados e se avançou na cooperação, principalmente com países da América Central e do continente africano. Em cooperação bi, tri ou multilateral, o Brasil pôde apresentar toda a experiência acumulada nos últimos anos dando a oportunidade de outros países em desenvolvimento trilharem o mesmo caminho.

O Brasil, nesse período, promoveu políticas públicas importantes para garantir a produção sustentável de etanol nos próximos anos. Por exemplo, o BNDES tem sido o maior agente financeiro do setor sucroenergético, com programas de financiamento de diversos elos da cadeia produtora de etanol, tais como: plantio da cana-de-açúcar; aquisição de máquinas e equipamentos; desenvolvimento tecnológico; e infraestrutura para armazenagem. O desembolso, em 2010, para financiamentos ao setor sucroenergético, foi superior a 6,5 bilhões de reais.

Os últimos anos foram igualmente importantes para colocar a cana-de-açúcar como um dos principais energéticos na oferta interna de energia. Ao crescimento do mercado de etanol une-se o aumento da participação do setor canavieiro na produção de energia elétrica.

Um importante instrumento lançado pelo Governo Brasileiro foi o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZAE Cana). Trata-se de um denso estudo inédito do clima e do solo, nas regiões brasileiras, para disciplinar a expansão da produção sustentável de cana diante da crescente demanda no mercado interno, da perspectiva de demanda mundial por biocombustíveis e do interesse de empresas nacionais e transnacionais em aportar recursos na produção de etanol no Brasil. Com o ZAE Cana, o poder público, em suas três esferas, dispõe de um instrumento para definir as políticas públicas adequadas para ordenar a expansão da produção. Atualmente, essas políticas incluem a concessão de financiamento à produção e o licenciamento ambiental de unidades industriais no âmbito dos estados da federação.

PAC – BALANÇO DE 2010

A SPG acompanhou durante o ano de 2010, os projetos do PAC ligados ao setor de petróleo e gás natural por meio do Departamento de Gás Natural e os projetos de combustíveis renováveis por meio do Departamento de Combustíveis Renováveis:

Gasodutos e GNL

- A ampliação da infraestrutura de transporte de gás natural compreende projetos de construção de dutos, implantação de serviços de compressão e construção de terminais de GNL. Do conjunto de 22 projetos, inseridos no PAC, 14 estão concluídos e 2, apesar de ainda em obra, já estão em operação.
- A construção de 18 novos gasodutos, dos quais 15 já foram concluídos (3.776 km) e 3 encontram-se em obras (194 km).
- A conclusão das obras de construção e montagem dos gasodutos GASDUC III, Cacimbas – Catu, GASBEL II e Pilar - Ipojuca
- Na área de Gás Natural Liquefeito, 2 projetos encontram-se em fase de ações preparatórias: o GNL – Terminal de Liquefação de Gás – OFF SHORE e o Complexo de GNL. Ambos foram inseridos no PAC em 2009.

PLANGAS

Entrada em operação/conclusão das UTGs Cacimbas e Sul Capixaba; do projeto do PLANGAS em Cabiúnas – RJ; do projeto PLANGAS GLP; do projeto PLANGAS RPBC; e início da produção nos campos de Canapu e Uruguá-Tambaú.

Autossuficiência

- A previsão no PAC da construção no Brasil de 15 plataformas (PRA-1, Manati, P51, P52, P53, P54, P55, P56, P57, P58, P59, P60, P61, P62 e P63), de 41 navios petroleiros e de 8 FPSO's para o Pré-Sal, bem como a licitação de outros 8 navios e 28 sondas de perfuração, recolocaram a indústria naval brasileira em merecido lugar de destaque no cenário mundial;
- Fevereiro/2010: Descoberta de acumulação de óleo leve em águas rasas na Bacia de Campos – áreas adjacentes ao Campo de Pampo;
- Fevereiro/2010: Descoberta de duas novas acumulações de óleo leve em águas profundas na Bacia de Campos na área de concessão de Barracuda;
- Maio/2010: Descoberta de duas novas acumulações de óleo leve em águas profundas na Bacia de Campos – no poço Carimbé, localizado no Campo de Caratinga;

Entrada em produção no ano de 2010:

- Início do Teste de Longa Duração (TLD) das áreas de Tiro e Sídón – na região sul da Bacia de Santos, em mar/2010;
- Em 29 de maio de 2010, foi iniciada a produção do FPSO Capixaba no campo de Cachalote. O FPSO será conectado também ao campo de Baleia Franca, ambos localizados na região do "Parque das Baleias", no litoral sul do Espírito Santo, Bacia de Campos;
- Em 14 de julho de 2010, entrou em operação do FPSO Cidade de Santos no campo de Uruguá, através da interligação do poço Uruguá-6;
- Em 05 de dezembro de 2010 entrada em produção da Plataforma P-57 - Campo Jubarte Fase 2;
- A entrada em operação de 15 novas plataformas (PRA 1, P-51, P-52, P-53, P-54, P-57, Espadarte, Manati, Golfinho II, Piranema, FPSO Cidade de Niterói, Frade, FPSO Espírito Santo, FPSO São Mateus e FPSO Capixaba), as quais contribuíram para o contínuo crescimento da produção. De acordo com os dados do Balanço de 4 anos do PAC, a produção média diária em 2010 foi de 2,143 milhões de barris.
- 16/12/2010: Nova descoberta de óleo leve em reservatórios arenosos na seção pós-sal da Bacia do Espírito Santo, informalmente denominado Indra.

A exploração no Pré-Sal:

- Março/2010: Franco – poço da ANP em área da União, não concedida, próximo ao prospecto de Iara, na Bacia de Santos;
- Abril/2010: Poço OW – Foi comprovada através de amostragens de petróleo leve (cerca de 25°API) por teste a cabo reforçam as estimativas do potencial de 5 a 8 bilhões de barris de óleo leve e gás natural recuperável nos reservatórios do Pré-Sal da área de Tupi;

- Maio/2010: Descoberta de duas novas acumulações de óleo leve (29°API) em reservatórios do pós e do Pré-Sal em águas profundas da Bacia de Campos, resultante da perfuração do poço 6-CRT-43-RJS, conhecido como Carimbé, localizado no Campo de Caratinga;
- Jan-Abr/2010: Foram notificadas, na ANP, 9 descobertas de hidrocarbonetos no Pré-Sal, sendo 2 na Bacia de Santos e 7 na Bacia de Campos;
- Junho/2010: Descoberta de nova acumulação de óleo leve (29° API) no Pré-Sal da Bacia de Campos, em lâmina d'água de 648 metros, na área da Concessão de Produção do campo de Marlim;
- 29/12/2010: Entrada em produção do Piloto de Tupi.

Destaca-se ainda na área do Pré-Sal:

- Maio/2010: iniciada a perfuração em Libra – poço da ANP em área da União não concedida, na Bacia de Santos;
- Junho/2010: Perfurado novo poço na área de Tupi, informalmente conhecido como Tupi Alto. Comprovado, por intermédio de amostragens de petróleo em teste a cabo, a descoberta de óleo com densidade ainda mais leve (cerca de 30°API) do que a média dos óleos verificada nos outros poços de Tupi (cerca de 28°API);
- Em 14 de junho de 2010, iniciou-se a produção, através do FPSO Capixaba, do primeiro óleo da camada Pré-Sal do Campo de Baleia Franca, localizado a cerca de 85 km da cidade de Anchieta (ES), no complexo denominado Parque das Baleias, na Bacia de Campos. O poço começará produzindo cerca de 13 mil barris de petróleo por dia (bpd). e a previsão é que atinja a capacidade máxima, de 20 mil bpd, ainda este ano. O Petróleo é considerado leve e tem cerca de 29° graus API;
- Em 06 de outubro de 2010: Perfurado novo poço na área de Tupi, informalmente conhecido como Iracema Norte. Comprovando a profundidade do contato óleo/água e comprovou, por intermédio de amostragens em teste a cabo, a descoberta de petróleo leve com as mesmas características do poço Iracema, com densidade de cerca de 29° API;
- Em 22 de outubro de 2010: Perfurado novo poço na área de Tupi, informalmente conhecido como Tupi SW, comprovando que a acumulação de petróleo não só se estende até o extremo sul da área do Plano de Avaliação de Tupi, como, também, que a espessura do reservatório com óleo chega a cerca de 128 metros, o que reduz as incertezas das estimativas de volume de hidrocarbonetos da área;
- Em 29 de dezembro de 2010 foi efetuada, junto a ANP, a Declaração de Comercialidade das acumulações de petróleo e gás nas áreas de Tupi e Iracema. Na proposta encaminhada ao órgão regulador, as denominações sugeridas para estas acumulações foram Campo de Lula e Campo de Cernambi, respectivamente para Tupi e Iracema. Os volumes recuperáveis declarados foram de 6,5 bilhões de barris de óleo equivalente para o primeiro, e de 1,3 bilhões para o segundo.

Refino, petroquímica e HBio

- Na área de refino – Modernização e ampliação, encontram-se em andamento obras de adequação de 10 refinarias – REGAP, REFAP, RLAM, REDUC, REPAR, REVAP, REPLAN, RPBC, REMAN e RECAP – para produzir combustíveis menos poluentes, elevar a capacidade de refino de petróleo pesado e melhorar o desempenho operacional.

No ano de 2010 destacam-se os seguintes fatos:

- Entrada em operação da RLAM – Conversão em janeiro de 2010.
- Concluída, em março de 2010, a terraplanagem na Refinaria Abreu e Lima para implantação das unidades de HDT, UGH, UCR e UDA em março de 2010 – áreas já entregues aos EPCistas;
- Em 29/05/2010 foi concluído o empreendimento REPLAN- Modernização;
- Em 27/08/2010 entrou em operação a Petroquímica Suape e a REVAP - Conversão;
- Em 19/09/2010 entrou em operação a Refinaria Potiguar Clara Camarão
- No Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, as obras totalizam 17,5% de realização;
- Refinarias Premium I
 - Obra em andamento com 1,2% de realização;
 - Em fase de terraplanagem, com 4,84% do total realizada até dezembro de 2010.
- Refinaria Premium II – CE: Em fase de licenciamento ambiental
 - 29/12/2010 – Iniciada a 2ª campanha de sondagem na poligonal da refinaria.

Transportes e estaleiros

- Construção dos Estaleiros Atlântico Sul, em Pernambuco, e Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul;
- Construção de Navios Petroleiros no PROMEF I:
 - Lote 01:
 - Em 07/05/2010 ocorreu o lançamento ao mar do 1º navio Suezmax, João Cândido, construído no Estaleiro Atlântico Sul (PE);
 - Lote 02:
 - 15/05/2009 - Entrada em eficácia no Estaleiro Atlântico Sul (PE);
 - Lote 03:
 - 05/04/2010 - Entrada em eficácia no EISA (RJ);
 - Lote 04:
 - Em 24/06/2010 foi lançado ao mar o navio batizado Celso Furtado, construído no Estaleiro Mauá (RJ) que servirá para transporte de derivados claros de petróleo.
 - 19/11/2010: Lançamento ao mar do 2º navio (Sérgio Buarque de Holanda).
- No âmbito do PROMEF II (26 navios), 18 navios já foram contratados nos seguintes lotes para entrega entre 2012 e 2015:
 - Lote 1 – 4 navios tipo Suezmax DP (153 mil tpb) – No dia 24/08/2010 entrou em eficácia o Contrato com o Estaleiro Atlântico Sul (PE) assinado em 11/09/2009;
 - Lote 2 – 3 navios tipo Aframax DP (107 mil tpb) – No dia 24/08/2010 entrou em eficácia o Contrato com o Estaleiro Atlântico Sul (PE) assinado em 11/09/2009;
 - Lote 5– 8 navios gaseiros. Este lote do PROMEF II recebeu os navios anteriormente previstos no PROMEF II - Lote 6, bem como aqueles que faziam parte do PROMEF I – Lote 5. Sendo assim, os Lotes 5 e 6 dos PROMEFs I e II, respectivamente, deixaram de existir;

- Assinatura do contrato com o estaleiro Promar (CE) em 09/07/2010;
- Lote 7 – 3 navios tipo Bunker (capacidade 4.000 m³) – O Contrato com o Estaleiro SUPERPESA (PE) foi assinado em 10/09/2009. Está prevista para o mês de outubro o início do processamento do aço;
- Restam 8 navios dos demais lotes do PROMEF II que estão em licitação:
 - Lote 3 - 3 navios tipo Produtos Claros (45 mil tpb) ;
 - Lote 4 – 5 navios de produtos (três de claros e dois de escuros);
- Construção de Plataformas e sondas:
 - 8 FPSO – Contratada, em 11 de novembro de 2010 a empresa Engevix para a construção dos cascos;
 - Dique Seco - Empreendimento Concluído em 21/10/2010;
 - 28 sondas de perfuração – Abertura, em 25/11/2010, das propostas comerciais de três licitações destinadas à contratação de até 28 sondas de perfuração marítima a serem construídas no Brasil, para atender as demandas de perfuração de poços na camada pré-sal.

Etanol

- O acompanhamento dos empreendimentos previstos no PAC–Renováveis tem como objetivo assegurar a liderança nesta área, produzindo os biocombustíveis mais competitivos do mercado;
- Em 2010 mais 5 empreendimentos passaram a operar totalizando 50 usinas concluídas no âmbito do PAC (63% das unidades previstas entraram em operação). Dos R\$13.420 milhões previstos, 65% dos investimentos foram concluídos.

Biodiesel

- Em 2010 mais 4 empreendimentos passaram a operar totalizando 37 unidades concluídas no âmbito do PAC (82% das unidades previstas entraram em operação). Dos R\$1.566 milhões previstos, 88% dos investimentos foram concluídos.

Alcodutos e Polidutos

- Devido a problemas técnicos, o início da operação do duto SEDA-RJ, prevista para ocorrer a partir de dezembro de 2010, foi adiado para junho de 2011. Até dezembro de 2010, mais de 85% da realização física do empreendimento já tinha sido concluída.
- O Alcoduto Senador Canedo – São Sebastião passou por grandes alterações na sua composição acionária e teve o seu início de obras em novembro de 2010. O empreendimento contará com uma maior participação do setor sucroalcooleiro por meio da nova composição acionária: Petrobras (20%), Copersucar (20%), Cosan (20%), Odebrecht Transporte Participações (20%) Camargo Correa S/A (10%), e Uniduto (10%).

Conclusão:

Comparando-se as atividades executadas pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis durante o Exercício de 2010 com suas atribuições regimentais, bem como com as

políticas públicas definidas pelo Governo Federal, é lícito afirmar que, apesar das restrições existentes de pessoal e de orçamento, esta Secretaria teve desempenho satisfatório em sua gestão.

f.IV) Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

1 - Políticas Públicas e Metas Setoriais definidas no Plano Plurianual:

Políticas Públicas:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

Metas setoriais:

- Implementar políticas públicas para o setor mineral, necessárias para as cadeias de geologia, mineração e transformação mineral;
- Promover a eficiente gestão do patrimônio mineral brasileiro;
- Gerar e difundir informações geológicas básicas, imprescindíveis ao desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Promover a formalização da atividade minerária;
- Possibilitar o desenvolvimento sustentável, garantido o correto aproveitamento mineral e permitindo o uso de gerações futuras.

2 - As atribuições regimentais dessa Secretaria, definidas no Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004:

Art. 22. À Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral compete:

I - implementar, orientar e coordenar as políticas para geologia, mineração e transformação mineral;

II - coordenar os estudos de planejamento setoriais, propondo as ações para o desenvolvimento sustentável da mineração e da transformação mineral;

III - promover e apoiar a articulação dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, incluindo os agentes colegiados, colaboradores e parceiros;

IV - monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, bem como das instituições responsáveis por estes setores, promovendo e propondo as revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;

V - formular e articular propostas de planos e programas plurianuais para os setores de geologia e mineração;

VI - promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos domínios da geologia e da indústria mineral;

VII - promover e coordenar ações e medidas preventivas e corretivas que objetivem assegurar a racionalidade, o bom desempenho, a atualização tecnológica e a compatibilização com o meio ambiente das atividades realizadas pela indústria da mineração;

VIII - orientar e propor formas de relacionamento entre os diferentes segmentos sociais e econômicos do setor de mineração e de transformação mineral;

IX - monitorar e avaliar, em conjunto com órgãos federais e instituições competentes, as condições e a evolução do suprimento de bens minerais, bem como a satisfação dos consumidores;

X - estabelecer políticas e sistemáticas de concessão para o setor, decidindo sobre sua execução direta ou submetendo ao Ministro de Estado proposta de delegação das atividades de concessão ao órgão regulador do sistema;

XI - coordenar o processo de concessões de direitos minerários e supervisionar o controle e a fiscalização da exploração e produção dos bens minerais;

XII - propor políticas públicas voltadas para a maior participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de geologia e mineração;

XIII - promover, acompanhar e avaliar ações, projetos e programas que objetivem o desenvolvimento sustentável da mineração, atuando como facilitador na interação entre setor produtivo e os órgãos de meio ambiente; e

XIV - funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.

Art. 23. Ao Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral compete:

I - propor o arcabouço diretivo do setor de mineração e transformação mineral;

II - coordenar a formulação e a implementação das políticas do setor de mineração e de transformação mineral;

III - conceber e implementar os instrumentos das políticas do setor de mineração e de transformação mineral;

IV - propor diretrizes, requisitos e prioridades para o planejamento tático e operacional do setor de mineração e transformação mineral;

V - propor diretrizes e requisitos dos programas e projetos do Governo Federal, para o setor de mineração e de transformação mineral, promovendo a articulação com as demais políticas, planos e programas governamentais;

VI - estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, nos setores de mineração e de transformação mineral;

VII - avaliar e monitorar a evolução, o desenvolvimento, a competitividade e o desenvolvimento tecnológico do setor e da indústria mineral brasileira;

VIII - desenvolver cenários, estudos prospectivos e análises econômicas do setor mineral, visando à formulação de políticas e à implementação de ações de desenvolvimento setoriais; e

IX - estabelecer indicadores para o monitoramento dos resultados da produção mineral e dos serviços decorrentes da mineração.

Art. 24. Ao Departamento de Geologia e Produção Mineral compete:

I - formular diretrizes e prioridades referentes aos levantamentos geológicos básicos e específicos, bem como aos estudos geocientíficos, apoiando, promovendo e monitorando seus resultados;

II - promover a integração entre os sistemas de informações geológicas e de recursos minerais;

III - promover o planejamento estratégico da prospecção dos recursos minerais;

IV - propor diretrizes e requisitos para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o potencial mineral do País;

V - estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, nos setores de geologia e de exploração mineral;

VI - promover o desenvolvimento e a melhoria dos produtos e serviços de inventários, levantamentos geológicos e de recursos minerais;

VII - coordenar os procedimentos de aprovação dos atos de outorga, abrangendo autorizações e concessões minerais, registros de licenciamento, permissões de lavra garimpeira e registros de extração;

VIII - coordenar e acompanhar as ações de execução de programas, atividades e projetos visando à implementação de diretrizes para a gestão eficaz dos direitos minerários do País; e

IX - analisar e propor ações relativas ao controle e ao acompanhamento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais.

Art. 25. Ao Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral compete:

I - analisar e propor políticas, planos e programas visando a modernização tecnológica do setor de mineração e transformação mineral;

II - promover estudos para o desenvolvimento tecnológico, destinados à captação de novas tecnologias e à geração de novos produtos no setor mineral;

III - coordenar e promover programas de incentivo e ações visando ao desenvolvimento tecnológico aplicado à mineração e à transformação mineral; e

IV - promover e acompanhar programas e ações de inserção tecnológica na indústria minero-metalúrgica.

Art. 26. Ao Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração compete:

I - formular e articular propostas de políticas, planos e programas para o desenvolvimento sustentável da mineração, avaliar e monitorar seus resultados e execução, propondo as revisões e atualizações pertinentes;

II - orientar e propor diretrizes e procedimentos para a internalização das variáveis ambientais, nas atividades de mineração;

III - elaborar e internalizar programas para o desenvolvimento socioambiental da mineração;

IV - gerar estudos e levantamentos visando à implementação de ações socioambientais para o desenvolvimento sustentável da mineração;

V - propor o ordenamento das atividades de mineração, nas unidades de conservação e de conflito; e

VI - estimular e induzir linhas de fomento para a capacitação, formação e desenvolvimento tecnológico sustentável, no setor de mineração e de transformação mineral, em todo o ciclo de utilização das substâncias minerais.

3 - Listar as principais ações e atividades realizadas ao longo do ano de 2010:

Em 2010 duas ações fundamentais realizadas pela SGM foram finalizadas. A primeira é referente ao Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM-2030 e a segunda foi a elaboração dos projetos de Lei do novo Marco Regulatório do Setor Mineral e da criação da Agência Nacional de Mineração - ANM.

O PNM-2030 consolida o planejamento detalhado das políticas públicas de longo prazo para a geologia, mineração e transformação mineral para o país nas próximas duas décadas. Baseado em três diretrizes (governança pública eficaz, agregação de valor e sustentabilidade) visa à otimização do aproveitamento sustentável do patrimônio mineral brasileiro e tem como um dos objetivos estratégicos a implementação de políticas públicas que possam contribuir para tornar o setor mineral um dos alicerces do desenvolvimento sustentável do país.

Já a proposta de novo Marco Regulatório para o setor mineral contempla uma profunda alteração no arcabouço da legislação mineral, que data de 1967. Nesse sentido, a SGM elaborou proposta de

Projeto de Lei com objetivo de introduzir conceitos modernos de regulação e de gestão estratégica para as atividades de exploração, produção e comercialização de bens minerais. Também faz parte da proposta a criação do Conselho Nacional de Política Mineral - CNPM, que será um órgão colegiado, de alto nível, com atribuição de fornecer diretrizes de políticas públicas para geologia e mineração.

Além da nova legislação para outorga de direitos minerários, há também, em fase de conclusão na SGM, Projeto de Lei destinado a reformular a legislação sobre Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM.

Ainda com referência a mudanças na legislação da mineração, a SGM acompanhou os trâmites do Projeto de Lei que regulamenta o § 1º do Art. 176 e do § 3º do Art. 231 da Constituição Federal, junto à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Esse Projeto de Lei, que versa sobre exploração mineral em terras indígenas, aguarda a aprovação no Congresso Nacional e a SGM vem envidando esforços para que a matéria seja debatida e aprovada, possibilitando o aproveitamento mineral nestas áreas.

1. Definição de critérios de importância das concessões de lavra a serem assinadas pelo Ministro de Minas e Energia:

A Portaria MME nº 627, publicada no DOU em 13/07/2010, estipula que as outorgas de concessão de lavra consideradas de grande relevância ou que representem considerável repercussão socioeconômica, deverão ser assinados diretamente pelo senhor Ministro de Minas e Energia. Assim, a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral tem a incumbência de avaliar os requerimentos de concessão de lavra, de modo a subsidiar a tomada de decisão do senhor Ministro com relação aos atos de assinatura dos direitos minerários segundo os critérios estabelecidos na citada Portaria.

2. Concessão de Lavra para o garimpo de Serra Pelada:

O antigo garimpo de Serra Pelada, considerado o maior garimpo a céu aberto do mundo na década de 1980, atualmente está sendo reativado por meio de lavra mecanizada e em profundidade. Por essa razão, a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada – COOMIGASP, detentora dos direitos minerários, buscou parceria com uma empresa de mineração (Mineração Colossus Ltda). Desta parceria resultou a empresa “Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral”, e em julho de 2010, no Município de Curionópolis, o Ministro de Minas e Energia assinou a Portaria de Lavra, determinando que também fosse assinado um Termo de Compromisso entre as duas entidades, de maneira a garantir todos os direitos para os garimpeiros registrados na Cooperativa. Esse Termo de compromisso, que representa um ato inédito no processo de concessão de lavra no Brasil, reflete a preocupação do MME na resolução dos problemas e conflitos históricos na região de Serra Pelada, esperada há muitos anos pelos garimpeiros, sem perder-se a perspectiva da proteção dos trabalhadores.

A atribuição de gerar conhecimento do meio físico do país foi uma das prioridades dos agentes públicos do setor mineral. Nesse sentido, as ações da CPRM inseridas no PAC permitiram a realização de levantamentos geológicos e aerogeofísicos sistemáticos que contribuem para o desenvolvimento da infraestrutura nacional. Essas ações de governo, das quais se destacam, além dos estudos de geologia básica e aerogeofísica, também os levantamentos hidrogeológicos, cadastramentos de poços de água subterrânea e levantamentos geotécnicos para prevenção de desastres naturais, estão proporcionando importantes subsídios aos vários órgãos públicos

encarregados de elaborar a proposta de criação de um centro integrado para estudos e prevenção de desastres naturais, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República.

Ainda com referência às ações da SGM sobre o uso adequado do território nacional, participamos, em conjunto com a CPRM/Serviço Geológico do Brasil, dos grupos interministeriais que realizam estudos para a identificação de áreas de risco e a prevenção de desastres naturais. Esses estudos são realizados por meio de levantamentos geotécnicos e geofísicos e são utilizados no ordenamento territorial, evitando áreas potencialmente perigosas em caso de ocorrência de desastres naturais, tais como sismos, deslizamentos e enchentes.

Outras importantes atividades executadas em 2010 são referentes aos estudos da Plataforma Continental Jurídica Brasileira - PCJB. Visando ampliar o conhecimento da biologia e da geologia marinha e de seus potenciais, bem como por questões estratégicas, a Marinha do Brasil em conjunto com outros órgãos, entre eles a CPRM, atuaram ativamente no Comitê Executivo do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da PCJB, denominado de Projeto REMPLAC. Além deste, a CPRM participou de outros projetos, tais como o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial - PROAREA, Programa de Pesquisas Científicas da Ilha da Trindade - PROTRINDADE, Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo - PROARQUIPELAGO, Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha - BIOMAR, Programa de Mentalidade Marítima - PROMAR entre outros, todos com foco em assuntos do mar.

Também merece destaque os estudos regionais de diagnósticos das cadeias de base mineral no âmbito dos Estados. Em 2010 foram finalizados convênios com Amazonas, Amapá e Sergipe, além da continuidade do projeto com o Maranhão. Esses projetos fazem parte das ações de apoio empreendidas pela SGM para ampliar o conhecimento do potencial geológico e da indústria mineral nas diversas regiões do país.

Quanto ao levantamento e disponibilização de informações e dados estatísticos setoriais, a SGM elaborou publicações e informes estatísticos, tais como a Prévia da Indústria Mineral e a Sinopse da Mineração e Transformação Mineral de publicação mensal. Além dessas publicações, a SGM apoiou a organização de 56 Arranjos Produtivos Locais de base mineral – Rede APL mineral, como por exemplo o arranjo produtivo de areia em Serópedica, no Rio de Janeiro e o arranjo de Gemas e Joias em Poxorel e Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso do Sul.

A atuação da SGM em relação à capacitação dos trabalhadores do setor minerário, permitiu o aumento expressivo no número de profissionais qualificados pelo “Projeto Inclusão Digital do Pequeno Produtor Mineral”, realizado a partir de parceria entre a SGM e a Associação Telecentros de Informação e Negócios - ATN. Em 2010, foram capacitadas 7.028 usuários que fazem parte do sistema telecentros minerais integrantes do Portal PORMIN – um aumento de 830% em relação a 2009 - por meio da utilização de quase 2.000 centros de acesso à internet. Esse programa é voltado à capacitação de empreendedores da mineração em pequena escala, difundindo informações técnicas e gerências para o aprendizado e aperfeiçoamento das atividades produtivas da mineração, incluindo noções de responsabilidade ambiental, economia mineral e aspectos legais da atividade.

A SGM atuou também no “Projeto Saúde e Segurança dos Mineiros”, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, que tem como competência elaborar normas regulamentadoras específicas sobre o tema. O MTE exerce um papel auxiliar na fiscalização, treinamento e prevenção dessas questões nas minas, o que nos levou a executar, em 2010, o Projeto “Mobilização e Capacitação do Setor Mineral para a Gestão da Saúde dos Trabalhadores nas Minas: CIPAMIN e

PGR”. O objetivo do projeto foi capacitar os trabalhadores e fornecer subsídios para as reformulações normativas e a elaboração de políticas públicas.

Foram produzidos relatórios sobre as condições de trabalho de 23 empresas de mineração e 3 agrupamentos mineiros. Também foram capacitados 750 trabalhadores (cerca de 25.000 trabalhadores beneficiados indiretamente), em 30 Municípios das 5 Regiões do País, abrangendo a lavra de 17 substâncias minerais diferentes. Os resultados serão divulgados em um documento público, sistematizando os resultados da pesquisa e as proposições colhidas nos diversos momentos e atividades.

Ainda quanto a ações de capacitação, destaca-se o “Curso de Especialização em Gestão e Política Mineral”, que foi direcionado para o quadro técnico do DNPM, viabilizando cursos em nível de especialização nas áreas de regulação, meio ambiente, tecnologia mineral, etc. Este projeto, executado pela Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, utilizou a ferramenta de ensino à distância e foi viabilizado por meio do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético - ESTAL, financiado pelo Banco Mundial.

Em junho de 2010, foi criado, por meio de Portaria Conjunta entre MME e MCT, um Grupo de Trabalho Interministerial destinado a estudar os chamados Minerais Estratégicos. Seu objetivo é sugerir diretrizes e ações governamentais para o adequado aproveitamento dos minerais estratégicos para o desenvolvimento da indústria mineral no Brasil. Durante os trabalhos do GTI, foram realizadas diversas reuniões com especialistas, que resultaram em diversos estudos sobre os minerais estratégicos, principalmente os minerais utilizados em indústrias de alta tecnologia, tais como lítio, ítrio e outras terras raras. O Relatório Final do GTI, a ser entregue aos Ministros do MME e MCT, aponta as ações que devem ser desenvolvidas para que o Brasil possa assegurar a produção suficiente desses bens minerais para o atendimento da indústria nacional, em linha com as ações previstas no PNM-2030.

3 - Conclusão:

Pelo exposto, comparando as atividades executadas pela Secretaria com suas atribuições regimentais e as políticas públicas envolvidas, pode-se afirmar que a SGM, a despeito dos ajustes orçamentários, teve desempenho eficiente em sua gestão. Isso pode ser verificado pelo completo atingimento de metas previstas no Plano Plurianual - PPA, incluindo um aumento expressivo nos indicadores de resultados referentes aos projetos de capacitação de trabalhadores do setor mineral e nos estudos de apoio ao desenvolvimento da indústria mineral.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

5. Recursos Humanos da Secretaria-Executiva

As informações sobre Recursos Humanos do Ministério de Minas e Energia se concentram no Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, agregado a este Relatório de Gestão.

6. Informação sobre Transferências

Não se aplica. A Secretaria-Executiva não administra convênios e contratos. Essa informação está colocada em cada Relatório de Gestão das Secretarias Finalísticas, agregados a este Relatório de Gestão.

7. Declaração da Área Responsável sobre Convênios e Contratos

Não se aplica. A Secretaria-Executiva não administra convênios e contratos. Essa informação está colocada em cada Relatório de Gestão das Secretarias Finalísticas, agregados a este Relatório de Gestão.

8. Declarações de Bens e Rendas

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

Tabela XX: Estrutura de controles internos da SE (Quadro A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: 1- Este questionário está respondido no âmbito da Secretaria-Executiva, excluindo-se a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA e a Diretoria de Programas. Aqui estão considerados o Regimento Interno, o <i>site</i>, o sistema corporativo <i>DocFlow</i>, o Código de Ética do MME e outros Sistemas Corporativos, todos eles amparados por normas legais.] 2- É importante destacar que a Secretaria-Executiva não concorda com o posicionamento da CGU/TCU de responder de forma independente (por Secretaria) este questionário. 3- Na descrição do <u>objetivo</u> desse questionário, está colocada a palavra “<i>compliance</i>”. Esse verbete tem origem no mercado financeiro e significa um conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e diretrizes estabelecidas. Consideramos que esse “conjunto de disciplinas”, não existe de forma independente para cada UJ, daí a dificuldade de responder esse questionário de forma individualizada, o que pode gerar confronto nas respostas das Secretarias. As ações dos servidores públicos pelo art. 37, da Constituição Federal, devem se pautar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. 4- Acreditamos que as repostas a este instrumento são mais adequadas quando se tratam de autarquias especiais, empresas públicas e empresas estatais, ou seja, entidades não dependentes e com autonomia administrativa. No caso das empresas estatais (Grupo Petrobras e Sistema Eletrobras) estas têm praticado em suas ações todos os mecanismos e utilizado critérios de					

“*compliance*”, já que suas ações são negociadas em bolsas de valores no Brasil e exterior.

5- No entendimento dessa Secretaria-Executiva vários itens não se aplicam à administração direta do Governo Federal.

6- Metodologia:

A metodologia empregada para responder esse questionário foi a realização de reuniões e debates, no âmbito da Secretaria-Executiva, das pessoas das áreas estratégicas da Unidade.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SE

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SE

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

14. Renúncia Tributária

Não se aplica a esta Secretaria-Executiva.

15. Determinações e/ou Recomendações do TCU

Não ocorreram no período.

16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

16.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	245306	1.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria-Executiva – SE/MME (Agregadora)			
Descrição da Recomendação:			
Convênios encerrados em exercícios anteriores a 2009 ainda não concluídos e com pendências (Análise Financeira, Comprovação de Despesas, Recolhimento de Saldos etc.).			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria-Executiva – SE/MME (Agregadora), Secretarias Finalísticas e SPOA			
Síntese da providência adotada:			
Em decorrência da alteração nos procedimentos relacionados à tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênios ou instrumentos congêneres – Portaria nº 494, de 22/12/2009 – que descentralizou a gestão dos convênios no âmbito do MME, (ou seja, cada Secretaria ficou responsável pelos respectivos programas e projetos a serem executados), foi feito um esforço concentrado para a regularização das pendências de análises das prestações de contas de convênios e de instrumentos congêneres, particularmente, daqueles já encerrados ou com vigência expirada. Nesse sentido, a Secretaria-Executiva fez um trabalho relevante com relação à adoção de providências para a regularização do estoque de convênios, com prestações de contas não analisadas em tempo hábil. Foram identificados todos os convênios antigos (vigentes e em fase de Prestação de Contas Final – PCF), e após várias reuniões realizadas sob a coordenação da Secretaria-Executiva, agilizando-se a avaliação técnica das prestações de contas parciais e finais por parte das Unidades responsáveis por suas execuções, bem como o posterior envio dos autos a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA para análise financeira, que centralizava a atividade.			
Síntese dos resultados obtidos			
O esforço realizado no ano de 2010 permitiu reduzir a quantidade total de convênios antigos (vigentes e em fase de Prestação de Contas Final com pendência de análise) de 88 para 46, até 16 de novembro de 2010, sendo que deste contingente 12 (10%) estão vigentes e somente 34 (40%) restaram em análise da Prestação de Contas Final. Todas as providências necessárias para a regularização do estoque de convênios ou instrumentos congêneres com prestação de contas pendentes foram adotadas, resultando no encerramento e/ou aprovação de quase 50% do estoque anteriormente apontado pelos Órgãos de Controle.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Foi feito um redirecionamento do esforço concentrado para a solução dos convênios antigos, que			

era de responsabilidade da Coordenação Geral de Orçamentos e Finanças – COF.

Os contratos foram redistribuídos para cada uma das Secretarias envolvidas.

16.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Tabela XXI: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Quadro A.15.4)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	245306	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria-Executiva – SE/MME (Agregadora)			
Descrição da Recomendação:			
Não utilização de indicadores de gestão para avaliação do desempenho da cada Unidade Jurisdicionada Agregada e do próprio Ministério quanto à execução de seus Programas/Ações.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria-Executiva – SE/MME (Agregadora), Secretarias Finalísticas e SPOA			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A recomendação ainda não foi totalmente atendida. A Secretaria-Executiva encaminhou memorando a todas as Secretarias e à SPOA com vistas a identificar em suas áreas de atuação, indicadores que pudesse medir a eficiência de sua gestão. As Secretarias realizaram reuniões internas e alcançaram como resultado o re-mapeamento de macroprocessos e a definição de alguns indicadores, baseando-se nos critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, qualidade, simplicidade, praticabilidade e representatividade. Atualmente os macroprocessos de indicadores estão em fase de avaliação. Além desse processo de definição dos indicadores de gestão, a Secretaria-Executiva coordena outro processo de definição e mensuração do índice de desempenho institucional, que faz parte da avaliação de desempenho institucional dos servidores do MME. Participam dessa avaliação, além da Secretaria-Executiva, as Secretarias Finalísticas, o Gabinete do Ministro, a Assessoria Econômica e a Consultoria Jurídica.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
No geral, existe dificuldade em se desenvolver indicador de gestão nas Secretarias finalísticas tendo em vista que suas atividades estão relacionadas à formulação de políticas e diretrizes setoriais.			

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela SE para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

Contrato de Gestão celebrado entre o MME e a ANEEL

O art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da ANEEL será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo artigo dispõe que o contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da Prestação de Contas do MME e da ANEEL.

Em 26 de fevereiro de 2010, a União – por intermédio do MME – e a ANEEL firmaram Contrato de Gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2012, cuja cópia integra o Relatório de Gestão da Secretaria de Energia Elétrica – SEE.

O Contrato dispõe que a ANEEL e o MME farão constar dos respectivos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA), a ser enviado ao Tribunal de Contas da União, um tópico específico destinado ao Contrato de Gestão, que deverá contemplar as informações do Relatório Gerencial e do Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação do MME, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 9.427/96.

O Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão – Ano 2010, elaborado pela ANEEL, integra o Relatório de Gestão da SEE, agregado a este Relatório.

Parte B – Item 1 – Declaração do Contador

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320011 – Secretaria Executiva – SE

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Veloza Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC –DF nº 018138/O-2

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320013 – Secretaria de Energia Elétrica - SEE

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 4.221,36 (quatro mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

ElizaneVELOZO Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC –DF nº 018138/O-2

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320012 – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 1.394,26 (hum mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Velozo Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC –DF nº 018138/O-2

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 8.887,61 (oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Velozo Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC –DF nº 018138/O-2

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 1.937,80 (hum mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

ElizaneVELOZO Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC –DF nº 018138/O-2

Resultados e Conclusões

Os resultados e conclusões estão dispostos na Avaliação Sistemática de cada Secretaria (pag. 59) e nas atividades da Secretaria-Executiva (pag. 29 a 84)

ANEXO

Anexo: Diretoria de Programas – Projeto Estal/PNUD

Introdução

O presente relatório disponibiliza as informações do progresso das Unidades de Gestão de Projeto da Diretoria de Programa da Secretaria-Executiva do MME em termos de atividades financeiras, indicadores de projeto e processos de aquisição no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro 2010.

O relatório foi elaborado de acordo com as orientações e determinações da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e Portaria-TCU nº 277/2010 Decisões Normativas TCU nº 107/2010, bem como a Portaria CGU n.º 2546, de 27 de dezembro de 2010, que trata dos procedimentos de apresentação dos relatórios de gestão e dos processos anuais de contas. Note-se que, sendo Diretoria de Programas, além dos itens obrigatórios das Partes A e B descrito no Anexo II da DN nº 107/2010, foi necessário responder também itens da Parte C.

O item 16 da Parte C se encontra ao final deste relatório. O item 31 da Parte C foi desenvolvido e comentado ao longo do presente relatório. Os outros itens da Parte C não se aplicam.

Os dados financeiros e contábeis foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, sistema Atlas do PNUD e a ferramenta de acompanhamento de execução financeira IICAPROJ.

Existiam em funcionamento no âmbito do Ministério de Minas e Energia, quatro Projetos, a saber: Assistência Técnica do Setor Energético – ESTAL 4708-BR, Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039 (encerrado em 31/01/2010), Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011(encerrado em 30/4/2010) e Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no Âmbito do Programa Luz para Todos – BRA/IICA/08/012, com a coordenação da execução técnico-administrativa subordinada ao Diretor de Programa da Secretaria-Executiva.

Os itens 6 – Informações sobre Transferências, 7 – Declaração da Área Responsável, 8 – Declaração de Bens e Rendas, 10 - Informação Quanto à Adoção de critérios de sustentabilidade, 11 – Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ, 12 – Informações Sobre a gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ, 13 – Cartões de Pagamento do Governo Federal e 14 - Renúncia Tributária do Sumário Executivo sugerido pela CGU e da Portaria TCU nº 277, de 7/12/2010 e Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010, não se aplicam a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

Na elaboração do presente relatório procuramos seguir a orientação do item 2 da Portaria TCU nº 277, de 7/12/2010 e Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010, que as “UJ que não se enquadrarem nos critérios acima devem, na medida do possível, seguir as disposições desta Portaria promovendo os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos, de acordo com suas especificidades”.

A seguir detalhamos as principais atividades realizadas no período:

1 – Identificação da Unidade e dos Projetos

Unidade: Diretoria de Programa da Secretaria-Executiva

Unidade Gestora: 320015 – SE/BIRD/MME

Órgão de Vinculação: 32000-MME

Código do SIORG: 002852

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco “U” – 7º andar – Sala 726/734

CEP: 70.065-900 – Brasília – DF. – secexdp@mme.gov.br

Página na Internet: <http://www.mme.gov.br/mme/menu/projetos/projetosestal.html>.

Telefone: (61) 3319-5027/5574

Ordenador de Despesa: Jeová Silva Andrade (01.01.2010 a 31.12.2010)

Alexandre Ramos Peixoto (03.01.2011)

Projetos:

- *Energy Sector Technical Assistance Project* (Projeto de Assistência Técnica ao Setor de Energia - ESTAL) – Loan 4708 – BR (encerrado em 15/12/2010);
- Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039 (encerrado em 31/01/2010);
- Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011(encerrado em 30/04/2010); e
- Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos - BRA/IICA/08/012.
- *Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project* – (Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META) - aprovado preparação pelo COFIEEX em 15/12/2010.

1.1 Normas Relacionadas às Atividades da Unidade:

- Portaria nº 144 de 23 de junho de 2006 – DOU 26/6/2006 – Regimento Interno do MME; e
- Portaria SE/MME nº 58, de 29 de abril de 2004 – criação da UGP do projeto ESTAL.

Normas aplicáveis aos financiamentos de recursos externos

- [Constituição Federal \(1988\), art. 52](#) - Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do art. 52 da Constituição Federal.
- [Lei de Diretrizes Orçamentárias](#) - Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.
- [Lei Orçamentária Anual](#) – Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 – Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.
- [Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998](#) - Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Outras Resoluções do Senado: 40/01; 43/01 e 20/03.
- [Portaria/STN/MF nº 497, de 27 de agosto de 1990](#) - Regula o procedimento relativo a operações de crédito ou de arrendamento mercantil, externo ou interno, a serem celebradas pela União.
- [Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009](#) - Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009, e dá outras providências.
- [Macrofunção SIAFI 02.03.10](#) - Esta Macrofunção trata das Obrigações Internas e Externas inclusive as operações de arrendamento mercantil, de concessão de avais e outras garantias, firmadas pela União ou realizadas por intermédio de ajustes financeiros do Tesouro Nacional.
- [Manual de Projetos REX \(STN\)](#) - O Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, alterou a sistemática de execução financeira dos projetos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social financiados com operações de crédito externas. O presente manual visa facilitar o entendimento da nova sistemática
- [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#) - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- [IN/STN nº 06, de 27 de outubro de 2004](#) - Dispõe sobre os procedimentos de movimentação de recursos externos e de contrapartida nacional, em moeda ou bens e/ou serviços, decorrentes dos acordos de empréstimos e contribuições financeiras não reembolsáveis (doações), firmados pela União Federal junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras e transferência de recursos no âmbito de acordos de cooperação técnica com organismos internacionais.
- [Diretrizes do BIRD para contratação de serviços de consultoria](#) - O objetivo destas Diretrizes é estabelecer as políticas e os procedimentos do Banco a serem utilizados para seleção, contratação e monitoramento de consultores demandados pelos projetos financiados, no todo ou em parte, pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), créditos da Associação de Desenvolvimento Internacional (AID), ou por doações do Banco ou dos fundos fiduciários administrados pelo Banco e executados pelo beneficiário.

Normas Aplicáveis às Cooperações Técnica

- [Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997](#) - Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- [Decreto nº 4.748, de 16 de junho de 2003](#) - Regulamenta o processo seletivo simplificado a que se refere o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.
- [Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004](#) - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.
- [Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966](#) - Promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica.
- [Portaria MRE nº 433, de 22 de outubro de 2004](#) - Art. 1º Aprovar normas complementares aos procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de Atos Complementares de cooperação técnica recebida, decorrentes de Acordos Básicos firmados entre o Governo brasileiro e organismos internacionais, e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos.
- [Diretrizes da ABC/MRE para o Desenvolvimento de CTI](#) - Uma ação de Cooperação Técnica Internacional (CTI), uma das vertentes da Cooperação para o Desenvolvimento, pode ser caracterizada como uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais¹ em um dado contexto socioeconômico, seja para sanar e/ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, seja para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento. A materialização dessas mudanças dá-se por meio do desenvolvimento de capacidades técnicas de instituições ou de indivíduos.
- [Manual de Convergência das Normas Licitatórias do PNUD](#) – Disciplina os procedimentos de aquisições e contratações dos serviços de consultoria pelo PNUD.
- [TAC/MPT](#) - É um Termo de Ajuste de Conduta para celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do processo nº 1044/2001 tramitando na 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, referente a Consultores Técnicos.
- [TAC/MPT – segundo ajuste](#) - Ajuste ao Termo de Ajuste de Conduta para celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do processo nº 1044/2001 tramitando na 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, referente a Consultores Técnicos.
- [Decisão TCU nº 178/2001](#) - Auditoria. MRE. Avaliação dos projetos de cooperação técnica internacional. Falhas nos procedimentos relacionados às aquisições de bens e serviços e às contratações de pessoal. Audiência dos responsáveis...
- [Decisão TCU nº 818, de 27 de setembro de 2000](#) - Determina que não se utilize dos acordos de cooperação técnica para pagar despesas com viagens e diárias de servidores da agência executora estranhos ao Projeto; que não se terceirize atividades típicas de Estado; que seja comunicado à Receita Federal e ao INSS os valores pagos pelo Programa das Nações Unidas aos consultores contratados.

- [Acórdão TCU nº 946/2004](#) - Determinação do Plenário no sentido da rigorosa observância do disposto na Lei nº 8.666/93 nas aquisições de bens e serviços, em sede de acordo ou projeto de cooperação, com recursos nacionais. Solicitação de prorrogação do prazo para o cumprimento da determinação.
- [Acórdão TCU nº 1918/2004](#) - Consulta formulada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Aplicabilidade do Manual de Convergência do PNUD ou da lei de licitações pelos organismos internacionais e a possibilidade de apresentação de propostas de convergência de determinados organismos internacionais que mantêm projetos de cooperação técnica internacional com órgãos e entidades do governo.
- [Acórdão TCU nº 1339/2009 - TCU – Plenário](#) – Representação contra a Agência Brasileira de Cooperação - MRE; Secretaria de Controle Interno - MRE; Secretaria de Educação Básica – MEC - Estudo dos parâmetros utilizados em acordos de cooperação técnica internacional, financiados exclusivamente com recursos nacionais. Identificação de Acordos de Cooperação Internacional destinados ao exercício de atividades meramente administrativas.

1.2. Descrição dos Projetos

Quanto a sua constituição o projeto de Assistência Técnica do Setor Energético – ESTAL 4708-BR, faz parte de uma operação de crédito externo contratada junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com financiamento de recursos no montante de U\$ 20, 120,000. 00, sendo U\$ 12, 120,000. 00 financiado pelo BIRD e U\$ 8, 000,000. 00 de contrapartida nacional.

Os projetos de Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039 e Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011, são acordos de cooperação técnica firmados com a Organização das Nações Unidas por meio da sua agência especializada Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Em 22 de dezembro de 2008 foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/012 – Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos, para desenvolver e implementar políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas de energia elétrica, no valor total de U\$ 6.750.000,00 e duração de 36(trinta e seis) meses.

O acordo de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, BRA/08/12, contará com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que deverá financiar parte do projeto com o aporte de recursos por meio de doação internacional no valor de U\$ 2.250.000,00.

No caso do Projeto ESTAL a “Unidade Gestora de Projeto - UGP” foi criada pela Portaria SE/MME nº 58, de 29 de abril de 2004. As UGP’s dos acordos de cooperação técnica de Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039 e Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011, foram definidas no Documento de Projeto no Anexo IV e Módulo F – Gestão, respectivamente, todas no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia.

Em 10 de dezembro de 2010 a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX/MP, emitiu a Recomendação nº 1214, autorizando o Ministério de Minas e Energia a iniciar a preparação do *Mineral and Energy Sector Technical Assistance Project* – (Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META), nas seguintes condições:

- 1 – Nome: Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META.
- 2 – Mutuário: República Federativa do Brasil.
- 3 – Executor: Ministério de Minas e Energia.
- 4 - Entidade Financiadora: Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.
- 5 – Valor: pelo equivalente até US\$ 99.208. 255,62
- 6 – Contrapartida: pelo equivalente até US\$ 6.944.578,29 - MME

1ª Fase: Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 49.604.127,81 – BIRD

2ª Fase: Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 49.604.127,81 – BIRD

• **Projeto ESTAL**

Conforme estabelece o Acordo de Empréstimo o Projeto ESTAL está dividido em duas categorias de despesas: Serviços de Consultoria e Treinamento, que abrangem 5 (cinco) áreas de atuação do Ministério de Minas e Energia (mutuário) e 7 (sete) componentes, a saber:

- Desenvolvimento do Mercado de Regulação
- Acesso à Energia e Tarifas de Baixa Renda
- Gestão do Meio Ambiente
- Planejamento de Longo Prazo
- Fortalecimento Institucional e Coordenação do MME
- Gerenciamento do Projeto
- Reserva

• **PNUD BRA 01/039 e PNUD BRA 99/011**

As Cooperações Técnicas estão estruturadas em objetivos imediatos, resultados, produtos, indicadores e atividades.

• **PROJETO IICA - PCT-BRA-IICA-08-012**

Desenvolver e implementar políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas, promovendo o seu uso produtivo e socioeducativo para viabilizar a inclusão e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa Nacional de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica no Brasil – LUZ para TODOS.

1.2.1 Valor do Empréstimo e das Cooperações Técnicas.

- **Projeto ESTAL**

Conforme estabelece o Acordo de Empréstimo, o montante de recursos alocados ao Projeto está distribuído da seguinte forma:

Tabela XXII: Valor do Empréstimo (ESTAL)

US\$=R\$2,00

DESCRIÇÃO	Valores	
	Reais	US\$
Banco Mundial	24.240.000,00	12,120,000.00
Contrapartida brasileira	16.000.000,00	8,000,000.00
TOTAL – ESTAL	40.240.000,00	20,120,000.00

Fonte: Loan 4708 BR

- **PNUD BRA 01/039**

Recursos nacionais comprometidos com a consecução dos objetivos do projeto.

O Projeto BRA/01/039 contou com recursos integralmente provenientes do Orçamento da União, no valor de R\$ 18.400.360,0 (dezoito milhões, quatrocentos mil, trezentos e sessenta reais) equivalentes a US\$ 7.215.827,40 (sete milhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e vinte e sete dólares e quarenta centavos), calculados à taxa de câmbio das Nações Unidas de dezembro de 2001, a serem desembolsados no período de duração do Projeto (de janeiro de 2002 a dezembro de 2009).

Estes valores foram objeto de ajustes, segundo variação da taxa operacional das Nações Unidas durante a vigência do projeto.

- **PNUD BRA 99/011**

O valor inicial dos recursos orçamentários deste Projeto foi de R\$ 12.678.476,37 (doze milhões seiscentos e setenta e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos), correspondente a U\$ 7.162.981,00 (sete milhões cento e sessenta e dois mil novecentos e oitenta dólares), calculados à taxa de câmbio das Nações Unidas de fevereiro de 2000.

Tabela XXIII: Resumo dos Projetos PNUD

Budget Financing (in US\$)		
	01/039	99/011
UNDP	0	
Cost Sharing		
• Government	7.005.657	3.699.736
• Financial Institutions		
• Third Parties	0	3.148.950
	0	49.400
Country Office Admin. Costs	210.170	204.895
Total	7.215.827	7.162.981

Fonte: PRODOC 99/011

- **PROJETO IICA - PCT-BRA-IICA-08-012**

Aporte da Instituição Nacional Executora: US\$ 4.500.000,00

Banco Interamericano de Desenvolvimento: US\$ 2.250.000,00

Total: US\$ 6.750.000,00

Origem dos recursos da Instituição Nacional Executora: Orçamento do Ministério de Minas e Energia e doação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Valor Total do Projeto/Assistência Preparatória por Fontes:

Natureza da Despesa – 3380.39

Fonte – 105 - US\$ 4.500.000,00 – Orçamento MME

Fonte – 195 - US\$ 2.250.000,00 – Doação Internacional

Ação - 1379 – Atendimento de demanda por energia elétrica em localidades isoladas – 25.752.0273.1379.0001 e Doação Internacional

Tabela XXIV: Resumo dos Projetos

Projetos	Valores - US\$			
	Financiado	Contrapartida	Taxas	
ESTAL	12,000. 000	8.000.000	120.000	20.120.000
PNUD BRA 01/039	0,00	7.005.657	210.170	7.215.827
PNUD BRA 99/011	3.749.136	3.148.950	204.895	7.162.981
PCT-BRA-IIICA-08-012	2.250.000	4.275.000	225.000	6.750.000
TOTAL –	17.999.136	22.429.607	760.065	41.248.808

Fonte: Loan 4708 BR e PRODOC BRA

1.3 Valores do empréstimo por categoria de gasto.

- **Projeto ESTAL**

Quanto a sua constituição o projeto de Assistência Técnica do Setor Energético – ESTAL 4708-BR, faz parte de uma operação de crédito externo contratada junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com financiamento de recursos no montante de US\$ 20,120,000.00, sendo US\$ 12,120,000.00 financiado pelo BIRD e US\$ 8,000,000.00 de contrapartida nacional.

Tabela XXV: Categorias do ESTAL

DESCRIÇÃO	Valores		PERCENTUAL MÁXIMO FINANCIADO PELO BIRD
	Reais	US\$	
Front and FEE (1%)	242.400,00	121,200.00	84%
Consultoria	23.000.000,00	11,500,000.00	100%
Treinamento	997.600,00	498,800.00	1%
TOTAL	24.240.000,00	12,120,000.00	-

Fonte: Loan 4708 BR

O montante de recursos alocados no Projeto, US\$ 20,12 milhões, está distribuído entre os seus componentes e subcomponentes, com destaque para o componente Apoio Institucional e

Coordenação do MME que conta US\$ 3,81 milhões, (18,9%), dos quais o BIRD participa com US\$ 3,05 milhões e o Governo Brasileiro com US\$ 0,76.

Tabela XXVI: Componentes do ESTAL

COMPONENTES	BIRD (60%)	UNIÃO (40%)	PROJETO (100%)
1 Desenvolvimento de Mercado e Regulação	2,890	0,723	3,613
2 Acesso à Energia e Tarifas de Baixa Renda	1,144	0,286	1,430
3 Gestão do Meio Ambiente	1,874	0,469	2,343
4 Planejamento de Longo Prazo	1,850	4,632	6,482
5 Apoio Institucional e Coordenação do MME	3,042	0,761	3,803
6 Gerenciamento do Projeto	0	1,130	1,130
7 Reserva	1,200	0	1,200
TOTAL DO PROJETO	12,000	8,000	20,000
TAXA DE COMPROMISSO	0,1212	0	0,1212
TOTAL DO FINANCIAMENTO	12,120	8,000	20,120

Fonte: Loan 4708 BR

- PNUD BRA 01/039

Tabela XXVII: Valor da Cooperação Técnica BRA 01/039

Insumos	Valor (US\$)	Revisão Substantiva “O”	Revisão Substantiva “P”
11.01-Consultores e Peritos Internacionais	30.545		
13.01 – Pessoal de Apoio Administrativo.	63.920		
15.01 – Viagens			1.103,18
- Passagens	183.270	283.330,00	
- Diárias/Aux. Transporte	122.180		
16.71 – Missões PNUD e ABC	16.665		
17.01 – Consultores Permanentes	549.018	177.960,45	65.762,75
17.02 – Consultor Pontual	305.461		
21.01 – Subcontratos (Pessoa Jurídica)	4.695.428	86.486,55	406,63
32.01 – Treinamento em Grupo	98.327		
33.01 - Capacitação em Serviço	53.528		
45.01 – Material de Consumo	19.606		154.349,81
45.02 – Material Permanente	737.960		
45.03–Operação e Manutenção de Equip.	19.606		
45.04 – Operação e Manutenção de Esc.	19.606		
52.01 – Custos de relatórios	51.706		
53.01 – Diversos (CPMF, Petty Cash)	38.831	6.900,75	10.955,80
Taxa de Administração		27.952,39	230.071,81
Total	7.005.657	582.630,14	230.071,81

Fonte: Revisão Substantiva “O” e “P”

- PNUD BRA 99/011

Tabela XXVIII: Valor da Cooperação Técnica BRA 99/011

Insumos	Valor (US\$)	Total de 1999 a 2007	Revisão Substantiva “U” – para 2008/2009	Revisão Substantiva “V” – para 2009/2010
11.01-Consultores e Peritos Internacionais.	731.000	105.000	0	
13.01 – Pessoal de Apoio Administrativo.	144.000	59.121	0	
15.01 – Viagens				
- Passagens	337.600	1.302.013	212.289,05	212.289,05
- Diárias/Aux. Transporte				
16.71 – Missões PNUD e ABC	36.897	2.463	0	0
17.01 – Consultores Permanentes	925.142	551.155	479.604,57	479.604,57
17.02 – Consultor Pontual	2.808.600	3.041.749		
21.01 – Subcontratos (Pessoa Jurídica)	314.710	2.171.841	120.000,00	120.000,00
32.01 – Treinamento em Grupo	0	10.604	0	
33.01 - Capacitação em Serviço	1.201.288	108.241		
45.01 – Material de Consumo	21.200	116.701	78.191,65	78.191,65
45.02 – Material Permanente	206.193	152.445	615.029,00	615.029,00
45.03–Operação e Manutenção de Equip.	50.000	9.816		
45.04 – Operação e Manutenção de Esc.	95.500	8.507		
52.01 – Custos de relatórios	59.450	0		
53.01 – Diversos (CPMF, Petty Cash)	26.506	11.346	30.000,00	30.000,00
Taxa de Administração			60.975,26	60.975,26
Total	6.958.086	7.651.001	1.596.089,53	1.596.089,53

Fonte: Revisão Substantiva “U” e “V”

- **BRA-IIICA-08-012**
Quadro A.1.8 –

Tabela XXIX: Valor da Cooperação Técnica BRA 08/012

OGM	LINHA ORÇAMENTÁRIA	2008	2009	2010	2011	Total	Total em US\$
3	Treinamento, Capacitação	1.674.262	1.498.528	1.708.847	1.038.453	5.920.090	2.819.090
5	Documentos Técnicos	149.107	115.676	115.676	89.386	469.845	223.736
6	Aquisição / Aluguel de Equipamentos	0	0	0	0	0	0
7	Serviços de Comunicação	78.272	63.096	63.096	31.548	236.012	112.386
8	Contratos por Resultados e Serviços	1.885.469	1.629.977	1.971.747	1.301.353	6.788.546	3.232.641
9	Diversos	22.412	21.032	21.032	21.032	85.508	40.718
Subtotal		3.809.522	3.328.309	3.880.397	2.481.772	13.500.000	6.428.572
Custos Administrativos (5%)		190.476	166.415	194.020	124.089	675.000	321.429
Total		3.999.998	3.494.724	4.074.417	2.605.860	14.175.000	6.750.000

Fonte PCT 08/012

2 Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro

a) Responsabilidades Institucionais

a.I) Competência Institucional

O regimento Interno do Ministério de Minas e Energia foi aprovado pela Portaria nº 144, de 23/6/2006 e publicado no DOU de 26/6/2006 e conforme o art. 41 compete ao Diretor de Programa:

“...

I – planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de estudos e projetos no âmbito da Secretaria-Executiva; e

II – exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.”

A Portaria SE/MME nº 58, de 29 de abril de 2004, no seu art. 2º, criou no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia a Unidade Gestora de Projeto – UGP, que ficou responsável por definir as diretrizes gerais e o plano de ação para a efetivação das atividades do Projeto ESTAL e será também responsável por avaliar, monitorar, controlar e aprovar todas as fases de implementação do Projeto.

A Unidade de Gestão do Projeto ESTAL foi implantada em consonância com as Diretrizes do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, tendo o Manual Operativo ESTAL como instrumento principal para o gerenciamento do Projeto, na descrição dos processos, documentos padrão e outras instruções fixadas no Acordo de Empréstimo.

As Unidades Gestoras de Projeto – UGP dos projetos de Apoio à Reestruturação do Setor Energético – PNUD BRA/01/039 e Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil – PNUD BRA/99/011, foram definidas no Documento de Projeto no Anexo IV e Módulo F – Gestão, respectivamente, todas no âmbito da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia.

O Projeto BRA/IICA/08/012 é executado por um Comitê Diretivo e pela Coordenação Executiva, instância técnico-operacional do Instrumento de Cooperação Técnica.

Basicamente competem as UGPs dos Projetos definir as diretrizes gerais e os planos de ação para efetivação das atividades do projeto e também por avaliar, monitorar, controlar e aprovar todas as fases de implementação dos Projetos. As UGPs são integradas por servidores públicos alocados pelo MME, empregados contratados pelo IICA e conta ainda com o apoio de consultores individuais para desenvolver os componentes dos Projetos.

No período de 01/01/2010 a 31/12/2010 foi designado como ordenador de despesa, coordenador do Projeto ESTAL e Diretor Nacional das Cooperações Técnicas o servidor Jeová Silva Andrade.

a.II) Objetivos Estratégicos

O objetivo principal do Projeto de Assistência Técnica ao Setor de Energia – ESTAL é prover assistência técnica para dar suporte à implementação e ao desenvolvimento do novo modelo do setor elétrico nacional, mediante contratação de estudos e serviços de consultoria orientados para o fornecimento de subsídios técnicos aos formuladores de políticas públicas.

O objetivo imediato do Projeto Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039 é apoiar a construção de uma nova política nacional de energia a partir do reordenamento das funções públicas do setor e da modernização dos instrumentos de planejamento e gestão.

Tabela XXX: Objetivos BRA 01/039

Nº do Objetivo	Descrição
1	Reestruturação do Setor Energético do Brasil
2	Desenvolver Programas, Projetos e Estudos de Apoio a Nova Política Energética.
3	Implementar novo modelo de gestão para o Setor Energético

Com o Projeto de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011 se pretende implementar ações que, em conjunto integrado ou individualmente, auxiliarão a desobstrução do contido desenvolvimento do mercado de energia renovável para comunidades carentes.

Tabela XXXI: Objetivos BRA 99/011

Nº do Objetivo	Descrição
1	Reforçar a capacidade de gestão do Programa.
2	Estabelecer modelos de mercados sustentáveis de energia renovável no Brasil
3	Desenvolver projetos de energia renovável para aplicações produtivas.

O presente Instrumento de Cooperação Técnica tem como objeto desenvolver e implementar políticas públicas de geração descentralizada de energia elétrica, promovendo o seu uso produtivo e socioeducativo para viabilizar o desenvolvimento de comunidades rurais isoladas no âmbito do Programa Nacional de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica no Brasil – LUZ para TODOS, circunscritas na competência do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, conforme se apresenta no Projeto de Cooperação Técnica - PCT.

São objetivos imediatos do PCT:

- I. Testar e validar modelo de incorporação tecnológica que associa a produção de biocombustíveis e alimentos, em escala da agricultura familiar, que contemple a geração de energia elétrica local e sustentável.
- II. Desenvolver metodologias para a implementação de políticas públicas, tendo como base a geração descentralizada de energia elétrica com fontes renováveis e, especialmente, para organização da produção energética de pequeno porte.
- III. Promover monitoramento, análise e avaliação do Programa Luz para Todos e desenvolver metodologias para realizar a integração de ações e o uso produtivo e eficiente de energia elétrica nas comunidades atendidas pelo Programa.

b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

Com a definição do encerramento do contrato de empréstimo do Projeto ESTAL com Banco Mundial em 15/12/2010 e o encerramento dos Acordos de Cooperação Técnica com o PNUD em 31/1/2010 e 30/04/2010, a Diretoria de Programa concentrou esforços em quatro linhas de ações, a saber:

- ✓ Iniciar nova operação de crédito junto ao Banco Mundial;
- ✓ Atendimento das demandas das diversas áreas do MME com os recursos remanescentes do Projeto ESTAL e BRA 99/011;
- ✓ Continuidade de atendimento aos objetivos específicos e metas do Programa Luz para Todos, por meio dos Projetos BRA 99/011 (até 30/04/2010) e BRA-IICA-08-012; e
- ✓ Iniciar os procedimentos de encerramento das Cooperações Técnicas com o PNUD.

• **Projeto ESTAL**

Por meio dos Ofícios nºs 2227 e 2228/2008-ESTAL/SE/MME, respectivamente, encaminhou-se ao Banco Mundial e a Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, pedido de extensão da data de encerramento do Contrato de Empréstimo firmado com Banco Mundial – BRA 4708 até 31/12/2010.

A proposta de prorrogação para dezembro de 2010 foi analisada e aprovada pelo Grupo Técnico da COFIEIX, em janeiro de 2009, mediante Recomendação GTEC/COFIEIX nº 499, acolhida favoravelmente pela Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN e Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em 27 de março de 2009.

A despeito do pedido de prorrogação ao Ofício nº 2227/ESTAL/SE/MME ter sido concedido pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN/MP e Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2010, o Banco Mundial na expectativa de aprovação de nova operação de financiamento com Ministério de Minas e Energia e em razão das suas normas internas renovou o Projeto ESTAL somente até 15 de dezembro de 2009.

Posteriormente o Banco Mundial reconhecendo a necessidade de prorrogação contratual do projeto ESTAL por mais um período de 12 meses, encaminhou ao Ministério de Minas e Energia, correspondência datada de 11/12/2009, retificando a *closing date* para 15 de dezembro de 2010.

Esse pedido de prorrogação da Data de Encerramento do Contrato de Financiamento nº 4708 BR se justificou nos seguintes pontos:

- ✓ permanência de saldos de recursos financeiros no Contrato de Empréstimo, tanto na fonte externa 0148 (financiada pelo Banco Mundial) e contrapartida;
- ✓ existência de 07 (sete) projetos do Plano de Aquisição de 2009, que foram inscritos em restos a pagar;
- ✓ possibilidade de antecipação de novas contratações dos serviços de consultoria que estão programados para a nova operação com o Banco Mundial; e
- ✓ dar continuidade as negociações com o Banco Mundial para contratação de uma nova operação, possivelmente do tipo *TAL* -, que demandará ações junto aos órgãos do Governo Federal (COFIEIX, SEAIN, STN, PGFN) e Congresso Nacional.

Como a concordância do Banco Mundial para a extensão da data de encerramento do projeto, somente aconteceu em 11/12/2009, não foi possível consignar na LOA de 2010 recursos orçamentários compatíveis com o saldo projeto na ocasião de US\$ 10.071.920,00.

• **PNUD BRA 01/039**

Para o exercício de 2010 o Projeto procurou priorizar os procedimentos visando o seu encerramento 31/01/2010, finalizando as contratações realizadas no exercício anterior e cumprir as metas exigidas pelo PNUD de avaliação e desempenho do Projeto.

Por meio da revisão a elaborada em 30/06/2009 (“N”) o Projeto teve sua vigência estendida até 31 de janeiro de 2010, sem possibilidade de prorrogação. Esta revisão se justificou pela necessidade de

conclusão dos estudos desenvolvidos, atrasos involuntários em decorrência das características do projeto, atrasos nos processos de compras em decorrência de uma melhor adequação dos Termos de Referência, avaliação final do Projeto, bem como o melhor aproveitamento dos recursos financeiros alocados ao Projeto.

- **PNUD BRA 99/011**

O Projeto BRA/99/011 contribuiu para o desenvolvimento e execução do Programa Luz para Todos, no planejamento estratégico, com a contratação de serviços de consultoria e ainda com apoio logístico e operacional.

Neste contexto elaborou-se a Revisão substantiva (“T”), em 28/07/2009, que objetivou estender a vigência do Projeto até 31/01/2010 e procedeu ajustes orçamentários no PRODOC. Esta revisão se justificou pela necessidade de se concluir a carta de Acordo nº 07/47-3952 firmada com a Universidade Federal do Amazonas, os processos de compras de bens/serviços, a contratação de consultoria para elaborar a avaliação final do Projeto BRA 99/011 e por fim o melhor aproveitamento dos recursos financeiros alocados ao Projeto.

- **BRA-IICA-08-012**

Considerando que 2010 foi o segundo ano de execução do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/012 – Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos, procuramos priorizar os seguintes objetivos:

- ✓ consolidar o apoio à execução do Programa Luz para Todos, realizando todas as contratações programas para o período, notadamente dos consultores individuais;
- ✓ iniciar o processo de negociação com o FUMIN/BID para doação de U\$ 2.500.000,00 para execução no âmbito do PCT/IICA;
- ✓ elaborar o Plano Operativo Anual (POA) - 2010 é o instrumento de programação previsto no art. 13 do Ajuste Complementar do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/012. Tem a finalidade de detalhar as atividades que serão executadas no ano de 2010, assim como os respectivos orçamentos.

- **Projeto META**

Quando dos procedimentos da última prorrogação do Projeto de Assistência Técnica do Setor de Energia – ESTAL - BRA 4708 em 2009, foi iniciado os entendimentos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para negociação de uma nova operação de crédito com objetivo suprir as diversas áreas do Ministério de Minas e Energia com um conjunto de estudos, serviços de consultoria e assistência técnica, basicamente na expansão do setor e fortalecimento institucional.

À época se cogitava conceber um novo projeto dentro de um ambiente de consolidação do modelo do setor elétrico já implantado, incluindo estudos para a implantação do novo modelo do setor

mineral e, ainda, os investimentos em infraestrutura de pesquisa tanto no setor elétrico como no setor mineral.

Neste sentido, foi encaminhada em 10 de setembro de 2009, a Carta nº 217/2009/GM-MME, com a carta-política demonstrando a intenção do MME em contar novamente com a parceria do Banco Mundial, para a realização de nova operação destinada a subsidiar a concretização de medidas de vulto num horizonte de quatro ou cinco anos.

A anuência do Banco Mundial, por meio da correspondência datada de 30 de setembro de 2009, veio acompanhada de manifestação do Diretor para Região da América Latina e Caribe revelando “grande interesse em dar continuidade à parceria com o Ministério de Minas e Energia”.

Em seguida a Diretoria de Programa promoveu gestões junto aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, no sentido de materializar as expectativas e anseios de cada unidade em participar do novo projeto.

A conclusão da formulação do desenho do projeto culminou com o envio da Carta-Consulta a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ofício 929/GM-MME, de 14/6/2010, para apreciação e avaliação pelo Grupo Técnico da Comissão de Financiamentos Externo – GTEC/COFIEIX.

Na sequência em 28 de julho de 2010, a Secretaria-Executiva apresentou o projeto na reunião do Grupo Técnico-GTEC/COFIEIX, que por sua vez em 10 de outubro de 2010, pelo FAX nº 274, encaminhou ao MME pedido de justificativas para 18(dezoito) questões.

Pelo Ofício nº 1410/2010-SE/MME, de 15 de outubro de 2010, a Diretoria de Programas encaminhou a Nota Técnica nº 01/ DPEP-SE/MME, as informações complementares acerca do Projeto em epígrafe, sobre os pontos elencados no referido documento do GTEC.

Finalmente em 10 de dezembro de 2010 a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX/MP emitiu a Recomendação nº 1214, autorizando o Ministério de Minas e Energia a iniciar a preparação do Projeto, em duas fases no valor total de US\$ 99.208.255,62 e US\$ 6.944.578,29.

b.II) Análise do Plano de Ações

Com a inclusão das UGP's na competência do Diretor de Programa, foi possível detalhar as ações dos Projetos, adequando os quantitativos, com os recursos orçamentários e financeiros disponíveis, bem como o tempo de execução de cada Projeto.

Os Projetos de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA/99/011 e Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos - BRA/IICA/08/012, atenderam exclusivamente ao Programa de Luz Para Todos – LpT da Secretaria de Energia Elétrica do MME.

Para elaboração das programações, dos Planos Operativo Anual (POAs) - 2010 e do Plano de Aquisições de 2010, dos projetos sob a responsabilidade do Diretor de Programa, foi feito um levantamento de prioridades de projetos de consultorias junto às diversas áreas do Ministério, As prioridades foram fixadas com a participação de todos os servidores de cada unidade demandante.

No caso do Projeto ESTAL, o Plano de Aquisição de 2010 foi limitado aos recursos orçamentários disponíveis para o exercício, já que não foi possível incluir a dotação na PLOA de 2010, executamos apenas o valor de R\$ 210.000,00 por crédito adicional suplementar, que correspondeu 10% do total orçado para ação 2272.

c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade

c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

Cabe registrar que embora os Projetos de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA/99/011 e Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos - BRA/IICA/08/012, sejam exclusivamente para atender ao Programa de Luz Para Todos – LpT da Secretaria de Energia Elétrica do MME, os recursos e a execução do programa são de responsabilidade desta Secretaria.

Considerando que a Diretoria de Programa não teve a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), e devido às especificidades e características da UJ (gestão de recursos externos) foram promovidos os ajustes necessários nos formatos e nos conteúdos do presente relatório no sentido de seguir sempre que possível às orientações da Portaria TCU nº 277, de 7/12/2010 e DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.

Deixamos de preencher o Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - Quadro A.2.1.

c.II) Execução Física das Ações

• Projeto ESTAL

As ações programadas para 2010 atenderam aos objetivos do Projeto, foram enquadradas nos principais componentes e subcomponentes e inseridas no conjunto de ações estratégicas de cada área organizacional do MME para o período.

Para o exercício de 2010 foram programados apenas 3 (três) ações de seleção de consultores em função dos recursos orçamentários disponíveis, aproveitando as demandas não atendidas do Plano de Aquisição do exercício anterior, a seguir demonstrado:

Tabela XXXII: Execução Física das ações realizadas pela Diretoria de Programas

Processo	Objeto	Área	Modalidade	Componente	Valor
00503/2009 - 58	Levantamento, Sistematização da Legislação Brasileira Vigente sobre o Biocombustível e sua Tradução para o Inglês e Espanhol.	SPG	Consultor Individual	5B7	53.800,00
sem número	Consultoria especializada em gerenciamento de informações licenciamento ambientais	NESA	Consultor Individual	3D	76.000,00
sem número	Promoção do Workshop sobre Programas e Diretrizes em desenvolvimento no MME	NESA	SBQC	3A	45.000,00
SUBTOTAL					174.800,00
	Tributos e Obrigações	ESTAL			35.200,00
TOTAL					210.000,00

Fonte: ESTAL

Tabela XXXIII: Execução Física das ações realizadas pela Diretoria de Programas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
25	122	0276	2272	A	4	Contratos	3	2	0

Fonte: ESTAL

Tabela XXXIV: Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério de Minas e Energia - MME	32101	32002

Fonte: ESTAL

Apresenta-se a seguir demonstrativo com a execução do Plano de Aquisição de 2010:

Tabela XXXV: Contratações Realizadas

Status dos Processos	Quantidades	STATUS	
		Concluído	Em execução
Contratos de 2009 com aditivo	6	6	0
Demanda de 2010	3	2	0
Total	9	8	0

Fonte: Projeto ESTAL

A Unidade Gestora do Projeto ESTAL elaborou o Plano de Aquisições dos Serviços de Consultorias, no qual consta detalhamento de itens contratados, nº processo, área organizacional, objeto, valor e nome do consultor:

Tabela XXXVI: Contratações Realizadas

Nº do processo	Área Contato	Objeto	Valor (em R\$)	Consultor
48.000.000615/2010-42	NESA	Gerenciamento de informações de licenciamento ambiental	90.100,00	Cátia Frota Parente
48.000.001021/2010-59	GAB/MIN	Assessoramento técnico ao Ministro de Minas e Energia em missão a Xangai e Pequim - China	26.000,00	Chiang Chia Hung
		TOTAL		

Fonte: Projeto ESTAL

Resumo da Execução Física projeto ESTAL em 2010

O projeto ESTAL no período de outubro de 2004 (data da efetividade) a 15 de dezembro de 2010 (closing date) realizou 49 (quarenta e nove contratações) contratações.

Tabela XXXVII: Resumo da Execução Física - Período 01/01 a 15/12/2010

Contratos Realizados 2004 a 2010	Contratos Interrompidos	Seleção e Contratação Planejada para 2010	Contratos Realizados em 2010	Contratos Encerrados em 15/12/2010
49	02	3	2	2

Fonte: Projeto ESTAL

A execução das metas físicas do projeto ESTAL, no período, refletiram os recursos orçamentários disponíveis que não permitiu ao Projeto avançar nos atendimentos as diversas demandas oriundas das unidades técnicas do MME

• **PNUD BRA 01/039 e PNUD BRA 99/011**

Tendo a maioria de seus objetivos alcançados com o êxito e a qualidade requerida tanto pelo Ministério de Minas e Energia (MME) quanto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os Projetos encaminharam para a sua conclusão prevista para 31/01/2010 e 30/04/2010, respectivamente.

Neste sentido, foi dada uma maior ênfase à conclusão dos trabalhos já contratados com vistas a garantir o alcance dos resultados previstos quando da estruturação dos objetivos. Não foram programadas atividades novas para o exercício de 2010.

Além disto, em virtude do seu encerramento foi necessária a realização de reuniões e relatórios finais de desempenho físico e financeiro, cujas ações requereram um período de aproximadamente três meses. Portanto, o desempenho desta etapa exigiu que estivessem concluídos todos os trabalhos iniciados em 2009.

Tabela XXXVIII: Execução Física do BRA 01/039

Item	Unidade	Quantitativo
Consultoria - Pessoa Física		
- Contratação (nova)	Contrato	0
- Encerramento (antiga)	Contrato	9
Consultoria - Pessoa Jurídica		
- Contratação (encerramento)	Contrato	4
Consultoria – Pessoa Física		
- Contrata (encerramento)	Contrato	5
Viagem a Trabalho		
Hospedagem no exterior	Diárias	0
Hospedagem	Diárias	0
Deslocamento	Passagem Aérea	0
Solução segurança para o MME	sistema	1
Solução informática para o MME	sistema	1
Total de Demandas Atendidas	proc. de pagamento	9

Tabela XXXIX: Execução Física BRA 99/011

Item	Unidade	Quantitativo
Consultoria - Pessoa Física		
- Contratação (nova)	Contrato	0
- Encerramento (antiga)	Contrato	1
Consultoria - Pessoa Jurídica		
- Contratação (nova)	Contrato	0
- Encerramento (antiga)	Carta de Acordo	17
Viagem a Trabalho		
Hospedagem	Diárias	6
Deslocamento	Passagem Aérea	12
Equipamentos		
Publicação/Material Audiovisual		
Serviços Gráficos	Contratos	0
Documentário LpT	Vídeo	0
Total de Demandas Atendidas	proc. de pagamento	36

O Projeto BRA/99/011 contribuiu para o LpT, no planejamento estratégico, com a contratação de serviços de consultoria e ainda com apoio logístico e operacional. Na implementação das Cartas Convênio BID ATN/MT-6697-BR concluiu a implementação de dez Projetos Pilotos e da divulgação dos resultados. Na divulgação desses resultados dos Projetos Pilotos foram usados recursos da Carta Convênio ATN/JF-6630-BR para cursos de formação de técnicos sobre “*Soluções Energéticas para a Amazônia – Eletrificação de comunidades isoladas*” e confecção de material didático, apostilas, manuais e livros textos.

As cooperações técnicas (PNUD) no exercício não realizaram ações novas em 2010, apenas executaram gastos remanescentes de 2009. A execução física das Cooperações Técnicas refletiu o nível de desmobilização do Projeto em função do encerramento em 2010

BRA-IICA-08-012

A prioridade do Projeto concentrou-se na consolidação do PCT, elaboração do POA 2010 absorvendo todas as necessidades de contratação de consultores individuais do LpT, que anteriormente eram realizadas no âmbito BRA 99/011.

Atividades programadas/realizadas para 2010 inseridas no POA do projeto:

Tabela XL: Resumo Geral das Ações Previstas/ Realizadas em 2010

Previsto			Realizado em 2010			
Descrição	Quantidade	Valor R\$	Quantidade	%	Valor R\$	%
Contratos Pessoa Física	11	990.000,00	4	36,36%	657.340,00	66,40%
Contratos Pessoa Jurídica	11	3.700.000,00	3	30,00%	2.091.071,00	56,52%
Eventos	7	400.000,00	1	14,29%	43.000,00	10,75%
Publicações	10	145.000,00	2	20,00%	4.606,74	3,18%
Passagens e Diárias	340	716.304,28	58	17,06%	117.909,51	16,46%
Aquisição de Bens	0	-		0,00%	-	0,00%
Total		5.951.304,28			2.913.927,88	

Fonte: Controle do PCT IICA

Tabela XLI: Execução Física das ações realizadas

		Realizado			
		2009	2010		Total
Descrição	Quantidade Prevista	Quantidade	Previsto	Quantidade	Quantidade
Contratos Pessoa Física	38	16	11	4	20
Contratos Pessoa Jurídica (1)	56	7	11	3	10
Eventos	44	1	7	1	2
Publicações (2)	2	7	10	2	9
Passagens e Diárias	0				0
Aquisição de Bens	0				0

Fonte: Controle do PCT IICA

Os resultados alcançados pelo PCT em 2010 estão vinculados a baixa execução das ações programadas para os Objetivos Imediatos 1 e 2, conforme justificativa a seguir:

- ✓ Em relação ao Objetivo Imediato I: os atrasos ocorridos na implementação dos projetos em função da legalização dos estabelecimentos onde seriam instalados, o que prejudicou a avaliação dos resultados previstos.
- ✓ Em relação ao Objetivo Imediato II: a formalização da Cooperação Técnica Não Reembolsável não foi priorizada junto ao FUMIN/BID em função das demandas governamentais relacionadas com a realização das Olimpíadas e da Copa do Mundo. Assim, como o Objetivo Imediato II do PCT está estreitamente relacionado com a Cooperação

Técnica e depende da liberação dos recursos da Cooperação Técnica suas ações não foram iniciadas.

c.III) Indicadores Institucionais

Projeto ESTAL

O monitoramento do progresso do Projeto ESTAL, conforme indicadores do projeto descritos no Anexo 1 e 1-A do PAD encontram-se em descompasso com a data de efetividade, tendo em vista a substancial postergação da mesma.

A adequação dos indicadores de desempenho ao cronograma foi discutido e ajustado com o Banco Mundial em encontro realizado em junho de 2006. Entretanto, o apenas razoável desempenho do Projeto na utilização dos recursos, embora o comprometimento de recursos do Projeto sofrer plena expansão, ao longo de sua execução, outras variáveis comprometeram os indicadores de performance.

Tabela XLII: Indicadores ESTAL

Indicadores - 2010	%
Orçamentário (Dotação/Empenho)	66,34
Financeiro (Empenho/Pagamento)	100
Execução Física (Previsto/Realizado)	66,66
Desembolso (Desembolso/Pagamento)	74,24
Financiamento (Saldo/Valor financiado)	63,16

Fonte: ESTAL

PNUD BRA 01/039

Com as revisões substantivas realizadas pelo PNUD/Executor Nacional, permitiu melhorias nos indicadores de desempenho das Cooperações Técnicas, com o alcance das metas programadas, tanto na execução física e orçamentária – financeira.

Em 2010, o indicador de desempenho do Projeto, ficou prejudicado, em função dos ajustes realizados no seu orçamento e metas físicas para adequar ao seu encerramento em 31/01/2010:

Metas e Resultados das Ações no Exercício de 2010

Tabela XLIII: Indicadores BRA 01/039

Período	Previstas		Realizadas		US\$
	Física	Financeira	Física	Financeira	%
2010	9	230.071,81	9	230.071,81	100
2009		2;214.203,60	151	1.605.892,25	72,53
1999/2009		7.677.076,00		7.381.348,25	96,14

Fonte Revisão Substantiva “N” e Semifinal do PNUD

PNUD BRA 99/011

Metas e Resultados das Ações no Exercício de 2010.

Tabela XLIV: Indicadores BRA 99/011

Período	Previstas		Realizadas		US\$
	Física	Financeira	Física	Financeira	%
2010	36	1.596.089,53	36	318.177,04	19,93
2009		2.299.243,30	427	823.598,35	35,82
1999/2009		12.623.226,34		8.702.307,35	68,94

Fonte Revisão Substantiva “T” e “S” do PNUD

As revisões substantivas realizadas pelo PNUD/Executor Nacional permitiram melhorias nos indicadores de desempenho das Cooperações Técnicas, com o alcance das metas programadas, tanto na execução física e orçamentária – financeira, ao longo da sua execução, porém no exercício de 2010 em função dos ajustes realizados visando o encerramento do Projeto o desempenho foi apenas satisfatório.

- **BRA-IIICA-08-012**

Tabela XLV: Indicadores BRA 08/012

Período	Previstas		Realizadas		US\$
	Física	Financeira	Física	Financeira	%
2010	378	5.951.304,28	68	2.913.927,88	48,96
2009	140	7.094.387,00	102	1.800.398,31	25,37
2008	0	0,00	0	0,00	-

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

Os componentes e subcomponentes do Projeto ESTAL detalhados no PAD em junho/2003 foram alocados no programas/ações do orçamento do Governo Brasileiro, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2007.

De acordo com o Anexo 5 do PAD, a previsão de gastos e financiamento, em milhões de dólares, para o Projeto era:

Tabela XLVI: Orçamento do Projeto ESTAL

Origem	Exercícios						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Bird	2,5	3,6	3,6	2,4	5,0	3,6	0,18
Contrapartida	1,6	2,4	2,4	1,6	1,3	2,4	0,03
Total	4,1	6,0	6,0	4,0	6,3	6,0	0,21

Fonte: Manual Operativo e SIAFI 2010: Fonte 0148: R\$ 174.800,00- Fonte 1134 : R\$ 35.200,00

Conforme comentado anteriormente o projeto ESTAL ficou fora da LOA 2010 e somente foi possível assegurar junto à unidade setorial de orçamento do sistema federal de orçamento, a CGOF/MME, recursos orçamentários por intermédio de crédito suplementar para o exercício de 2010, no montante de R\$ 210.000,00 na ação 25.122.0276.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, sendo R\$ 174.800,00 na fonte 0148 e R\$ 35.200,00 de contrapartida na fonte 1134.

A proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010), em favor dos Ministérios de Minas e Energia tinha como justificativa possibilitar a prorrogação do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético, uma vez que o Banco Mundial apenas autorizou a extensão do projeto em dezembro de 2010.

A autorização de crédito adicional foi realizada no dispositivo da LOA que permite a suplementação de 10% da ação 2272.

O quadro a seguir apresenta o orçamento de 2010 do Projeto ESTAL com a classificação por programa, ações, fonte e natureza da despesa:

Tabela XLVII: Orçamento ESTAL - LOA

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA -
UNIDADE : 32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00
(SUPLEMENTACAO)

FU NC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA									210.000
		ATIVIDADES							
25 122	0276 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							210.000
25 122	0276 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL							210.000
			F	3	2	90	0	148	174.800
			F	3	2	91	1	134	35.200
TOTAL GERAL - 210.000									

Fonte: Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010 e Decreto de 31 de maio de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2010, na Seção 1, páginas 8/9.

Para os valores de desembolso previstos para 2010, consideram-se apenas as dotações orçamentárias previstas para os períodos, assim como o saldo de US\$ 4.203.822 de financiamento BIRD e US\$ 5.868.098 de contrapartida não utilizada pelo projeto até 31/12/2009.

A seguir é apresentado Quadro comparando os valores do cronograma financeiro do PAD com a Dotação Autorizada e os Empenhos Liquidados, em milhões de dólares, para o Projeto:

Tabela XLVIII: Cronograma Financeiro do ESTAL

Origem	Exercícios - US\$/R\$ 1,9060						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
BIRD ⁺ Contrapartida	4,1	6,0	6,0	4,0	6,3	6,0	0,21
Dotação Autorizada	11,3	8,5	2,3	5,2	6,3	6,0	0,21
Empenhos Liquidados	0	0,9	1,6	3,9	1,6	3,4	0,14

Fontes PAD do ESTAL/SIAFI

Durante o período, a execução orçamentária da UG do Projeto ESTAL refletiu os recursos orçamentários disponíveis e o nível de contratações inseridas no Plano de Aquisição, a seguir é apresentado os quadros demonstrativos das alterações ocorridas nas dotações e limites autorizados.

- **PNUD BRA 01/039**

A totalidade dos recursos do Projeto é oriunda do orçamento da União/MME e foram internalizados em sua totalidade no PNUD, em dezembro de 2001.

O orçamento total do Projeto, no valor de US\$ 8.000.156,63(oito milhões, cento e cinquenta e seis dólares americanos e sessenta e três centavos) permanece inalterado.

Visando otimizar a utilização dos recursos do Projeto, fez-se necessária uma revisão do orçamento para se adequar ao seu encerramento em 31/01/2010, denominada revisão semifinal para refletir os gastos realizados pelo projeto no primeiro semestre de 2010, refletir a devolução de US\$ 352,560.32 à Agência Executora (MME) e declarar o projeto operacionalmente encerrado e ainda reduzir o orçamento total do projeto em US\$ 352,558,00.

Tabela XLIX: Demonstrativo da Programação Orçamentária BRA 01/039 – 2009/2010

Código	Rubrica	2009	2010	Total
71300	Consultoria	336.661,45	65.762,75	402.424,20
71600	Diárias e Passagens	39.609,64	1.103,18	40.712,82
72100	Prestação de Serviços - PJ	1.079.522,85	106,63	1.079.629,48
72200	Equipamentos	106.637,17		106.637,17
72300	Material e Mercadorias		154.349,81	154.349,81
72500	Material de Consumo			
73500	Reembolso Despesas PNUD	200,00		200,00
74500	Diversos	1.308,80		1.308,80
75100	Taxa Administração PNUD	78.131,55	10.955,80	89.087,35
76000	Perda/Ganho Cambial			
Total		1.642.071,46	230.071,81	1.872.143,27

Fonte: Revisão Substantiva Semifinal de 21/07/2010 do PNUD

Nota: Não inclui a Taxa de Administração o 4º trimestre. O PNUD não reportou a despesa.

- **PNUD BRA 99/011**

O orçamento total do Projeto definido na última Revisão Substantiva (“S”) é US\$ 14.619.613. Nesta Revisão (“S”) propõe-se diminuir este orçamento em US\$ 1.996.386,66, alterando o orçamento total do Projeto BRA 99/011 para US\$ 12.623.226,34 (doze milhões seiscentos e vinte e três mil duzentos e vinte e seis dólares e trinta e quatro centavos).

Para adequar este saldo orçamentário às presentes necessidades do Projeto, foram efetuados remanejamentos de recursos entre as sublinhas orçamentárias, que resultaram nos seguintes valores anuais para 2009 e 2010:

Tabela L: Demonstrativo da Programação Orçamentária BRA 99/011– 2009/2010

Código Contábil	Rubrica	US\$	
		2009	2010
71300	Consultoria	55.953,00	479.604,57
71600	Diárias e Passagens	231.398,14	212.289,05
72100	Prestação de Serviços - PJ	294.008,00	120.000,00
72200	Equipamentos	136.403,35	615.029,00
72500	Material de Consumo	3.664,56	30.000,00
73400	Operação de Manutenção UGP	-	-
73500	Reembolso Despesas PNUD	600,00	-
74205	Material Audio Visual	46.793,37	78.191,65
74210	Serviços Gráficos	-	
74500	Diversos	1.070,39	
75100	Taxa Administração PNUD	54.275,76	60.975,26
76000	Perda/Ganho Cambial	-	
Total		824.166,57	1.596.089,53

- **BRA-IICA-08-012**

Para cada exercício o PCT do IICA elabora o Plano Operativo Anual – POA com orçamento e as metas físicas que serão executadas no período. O orçamento programado para 2009 no montante de R\$ 8.276.344,28, não sofreu alteração ou variação.

O quadro contém o orçamento consolidado do Plano Operativo 2010, discriminado de acordo com as linhas orçamentárias do IICA, também denominadas Objeto de Gasto Maior – OGM.

Tabela LI: Linha Orçamentária - BRA 08/012

Em R\$

LINHA ORÇAMENTÁRIA	VALOR ORÇAMENTO	DO
1 - Pessoal Internacional		
2 - Pessoal Nacional		
3 - Capacitação, Treinamento e Eventos	400.000,00	
4 - Viagens de Pessoal Permanente		
5 - Material de Consumo		
6 - Aquisições (Equipamentos e Mobiliário)		
7 - Serviços de Comunicação	145.000,00	
8 - Contratos por Resultados (consultorias e serviços)	7.731.344,28	
9 - Diversos	0,00	
Sub-Total	8.276.344,28	
TIN	356.891,00	
Total	8.633.235,28	

Fonte: POA IICA para 2010

O Demonstrativo a seguir apresenta a Matriz de Detalhamento das Atividades e Recursos Previstos e Mobilizados do Projeto para o exercício de 2010, com os quantitativos das atividades:

Tabela LII: Ações do BRA 08/012 – para 2010

Resumo Geral das Ações Previstas para 2009	Descrição	Quantidade 2009/2010	Valor
	Contratos Pessoa Física	38	1.822.840,00
	Contratos Pessoa Jurídica	56	5.192.200,00
	Eventos	44	400.000,00
	Publicações	2	145.000,00
	Passagens e Diárias	0	716.304,28
	Aquisição de Bens	0	0,00
			8.276.344,28

Fonte: Anexo I do PCT IICA -

O orçamento constante do POA 2010 contempla os recursos por objetivo imediato, conforme demonstrado no Quadro A 2.24 – Orçamento por Objetivos:

Tabela LIII: Discriminação da Despesa por Objetivos

Fonte: PCT IICA

Discriminação da Despesa	Objetivo Imediato			Total
	1	2	3	
Contratos Pessoa Física	353.200,00	334.000,00	1.135.640,00	1.822.840,00
Contratos Pessoa Jurídica	600.000,00	250.000,00	4.342.200,00	5.192.200,00
Eventos	100.000,00	100.000,00	200.000,00	400.000,00
Publicações	15.000,00	15.000,00	115.000,00	145.000,00
Passagens e Diárias	168.162,89	79.940,00	468.201,39	716.304,28
Aquisição de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.236.362,89	778.940,00	6.261.041,39	8.276.344,28

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

• Projeto ESTAL

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN instituiu, mediante Decreto nº 4.992/04 nova sistemática orçamentária e financeira para projetos financiados com recursos externos e contrapartida nacional. De modo geral, pretende-se que o Tesouro Nacional possa fazer os adiantamentos dos recursos externos aos órgãos e, após a comprovação das despesas, os organismos desembolsem este dinheiro em favor dessa Secretaria.

Os adiantamentos correspondentes às parcelas de financiamentos contratados com organismos internacionais, cujos recursos sejam liberados pelo organismo financiador mediante comprovação

de gastos, serão solicitados à Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV pelos Órgãos Setoriais de Programação Financeira - OSPF dos Ministérios responsáveis pela gestão do programa, conforme Norma de Execução Conjunta nº 2, de 14 de novembro de 2001.

Para os valores de desembolso previstos para 2010, considera-se apenas as dotações orçamentárias previstas para os períodos, assim como o saldo de financiamento BIRD e de contrapartida não utilizados pelo projeto até 31/12/2009.

De acordo com informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/Gerencial, verifica-se que o Projeto executou os seguintes valores, em reais, desde sua efetividade (29/10/2004):

Tabela LIV: Execução Orçamentária e Financeira ESTAL

Em R\$

Anos	Dotação Autorizada(A)	Limites Autorizados (B)	Rec. Descentralizado (C)	Empenhos Liquidados (D)	% D/B	Valores Pagos	Restos a Pagar Pagos	Total Geral
2004	21.552.094	130.000	374.891	2.400	1,9	2.400	-	2.400
2005	16.275.000	2.006.056	1.767.715	1.724.657	85,6	1.074.893	-	1.074.893
2006	4.500.000	3.104.324	3.104.324	3.104.322	100	2.674.417	477.335	3.151.751
2007	9.403.235	6.719.000	6.679.383	6.453.614	96,6	6.361.805	293.880	6.655.685
2008	12.000.00	1.384.352	1.384.352	1.384.352	11,54	84.352	90.242	174.595
2009	11.583.408	8.583.408	7.463.053	6.613.377	54,92	3.827.335	976.723	4.804.058
2010	210.000	210.000	210.000	139.320	66,34	139.320	3.109.317	3.248.637
Total			20.773.718	19.422.042	-	14.164.522	4.947.497	19.112.019

Fonte SIAFI/Gerencial – 2010 até 31/12.

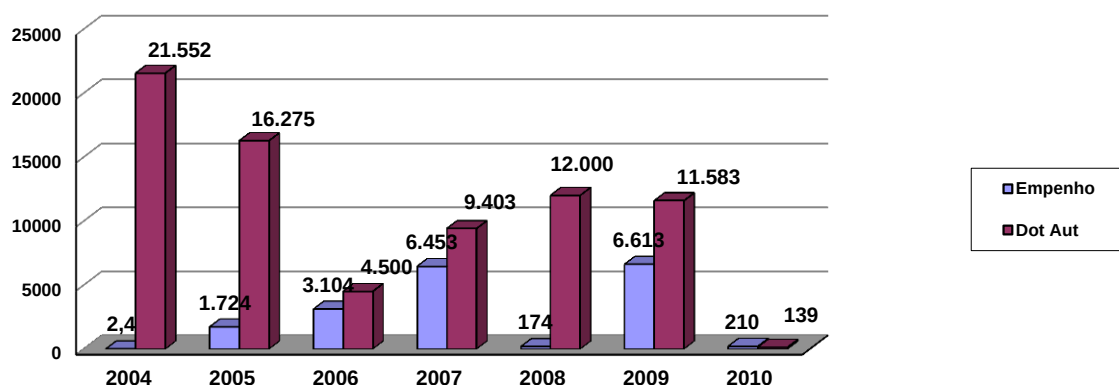


Figura 5: Dotação/Pagamento - 31/12/2010 - R\$

No exercício de 2010 a execução orçamentária e financeira refletiu a utilização dos recursos disponibilizados pelo MME ao Projeto ESTAL, da dotação inicial de R\$ 210.000,00 foram gastos com contratação de consultoria o montante de R\$ 139.320,00 As dotações não utilizadas foram devolvidas ao MME, para aplicação em outras unidades, a seguir demonstrada:

Tabela LV: Execução Orçamentária e Financeira em 2010 - R\$

Dotação Autorizada	Limite Autorizado	Recurso Descentralizado	Empenhos Liquidados	Dotação Disponível	Valores Pagos	% EMP/LIM
210.000,00	210.000,00	210.000,00	139.320,00	70.680,00	139.320,00	66,34

Fonte: SIAFI 2010

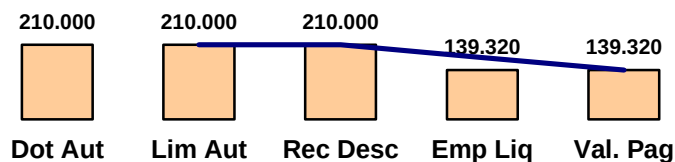


Figura 6: Execução Orçamentária e Financeira em 2010

Observa-se do Quadro anterior que no exercício de 2010, o Projeto teve a execução orçamentária e financeira próxima das dotações e recursos disponíveis.

Tabela LVI: Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO				196.803,00	86.998,00	11.583.408,00	0,00
	PLOA				196.803,00	86.998,00	11.583.408,00	0,00
	LOA				196.803,00	86.998,00	11.583.408,00	0,00
CRÉDITOS	Suplementares				0,00	0,00	0,00	210.000,00
	Especiais	Abertos			0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos			0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos			0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos			0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Operações					0,00	0,00	0,00	0,00
Total					196.803,00	86.998,00	11.583.408,00	210.000,00

Fonte: SIAFI 2010

Tabela LVII: Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
							Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		11.583.408,00	0,00	2.317.150,00	2.105.400,00		
	PLOA		11.583.408,00	0,00	2.317.150,00	2.105.400,00		
	LOA		11.583.408,00	0,00	2.317.150,00	2.105.400,00		
CRÉDITOS	Suplementares		0,00	210.000,00	0,00	0,00		
	Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00			
		0,00	0,00	0,00	0,00			
	Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00			
		0,00	0,00	0,00	0,00			
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	0,00	0,00		
	Outras Operações		0,00	0,00	0,00	0,00		
Total			11.583.408,00	210.000,00	2.317.150,00	2.105.400,00		

Fonte: SIAFI 2010

Pedidos de Desembolso

Os pedidos de saques do Projeto são encaminhados a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme determina o Decreto nº 4.992, de 2004, que criou a nova sistemática orçamentária e financeira para projetos financiados com recursos externos e contrapartida nacional. De modo geral, o Tesouro Nacional providencia os adiantamentos dos recursos externos ao Projeto e, após a comprovação das despesas, o Banco Mundial desembolsa este recurso financeiro em favor da STN/MF.

Durante a execução do Projeto foram encaminhado vinte e dois pedidos de reembolso à Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV/STN, no montante de US\$ 7.654.996,43, a seguir demonstrado:

Tabela LVIII: Pedido de Desembolso

Nº do Pedido	Nº do Ofício	Data do Ofício	Categoria		Total		Data do Desembolso	Taxa de Câmbio
			1 - Consultoria	2 - Treinamento	(R\$)	(US\$)		
1	18	16/01/2007	1.847.262,51	91.605,75	1.938.868,26	992.764,09	12/06/2007	1,9530
2	7	03/08/2007	884.376,38	-	884.376,38	437.204,06	22/08/2007	2,0228
3	21	03/10/2007	2.066.619,90	-	2.066.619,90	1.139.261,25	19/10/2007	1,8140
4	25	04/12/2007	803.016,40	-	803.016,40	451.691,08	18/12/2007	1,7778
5	4	01/02/2008	2.253.098,72	-	2.253.098,72	1.297.120,74	21/02/2008	1,7370
6	15	19/01/2009	67.481,86	-	67.481,86	30.384,23	13/04/2009	2,2210
7	22	05/05/2009	450.795,24	-	450.795,24	217.203,61	20/05/2009	2,0755
8	35	13/08/2009	265.927,78	-	265.927,78	142.875,91	27/08/2009	1,8612
9	37	15/09/2009	339.683,22	-	339.683,22	189.454,93	23/09/2009	1,7930
10	47	13/11/2009	157.427,40	-	157.427,40	90.345,71	30/11/2009	1,7425
11	48	13/11/2009	496.952,59	-	496.952,59	285.195,17	30/11/2009	1,7425
12	49	13/11/2009	226.128,87	-	226.128,87	129.772,67	30/11/2009	1,7425
13	53	30/11/2009	1.242.550,32	-	1.242.550,32	715.075,14	08/12/2009	1,7377
14	55	11/12/2009	116.064,40	-	116.064,40	66.697,93	07/01/2010	1,7401
15	56	11/12/2009	314.643,96	-	314.643,96	180.814,27	07/01/2010	1,7402
16	12	07/04/2010	154.671,92	-	154.671,92	88.139,68	20/04/2010	1,7549
17	14	10/06/2010	1.437.815,20	-	1.437.815,20	806.696,33	25/06/2010	1,7823
18	17	16/08/2010	301.325,57	-	301.325,57	171.680,81	01/09/2010	1,7551
19			4.668,78	7.177,64	11.846,42	6.952,74	01/12/2010	1,7038
20			49.691,22	-	49.691,22	29.164,08	01/12/2010	1,7039
21	48	08/12/2010	39.019,26	13.830,46	52.849,72	31.106,37	23/12/2010	1,6990
22	55	27/12/2010	57.700,00	-	57.700,00	34.195,63	07/01/2011	1,6874
Front-end Fee (Taxa de Compromisso)					346.110,84	121.200,00	29/10/2004	2,8557
Total Geral			13.576.921,50	112.613,85	14.035.646,19	7.654.996,43		1,8335

Fonte: Client Connection do Banco Mundial

Amortização da Dívida

Até o seu encerramento em 15/12/2010 o Projeto ESTAL pagou o montante de US\$ 3.492.199,37 de encargos financeiros do contrato de empréstimo BR 4708.

Tabela LIX: Amortização da Dívida

	REAIS (R\$)	DÓLARES (US\$)
TOTAL JURO	622.296,74	326.855,74
TOTAL COMISSÃO	285.831,74	140.343,63
TOTAL AMORTIZAÇÃO	5.817.680,00	3.025.000,00
TOTAL PAGTO ENCAR.	6.725.808,48	3.492.199,37

Tabela LX: Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital				Valores em R\$ 1,00			
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras				6 - Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios				Exercícios	
			2009	2010	2009	2010			2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						2.317.150,00	2.105.400,00		
	PLOA						2.317.150,00	2.105.400,00		
	LOA						2.317.150,00	2.105.400,00		
CRÉDITOS	Suplementares						0,00	0,00		
	Especiais	Abertos					0,00	0,00		
		Reabertos					0,00	0,00		
	Extraordinários	Abertos					0,00	0,00		
		Reabertos					0,00	0,00		
	Créditos Cancelados						0,00	0,00		
Outras Operações							0,00	0,00		
Total							2.317.150,00	2.105.400,00		

Fonte: SIAFI 2010

Com o encerramento do projeto o saldo de financiamento remanescente, será negociado pelo Tesouro, que a partir do segundo semestre de 2011, deverá assumir o pagamento da dívida.

Tabela LXI: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da Diretoria de Programas

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	196.803	86.998	196.803	86.998	0,00	0,00	196.803	86.998
1º elemento de despesa(329021)	160.749	63.733	160.749	63.733	0,00	0,00	160.749	63.733
2º elemento de despesa(329022)	36.053	23.265	36.053	23.265	0,00	0,00	36.053	23.265
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	6.316.876	140.000	3.530.836	140.000	323.277	2.786.040	3.530.836	3.249.317
1º elemento de despesa (339036)	200.000	116.100	70.000	116.100	0,00	130.000	70.000	246.100
2º elemento de despesa (339039)	6.076.876	0,00	3.446.836	0,00	323.277	2.630.040	3.446.836	2.953.317
3º elemento de despesa (339147)	40.000	23.900	14.000	23.900	0,00	26.000	23.900	49.900
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2010

- **PNUD BRA 01/039**

O Projeto de Apoio à Reestruturação do Setor Energético foi concebido com a finalidade de auxiliar na redução dos riscos de déficit no atendimento da demanda de energia, por meio do reordenamento das funções do setor, da mudança no papel do Estado, bem como no reforço das funções regulatórias, de planejamento da expansão, de operação, de comercialização de energia, de financiamento e de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

O Projeto BRA/01/039 foi estruturado em três grandes objetivos cujos trabalhos executados a eles estão relacionados: OBJETIVO 01 - “Apoiar o desenvolvimento do novo modelo do setor energético”; OBJETIVO 02 – “Desenvolver programas, projetos e estudos de apoio à nova política energética”; OBJETIVO 03 – “Aperfeiçoar os instrumentos institucionais do Ministério de Minas e Energia”.

Em uma análise da gestão do Projeto, dentre as questões que influenciaram este período está o fato de que o Ministério de Minas e Energia passou por um período de transição (2006/2007), no qual a pasta foi ocupada interinamente até a nomeação de um novo titular. Com a nova administração, iniciou-se um processo de readequação das funções internas com modificações de atribuições e competências, as quais abrangeram também o Projeto BRA/01/039 com a mudança de sua Diretoria no início de 2008. No entanto, neste período de transição algumas atividades foram temporariamente interrompidas no aguardo de um posicionamento mais claro quanto ao seu caminhar, o que acarretou atrasos das ações.

Assim, trabalhos já previstos, mas que estavam com os cronogramas atrasados, foram neste ano regularizados, além de concluídos alguns trabalhos em vigência. Estes fatos refletiram a necessidade de prorrogação do prazo do Projeto com vistas ao seu encerramento, o que foi efetuado com a Revisão Semifinal.

Em 2010 o Projeto executou 100% dos recursos programados na Revisão Semifinal, em função do seu encerramento em 31/01/2010.

Tabela LXII: Resumo da Execução BRA 01/039

US\$				
Código Contábil	Linha Orçamentária	Orçamento 2010	Realizado 2010	% Atingimento
71300	Consultoria	65.762,75	65.762,75	100
71600	Diárias e Passagens	(1.103,18)	(1.103,18)	100
72100	Prestação de Serviços - PJ	106,63	106,63	100
72200	Equipamentos			-
72300	Material e Suprimento	154.349,81	154.456,44	
72500	Material de Consumo			-
73500	Reembolso Despesas PNUD			-
75100	Taxa Administração PNUD	10.955,80	10.955,80	100
76000	Perda/Ganho Cambial			-
Total		230.071,81	230.071,81	100

Fonte: Controle PNUD

Em 29/10/2010 o saldo remanescente do projeto foi transferido ao Tesouro, no montante de R\$ 602.878,15, correspondente a US\$ 352.560,32, pela taxa de câmbio da Organização das Nações Unidas – ONU para o mês de outubro de 2010 (US\$=R\$ 1,71).

PNUD BRA/99/011

As ações do Projeto atenderam exclusivamente ao Programa Luz para Todos. Com a implantação do BRA IICA 08/012 e com o encerramento da Cooperação Técnica 30/04/2010, parte das ações programadas foram gradualmente transferidas para o IICA. O Quadro A.2.34 a seguir apresenta a execução dos recursos no exercício de 2009.

Tabela LXIII: Resumo da Execução BRA 99/011

Código Contábil	Linha Orçamentária	US\$		
		Orçamento	Realizado	%
		2010	2010	Atingimento
71300	Consultoria	479.604,57	11.753,00	2,45
71600	Diárias e Passagens	212.289,05	26.886,91	12,66
72100	Prestação de Serviços - PJ	120.000,00	81.600,31	68,00
72200	Equipamentos	615.029,00	183.652,67	29,86
72500	Material de Consumo	30.000,00	-	-
73400	Operação de Manutenção UGP	-	-	-
73500	Reembolso Despesas PNUD	-	-	-
74205	Material Áudio Visual	78.191,65	-	-
74210	Serviços Gráficos	-	-	-
74500	Diversos	-	-	-
75100	Taxa Administração PNUD	60.975,26	15.220,50	24,96
76000	Perda/Ganho Cambial		(936,35)	-
Total		1.596.089,53	318.177,04	19,93

Fonte: PNUD

Na Revisão Substantiva “S” houve corte na contrapartida financeira nacional do Orçamento, reduzindo-o em US\$ 1.996.386,66, alterando o orçamento total do Projeto BRA 99/011 para US\$ 12.623.226,34 (doze milhões seiscientos e vinte e três mil duzentos e vinte e seis dólares e trinta e quatro centavos). Desse orçamento total, o Projeto BRA/99/011 executou US\$ 11.344.515,94 até 31/12/2010, isto é 90%, com saldo devedor de US\$ 1.278.710,40, que será devolvido pelo PNUD ao Tesouro Nacional.

BRA IICA 08-012

De acordo com informações extraídas dos controles de execução orçamentária e financeira, verifica-se que o Projeto executou os seguintes valores, em reais, desde sua implantação (12/2008):

Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira do PCT**Tabela LXIV: Ações Realizadas BRA 08/012**

Posição em 31/12/2010.

Descrição	Valor	
	Em R\$	Em US\$(1)
I - Orçamento Total do PCT	14.175.000,00	6.750.000,00
Aporte da Instituição Nacional Executora (MME) - Fonte 100	9.450.000,00	4.500.000,00
Cooperação Técnica FUMIN/BID (Doação) (2)	4.725.000,00	2.250.000,00
II - Compromissos Firmados/Em processo de Contratação:	5.600.285,43	2.666.802,59
Contratação Direta pelo IICA (CLT)	1.595.000,00	759.523,81
Contratos Firmados - Consultoria por Produto - Pessoa Física	1.620.225,00	771.535,71
Contratos Firmados - Pessoa Jurídica	1.442.190,83	686.757,54
Termos de Referência em Processo de Contratação por Produto	942.869,60	448.985,52
III - Saldo Orçamentário (I - II)	8.574.714,57	4.083.197,41
IV - Recursos Financeiros Repassados ao IICA	7.000.000,00	3.333.333,33
- Recursos financeiros repassados ao IICA (Ordem Bancária nº 2008OB900239, de 23/12/2008)	4.000.000,00	1.904.761,90
- Recursos financeiros repassados ao IICA (Ordem Bancária nº 2009OB800214, de 23/12/2008)	3.000.000,00	1.428.571,43
V - Pagamentos Realizados	1.890.418,23	900.199,16
Consultoria - Pessoa Física	750.560,00	357.409,52
Consultoria - Pessoa Jurídica	868.320,54	413.485,97
Passagens Aéreas	46.384,63	22.087,92

Diárias	73.362,70	34.934,62
Publicações	18.770,44	8.938,30
Eventos	43.000,00	20.476,19
Subtotal	1.800.398,31	857.332,53
Taxa de Administração IICA (5%)	90.019,92	42.866,63
III - Saldo Financeiro (IV - V)	5.109.581,77	2.433.134,18

Fonte: Controle do PCT IICA

(1) Taxa de Câmbio utilizada: US\$ 1,00 = R\$ 2,10, referente a outubro de 08.

(2) Valor aprovado pela Diretoria do BID = US\$ 1.750.000,00. O orçamento do PCT deverá ser ajustado.

3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.

Não foi registrada no âmbito dos projetos a ocorrência de reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

No exercício de 2010 o Projeto ESTAL foi prorrogado até dezembro de 2010, para permitir a continuidade da execução contratual de 7 (sete) contratos de serviços de consultoria, cuja vigência foi prorrogada por meio de Termo Aditivo, para permitir a entrega dos respectivos produtos, gerando em consequência o montante de R\$ 3.114.816,013 em restos a Pagar, ao final do exercício.

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2010 – UG 320015

Tabela LXV: Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2007	3.220,00	3.220,00	0,00	0,00
2005	5.497,00	5.497,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	2.978.571,60	192.531,37	2.786.040,23	0,00
2008	323.276,98	323.276,98	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Análise Crítica Os valores inscritos e pagos de restos a pagar do exercício de 2009, refere-se a execução de contratos dos serviços de auditoria contratados somente no final do exercício.				

Fonte: SIAFI 2010

4.2 Demais Projetos

Não ocorreu execução de restos a pagar nos Acordos de Cooperação Técnica.

5. Recursos Humanos da Unidade

O quadro de pessoal do Projeto foi contratado por meio de concurso para tempo determinado - Edital MF/ESAF nº 30, de 28.08.2003, cujos contratos de trabalho entraram em vigor em março/2004, com vigência até março de 2008 e prorrogados até junho/2009.

Com o encerramento dos contratos de trabalhos dos servidores temporários em 31/07/2009, o Projeto vem procurando suprir as vagas existentes por servidores efetivos e servidores ocupantes de cargo de confiança, ao mesmo tempo em que solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP a contratação de servidores da carreira de Analista e Infraestrutura.

Atualmente, o quadro de pessoal do ESTAL é composto por 6 (seis) colaboradores: Diretor do Projeto, Coordenador de Controle, Coordenador Técnico (Especialista em Licitações), Coordenador Financeiro e tem como “*staff*” 3 (três) colaboradores para as atividades financeiras e administrativas (2 estagiários):

Tabela LXVI: Quadro de Colaboradores do ESTAL

Servidor	Situação Funcional	Função no projeto
Alexandre Ramos Peixoto	Servidor Público	Coordenador-Geral do Projeto
Paulo Emílio Teixeira Barbosa	Servidor Público Efetivo	Coordenador de Controle
Estevão Nunes da Cunha	Servidor Público	Coordenador Técnico
Raimundo Patrocínio Sales da Cruz	Servidor Público	Coordenador Financeiro
Fabiana da Silva Vilanova	Servidora Pública	Gestora Financeira
Maria Edna Rodrigues Silva	Recepcionista	Apoio Administrativo
Welton Deivid Marciliano	Estagiário	Apoio Administrativo
Brunna Batista Plácido	Estagiário	Apoio Administrativo
Leobina Cardial da Silva Soares.	Servidora Pública	Apoio Administrativo

Fonte ESTAL

5.2 – Equipes dos Projetos PNUD BRA 99/011 e 01/039 para 2010

Com encerramento dos contratos dos servidores temporários em 31/07/2009, as equipes dos Projetos foram compostas por consultores individuais contratados.

5.3 – Equipe do Projeto BRA IICA 08/012 para 2009

A equipe de trabalho do Projeto é formada por 5 (cinco) empregados contratados pelo IICA, a saber:

Tabela LXVII: Quadro de Colaboradores do IICA

Nome do Empregado	Função
Jose Ari Lacerda Braga	Coordenador de Enlace
Aline de Queiroz Caldas	Especialista Administrativo
Eder Julio Ferreira	Técnico
Eduardo Claudio Madeira	Técnico
Rayane Bráz de Araujo	Técnica

Fonte ESTAL

A gestão de recursos humanos é centralizada na Coordenação - Geral de Recursos Humanos do SPOA/MME, consequentemente, não são praticados atos e admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

6. Informação sobre Transferências

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

Os projetos e acordo de cooperação técnicas vinculadas a Diretoria de Programa não realizaram transferências no exercício de 2010.

7. Declaração da Área Responsável

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

8. Declarações de Bens e Rendas

Os projetos e acordo de cooperação técnicas vinculadas a Diretoria de Programa emitiram no período as declarações de Imposto de Renda de Consultores – DERC, que foram encaminhadas dentro do prazo estabelecido na legislação.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

9.1. Estrutura de Controles Internos da Diretoria de Programas

Tabela LXVIII: Estrutura de controles internos da Diretoria de Programas

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	

16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					

As questões 16 e 17 foram interpretadas da Avaliação de Risco com o nível de avaliação 1, por considerar que nunca existiu ocorrência de fraude na Unidade. Por força do contrato de empréstimo com o Banco Mundial e dos acordos básicos de cooperação técnica, existe na estrutura da Diretoria de Programa uma unidade de *controller* que garante ambiente de controle satisfatório e adequado aos objetivos e funcionamento dos projetos. A partir de 2008, os relatórios de auditoria da SFC/CGU são expedidos com parecer de “regular” refletindo a adequada estrutura de controle dos projetos.

Metodologia:

A metodologia empregada para responder esse questionário foi a realização de reuniões e debates, no âmbito da Diretoria de Programas, das pessoas das áreas estratégicas da Unidade

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

14. Renúncia Tributária

O item não se aplica a gestão dos Projetos subordinados ao Diretor de Programa.

15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU

15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Em 14/10/2009 a Equipe de AFCE da 1ª SECEX iniciou trabalho de monitoramento no Projeto ESTAL, para verificar o cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 2326/2008-Plenário (TC 024.066/2009-1).

O resultado da ação de monitoramento da 1ª SECEX gerou o Relatório de Monitoramento, de 11/11/2009, cuja conclusão destaca, no subitem 5.1.1, a opinião da equipe de Auditores, que o “Ministério de Minas e Energia – MME vem adotando as devidas providências visando ao cumprimento das determinações constantes do Acórdão TCU nº 2.326/2008-Plenário”, finalizando com duas determinações que o MME, faça constar:

- dos processos de seleção, as memórias dos cálculos de pontuação realizados pelos responsáveis pela análise dos currículos apresentados pelos candidatos, bem como extrato/transcrição das entrevistas eventualmente realizadas (subitem 5.1.2.1); e
- dos instrumentos convocatórios (termos de Referência), cláusula prevendo a interposição de recurso pelos licitantes ao julgamento da comissão, nos termos do art. 109, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

O relatório de monitoramento foi encaminhado ao Ministro Relator gerando o Acórdão 888/2010-Plenário, de 28/04/2010, com apenas duas determinações ao MME, a seguir transcritas:

“9.1. considerar o Acórdão nº 2.326/2008 - TCU - Plenário em via de cumprimento integral por parte do Ministério de Minas e Energia - MME;

Tabela LXIX: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SE/BIRD/MME					002852
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	024.066/2009-1	888/2010-Plenário	9.2.1 e 9.2.2	DE	OFÍCIO nº 432/2010, de 13/5/2010.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SE/BIRD					002852
Descrição da Deliberação:					
9.2.1. dos processos de seleção, as memórias dos cálculos de pontuação realizados pelos responsáveis pela análise dos currículos apresentados pelos candidatos, bem como					

extrato/transcrição das entrevistas eventualmente realizadas, ou outro meio que possibilite sua conferência posterior, a fim de proporcionar maior transparência à seleção, melhores condições ao exercício das atividades de controle e, sobretudo, prover subsídios para a interposição de eventuais recursos contra o resultado do julgamento por parte dos candidatos; e

9.2.2. dos instrumentos convocatórios (Termos de Referência - TDRs), cláusula prevendo a possibilidade de interposição de recursos pelos licitantes ao julgamento da comissão, nos termos do art. 109, inciso I, da Lei n.º 8.666/93;”

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação.	Código SIORG
SE/BIRD/MME	002852
Síntese da providência adotada:	
As determinações foram incorporadas aos processos de seleção (item 9.2.1) e inseridas nos Termos de Referências (item 9.2.2).	
Síntese dos resultados obtidos	
As determinações foram incorporadas aos procedimentos de seleção.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A determinação do item 9.2.2 foi necessário obter a concordância do Banco Mundial, já que nos processos de seleção pelas normas do Banco o recurso é acumulativo (na última fase).	

O Diretor de Programa determinou que as determinações do TCU fossem imediatamente implementadas no âmbito dos Projetos sobre a sua responsabilidade.

As cooperações técnicas não foram objeto de determinações do TCU.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.

Não restaram deliberações pendentes do TCU, em 2010.

16. Recomendações da Unidade de Controle Interno (OCI) e Banco Mundial.

16.1 Recomendações da SFC/CGU

Projeto ESTAL

No período de 01/02 a 12/02/2010 a gestão de 2009 do Projeto ESTAL foi submetida à auditoria da Secretaria Federal de Controle de Interno – SFC/CGU, que originou no Relatório de Auditoria nº. 240888, de 03.03.2010 e Parecer dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras Básicas. O Relatório da Preliminar de Auditoria foi encaminhado por meio de mensagem eletrônica, para apresentação de manifestação ou justificativa, apresentando os resultados dos exames realizados no Projeto ESTAL.

Os analistas da SFC apresentaram o Parecer sem constatação ou ressalva.

A gestão do exercício de 2010 não foi auditada pela SFC/CGU.

PNUD BRA 01/039.

O Projeto BRA 01/039 não foi auditado pela SFC/CGU no exercício de 2010.

PNUD BRA 99/011

No exercício de 2010 recebemos o Relatório nº. 240886 da gestão de 2009 do projeto de cooperação técnica do PNUD BRA 99/011, que foi emitido como “regular”.

A gestão do exercício de 2010 não foi auditada pela SFC/CGU

BRA IICA 08/012

O Projeto BRA IICA 08/012 não foi auditado pela SFC/CGU no exercício de 2010.

16. 2 Recomendações do Banco Mundial

Como parte da responsabilidade fiduciária do Banco do Banco Mundial, nos dias 20 a 21 de dezembro de 2007, o Banco procedeu à revisão posterior de licitações com o enfoque nos processos que não foram sujeitos à revisão prévia. O Especialista em Licitações (*Senior Procurement Specialist*), Luis Prada, foi informado que os Gerentes de Operação do Projeto ESTAL adotam como procedimento solicitar “não objeção” para toda contratação independente da modalidade e valor contratado.

Na ocasião foi disponibilizado ao especialista do Banco todas as informações e documentos de licitação (processos) solicitados.

Não ocorreram atividades de revisão prévia no exercício de 2010.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

A prorrogação dos Projetos do PNUD de Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA/01/039, Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA/99/011, bem como a extensão do prazo final do Projeto Assistência Técnica do Setor Energético – ESTAL 4708-BR tiveram como objetivo o aproveitamento dos recursos remanescentes nestes Projetos.

Com o início do Projeto de BRA/IICA/08/012, procurou-se desmobilizar as contratações de consultores pessoa física do PNUD BRA/99/011 e fazer a migração para o novo Projeto.

Os principais destaques do Projeto ESTAL em 2010 foram a apresentação dos produtos:

- Desenvolvimento de painel de Controle de Indicadores de Desempenho Estratégico do MME – SIG/SPOA.
- Estudos para Elaboração do Plano Nacional de Mineração (PNM - 2030) – SGM.
- Curso de Especialização em Gestão e Política Mineral – DNPM.
- Desenvolvimento de Sistema para Difusão de Dados e Informações Hidrogeológicos Via WEB – SIAGAS WEB.
- Indicadores Energéticos para a SPE.

Parte B – item 1: Declaração do Contador.

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320015 – Projeto Estal – SE/BIRD/MME

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Velozo Costa Guedes
 Contadora Responsável
 CRC –DF nº 018138/O-2

Relatórios Agregados

- I. Secretaria de Energia Elétrica - SEE
- II. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE
- III. Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG
- IV. Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM
- V. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do Órgão de Controle Interno.

Brasília, Março de 2010

LISTA DE ABREVIATÖES E SIGLAS

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

AEGE - Assessoria Especial de Gestão Estratégica

Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica

BISE - Boletim de Interrupção do Suprimento de Energia

BVENERGIA - Boa Vista Energia S.A.

CARIAMA - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Luziânia e Região

CBHP - Comitê da Bacia Hidrográfica da Paranaíba

CCC - Conta de Consumo de Combustíveis

CCCsol - Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados

CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

CCEE - Câmara Comercializadora de Energia Elétrica

CCPs - Centros Comunitários de Produção

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CEAL - Companhia Energética de Alagoas

CEAM - Companhia Energética do Amazonas

CEPAMP - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico

CEPEL - Centro de Pesquisa de Energia Elétrica

CEPISA - Companhia Energética do Piauí

CERON - Centrais Elétricas de Rondônia

CGOF - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

CGU - Controladoria Geral da União

CHE - Complexo Hidroelétrico

CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CMA - Comando Militar da Amazônia

CMO - Custo Marginal de Operação

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

CNBem - Comissão Nacional de Bioeletromagnetismo

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CONJUR/MME - Consultoria Jurídica do MME

CONACON - Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica

COPRON - Comissão Nacional de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

CPAMP - Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico

CPI - Comissão Parlamentar de Investigação

CPNSEE - Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CTC - Centro e Treinamento, Organização e Ação Social do Cidadão

CTSEM - Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus

CUSE - Custo Unitário do Serviço

CVA - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”

DGSE - Departamento de Gestão do Setor Elétrico

DMSE - Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico

DN - Decisão Normativa

DPUE - Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia

EER - Encargo de Energia de Reserva

ELETROACRE - Companhia de Eletricidade do Acre

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil

ELETRONUCLEAR - Eletrobrás Termonuclear S.A.

ENERSUL - Empresa Energética do Mato Grosso do Sul

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

ESS - Encargo de Serviços de Sistema

ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FAPEPE/MG - Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá

FUMIN/BID - Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento

FUNARBE - Fundação Arthur Bernardes

GAB - Gabinete

GEAF - Gestão Administrativa e Financeira

GesPública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

GM - Gabinete do Ministro

GT Crises - Gabinete de Crises sobre Enchentes nos Estados de Alagoas e Pernambuco

GTI Meio Norte - Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Plano de Meio Norte

GTSIC-Energia - Grupo Técnico de Segurança de Infra-estruturas Críticas

GTSEM - Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus

IEBMSE - Índice de Emissão de Boletim de Monitoramento do Sistema Elétrico

IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPDO - Informativo Preliminar Diário da Operação

IPRPMO - Índice de Participação nas Reuniões do Programa Mensal de Operação

IRTCE - Índice de Redução Tarifária por Compensação Ambiental

LD - Linhas de Distribuição

LpT - Luz para Todos

LTs - Linhas de Transmissão

MANAUSENERGIA - Manaus Energia S.A.

MDS - Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Mem. - Memorando

MF - Ministério da Fazenda

MME - Ministério de Minas e Energia

MP - Medida Provisória

MW - Megawatt

NESA - Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental da Secretaria Executiva

NITEG - Número de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração

NRMEG - Número de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Geração

NRMET - Número de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Transmissão

ONS - Operador Nacional do Sistema

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAR - Plano de Ampliação e Reforços

PCH - Pequena Central Hidrelétrica

PEL - Planejamento da Operação Elétrica Anual

PEN - Planejamento Anual da Operação Energética

PET - Programa de Expansão da Transmissão

Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco

PLpT - Programa Luz para Todos

PMIS - Programa de Melhoria de Instalações Sistêmicas

PMO - Programa Mensal de Operação

POCP - Procedimentos Operativos de Curto Prazo

PPA - Plano Plurianual

PRC/Prodeem - Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

RAP - Relatório de Análise de Perturbação

RGR - Reserva Global de Reversão

SE - Secretaria Executiva

SEB - Sistema Elétrico Brasileiro

SEE - Secretaria de Energia Elétrica

SEINFRA/BA - Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia

SEINPE/RJ - Secretaria de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Estado do Rio de Janeiro

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEOP/PA - Secretaria Executiva de Obras Públicas do Estado do Pará

SFE - Sociedade Fluminense de Energia S.A.

SGM - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIN - Sistema Interligado Nacional

SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal

SISG - Sistema de Serviços Gerais

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática

SPE - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

SPG - Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

SPOA - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

STGE - Sistema Transacional da Geração

TC - Termo de Compromisso

TCU - Tribunal de Contas da União

THS - Tarifa Horo-Sazonal

TSEE - Tarifa Social de Energia Elétrica

UAR - Unidade de Adição e Retirada

UHE - Usina Hidrelétrica

UNI-SOL/AM - Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões

UTE - Usina Termelétrica

UTEJF - Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Estratégico da SEE.....	163
Figura 2: Evolução da Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (MW)	166
Figura 3: Indicador STGE (Percentual de Implantação do STGE)	169
Figura 4: Indicador NRMEG (Número de Reuniões Mensais de Monitoramento da Expansão da Geração)	170
Figura 5: Indicador NREE (Número de Reuniões com Empreendedores de UEE)	171
Figura 6: Indicador NITEG (Número de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração)	172
Figura 7: Ampliação da Transmissão – Novas Linhas	173
Figura 8: Capacidade de Transformação – MVA	174
Figura 9: Reajustes Médios Positivos - Amostra (Tarifa de Energia Elétrica)	183
Figura 10: Reajustes Médios Negativos – Amostra (Tarifa de Energia Elétrica)	183
Figura 11: Acréscimos anuais de quantidade física de energia elétrica, em MW médios, devido aos Leilões realizados em 2010.	186
Figura 12: Preço médio da energia negociada nos leilões realizados até em 2010.	186
Figura 13: Atendimento realizado no ano de 2010 pelo PLpT	189
Figura 14: Situação Atual do PRC-Prodeem (Sistemas)	195
Figura 15: Síntese histórica do índice de expansão da capacidade de geração instalada	237
Figura 16: Síntese histórica do índice de expansão da Rede Básica	239
Figura 17: Síntese histórica do índice de expansão da transmissão (Transformação)	240
Figura 18: Indicador NITEG (Número de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração)	241
Figura 19: Indicador NRMEG (Número de Reuniões Mensais de Monitoramento da Expansão da Geração)	242
Figura 20: Amostra percentual dos principais impactos tarifários do Programa Luz para Todos no último reajuste/revisão.....	245
Figura 21: Ranking da Tarifa Residencial, com ICMS e sem ICMS, das principais concessionárias de distribuição do Brasil	246
Figura 22: Evolução mensal da quantidade de reuniões setoriais realizadas e apuração do Índice de Realização de Reuniões Setoriais.....	247
Figura 23: Evolução trimestral da quantidade de edições do Informativo Tarifário elaboradas e divulgadas e apuração do Índice de Elaboração de Informativo Tarifário	249
Figura 24: Posicionamento do DGSE sobre os Projetos de Lei que refletem impactos das tarifas de energia elétrica	250
Figura 25: Apuração do Índice de Atendimento às demandas de Projetos de Lei	251
Figura 26: Quantidade de Instalações Realizadas pelo PLpT	252
Figura 27: Síntese histórica do índice de domicílios atendidos pelo Programa Luz para Todos	253

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Identificação	158
Tabela II: Empreendimentos de Geração Monitorados pela SEE	167
Tabela III: Previsão de entrada em operação de usinas monitoradas pelo DMSE	168
Tabela IV: Empreendimentos de transmissão monitorados pela SEE	175
Tabela V: Descentralização de crédito em 2010 para a implementação de CCPs	192
Tabela VI: Principais ações e evolução do PRC-Prodeem	194
Tabela VII: Comparativo das ligações realizadas em 2010 com as previstas para o mesmo ano por região geográfica	202
Tabela VIII: Comparativo das ligações realizadas em 2010 com as previstas para o mesmo ano por região geográfica	204
Tabela IX: Distribuição das ações orçamentárias por empresas e órgãos da Administração Pública	205
Tabela X: Programa 1042 - Energia Sistemas Isolados	206

Tabela XI: Ações do Programa Energia nos Sistemas Isolados	207
Tabela XII: Programa 0297 - Energia na Região Norte.....	211
Tabela XIII: Conjunto de Ações do Programa Energia na Região Norte	212
Tabela XIV: Programa 0294 - Energia na Região Nordeste	215
Tabela XV: Conjunto de Ações do Programa Energia na Região Nordeste	216
Tabela XVI: Programa 0296 - Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	220
Tabela XVII: Ações do Programa Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.....	221
Tabela XVIII: Programa 0295 - Energia na Região Sul.....	225
Tabela XIX: Ações do Programa Energia na Região Sul	227
Tabela XX: Programa 0273 – Luz para Todos	229
Tabela XXI: Ações do Programa Luz para Todos	231
Tabela XXII: Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica	231
Tabela XXIII: Ação 1379 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional	232
Tabela XXIV: Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	232
Tabela XXV: Metas e Resultados das Ações do Programa Luz para Todos	233
Tabela XXVI: Execução física das ações realizadas pela UJ.....	234
Tabela XXVII: Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	254
Tabela XXVIII: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	256
Tabela XXIX: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	258
Tabela XXX: Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	258
Tabela XXXI: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	259
Tabela XXXII: Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	260
Tabela XXXIII: Estrutura de Controles Internos da UJ	262
Tabela XXXIV: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	267
Tabela XXXV: Plano de Ação dos Convênios	274
Tabela XXXVI: Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	279
Tabela XXXVII: Declaração do Contador	285

Sumário

Introdução.....	157
1. Identificação	158
2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	159
a) Responsabilidades Institucionais.....	159
a.I) Competência Institucional.....	159
a.II) Objetivos Estratégicos	160
b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	161
b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	163
b.II) Análise do Plano de Ações.....	196
c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade	204
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.....	206
c.II) Execução Física das Ações.....	234
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	234
d.I) Programação Orçamentária das Despesas	234
d.I.1) Programação de Despesas Correntes	234
d.I.2) Programação de Despesas de Capital	234
d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	234
d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	234
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	234
d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	234
Despesas por Modalidade de Contratação	234
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	235
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	235
d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	235
d.III) Indicadores Institucionais	235
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	254
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	254
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	254
5. Recursos Humanos da Unidade.....	255
a) Composição do Quadro de Servidores Ativos	255
b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	255
c) Composição do Quadro de Estagiários	255
d) Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos	255
e) Locação de Mão de Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços	255
f) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	255
6. Informação sobre Transferências	256

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício	256
6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2010	256
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	258
6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes.....	258
6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	259
6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	260
6.2. Análise Crítica.....	261
7. Declaração da Área Responsável	261
8. Declarações de Bens e Rendas	261
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	262
9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ.....	262
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade	265
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	265
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ.....	265
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	265
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	265
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	265
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	265
14. Renúncia Tributária.....	265
15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU	266
15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	267
15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	267
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)	267
16.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	267
16.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	279
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.	284
Parte B – Item 1: Declaração do Contador.....	285

Introdução

O Relatório de Gestão da Secretaria de Energia Elétrica, referente ao exercício de 2010, foi elaborado em conformidade com as orientações expedidas pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União – IN/TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, pela Decisão Normativa – DN/TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, da Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, além das orientações do órgão de controle interno, a Controladoria Geral da União – CGU, sobretudo por meio da Portaria nº 2.546 de 27 de dezembro de 2010.

O Relatório de Gestão da Secretaria de Energia Elétrica - SEE - descreve as atividades que foram desenvolvidas em 2010 para o cumprimento das competências institucionais desta Unidade. O Relatório proporciona uma visão detalhada das ações realizadas pela SEE, bem como define as estratégias de atuação para o cumprimento de suas metas institucionais, principalmente aquelas relacionadas ao monitoramento do sistema elétrico, à gestão do setor elétrico e à universalização do acesso à energia.

A SEE, em 2010, atuou de forma a estabelecer e zelar pelo cumprimento das Políticas e Diretrizes Energéticas que assegurem a universalização do acesso à energia elétrica, a modicidade tarifária, a segurança, a continuidade, a confiabilidade e a qualidade da energia fornecida, com foco principalmente na satisfação dos consumidores.

Em 2011, além das atividades correntes que a SEE desenvolve, pretende-se dar especial atenção ao monitoramento de empreendimentos que proporcionarão o aumento da capacidade instalada de geração de energia elétrica, bem como acompanhar os empreendimentos de transmissão e de transformação, que trarão ainda mais segurança e disponibilidade de energia ao Sistema Elétrico Brasileiro - SEB. Cabe destacar também como importante papel a ser desempenhado por esta Secretaria, no ano de 2011, a continuidade da implementação do Programa Luz para Todos, com vistas a prover acesso à energia a milhares de brasileiros que vivem no meio rural. E, por fim, a SEE deverá somar esforços para acompanhar a operacionalização e a execução da tarifa social, política pública que beneficiará milhões de brasileiros de baixa renda no país.

Os itens 2 - Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro, especificamente o subitem d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação; 3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; 8 - Declaração de Bens e Rendas; 10 - Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade; 11 - Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ; 12 - Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ; 13 - Cartões de Pagamento do Governo Federal e 14 - Renúncia Tributária, não se aplicam à natureza jurídica da SEE e por esse motivo as informações relativas a esses temas não estão contempladas no presente Relatório. As informações referentes ao item 5 - Recursos Humanos da Unidade, são responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME.

As informações referentes ao item 2 - Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro, especificamente contidas nos subitens: d) Desempenho Orçamentário e Financeiro; d.I) Programação Orçamentária das Despesas; d.II) Execução Orçamentária das Despesas; e d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos originários (Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa) serão prestadas pela unidade agregadora.

1. Identificação

Tabela LXX: Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG: 03245		Código na LOA: 32101	Código SIAFI: 320011
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 3319-5555	(61) 3319-5627	
Endereço eletrônico: secex@mme.gov.br			
Página da Internet: http:// www.mme.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, CEP 70.065-900, Brasília – Distrito Federal.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Energia Elétrica			
Denominação abreviada: SEE			
Código SIORG: 1919		Código na LOA: 32101	Código SIAFI: 320013
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Energia Elétrica			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 3319-5923	(61) 3319-5013	(61) 3319-5948
Endereço eletrônico: see@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/see/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios; Bloco U; Brasília DF; CEP 70.065-900; 6º Andar; Sala 603.			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto. Nº 5.267, de 09/11/2004; DOU de 10/11/2004 e republicado em 17/11/2004 e Port. nº 144, de 26/06/2006; DOU de 26/06/2006.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Boletim de Monitoramento Sistema Elétrico; Informativo Tarifário de Energia Elétrica; Informativos Luz para Todos; Manual de Projetos Especiais do LpT; Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos.			

2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro

a) Responsabilidades Institucionais

A estratégia de desenvolvimento constante do Plano Plurianual 2008-2011 estabeleceu três objetivos do Governo Federal a serem alcançados pelas áreas relacionadas com infraestrutura: i) a inclusão social e redução das desigualdades; ii) o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda; e iii) a implantação de uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional.

Considerando que a política energética deve estar alinhada com esses objetivos estratégicos, é indispensável que as ações do Ministério de Minas e Energia - MME atendam essas orientações. Desta forma, o MME assume dois grandes desafios: impulsionar os investimentos em infraestrutura, de forma coordenada e sustentável e promover o acesso dos cidadãos brasileiros à energia elétrica.

Por sua vez, a atuação da Secretaria de Energia Elétrica – SEE também deve estar em consonância com todas essas orientações e, nesse contexto, a missão institucional da SEE é coordenar, orientar e monitorar as ações do Ministério de Minas e Energia relacionadas com as políticas do setor de energia elétrica. Desta forma, busca-se garantir o suprimento a todos os consumidores do território nacional, com desempenho adequado da operação do sistema elétrico, sob os requisitos de qualidade, continuidade e segurança operacional e tarifas justas para a sociedade e para o estímulo aos investimentos, observando premissas de sustentabilidade socioambiental, de inclusão social e de integração energética nacional e com os países vizinhos.

a.I) Competência Institucional

Tendo como referência o Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, que estabelece a estrutura regimental do MME, compete à SEE, resumidamente: monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos visando assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda; acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos; participar da formulação de política tarifária, bem como acompanhar sua implementação, tendo como referência a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes sociais; coordenar as ações de comercialização de energia elétrica no território nacional e nas relações com os países vizinhos; coordenar as ações de políticas sociais e de acesso e uso da energia elétrica; prestar assistência técnica ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

Para executar essas competências, a SEE tem uma estrutura organizacional baseada em três departamentos:

- **Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE:** agrupa as competências relacionadas com a área de segurança do suprimento de energia elétrica, monitorando

as atividades de expansão da geração, transmissão e de desempenho do sistema elétrico brasileiro. O Departamento é base de apoio técnico e operacional para o funcionamento do CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, importante órgão do setor que atua na preservação do equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica.

- **Departamento de Gestão do Setor Elétrico – DGSE:** agrupa, fundamentalmente, as competências de comercialização e tarifas de energia elétrica. O Departamento tem como atribuições: acompanhar e avaliar a evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica em todo o território nacional, em conformidade com a política tarifária; participar na formulação e implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso da energia elétrica para consumidores de baixa renda; desenvolver estudos para definição de tarifas diferenciadas para as classes especiais de consumo; e acompanhar os processos de contratação e comercialização de energia elétrica entre os agentes setoriais.

- **Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia – DPUE:** atua no processo da implementação do acesso à energia elétrica a todos os cidadãos brasileiros que vivem meio rural. O Departamento tem como principal atribuição coordenar o Programa Luz para Todos, importante ação de universalização do Governo Federal. Paralelamente, promove ações integradas que asseguram a eletrificação no campo, proporcionando a geração de trabalho e aumento da renda da população beneficiada pelo Programa.

No exercício de 2010, a SEE atuou firmemente no sentido de consolidar a implementação dessas funções e, assim, cumprir suas responsabilidades institucionais. Adicionalmente, através da metodologia preconizada pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - **GesPública**, a SEE concentrou esforços no aprimoramento de seus processos e procedimentos, com foco na melhoria da gestão e atendimento ao cidadão.

a.II) Objetivos Estratégicos

A SEE tem a missão de estabelecer e zelar pelo cumprimento das Políticas e Diretrizes de Energia Elétrica que busquem a universalização do acesso à energia elétrica, a modicidade tarifária, a segurança, a continuidade, a confiabilidade e a qualidade da energia fornecida, com foco principalmente na satisfação dos consumidores.

No desempenho das suas atribuições institucionais, a SEE atua de forma a dar continuidade aos benefícios da modicidade tarifária aos consumidores finais; inspecionar e monitorar o Sistema Interligado Nacional, com foco na segurança eletro-energética, garantindo a confiabilidade, continuidade e qualidade da energia fornecida aos consumidores finais; e, além disso, assegurar a universalização da energia elétrica, em consonância com as Políticas Sociais do Governo Federal. Estes são os objetivos estratégicos perseguidos pela Secretaria, que traçam os caminhos para que ela alcance sua visão de futuro: “Ser reconhecida pela sociedade com modelo de excelência em gestão pública”.

Para alcançá-los, a SEE implementou em 2010 um plano de melhoria da gestão, materializado no Planejamento Estratégico da SEE, tomando por base os objetivos estratégicos da Secretaria, bem como o resultado do diagnóstico da gestão fundamentado nos mecanismos preconizados pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – **GesPública**, que apontou os pontos fortes e oportunidades de melhoria a serem abordados através de planos de ação elaborados pelas distintas áreas da Secretaria e monitorados periodicamente pela Direção da SEE.

b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando as competências atribuídas à SEE, a Secretaria implementou novas atividades e rotinas para cumprir com as suas responsabilidades, e consolidou outras já implementadas em anos anteriores. Em relação ao monitoramento da expansão da geração e transmissão, foram aperfeiçoadas as reuniões inaugurais com os novos agentes, as inspeções técnicas em campo dos projetos em andamento, as reuniões de avaliação da execução das obras com os empreendedores, e as avaliações mensais com a SPE, Aneel, ONS e EPE. Mas foram também desenvolvidas reuniões específicas com empreendedores de alguns projetos específicos e relevantes - tais como as usinas MC2 Camaçari e UHE Dardanelos, a 3ª interligação norte-nordeste e a linha de transmissão Tucuruí/Manaus/Macapá - para assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia. O aperfeiçoamento contínuo dos sistemas informatizados de armazenamento dos dados de monitoramento também foi fundamental para promover melhor controle e fidelidade das informações.

Em atendimento às solicitações de informação e acompanhamento do PAC, destaca-se a evolução na sistematização da rotina de informações do Sistema WEB-PAC. Nesse contexto, a ação dos grupos especiais para acompanhar os principais empreendimentos monitorados e em desenvolvimento (UHE Santo Antônio e Jirau, interligação Porto Velho – Araraquara e Tucuruí – Macapá - Manaus), foi importante para acelerar o processo de inicialização dos projetos, compreendendo as etapas de licenciamento ambiental e mobilização para instalação do canteiro de obras.

Quanto ao desempenho dos sistemas elétricos brasileiros, foram realizadas ações - criação de grupos de trabalho e encaminhamentos emergenciais junto ao ONS e concessionárias envolvidas - no sentido de contornar problemas de risco de não atendimento à carga para algumas regiões mais críticas, como aos estados do Acre, Amapá e Roraima. Essas ações são realizadas por grupos de trabalho específicos criados no âmbito do MME, com participação do ONS, Eletrobras/GTON, EPE e as concessionárias de distribuição da região de estudo.

Tendo como referência as competências regimentais do Departamento de Gestão do Setor Elétrico – DGSE – e os seus objetivos, é possível avaliar as estratégias adotadas pelo órgão com a finalidade de obter os resultados que serão apresentados na próxima sessão desse relatório - Análise do andamento do Plano Estratégico -, bem como a busca da excelência em gestão.

Com relação à sistemática de acompanhamento dos processos de reajustes e revisões tarifárias, houve diversas contribuições técnicas pela atuação transparente entre o Departamento e a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, responsável institucional pela homologação dos processos de reajustes tarifários anuais. O DGSE acompanhou reuniões de diretoria desta Agência, reuniu informações presentes nos diversos documentos técnicos emitidos por ela, como resoluções, notas técnicas e votos de diretoria, e analisou informações presentes no banco de dados de mercado da Agência. Além disso, foram realizadas diversas reuniões e contatos com técnicos da Aneel responsáveis pelos processos.

Tendo ainda como referência os consumidores de baixa renda, a SEE atuou no sentido de subsidiar a tomada de decisão do Programa Luz para Todos – LPT, por meio de cálculos de impactos tarifários.

No que se refere à definição de tarifas diferenciadas para classes especiais de consumo, o Departamento atuou no sentido de evitar a concessão de novos subsídios ou descontos tarifários com o intuito de preservar a modicidade tarifária, ao evitar que as tarifas dos demais consumidores se elevassem por esse motivo. O DGSE se posicionou contrário à concessão de novos subsídios ou descontos, por isso emitiu pareceres técnicos que subsidiaram a atuação da Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia junto ao Congresso Nacional, em diversos Projetos de Lei nesse sentido.

Em relação ao Programa Luz para Todos, importa registrar que em 2010, algumas dificuldades interferiram no cumprimento da meta estabelecida para o ano e elas tiveram origem em fatores: como as chuvas excessivas, que atrasaram as obras de eletrificação e prejudicaram os acessos às obras, além de problemas de licitação enfrentados pelas seguintes empresas: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON, Eletrobras Amazonas Energia, Eletrobras Distribuição Piauí – CEPISA e Eletrobras Distribuição Roraima – Bovesa. Os problemas de licitação referem-se: à rescisão de contratos não atendidos, ocasionando dificuldades na realização de um novo processo licitatório; à ação judicial, suspendendo o resultado da licitação no Piauí; e ainda às licitações cujo resultado se apresentou deserto, impactando o Programa no primeiro semestre de 2010.

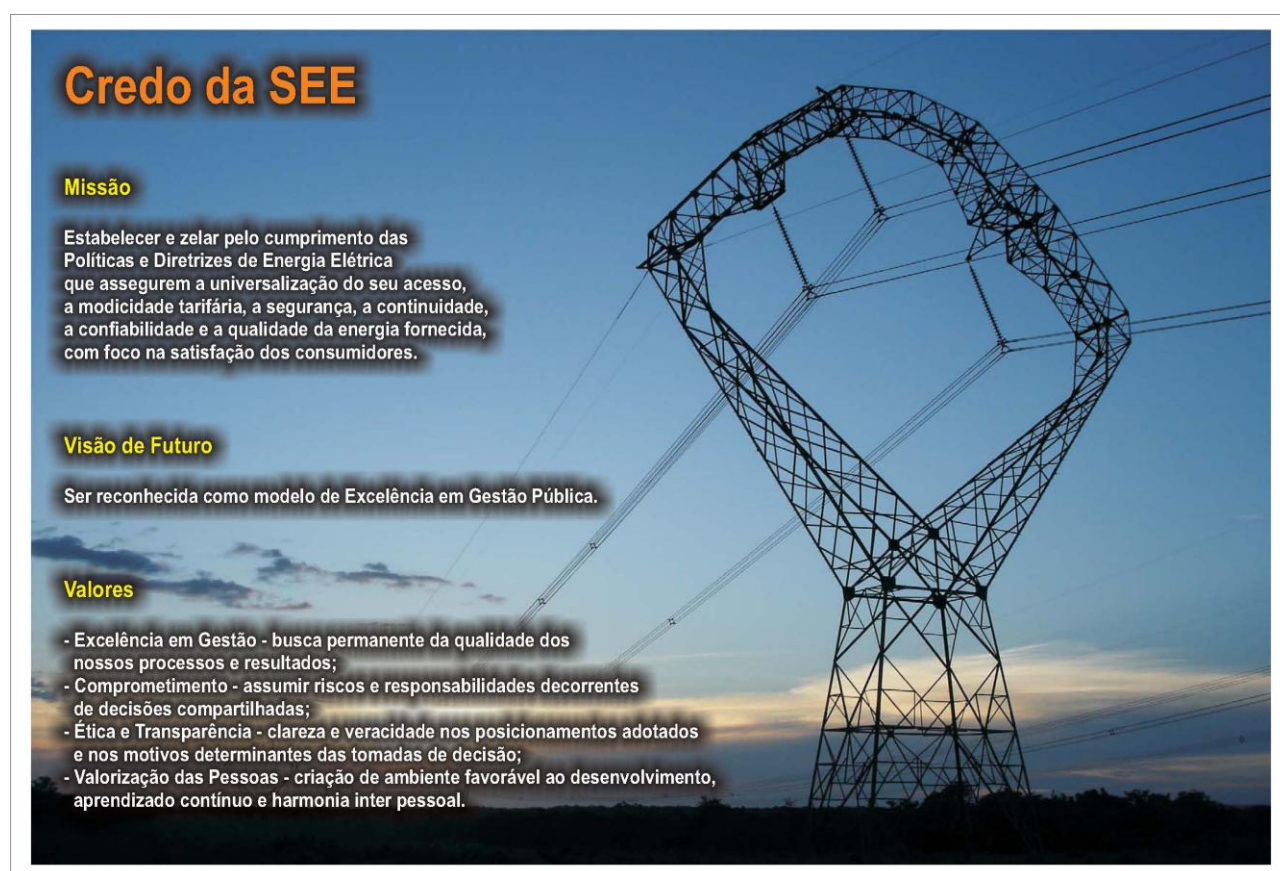
Houve ainda dificuldades operacionais para o atendimento às comunidades isoladas, em especial na Região Amazônica. Para contornar essa situação, a política de atendimento a estas comunidades será reforçada com a implantação de Projetos Especiais, que estimulará a implementação de sistemas de geração descentralizada com a utilização de energia de fontes alternativas, conforme Manual de Projetos Especiais, publicado em 12 de fevereiro de 2009, que estabelece os critérios e os procedimentos para utilização destas fontes.

Outro desafio enfrentado se refere ao fato de alguns governos estaduais não destinarem recursos pactuados no início do Programa. Neste caso, o MME vem mantendo tratativas no sentido de minimizar o impacto no cumprimento da meta.

As ações de melhoria de gestão do Programa tiveram continuidade ao longo de 2010, com destaque para: os Relatórios Gerenciais Mensais e reuniões regionais, com a participação dos coordenadores estaduais e concessionárias de energia elétrica.

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

Em 2010, a SEE implementou Planejamento Estratégico, estabelecendo sua missão, visão e valores organizacionais, bem como o seus objetivos estratégicos, conforme demonstrado na figura 1 abaixo.



Fonte: SEE

Figura 7: Mapa Estratégico da SEE

O Planejamento Estratégico da SEE contribuiu para que os Departamentos desta Secretaria desenvolvessem suas atividades institucionais e alcançasse os seus objetivos. Neste sentido, segue descrição do conjunto de atividades desenvolvidas pelos Departamentos, assim como o resultado alcançado.

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO – DMSE

As atividades do DMSE envolvem o monitoramento de empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos, ações coordenadas pela Secretaria de Planejamento Energético - SPE. Baseado nos cronogramas dos empreendimentos, o Departamento monitora a execução das obras, atuando para que os projetos entrem em operação nos prazos pactuados, no sentido de garantir a ampliação da oferta energética, conforme planejado, e apoiar o CMSE na avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. Para o cumprimento de suas atribuições, o DMSE desenvolveu as seguintes tarefas em 2010:

- Avaliação e propostas de aperfeiçoamentos nas rotinas de monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, relativas à obtenção de dados e acompanhamento dos empreendimentos, em consonância com as competências legais do DMSE, e no desempenho do seu papel fundamental na interação com os órgãos de coordenação do PAC, alimentando periodicamente a base de dados do programa e participando das reuniões;
- Participação e promoção de articulações intra-setoriais, principalmente junto à área ambiental, com objetivo de superar óbices legais que impactam os cumprimentos dos prazos de conclusão das usinas, linhas de transmissão e subestações, aproveitando as atividades e rotinas de acompanhamento do PAC, por meio das novas ferramentas técnico-gerenciais de controle dos empreendimentos instituídas e desenvolvidas no âmbito do Programa;
- Identificação antecipada de óbices durante o desenvolvimento dos projetos, por meio da troca de experiências entre os agentes e os órgãos públicos, facilitando a viabilização do cronograma das obras, com o aperfeiçoamento das atividades de monitoramento da expansão do sistema elétrico, dentre as quais destacam-se as reuniões inaugurais com os empreendedores vencedores dos leilões, reuniões mensais de monitoramento e as inspeções técnicas em campo dos projetos, e outras atividades, criadas e/ou aperfeiçoadas, que permitiram um melhor controle na implementação dos empreendimentos;
- Participação ativa em reuniões de análises de perturbações e outros eventos do gênero, com o objetivo de avaliar o desempenho operacional do Sistema, e propor ações para melhoria da qualidade e confiabilidade do suprimento de energia elétrica, em conformidade com as atribuições do Departamento relativas ao monitoramento do desempenho do sistema elétrico;
- Ampliação da participação ativa em grupos e comitês de assuntos relacionados às competências do Departamento e, principalmente, com novas interações setoriais, na operacionalização da tarefa principal de monitorar a expansão e o desempenho do sistema elétrico.
- Participação de técnicos em comitês e comissões que demandam informações da área de energia elétrica e que apresentam transversalidade com outros organismos de governo. Entre estes comitês e comissões destacam-se: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e o Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranaíba – CBHP, a Comissão Nacional de Proteção ao

Programa Nuclear Brasileiro - COPRON, a Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica - CPNSEE, o Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração do Plano do Meio Norte – GTI Meio Norte, o Grupo Técnico de Segurança de Infra-estruturas Críticas – GTSIC-Energia, o Gabinete de Crises sobre Enchentes nos Estados de Alagoas e Pernambuco – GT Crises, a Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP e a Força Tarefa dos Modelos Matemáticos de Programação Energética NEWAVE e DECOMP;

- Elaboração de Notas Técnicas (23) visando dar subsídios à Consultoria Jurídica do MME na defesa de ações diversas associadas ao sistema elétrico brasileiro;
- Elaboração de Notas Técnicas (17) visando dar subsídios à Assessoria Parlamentar com sugestões e avaliações dos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que estejam relacionados com o Setor Elétrico Brasileiro;
- Elaboração de Notas Técnicas (49) para atender solicitações de informações dos diversos níveis de governo, da sociedade e de entidades representativas, bem como de empresas, sobre questões relacionadas com o setor elétrico;

Considerando as suas atividades específicas de monitoramento da expansão da geração e transmissão, e do desempenho dos sistemas elétricos, são descritas a seguir as principais atividades, produtos e resultados do Departamento no ano de 2010.

Geração de Energia Elétrica

Dentre os objetivos do Departamento de Monitoramento, cabe à coordenação de geração supervisionar o Sistema Elétrico Brasileiro com ênfase nos empreendimentos de geração em construção que venderam energia no ambiente regulado; com o propósito de garantir a segurança eletroenergética, a confiabilidade, a continuidade e a qualidade da energia fornecida aos consumidores finais. Além disso, as usinas hidrelétricas em implantação que têm grande relevância no cenário nacional, embora não tenham vendido energia no ambiente regulado, também são monitoradas.

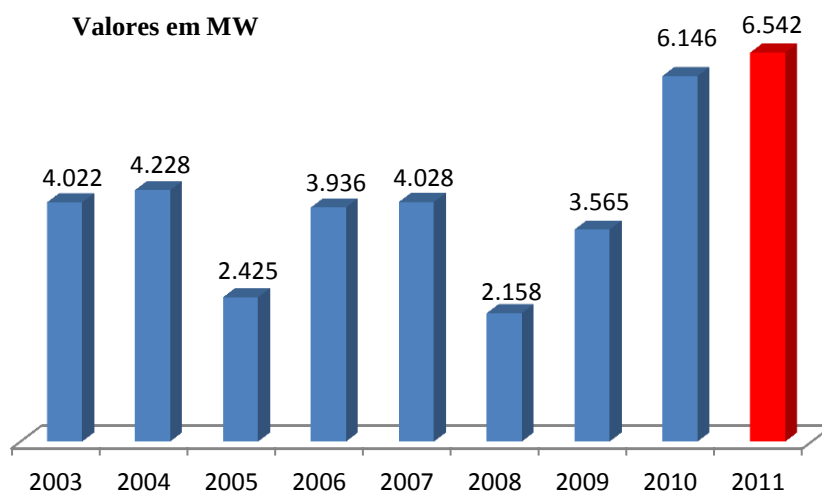
A coordenação de geração de energia elétrica teve como principais objetivos para 2010:

- Aperfeiçoar o processo de monitoramento dos empreendimentos de geração, por meio de solicitação mensal de informações técnicas e financeiras a todos os empreendedores pertinentes; e reunião com os empreendedores, cujas obras apresentam óbices ao bom andamento da construção. Além disso, assim que a outorga de novas usinas é emitida, cada empreendedor deverá ser convidado a participar de uma reunião, com o intuito de esclarecer o papel das instituições do Sistema Elétrico Brasileiro;

- Sistematizar os procedimentos concernentes às inspeções técnicas. Desenvolvimento de uma metodologia para realização de inspeções, consolidando-a em nota técnica. Ao fim de cada inspeção, elabora-se um relatório que exponha as etapas concluídas, as dificuldades encontradas e as recomendações sobre as ações a serem tomadas;
- Analisar e aperfeiçoar o processo de avaliação dos empreendimentos de geração. As avaliações dos empreendimentos resultam de decisão colegiada das instituições responsáveis pelo setor elétrico – MME, Aneel, EPE, ONS e CCEE. Estas decisões são baseadas em procedimentos padronizados. No âmbito da coordenação, as análises serão realizadas de acordo com as informações recebidas dos empreendedores;
- Aperfeiçoar a reunião de monitoramento dos empreendimentos de geração. Desenvolver uma pesquisa de satisfação dos participantes;
- Aprimorar a gestão de informação, por meio de softwares específicos que atendam às necessidades do processo de monitoramento, como padronização da informação, criação de relatórios e outros;
- Desenvolver métodos mais eficazes para a identificação de obstáculos que possam comprometer os cronogramas de implantação dos empreendimentos de geração, propondo ações preventivas e corretivas para a efetiva execução do planejamento setorial.

A seguir é descrito um panorama do Sistema Elétrico Brasileiro, no que concerne aos empreendimentos de geração.

A potência instalada das usinas geradoras de energia elétrica em operação totalizou em 2010, 112.399 MW. Neste último ano, a matriz de energia elétrica teve um acréscimo de 6.146 MW. A figura 2 mostra os acréscimos de capacidade de geração no período de 2003 a 2010 e a meta para o ano de 2011.



Fonte: SEE/DMSE

Figura 8: Evolução da Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (MW)

As principais realizações na expansão da geração foram a implantação da UHE Foz do Chapecó com 855 MW, da UHE Serra do Facão com 212,6 MW, da UHE Salto com 116 MW, da UHE Salto do Rio Verdinho com 93 MW, da UHE Barra dos Coqueiros com 90 MW, da UHE Retiro Baixo com 82 MW, da UTE Viana com 174,6 MW, da UTE Linhares com 204 MW, da UTE Santa Cruz com 200 MW e usinas do PROINFA com 457 MW.

Para o desenvolvimento das tarefas de monitoramento foram realizadas, em 2010, treze reuniões de monitoramento da expansão da geração, com a participação de Secretarias do MME, da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e convidados quando se fizeram necessários.

No mês de julho foram realizadas duas reuniões, em cumprimento à deliberação do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico - CMSE.

Adicionalmente, foram realizadas reuniões com órgãos de Licenciamento Ambiental com o intuito de remover óbices à realização das obras. Para complementar as informações e discutir temas específicos dos empreendimentos foram realizadas reuniões com os empreendedores.

Foram realizadas ainda, no ano de 2010, visitas técnicas a 52 usinas em construção, distribuídas entre UHEs e UTEs.

A tabela LXXI apresenta os números associados aos empreendimentos monitorados em 2010.

Tabela LXXII: Empreendimentos de Geração Monitorados pela SEE

EMPREENDIMIENTOS MONITORADOS PELA SEE			
	Quantidade	Potência (MW)	Investimento Estimado (R\$ milhões)
UHE	30	24.153,5	69.945,3
PCH	14	266,8	1.346,2
UTE	80	13.757,6	37.729,4
UEE	141	3.853,5	15.865,2
Total Geral	265	42.031,3	124.886,0

Fonte: SEE/DMSE/ Dez/2010

A tabela LXXII representa a expansão da geração prevista de usinas com energia vendida no ambiente de contratação regulada- ACR e usinas concedidas pelo antigo modelo do setor elétrico.

Tabela LXXIII: Previsão de entrada em operação de usinas monitoradas pelo DMSE

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Sem Previsão
UHE	1.658,40	1.938,30	2.325,70	1.115,30	4.431,10	3.130,55	3.666,66	3.666,66	611,10	3.215,70
PCH	56,10	49,30	82,20	30,60	48,70	-	-	-	-	-
UEE	-	3.325,30	528,20	-	-	-	-	-	-	-
UTE	4.319,30	6.277,20	1.098,60	15,00	1.445,00	-	-	-	-	465,00
Proinfa	660,43	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.694,23	11.590,10	4.034,70	1.160,90	5.924,80	3.130,55	3.666,66	3.666,66	611,10	3.680,70

Fonte: SEE/DMSE/Dez/2010

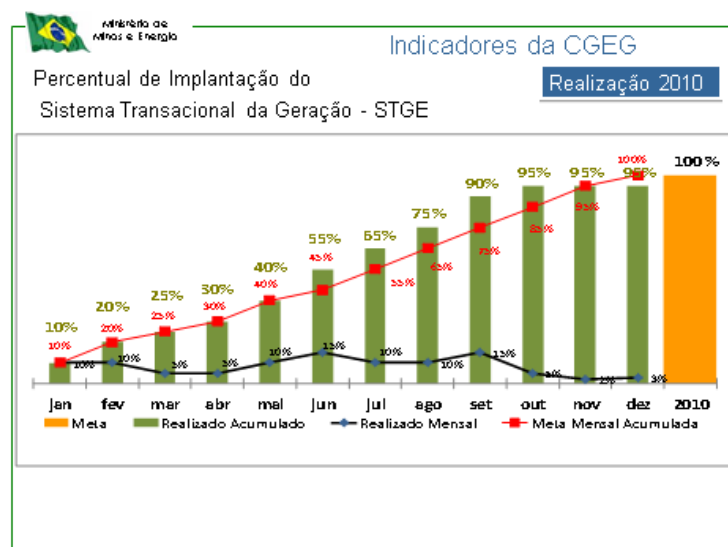
Dos empreendimentos monitorados, 17.555,47 MW estão com obras em andamento, sendo 9.651,2 MW de UHEs, 118,0 MW de PCHs, 7.548,67 MW de UTEs e 237,6 MW de eólicas.

Dos 265 empreendimentos monitorados pela SEE, 95 estavam contemplados no PAC 1, sendo 19 UHEs, 4 PCHs, 72 UTEs, além de 23 empreendimentos do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica). Ressalta-se que os empreendimentos eólicos não estão contemplados no PAC 1. Importa registrar que os empreendimentos do PAC 1 que não concluíram suas obras até 2010 serão transferidos para o PAC 2.

No que se refere aos investimentos realizados durante o ano de 2010, estima-se que foram realizados um total de R\$ 14 bilhões em obras de Geração Outorgada do PAC, sendo R\$ 9,6 bilhões em UHEs, R\$ 3,5 bilhões em UTEs, R\$ 383 milhões em PCHs e 437 milhões em eólicas.

Como melhorias do acompanhamento das reuniões mensais de geração, está em fase de desenvolvimento e implantação sistema informatizado denominado Sistema Transacional da Geração (STGE). Esse sistema tem como finalidade criar um banco de dados com informações das reuniões mensais de monitoramento da expansão da geração, que hoje são armazenados em planilhas de Excel. Este sistema informatizado trará maior segurança na edição e armazenamento de informações dos empreendimentos, além do acesso de forma ágil, pois, está baseado em plataforma web.

Para acompanhar o desenvolvimento e implantação desse sistema, foi criado um indicador denominado Percentual de Implantação do STGE, conforme figura 3 abaixo.



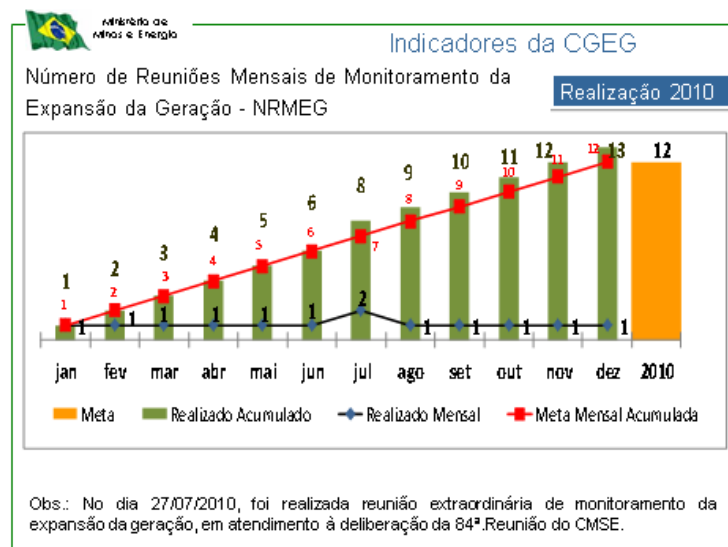
Fonte: SEE/DMSE/Dez/2010

Figura 9: Indicador STGE (Percentual de Implantação do STGE)

Devido às solicitações de melhoria na interface desse sistema, o indicador finalizou o ano de 2010 com 95%. Essas melhorias estão sendo implementadas pela equipe de informática com previsão de finalização para março/2011, sendo que o sistema poderá entrar em teste já em abril/2011.

Para o cumprimento das atribuições relativas ao monitoramento da expansão da geração de energia elétrica nos sistemas interligado e isolados e a implementação de mecanismos e processos de acompanhamento da implantação dos empreendimentos, com participação dos agentes setoriais envolvidos, o DMSE/SEE realiza mensalmente reunião de monitoramento da expansão da geração e elaborou indicador de acompanhamento denominado Número de Reuniões Mensais de Monitoramento da Expansão da Geração – NRMEG, conforme figura 4.

Essas reuniões fornecem subsídios para a elaboração do Programa Mensal da Operação - PMO, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Em 2010, estavam previstas 12 reuniões, porém em julho, por determinação do CMSE, foi realizada uma reunião extraordinária para avaliar a data de tendência de entrada em operação de usinas térmicas localizadas na Bahia.



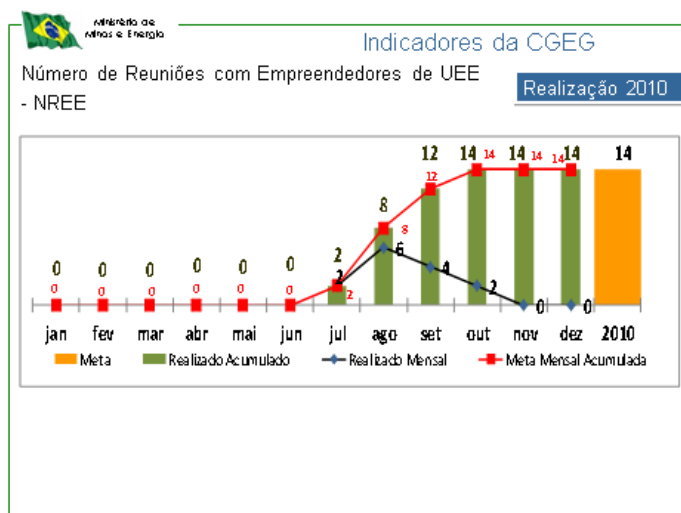
Fonte: SEE/DMSE/Dez/2010

Figura 10: Indicador NRMEG (Número de Reuniões Mensais de Monitoramento da Expansão da Geração)

Com a realização do Leilão de Energia de Reserva (LER) – Fontes Eólicas, realizado em 14/09/2009, e a partir das assinaturas dos contratos de concessão, o DMSE/MME tem como prática o convite dos empreendedores de modo a apresentar o processo de monitoramento de implantação das usinas, bem como abrir canal de comunicação com os agentes a fim da melhoria do processo de monitoramento, bem como a identificação de óbices que possam comprometer a implantação dos empreendimentos.

Nesta reunião, o DMSE solicita ao empreendedor informações sobre a execução do empreendimento, tais como: localização, licenciamentos ambientais, cronogramas físico e financeiro, contrato de fornecimento e de montagem de equipamentos eletromecânicos, conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e outras informações que os empreendedores julgarem pertinentes sobre a evolução do empreendimento.

Para acompanhar o desenvolvimento dessas reuniões, foi criado o indicador denominado Número de Reuniões com Empreendedores de UEE – NREE, conforme figura 5. Como pode ser observado em 2010 foram realizadas, de acordo com o previsto, 14 reuniões com os empreendedores.

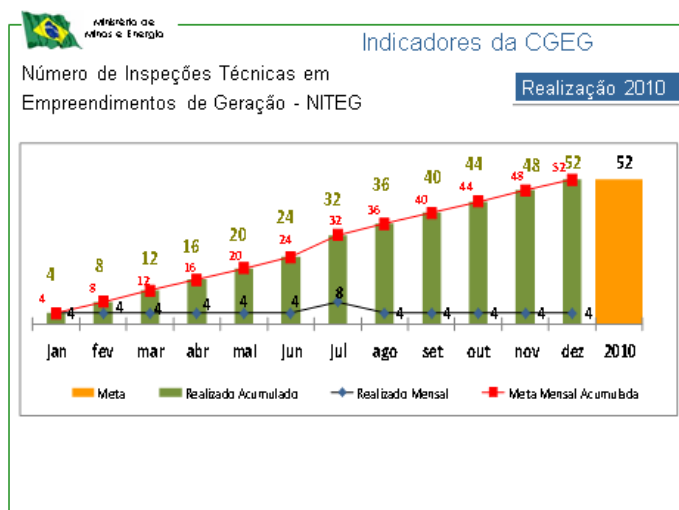


Fonte: SEE/DMSE/ Dez/2010

Figura 11: Indicador NREE (Número de Reuniões com Empreendedores de UEE)

De modo a cumprir com as atribuições relativas à identificação de impedimentos que possam comprometer os cronogramas de implantação dos empreendimentos de geração, propondo ações preventivas e corretivas para o efetivo cumprimento do planejamento setorial, o DMSE/SEE realiza inspeções técnicas nos empreendimentos de forma periódica, principalmente nas usinas de maior porte e elaborou o indicador relativo à quantidade de inspeções técnicas realizadas, denominado Número de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração (NITEG), conforme figura 6 abaixo.

No ano de 2010, foram realizadas 52 inspeções técnicas. Essas inspeções são fundamentais para avaliação da data de tendência de entrada em operação comercial de usinas, informações importantes para o Programa Mensal da Operação, coordenado pelo ONS.



Fonte: SEE/DMSE/ Dez/2010

Figura 12: Indicador NITEG (Número de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração)

Transmissão de Energia Elétrica

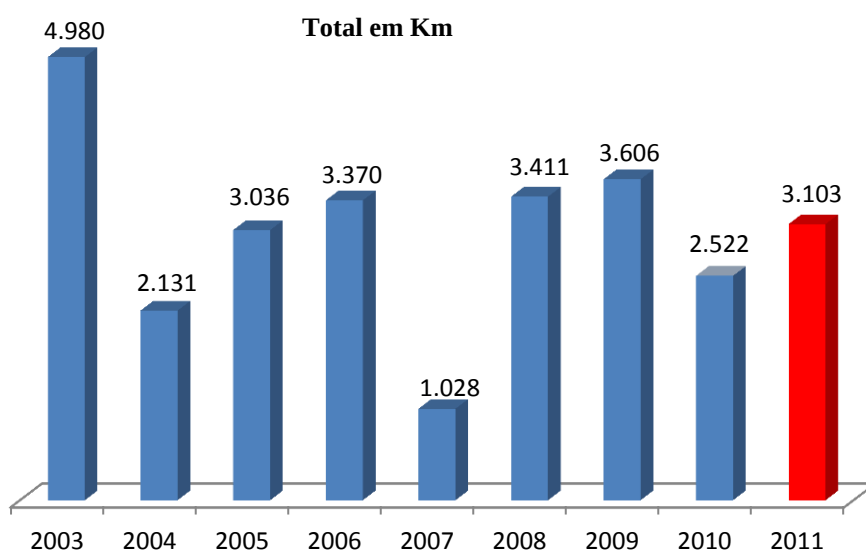
As atividades da Coordenação Geral de Monitoramento da Expansão da Transmissão (CGET) envolvem o monitoramento de empreendimentos de transmissão licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Baseado nos cronogramas dos empreendimentos, a Coordenação monitora a execução das obras, atuando para que os projetos entrem em operação nos prazos pactuados, no sentido de garantir a ampliação da oferta energética, conforme planejado, e apoiar o CMSE na avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional. Além disso, cabe à CGET as seguintes atribuições:

- Promover o desenvolvimento e a atualização dos sistemas de informação relativos à expansão da Transmissão, dentre eles podemos citar o WEBPAC, o SIGET e o STTE (Sistema Transacional de Transmissão de Energia);
- Realizar reuniões mensais de monitoramento com a participação de outros agentes do Setor Elétrico, tais como ONS, Aneel e EPE;
- Disponibilizar informações e relatórios técnicos relativos ao processo de monitoramento da expansão da transmissão de energia elétrica, contribuindo com áreas de pesquisa, planejamento e operação, e identificando desvios em relação às metas de expansão estabelecidas;
- Acompanhar e participar das decisões regulatórias e legais relativas aos sistemas de transmissão de energia elétrica;

- Interagir com os órgãos ambientais, IBAMA, ICMBio, FUNAI e outros em busca do entendimento satisfatório que associe preservação ambiental sem comprometimento ao atendimento das demandas de energia e à eficiência operacional do Sistema Interligado Nacional;
- Buscar a abrangência das reuniões de vídeoconferência, hoje realizadas nos empreendimentos de interligação “Tucuruí-Macapá-Manaus” e “Madeira”, para as Empresas Estatais e as demais empresas do Sistema Elétrico Brasileiro-SEB;
- Realizar as reuniões entre MME, ONS, Aneel e Concessionárias, com o intuito de debater melhorias nos sistemas locais de distribuição. Nessas reuniões são abordados os projetos em estudo pelo ONS, que analisam o desempenho das redes locais.

Vale ressaltar ainda que a extensão total do sistema de transmissão de energia elétrica alcançou, em dezembro de 2010, a marca de 99.870 km, montante que inclui, além da Rede Básica, 550 km relativos aos Sistemas Isolados e 3.224 km do Sistema de Conexão de Itaipu, em 600 kV.

Foram integrados, no ano de 2010, 2.522 km de linhas ao Sistema Elétrico Brasileiro - SEB, e ainda há a previsão da conclusão de 3.103 km em 2011. A figura 7 demonstra os acréscimos de linhas no período de 2003 a 2010 e a meta para o ano de 2011.



Fonte: SEE/DMSE/Dez/2010

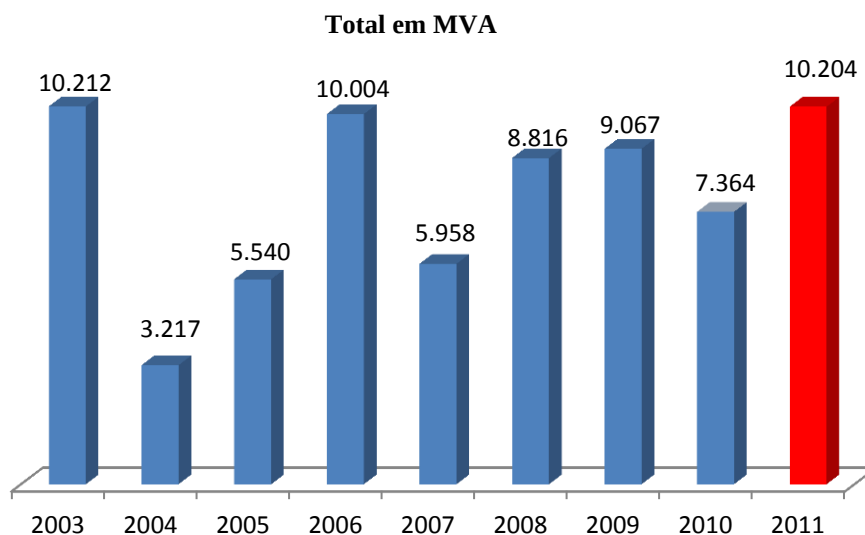
Figura 13: Ampliação da Transmissão – Novas Linhas

A capacidade instalada de transformação atingiu, ao final de 2010, o total de 219.148 MVA. No ano de 2011, serão implantados 10.204 MVA de potência de transformação em 42 Subestações distribuídas em todo o território nacional.

A figura 8 mostra os acréscimos de capacidade instalada de transformação no período de 2003 a 2010 e a meta para o ano de 2011.

Destaca-se em 2010, a conclusão dos empreendimentos de transmissão das LTs Presidente Médici / Santa Cruz - 230 kV, com 233 km, e Paraíso / Açú – 230 kV, com 135 km. A primeira permite o escoamento da UTE Candiota (3.050 MW) e aumenta a confiabilidade de atendimento à região Sul do estado do Rio Grande do Sul. A segunda é importante, pois, além de se tratar de um reforço no sistema de transmissão que permite escoar a geração da UTE Jesus Soares Pereira, aumenta a confiabilidade no eixo em 230 kV Paraíso-Açú II- Mossoró II, atendendo ao critério N-1 de confiabilidade.

Outra obra importante na transmissão, energizada em dezembro de 2010, foi a Interligação Norte-Nordeste, composta pelas LTs Colinas / Ribeiro Gonçalves / São João do Piauí, 500 kV, 720 km, e São João do Piauí / Milagres, 500 kV, 400 km. Os empreendimentos integram o Sistema de Interligação entre os subsistemas Norte e Nordeste e propiciam, na condição da região Norte exportadora, o aumento do intercâmbio para a região Nordeste em até 1.050 MW_{méd}, passando de 3.850 MW_{méd} para 4.900 MW_{méd}. Na condição da região Nordeste exportando para a região Norte o intercâmbio aumenta em até 1.200 MW_{méd}, passando de 1.200 MW para 2.400 MW. Na condição da região Nordeste exportando para o Sudeste, o aumento do intercâmbio é da ordem de 2.000 MW.



Fonte: SEE/DMSE/Dez/2010

Figura 14: Capacidade de Transformação – MVA

Destacam-se ainda as energizações das Subestações Água Vermelha – 500/440 kV, com 750 MVA, SE Bateias 525/230 kV de 600 MVA e SE Araras – 440/138 kV de 600 MVA.

Para o desenvolvimento das tarefas de monitoramento da expansão da transmissão, foram realizadas, em 2010, onze reuniões mensais com participações da Aneel e do ONS.

Adicionalmente, foram realizadas reuniões com órgãos de Licenciamento Ambiental com o intuito de remover óbices à realização das obras. Com o objetivo de complementar as informações e discutir temas específicos dos empreendimentos foram realizadas diversas reuniões com os empreendedores.

A tabela IV apresenta o comparativo, entre os anos de 2009 e 2010, dos empreendimentos monitorados pelo DMSE.

Tabela LXXIV: Empreendimentos de transmissão monitorados pela SEE

EMPREENHIMENTOS MONITORADOS				
Empreendimentos Monitorados	Período			
	dez/2009		dez/2010	
	Quant.	Meta física	Quant.	Meta física
Linha de Transmissão [km]	108	17.337	115	17.993
Transformação [MVA]	86	29.412	110	53.497
Compensação Reativa [Mvar]	55	9.243	128	17.108

Fonte: SEE/DMSE/dez 2010

Desempenho dos Sistemas Elétricos Brasileiros

Em continuidade à etapa de monitoramento, desde a construção dos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica até a operação e manutenção, durante o ano de 2010, foram ampliadas as atividades de monitoramento e avaliação do desempenho dos sistemas elétricos, dentre as quais destacam-se:

- Acompanhamento diário das informações de operação, com base no Informativo Preliminar Diário da Operação (IPDO), do ONS, que objetiva avaliar o desempenho da operação eletroenergética e o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica nos subsistemas ao menor custo associado do denominado Custo Marginal de Operação - CMO, bem como a avaliação dos eventuais desequilíbrios decorrentes das contingências elétricas ou energéticas ocorridas em tempo real. Nessa atividade, são importantes as informações relativas às previsões de precipitações, níveis dos reservatórios equivalentes, intercâmbios regionais e internacionais, despacho de usinas termelétricas e entrada em operação de novas instalações no Sistema Interligado Nacional - SIN. O produto final da SEE, neste processo de acompanhamento, é o Boletim Diário de Monitoramento do Desempenho do Sistema Elétrico, que apresenta a síntese da avaliação dessas informações;
- Elaboração de Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico sintetizando aspectos diversos relativos a hidrologia, intercâmbios entre regiões, mercado de energia elétrica, encargos setoriais, consumo de combustíveis, matriz de energia elétrica, expansão da rede elétrica e ocorrências no sistema elétrico brasileiro;
- Acompanhamento das reuniões de elaboração do Programa Mensal de Operação - PMO na sede do ONS, no Rio de Janeiro. Esse Programa estabelece diretrizes eletroenergéticas de curto prazo, de modo a otimizar a utilização dos recursos de geração e transmissão do SIN, segundo procedimentos e critérios consubstanciados nos Procedimentos de Rede. Como resultados desse trabalho, realizado no âmbito do ONS, obtém-se como produtos: o Custo Marginal de Operação - CMO, os riscos de não atendimento das demandas ao longo do horizonte de planejamento, as metas de geração térmica e hidráulica e intercâmbios entre os subsistemas. A SEE elabora mensalmente, o documento intitulado Resenha do Programa Mensal de Operação;
- Acompanhamento da aplicação dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo – POCP, a cada PMO, partindo do término do período úmido, para verificar a necessidade de geração térmica complementar para segurança energética de modo a evitar a violação futura da Curva de Aversão ao Risco em situações de hidrologia crítica;
- Monitoramento do desempenho energético, que tem como base os relatórios do Planejamento Anual da Operação Energética - PEN do ONS, cujo objetivo é avaliar as condições de atendimento ao mercado previsto de energia elétrica do SIN para o horizonte do planejamento anual da operação energética, cinco anos à frente. Este horizonte permite que se possa tomar decisões de antecipação ou implantação de novos projetos de geração e transmissão pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE e/ou pela Empresa de

Pesquisa Energética – EPE, com a coordenação do MME. As diretrizes para efetuar as avaliações estão estabelecidas nos Procedimentos de Rede;

- Desenvolvimento de atividades de monitoramento do desempenho elétrico, tendo como base os relatórios de Planejamento da Operação Elétrica Anual – PEL e Diretrizes para Operação Elétrica com Horizontes Quadrimestral e Mensal, do ONS, e como referência os critérios e padrões estabelecidos nos Procedimentos de Rede, indicando as áreas e regiões críticas para atendimento elétrico e medidas operativas para eliminar as restrições, avaliando o desempenho do SIN com a entrada em operação de obras previstas para o horizonte, bem como os reflexos de possíveis atrasos no seu cronograma e analisando ainda os limites de transmissão nas interligações regionais;
- Identificação de limitações nos sistemas elétricos que impedem o suprimento e a otimização eletroenergética do SIN e dos Sistemas Isolados;
- Acompanhamento do desempenho da interligação eletroenergética dos Estados do Acre e Rondônia ao SIN, ocorrida em 23 de outubro de 2009, obra executada em consonância com a política de integração do governo federal, para dotar de mesmos critérios de suprimentos e mesma infraestrutura energética todas as regiões do País. Por se tratar de regiões recém-integradas ao SIN, foram desenvolvidas ações diversas de acompanhamento do desempenho eletroenergético dessa interligação;
- Acompanhamento das ocorrências e perturbações no SIN, monitorado com o intuito de melhorar os processos de análise das perturbações. Nesse sentido, a SEE participa diretamente de reuniões coordenadas pelo ONS, para avaliar as ocorrências consideradas relevantes, de modo a identificar as causas dos desligamentos, analisar a funcionalidade e o desempenho dos esquemas de proteção, supervisão e controle. Analisa-se também o desempenho das equipes de operação e manutenção, equipamentos e ainda propõe recomendações e providências aos agentes, referentes a não conformidades identificadas na análise, de modo a evitar reincidências e/ou novas perturbações. O produto que consolida as análises e recomendações é o Relatório de Análise de Perturbação - RAP, emitido pelo ONS;
- Avaliação de obras consideradas prioritárias para eliminação de pontos críticos nos suprimentos regionais e/ou de capitais, bem como compatibilização das obras do Programa de Melhoria de Instalações Sistêmicas - PMIS que causam impacto nas obras da Rede Básica e outras ações realizadas para garantir a qualidade, continuidade e confiabilidade dos serviços;
- Participação nas reuniões de consolidação de obras da Rede Básica que contemplam as necessidades de ampliações e reforços identificadas pelo ONS no Plano de Ampliação e Reforços - PAR e nos estudos do planejamento da EPE, através do Programa de Expansão da Transmissão - PET, constituindo uma proposta comum para as instalações de transmissão que serão objeto de licitação ou autorização pela Aneel;

- Participação no Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico de Manaus - GTSEM, encaminhando soluções para melhoria do suprimento eletroenergético da cidade de Manaus;
- Monitoramento do processo de exportação de energia elétrica do SIN para a Argentina, através das Conversoras de Garabi, suprimento este de caráter interruptível, efetuado por meio de energia elétrica de fonte termoeletrica não utilizada para atendimento ao SIN. Houve exportação também para o Uruguai, na mesma modalidade, isto é, por meio de térmicas não despachadas para o SIN, porém em montante pouco significativo. Esse monitoramento é realizado em base diária e mensal por meio dos boletins de acompanhamento da SEE.
- Participação do Grupo de Trabalho para a Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de conduzir a realização de atividades necessárias à elaboração e acompanhamento do Plano de Ação da Copa 2014, com foco no suprimento de energia elétrica às doze capitais que serão sede da Copa do mundo de 2014.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

A SEE atua como base de apoio técnico e operacional do CMSE. Todo trabalho de preparação das reuniões é executado pela Secretaria, como, por exemplo, proposição de agenda, convocação, registros da reunião, elaboração de apresentações e outras tarefas de suporte aos trabalhos do Comitê.

O CMSE, criado pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e presidido pelo Ministro de Minas e Energia, tem como finalidade avaliar periodicamente o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, adotando, quando necessário, ações que garantam a segurança do suprimento e o atendimento a todos os consumidores.

A rotina das reuniões do CMSE consiste nas apresentações do balanço da expansão da oferta, contemplando obras de geração e transmissão, da avaliação das condições de atendimento eletroenergético do SIN, do Boletim de Interrupção do Suprimento de Energia – BISE, que registra as principais perturbações no sistema e outros temas pontuais de relevância para o setor elétrico.

No decorrer do ano de 2010 foram realizadas treze reuniões, doze ordinárias e uma extraordinária. As principais decisões tomadas e temas abordados pelo Comitê foram:

- Avaliação da expansão da geração e transmissão;
- Avaliação das condições de atendimento eletroenergéticas do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Análise da previsão da carga e do consumo de energia em 2010;
- Avaliação do atendimento energético à Boa Vista-RR pela EDELCA – Venezuela;

- Acompanhamento das ações de Furnas através do GT do Blecaute de 10 de novembro de 2009;
- Avaliação de Isoladores e aterramento da SE Itaberá, de propriedade de Furnas, relativos às investigações e elucidação das causas da ocorrência do dia 10 de novembro de 2009;
- Avaliação do atendimento do mercado das cidades Manaus-AM e Boa Vista-RR;
- Acompanhamento do índice de gravidade das ocorrências com interrupção no suprimento de energia;
- Avaliação da logística e do suprimento de combustível para as usinas termelétricas;
- Acompanhamento do diagnóstico da manutenção das faixas de servidão das linhas de transmissão do SIN – Aspectos ambientais;
- Aprovação dos parâmetros do procedimento operativo de curto prazo – POCP;
- Avaliação da exportação de energia elétrica para a Argentina em 2010;
- Avaliação do critério de segurança da operação do tronco de transmissão de 765 kV;
- Acompanhamento do índice de gravidade das ocorrências com interrupção no suprimento de energia e estatística do desempenho do sistema;
- Avaliação das medidas operativas a serem implementadas nos dias de jogos da copa do mundo de futebol - 2010;
- Avaliação da situação do fornecimento de energia elétrica nos municípios afetados pelas enchentes nos estados de Alagoas e Pernambuco;
- Avaliação do atendimento energético ao estado do Amapá e do estado de Roraima;
- Monitoramento e aprovação do relatório final do GT Acre – melhoria das condições de atendimento de energia elétrica ao estado do Acre;
- Monitoramento do GT Copa 2014 – avaliação do suprimento de energia elétrica às capitais-sede da Copa de 2014;
- Avaliação do Planejamento Energético de Médio Prazo 2010/2014 – PEN 2010;
- Perspectivas da aplicação do horário de verão 2010/2011;
- Homologação das “Datas de Tendência” da operação comercial das usinas.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SETOR ELÉTRICO - DGSE

De acordo com as competências previstas na estrutura regimental do Departamento, das diretrizes governamentais para o setor elétrico brasileiro e das principais necessidades da sociedade brasileira no âmbito da política tarifária e da comercialização de energia elétrica, o DGSE traçou seus principais objetivos para o ano de 2010, conforme segue:

- Desenvolver estudos com a finalidade de criar políticas que promovam a modicidade tarifária;
- Desestimular a criação de novos subsídios ou descontos tarifários, para classes de consumo específicas, que possam gerar impactos tarifários, bem como o aumento dos percentuais dos subsídios ou descontos tarifários já existentes, através de atuação técnica junto aos fóruns correspondentes;
- Manter no MME informações relevantes, sobre as tarifas de energia elétrica aplicadas no Brasil, de maneira que subsidiem decisões no âmbito governamental;
- Buscar novas tecnologias que estimulem a redução tarifária e promovam a melhoria da qualidade do serviço de energia elétrica;
- Promover aperfeiçoamento do processo de comercialização de energia elétrica;
- Subsidiar, por meio de simulações e cálculos de impactos tarifários, a tomada de decisão no âmbito do Programa Luz para Todos – PLPT, quanto aos reflexos da implementação do Programa na tarifa de energia elétrica;
- Contribuir para criação de grupo de trabalho com objetivo de analisar e identificar ações necessárias para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas para a implantação de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente - “Smart Grid”, bem como prestá-lo apoio operacional;
- Acompanhar e contribuir para o processo de regulamentação da nova Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE - de que trata a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010;
- Acompanhar o processo de alterações metodológicas para a nova estrutura das Tarifas de Energia Elétrica realizado pela Aneel.

Gestão da Política Tarifária

A sistemática de acompanhamento dos processos de reajustes anuais e de revisões periódicas das tarifas das concessionárias de distribuição de energia elétrica conduzidos pela Aneel tem permitido analisar os efeitos das mudanças advindas pela publicação de legislações pertinentes ao Setor Elétrico Nacional, no que se refere à regulação econômica, de igual modo, à evolução tarifária anual, bem como sua adequação às políticas públicas setoriais.

Em 2010, a Aneel homologou 62 (sessenta e dois) processos de reajustes tarifários anuais e 1 (um) processo de revisão tarifária periódica. Conforme previsto, o DGSE alcançou a meta de avaliar os resultados desses processos tarifários.

Do universo das 63 concessionárias analisadas, identificou-se que 6 (reajustes/revisões) apresentaram resultados negativos, correspondendo a 4,35% do mercado em MWh e 57 (reajustes/revisões) positivos, que correspondem a 95,65% do mercado total em MWh das distribuidoras. A média-Brasil dos aumentos ficou em 8,56%, sendo que, desses, 5,90% correspondem ao reposicionamento tarifário (econômico) e 2,66% aos componentes financeiros. Pelos resultados observados, tais índices refletem diversos movimentos que contribuíram para a alteração no nível tarifário e podem ser justificados pelos itens destacados a seguir:

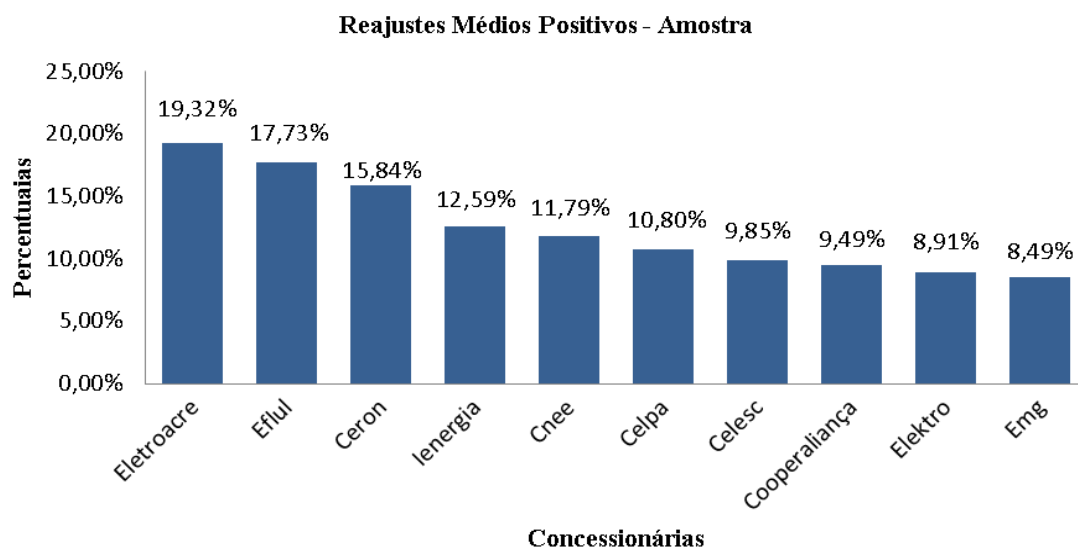
- O IGP-M (FGV), um dos principais indicadores econômicos, aplicado aos reajustes ou revisões das empresas distribuidoras, em 2010, variou de 10,27% a -0,67% (negativo). O IPCA (IBGE), por sua vez, variou de 5,63% a 4,49%. Esses percentuais são calculados pela variação dos índices nos doze meses anteriores à data do reajuste de cada concessionária de distribuição;
- É importante ressaltar que o reajuste tarifário não segue necessariamente a mesma variação da inflação. A fórmula paramétrica constante nos contratos de concessão considera uma Parcela “A”, com despesas não gerenciáveis pela distribuidora, e uma Parcela “B”, com despesas gerenciáveis. As despesas integrantes da Parcela “B” são corrigidas pela variação do IGP-M, deduzido o compartilhamento de ganhos de produtividade, o fator X, que leva em conta o IPCA. As despesas constantes da Parcela “A” são consequência da aplicação de legislações e podem sofrer variações superiores à inflação medida no período analisado;
- O Encargo Setorial conhecido por Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCCisol - que, em razão da publicação da Lei nº 12.111, de 09/12/2009, a partir de 2010, passou a reembolsar novos custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos sistemas isolados;
- O Encargo Setorial para Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.991/2000, passou a recolher um adicional instituído pela Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, destinado ao ressarcimento de estados e municípios que tiverem eventual perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS, incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados;

- O Encargo de Serviços de Sistema - ESS, embora com impacto menor em alguns reajustes tarifários, apresentou um significativo aumento em 2010, em relação a 2009, em razão da inclusão da previsão dos custos associados ao despacho de térmicas fora da ordem de mérito, por razão de segurança energética, por ordem do CMSE, bem como pela inclusão do Encargo de Energia de Reserva – EER;
- O Encargo Setorial para Reserva Global de Reversão – RGR considerado nos reajustes tarifários calculados a partir de agosto de 2010, incorpora somente o custo até dezembro do corrente ano. Isso reflete favoravelmente à redução do impacto da RGR na tarifa, e por consequência, na fatura mensal do serviço de energia elétrica do consumidor, pois o referido Encargo tinha a previsão de encerramento ao final de 2010.

Em 2010, cabe destacar que os reajustes tarifários foram calculados considerando as novas regras introduzidas pelos aditivos contratuais que visam a neutralizar a Parcela “A”, a fim de assegurar a neutralidade dos Encargos Setoriais, evitando que as variações de mercado aumentem ou diminuam a receita das concessionárias. Essa alteração contratual refletiu em potencial diminuição dos índices de alteração tarifária.

Outro fato importante a se destacar em 2010, refere-se às tarifas de energia elétrica dos consumidores finais atendidos pela Empresa Energética do Mato Grosso do Sul – ENERSUL, em cujo reajuste tarifário foi repassada a segunda parte do passivo levantado pelo recálculo da primeira Revisão Tarifária Periódica realizada em abril/2003. Isso significou uma devolução de R\$ 77,95 milhões, concluindo o repasse do total de R\$ 150 milhões aos consumidores.

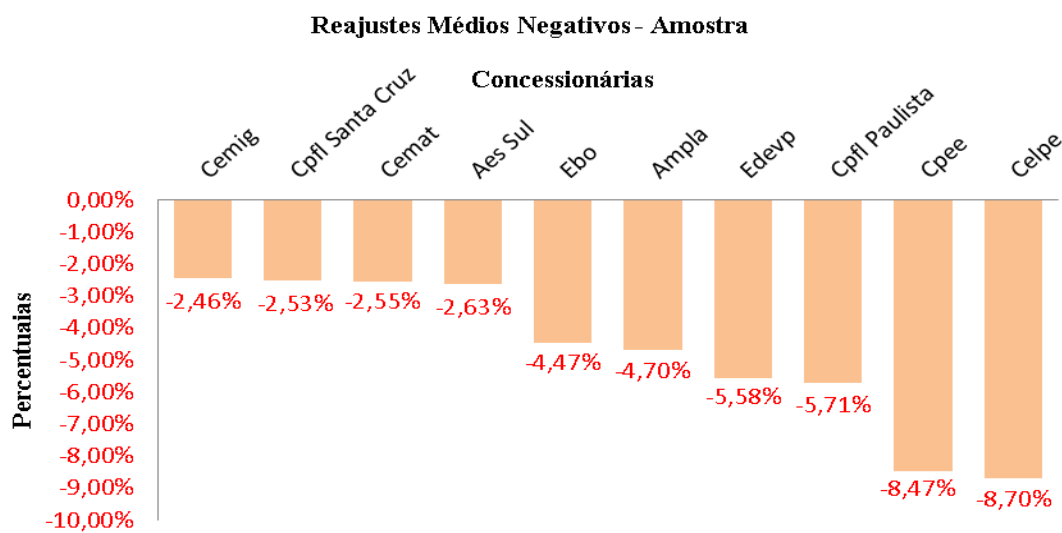
Em termos globais, considerando as 63 distribuidoras analisadas, 70,74% das unidades consumidoras obtiveram reajustes médios positivos e 29,26% das unidades consumidoras foram beneficiadas com reajustes médios negativos. Na figura 9 é apresentada uma amostra dos reajustes médios positivos, enquanto que na figura 10 é apresentada uma amostra dos reajustes médios negativos.



Fonte: Aneel

Percentuais dos Reajustes Anuais e/ou Revisões Periódicas – representam valores médios percebidos pelos consumidores.

Figura 15: Reajustes Médios Positivos - Amostra (Tarifa de Energia Elétrica)



Fonte: Aneel

Percentuais dos Reajustes Anuais e/ou Revisões Periódicas – representam valores médios percebidos pelos consumidores.

Figura 16: Reajustes Médios Negativos – Amostra (Tarifa de Energia Elétrica)

Em 2010, a gestão da política tarifária foi marcada pela interface com diversas áreas do MME, Aneel e de outros Ministérios, de forma que vários estudos foram realizados, com simulações de impactos tarifários, objetivando a formulação da política ou o seu aperfeiçoamento. Nesse contexto, destacam-se as seguintes atividades:

- Concessão de subsídios tarifários às classes rurais;
- Atuação e acompanhamento dos efeitos da aprovação da Lei nº 12.212/2010, que modificou os critérios de classificação das unidades consumidoras de energia elétrica na Subclasse Residencial Baixa Renda, bem como atuação conjunta ao Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na sua regulamentação;
- Simulação de cenários de impactos tarifários decorrentes do cumprimento e ampliação das metas do Programa Luz Para Todos – PLpT;
- Acompanhamento dos recursos e desembolsos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Análise de Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição que pudessem acarretar em aumento tarifário visando orientar a Assessoria Parlamentar sobre como proceder junto ao Congresso Nacional;
- Estudo do impacto tarifário decorrente da redução nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição – TUST/TUSD –, concedida às Usinas Eólicas que venderam energia em leilões e no âmbito do PROINFA.

Gestão da Comercialização de Energia

A gestão da comercialização contempla as seguintes atuações: i) recebimento, consolidação e providências acerca das “Declarações de Necessidades de Compra de Energia nos Leilões”; ii) acompanhamento e atualizações dos Contratos de Suprimento de Energia Elétrica – BRASIL; iii) acompanhamento dos processos de contratação e de comercialização de energia elétrica nos leilões; e iv) acompanhamento e desenvolvimento de estudos sobre práticas e processos de comercialização, no que diz respeito às condições gerais de fornecimento de energia elétrica a serem observadas tanto por concessionárias e permissionárias, quanto por consumidores, notadamente as disposições da Resolução da Aneel nº 456, de 29 de novembro de 2000, dentre outras, que ao passar por revisão deu origem à Resolução da Aneel nº 414, de 9 de setembro de 2010. Também está sendo implantado novo sistema de Declaração Digital – Leilões de Energia Elétrica, dentro de ambiente tecnológico modernizado de informações.

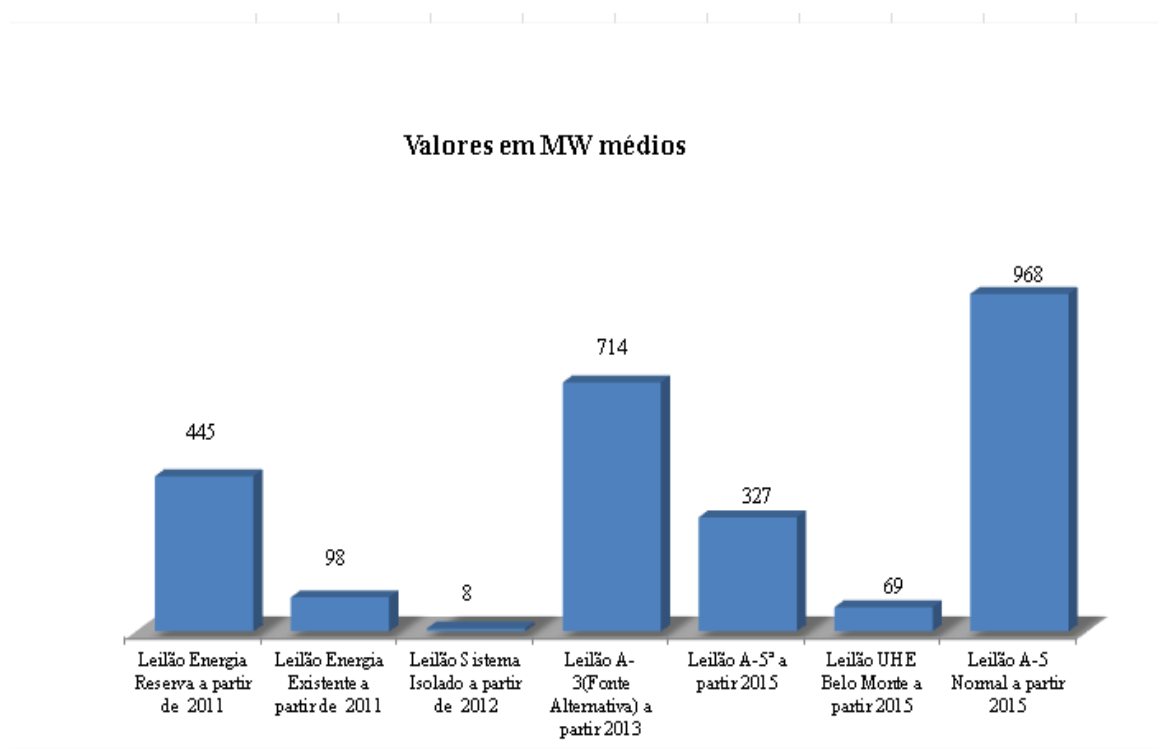
Ao longo do ano de 2010, foram realizados sete leilões de compra de energia, com destaque para o primeiro leilão de energia para sistema isolado, realizado no dia 9 de abril, específico para fonte biomassa. Os leilões são regulamentados pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e pelo

Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, modificado pelo Decreto nº 7.317, de 28 de setembro de 2010. Pela regulamentação, os agentes devem celebrar Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR – para atendimento do mercado. Os leilões são mecanismos transparentes de comercialização de energia e têm contribuído para a modicidade tarifária.

Abaixo a relação dos leilões realizados em 2010 e gráficos com os resultados dos leilões.

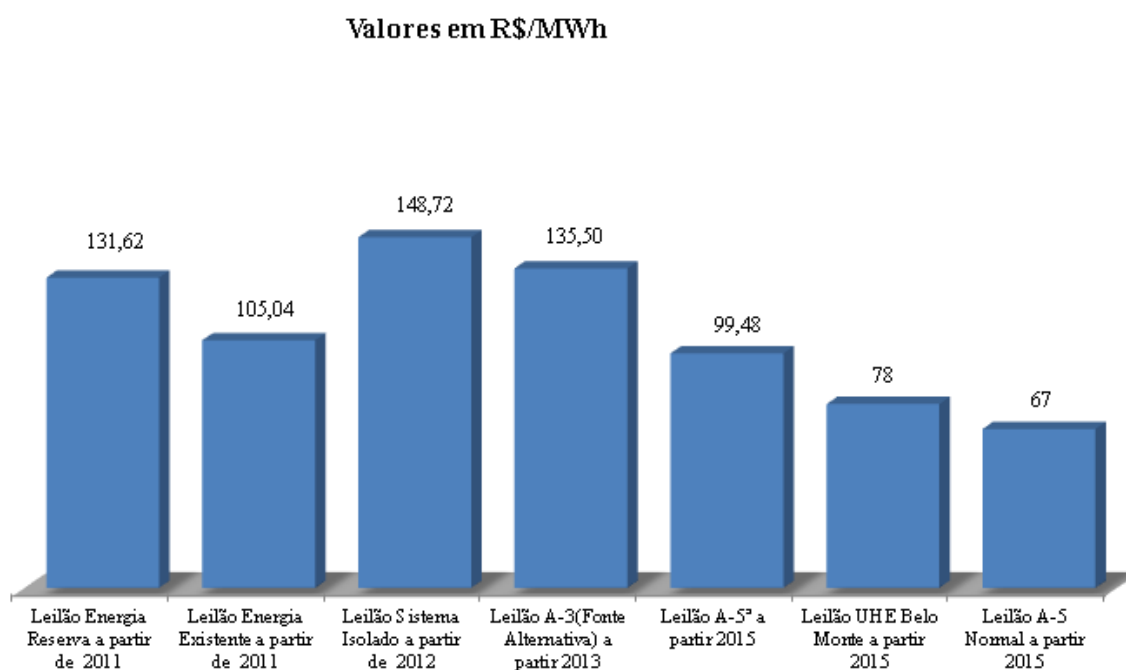
- 1º Leilão de Energia para Sistema Isolado, realizado em 09/04/10;
- Leilão UHE Belo Monte, realizado em 20/04/10;
- 10º Leilão de Energia Nova, realizado em 30/07/10 (A-5);
- 3º Leilão de Energia de Reserva, realizados em 25 e 26/08/10;
- 2º Leilão de Fonte Alternativa, realizado em 26/08/10 (A-3);
- 9º Leilão de Energia Existente, realizado em 10/12/2010 (A-1);
- 11º Leilão de Energia Nova, realizado em 17/12/2010 (A-5).

Nas figuras 11 e 12 a seguir são apresentados os resultados dos leilões de energia elétrica realizados em 2010 - Quantidade Física de Energia Elétrica e Preço Médio, respectivamente.



Fonte: SEE/DGSE/dez 2010.

Figura 17: Acréscimos anuais de quantidade física de energia elétrica, em MW médios, devido aos Leilões realizados em 2010.



Fonte: SEE/DGSE/dez 2010.

Figura 18: Preço médio da energia negociada nos leilões realizados até em 2010.

Gestão de Programas e Regulamentações

A concepção que se impõe é acompanhar a implementação das políticas, diretrizes e orientações emanadas para o setor elétrico, avaliando seus impactos na legislação vigente, o que se faz a partir de estudos, simulações de impactos e proposições, tendo como vetores a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O desenvolvimento desta competência é marcado pela participação em audiências junto à Aneel, Câmara dos Deputados e Senado Federal, articulações com agentes setoriais e áreas afins do MME.

Outro ponto que merece destaque é o acompanhamento, por meio de análises de Projetos de Leis e Propostas de Emenda à Constituição, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, objetivando subsidiar a atuação da Assessoria Parlamentar do MME na condução das matérias.

Os temas, em geral, tratam de matéria regulada pela Aneel ou de solicitação de concessão de subsídios tarifários, tais como: comercialização de energia; interrupção da prestação dos serviços públicos de fornecimento de água potável e energia elétrica; obrigatoriedade de indicação da situação de adimplência de usuários; interrupção ou restrição da prestação de serviço público por inadimplência; criação do Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica – CONACON; Criação de Índice de Redução Tarifária por Compensação Ambiental (IRTCA); instituição de subsídios nas tarifas de energia elétrica aos templos de qualquer religião.

A atuação faz-se presente, também, nas diversas demandas oriundas da Ouvidoria do MME, de Assembleias Legislativas Estaduais, das Prefeituras dos diversos municípios da federação, de vereadores e associações.

Em 2010 o DGSE elaborou 31 Notas Técnicas distribuídas da seguinte forma: 10 relacionadas a Projetos de Lei; 2 à Indicação; 1 à Proposta de Emenda à Constituição; 5 às Solicitações e 13 relacionadas a assuntos diversos.

Em 2010, também merece destaque o apoio ao Grupo de Trabalho-GT criado pela Portaria MME nº 440, de 15/04/2010, com o objetivo de analisar e identificar ações necessárias para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas para a implantação de um Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente - “*Smart Grid*”, que se refere ao fornecimento de energia usando tecnologia digital, comunicação bidirecional, visando a economia de energia, redução de custos e aumento da confiabilidade e transparência.

Os integrantes do GT realizaram diversas reuniões com representantes de diferentes setores. Houve interação com empresas, associações, representantes de Estados estrangeiros, fabricantes, universidades e órgãos governamentais.

Para aprofundar as teorias apresentadas nessas reuniões, o GT realizou uma visita técnica aos Estados Unidos da América. Nessa viagem, no Fórum Global sobre Smart Grid, observou-se como vários países estão engajados nesse novo tema. Também foram feitas visitas às Concessionárias de dois estados americanos e reuniões com representantes de órgãos reguladores e de padronização.

Com objetivo de aprofundar os estudos nos aspectos abordados, foram criados os seguintes subgrupos: de Tecnologia da Informação, de Medição e Mercado e de Estudos Econômicos. No âmbito desses subgrupos foram realizadas reuniões e apresentados os respectivos relatórios, que foram incorporados ao Relatório Final apresentado pelo Grupo.

Importante destacar que o aperfeiçoamento das redes elétricas passa necessariamente pela adoção e integração das diferentes tecnologias disponíveis. Os benefícios alcançados são relevantes para a população e para o país, justificando a necessidade de implantação de um Plano Brasileiro de Redes Inteligentes.

Dada a complexidade do tema, o Grupo de Trabalho focou seus trabalhos no Estado da Arte da tecnologia Smart Grid no Brasil e no mundo.

Pode-se destacar como um avanço em direção à implantação do conceito de redes inteligentes, o processo iniciado através da Audiência Pública nº 043/2010 instaurada pela Aneel, que trata da definição dos requisitos mínimos associados à medição eletrônica de unidades consumidoras conectadas em baixa tensão.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA - DPUE

Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos - PLpT, foi instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, com a meta de levar o acesso à energia elétrica a 2 milhões de domicílios do meio rural, até o ano de 2008.

A transformação provocada no meio rural, com a chegada da energia elétrica, vem estimulando o retorno ao campo de muitas famílias que haviam procurado oportunidades nos grandes centros urbanos o que, somado ao crescimento vegetativo, estimulou um grande número de novos pedidos

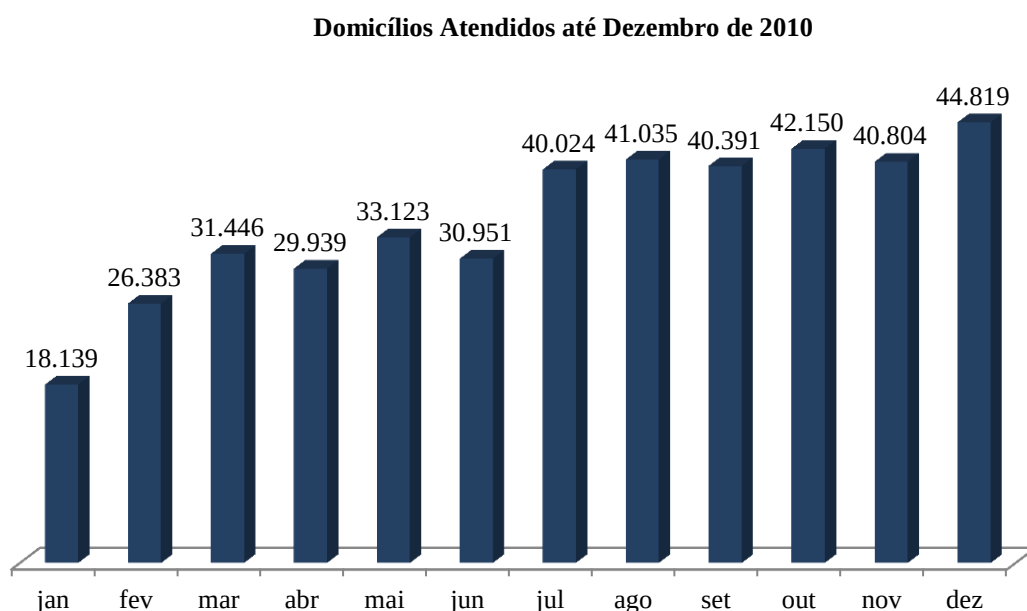
de ligações de energia elétrica, estimado em cerca de 1 milhão, dando origem ao Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008 que prorrogou o Programa até o ano de 2010.

Com isso, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel reviu as metas de atendimento estabelecidas na Resolução nº 175 que, após audiência pública, resultou na publicação da Resolução nº 365, definindo a meta de 578 mil ligações para o ano de 2010 para o Programa Luz para Todos, dos quais 419.204 foram realizadas até dezembro de 2010.

Em 5 de outubro de 2010, o Decreto nº 7.324 prorrogou o prazo de execução do Programa para dezembro de 2011, com o objetivo de garantir a finalização das ligações contratadas até 30 de outubro de 2010.

No acumulado, até dezembro de 2010, foram atendidas 2.654.536 famílias em todo o país, beneficiando mais de 13,2 milhões de brasileiros do meio rural, dentre eles 112,9 mil quilombolas, 118,5 mil indígenas e mais de 1 milhão de assentados da reforma agrária, minorias sociais que sempre estiveram à margem das políticas públicas mas que recebem atendimento prioritário pelo Programa.

A figura 13 mostra a quantidade de ligações que foram realizadas no ano de 2010.



Fonte: SEE/DPUE/Dez.2010

Figura 19: Atendimento realizado no ano de 2010 pelo PLpT

Quatro estados ultrapassaram a marca de 1 milhão de pessoas beneficiadas pelo Programa, quais sejam: a Bahia (2,161 milhões de pessoas), o Maranhão (1,406 milhão de pessoas), Minas Gerais (1,409 milhão de pessoas) e o Pará (1,494 milhão de pessoas).

Em 2010, até dezembro, o Governo Federal, por intermédio da Eletrobras, assinou contratos que somam R\$ 2,638 bilhões para a implementação do Programa. Além disso, liberou R\$ 1,977 bilhão para as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, decorrentes de contratos assinados no ano de 2010 e no exercício anterior.

Estima-se que a execução das obras em 2010 tenha promovido a inserção de 63 mil pessoas no mercado de trabalho e foram utilizados 1 milhão de postes, 154 mil transformadores e 200 mil km de cabos elétricos.

Sistemas Isolados

Como parte da política de atendimento às comunidades isoladas e de difícil acesso, em especial às localizadas na Região Amazônica, o MME publicou em 2009, por meio da Portaria nº 60, o Manual de Projetos Especiais, que estabelece os critérios técnicos e financeiros para a implantação de projetos de geração de energia elétrica com o uso de fontes renováveis, no âmbito do Programa Luz para Todos. Dentre as opções tecnológicas, serão considerados os sistemas de geração descentralizada a partir das mini e microcentrais hidrelétricas; sistemas hidrocínéticos; usinas térmicas a biocombustíveis ou gás natural; usina solar fotovoltaica; aerogeradores e sistemas híbridos.

Assim sendo, até dezembro de 2010 foram analisados e aprovados pelo DPUE, 70 anteprojetos de Projetos Especiais, encaminhados por 8 agentes executores, dos quais, 16 já estão em fase de construção, 12 estão em fase de assinatura de contrato com a Eletrobras e 42 estão em análise técnica e orçamentária na Eletrobras. Esses 70 Projetos Especiais, quando concluídos, atenderão a 4.349 unidades consumidoras e levarão o conforto da energia elétrica a 21.745 pessoas da região Norte.

No ano de 2010, o DPUE já prestou apoio técnico na elaboração dos Projetos Especiais de 57 miniusinas solares com minirredes.

Em 2010, o convênio firmado com a Fundação Sousem e a Universidade Federal do Maranhão foi prorrogado até dezembro de 2010, motivado pela demora na concessão do licenciamento ambiental, por parte do IBAMA/ICMBio, para a implantação da fábrica de gelo prevista no projeto. Este convênio prevê a aquisição, a instalação e o monitoramento de um sistema híbrido de geração de energia elétrica com fonte renovável, do tipo solar-eólico-diesel/biodiesel, na Ilha de Lençóis,

município de Cururupu, estado do Maranhão. Ele possui como ação complementar a instalação de fábrica de gelo, com o objetivo de gerar renda para a comunidade.

O processo de descentralização de recursos orçamentários e financeiros em favor do Comando Militar da Amazônia - CMA, que prevê a implementação de projeto de revitalização e ampliação da Central Geradora Hidrelétrica instalada em Pari-Cachoeira (AM), sob jurisdição do CMA, foi prorrogado mais uma vez, até dezembro de 2010, tendo em vista que a grande seca que ocorreu no Estado do Amazonas, no ano de 2009 e que também está ocorrendo em 2010, não permitiu a conclusão da obra, o comissionamento e os testes finais para a operação comercial daquela hidrelétrica.

Ainda no ano de 2009, foi publicada no DOU a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados. Em 2010, sobre o mesmo tema, foram publicados o Decreto nº 7.246, de 28 de julho, e a Portaria MME nº 600, de 30 de junho.

Ações Integradas

Visando otimizar as oportunidades geradas pelo acesso à energia elétrica, o Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos estabelece como um de seus objetivos integrar-se “aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos estados para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e a inclusão social da população beneficiada.”

Para atingir esse objetivo a Secretaria de Energia Elétrica desenvolve grande esforço de negociação de parcerias para celebrar diversos instrumentos de transferência voluntária que são, por sua vez, monitorados ao longo de sua implementação pela equipe do DPUE.

Em 2010 foi promovida uma descentralização de crédito para a Fundação Nacional do Índio – FUNAI no valor inicial de R\$ 668.933,17 (seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e trinta e três reais e dezessete centavos) que deveria resultar na construção de 11 Centros Comunitários de Produção – CCP's, beneficiando 642 famílias indígenas. No entanto, devido a exiguidade de tempo a FUNAI conseguiu viabilizar, apenas, a execução de 9 centros comunitários, no valor de R\$ 329.623,00 (trezentos e vinte nove mil, seiscentos e vinte e três reais), que beneficiarão 509 famílias indígenas atendidas pelo Programa Luz para Todos.

A tabela V mostra a descentralização de crédito pela SEE para a implementação de 11 CCP's, em 2010.

Tabela LXXV: Descentralização de crédito em 2010 para a implementação de CCPs

DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO EM 2010			
	Objeto	Localidade	Famílias beneficiadas
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Implementação de 09 projetos de geração de emprego e renda em áreas indígenas atendidas pelo programa Luz para Todos.	FUNAI	509
TOTAL (FAMÍLIAS BENEFICIADAS)			509

Fonte: SEE/DPUE/ Dez.2010

Territórios da Cidadania

O combate às desigualdades no meio rural se faz com integração de políticas públicas do Governo Federal. Estas ações são desenvolvidas por meio do Programa Territórios da Cidadania, em parceria com estados, municípios e a sociedade civil. O Programa Luz para Todos também participa, com ações de desenvolvimento regional correspondente ao eixo de infraestrutura, visando garantir o acesso à energia elétrica para a população rural dos municípios brasileiros que pertencem aos 120 Territórios da Cidadania, reduzindo ainda mais a desigualdade social do País.

Em 2010 foram atendidas pelo Programa Luz para Todos 102.748 famílias nos 120 territórios, com investimento de R\$ 654,5 milhões.

Programa de Desenvolvimento de Estados e Municípios – Prodeem

Instituído por Decreto de 27 de dezembro de 1994, o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem) integra os Programas Finalísticos do Governo - Plano Plurianual 2008-2011 - Programa 0273 – Luz Para Todos – Projeto 1379: Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional.

O Prodeem tem por objetivo governamental implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional, e por objetivo setorial, garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica com qualidade, confiabilidade e modicidade tarifária.

A implementação desta política pública ocorreu entre os anos de 1996 a 2002. Como resultado, o Programa instalou o equivalente a 5 MW de energia, em aproximadamente 7.000 comunidades, atendendo aproximadamente 400 mil pessoas, com ações nas mais longínquas comunidades isoladas em um país com regiões territoriais heterogêneas.

O Programa teve caráter pioneiro, tanto no sentido da universalização do atendimento quanto na utilização de fonte renovável em estágio de desenvolvimento tecnológico incipiente. O foco foi o desenvolvimento econômico e social das regiões mais carentes do país, com a difusão de novas tecnologias de geração de energia elétrica descentralizada.

A partir do acervo técnico-documental do Prodeem, a SEE identificou que ao ser lançado o PRC, em 2004, o MME acolheu as recomendações e determinações do TCU, adotou-as como roteiro de trabalho para a reformulação que se pretendia no Programa. A concepção era no sentido da integração do Prodeem ao Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia, com a subsequente integração dos ativos à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, atribuição das concessionárias e permissionárias regularmente estabelecidas.

O movimento ministerial no cumprimento deste objetivo – reestruturação, sustentabilidade e integração do Prodeem ao Programa Luz para Todos – consistiu no lançamento do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem – PRC/Prodeem, que vem sendo executado desde 2005, tendo por principais atividades o levantamento, o diagnóstico e a recuperação dos sistemas existentes.

A implementação do PRC/Prodeem é coordenada pela SEE/MME, com a participação executiva das empresas federais, assim estruturadas por área da abrangência: (i) Eletronorte: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins; (ii) Chesf: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe; (iii) Furnas: Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; e (iv) Eletrosul: Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na definição do escopo dos serviços para cada empresa foi utilizada a base de dados conhecida à época, final do ano de 2003, e, portanto, baseada e fundamentada em um mapeamento precário, sem fidelidade quanto ao número de equipamentos e de localização. Sendo assim, os números de sistemas que deveriam ser revitalizados foram estimados, a partir das informações disponíveis naquele momento. Somente com o levantamento de campo foram sendo efetivados ajustes nos quantitativos de sistemas conveniados.

Assim, foram conveniados 5.712 sistemas fotovoltaicos, sendo 2.043 com a Eletronorte, 2.578 com a Chesf, 771 com Furnas e 320 com a Eletrosul. Contudo, vale registrar que o processo é dinâmico, e somente ao final do PRC é que se terá um quadro fiel do inventário desses equipamentos.

Somente a partir do ano de 2006 é que se observa evolução nos trabalhos do PRC/Prodeem. A atuação das empresas conveniadas, com a delimitação das áreas de abrangência, apesar das dificuldades inerentes, revelou-se no ponto de sucesso da nova fase inaugurada para o Prodeem.

A tabela VI apresenta um resumo das principais ações e da evolução do PRC/Prodeem, por empresa, até o mês de dezembro de 2010:

Tabela LXXVI: Principais ações e evolução do PRC-Prodeem

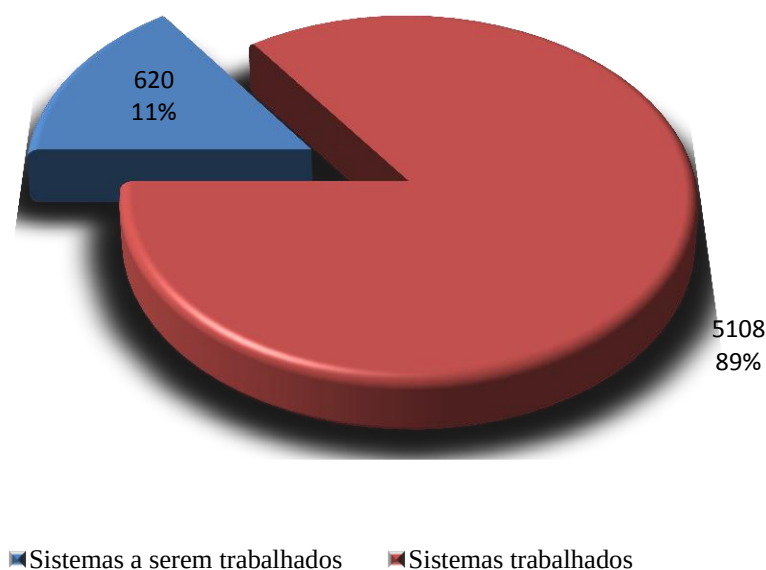
Discriminação	Chesf	Furnas	Eletronorte	Eletrosul	Total
Conveniados	2.578	771	2.043	320	5.712
Encontrados a mais	0	0	0	16	16
Total	2.578	771	2.043	336	5.728
Em operação	575	188	805	38	1606
Recolhidos	650	449	278	214	1591
Furtados	1.216	121	324	84	1745
Não encontrados	137	0	29	0	166
Pendentes	0	13	607	0	620
Total	2.578	771	2.043	336	5.728

Fonte: SEE/DPUE/Prodeem dezembro/2010

Durante a execução do PRC/Prodeem na região geolétrica da Eletrosul, foram localizados 16 (dezesesseis sistemas), que somados aos 5.712 (cinco mil setecentos e doze) conveniados perfazem um total de 5.728 (cinco mil setecentos e vinte e oito) sistemas.

Nas regiões sob a execução da Chesf e da Eletrosul, houve a conclusão dos trabalhos de campo, os quais são: localização, identificação, revitalização ou remoção dos sistemas. Considerando que a tarefa de Furnas praticamente concluiu a revitalização dos sistemas conveniados (faltam 13 sistemas), o desafio é para o encerramento do Plano na área da Eletronorte, que tem uma pendência de 607 sistemas, dos quais somente 200 estão contratados.

**Situação Atual do PRC do Prodeem
dezembro/2010**



Fonte: SEE/DPUE/Prodeem dezembro/2010

Figura 20: Situação Atual do PRC-Prodeem (Sistemas)

Não obstante o tempo despendido para a execução do PRC, os trabalhos tiveram uma melhor evolução no ano de 2010. O encerramento dos Convênios requer o recolhimento de sistemas que se tornaram desnecessários devido à chegada de rede convencional. Nesse contexto, os desafios que se impõem à SEE e dependem do envolvimento institucional do MME estão relacionados (i) à conclusão do Plano de Revitalização e Capacitação (ii) à publicação da portaria que constitui a comissão de desfazimento dos bens removidos e armazenados nos almoxarifados das empresas subsidiárias da Eletrobrás.

Assim, com foco no objetivo específico firmado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, no sentido de se “*Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d’água...*”, a Secretaria de Energia Elétrica atuou no sentido de promover a integração do Prodeem ao Programa Luz Para Todos.

b.II) Análise do Plano de Ações

Durante o ano de 2010, os seguintes planos de ação foram desenvolvidos pelos Departamentos da SEE, com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da Secretaria de Energia Elétrica e do Ministério de Minas e Energia.

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA ELÉTRICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Monitorar o Sistema Elétrico Brasileiro, com foco na segurança eletro-energética, garantindo a confiabilidade, segurança, continuidade e qualidade da energia fornecida aos consumidores finais.

PLANO DE AÇÃO: 001 – Aperfeiçoamento do processo de monitoramento dos empreendimentos de geração

COMENTÁRIOS: Em 2010, foram encaminhadas na Coordenação-Geral de Monitoramento da Expansão da Geração, ações para o cumprimento dos Planos de Ação, tais como: sistematização dos procedimentos concernentes às inspeções técnicas e análise e aperfeiçoamento das reuniões mensais de avaliação dos empreendimentos de geração.

A sistematização dos procedimentos concernentes às inspeções técnicas foi realizada por meio de um Procedimento Documentado elaborado pela Nota Técnica DMSE/SEE nº 54/2010. Esta sistematização visa maior detalhamento e controle quanto às inspeções técnicas aos empreendimentos de geração. As inspeções técnicas são de fundamental importância para a constatação da real situação dos empreendimentos, tendo em vista que, as decisões tomadas na Reunião Mensal de Monitoramento da Expansão da Geração do DMSE com relação à data de tendência de entrada em operação dos empreendimentos subsidiam a elaboração do Programa Mensal de Operação (PMO), coordenado pelo ONS.

Com relação à análise e aperfeiçoamento das reuniões de avaliação dos empreendimentos de geração, foi elaborada Pesquisa de Satisfação de Parceiros como forma da busca contínua da melhoria dos processos da SEE. A pesquisa aborda questões como a qualidade das informações na reunião de monitoramento, duração da reunião, tomada de decisão pertinente ao processo e condução da reunião, dentre outros. Ressalta-se que por decisão da SEE, essa pesquisa será aplicada em 2011 aos parceiros do processo: demais Secretarias do MME, Aneel, EPE, CCEE, ONS, Eletrobras.

PLANO DE AÇÃO: 002 – Aperfeiçoamento do processo de monitoramento dos empreendimentos de transmissão

COMENTÁRIOS: Foi adotada, para cumprimento dessa meta, a sistemática de se realizar reuniões regulares com empreendedores visando a identificação de entraves que possam causar atrasos na entrada em operação dos empreendimentos de transmissão e, conseqüentemente, medidas a serem tomadas com o objetivo de mitigar os atrasos.

Nesse sentido, foram realizadas diversas reuniões do GEPAC Madeira e do GEPAC Tucuruí-Macapá-Manaus (grupos de trabalho específicos constituídos com o objetivo de equacionar problemas provenientes do processo de licenciamento ambiental), além de outras com os demais empreendedores.

Está em fase de elaboração uma Nota Técnica, com previsão de conclusão até junho de 2011, que tratará da Sistematização dos procedimentos concernentes às inspeções técnicas nos empreendimentos de transmissão.

PLANO DE AÇÃO: 003 – Aperfeiçoamento do processo de monitoramento do desempenho do Sistema Elétrico

COMENTÁRIOS: Foram elaborados os Procedimentos Documentados para as atividades relativas à elaboração dos boletins diário e mensal de monitoramento do sistema. Trata-se do “Procedimento para Elaboração do Boletim Diário de Monitoramento do Sistema Elétrico”, elaborado em agosto de 2010, e do “Procedimento para Elaboração do Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico”, elaborado em outubro de 2010, os quais funcionam como manuais para a elaboração dos referidos boletins.

Os referidos procedimentos foram realizados descrevendo passo a passo a forma de elaboração dos referidos boletins, e têm por objetivo definir sistemática e padronizar os seus processos de elaboração.

PLANO DE AÇÃO: 004 – Fortalecimento do quadro funcional do DMSE.

COMENTÁRIOS: Em 2010, o quadro de apoio do DMSE foi reforçado com o ingresso de mais 5 (cinco) analistas de infraestrutura, aprovados pelo Edital nº 7 – MP, de 29 de junho de 2010 – “Concurso Público para Ingresso na carreira de Analista de Infraestrutura”. Ao final de dezembro de 2010 o DMSE contou, assim, com 15 (quinze) analistas de infraestrutura no seu quadro de apoio técnico.

Foi realizado treinamento específico durante o ano para os novos analistas, assim como para os ingressos no ano anterior, como os cursos de “Subestações de média e alta tensão”, “Explosão e incêndio em transformador”, “Introdução aos Sistemas Elétricos – Tópico VI”, “Noções básicas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica”, e seminários técnicos como o “I seminário de segurança de infraestruturas críticas (GSI-PR)”, e treinamento em inspeção de usinas hidrelétricas, com a visita técnica às obras da UHE Batalha, no mês de dezembro.

PLANO DE AÇÃO: 005 – Aprimorar sistema de gestão de informação

COMENTÁRIOS: Como forma de aprimorar a gestão da informação na SEE e para o aperfeiçoamento do acompanhamento das reuniões mensais de geração, está em fase de desenvolvimento e implantação sistema informatizado denominado Sistema Transacional da Geração (STGE). Esse sistema tem como finalidade criar um banco de dados com informações das reuniões mensais de monitoramento da expansão da geração, que hoje são armazenados em planilhas de Excel. Este sistema informatizado trará maior segurança na edição e armazenamento de informações dos empreendimentos, além do acesso de forma ágil, pois, está baseado em plataforma web. Conforme descrito no item d.III – Indicadores Institucionais, ao final de 2010, o STGE constava com 95% de implementação, pois, devido a solicitações da CGEG/DMSE/SEE de melhorias na interface do sistema STGE, atualmente em execução pela equipe de informática do MME, a previsão de finalização das melhorias é março/2011 e entrada em teste do sistema em abril/2011.

Está em fase de desenvolvimento também, o STTE (Sistema Transacional da Transmissão). Esse sistema, analogamente ao STGE, terá como finalidade criar um banco de dados com informações das reuniões mensais de monitoramento da expansão da transmissão, que atualmente são armazenados em planilhas Excel. Este sistema informatizado trará maior segurança na edição e armazenamento de informações dos empreendimentos, além do acesso de forma ágil, pois, está baseado em plataforma web. O STTE consta atualmente com 40% de implementação e a previsão para implementação do sistema é outubro/2011.

O DMSE desenvolveu em 2010, com o apoio da área de informática, uma nova sistemática de gestão de arquivo da área. Essa nova sistemática deverá ser implementada durante o ano de 2011.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SETOR ELÉTRICO - DGSE

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer a continuidade dos benefícios da modicidade tarifária aos consumidores finais.

PLANO DE AÇÃO: 001 – Fortalecimento do quadro funcional do DGSE.

COMENTÁRIOS: Conforme disposto no Plano de Ações do DGSE, essa ação estava dividida em duas atividades. A primeira, avaliar o dimensionamento do corpo funcional do DGSE, tinha como meta obter o diagnóstico da carga de trabalho para 100% dos membros da equipe DGSE e seu indicador mensurava o percentual da equipe avaliada. No escopo dessa atividade, em 24/02/2010 foi emitida a Nota Técnica/DGSE/SEE nº 007/2010, que trata do dimensionamento do corpo funcional do DGSE e apresenta os resultados da avaliação de 100% da equipe. Dessa forma, o indicador dessa atividade atingiu o valor de 100%. Cabe destacar que ao longo do ano houve incorporação e desligamento de membros da equipe do DGSE. Por isso, manteve-se programado para 2011 a realização da atividade de dimensionamento do corpo funcional do DGSE.

A segunda atividade, elaborar e executar o plano de capacitação possuía a meta de treinar a equipe do DGSE em 960 horas no ano de 2010 e seu indicador visava a elucidar o número de horas/homem de treinamento do Departamento por ano. Para essa atividade, em 23/04/2010 foi concluída a elaboração do Levantamento da Necessidade de Treinamento. Ainda no primeiro semestre foram verificados os treinamentos existentes no mercado. Iniciou-se a elaboração do Plano de Capacitação, mas até o final do ano não houve plena consolidação.

Apesar de não ter sido efetivamente alcançado o Plano de Capacitação, ao longo de 2010 a equipe do DGSE realizou diversos treinamentos, totalizando 860 horas. Destaca-se nestes, o curso de inglês ministrado no Ministério duas vezes por semana, do qual fizeram parte 4 membros da equipe em 2010.

Considerando uma equipe composta de 11 membros o indicador dessa atividade atingiu o valor 78,18 horas/homem.

PLANO DE AÇÃO: 002 – Modernização dos processos finalísticos e de gestão do Departamento.

COMENTÁRIOS: Esta ação estava dividida em 3 atividades. A primeira, planejar e executar as reuniões setoriais, tinha como meta realizar 100% das reuniões setoriais planejadas e seu indicador era o percentual de realização das reuniões setoriais planejadas. Para esta atividade, no início do ano planejou-se a execução de 24 reuniões setoriais. Dadas as mudanças na equipe do DGSE, houve necessidade de reprogramação dessa atividade. Passou-se ao planejado de 12 reuniões até

dezembro. Foram realizadas 6 reuniões setoriais, resultando em um indicador de 50%. Essa atividade também está programada para 2011.

Para a segunda atividade, mapear os processos do departamento, ficou definida a meta de obter 100% dos processos do DGSE mapeados e o indicador “Percentual dos processos do DGSE mapeados”. Com vistas ao atingimento da meta, no início de 2010 foram levantadas as competências regimentais e os processos do DGSE, visando à elaboração do mapeamento. O desligamento de membros da equipe do DGSE prejudicou a elaboração do diagrama cadeia cliente-fornecedor, das propostas de simplificação e da implantação do novo fluxo de processos. Dessa forma, não houve mapeamento efetivo de nenhum processo, resultando em um indicador de 0%. Reprogramou-se o desenvolvimento dessa atividade para 2011.

A terceira atividade, desenvolver a gestão do conhecimento, não tinha meta nem indicador traçados. Em seu escopo, os servidores do DGSE foram orientados a utilizar o diretório “i:” (na rede interna do MME) para disseminar informações para toda a equipe, com vistas a se criar o hábito de salvar os arquivos relevantes em uma unidade acessível a todos.

PLANO DE AÇÃO: 003 – Desenvolvimento e implementação de políticas e procedimentos visando a adequada formação da tarifa de energia elétrica para promover o fortalecimento dos benefícios da modicidade tarifária.

COMENTÁRIOS: Esta ação estava dividida em 3 atividades. Para a primeira, acompanhar as alterações metodológicas a serem promovidas pela Aneel na estrutura das Tarifas de Energia Elétrica, estava traçada a meta de divulgar no âmbito do DGSE 100% das informações relacionadas à alteração metodológica a ser promovida pela Aneel na estrutura das Tarifas de Energia Elétrica e o indicador “Percentual das informações divulgadas”.

No contexto dessa atividade, em 2010, a Aneel realizou 2 consultas públicas (intercâmbio documental), com a disponibilização, no site da Agência, de 3 documentos - Notas Técnicas nº 219/2009-SRE-SRD/ANEEL; nº 39/2010-SRD/ANEEL; e nº 41/2010-SRD/ANEEL -, a fim de obter subsídios e informações adicionais sobre a segunda e terceira parte da proposta de alteração da metodologia de definição da estrutura tarifária aplicada ao setor de distribuição de energia elétrica no Brasil. Houve divulgação interna no DGSE através de e-mail sobre os estudos apresentados pela Agência. Foi iniciado debate interno sobre os temas abordados nas notas técnicas. Assim, o indicador atingiu 100%.

A segunda atividade, viabilizar Projeto de Lei da Tarifa Social Pré-Paga, que tinha como meta a participação do DGSE em 10 reuniões externas sobre o Projeto de Lei Tarifa Social Pré-Paga e como indicador o número de participações do DGSE em reuniões externas sobre o tema, foi postergada para 2011. Chegou-se ao entendimento de que não era oportuna a viabilização do projeto em 2010, em função da transição de beneficiários da nova Tarifa Social e seus impactos na CDE.

A terceira atividade, desenvolver análises relacionadas com o fim da arrecadação do Encargo RGR, não possuía meta ou indicador específico. Para essa atividade o DGSE realizou diversas análises sobre o peso da RGR nas tarifas de energia e sua contribuição na execução de atividades do setor elétrico. Houve preocupação nas consequências que tal extinção acarretaria. Para isso, buscou-se contribuir internamente no MME em sinalizar os possíveis impactos. Ao longo do ano o Departamento acompanhou as discussões sobre o tema. Ao final do mês de dezembro o referido encargo foi postergado até 2035.

PLANO DE AÇÃO: 004 – Desenvolver políticas e mecanismos visando incentivar a implantação das Redes Inteligentes de Energia – *Smart Grid*.

COMENTÁRIOS: Esta ação estava dividida em 7 atividades:

- A) Solicitar o conhecimento das atividades desenvolvidas pela Aptel e Abradee sobre o tema;
- B) Participar na elaboração da minuta de portaria do MME sobre o Smart Grid;
- C) Desenvolver metodologia de acompanhamento das ações de entidades (Aneel, Aptel, Abradee, Cemig e outros) envolvidas com o tema e elaboração de Nota Técnica;
- D) Estudar a viabilidade de parceria com a Cemig sobre o tema;
- E) Agendar reuniões com Ministérios que se relacionam ao Tema (MC, MCT, MF, MDIC);
- F) Estudar viabilidade de parceria com a Aneel, Eletrobrás, Cepel e MDIC/Inmetro sobre o tema;
- G) Participar na elaboração do instrumento legal que fomentará o Smart Grid.

Para toda a ação foi definida uma única meta, participação do DGSE em 10 seminários, reuniões externas ou visitas a projetos pilotos relacionados ao tema Smart Grid e um único indicador, número de participações do DSGE em seminários, reuniões externas ou visitas a projetos pilotos relacionados ao tema Smart Grid.

Para essa ação o DGSE contribuiu para elaboração da Portaria do MME nº 440, de 15/04/2010, que criou um Grupo de Trabalho-GT com o objetivo de identificar ações necessárias para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas para a implementação de Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente – “Smart Grid”. No âmbito do GT, que contou com o apoio operacional do DGSE nas 18 reuniões realizadas ao longo 2010, foram desenvolvidas todas as atividades previstas para essa ação. Com o fim das atividades do grupo, o DGSE atuou na elaboração do relatório conclusivo dos trabalhos.

Uma vez que a Aneel, a Eletrobras e o Cepel integravam o Grupo de Trabalho, participando de reuniões semanais no MME, e que dentro das atividades desenvolvidas pelo GT houve interação com a Cemig, Aptel, Abradee e outros, entendeu-se que não seria necessário desenvolver metodologia de acompanhamento das ações destas entidades ou viabilizar parceria com elas. Por esse motivo não foi emitida a Nota Técnica inicialmente prevista na atividade 3.

Para o ano de 2011 está prevista a atuação do DGSE no sentido de criar uma segunda etapa de trabalhos para o GT sobre o Smart Grid. Espera-se que nessa etapa outros Ministérios, como o MCT e o MDIC, integrem o Grupo de Trabalho, participando da rotina de reuniões.

Membros da equipe do DGSE participaram das 18 reuniões do GT e de mais de 10 seminários nacionais e internacionais, visitas técnicas e reuniões externas sobre Smart Grid, resultando em um indicador de 100%.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA - DPUE

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Assegurar a Universalização da Energia Elétrica, em consonância com as Políticas Sociais do Governo Federal.

Missão do Departamento: Atuar no processo da implementação do acesso à energia elétrica a todos os cidadãos brasileiros que vivem no meio rural. O Departamento tem como principal atribuição coordenar o Programa Luz para Todos.

Meta do Programa Luz para Todos para 2010: Atendimento às 578.000 ligações no meio rural, meta estabelecida pela Resolução 365/2009-Aneel. Foram executadas 419.204 ligações, representando 73%.

Tabela LXXVII: Comparativo das ligações realizadas em 2010 com as previstas para o mesmo ano por região geográfica

REGIÕES GEOGRÁFICAS	LIGAÇÕES REALIZADAS 2010	PREVISÃO DE LIGAÇÕES (2010)	PERCENTUAL DE REALIZAÇÕES (%)
NORTE	102.677	174.618	59
NORDESTE	200.184	270.980	74
SUDESTE	64.951	63.212	103
SUL	22.564	27.358	82
CENTRO-OESTE	28.828	42.261	68
TOTAL	419.204	578.429	73

Fonte: SEE/DPUE/ Dez.2010

As principais dificuldades para o cumprimento da meta do Programa Luz para Todos para o ano de 2010 foram:

- A) Ausência da contrapartida financeira por parte de vários Governos Estaduais comprometendo sobremaneira o cumprimento das metas;
- B) Inadimplência da concessionária CELG. Fato que comprometeu 7.800 ligações no Estado de Goiás;
- C) Baixo desempenho das concessionárias da região Norte, em razão de problemas com licitações, falta de mão de obra local e dificuldades logísticas para a execução de obras em regiões remotas;
- D) Dificuldades de contratação de mão de obra especializada em vários Estados;
- E) Atraso na entrega de materiais por parte dos fornecedores; e
- F) Chuvas intensas nas regiões Norte e Nordeste.

As principais ações desenvolvidas que permitiram a realização de 73% da meta estabelecida foram:

- A) Prorrogação do programa, através da edição do Decreto 7.324/10 para garantir a execução das ligações já contratadas até o final de 2011. Esta ação evitou a desmobilização das empresas contratadas;
- B) Reuniões de acompanhamento da gestão, junto aos Agentes Executores, CGES, Governos Estaduais;
- C) Elaboração e aprovação de contratos representando 340 mil ligações e investimentos de R\$ 2,7 bilhões no ano de 2010;
- D) Realização de reuniões com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE com o objetivo de equacionar os atrasos no fornecimento de materiais;
- E) Aprovação de 54 projetos para atendimento às comunidades isoladas, por meio de geração de energia alternativa. Estes sistemas levarão energia para 4.052 unidades consumidoras, e permitirá o ganho de escala para a Amazônia;
- F) Foram implementadas tecnologias para aumentar o ritmo e escala de atendimento, em especial na região amazônica, como a utilização de postes de fibra de vidro, cabos subaquáticos e a utilização de geração descentralizada com uso de fontes de energia alternativa;
- G) Como apoio à gestão do Programa, foram desenvolvidas ações de comunicação, dentre elas destaca-se a produção de 6 informativos, 47 cases de beneficiários, 65 depoimentos gravados, 34 releases e 75 mobilizações comunitárias. Além disso, foi realizado o lançamento do livro “Um Marco Histórico – 10 milhões de brasileiros saíram da escuridão”, em comemoração ao alcance da meta inicial do Programa, bem como a produção de novo vídeo institucional. O resultado é a veiculação de matérias em diversos canais de comunicação, tais como jornais, rádios e Internet, cujo monitoramento é realizado por meio de coleta diária de matérias – clipping;
- H) Ainda no âmbito de prestação de informações à população, o Programa possui uma área de recepção de solicitações sobre o andamento de demandas com vistas a esclarecer ao interessado sobre a situação do seu pedido de ligação.

c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade

A SEE gerenciou os programas finalísticos do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 de Energia nas regiões “1042 - Sistemas Isolados”, “0297 - Região Norte”, “0294 - Região Nordeste”, “0296 - Regiões Sudeste e Centro Oeste” e “0295 - Região Sul”, e “0273 - Luz para Todos”. Estes programas, no geral, têm como objetivo atender às necessidades de energia elétrica das diversas regiões do País, e contemplam ações relacionadas com a expansão da geração (construção de usinas hidrelétricas e termelétricas) e transmissão (construção de linhas e subestações), e universalização do atendimento de energia elétrica no meio rural.

As ações dos programas são executadas por empresas federais, como Furnas Centrais Elétricas, Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf, Centrais Elétricas do Sul do Brasil - Eletrosul e outras, além das distribuidoras federalizadas, Centrais Elétricas de Rondônia - CERON, Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Amazonas Energia, Boa Vista Energia, Companhia Energética de Alagoas - CEAL e Cia Energética do Piauí - CEPISA. Além destas empresas, boa parte das ações é executada por entidades privadas, as quais são denominadas, no âmbito do PPA, de ações não-orçamentárias. No programa finalístico “0273 - Luz para Todos”, composto por 11 ações, existem 3 ações com destinação de recursos orçamentários da União.

A tabela LXXVII mostra que, das 276 ações que compõem os Programas de Energia nas Regiões e Luz para Todos, 149 ações, ou seja, 54% são de agentes privados, portanto sem participação no orçamento da União.

Tabela LXXVIII: Comparativo das ligações realizadas em 2010 com as previstas para o mesmo ano por região geográfica

Programa	Tipo da Ação				
	Não Orçamentário (9)	Orçamentário			Total
		Projeto (1,3,5,7)	Atividade (2,4,6,8)	Operação Especiais (0)	
1042 - Energia nos Sistemas Isolados	3	19	14	0	36
0297 - Energia na Região Norte	17	10	3	0	30
0294 - Energia na Região Nordeste	30	15	11	0	56
0296 - Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	64	20	10	0	94
0295 - Energia na Região Sul	34	12	4	0	50
0273 - Luz para Todos	1	7	2	0	10
Total	149	83	44	0	276

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

A tabela LXXVIII mostra a distribuição das ações orçamentárias por empresas e órgãos da Administração Pública.

Tabela LXXIX: Distribuição das ações orçamentárias por empresas e órgãos da Administração Pública

Empresa	Sistema Isolado	N	NE	SE-CO	S	LpT	Total Empresa
Ministério de Minas e Energia	3	14	30	64	33	3	145
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	1	-	-	-	1	1	3
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE	3	13	4	1	-	-	22
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	3	-	-	-	-	1	5
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	6	-	-	-	-	1	7
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	5	-	-	-	-	1	6
Manaus Energia S.A. - MANAUSENERGIA	16	-	-	-	-	1	17
Companhia Energética do Amazonas - CEAM	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	-	-	7	-	-	-	7
Petróleo Brasileiro - PETROBRÁS	-	-	1	4	2	-	9
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	-	-	5	-	-	1	6
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	-	-	5	-	-	1	6
Termoceaná - Ltda.	-	-	1	-	-	-	1
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	-	-	-	4	-	-	4
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	19	-	-	17
SFE - Sociedade Fluminense de Energia S.A.	-	-	-	1	-	-	1
TERMORIO S.A.	-	-	-	1	-	-	1
FAFEN Energia S.A.	-	-	1	-	-	-	1

ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	-	1	-	-	10	-	11
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	-	-	-	-	4	-	4
TERMOMACAE LTDA	-	-	-	1	-	-	1
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. - UTEJF	-	-	-	1	-	-	1
Total	37	28	54	96	50	10	275

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

Programa 1042 - Energia nos Sistemas Isolados

Tabela LXXX: Programa 1042 - Energia Sistemas Isolados

Código no PPA: 1042		Denominação: Energia nos Sistemas Isolados				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar a oferta de geração e transmissão de energia elétrica e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos sistemas isolados.						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner				Responsável: Elizeu Pereira Vicente		
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.105.287,56	671.748,01		355.623,17		355.623,17	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2009		31/12/2010	80	94
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
A ampliação do parque gerador que atende ao interior do estado do Amazonas, ação prevista para o período, foi cumprida no ano de 2010.						
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV	31/12/2009		31/12/2010	0	0,0
Fórmula de Cálculo do Índice						

Ampliação anual de linhas de transmissão de energia elétrica, com tensão igual ou superior a 230 kv.						
Análise do Resultado Alcançado						
Não foi prevista e nem realizada expansão da transmissão nos sistemas isolados em 2010.						
3	Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas nos Sistemas Isolados	31/12/2009	29,89	31/12/2010	23,67	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Produção de Energia Elétrica (MWh) - Faturamento de Energia Elétrica (MWh) / Produção de Energia Elétrica (MWh) * 100.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 08/04/2011).						
Fonte: SIGPlan/Dez/2010						

O Programa Energia nos Sistemas Isolados caracteriza-se por múltiplos e pequenos polos de geração, em sua maioria de geração termelétrica a óleo diesel, com distribuição aquém das necessidades de expansão do mercado consumidor, que invariavelmente cresce acima da média nacional.

A geração nas pequenas localidades tem elevados custos de operação e manutenção, associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de estiagem.

O perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda, de cultura e hábitos diferenciados, requer intensa fiscalização por conta das fraudes que geram elevadas perdas comerciais. O processo de universalização nessas regiões necessita de ações diferenciadas em face das suas peculiaridades geoeletricas.

A tabela XI mostra o conjunto de ações do Programa Energia nos Sistemas Isolados e suas respectivas unidades executoras.

Tabela LXXXI: Ações do Programa Energia nos Sistemas Isolados

Ações do Programa Energia nos Sistemas Isolados	
Resp.:	Ministério de Minas e Energia
90B1	Implantação da Usina Hidrelétrica Rondon II com 73,5 MW (RO)
90B2	Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau com 3.326 MW (RO)
9843	Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio com 3.168 MW (RO)
Resp.:	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS
7F43	Implantação de Rede de Ramais Termelétricos (Gasoduto) para Atendimento de Produtores Independentes de Energia Termelétrica, em Manaus (AM)
Resp.:	Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE
1H19	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - 2ª Casa de Força - de 78 MW para 104 MW
2C49	Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados

3243	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Amapá
Resp.:	Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
105D	Implantação da Subestação Taquari com 69/138 kV (AC)
4877	Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Acre
8778	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre
Resp.:	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON
1006	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da CERON (RO)
2775	Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica em Rondônia
3381	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica em Rondônia
4881	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia
6548	Manutenção do Sistema de Transmissão em Rondônia
6549	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia
Resp.:	Boa Vista Energia S.A. – BVENERGIA
101Z	Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista (RR)
10C6	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Boa Vista Energia (RR)
2789	Manutenção do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica em Boa Vista (RR)
4431	Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Boa Vista (RR)
8779	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Boa Vista (RR)
Resp.:	Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - ADESA
100A	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais (AM)
1183	Revitalização do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica (AM)
1721	Implantação de Oleodutos e Instalação de Tanques de Armazenamento de Combustíveis nas Usinas Termelétricas - (AM)
2009	Manutenção dos Sistemas de Geração de Energia Elétrica (AM)
3259	Implantação da Linha de Transmissão Iranduba-Manacapuru (77,1 km - 69 kV) e da Linha de Transmissão Manacapuru-Novos Aires (105 km - 34,5 kV) e Subestações Associadas (AM)
3261	Conversão de 16 Unidades Termelétricas Localizadas na Região de Manaus (AM), com Potencial Total de 419,5 MW, para Operação Bicomustível
3263	Revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica de Manaus (AM)
3267	Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica (AM)
3277	Implantação de Sistema de Controle de Impacto Ambiental Causado pela Geração Térmica de Energia Elétrica - (AM)
3398	Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica em Manaus (AM)
4886	Manutenção de Sistemas de Transmissão e Subtransmissão de Energia Elétrica (AM)
7104	Implantação de Sistemas de Subtransmissão de Energia Elétrica, em 138/69/34,5 kV (AM)
7110	Implantação da Usina Termelétrica Manaus, Fases 1 e 2, com 480 MW (AM)
8042	Manutenção de Redes de Distribuição de Energia Elétrica (AM)
8044	Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica em Manaus (AM)
8780	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica (AM)

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

Foram executadas 36 (trinta e seis) ações nos Sistemas Isolados, sendo 33 (trinta e três) de origem orçamentária, executadas pela Amazonas Energia S.A – Amazonas Energia, Centrais Elétricas de Rondônia - CERON, Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA, Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre. As ações inseridas nesse Programa estão relacionadas com as áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Os Sistemas Isolados passam por um processo de intensa transformação. Três importantes ações estratégicas estão sendo implantadas na Região: a primeira, com a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Macapá ao SIN; a segunda, com a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a terceira, a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região. Os estados do Acre e Rondônia já se encontram interligados ao Sistema Nacional, desde novembro de 2009, e os estados do Amazonas e Amapá tem previsão de interligação para 2012.

Na área de geração, foram realizadas pela Amazonas Energia várias ações para manutenção, revitalização e modernização do parque gerador de Manaus, dentre elas, destaca-se a revitalização de unidades geradoras na UTE Aparecida e na UTE Mauá. Essas ações foram fundamentais para manter a oferta de energia elétrica naquele importante polo industrial brasileiro. No interior do estado do Amazonas, foi ampliada a capacidade de geração térmica com a instalação de 125 novos grupos geradores, totalizando 90 MW, instalados em 98 usinas distribuídas pelo interior.

Outra ação importante, com relação ao atendimento à Manaus, é a transformação das Unidades Geradoras de Energia Elétrica para utilização do Gás Natural. Em 2010 foram concluídas, nos meses de outubro a dezembro, a conversão das unidades geradoras das UTEs da CIGÁS, Tambaqui e Jaraqui. Na UTE Manauara, as unidades 1, 3 e 5 também já foram convertidas em 2010, ficando duas em testes com gás para o início de 2011, e faltando converter outras duas unidades.

Na UTE Aparecida, foi iniciada em dez/2010 a conversão das duas unidades do Bloco 2, que deverão entrar em operação comercial até fev/2011. Em jan/2011, deverá ser iniciado o processo de conversão das duas unidades do Bloco 1, que deverão entrar em operação comercial até mar/2011. Na UTE Mauá, o processo de conversão se iniciou em novembro de 2010 e a previsão de entrada em operação da Unidade TG08 com o novo combustível está prevista para janeiro e da TG07 para fevereiro de 2011.

Na distribuição, o estado do Amazonas foi contemplado com um conjunto de obras que proporcionou uma ampliação da rede de distribuição, tanto na capital quanto no interior. No total, foram construídos cerca de 170 km de redes primárias e secundárias, além de reformas em 165 km de linhas de distribuição. Foram também substituídos 1.850 transformadores que estavam sobrecarregados. Essas ações contribuíram para a redução das interrupções de fornecimento de energia elétrica aos consumidores.

Em Roraima, com relação à ampliação da rede urbana de distribuição de Boa Vista, a Boa Vista Energia S.A. construiu, em 2010, 38,4 km de rede de distribuição, com a ligação de 6.937 novas unidades consumidoras, alcançando um nível de atendimento aos consumidores dentro dos padrões exigidos pela Aneel. A realização financeira foi de R\$ 2.906 mil, correspondendo a 78,75% da dotação aprovada, R\$ 3.690 mil. A ampliação aprovada foi de 38% para a execução física, da qual foi realizada 17,25%, para atender pequenas extensões de rede de distribuição. O desvio financeiro ocorreu em decorrência do atendimento aos prazos legais exigidos por lei e em função da aquisição de equipamentos e materiais de forma unificada pela Diretoria de Distribuição da Eletrobras, o que reduziu significativamente os custos orçados inicialmente.

No estado do Acre, foram construídos, pela Eletroacre, 57,8 km de rede de distribuição de energia elétrica, regularizando o atendimento a 678 novos consumidores. Esta ação também contempla a construção de rede de distribuição de energia elétrica para atender as obras do PAC, por meio do atendimento aos conjuntos habitacionais dos Programas Minha Morada, Minha Casa Minha Vida, PAR e Pró-Moradia. A realização financeira corresponde a 53,89% e a meta física 106%. A realização física acima da financeira ocorreu em função de compra centralizada de material para as seis distribuidoras do grupo Eletrobras, cujos preços obtidos foram muito abaixo dos praticados.

A CERON, no exercício de 2010, não conseguiu, por motivos diversos, ter uma realização físico e financeira satisfatória dos seus investimentos previstos, fechando o exercício somente com uma realização financeira de 54,81%. Os principais problemas que motivaram essa baixa realização se referem aos processos licitatórios e às necessidades de rescisões contratuais.

Dando sequência, na Ação de Modernização e Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição (Redução das Perdas Técnicas e Comerciais no estado do Amazonas), foram realizadas mais de 200 mil inspeções em unidades consumidoras do Grupo A e do Grupo B da capital e do interior do estado, o que resultou na abertura de mais de dois mil processos por irregularidades, recuperando, à empresa, o equivalente a mais de R\$ 2,8 milhões.

No estado de Roraima, a Boa Vista Energia S.A. teve índice de realização de 42,23% da dotação orçamentária aprovada para essa ação. A regularização aprovada foi de 6.500 unidades consumidoras e a realizada foi de 6.259 unidades. O desvio físico foi de apenas 3,71%, ficando dentro da margem de erros permitida nas projeções. Como resultado, houve uma redução nas perdas elétricas totais de 17,09%, em 2009, para 16,14%, em 2010, ou seja, uma variação de 0,95% a menor.

A CERON conseguiu uma redução de 2,28% no seu nível de perdas globais (técnicas e não técnicas), fechando o ano em 29,26%. Dentre as ações para alcançar tal feito destacam-se aquisições de medidores que possibilitaram a redução de 1.550 consumidores taxados e a regularização de 28.468 unidades consumidoras com irregularidades na medição.

Em 2010, foram investidos nesse programa em ações orçamentárias R\$ 355,6 milhões, valor menor em 37% em relação a 2009. A realização orçamentária em 2010 foi de 53%, um dos menores índices dos programas energia nas regiões.

Programa 0297 – Energia na Região Norte

Tabela LXXXII: Programa 0297 - Energia na Região Norte

Código no PPA: 0297		Denominação: Energia na Região Norte				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Atender as necessidades de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.						
Objetivos Específicos:.						
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner				Responsável: Renato Dalla Lana		
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica da Região Norte.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
750.927,72	310.527,72		223.517,69		223.517,69	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2009		31/12/2010	1.330	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 08/04/2011).						
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv	31/12/2009		31/12/2010	599	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual das linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 08/04/2011).						

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

A região Norte caracteriza-se como área de grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferenciado das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo.

A expansão da geração e transmissão na Região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos socioambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões.

As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

O aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

A tabela LXXXII abaixo mostra o conjunto de ações do Programa Energia na Região Norte e suas respectivas unidades executoras.

Tabela LXXXIII: Conjunto de Ações do Programa Energia na Região Norte

Ações do Programa Energia na Região Norte	
Resp.:	Ministério de Minas e Energia
90B6	Implantação de 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, com 102,20 MW - Região Norte – PROINFA- Ação concluída em Dez 2009
9836	Implantação da Interligação Norte - Centro-Oeste com a LT Jauru - Vilhena - (1.303 km - 230 kV) - (MT/RO) - 1º Trecho concluído em 23 de outubro de 2009 (Jaurú/Vilhena) - 2º trecho previsto de conclusão: julho/2012.
9833	Implantação de sistema de transmissão Jurupari-Macapá (230 kV- 339 km) (PA/RO) - Previsão de conclusão Dez/2012.
90BY	Implantação de Sistema de Transmissão Norte Sul III - Colinas - Serra da Mesa 2 (500 kV - 695 km) - (TO/GO) - Ação concluída em Maio de 2008
9B05	Implantação de sistema de transmissão Porto Velho - Araraquara (600 kV- DC - 2450 km) (RO/SP) - Previsão de conclusão 1º circuito Abr/2012, conclusão 2º circuito Fev 2013.
9788	Implantação de Sistema de Transmissão Tucuruí - Manaus (500 kV- 1472 km) (PA/AM) - Previsão de conclusão Dez/2012.
9947	Implantação de Usina Hidrelétrica Belo Monte com 5.681 MW (PA) 1ª etapa Leilão Realizado em 20/04/2010 – Consórcio vencedor: Norte Energia Celebrado o contrato de concessão em 26/08/2010 Emitida LI parcial para implantação do canteiro de Obras.
90DI	-Implantação da Usina Hidrelétrica Cachoeira Porteira com 1.400 MW - (Estudos de Viabilidade) - (PA) - Em fase estudos de viabilidade técnica e econômica
9841	Implantação de Usina Hidrelétrica Estreito com 1.087 MW (TO) Entrada em operação da 1ª unidade geradora 04/2011- Previsão de conclusão da última unidade geradora 20/09/2012
90DJ	Implantação da Usina Hidrelétrica Marabá com 2.160 MW - (Estudos de Viabilidade) - (PA) Sem Previsão
9840	Implantação de Usina Hidrelétrica São Salvador com 241 MW (TO) - Concluída em 27/Nov/2009
90AA	Implantação de Usina Hidrelétrica Serra Quebrada (1328 MW) (TO) Interferência direta em TI. ELN não possui autorização para ingresso na TI. Necessidade de emissão do TR pelo IBAMA.
9661	Implantação de Usina Hidrelétrica Tocantins com 480 MW (TO) - Excluída do PAC.
90AC	Implantação de Usina Hidrelétrica Tuparatins (619,8 MW) (TO) - Sem Previsão
90BZ	Implantação do sistema de transmissão Marabá-Itacaiunas-Colinas (500 kV, 383,6 km) (PA/RO) - Ação concluída em Maio de 2008.
Resp.:	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
1201	Adaptação da Usina Termelétrica JARAQUI para geração Bicombustível (a gás natural com potência instalada de 75 MW e a óleo combustível com potência instalada de 83 MW) - AM
1202	Adaptação da Usina Termelétrica TAMBAQUI para geração Bicombustível (a gás natural com potência instalada de 75 MW e a óleo combustível com potência instalada de 83 MW) - AM
1H18	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW
3235	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA) - 2ª Etapa - de 4.245 para 8.370 MW

1897	Ampliação do Sistema de Transmissão no Estado do Pará Associado à UHE Tucuruí
1907	Estudo de Viabilidade de Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA)
125Y	Implantação da Estação Retificadora Porto Velho (RO) - 500 kV CC - 3150 MW e da Estação Inversora Araraquara 2 (SP) - 500kV CC - 2950 MW- Previsão de conclusão em 26/04/2012
104Z	Ampliação do sistema de transmissão de energia elétrica de Roraima – Esta ação não será executada pela Eletronorte
128J	Implantação da subestação coletora Porto Velho 500/230 kVe LT's coletora C1 e C2 em 230 kV em Rondônia.
125W	Implantação do Sistema de Transmissão Porto Velho - Rio Branco (487 KM - 230 kV) - (RO/AC) SPE- Porto Velho Transmissora de energia PVTE e ELN Previsão de conclusão: 15/12/2011
4467	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte
4462	Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
2C47	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

Foram executadas 30 (trinta) ações na Região Norte, sendo 13 (treze) de origem orçamentária, realizadas pela Eletronorte. As ações desse programa estão relacionadas com as áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

No ano de 2010 estava previsto o início das obras para a ampliação da capacidade de geração da UHE Curuá-Una de 30,3 MW para 40,3 MW, mas essa execução não pôde ser iniciada porque ainda depende da aprovação do projeto básico pela Aneel. O projeto foi desenvolvido pelos técnicos da Eletronorte e encaminhado à Aneel pela CE-PR 1.00.138/09, de 10/03/2009. Aguarda-se aprovação desta agência para dar andamento ao processo licitatório.

Por outro lado, a UHE São Salvador (243,2 MW), prevista para 2010, foi antecipada para dezembro de 2009. A conclusão da UHE Estreito (1.087 MW), que estava programada para entrada em operação em 2010, foi reprogramada para abril de 2011, prazo para a conclusão da primeira unidade e, novembro de 2011, para a última unidade.

Outras grandes ações de geração desse Programa são as UHEs Marabá – 2.160 MW, São Luiz – 9.080 MW e Cachoeira Porteira -1.400 MW, que encontram-se na fase de execução dos estudos de viabilidade técnica e econômica. Já a UHE de Serra Quebrada – 1.328 MW apresenta estudos ambientais na fase de EIA/Rima, visando a obtenção da Licença Prévia.

Na transmissão, a Eletronorte está executando ações para a ampliação da capacidade de transmissão do sistema associado à UHE Tucuruí. Essas obras, quando concluídas, possibilitarão o incremento de 1.582 MVA nas Subestações associadas. Em 2010 não houve praticamente realização física. Os atrasos nas implantações dos empreendimentos foram devidos principalmente a problemas com fornecedores, além de atrasos atípicos observados nas etapas de comissionamento e de atendimento aos requisitos do ONS para energização.

Ainda nesse Programa, foram realizadas obras de reforços e melhorias em Linhas e Subestações, atividades importantes para ampliar a oferta de energia elétrica e melhorar a qualidade e

confiabilidade de atendimento. Dentre essas obras, destacam-se a instalação de transformadores nas Subestações de Vila do Conde, Guamá e Utinga, no Pará, e Pimenta Bueno, em Rondônia; a instalação de compensação reativa nas Subestações de Peritoró/MA e Marabá/PA, e conexões de linha e transformador nas Subestações de São Luis/MA e Sorriso/MT.

No ano de 2010 estava prevista a complementação da LT 230 kV Jauru – Vilhena, com a construção do segundo circuito entre as Subestações Vilhena e Samuel, de responsabilidade da Jaurú Transmissora de Energia – JTE. Entretanto, o empreendedor solicitou à Aneel revisão da Receita Anual Permitida, que foi obtida em dezembro de 2010. A obra está prevista para conclusão em julho de 2012.

Em 2010 foram incluídas no Programa Energia na Região Norte importantes ações não orçamentárias de transmissão como as interligações Tucuruí-Manaus, em 500 kV, com 1.472 km, e Jurupari- Macapá, em 230 kV, com 223 km, que possibilitarão a interligação dos estados do Amazonas e do Amapá ao Sistema Interligado Nacional. A conclusão destas ações está prevista para dezembro de 2012.

Também foi incluída nesse Programa a implantação do sistema de transmissão Porto Velho – Araraquara (600 kV - 2450 km), que possibilitará o escoamento da energia gerada nas UHE's Santo Antonio e Jirau. A conclusão do circuito 2 está prevista para abril de 2012 e o circuito 1 para fevereiro de 2013.

Foram investidos nesse programa em ações orçamentárias, em 2010, R\$ 223,5 milhões, valor menor em 18% em relação a 2009. A realização orçamentária em 2010 foi de 72,1%, um dos melhores índices dos programas energia nas regiões. A Eletronorte foi responsável por quase toda a realização orçamentária na região.

Programa 0294 - Energia na Região Nordeste

Tabela LXXXIV: Programa 0294 - Energia na Região Nordeste

Código no PPA: 0294		Denominação: Energia na Região Nordeste				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Atender as necessidades de energia elétrica da região Nordeste.						
Objetivos Específicos:.						
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner				Responsável: José Brito Trabuco		
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.385.292,79	1.317.755,10		912.379,92		912.379,92	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2009		31/12/2010	334	1.262
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 08/04/2011).						
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv	31/12/2009		31/12/2010	126	1.298
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual das linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 08/04/2011).						

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

A região Nordeste caracteriza-se como de capacidade de geração limitada aos aproveitamentos existentes na bacia do Rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional.

O consumo de energia da região concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais dos Estados, com elevada taxa de consumidores de baixa renda.

O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da matriz energética nacional. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados. Elas apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

A tabela LXXXIV abaixo mostra o conjunto de ações do Programa Energia na Região Nordeste e suas respectivas unidades executoras.

Tabela LXXXV: Conjunto de Ações do Programa Energia na Região Nordeste

Ações do Programa Energia na Região Nordeste	
Resp.:	Ministério de Minas e Energia
90AQ	Implantação da UHE Cachoeira (93 MW) - (PI/MA)
90AX	Implantação da UHE Castelhana (96 MW) - (PI/MA)
90AL	Implantação da UHE Estreito Parnaíba (86 MW) - (PI/MA)
90A5	Implantação da UHE Pedra Branca (320 MW) - (PE/BA)
909T	Implantação da UHE Riacho Seco (240 MW) - (PE/BA)
909S	Implantação da UHE Ribeiro Gonçalves (173 MW) - (PI/MA)
909Q	Implantação da UHE Uruçuí (164 MW) - (PI/MA)
90AU	Implantação da UTE Baía Formosa (32 MW) - (RN)
90AP	Implantação da UTE Camaçari Muricy I (148 MW) - (BA) - Concluída
90AO	Implantação da UTE Camaçari Muricy II (140 MW) - (BA)
90AN	Implantação da UTE Camaçari Pólo De Apoio I (148 MW) - (BA) - Concluída
90AD	Implantação da UTE Pau Ferro I (94 MW) - (PE) - Concluída
90A8	Implantação da UTE Pecém II (140 MW) - (CE)
90A1	Implantação da UTE Potiguar III (66 MW) - (RN) - Concluída
909R	Implantação da UTE Termomanaus (142,2 MW) - (PE) - Concluída
90AR	Implantação de Sistema de Transmissão Banabuiú - Mossoró (230 kV - 175 km) - (CE/RN)
90AI	Implantação de Sistema de Transmissão Jardim - Penedo (230 kV - 110 km) - (SE)
90AG	Implantação de Sistema de Transmissão Presidente Dutra - Miranda (500 kV - 200 km) - (MA)
909Y	Implantação de Sistema de Transmissão Ribeiro Gonçalves - Balsas (230 kV - 90 km) - (MA)
90AM	Implantação de Sistema de Transmissão Xingó - Angelim (500 kV - 200 km) - (SE/AL)
90BE	Implantação de 3 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, com 41,80 MW - Região Nordeste – PROINFA - Concluída
90BK	Implantação de 2 Usinas Termelétricas a Biomassa, com 20 MW - Região Nordeste – PROINFA - Concluída
9A39	Implantação de Sistema de Transmissão Ibicoara-Brumado II (230 kV - 105 km) - (BA)
9787	Implantação de Sistema de Transmissão Milagres-Coremas (230 kV - 120 km) - Concluída
9A41	Implantação de Sistema de Transmissão Paraíso - Açú (230 kV - 135 km) - (RN) - Concluída
9A40	Implantação de Sistema de Transmissão Picos -Tauá (230 kV - 180 km) - (PI/CE)
9A87	Implantação do sistema de transmissão Açailândia - Presidente Dutra (500kV - 400km) (MA)
9A81	Implantação de Sistema de Transmissão Colinas - Milagres (500 kV - 1127 km) - (TO/MA/PI/BA/CE)
9A38	Implantação do Sistema de Transmissão Funil - Itapebi (230 kV - 225 Km) - (BA)
90DA	Implantação da Usina Termelétrica Vale do Açú (340 MW) - (RN) - Concluída
Resp.:	Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE
1891	Ampliação de Sistema de Transmissão Associado à UHE Tucuruí no Estado do Maranhão

11ZW	Implantação da Subestação Miranda II (500/230 kV - 250 MVA) e do Seccionamento das Linhas de Transmissão Presidente Dutra - São Luís II - C1 e C2 - 500 kV - (MA)
11ZX	Implantação de Linha de Transmissão de Energia Elétrica entre Ribeiro Gonçalves (PI) e Balsas (MA) - (95 Km - 230 kV) e de Subestações Associadas - (PI/MA)
115W	Implantação de Linha de Transmissão, com 36 km em 230 kV, entre as subestações São Luís II e III e SE's associadas (MA)
Resp.:	Cia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF
1H05	Ampliação da Usina Termoeletrica Camaçari (BA), com Acréscimo de 200 MW, através da implantação de Ciclo Combinado
5107	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
11ZY	Implantação das Subestações SUAPE II (500/230 kV - 600 MVA), com Seccionamento da LT 500 kV Messias - Recife II e Suape III (230/69kV - 400 MVA), com Seccionamento das LT's em 230 kV UTE Termopernambuco - Pirapama II (Suape II) - C1 e C2 - (PE)
3390	Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica (BA)
4476	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste
2D63	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
2D61	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
Resp.:	Petróleo Brasileiro – PETROBRÁS
6556	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétricas
Resp.:	Cia Energética de Alagoas – CEAL
6644	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Alagoas
6675	Manutenção da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Alagoas
6749	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado de Alagoas
3375	Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica no Estado de Alagoas
10NN	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na área de Concessão da CEAL
Resp.:	Cia Energética do Piauí – CEPISA
8777	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí
3379	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Piauí
2D89	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Piauí
2D91	Manutenção da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí
10NT	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da CEPISA
Resp.:	Termoceaná - Ltda.
1158	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termoeletrica Termoceaná (CE), com 225 MW
Resp.:	FAFEN Energia S.A.
1C58	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Rômulo Almeida (Fafen) , com 151 MW - (BA)

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

Foram monitoradas a execução de 56 (cinquenta e seis) ações na região Nordeste, sendo 26 (vinte e seis) de origem orçamentária, executadas pelas empresas Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte, Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, Companhia Energética do Piauí – Eletrobras Distribuição Piauí e Companhia

Energética de Alagoas – Ceal. As ações inseridas nesse Programa estão relacionadas com as áreas de transmissão e distribuição de energia.

No exercício de 2010, estava prevista a incorporação de 334,1 MW em ações de expansão da geração e 126 km de linhas de transmissão na Região. Em função de uma série de reprogramações nos cronogramas de obras de usinas no exercício de 2009, foram acrescentados ao SIN, em 2010, mais 1.262 MW de capacidade, provenientes de geração térmica e eólica, em sua maioria. Em relação à expansão da transmissão, foram incorporados 1.298 km, sendo que, no Maranhão, a Eletronorte concluiu a Linha de Transmissão (LT) 230 kV São Luis II / São Luis III, circuito 1, com 36 km de extensão e, no Rio Grande do Norte, a CHESF, concluiu a LT Paraíso / Açú II 230 kV circuito 2. Interligando as regiões Norte e Nordeste, foi concluída a implantação do Sistema de Transmissão Colinas - São João do Piauí – Milagres (500 kV - 1127 Km) - (TO/PI), importante obra para a garantia de suprimentos às duas regiões envolvidas.

Destacam-se ainda as obras de reforços e melhorias em linhas e subestações de propriedade da CHESF, como: (i) a energização de 5 (cinco) transformadores de 230/69 kV, totalizando 450 MVA de capacidade de transformação, nas subestações de SENHOR DO BONFIM II, BOM NOME, AÇU II, CICERO DANTAS, e PENEDO; (ii) a energização dos módulos de conexão desses transformadores em 230, 138 e 69 kV, e o módulo geral em 138 kV; (iii) a interligação de barramento em 138 kV; a entrada de linha em 138 kV na SE SENHOR DO BONFIM II; (iv) a conclusão de etapas importantes de modernização nas usinas do complexo de Paulo Afonso I, II e III, Boa Esperança e Apolônio Sales; (v) a incorporação de um reator trifásico de 230 kV - 15 MVar, e de um banco de reatores trifásico em 500 kV - 50 MVar cada, nas subestações de TAUÁ e FORTALEZA II, respectivamente; (vi) a implantação de uma entrada de linha 230 kV na SE Picos, e de um reator trifásico 230 kV - 15 MVar, na SE TAUÁ; e (vii) outras obras realizadas em várias outras Subestações da Chesf de 230 e 69 kV. Esses reforços e adequações atenderam necessidades de expansão do sistema, ampliando a oferta e permitindo melhor qualidade do atendimento aos consumidores, e foram objeto de autorização em resoluções específicas da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Deve-se considerar também os investimentos realizados na área de Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste e na implantação de lotes irrigados em reassentamentos, que correspondem a R\$ 84 e R\$ 142 milhões, respectivamente.

Na área de atuação da Eletrobras Distribuição Piauí, foram energizadas as Linhas de Distribuição (LDs), em 69 kV, Eliseu Martins - Bertolândia - 74 km, Picos – Mandacaru – 67 km.

A Eletrobras Distribuição Piauí realizou obras de expansão da rede de média e baixa tensão em vários municípios, principalmente nas situações que envolvem regularização de consumidores clandestinos e eliminação de ligações irregulares. A maioria das obras foi realizada na área da grande Teresina, área que concentrava a maior parte das unidades consumidoras com esses problemas.

No ano de 2010 a Eletrobras Distribuição Piauí deu continuidade ao programa de instalação de medidores com vistas a reduzir as perdas não técnicas (comerciais). Utilizando-se de dois contratos de financiamento com a Eletrobras, foram instalados (somente em 2010) mais 94.508 medidores, sendo 68.241 em ligações novas e o restante em substituição de obsoletos e para consumidores ligados sem medidor.

Na região está em andamento a implantação de Linha de Transmissão de energia elétrica com 95 km, em 230 kV, entre as Subestações de Ribeiro Gonçalves, no estado do Piauí, e Balsas, no estado do Maranhão, com previsão de conclusão para maio de 2011. Foi executada a implantação da Subestação Miranda II (500/230 kV - 450 MVA) e do Seccionamento das Linhas de Transmissão Presidente Dutra - São Luis II - C1 e C2 - 500 kV - (MA) – também no estado do Maranhão, cujo objetivo é de contribuir para a transmissão de energia elétrica para as Regiões Norte e Nordeste do estado do Maranhão, adiando a construção de novas Linhas de Transmissão, em 230 kV, até o ano 2027.

No estado de Alagoas, foram construídas obras importantes, como: (i) a construção da LD 69 kV, de 3,3 km, entre Angelim e União dos Palmares, danificada pelas enchentes de junho de 2010; (ii) o início da construção da subestação Stella Maris e seus agregados, em Maceió; (iii) as Linhas de Distribuição de 69 kV Tabuleiro do Martins/PCA, Penedo/Arapiraca II, 2ª etapa, e Zebu/Delmiro Gouveia.

Ainda no estado de Alagoas, cabe destacar o andamento das ações com o objetivo de recuperar os consumidores clandestinos, melhorar as condições eletromecânicas das redes, com divisões de circuitos e aquisição de materiais e equipamentos de UAR (Unidade de Adição e Retirada). Foram também adquiridos os materiais necessários para a manutenção do sistema de distribuição proposto para 2010, a serem aplicados nas obras das redes danificadas pelas enchentes ocorridas em junho de 2010 na região norte do estado de Alagoas, assim como na energização das barracas que atualmente abrigam parte da população dos vários municípios alagoanos atingidos.

O investimento aprovado para o ano, para o Programa Energia na região Nordeste, foi de R\$ 1,318 bilhão, porém foi realizado R\$ 912,4 milhões, o que corresponde a 69% do total previsto inicialmente. Em relação ao ano anterior o investimento previsto para 2010 foi 18% maior, mas como resultado final realizou-se apenas 0,08% a mais do que em 2009.

Programa 0296 – Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Tabela LXXXVI: Programa 0296 - Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Código no PPA: 0296		Denominação: Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Atender as necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.						
Objetivos Específicos:.						
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner				Responsável: Elizeu Pereira Vicente		
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.171.578,22	2.580.892,25		1.664.298,65		1.664.298,65	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2009		31/12/2010	1.339	2.158
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 08/04/2011).						
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv	31/12/2009		31/12/2010	1.227	831
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual das linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 08/04/2011).						

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

As regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do SIN. Estas regiões caracterizam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial, responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto do País.

Mesmo assim, estas regiões ainda apresentam elevados índices de crescimento da demanda por energia elétrica e, por isso, necessitam de constantes melhorias e expansão no seu sistema de transmissão e no seu parque gerador regional, de forma a promover o intercâmbio de grandes blocos de energia e atender adequadamente o mercado.

As obras de expansão, além de atenderem as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

O Programa “Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste” é composto por 96 ações que, basicamente, retratam projetos nas áreas de geração e transmissão, promovendo ampliação da capacidade de oferta de energia elétrica à população dessas regiões. A tabela XVII, a seguir, mostra o conjunto de ações do Programa e suas respectivas unidades executoras.

Tabela LXXXVII: Ações do Programa Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Ações do Programa Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	
Resp.:	Ministério de Minas e Energia
9A63	Implantação da Usina Hidrelétrica Barra do Pomba com 80 MW - (RJ)
9A64	Implantação da Usina Hidrelétrica Cambuci com 50 MW - (RJ)
9A66	Implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos com 261 MW - (MT)
9A68	Implantação da Linha de Transmissão Oiapoque - Calçoene (204 km - 138 kV) - (AP)
9A67	Implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro com 67 MW
9A65	Implantação da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo com 82 MW - (MG)
90BJ	Implantação de 35 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, com 698 MW - Regiões Sudeste e Centro-Oeste – PROINFA
909K	Implantação de Sistema de Transmissão Araraquara - Nova Iguaçu (500 kV - 600 km) - (SP/RJ)
908S	Implantação de Sistema de Transmissão Emborcação - Estreito (500 kV - 235 km) - (MG)
909M	Implantação de Sistema de Transmissão Itumbiara - Bom Despacho (500 kV - 473 km) - (MG)
90A3	Implantação de Sistema de Transmissão Jauru - Cuiabá (500 kV - 380 km SE Jauru 500/230 Kv) - (MT)
909Z	Implantação de Sistema de Transmissão Juba - Jauru C1 (230 kV - 110 km SE Juba 230 kV) - (MT)
90A2	Implantação de Sistema de Transmissão Juina - Jauru (230 kV - 595 km) - (MT)
906A	Implantação de Sistema de Transmissão Luziânia - Emborcação (500 kV - 306 km) - (MG)
90A0	Implantação de Sistema de Transmissão Magi - Juba C1 (230 kV - 233 km) - (MT)
90A7	Implantação de Sistema de Transmissão Magi - Juba C2 (230 kV - 233 km) - (MT)
909X	Implantação de Sistema de Transmissão Magi - Juina (230 kV - 252 km) - (MT)
909V	Implantação de Sistema de Transmissão Magi - Nova Mutum C1 (230 kV - 263 km) SE Magi 230 kV) - (MT)
9A56	Implantação de Sistema de Transmissão Mascarenhas-Verona (230 kV - 107 km) + SE Verona (ES)
9A57	Implantação de Sistema de Transmissão Neves 1 - Mesquita (500 kV - 172 km) - (MG)
909W	Implantação de Sistema de Transmissão Nova Mutum - Sinop (230 kV - 238 km) - (MT)
9A58	Implantação de Sistema de Transmissão Paracatu 4 - Pirapora 2 (500 kV - 265 km) + SE Pirapora

	500/345/138 Kv) - (MG)
905A	Implantação de Sistema de Transmissão Peixe II - Luiziana (500 kV - 570 km) - (GO/DF)
9A60	Implantação de Sistema de Transmissão Ribeirão Preto - Estreito (500 kV -118 km) + SE Ribeiro Preto (500/440 kV) - (SP/MG)
9A61	Implantação de Sistema de Transmissão São Simão - Poços de Caldas (500 kV - 549 km) - (SP/MG)
903A	Implantação de Sistema de Transmissão Serra da Mesa - Samambaia (500 kV - 375 km) - (GO/DF)
90BF	Implantação de Usina Hidrelétrica Água Limpa com 320 MW (MT)
9974	Implantação de Usina Hidrelétrica Barra do Braúna com 39 MW no Rio Pomba (MG).
9595	Implantação de Usina Hidrelétrica Barra dos Coqueiros com 90 MW (GO)
9604	Implantação de Usina Hidrelétrica Baú com 110 MW (MG)
90B8	Implantação de Usina Hidrelétrica Buriti Queimado com 142 MW (GO).
9927	Implantação de Usina Hidrelétrica Cachoeirão com 64 MW (MT)
9824	Implantação de Usina Hidrelétrica Caçu com 65 MW (GO)
9597	Implantação de Usina Hidrelétrica Corumbá III com 94 MW (GO)
90BB	Implantação de Usina Hidrelétrica Juruena com 46 MW (MT)
90B7	Implantação de Usina Hidrelétrica Maranhão Baixo com 125 MW (GO)
90B5	Implantação de Usina Hidrelétrica Mirador com 80 MW (GO)
9781	Implantação de Usina Hidrelétrica Olho D'Água com 33 MW no Rio Corrente (GO)
90BI	Implantação de Usina Hidrelétrica Porto Galeano com 139 MW (MS)
9603	Implantação de Usina Hidrelétrica Salto do Rio Verdinho com 93 MW (GO)
90B4	Implantação de Usina Hidrelétrica São Miguel com 61 MW (MG)
9312	Implantação de Usina Hidrelétrica Serra do Facão com 212 MW no Rio São Marcos (GO)
9834	Implantação de Usina Hidrelétrica Toricoejo com 76 MW (MT)
90BH	Implantação de Usina Hidrelétrica Torixoreo com 408 MW (MT)
90B3	Implantação de Usina Hidrelétrica Traíra II com 60 MW (MG)
90B9	Implantação de Usina Hidrelétrica Tucano com 157 MW (GO)
90B4	Implantação de Usina Hidrelétrica São Miguel com 61 MW (MG)
90B5	Implantação de Usina Hidrelétrica Mirador com 80 MW (GO)
901A	Implantação de Usina Termelétrica Colorado com 34 MW - SP (bagaço de cana)
9979	Implantação de Usina Termelétrica Costa Pinto com 58 MW - SP (bagaço de cana)
9842	Implantação de Usina Termelétrica de Quirinópolis com 80 MW - GO (bagaço de cana) 2ª etapa
9931	Implantação de Usina Termelétrica Goiânia II com 140 MW - GO (óleo combustível)
9953	Implantação de Usina Termelétrica Palmeiras de Goiás com 174 MW - GO (óleo diesel)
901D	Implantação de Usina Termelétrica Quatá com 53 MW - SP (bagaço de cana)
900C	Implantação de Usina Termelétrica Rafard com 43 MW - SP (bagaço de cana)
900N	Implantação de Usina Termelétrica Santa Isabel com 40 MW - SP (bagaço de cana)
90BM	Implantação de Usina Termelétrica São João com 20 MW - SP (Biogás)
900O	Implantação de Usina Termelétrica São José com 50 MW - SP (bagaço de cana)
90BL	Implantação de 3 Usinas Termelétricas a Biomassa com 92,1 MW - Regiões Sudeste e Centro-Oeste – PROINFA
9959	Implantação de Usina Termelétrica Boa Vista com 80 MW - GO (bagaço de cana)
902A	Implantação de Usina Termelétrica Bonfim com 59 MW - SP (bagaço de cana)
90CF	Implantação da Usina Termelétrica do Atlântico com 490 MW - RJ (gás/vapor)
90CG	Implantação da Usina Termelétrica Ferrari com 31 MW - SP (bagaço de cana)
90DE	Implantação de usinas Eólicas nas regiões Sudeste e Centro Oeste com 163 MW - Região Sudeste – PROINFA

Resp.:	Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR
5E88	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III com 1.309 MW (RJ)
6486	Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)
4477	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ)
1853	Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I (RJ)
Resp.:	FURNAS Centrais Elétricas S.A.
121X	Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG)
1A01	Implantação da Linha de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ) e Subestações Associadas, 3º Circuito (345 kV - 92 km)
1G97	Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste (345 kV - 50 km) e Subestações associadas (SP)
1G98	Implantação da UHE Simplício com 305,7 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)
1G96	Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW (MG/GO), e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 75 km de extensão
12DB	Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG) - Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação Associada em Linha
2192	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo
2194	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais
2200	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal
3360	Reforços nas Torres de Linhas do Sistema de Transmissão de Itaipu, em 750 kV, nos trechos: Foz do Iguaçu - Ivaiporã; Ivaiporã - Itaberá I e II; e Itaberá - Tijuco Preto I e II (PR/SP)
3292	Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas com 1.216 MW (MG)
7066	Modernização da Usina Hidrelétrica Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com 1.050 MW (MG)
7068	Modernização da Usina Hidrelétrica Porto Colômbia com 320 MW (MG/SP)
1D35	Modernização da Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes, com 476 MW - Fase 2 (MG)
1H08	Modernização da Usina Hidrelétrica Funil com 216 MW (RJ)
3414	Ampliação da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW (RJ), através de Ciclo Combinado
8549	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
4469	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste
4478	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste
Resp.:	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS
10WJ	Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP) com 160 MW
10WL	Ampliação da Usina Termelétrica Luis Carlos Prestes (Três Lagoas) para 372 MW, através de ciclo combinado, em Três Lagoas (MS)
6556	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétricas
111K	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (Eletrobolt), com 390 MW (RJ)
Resp.:	SFE - Sociedade Fluminense de Energia S.A.
1C63	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE ELETROBOLT (RJ), com 386 MW
Resp.:	Termorio S.A.
1C65	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE TERMORIO, com 1.163 MW
Resp.:	Termomacaé Ltda.
1187	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Mário Lago

	(Termomacaé), com 922 MW, em Macaé (RJ)
Resp.:	Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. – UTEJF
6556	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Usinas Termelétricas

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

Foram executadas 94 (noventa e quatro) ações na Região Sudeste / Centro-Oeste, sendo 30 (trinta) de origem orçamentária, executadas pelas empresas Furnas e Petrobras. As ações inseridas nesse Programa estão relacionadas com as áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

A área geoeletrica compreendida pelas Regiões Sudeste e Centro-Oeste é muito importante para o suprimento de energia elétrica de todo o País. Essa Região possui capacidade de armazenamento de aproximadamente 15 vezes maior quando comparada à Região geoeletrica Norte, 3 vezes em relação à do Nordeste e 10 vezes à do Sul. Além disso, ela é um importante centro de carga. Assim, as ações do PPA para esse programa são fundamentais para assegurar a expansão do sistema e o atendimento aos consumidores.

Na área de geração, cabe destacar as seguintes obras em andamento: (i) implantação do Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica da UHE Simplício, envolvendo a UHE Simplício, com 305 MW, a PCH Anta, com 28 MW, e o Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 120 km de extensão; (ii) implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos, com 261 MW, e o Sistema de Transmissão Associado em 203 kV, com 505 km de extensão; e (iii) implantação da Usina Termonuclear de Angra III, no Rio de Janeiro.

Com relação à ação de retomada da construção da UTN Angra III, sob responsabilidade da Eletronuclear, foi obtida em 2010 a Licença de Instalação, concedida pelo IBAMA, a Licença para Construção e a Licença para Concretagem da Laje de Fundação do Edifício do Reator e do Edifício de Controle, ambas concedidas pela CNEN. Com relação às obras civis, foi concluída a execução do concreto de regularização da cava de fundações e impermeabilização das lajes de fundações do edifício do reator e edifício auxiliar. Encontra-se em andamento, no canteiro de obras, a instalação da subestação provisória, os serviços de montagem da armadura do edifício do reator, do edifício da turbina, e do edifício de controle.

Estava prevista inicialmente a incorporação de 1.339 MW de capacidade de geração ao SIN nas regiões Sudeste e Centro-Oeste em 2010. No entanto, ao longo de 2010, entraram em operação 2.158 MW, valor muito acima do inicialmente previsto no PPA. Essa grande diferença do montante efetivamente implementado de geração na Região, em relação à previsão inicial do PPA, deve-se principalmente à defasagem das informações incluídas previamente no PPA, as quais não foram revisadas no ano anterior, devido à dinâmica de realização de novos projetos, principalmente pela iniciativa privada. Além disso, 2010 foi um ano de conclusão de muitos projetos, superando a média de realização dos últimos anos.

Na área de geração foi dada sequência ao Plano de Modernização das usinas hidrelétricas da região Sudeste e Centro-Oeste, por Furnas S/A. Na UHE Furnas, foram concluídos os pórticos da tomada

d'água e do tubo de sucção, a primeira etapa da construção das caixas de passagem do sistema de drenagem da estrada de acesso à galeria da tomada d'água e do vertedouro, a construção do tanque separador de água e óleo da margem direita e da margem esquerda, entre outras obras. Na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho foi concluída a montagem dos para-raios da UG 4, as chaves seccionadoras 841 e 843 do vão e o disjuntor 842 do vão, e a modernização da proteção e controle da Linha de Interligação Mascarenhas de Moraes – Estreito.

Na área de transmissão, destaca-se a conclusão das obras do Sistema de Transmissão Macaé – Campos 345 kV, 3º Circuito, no estado do Rio de Janeiro, com 92 km de extensão, por Furnas S/A, da LT Furnas – Pimenta 345 kV, com 75 km, em Minas Gerais, Brasnorte – Juba 230 kV, circuitos 1 e 2, 232 km, em Mato Grosso, e Imbirussu – Sidrolândia – Anastácio – 230 kV, 149 km, em Mato Grosso do Sul, pela iniciativa privada. Continuam em andamento as obras de implantação das LTs Tijuco Preto - Itapeti – Nordeste 345 kV, com 50 km, e suas Subestações associadas, no estado de São Paulo. Esses reforços atendem às necessidades de expansão do sistema, ampliando a oferta de energia elétrica e permitindo melhor qualidade do atendimento aos consumidores.

Em 2010 foram concluídos e energizados vários reforços, ampliações e adequações no Sistema de Transmissão de Furnas. Dentre eles, destacam-se a ampliação da capacidade de oferta de energia nas Subestações de Viana/ES, Jacarepaguá/RJ, Brasília Geral/DF, e a instalação de equipamentos de controle nas Subestações de Adrianópolis/RJ, Macaé/RJ e Samambaia/DF. Todas essas obras contribuíram para elevar a capacidade de suprimento e garantir a segurança e a confiabilidade operativa do sistema.

No ano de 2010 estava previsto o incremento de 1.227 km de Linhas de Transmissão. Foram implantados 831 km, o que representa 68% da meta inicialmente estabelecida no PPA para a região. O principal empreendimento que provocou o desvio da previsão inicial do PPA foi a postergação da conclusão da LT Jauru - Cuiabá 500 kV, em Mato Grosso, de 380 km de extensão.

Foram investidos nesse Programa em ações orçamentárias R\$ 1,66 bilhão, montante inferior a 2009 em 12%, cujo montante foi de R\$ 1,89 bilhão. A realização orçamentária em 2010 foi de 64,5%. Furnas foi responsável por 70% do orçamento na região.

Programa 0295 – Energia na Região Sul

Tabela LXXXVIII: Programa 0295 - Energia na Região Sul

Código no PPA: 0295	Denominação: Energia na Região Sul
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Atender as necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.	
Objetivos Específicos:.	
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner	Responsável: Enio Ferreira Bocorny
Público Alvo: Consumidores de energia elétrica da região Sul.	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
814.475,74	1.199.759,84		1.055.909,55		1.055.909,55	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	31/12/2009		31/12/2010	1.387	917
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 08/04/2011).						
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv	31/12/2009		31/12/2010	392	397
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual das linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.						
Análise do Resultado Alcançado						
(Em construção no processo de Avaliação 2010 do PPA 2008-2011, a ser concluído até 08/04/2011).						

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

A região Sul caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes do SIN.

Esta região caracteriza-se, também, como polo de desenvolvimento industrial, com elevado potencial de consumo.

O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na matriz energética, face à elevada reserva carboníferas existentes.

As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

A tabela LXXXVIII mostra o conjunto de ações do Programa Energia na Região Sul e suas respectivas unidades executoras.

Tabela LXXXIX: Ações do Programa Energia na Região Sul

Ações do Programa Energia na Região Sul	
Resp.:	Ministério de Minas e Energia
909N	Implantação da LT Joinville Norte - Curitiba em 230 kV com 97 km (SC/PR)
909O	Implantação da LT Jorge Lacerda - Siderópolis em 230 KV com 50 km (SC)
909L	Implantação da LT Presidente Médici - Santa Cruz I em 230 kV, com 245 km (RS)
905V	Implantação da UHE Baixo Iguaçu com 340 MW (PR)
908A	Implantação da UHE Itapiranga com 580 MW (RS/SC)
90A9	Implantação da UHE Pai Querê com 292 MW (RS/SC)
909A	Implantação da UHE São Roque com 214 MW (SC)
908T	Implantação da UHE Telêmaco Borba com 120 MW (PR)
9A50	Implantação da Usina Hidrelétrica São José, com 51 MW - (RS)
90BA	Implantação de 11 Pequenas Centrais Hidrelétricas, totalizando 217 MW, inseridas no PROINFA)
90BD	Implantação de 11 UEE (usinas eólicas) num total de 225 MW, inseridas no PROINFA)
90BC	Implantação de 2 UTEs (biomassa) com total de 50 MW, inseridas no PROINFA)
905C	Implantação de Sistema de transmissão Barra Grande (Campos Novos) - Lajes D1 (230 kV 96km), em Santa Catarina
905F	Implantação de Sistema de Transmissão Campos Novos - Nova Santa Rita (525 kV - 257 km) em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul)
9625	Implantação de Usina Hidrelétrica 14 de Julho com 100 MW (RS)
9790	Implantação de Usina Hidrelétrica Castro Alves com 130 MW (RS)
9791	Implantação de Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó com 855 MW (RS/SC)
9632	Implantação de Usina Hidrelétrica Monjolinho com 67 MW (PR)
9793	Implantação de Usina Hidrelétrica Salto Pilão com 182,3 MW (SC)
9623	Implantação de Usina Hidrelétrica São João com 60 MW (PR)
9635	Implantação de Usina Termelétrica Jacuí com 350 MW em Charqueadas (RS)
9A42	Implantação do Sistema de Transmissão Campos Novos - Videira, em circuito duplo, 230 kV- 71 km (SC)
9A43	Implantação do Sistema de Transmissão Canoinhas - São Mateus 230 kV- 48 km - (PR)
9A44	Implantação do Sistema de Transmissão Cascavel do Oeste - Foz do Iguaçu Norte 230 kV - 120 km - (PR)
9A45	Implantação do Sistema de Transmissão Curitiba-Bateias 525 kV - 38 km) - (PR)
9A46	Implantação do Sistema de Transmissão Dona Francisca - Santa Maria 3 230 kV - 66 km - (RS)
9A47	Implantação do Sistema de Transmissão Gravataí 3 - Osório 2 - Atlântida 2 230 kV - 103 km (RS)
904A	Implantação do Sistema de Transmissão Itararé - Jaguariaiva em 230 kV com 44 km (PR/SP)
9A48	Implantação do Sistema de Transmissão Londrina - Maringá 230 kV - 83 km (PR)
90DB	Implantação da Linha de Transmissão Machadinho - Campos Novos (SC) - 39 Km - 525 kV
90DN	Implantação da Usina Hidrelétrica Cebolão, com 156 MW - (PR)
90DM	Implantação da Usina Hidrelétrica Jataizinho, com 156 MW - (PR)
90DO	Implantação da Usina Hidrelétrica Volta Grande, com 55 MW - (PR)

Resp.:	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás
126T	Interligação Elétrica Brasil - Uruguai: Implantação da SE Candiota 525/230kV/600MVA; Seccionamento da LT Presid. Médice-Magé, 230kV/1 km; Construção das LTs: Presid. Médice-Candiota, 230kV/9 km; e SE Candiota-fronteira Brasil/Uruguai, 525kV/57 km
Resp.:	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
128H	Implantação da Usina Eólica Coxilha Negra, com 210 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 230 kV e 19,5 km de extensão (RS)
1O50	Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul e Mato Grosso do Sul
1K88	Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá com 361 MW (PR) e Sistemas de Transmissão Associados em 230 kV, com 41 km e 110 km de extensão. (Imobilizações da Eletrosul)
1F91	Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João com 77MW (MS) e Sistema de Transmissão Associado em 69 kV, com 30 km de extensão
10D6	Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos com 48 MW (RS) e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 40 km de extensão
10D7	Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra com 37,0 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 54 km de extensão (SC)
128G	Implantação do Complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo, composto por 4 PCH's, totalizando 52 MW, interligadas por ST em 138 kV com 36 km de extensão (SC)
12DQ	Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo com 53 MW (SC) e Sistema de Transmissão Associado em 34 e 69 kV, com 43 km de extensão (SC)
4471	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
2D94	Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul
Resp.:	Petróleo Brasileiro – Petrobrás
10WI	Implantação da Usina Termelétrica Sepé Tiaraju (Canoas) - 2ª Fase com Acréscimo de 90 MW, através de ciclo combinado, em Canoas (RS)
6556	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétricas
Resp.:	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE
3380	Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A e B, em Candiota (RS)
1127	Implantação de Usina Termelétrica Candiota III, Fase C, com 350 MW (RS)
4493	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul
3372	Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici com 446 MW em Candiota (RS)

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

Foram executadas 50 (cinquenta) ações na região Sul, sendo 16 (dezesesseis) de origem orçamentária, executadas pela Eletrosul, Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE e Petrobrás. As ações inseridas nesse programa estão relacionadas com as áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

Na área de geração, estão sendo implementadas usinas que irão agregar cerca de 628 MW de capacidade ao sistema de geração da Eletrosul. São elas: UHE Passo São João - 77 MW, Complexo Hidroelétrico - CHE - São Bernardo -53 MW, UHE São Domingos - 48 MW, CHE Alto da Serra – 37 MW, UHE Mauá 361 MW e CHE Rio Lava Tudo - 52 MW. Além destes empreendimentos, está prevista a implantação da usina Eólica de Coxilha Negra, que irá adicionar 210 MW ao sistema de geração da região Sul.

A CGTEE está construindo no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul a Usina Termelétrica de Candiota III - Fase C - 350 MW. O índice de realização física global alcançou em dez/2010, 99,99%. A conclusão e operacionalização do empreendimento estão programadas para 1º de janeiro de 2011.

No ano de 2010 estava previsto o incremento de 1.387 MW de capacidade de geração. Foram incorporados 917 MW, isto é, 66% da meta prevista, com destaque para entrada em operação da UHE Foz do Chapecó com 641 MW (UGs 01 a 03) e UHE Salto Pilão com 91 MW (UG-02). O desvio observado ocorreu em face principalmente da UTE Candiota III, com 350 MW, que embora concluída em 2010, só iniciou operação comercial em 1º de janeiro de 2011.

No ano de 2010 estava previsto o incremento de 392 km em linhas de transmissão com tensão superior a 230 kV. Foram incorporados 397 km, isto é 101% da meta prevista, com destaque para LT Candiota / Santa Cruz C1 com 233 km, de propriedade da ELETROSUL.

Programa 0273 – Programa Luz para Todos

Tabela XC: Programa 0273 – Luz para Todos

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0273		Denominação: Programa Luz para Todos				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade e confiabilidade.						
Objetivos Específicos: Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado.						
Gerente: Ildo Wilson Grüdtner			Responsável: Aurélio Pavão de Farias			
Público Alvo: População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.375.825.164	1.410.838,126	4.352.131	2.303.941.324	564.289	2.531.183	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de unidades consumidoras atendidas	31/12/2006	1.038.580	2.993.169	0	44,80
Fórmula de Cálculo do Índice						
Valor acumulado de domicílios atendidos						
Análise do Resultado Alcançado						
O baixo índice alcançado corresponde a dificuldades encontradas nas licitações de mão de obra, atendimento aos sistemas isolados e dificuldades logísticas na Amazônia.						

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

As famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento. Deste modo, o Programa faz parte da estratégia do Governo Federal de utilizar a energia elétrica como instrumento para o desenvolvimento econômico das comunidades atendidas e para a redução dos índices de pobreza e da fome.

A chegada da luz representa mais conforto, melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades de geração de renda para as famílias beneficiadas contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas atendidas.

O Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais.

O Programa Luz para Todos é executado com recursos extra-orçamentários oriundos da CDE e RGR, portanto não é afetado pelo contingenciamento orçamentário governamental.

As principais dificuldades encontradas para cumprir as metas de atendimento do Programa Luz para Todos foram as seguintes:

- A) Ausência da contrapartida financeira por parte de vários Governos Estaduais comprometendo sobremaneira o cumprimento das metas;
- B) Inadimplência da concessionária CELG. Fato que comprometeu 7.800 ligações no Estado de Goiás;
- C) Baixo desempenho das concessionárias da região Norte, em razão de problemas com licitações, falta de mão de obra local e dificuldades logísticas para a execução de obras em regiões remotas;
- D) Dificuldades de contratação de mão de obra especializada em vários Estados. Atraso na entrega de materiais por parte dos fornecedores;
- E) Chuvas intensas nas regiões Norte e Nordeste.

As ações desenvolvidas que permitiram a realização de 73% da meta estabelecida foram:

- I) Prorrogação do programa, através da edição do Decreto 7.324/10 para garantir a execução das ligações já contratadas até o final de 2011, esta ação evitou a desmobilização das empresas contratadas;
- II) Elaboração e aprovação de contratos representando 340 mil ligações e investimentos de R\$ 2,7 bilhões no ano de 2010;
- III) Aprovação de 54 projetos para atendimento às comunidades isoladas, por meio de geração de energia alternativa. Estes sistemas levarão energia para 4.052 unidades consumidoras, e permitirá o ganho de escala para a Amazônia; e

IV) Foram implementadas tecnologias para aumentar o ritmo e escala de atendimento, em especial na região amazônica, como a utilização de postes de fibra de vidro, cabos subaquáticos e a utilização de geração descentralizada com uso de fontes de energia alternativa.

A tabela XC mostra o conjunto de ações do Programa Luz para Todos e suas respectivas unidades executoras.

Tabela XCI: Ações do Programa Luz para Todos

Ações do Programa Luz para Todos	
Resp.:	Ministério de Minas e Energia
Ações	Títulos
11X8	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Acre)
11XE	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Alagoas)
10WO	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz Para Todos (Boa Vista-RR)
11XU	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Manaus)
11YL	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Piauí)
11XI	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Rondônia)
20A9	Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica (MME)
1379	Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional (MME)
2272	Gestão e Administração do Programa (MME)
9642	Promoção da Universalização do Acesso à Energia (Eletrobras)

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

As únicas ações com recursos orçamentários do MME, no âmbito do Programa 0273 – Luz para Todos, são:

Tabela XCII: Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica

Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica	
Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar ações de incremento à utilização da energia elétrica em comunidades carentes, de forma produtiva e eficiente, proporcionando maior possibilidade de alcançar os objetivos do Programa Luz para Todos
Descrição	Apoio à implantação e utilização de sistemas e instalações elétricas possibilitando o abastecimento de água por meio de poços coletivos e à aquisição de equipamentos eletromecânicos destinados ao fortalecimento da capacidade produtiva para as comunidades carentes atendidas pelo Programa Luz para Todos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Energia Elétrica
Coordenador nacional da ação	Aurélio Pavão de Farias
Unidades executoras	Secretaria de Energia Elétrica

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

Tabela XCIII: Ação 1379 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional

Ação 1379 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional	
Tipo	Projeto
Finalidade	Apoiar o atendimento da demanda por energia elétrica para os consumidores, escolas, postos de saúde, saneamento, atividades produtivas comunitárias e informação em comunidades não atendidas pelo sistema elétrico convencional, mediante a instalação de sistemas energéticos que utilizam, preferencialmente, fontes de energia renováveis locais
Descrição	Elaboração de estudos e projetos de engenharia, aquisição, instalação, revitalização, testes e monitoramento da operação de equipamentos para geração de energia elétrica em pequena escala, por intermédio, preferencialmente, de fontes renováveis de energia para comunidades isoladas. Promover a capacitação de executores e beneficiários visando estimular o desenvolvimento da demanda e uso sustentável de energia elétrica
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Energia Elétrica
Coordenador nacional da ação	Aurélio Pavão de Farias
Unidades executoras	Secretaria de Energia Elétrica

Fonte: SIGPlan/ Dez/2010

Tabela XCIV: Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagem e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Energia Elétrica
Coordenador nacional da ação	Aurélio Pavão de Farias
Unidades executoras	Secretaria de Energia Elétrica

Fonte: SIGPlan/Dez/2010

As metas e resultados das ações do Programa 0273 – Luz para Todos, com recursos orçamentários do MME, são apresentadas na tabela XCIV, a seguir:

Tabela XCV: Metas e Resultados das Ações do Programa Luz para Todos

Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica			
Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
80	8.000.000,00	9	198.850,00
Ação 1379- Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional			
Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
1.158	3.395.000,00	00	0
Ação 2272- Gestão e Administração do Programa			
Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
	8.871.626,00	00	2.332.335,00

Fonte: SIGPlan/ Dez/2010

Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica – Em 2010, foi pago o valor de R\$ 154.350,00 (cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais), referente à 2ª parcela para o Convênio nº 720243/2009 – cujo objeto é a implantação de uma Usina Leiteira para resfriamento e beneficiamento do leite, beneficiando 40 famílias no município de Ipororó – BA. Também foi apoiado um projeto, abrangendo 9 Centros Comunitários de Produção CCP's por meio de Descentralização de Crédito à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que correspondeu à realização financeira de R\$ 198.850,00 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e cinquenta reais) após os ajustes orçamentários. Este projeto será implantado no exercício de 2011, e beneficiará 509 famílias nas diversas atividades que serão desenvolvidas.

Ação 1379 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Convencional do Programa Luz para Todos – Não houve nenhuma realização financeira nesta ação.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa - Transferidos ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) com o objetivo de dar suporte ao Programa Luz para Todos no desenvolvimento e implementação de políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas, promovendo o seu uso produtivo e socioeducativo para viabilizar a inclusão e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa.

c.II) Execução Física das Ações

Tabela XCVI: Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
25	752	0273	20A9	A	4	Unidade	80	0	40
25	752	0273	1379	P	3	Unidade	1.158	0	1.158
25	752	0273	2272	A	4				

Fonte: SIGPlan/ Dez/2010

A baixa realização das ações 20A9 e 1379, que são complementares ao Programa Luz para Todos, correspondeu ao contingenciamento orçamentário e financeiro que limitou os recursos não permitindo a implantação de novos projetos.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

A SE e a SPOA fornecerão as informações referentes ao item d" e seus subitens.

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

d.I.1) Programação de Despesas Correntes

d.I.2) Programação de Despesas de Capital

d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

d.III) Indicadores Institucionais

A) Índice de atendimento à Ouvidoria do MME

OBJETIVO: verificar o quantitativo de demandas e respostas elaboradas para atender às solicitações dos cidadãos, encaminhadas pela Ouvidoria do MME.

ÍNDICE: $(N^{\circ} \text{ respostas elaboradas no ano} / N^{\circ} \text{ demandas encaminhadas pela Ouvidoria no ano}) \times 100$
= % indicativo do desempenho da SEE no atendimento.

RESULTADO: $(71/76) \times 100 = 93,42\%$

FONTE: Ouvidoria do MME

COMENTÁRIO: a Ouvidoria do MME é um dos meios mais importantes de interação que a sociedade possui à sua disposição para manifestar reclamações e solicitar informações à SEE sobre o setor elétrico brasileiro. Em 2010, esta Secretaria somou esforços para prestar esclarecimentos às mais diversas demandas do cidadão, dentre elas destacam-se: i) explicações sobre tarifa social; ii) informações sobre a matriz energética brasileira; iii) esclarecimentos sobre o horário de verão; iv) informações sobre o desempenho do sistema elétrico; e v) outros. Assim, a SEE conseguiu atender mais de 90% das solicitações da Ouvidoria em 2009.

Importa registrar que, em 2010, a SEE identificou as solicitações mais frequentes encaminhadas pelos cidadãos e elaborou textos informativos sobre essas questões. Isso possibilitou o pronto atendimento aos questionamentos realizados pela sociedade, fato esse que diminuiu a espera do cidadão pelas informações solicitadas e possibilitou a melhoria do desempenho da SEE no que se refere ao atendimento das solicitações da Ouvidoria.

B) Índice de realização de orçamento 2010

OBJETIVO: verificar a execução orçamentária da SEE

ÍNDICE: (valor do orçamento (custeio e investimento) empenhado no ano/valor do orçamento (limite) anual) * 100 = % indicativo da execução orçamentária

RESULTADO ORÇAMENTO LIMITE:

$$(R\$ 4.620.813,17 / R\$ 4.909.461,00) * 100 = 93,65\%$$

COMENTÁRIO: Do valor autorizado no LIMITE:

- Orçamento de custeio de R\$ 2.510.752,00 foi empenhado 97,89% ou R\$ 2.457.774,50.
- Orçamento de investimento de R\$ 2.398.709,00 foi empenhado 89,22% ou R\$ 2.140.061,67.

RESULTADO ORÇAMENTO LOA:

$$(R\$ 4.620.813,17 / R\$ 57.510.010,00) * 100 = 8,67\%$$

COMENTÁRIO: Do valor autorizado LOA:

- Orçamento de custeio de R\$ 30.503.004,00, foi empenhado 8,06% ou R\$ 2.457.774,50.
- Orçamento de investimento de R\$ 22.507.006,00, foi empenhado 9,51% ou R\$ 2.140.061,67.

Fonte: GEAF/GAB/SEE/MME e CGOF/SPOA/MME

C) Índice de expansão da capacidade de geração instalada no Brasil

OBJETIVO: acompanhar a expansão da capacidade de geração instalada no Brasil, com relação à meta estabelecida.

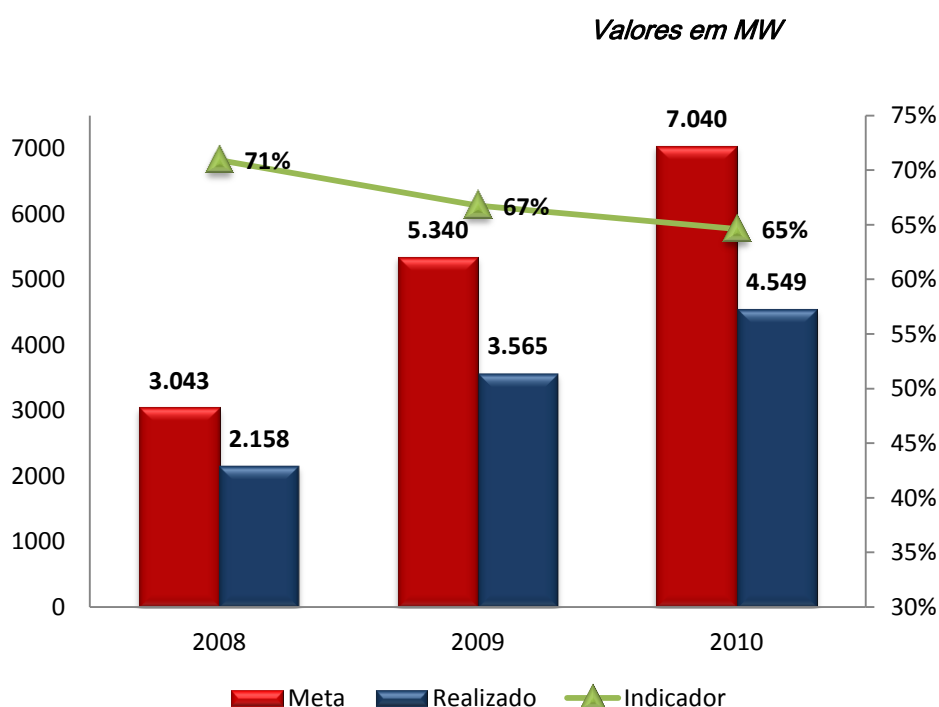
ÍNDICE: (capacidade de MW instalada/capacidade prevista) x 100 = % de adequação à meta estabelecida (7.040 MW).

$$(4.549 \text{ MW} / 7.040 \text{ MW}) \times 100 = 64 \%$$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2010, após um balanço geral do plano de expansão da geração, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2010 era de uma expansão da capacidade instalada em novas usinas de 7.040 MW, compreendendo usinas hidrelétricas, termelétricas, PCHs e usinas do PROINFA.

Entre os motivos que provocaram desvio na obtenção da meta destacam-se os problemas relativos aos licenciamentos ambientais, conexão à rede (básica/distribuição), dificuldade de obtenção de financiamento devido à crise internacional de 2008/2009, além das dificuldades inerentes à implantação dos projetos, tais como: atrasos na entrega de equipamentos por fornecedores e do cronograma de execução das obras, além de problemas na gestão dos empreendimentos. Isso provocou uma pequena diminuição do índice de expansão da capacidade instalada no Brasil em 2010, se comparado com o índice de 2009 e o índice de 2008, conforme destacado da figura 15 abaixo.



Fonte: DMSE/SEE/MME Dez/2010

Figura 21: Síntese histórica do índice de expansão da capacidade de geração instalada

D) Índice de expansão da Rede Básica

OBJETIVO: acompanhar a expansão da Rede Básica (Tensão ≥ 230 kV), com relação à meta estabelecida (2.709 km).

ÍNDICE: (km de linhas de rede básica instalada/km de linhas previstos) x 100 = % de adequação à meta estabelecida (2.709 km).

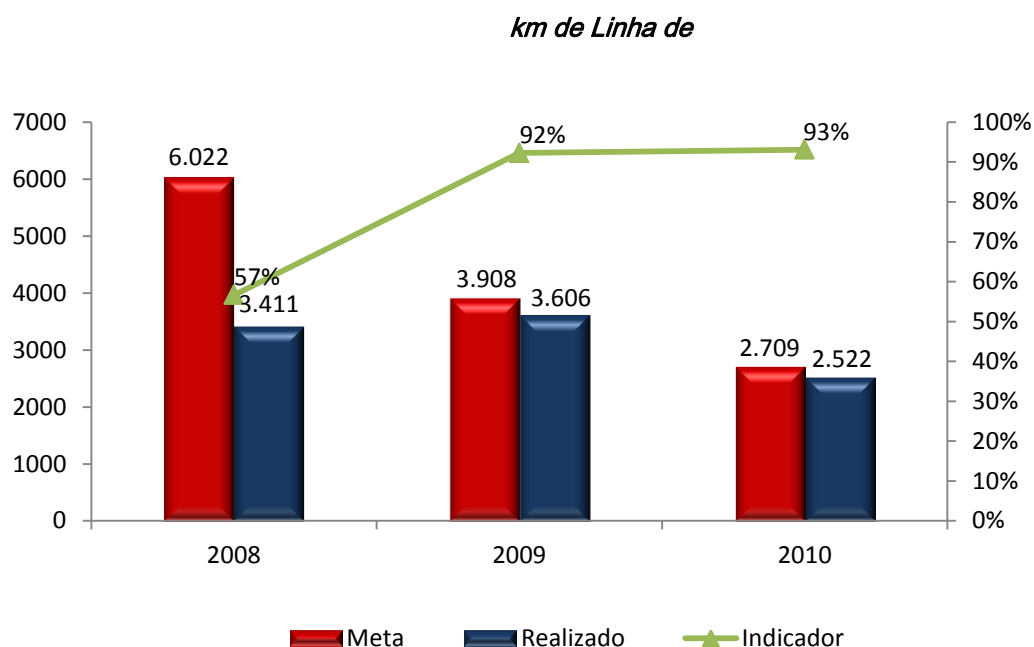
$(2.522 \text{ km} / 2.709 \text{ km}) \times 100 = 93\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: Com o objetivo de acompanhar a expansão da rede básica, foi criado um indicador para mensurar a ampliação das linhas de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A meta foi definida no início do ano de 2010, após um balanço geral do plano de expansão da transmissão, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2010 era de uma ampliação de 2.709 km em novas linhas de transmissão, compreendendo um conjunto de 40 empreendimentos, no entanto, foram concluídos, até 31/12/2010, 2.522 km de Linhas de Transmissão.

O atraso na obtenção das licenças ambientais, principalmente na Licença Prévia – LP continua sendo o principal óbice para cumprimento dos cronogramas. Entre outras obras que se enquadram nessa situação podem ser citadas a interligação N-CO III (Rio Branco – Jauru) e a LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2, em Minas Gerais.

Percebe-se uma manutenção no índice de expansão da Rede Básica, em 2010, se comparado ao resultado do ano anterior (2009), e uma melhora em relação ao ano de 2008, o que indica uma melhoria no cumprimento das metas institucionais da Secretaria.



Fonte: DMSE/SEE/MME

Figura 22: Síntese histórica do índice de expansão da Rede Básica

E) Índice de expansão da Transmissão (Transformação)

OBJETIVO: acompanhar a expansão da Capacidade de Transformação das subestações do SIN, com relação à meta estabelecida (9.062 MVA).

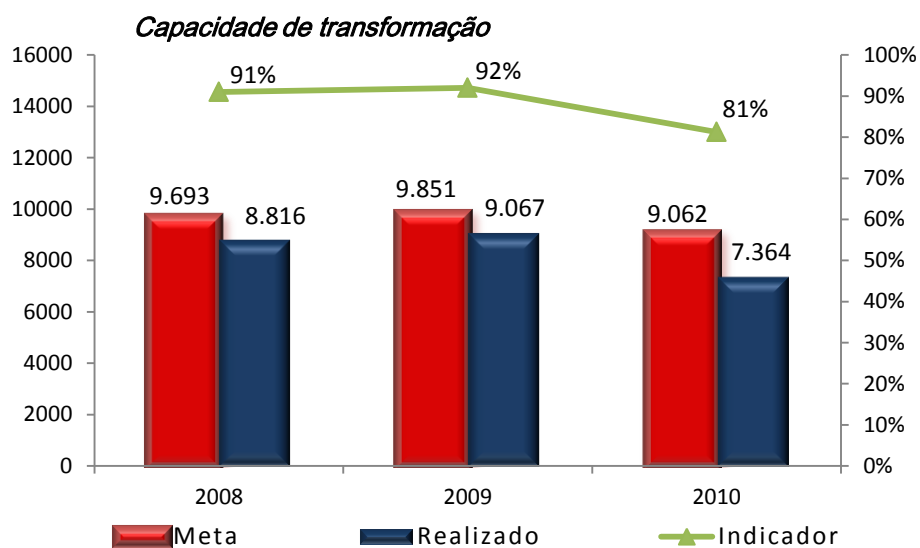
ÍNDICE: (expansão em MVA instalada/expansão em MVA prevista) x 100 = % de adequação à meta estabelecida (9.062 MVA).

$$(7.364 \text{ MVA} / 9.062 \text{ MVA}) \times 100 = 81\%$$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2010, após um balanço geral do plano de expansão da transmissão, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2010 era de uma ampliação de 9.062 MVA, com instalação de novos transformadores em subestações novas e/ou em operação.

Ao final do ano de 2010 incorporou-se ao sistema uma capacidade de transformação de 7.364 MVA, 81% da meta estabelecida. Pode-se observar uma pequena queda no índice de 2010 em relação aos anos anteriores de 2008 e 2009, conforme figura 17 abaixo.



Fonte: DMSE/SEE/MME

Figura 23: Síntese histórica do índice de expansão da transmissão (Transformação)

F) Índice de Realização de Inspeções Técnicas dos Empreendimentos de Geração de Energia

OBJETIVO: Aferir o cumprimento das atribuições da CGEG/DMSE/SEE, relativas à identificação de impedimentos que possam comprometer os cronogramas de implantação dos empreendimentos de geração, propondo ações preventivas e corretivas para o efetivo cumprimento do planejamento setorial.

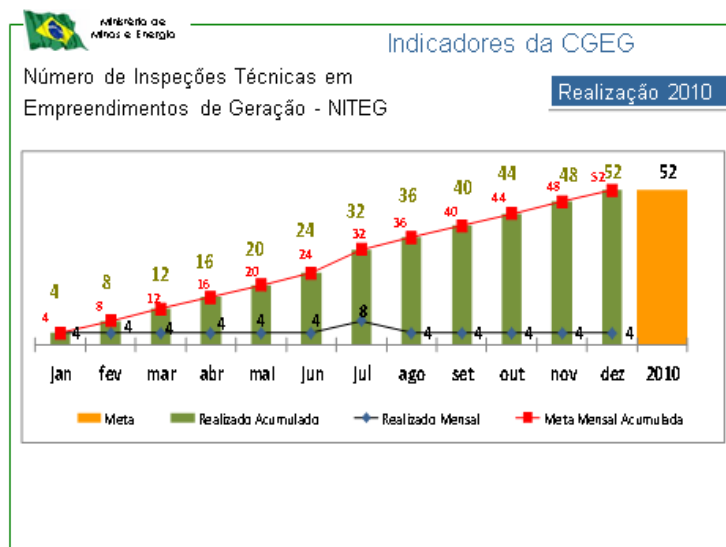
ÍNDICE: NITEG = (Nº de Inspeções Realizadas em 2010) / (Nº de Inspeções Planejadas para 2010) * 100.

$$(52 / 52) \times 100 = 100 \%$$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2010, após um balanço geral do plano de expansão da geração, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2010 era de visitar 52 projetos em implantação, compreendendo usinas hidrelétricas e termelétricas (projetos de maior relevância para a garantia da segurança da oferta energética para os anos seguintes).

Essa meta foi plenamente alcançada, conforme demonstra a figura abaixo, gerando como resultado uma maior capacidade de ação do MME na identificação de impedimentos que possam comprometer os cronogramas de implantação dos empreendimentos de geração, e na avaliação da data de tendência de entrada em operação comercial de usinas.



Fonte: SEE/DMSE/ Dez/2010

Figura 24: Indicador NITEG (Número de Inspeções Técnicas em Empreendimentos de Geração)

G) Índice de realização de Reuniões de Monitoramento da Expansão de Geração

OBJETIVO: Aferir o cumprimento das atribuições da CGEG/DMSE/SEE, relativas ao monitoramento da expansão da geração de energia elétrica nos sistemas interligado e isolados e implementação de mecanismos e processos de acompanhamento da implantação dos empreendimentos, com participação dos agentes setoriais envolvidos no processo de expansão da geração de energia elétrica.

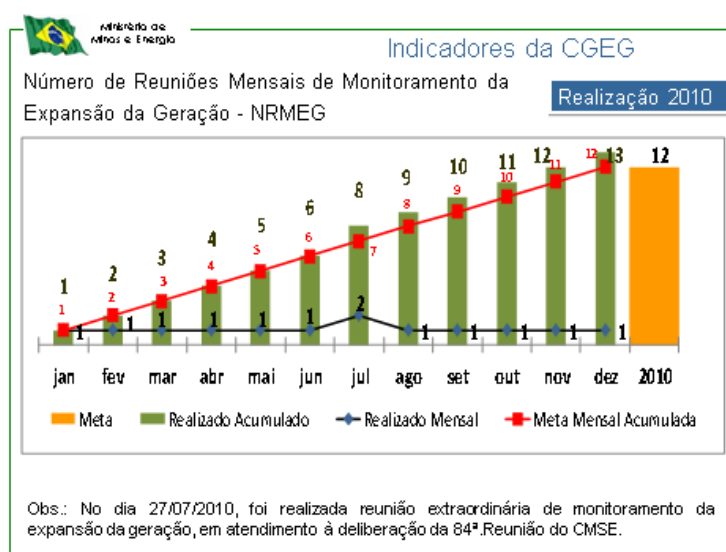
ÍNDICE: $NRMEG = (N^{\circ} \text{ de Reuniões Realizadas em 2010}) / (N^{\circ} \text{ de Reuniões Planejadas para 2010}) * 100.$

$$(13 / 12) \times 100 = 108 \%$$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2010, sustentada pela necessidade de acompanhamento da implantação dos empreendimentos com participação dos agentes setoriais envolvidos, de acordo com monitoramento do DMSE.

A meta inicialmente estabelecida era de realizar 12 reuniões durante 2010, porém, em julho, por determinação do CMSE, foi realizada uma reunião extraordinária para avaliar a data de tendência de entrada em operação de usinas térmicas localizadas na Bahia. Com isso, esse indicador teve o desempenho apresentado na figura a seguir.



Fonte: SEE/DMSE/ Dez/2010

Figura 25: Indicador NRMEG (Número de Reuniões Mensais de Monitoramento da Expansão da Geração)

H) Índice de realização de Reuniões de Monitoramento da Expansão da Transmissão

OBJETIVO: Aferir o cumprimento das atribuições da CGEG/DMSE/SEE, relativas ao monitoramento da expansão do sistema interligado, compreendendo as linhas de transmissão e subestações da Rede Básica, às demais instalações de transmissão e instalações de distribuição de interesse sistêmico, monitorar a expansão dos sistemas isolados, compreendendo as linhas de transmissão e subestações, às demais instalações de interesse sistêmico e integração dos novos empreendimentos e implementar mecanismos e processos de acompanhamento da implantação dos empreendimentos com a participação de agentes setoriais envolvidos no processo de expansão da transmissão e distribuição de energia elétrica no processo de expansão da geração de energia elétrica.

ÍNDICE: $\text{NRMET} = (\text{N}^\circ \text{ de Reuniões Realizadas em 2010}) / (\text{N}^\circ \text{ de Reuniões Planejadas para 2010}) * 100$.

$$(11 / 11) \times 100 = 100 \%$$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: A meta foi definida no início do ano de 2010, sustentada pela necessidade de acompanhamento da implantação dos empreendimentos com participação dos agentes setoriais envolvidos, de acordo com monitoramento do DMSE.

A meta inicialmente estabelecida foi plenamente cumprida, com a realização das 11 reuniões previamente estabelecidas, permitindo um acompanhamento mais efetivo dos cronogramas de realização dos empreendimentos monitorados pelo DMSE.

I) Índice de Participação nas Reuniões do Programa Mensal de Operação – PMO

OBJETIVO: Aferir a participação da CGDE/DMSE/SEE na Reunião do Programa Mensal de Operação do SIN, visando monitorar o desempenho dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, considerando os aspectos de continuidade e segurança.

ÍNDICE: $IPRPMO = (N^{\circ} \text{ de Participações em Reuniões do PMO em 2010}) / (N^{\circ} \text{ de Reuniões do PMO Realizadas em 2010}) = 100 \%$

$(12 / 12) \times 100 = 100 \%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: As reuniões do PMO são realizadas mensalmente no escritório central do ONS e tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a operação coordenada do SIN, em um horizonte mensal com etapas semanais, com o objetivo de atender ao mercado empregando os recursos disponíveis de forma otimizada.

J) Índice de Emissão de Boletins de Monitoramento do Sistema Elétrico

OBJETIVO: Acompanhar a emissão dos Boletins de Monitoramento do Sistema Elétrico (Diário e Mensal), visando a continuidade dos modelos e mecanismos criados para o monitoramento do Sistema Elétrico pela CGEG/DMSE/SEE, de forma a manter atualizados os acompanhamentos, planilhas e bancos de dados com as informações obtidas do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e dos agentes que compõem o Setor Elétrico.

ÍNDICE: $IEBMSE = (N^{\circ} \text{ de Boletins Emitidos em 2010}) / (N^{\circ} \text{ de Boletins Programados para 2010}) = 100 \%$

Boletim Mensal - $(12 / 12) \times 100 = 100\%$

Boletim Diário - $(248 / 248) \times 100 = 100\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: O boletim diário reúne as principais informações relativas ao Sistema Elétrico Brasileiro – SEB, sendo uma ferramenta para o monitoramento diário do desempenho do sistema, considerando os aspectos de continuidade e segurança. O Boletim mensal, por sua vez, contém uma visão mais detalhada do SEB, englobando a oferta e demanda de energia elétrica, intercâmbios regionais e internacionais, além das ocorrências que afetaram o sistema.

K) Índice Médio de impacto do Programa Luz para Todos nos reajustes/revisões tarifárias

OBJETIVO: acompanhar o impacto tarifário do Programa LpT nos reajustes/revisões tarifárias, de forma a respeitar o limite máximo de 8% no impacto total acumulado.

ÍNDICE MÉDIO: $(\sum \text{índices das concessionárias} / \text{quantidade de concessionárias}) = \%$

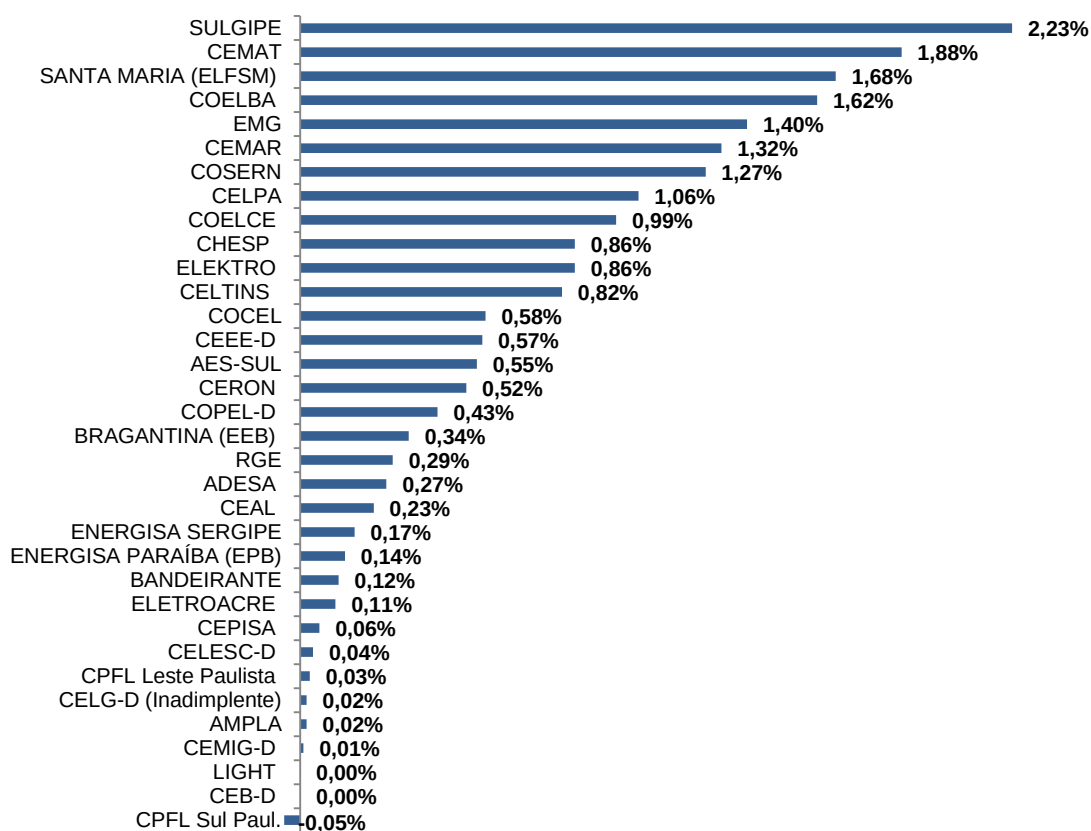
RESULTADO: $20,44\% / 34 = 0,60\%$

FONTE: DGSE/SEE/MME

Maior índice: 2,23%

Menor índice: -0,05%

Índice referência: 8%



Fonte: DGSE/SEE/MME

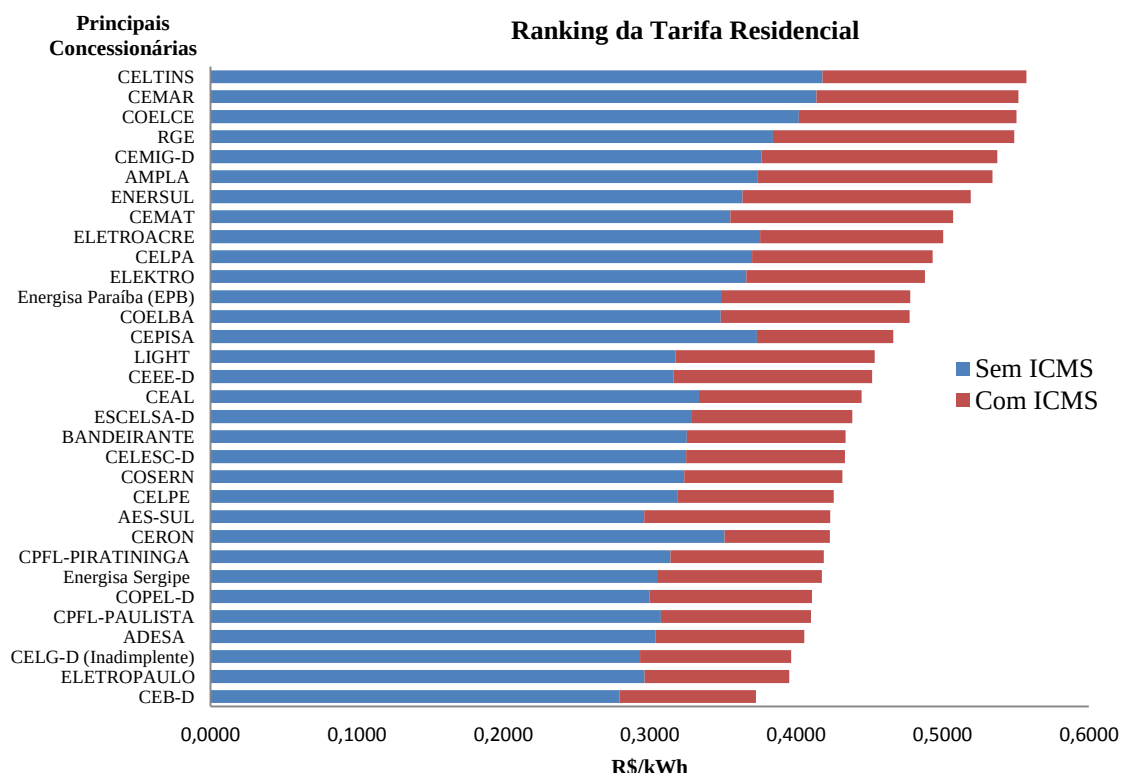
Figura 26: Amostra percentual dos principais impactos tarifários do Programa Luz para Todos no último reajuste/revisão

COMENTÁRIO: O impacto tarifário do programa Luz para Todos na tarifa das concessionárias de distribuição está limitado a 8% - acumulado para todo o Programa - conforme a legislação vigente. Os dados refletem pontualmente somente o impacto resultante da implantação do Programa LpT nos reajustes/revisões tarifárias ocorridas em 2010. Pode-se observar que, em 2010, não houve impactos elevados nas principais concessionárias de distribuição de energia elétrica.

L) Indicador das tarifas residenciais

OBJETIVO: Acompanhar os processos de reajustes/revisões das tarifas residenciais de todas as concessionárias de distribuição, objetivando a menor tarifa possível.

INDICADOR: Classificação Decrescente da Tarifa Residencial Praticada



Fonte: DGSE/SEE/MME

Figura 27: Ranking da Tarifa Residencial, com ICMS e sem ICMS, das principais concessionárias de distribuição do Brasil

COMENTÁRIO: Na composição da tarifa residencial existem vários itens a serem levados em consideração, tratados em respeito aos Contratos de Concessão assinados. Dentre estes, destacam-se a compra de energia pelas distribuidoras, a necessidade de remunerar o investimento feito pelas empresas, os custos de operação e manutenção característicos de cada área de concessão e o recolhimento dos encargos setoriais. Um dos destaques do modelo tarifário é a busca de eficiência empresarial que é revertida em favor da modicidade tarifária por meio de mecanismos como Fator X / Empresa de Referência. Convém salientar que a cada ano são revisadas as tarifas praticadas por todas as distribuidoras do Brasil, seja no processo de reajuste seja no processo de revisão tarifária.

Cabe ressaltar que os tributos (impostos) estaduais e federais não integram o cálculo das tarifas do setor elétrico.

Os dados apresentados refletem a atualização ocorrida, em cada mês de aniversário de cada distribuidora, em 2010.

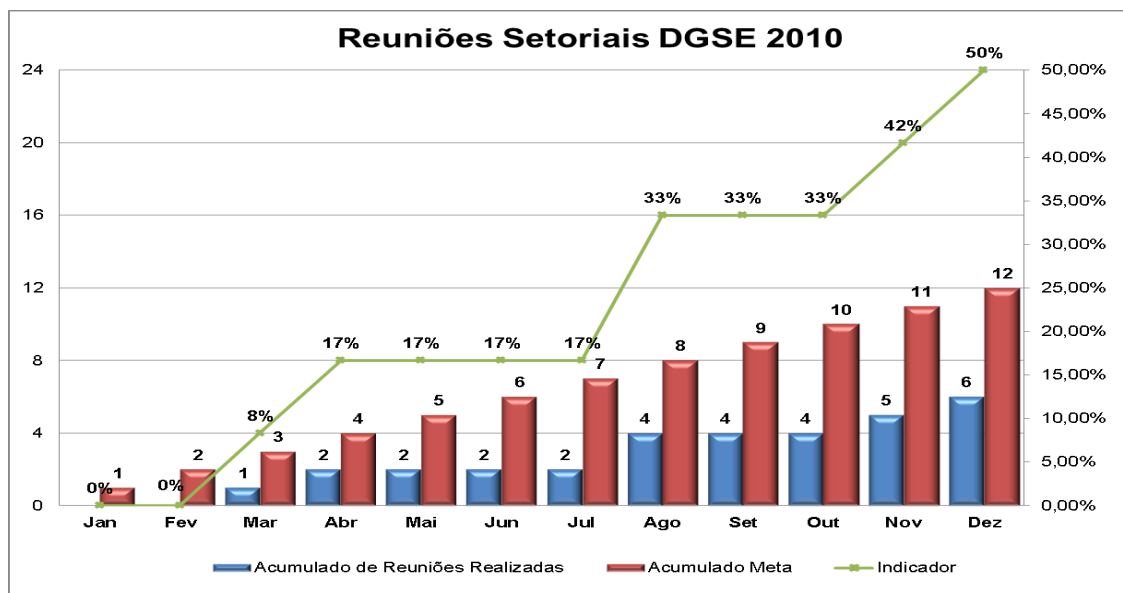
M) Índice de Realização de Reuniões Setoriais-DGSE

Objetivo do Indicador - Acompanhar a execução periódica das reuniões setoriais programadas no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador – $(N^{\circ} \text{ de Reuniões Setoriais Realizadas no Ano} / N^{\circ} \text{ de Reuniões Setoriais Planejadas no Ano}) * 100$.

Frequência de apuração do Indicador – mensal.

A figura 22 apresenta a evolução mensal da quantidade de reuniões setoriais realizadas. Apresenta também a apuração do Índice de Realização de Reuniões Setoriais.



Fonte: DGSE/SEE/MME

Figura 28: Evolução mensal da quantidade de reuniões setoriais realizadas e apuração do Índice de Realização de Reuniões Setoriais

No início de 2010 planejou-se a execução de 24 reuniões setoriais. Dadas as mudanças na equipe do DGSE, houve necessidade de reprogramação dessa quantidade. Passou-se ao planejado de 12 reuniões até dezembro. Foram realizadas 6 reuniões setoriais, resultando em um indicador de 50% ao final do ano.

A realização das reuniões setoriais foi prejudicada pelo ritmo das atividades desenvolvidas pelo DGSE no segundo semestre. O Departamento esteve à frente das discussões sobre a minuta de decreto que regulamentará a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE; das reuniões do Grupo de Trabalho do *Smart Grid*; o acompanhamento das alterações propostas pela Aneel para o terceiro ciclo de revisões tarifárias das distribuidoras e da proposta de alteração da metodologia de definição da estrutura tarifária (distribuição); as reuniões internas a respeito da previsão de extinção e suas implicações, ao final do ano, do Encargo RGR, além de outras atividades.

O atingimento dessa meta também foi prejudicado pela visita técnica realizada pelo GT do *Smart Grid* aos Estados Unidos, ocasião em que o Diretor do Departamento esteve fora do Ministério por 15 dias. A preparação da viagem durante o mês de setembro e a realização desta em outubro contribuíram para a não realização de reuniões nesses meses.

Cabe destacar que a disseminação de informações na equipe do DGSE se manteve por meio de e-mails e do diretório “i:”, disponível na rede MME.

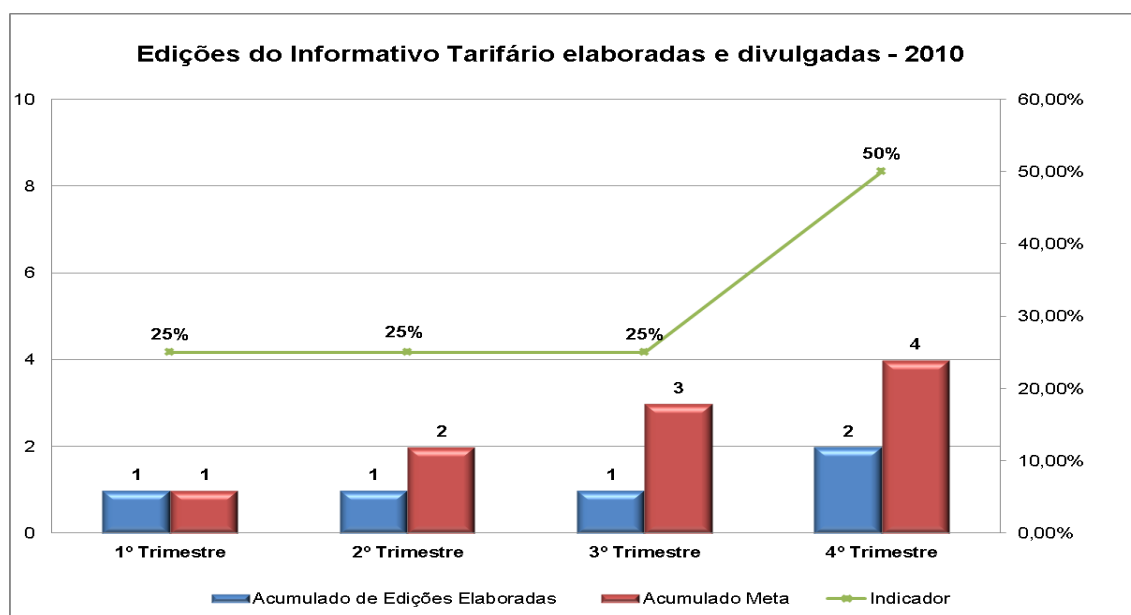
N) Índice de Elaboração de Informativo Tarifário.

Objetivo do Indicador – Acompanhar a execução periódica dos Informativos Tarifários programados no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador – $(\text{Número de Informativos Tarifários emitidos no Ano} / \text{Número de Informativos Tarifários Planejados no Ano}) * 100$.

Frequência de apuração do Indicador – Trimestral.

A figura 29 apresenta a evolução trimestral da quantidade de edições elaboradas e divulgadas do Informativo Tarifário. Apresenta também a apuração do Índice de quantidade de edições do Informativo Tarifário.



Fonte: DGSE/SEE/MME

Figura 29: Evolução trimestral da quantidade de edições do Informativo Tarifário elaboradas e divulgadas e apuração do Índice de Elaboração de Informativo Tarifário

Em 2010 planejou-se a elaboração e divulgação interna de 4 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações referentes às tarifas de energia e subsidiar decisões do MME.

No primeiro trimestre uma edição foi disponibilizada no site do Ministério, o que gerou demandas do público externo que ensejaram aperfeiçoamentos no Informativo. O processo de aperfeiçoamento se estendeu até dezembro, mês em que foi elaborada e divulgada internamente outra edição. Portanto, em 2010, foram elaboradas e divulgadas somente 2 (duas) edições, ou seja, a meta proposta no início do ano ficou prejudicada, atingindo 50%.

Essa atividade foi reprogramada para 2011, considerando as alterações advindas do processo de aperfeiçoamento realizado em 2010.

O) Índice de Atendimento às demandas de Projetos de Lei

Objetivo do Indicador – Mensurar o cumprimento das atribuições do setor, relativas à análise das propostas contidas nos Projetos de Lei e elaboração de Notas Técnicas (Pareceres Técnicos), com vista a subsidiar a atuação da Assessoria Parlamentar - ASPAR e Consultoria Jurídica – CONJUR na condução de temas sobre a política tarifária.

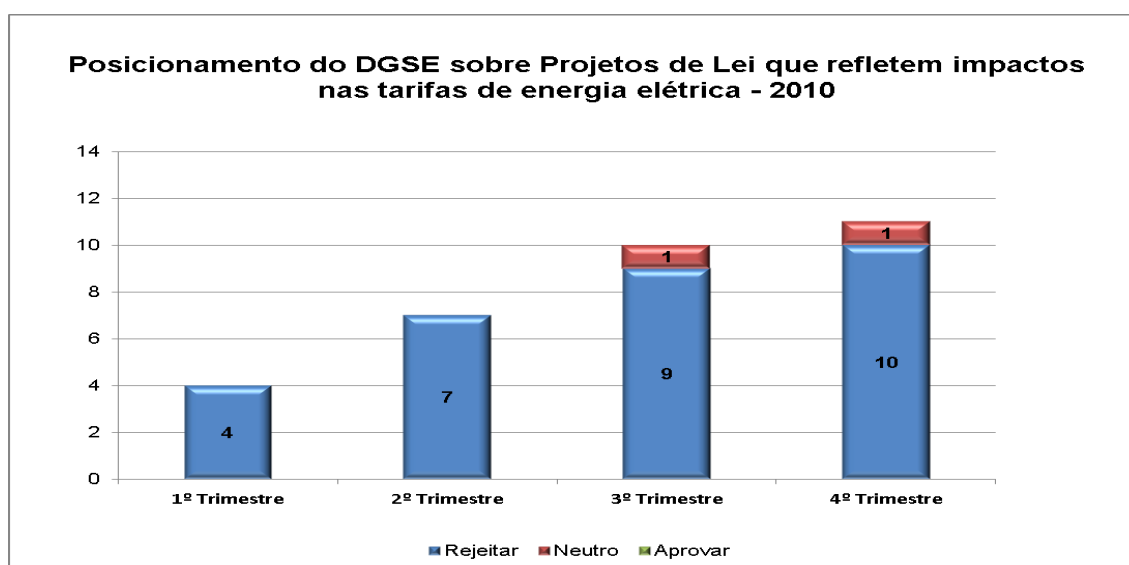
Fórmula de Cálculo do Indicador – (Número de Projetos de Lei analisados no Ano/Número de Projetos de Lei Recebidos no Ano) *100.

Frequência de apuração do Indicador – Trimestral.

A SEE tem atuado no sentido de evitar a concessão de novos subsídios ou descontos tarifários com o intuito de preservar a modicidade tarifária, ao evitar que as tarifas dos demais consumidores se elevem por esse motivo. A SEE tem se posicionado contrário à concessão de novos subsídios ou descontos, por isso tem emitido pareceres técnicos que subsidiam a atuação da Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia junto ao Congresso Nacional, em diversos Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição.

Em 2010 o DGSE elaborou 10 (dez) Notas Técnicas relacionadas a Projetos de Lei e 1 (uma) Nota Técnica relacionada à Proposta de Emenda à Constituição, apresentando análise das propostas contidas em todos os Projetos de Lei e Proposta de Emenda à Constituição recebidos pelo Departamento.

A figura 30 apresenta o posicionamento da SEE sobre os Projetos de Lei que refletem impactos das tarifas de energia elétrica.

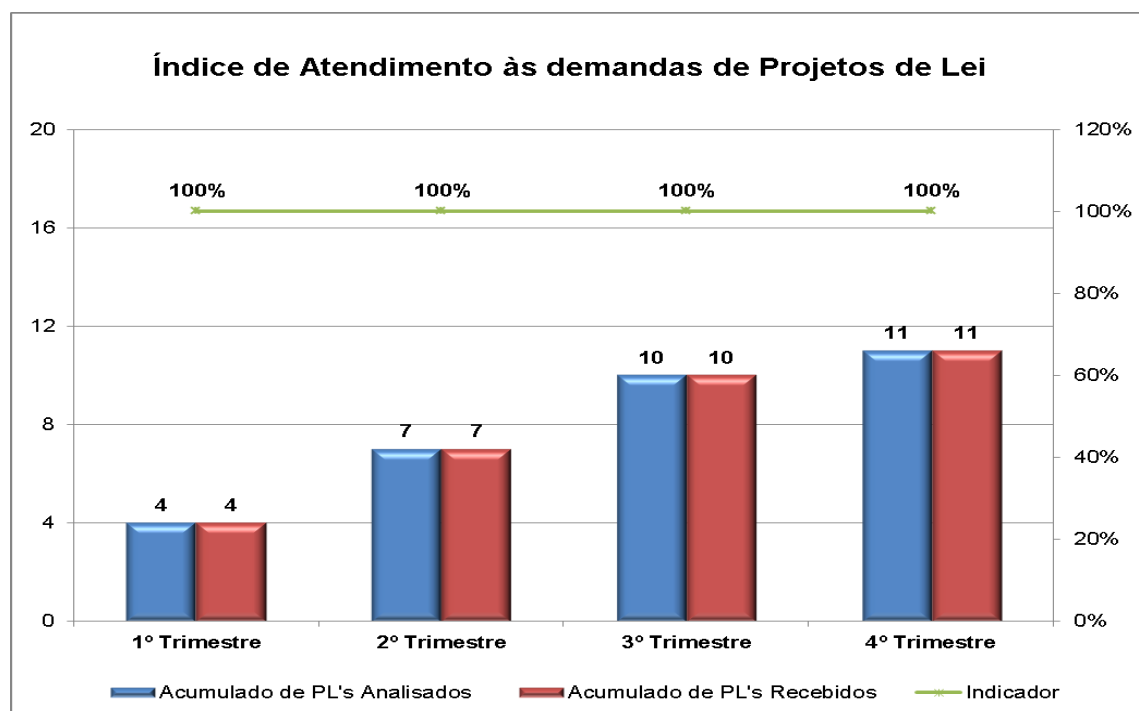


Fonte: DGSE/SEE/MME

Figura 30: Posicionamento do DGSE sobre os Projetos de Lei que refletem impactos das tarifas de energia elétrica

No primeiro trimestre foram recebidos 4 (quatro) Projetos de Lei – PL do Congresso Nacional, no segundo 3 (três) PL's, no terceiro 2 (dois) PL's e 1 (uma) Proposta de Emenda à Constituição e no quarto trimestre 1 (um) PL.

A figura 31 apresenta a apuração do Índice de Atendimento às demandas de Projetos de Lei.



Fonte: DGSE/SEE/MME

Figura 31: Apuração do Índice de Atendimento às demandas de Projetos de Lei

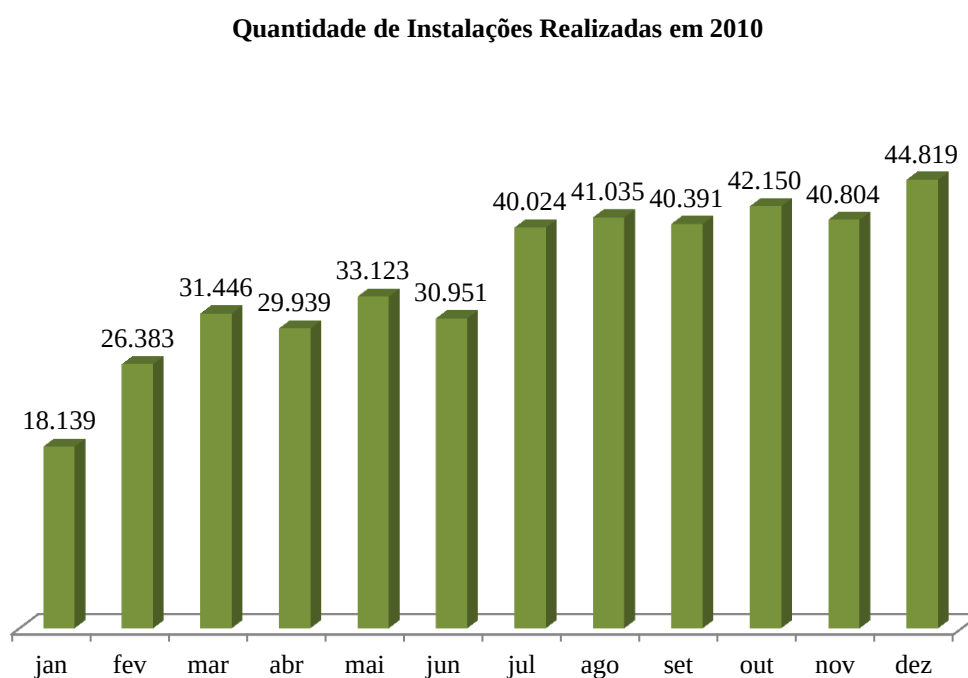
P) Índice de domicílios atendidos pelo Programa Luz para Todos

OBJETIVO: verificar a execução do plano de instalações do Programa LPT, com relação à meta estabelecida.

ÍNDICE: (quantidade de instalações executadas/quantidade de instalações previstas) x 100 = % indicativo do desempenho do Programa.

FONTE: LpT/DPUE/SEE/MME

RESULTADO: $(419.204 / 578.429) \times 100 = 72,47\%$



Fonte: SEE/DPUE/PLpT

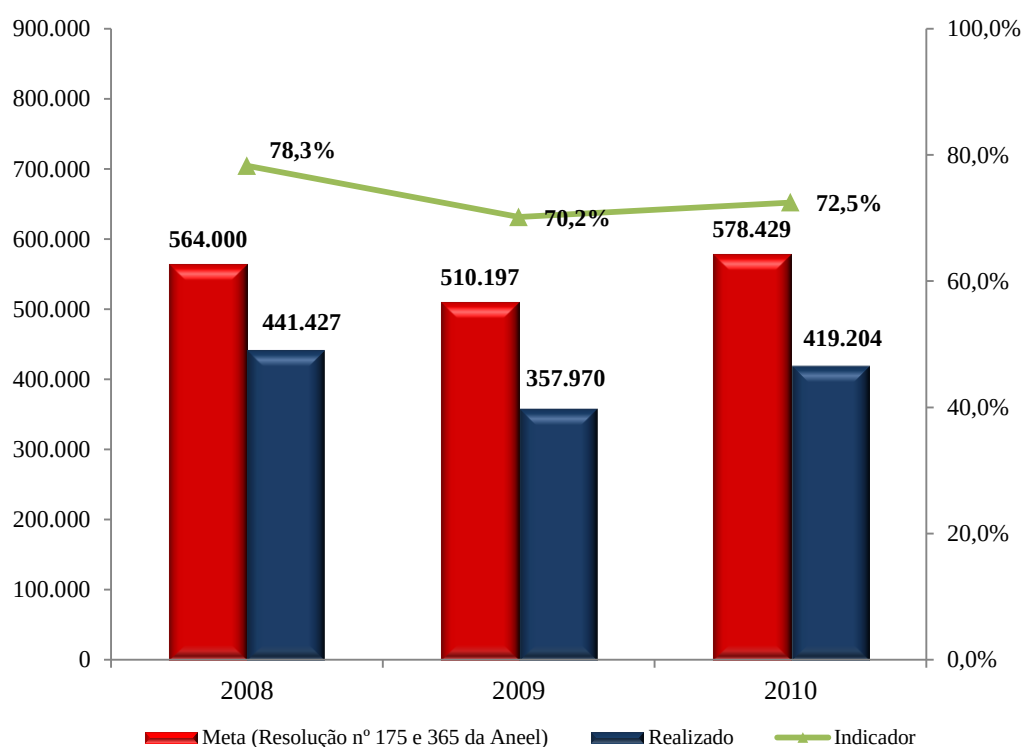
Figura 32: Quantidade de Instalações Realizadas pelo PLpT

COMENTÁRIO: apesar de o Programa não ter atingido 100% da meta estabelecida para o ano de 2010, no acumulado, desde a criação do Programa até dez/2010, o LpT cumpriu 132,7% de sua meta inicial de 2 milhões de atendimentos, totalizando 2.654.536 ligações realizadas.

Ao longo de 2010, as ações de gestão do Programa foram aprimoradas e a coordenação nacional está mais próxima dos agentes executores no acompanhamento e cumprimento das metas. Estão sendo realizadas, ainda, reuniões de planejamento com as empresas.

Em relação ao resultado alcançado no ano de 2009, no ano de 2010 houve uma melhora no índice de domicílios atendidos pelo Programa Luz para Todos, conforme destacado na figura 33.

Síntese histórica do índice domicílios atendidos pelo PLpT



Fonte: LpT/DPUE/SEE/MME

Figura 33: Síntese histórica do índice de domicílios atendidos pelo Programa Luz para Todos

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se aplica à SEE/MME.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela XCVII: Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	449,50	449,50	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	2.650.845,27	2.196.356,12	454.489,15	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	81.333,73	81.333,73	0,00	0,00
Observações:				

Fonte: GEAF/GAB/SEE/MME e CGOF/SPOA/MME

Análise crítica

Restos a Pagar não Processados: Saldo a Pagar em 31/12/2010, no valor de R\$ 454.489,15 corresponde as seguintes Notas de Empenho:

2009NE900007 - AIRES TURISMO LTDA	R\$ 5.768,43
2009NE900026 - ITORORO PREFEITURA (pgto.: 20/1/2010)	R\$ 35.616,15
2009NE900027 - ITORORO PREFEITURA (pgto.: 20/1/2010)	R\$ 83.104,57
2009NE900046 - SAO FRANCISCO PREF. (pgto.: 9/2/2010)	R\$ 330.000,00
Total Liquidado em 2010:	R\$ 454.489,15

Este montante liquidado em 2010, não impactou o orçamento da SEE, porque foi pago pelo orçamento do MME.

Fonte: GEAF/GAB/SEE/MME e CGOF/SPOA/MME

5. Recursos Humanos da Unidade

A SPOA fornecerá as informações referentes ao item 5 e seus subitens.

a) Composição do Quadro de Servidores Ativos

b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

c) Composição do Quadro de Estagiários

d) Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

e) Locação de Mão de Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços

f) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

6. Informação sobre Transferências

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2010

Tabela XCVIII: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Secretaria de Energia Elétrica									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 3200013				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	21/2005	07.060.718.0001/12	2.307.447,44	343.000,00	0	1.964.447,44	27/12/2005	30/06/2011	1
2	S/N	003.944.452/0529-10	2.709.800,00	0	0	2.709.800,00	10/09/2007	30/12/2010	1
2	S/N	01.612.452/0001-97	3.000.000,00	0	0	3.000.000,00	21/09/2007	30/12/2010	1
1	701092/2008	24.772.253.0001-41	150.699,00	40.800,00	30.000,00	109.899,00	30/12/2008	22/03/2011	1
3	700872/2008	03.475.900/0001-83	573.590,00	60.000,00	0	513.590,00	31/12/2008	30/04/2011	1
1	701094/2008	01.617.905/0001-78	160.194,64	75.962,00	0	84.232,64	31/12/2008	10/04/2011	1
1	701096/2008	88.138.292/0001-74	190.800,00	25.000,00	0	165.800,00	31/12/2008	22/08/2011	1
1	701097/2008	03.239.043.0001-12	101.428,68	23.700,00	0	77.728,68	31/12/2008	31/12/2010	1
1	701083/2008	06.068.973/0001-49	661.198,00	66.200,00	0	594.998,00	31/12/200/	29/12/2010	1
1	702023/2008	46.634.234/0001-91	146.999,97	47.000,00	0	99.999,97	31/12/2008	18/11/2010	1
1	702020/2008	46.634.200/0001-05	163.700,00	63.700,00	0	100.000,00	31/12/2008	30/12/2010	1

1	702044/2008	46.634.374/0001-60	111.554,45	11.555,00	0	99.999,45	31/12/2008	2/12/2010	1
1	719128/2009	18.301.036/0001-70	120.000,00	20.000,00	0	100.000,00	24/12/2009	22/09/2011	1
1	719220/2009	04.365.326/0001-73	113.300,00	10.300,00	0	103.000,00	29/12/2009	11/08/2011	1
1	720020/2009	24.616.187/0001-10	115.558,25	11.250,00	0	104.308,25	28/12/2009	22/12/2010	1
1	720037/2009	05.913.209/0001-60	215.680,00	22.000,00	0	193.680,00	28/12/2009	28/06/2011	1
1	720243/2009	13.752.993/0001-08	298.070,72	25.000,00	154.350,00	273.070,72	04/01/2010	19/05/2011	1
1	720600/2009	01.738.780.0001/34	312.550,00	30.345,00	0	192.793,00	29/12/2009	23/06/2011	1
1	720171/2009	12.356.879/0001-98	380.000,00	80.000,00	0	249.886,00	29/12/2009	26/01/2011	1
1	720428/2009	46.634.291/0001-70	12.250,00	20.250,00	0	100.000,00	29/12/2009	22/12/2010	1
1	720215/2009	22.679.153/0001-40	130.000,00	30.000,00	0	100.000,00	29/12/2009	29/09/2011	1
1	729287/2009	22.679.153/0001-40	343.000,00	13.200,00	0	330.000,00	04/01/2010	30/04/2011	1
2	S/N	00.059.311/0001-26	329.623,00	0	329.623,00	329.623,00	01/09/2010	31/08/2011	1
1	701796/2008	01.171.012/0001-41	1.068.841,65	123.448,40	0	945.403,25	31/12/2008	09/09/2010	6
1	702588/2008	28.576.080/0001-47	120.000,00	20.000,00	0	120.000,00	31/12/2008	15/09/2010	6
1	720157/2009	01.169.416/0001-09	266.930,00	27.000,00	0	239.930,00	29/12/2009	29/11/2010	6
1	009/2004-MME	00.073.957/0001-68	1.262.500,00	253.500,00	0	1.262.500,00	26/11/2004	31/12/2012	1
1	010/2004-MME	00.357.038/0001-16	10.447.887,00	1.732.000,00	0	7.947.887,00	30/09/2004	31/12/2011	1
1	012/2004-MME	23.274.194/0001-19	2.620.797,00	3.602.150,00	0	2.620.797,00	26/11/2004	24/11/2012	1
1	014/2004-MME	33.541.368/0001-16	5.916.431,98	468.432,00	0	5.916.431,98	22/12/2004	27/12/2011	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: DPUE/SEE

6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Tabela XCIX: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Energia Elétrica						
CNPJ: 37.115.383/0001-53				UG/GESTÃO: 3200013		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	11	11	0	3.161.348,00	2.373.499,00	184.350,00
Contrato de Repasse	0	0	1	0	0	329.623,00
Termo de Parceria	1	0	0	0	513.590,00	
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	12	11	1	3.161.348,00	2.887.089,00	513.973,00

Fonte: DPUE/SEE

6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Tabela C: Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Energia Elétrica					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 3200013		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	15	24.588.810,15	17.747.615,98	2.589.412,00	88% - Prodeem 2% - DPUE
Contrato de Repasse	1	329.623,00	329.623,00		100%
Termo de Parceria	1	513.590,00			
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	17	25.432.023,15	18.077.238,98	2.589.412,00	

Fonte: DPUE/SEE

6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Tabela CI: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Energia Elétrica					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 3200013		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		9	2
		Montante Repassado		4.516.920,30	5.709.800,00
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	1	0
			Montante Repassado (R\$)	1.672.000,00 (Devolvido: 1.468.584,73)	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade		1	0
		Montante Repassado (R\$)		4.240.057,00	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado (R\$)		0	0
2008	Contas prestadas	Quantidade		1	0
		Montante Repassado (R\$)		497.354,00	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado (R\$)		0	0
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado (R\$)		0	0

Fonte: DPUE/SEE

6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Tabela CII: Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Energia Elétrica					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 3200013		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			3	0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		9	2
		Montante repassado (R\$)		4.516.920,30	5.709.800,00
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	0
			Montante repassado (R\$)	1.672.000,00 (Devolvido: 1.468.584,73)	0
2009			Quantidade de contas prestadas		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	0
		Montante repassado (R\$)		4.709.451,00	0
2008	Quantidade de contas prestadas			0	1
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	9.402.503,22
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado		0	0
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado		0	0

Fonte: DPUE/SEE

6.2. Análise Crítica

Não há inadimplência referente às transferências voluntárias. As transferências voluntárias não foram afetadas pela legislação referente ao disposto no art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010.

A quantidade e volume dos recursos transferidos nos exercícios de 2008 a 2010 apresentaram declínio significativo, em razão dos contingenciamentos orçamentários, porém, não trouxeram prejuízo no atendimento aos projetos planejados.

Com exceção da 2ª parcela de um convênio celebrado em 2009, não há previsão de transferência de recursos no exercício de 2011.

As prestações de contas expiradas até 2009 estão sendo analisadas, porém para aprovação necessitam de documentos complementares que estão sendo solicitados aos convenientes e os convênios e contrato de repasse com vigência até 2010 ainda não tiveram os prazos de prestação de contas expirados.

A partir de 2008 as prestações de contas estão sendo colocadas no Sistema de Convênios – SICONV, porém o Sistema ainda não está plenamente adequado, acarretando dificuldades no registro da documentação pelo conveniente e também para análise da concedente. Os recursos humanos estão adequados.

A estrutura de controle definida para o gerenciamento e fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho estão adequados considerando o volume de transferências realizadas.

7. Declaração da Área Responsável

Não se aplica à SEE/MME.

8. Declarações de Bens e Rendas

Não se aplica à SEE/MME.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ

Tabela CIII: Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	NA				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada,				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Considerações gerais:

Os dois primeiros aspectos do sistema de controle interno foram avaliados observando a SEE como um todo, sendo que os quatro aspectos seguintes levaram em consideração o **macroprocesso referente ao monitoramento do sistema elétrico brasileiro**. Este macroprocesso está relacionado às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE e diz respeito a um dos Objetivos Estratégicos da SEE.

A metodologia utilizada na análise foi a de reunir pessoas representantes dos níveis estratégicos e táticos da SEE e do DMSE, para discutir cada um dos itens do questionário. Importa destacar que todos os participantes da referida reunião percebem os controles internos como essenciais ao desenvolvimento das atividades e à consecução dos objetivos setoriais da unidade.

Em relação ao código de ética, o DMSE não possui código de ética próprio, porém segue o código de ética estabelecido pela Administração Pública Federal, conforme Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

Os processos de monitoramento do sistema elétrico – monitoramento da expansão da geração, da expansão da transmissão e do desempenho do setor elétrico – estão, em sua maioria, padronizados e registrados em documentos formais.

A participação dos servidores no processo de elaboração dos procedimentos e das instruções operacionais é constantemente estimulada. Efetivamente, a maioria das sugestões de melhoria nos procedimentos são apresentadas pelos próprios servidores, tendo em vista o conhecimento técnico e a expertise que possuem sobre os processos.

As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. As atividades de monitoramento do sistema elétrico estão muito bem definidas e os responsáveis pela condução das tarefas são formalmente designados.

Os objetivos e metas do DMSE estão bem delineados, seja no Plano Plurianual seja no Planejamento Estratégico da Secretaria de Energia Elétrica. A prática da unidade quanto à realização de diagnósticos dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los, é uma atividade em constante evolução e busca de aprimoramento, na medida das demandas requeridas pela complexidade dos processos e essência da questão energética nacional.

Pode-se afirmar que existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da SEE, claramente estabelecidas. Há constantemente reuniões com os empreendedores para monitoramento do andamento das obras de infraestrutura (UHE, UTE, etc.). Além disso, o DMSE está em constante interação com outras organizações governamentais que atuam no setor de energia elétrica – ONS, Aneel, CCEE, etc. – para estabelecer políticas e ações que visam garantir os objetivos e as metas institucionais estabelecidas.

Importa registrar que os custos referentes aos controles internos da unidade são pequenos e os benefícios para a gestão dos processos e alcance dos objetivos estratégicos são bastante significativos, estabelecendo-se, assim uma relação custo-benefício muito favorável. O acompanhamento e análise dos indicadores de desempenho do

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
Departamento, permitem um controle contínuo e eficaz das atividades em desenvolvimento. Em relação à comunicação, importa registrar que tendo em vista as atividades de monitoramento do sistema elétrico que o DMSE desenvolve, há uma quantidade enorme e rica de informações sobre o assunto. São elaborados relatórios sobre o desempenho do sistema elétrico, bem como sobre o andamento da construção de usinas, de linhas de transmissão e outros. A informação perpassa todos os níveis hierárquicos da organização e atende aos diferentes interesses e necessidades de grupos internos e externos ao Departamento. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado relativamente adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. No ano de 2010, houve criação de novos indicadores para monitoramento dos processos de gestão da unidade como, por exemplo, os indicadores de reuniões realizadas com os empreendedores e de inspeção técnica das obras monitoradas pelo DMSE, entre outros. O fortalecimento do controle interno do Departamento alicerça-se continua e progressivamente na conscientização, transparência e plena participação de toda a força de trabalho do Departamento. Relativamente ao item 17, informamos que ele não se aplica ao processo sob apreciação, na medida em que não houve qualquer ocorrência que o justifique. Contudo, à vista de uma eventual necessidade, o setor deve proceder conforme as normas legais em vigor.	
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

Fonte: SEE

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade

A SPOA encaminhará as informações.

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ

A SPOA encaminhará as informações.

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

A SPOA encaminhará as informações.

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica à SEE/MME.

14. Renúncia Tributária

Não se aplica à SEE/MME.

15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU

O Tribunal de Contas da União – TCU realizou, no ano de 2002, Auditoria de Natureza Operacional, com o objetivo de avaliar o desempenho do “Programa Energia das Pequenas Comunidades”, constante do Plano Plurianual 2000-2003, que integrava o Projeto Alvorada, cuja missão foi a de atender com energia elétrica as escolas, postos de saúde e sistemas comunitários de bombeamento d’água situados nas localidades isoladas não supridas pela rede convencional, além de priorizar as ações relacionadas com eletrificação rural e energia dos eixos norte e nordeste.

Como resultado, foi prolatado o Acórdão nº 598/2003 – TCU – Plenário, contendo 14 recomendações – itens 9.1 (9.1.1 a 9.1.14) e 4 determinações – itens 9.2 (9.2.1 a 9.2.4). A partir desse Acórdão e do diagnóstico efetivado pelo MME foi lançado o Plano de Revitalização e Capacitação – PRC/PRODEEM, com as premissas e diretrizes voltadas à reestruturação do Programa.

A Controladoria-Geral da União – CGU, em cumprimento à determinação da Corte de Contas, vem, a partir da efetiva evolução do PRC/PRODEEM, fiscalizando, orientando e reorientando os atos de gestão da Unidade Jurisdicionada, objetivando a implementação das ações consideradas mais complexas, adequando-as ao atual cenário das políticas públicas setoriais, saneando, com as devidas baixas, aquelas consideradas efetivamente cumpridas.

Nesse contexto, a Secretaria de Energia Elétrica elaborou, em julho de 2008, o PLANO DE AÇÃO PRODEEM 2008-2009, resultando, no Plano de Providências Permanente – PPP, o qual contempla o conjunto de constatações e recomendações da CGU, decorrentes do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224468, bem como as correspondentes ações da SEE voltadas ao saneamento das pendências, cujos avanços foram compartilhados com a CGU por meio de reuniões periódicas.

Assim, relativamente ao Prodeem, o Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 224468 e, consequentemente, o PPP, fixaram 02 Constatações: 004 – 1.1.1.1, com as seguintes Recomendações correspondentes: 001, 002, 003, 004, 005, 006 e 007; e 003 – 1.1.2.3, com 2 Recomendações – 001 e 002.

Dessa forma, desde 2008, a SEE atua no sentido de implementar o conjunto de constatações, recomendações e ações decorrentes do PPP no que se refere ao Programa Nacional de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios – Prodeem, fato que credencia a Unidade a julgar prejudicado o preenchimento dos Quadros A.15.1 e A.15.2 do item em comento.

Não obstante, o detalhamento, com os destaques referentes às providências adotadas; síntese dos resultados obtidos; análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências e justificativas para o seu não cumprimento, se encontram no item 16,

subitens 16.1 – Recomendações do OCI Atendidas no Exercício e 16.2 - Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Final do Exercício, do presente Relatório de Gestão.

15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não se aplica.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não se aplica.

16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)

16.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Item 1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (004)

Deficiência no planejamento e execução do PRC do PRODEEM, em razão da não observância das recomendações do Controle Interno e não acatamento de recomendações e determinações do Acórdão 598/2003 – TCU Plenário.

Tabela CIV: Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224468	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Descrição da Recomendação:			
004 - Caso haja necessidade de executarem-se novas ligações ou religações em áreas anteriormente atendidas, de equipamentos novos ou revitalizados, no âmbito dos convênios com Eletronorte, Chesf, Furnas e Eletrosul, previamente à definição de normatização sobre transferência patrimonial dos ativos, elabore parecer circunstanciado com justificativas para execução de tais ligações, explicitando as localidades a serem atendidas, o serviço a ser executado e os custos detalhados da execução.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Síntese da providência adotada:			

No Plano de Providências da SEE, foi estabelecida uma ação para atendimento desta recomendação: Ação SEE nº 07/2009: Realizar reunião com a Eletronorte, Furnas, Eletrosul e Chesf para compartilhar os resultados da auditoria e determinar que não sejam executadas novas ligações ou religações, previamente à definição de normatização sobre transferência patrimonial dos ativos.
A ação SEE nº 07/2009 foi concluída, tendo em vista que foram realizadas reuniões, nas quais ocorreram as divulgações dos resultados da auditoria e a determinação de que não haveria transferências de recursos para a realização de novas ligações e religações no âmbito dos convênios firmados para a execução do PRC-Prodeem.
Síntese dos resultados obtidos
Após orientação da CGU, não houve transferência de recursos financeiros aos convênios firmados com as empresas Eletrosul, Eletronorte, Furnas e Chesf para a execução do PRC-Prodeem. Os convênios tiveram apenas aditamento de prazo.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Os aspectos positivos que facilitaram a adoção das providências pelo gestor estão relacionados ao avanço do Programa Luz para Todos – PLpT. Dessa forma, comunidades isoladas anteriormente atendidas pelo Prodeem, estão sendo atendidas pelo PLpT, não havendo, nesses casos, a necessidade de realização de novas ligações ou religações de sistemas fotovoltaicos no âmbito do Prodeem.

Descrição da Recomendação:	
006 - Elabore e apresente a esta CGU-PR, para acompanhamento, análise de custo/benefício referente às atividades de revitalização de equipamentos no âmbito do PRC/PRODEEM.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Síntese da providência adotada:	
A SEE discordou da recomendação acima, pois, independente do resultado do estudo, a análise de custo/benefício não trará novos argumentos para a tomada de decisões futuras no atual estágio do PRC/PRODEEM, em que 82% dos sistemas já foram revitalizados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não se aplica.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica.	

Descrição da Recomendação:	
007 - Elabore e apresente a esta CGU-PR, para acompanhamento, reportes mensais sobre o andamento da implementação das recomendações anteriores.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Síntese da providência adotada:	
No Plano de Providências da SEE, foi estabelecida uma ação para atendimento desta recomendação: Ação SEE nº 10/2009: Realizar reuniões mensais, com participação da CGU, para acompanhamento do plano de providências, a partir de agosto de 2009.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foram realizadas 4 reuniões com a CGU sobre acompanhamento do Plano de Providências da SEE, que contou com a participação da SE/MME, SPOA/MME, CONJUR/MME e GM/MME, além de representantes da SEE.	
O compartilhamento das informações sobre as atividades desenvolvidas pela SEE para atender as recomendações da CGU não se resumiu às realizações de reuniões. Foram encaminhadas à CGU, por meio de ofício, informações sobre	

Plano de Ação para a normalização dos convênios que estavam com prazo de vigência expirado. Além disso, a SEE respondeu a todas as solicitações de auditoria realizadas pelo CGU neste período.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

O ponto positivo para a adoção pelo gestor das providências necessárias ao cumprimento desta recomendação foi a consolidação da parceria SEE e CGU para adequação desta Secretaria às recomendações expedidas pelo órgão de controle. Criou-se um ambiente de cooperação entre as duas organizações que facilita o compartilhamento de informações e a resolução das questões levantadas pelo Relatório de Auditoria nº 224468, referente ao exercício de 2008.

Item 1.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (003)

Custos discrepantes para execução de serviços semelhantes nos convênios firmados com as concessionárias Eletronorte, Chesf, Eletrosul e Furnas para execução do Plano de Revitalização e Capacitação - PRC do PRODEEM.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224468	1.1.2.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Descrição da Recomendação:			
001 - Que as liberações de recursos financeiros no âmbito dos convênios do PRC/PRODEEM ainda vigentes sejam antecedidas de memória de cálculo dos custos efetivamente incorridos, as quais deverão compor as prestações de contas das convenientes.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Síntese da providência adotada:			
No Plano de Providências da SEE, foi estabelecida uma ação para atendimento desta recomendação: Ação SEE nº 11/2009: Realizar reunião com a Eletronorte, Furnas, Eletrosul e Chesf para compartilhar os resultados da auditoria e comunicar às empresas que estão suspensas todas as transferências de recursos financeiros para a finalização da execução do PRC-PRODEEM.			
Síntese dos resultados obtidos			
Após orientação da CGU, decidiu-se que não haveria mais a transferência de recursos para os convênios firmados com as empresas Eletrosul, Eletronorte, Furnas e Chesf para a execução do PRC-Prodeem.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O conjunto de estratégias adotadas pelo MME possibilitou a implementação da ação, de forma que os convênios foram aditados somente por prazo.			
Até que sejam implementadas as ações SEE nº 02, 03, 08 e 09 as gestões serão feitas de forma a não comprometer a operacionalidade dos sistemas fotovoltaicos que permanecerem instalados, uma vez que requerem assistência técnica periódica, bem como a retirada dos sistemas de comunidades que vierem a ser atendidas pelo avanço do PLpT.			

Descrição da Recomendação:	
002 - Doravante, anteriormente a celebração de convênios, efetue levantamento prévio para diagnosticar com precisão os serviços a serem executados e os custos detalhados para sua execução.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Síntese da providência adotada:	
No Plano de Providências da SEE, foi estabelecida uma ação para atendimento desta recomendação: Ação SEE nº 12/2009: Expedir memorando a todos os Departamentos da SEE orientando para que, anteriormente a celebração de convênios, efetuem levantamento prévio para diagnosticar com precisão os serviços a serem executados e os custos detalhados para sua execução.	
Síntese dos resultados obtidos	
Esta ação da SEE, além de divulgar os resultados da auditoria realizada pela CGU, ratificou a necessidade de efetuar diagnóstico prévio dos serviços a serem executados e dos custos detalhados para a sua execução. Após esta orientação, não houve nenhum outro convênio firmados pela SEE, que não houvesse muito bem definidas estas duas variáveis.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos que facilitaram a adoção das providências tomadas estão relacionados ao apoio dos Diretores dos Departamentos e ao engajamento dos gestores de convênios da SEE.	

Item 1.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (002)

Pagamentos indevidos na execução do contrato nº 4500060691, objeto do Convênio nº 001/2006, em face de diferenças de alíquotas de PIS e COFINS previstas na proposta e no recolhimento ao tesouro nacional, e na duplicidade de pagamento de férias.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224468	1.1.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Descrição da Recomendação:			
001 - Recomenda-se ao gestor que determine a Eletronorte estornar os valores pagos indevidamente à empresa contratada e renegocie termo aditivo com a contratada para adequação dos preços unitários empregando o novo valor de K.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Síntese da providência adotada:	
No Plano de Providências da SEE, foram estabelecidas duas ações para atendimento desta recomendação: Ação SEE nº 13/2009: Realizar reunião com a Eletronorte para compartilhar os resultados da auditoria e orientar a empresa para que, juntamente com a Concremat, esclareça as constatações da CGU e adote providências para ressarcimento das despesas pagas indevidamente, se efetivamente ficarem comprovadas; Ação SEE nº 14/2009: Expedir ofício à Eletronorte com orientações expressas sobre a recomendação, de forma a solucionar e/ou esclarecer a constatação 1.1.2.2.	
Síntese dos resultados obtidos	
Os resultados obtidos foram: 1) Foi glosado pagamento de alíquota de 0,5% FGTS, com o aval da empresa Comcremat, referente ao período de 06/07/2007 a 04/09/2009, cujo valor total foi de R\$ 485,20; 2) Foi glosado também o pagamento de férias dos prestadores de serviço, referente à Fatura 35803 – no valor de R\$ 32.213,09 – e a Fatura 36206 – no valor de R\$ 5.534,99; e 3) A Concremat apresentou todos comprovantes da Receita Federal de recolhimento do PIS/COFINS, conforme solicitação no parecer da sua área jurídica. O Superintendente de Contabilidade da ELN expediu documento atestando “A documentação atende, contudo, a recomendação solicitada pela Controladoria Geral da União, comprovando que o percentual utilizado pela Concremat nos recolhimentos de PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) está em conformidade com as alíquotas utilizadas na composição do fator K contratual”. O TCU realizou auditoria em fevereiro/2010, neste Convênio, visando sanear o Processo de Tomada de Contas de 2008. Após análise da documentação, validou as providências tomadas.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A facilidade de comunicação com as empresas Eletronorte e Concremat e o controle da documentação facilitaram consideravelmente a adoção das providências tomadas pelo gestor.	

Item 2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (005)

Convênio entre SEE/MME, SPE/MME e Eletronorte tendo como real objeto a contratação de mão-de-obra terceirizada para atuação em atividades finalísticas do Ministério.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224468	2.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Descrição da Recomendação:			
001 - Adotem imediatos procedimentos no sentido de adequar o Ministério às determinações do Termo de Conciliação Judicial - Processo nº 00810-2006-017-10-00-7, homologado judicialmente em 11/12/2007.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Síntese da providência adotada:			
A SEE discordou da recomendação, pois não considera o Convênio nº 001/2006, firmado com a Eletronorte, como prática de terceirização.			
Síntese dos resultados obtidos			

Não se aplica.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não se aplica.

Descrição da Recomendação:	
002 - Abstenham-se de celebrar convênios com objeto que possibilite a contratação de serviços que devam ser desempenhados exclusivamente por servidores do Ministério.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Síntese da providência adotada:	
Apesar de a SEE não celebrar convênios cujo objeto possibilite a contratação de serviços que devam ser desempenhados exclusivamente por servidores do Ministério, o Plano de Providências da SEE definiu uma ação para o atendimento dessa recomendação: Ação SEE nº 15/2009: Expedir memorando a todos os Departamentos da SEE orientando para que não celebrem convênios cujo objeto possibilite a contratação de serviços que devam ser desempenhados exclusivamente por servidores do Ministério.	
Síntese dos resultados obtidos	
A expedição dos memorandos n.º 478, 479 e 480/2009/SEE aos Departamentos da SEE, determinando para que “...Abstenham-se de celebrar convênios com objetivo que possibilite a contratação de serviços que devam ser desempenhados exclusivamente por servidores do Ministério”, foi uma ratificação de um princípio da Secretaria. Logo, importante para fortalecer ainda mais a realização de serviços finalísticos por servidores do Ministério.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica.	

Descrição da Recomendação:	
003 - Não prorroguem a vigência do Convênio nº 01/2006, prevista para encerramento em 28/04/2010.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Síntese da providência adotada:	
No Plano de Providências da SEE, foi estabelecida uma ação para atendimento desta recomendação: Ação SEE nº 16/2009: Expedir ofício à Eletronorte informando que o convênio não será prorrogado, determinando seu encerramento em 28/04/2010.	
Síntese dos resultados obtidos	
Em 10 de agosto de 2009, foi encaminhado Ofício SEE nº 296/2009 à Eletronorte, informando que o Convênio nº 001/2006 não seria prorrogado. Em 31 de março de 2010, houve desconstrução total dos serviços e, portanto, encerramento do convênio. Atualmente, a CGOF/SPOA está analisando a prestação de contas final. O saldo resultante da prestação dos serviços foi devolvido pela Eletronorte. Aguarda-se parecer da CGOF/SPOA para posterior emissão de Parecer Final e “baixa” no sistema.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A facilidade de comunicação entre a SEE e a Eletronorte contribuiu positivamente para a adoção desta recomendação da CGU. O acúmulo de processos / convênios de todas as áreas do MME para análise da pequena equipe da CGOF/SPOA tem atrasado o encerramento definitivo do Convênio n.º 001/2006. Não obstante, a recomendação foi totalmente atendida.	

Item 1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (001)

Morosidade na apreciação das prestações de contas dos convênios firmados pela Secretaria de Energia Elétrica.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224468	1.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Descrição da Recomendação:			
001 - Recomendamos à Secretaria de Energia Elétrica que diante da situação exposta se estruture para que aprecie tempestivamente as prestações de contas dos convênios celebrados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Síntese da providência adotada:			
No Plano de Providências da SEE, foram estabelecidas duas ações para atendimento desta recomendação: Ação SEE nº 17/2009: Elaborar diagnóstico da situação dos convênios apontados no Relatório de Auditoria da CGU; Ação SEE nº 18/2009: Elaborar Plano de Ação para regularização das prestações de contas dos convênios apontados no Relatório de Auditoria da CGU. Em relação à ação nº 17/2009, todos os convênios que foram citados pelo Relatório de Auditoria da CGU foram diagnosticados. Este trabalho teve o objetivo de identificar a situação dos convênios e esclarecer o porquê eles estavam com o prazo de vigência expirado. Em seguida, houve a elaboração de um Plano de Ação para efetuar a regularização das prestações de contas destes convênios e proceder ao encerramento formal. Observa-se que dos 15 convênios citados pela CGU no Relatório de Auditoria, três foram encerrados, outros três foram encerrados e aguardam destinação de bens e nove estão em processo de encerramento, aguardando análise da prestação de contas final pela CGOF/SPOA/MME ou informações adicionais a serem encaminhadas pelo conveniente.			
Síntese dos resultados obtidos			
A SEE somou esforços para aprimorar a gestão dos convênios firmados pela Secretaria. Após a recomendação da CGU, observou-se que havia a necessidade de realizar controle e monitoramento dos convênios de forma centralizada, além do controle descentralizado efetuado pelos Departamentos. Isso possibilitou a consolidação das informações de todos os convênios firmados pela SEE, além de melhorias na gestão e no monitoramento de prazos. Atualmente, a gestão de convênios de forma centralizada está sob responsabilidade do Gabinete da SEE. Esse assunto também faz parte do planejamento estratégico da Secretaria, sendo o Secretário da SEE, o maior patrocinador desse projeto. Em relação aos convênios citados no Relatório de Auditoria da CGU, foram encerrados seis convênios no SIAFI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A inclusão, no Planejamento Estratégico da SEE, de Plano de Ação sobre melhorias no processo de gestão dos convênios foi essencial para dar cumprimento à recomendação da CGU. Outro fator que contribuiu consideravelmente para a adoção dessa orientação foi a participação direta do Secretário no processo de gestão e controle dos convênios. Os fatores negativos que prejudicaram a adoção das providências, no que se refere principalmente ao diagnóstico e o encerramento dos convênios citados pela CGU, estão relacionados ao fato de alguns convênios terem mais de dez anos de existência, o que dificulta o acesso às informações sobre eles.			

Fonte: SEE/MME

Após a realização do diagnóstico dos convênios citados pela CGU, a SEE elaborou um Plano de Ação, que visa normalizar a situação dos convênios que possuem prazos de vigência expirados e estão sob a responsabilidade desta Secretaria. Este Plano de Ação, representado pela figura 61, foi atualizado no dia 31/12/2010.

Tabela CV: Plano de Ação dos Convênios

PLANO DE AÇÃO - CONVÊNIOS				
SIAFI Nº	CONVÊNIO Nº	DESCRIÇÃO DO OBJETO DO CONVÊNIO	AÇÕES	PRAZO
343391	001/98 - SEOP/PA	Implantação do Projeto denominado: “Desenvolvimento Energético das Regiões Nordeste/Sul do Estado do Pará”, cuja execução será feita em duas etapas, assim identificadas: I – A primeira etapa, desmembrada em dois subprojetos, visa à implantação e/ou melhoramentos na rede elétrica polarizada nos municípios de Bragança/Viseu e Rio Vermelho/Piçarra/São Geraldo do Araguaia, conforme detalhado nos Planos de Trabalho e Projetos Básicos respectivos. II – A segunda etapa será definida após a divulgação de instrumento legal que permita a transferência, diretamente ao Estado do Pará, de recursos diversamente classificados pela Lei nº 9.598, de 30 de dezembro de 1997. Para isso, se procederá à assinatura de Termo Aditivo ao presente Convênio, explicitando as demais obras e os valores respectivos, sem representar acréscimo ao Objeto do Convênio.”	1. Elaboração de laudo técnico/administrativo sobre o convênio.	31/03/2011
			2. Localizar ou Recompor a Prestação de Contas Final.	29/04/2011
			3. Realizar inspeção física objetivando a emissão de parecer técnico quanto ao cumprimento do objeto do Convênio.	31/05/2011
			4. Encaminhar o processo à SPOA para análise da execução financeira do convênio.	15 dias após Ação 3
			5. Emitir parecer técnico aprovando a Prestação de Contas Final do Convênio.	15 dias após Ação 4
			6. Encaminhar o processo à SPOA para encerramento e baixa do Convênio no SIAFI.	15 dias após Ação 4
			7. Encerrar o Convênio.	SPOA/CGOF
			8. Analisar destinação de bens.	SEE
376556	001/99 - SEOP/PA	“Implantação do “Projeto Desenvolvimento Energético das Regiões Baixo Tocantins (Oeiras do Pará) – Oeste do Pará, conforme previsão contida na Lei nº 9.789, de 23/02/99, abrangendo a ampliação da Subestação de Cametá com a instalação de um transformador de 13,8/34,5kV – 2,0/3,25MVA e uma entrada de linha de 34,5 kV, e a construção de 88 km de Rede Distribuição Rural de 34,5 kV partindo da Subestação de Cametá até o Município de Oeiras do Pará”.	1. Elaboração de laudo técnico/administrativo sobre o convênio.	Concluída
			2. Realizar inspeção física objetivando a emissão de parecer técnico quanto ao cumprimento do objeto do Convênio.	31/05/2011
			3. Encaminhar o processo à SPOA para análise da execução financeira do convênio.	15 dias após Ação 2
			4. Emitir parecer técnico aprovando a Prestação de Contas Final do Convênio.	15 dias após Ação 3
			5. Encaminhar o processo à SPOA para encerramento e baixa do Convênio no SIAFI.	15 dias após Ação 4
			6. Encerrar o convênio.	SPOA/CGOF
			7. Analisar destinação de bens.	SEE

SIAFI Nº	CONVÊNIO Nº	DESCRIÇÃO DO OBJETO DO CONVÊNIO	AÇÕES	PRAZO
372258	012/99 - CEPEL	“Realização de projetos voltados para o maior aproveitamento das fontes de energia renováveis e descentralizadas, visando a utilização em todo o país, no âmbito do Prodeem”.	1. Emitir parecer aprovando a Prestação de Contas Final.	Concluído
			2. Encaminhar o processo à SPOA para registro da aprovação no SIAFI/arquivo.	Concluído
			3. Encerrar o Convênio.	Concluído
			4. Analisar destinação de bens.	SEE
291181/ 383366	021/99 - SEINFRA/BA	“Instalação de sistemas de geração elétrica, com fontes renováveis e auto-sustentáveis, para o atendimento de comunidades isoladas do Estado da Bahia (Prodeem)”.	1. Emitir parecer aprovando a Prestação de Contas Final.	Concluído
			2. Encaminhar o processo à SPOA para registro da aprovação no SIAFI/arquivo.	Concluído
			3. Encerrar o Convênio.	Concluído
391457	004/2000 - SEINPE/RJ	“Instalação de sistemas de geração elétrica, com fontes renováveis e auto-sustentáveis, para o atendimento de comunidades isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Prodeem)”.	1. Inspeção técnica de campo. (8/1 a 8/2/2010)	Concluído
			2. Emitir parecer técnico aprovando a execução do objeto do Convênio.	29/04/2011
			3. Encaminhar o processo à SPOA para análise da execução financeira.	16/05/2011
			4. Emitir parecer aprovando a Prestação de Contas Final.	15 dias após Ação 3
			5. Encaminhar o processo à SPOA para registro da aprovação no SIAFI/arquivo.	15 dias após Ação 4
			6. Encerrar o Convênio.	SPOA/CGOF
430745	011/2001 - FAPEPE/MG	“Implantação pela FAPEPE de um centro de formação de recursos humanos em fontes renováveis de energia, denominado Centro de Inovações Tecnológicas em Energia e Meio Ambiente – CITEMA, destinado a apoiar as ações do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - Prodeem”.	1. Emitir parecer aprovando a Prestação de Contas Final.	Concluído
			2. Encaminhar o processo à SPOA para registro da aprovação no SIAFI/arquivo.	Concluído
			3. Encerrar o Convênio.	Concluído
			4. Analisar destinação de bens.	SEE
SIAFI Nº	CONVÊNIO Nº	DESCRIÇÃO DO OBJETO DO CONVÊNIO	AÇÕES	PRAZO

430749	012/2001 - UNI-SOL/AM	“Implantação, pela UNI-SOL, de um centro de Formação de Recursos Humanos em fontes alternativas de energia, destinado a apoiar as ações do Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - Prodeem”.	1. Obter junto ao conveniente o “Termo de Aceitação Definitiva da Obra”.	Concluído
			2. Encaminhar processo à SPOA para análise da execução financeira.	Em andamento
			2.1 Solicitada complementação de documentos pela SPOA – Nota CGOF nº 44/2010	Concluído
			2.2 Encaminhado Ofício nº 183/SEE/MME, de 2 de junho de 2010, à UNI-SOL solicitando documentos complementares	Concluído
			2.3 Reencaminhar o processo à SPOA para registro da aprovação no SIAFI/arquivo.	Concluído
			3. Emitir parecer aprovando a Prestação de Contas Final.	15 dias após Ação 2
			4. Encaminhar o processo à SPOA para registro da aprovação no SIAFI/arquivo.	15 dias após Ação 3
			5. Encerrar o Convênio.	SPOA/CGOF
			6. Analisar destinação dos bens.	SEE

SIAFI Nº	CONVÊNIO Nº	DESCRIÇÃO DO OBJETO DO CONVÊNIO	AÇÕES	PRAZO
465611	009/2002 – CPRM	“Criação de um banco de dados baseado no cadastramento das fontes de abastecimento de água subterrânea no semi-árido brasileiro, que subsidiará projeto sequencial de instalação de sistemas de bombeamento (Prodeem)”.	1. Devolver o processo à SPOA para análise, encerramento e baixa no SIAFI. (Mem. 589/2009/SEE, de 23/9/2009).	Em andamento
			2. Solicitar à CPRM informações adicionais para subsidiar a SPOA na análise da execução financeira do convênio.	Em andamento
			3. Solicitar apoio da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral para obtenção da documentação, complementar necessária à análise da Prestação de Contas Final do Convênio.	04/02/2011
			4. Reencaminhar o processo à SPOA e aguardar análise da execução financeira do convênio.	5 dias após a Ação 3
			5. Emitir parecer técnico aprovando a Prestação de Contas Final do Convênio.	15 dias após a devolução do processo à SEE
			6. Encaminhar o processo à SPOA para encerramento e baixa do Convênio no SIAFI.	5 dias após a Ação 5

			7. Encerrar o Convênio.	SPOA/CGOF
			8. Analisar destinação de bens.	SPOA/CGOF
516900	026/2004 - CEPEL	Desenvolver estudos para avaliar a natureza e a intensidade dos campos eletromagnéticos emitidos pelas linhas de transmissão de alta tensão da Rede Básica Nacional, de forma a poder dimensionar as influências a que são submetidas às pessoas e animais localizados nas suas proximidades.	1. Emissão da NT 007/2010 com solicitação de mais informações do CEPEL.	Concluído
			2. Envio de Ofício para solicitação de informações adicionais ao CEPEL.	Concluído
			3. Envio de informações adicionais pelo CEPEL.	Concluído
			4. Emissão de Parecer Técnico Financeiro Final à Prestação de Contas pelo CEPEL, pela SPOA/CGOF.	Aguardando parecer da SPOA/CGOF
			5. Análise e Parecer Técnico pela SEE/DMSE sobre a Prestação de Contas Final do CEPEL.	15 dias após Ação 4
			6. Manifestação do CEPEL sobre o Parecer Técnico e Financeiro da sua Prestação de Contas Final.	15 dias após Ação 4
			7. Encaminhamento do processo à SPOA para encerramento e baixa no SIAFI.	5 dias após Ação 6
			8. Encerramento do Convênio.	15 dias após Ação 4

SIAFI N°	CONVÊNIO N°	DESCRIÇÃO DO OBJETO DO CONVÊNIO	AÇÕES	PRAZO
516905	029/2004 - CEPEL	Desenvolver estudos para o monitoramento das perdas nas linhas de transmissão da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, de modo a elevar a eficiência do sistema de transmissão e reduzir os custos de produção dos sistemas de transmissão de energia elétrica no Brasil, com seus impactos na cadeia produtiva.	1. Emissão da NT 129/2009 com solicitação de mais informações do CEPEL.	Concluído
			2. Envio de informações adicionais pelo CEPEL.	Concluído
			3. Emissão de Parecer Técnico Financeiro Final à Prestação de Contas pelo CEPEL, pela SPOA/CGOF.	Aguardando parecer da SPOA/CGOF
			4. Análise e Parecer Técnico pela SEE/DMSE sobre a Prestação de Contas Final do CEPEL.	20 dias após Ação 3
			5. Manifestação do CEPEL sobre o Parecer Técnico e Financeiro da sua Prestação de Contas Final.	20 dias após Ação 3
			6. Encaminhamento do processo à SPOA para encerramento e baixa no SIAFI.	5 dias após Ação 5

			7. Encerramento do Convênio.	15 dias após Ação 6
515013	23/2004 - FUNARBE	Apoio à implementação de projetos, aquisição e montagem de equipamentos de pequenas unidades de agroindustriais em municípios do interior do estado de Minas Gerais.	1. Solicitada à FUNARBE a documentação complementar relativa às prestações de contas em 10/11/09.	Concluída
			2. Encaminhar à CGOF para análise da execução financeira.	Concluída
			3. Realizar inspeção física nos CCPs ainda não visitados.	Concluída
			4. Emitir parecer técnico aprovando a prestação de contas e o cumprimento do objeto.	5 dias após a apreciação pela CGOF da prestação de contas
			5. Encaminhar o processo à CGOF para baixa no SIAFI	15 dias após a Ação 4
			6. Emitir os Termos de Doação (132).	30 dias após a Ação 5
			7. Encaminhar para apreciação da CONJUR.	10 dias após a Ação 6
			8. Receber os Termos de Doação e encaminhar para assinatura dos Prefeitos.	10 dias após a Ação 7
			9. Receber os Termos de Doação e encaminhar ao Sr. Ministro para assinatura.	10 dias após a Ação 8
			10. Encaminhar o processo à SPOA para registro dos bens e baixa do processo.	10 dias após a Ação 9

SIAFI Nº	CONVÊNIO Nº	DESCRIÇÃO DO OBJETO DO CONVÊNIO	AÇÕES	PRAZO
530204	002/2005 - SENAI	Desenvolvimento e implementação de multiplicadores em Gestão de Ações Integradas do Programa Luz para Todos.	1. Encaminhado Ofício nº 124/2010, de 04/03/2010, estipulando 30 dias para envio dos documentos complementares relativos à comprovação da contrapartida conforme solicitação das notas 65/CGOF/2008 e 76/CGOF/2009.	Concluído
			2. Após o recebimento da documentação solicitada, encaminhar o processo à CGOF para aprovação financeira.	Concluído
			3. Após a aprovação da realização financeira, emitir relatório técnico sobre o cumprimento do objeto.	Concluído
			4. Emitir parecer técnico aprovando a prestação de contas final.	Concluído

			5. Encaminhar o processo à SPOA para encerramento e arquivo do processo.	Concluído
571441	004/2006 - CTC	Desenvolvimento socioeconômico com o uso da energia elétrica na Aldeia Indígena Porquinhos da etnia Kanela no município de Fernando Falcão no Maranhão.	1. Emitir relatório de inspeção para comprovação do objeto.	Concluído
			2. Encaminhar para CGOF e baixa no SIAFI.	Concluído
			3. Encaminhar Termo de Doação para análise na CONJUR.	1 dia após a Ação 2
			4. Receber o Termo de Doação e encaminhar à FUNAI para assinatura.	3 dias após a Ação 3
			5. Receber o Termo de Doação e encaminhar ao Sr. Ministro para assinatura.	5 dias após a Ação 4
			6. Encaminhar o processo à SPOA para registro dos bens e baixa do processo.	5 dias após a Ação 5

Fonte: SEE/MME

16.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Item 1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (004)

Deficiência no planejamento e execução do PRC do PRODEEM, em razão da não observância das recomendações do Controle Interno e não acatamento de recomendações e determinações do Acórdão 598/2003 – TCU Plenário.

Tabela CVI: Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

1	224468	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Descrição da Recomendação:			
001 - Promova imediata elaboração de arcabouço normativo necessário e suficiente para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos Ativos do Programa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica			1919
Justificativa para o seu não cumprimento:			
No plano de providências da SEE, foram definidas três ações para atender a recomendação da CGU, são elas: Ação SEE nº 01/2009: Elaborar e submeter à análise e aprovação da CONJUR/MME Nota Técnica e arcabouço normativo para possibilitar a implementação da transferência patrimonial dos ativos do PRODEEM; Ação SEE nº 02/2009: Análise e aprovação do arcabouço legal; Ação SEE nº 03/2009: Submeter o arcabouço legal à análise e aprovação da Casa Civil, para posterior publicação. A Ação SEE nº 01/2009 foi concluída. A elaboração da minuta de Decreto de encerramento do Prodeem foi realizada em parceria com a Aneel. Em seguida, foi confeccionada a Nota Técnica n.º 92/DPUE/SEE/2009, em 18/09/2009, com subsídios para a CONJUR-MME analisar a proposta de Decreto (Processo N.º 48000.001732/2008-17). Esta Nota Técnica foi encaminhada à CONJUR-MME, por meio do Memorando N.º 624/SEE/2009, de 7 de outubro de 2009. Para a conclusão da Ação SEE nº 02/2009, falta definição sobre qual seria o melhor procedimento para realizar as transferências dos bens remanescentes do Prodeem. Importa registrar que foi publicada no DOU (25/05/2010) a Portaria Nº 540, de 24 de maio de 2010, que cria a Comissão para propor desfazimento de bens remanescentes dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, que estão armazenados nos almoxarifados da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Por fim, a Ação SEE nº 03/2009 depende da conclusão da Ação SEE nº 02/2009. Por essa razão não foi iniciada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Os fatores positivos que facilitaram a adoção de providências pelo gestor estão relacionados ao engajamento dos atores envolvidos na execução dessa determinação da CGU. A Secretaria-Executiva/MME, a CONJUR/MME, a SEE/MME, a SPOA/MME, as empresas estatais (Eletronorte, Chesf, Eletrosul e Furnas) e a Aneel, bem como a própria CGU, somaram esforços para atender a essa determinação da CGU, que resultou no encaminhamento à CONJUR de minuta de decreto e na publicação de portarias de desfazimento dos bens armazenados nos almoxarifados da Eletrosul (540/2010) e Furnas (1005/2010).			

Descrição da Recomendação:	
002 - Na execução remanescente do convênio com a Eletronorte, ainda em vigência, priorize as atividades de identificação e inventário dos equipamentos existentes, retirada dos equipamentos, onde se fizer necessário, revitalização e armazenagem em estoque, para subsequente utilização nos projetos especiais do Luz para Todos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
No Plano de Providências da SEE, foi definida uma ação para atender essa recomendação da CGU: Ação SEE nº 04/2009: Realizar reunião com a Eletronorte para compartilhar os resultados da auditoria e reorientar a execução do PRC, definindo como prioridades as atividades de identificação e inventário dos equipamentos existentes, retirada dos equipamentos, onde se fizer necessário, revitalização e armazenagem em estoque. A Ação SEE nº 04/2009 foi concluída, no entanto, as atividades de identificação e inventário dos equipamentos existentes, retirada dos equipamentos, onde se fizer necessário, revitalização e armazenagem em estoque, para subsequente utilização nos projetos especiais do Programa Luz para Todos, estão em andamento. Há dois convênios do MME firmados com a Eletronorte, referentes ao Prodeem: Convênio MME/Eletronorte 010/2004 (execução do PRC) e Convênio MME/Eletronorte 011/2004 (Instalação de sistemas no Maranhão), que se encontra em fase de avaliação de cumprimento do seu objeto.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Os fatores positivos que estão facilitando a adoção de providências pelo gestor referem-se às parcerias realizadas entre Eletronorte e CHESF, no que tange à transferência de baterias que estavam no almoxarifado da CHESF para uso na revitalização dos sistemas instalados. Isso possibilitou a diminuição dos custos para reutilização dos sistemas, tendo em vista que a Eletronorte necessitou realizar a aquisição de um quantitativo menor de baterias. Em relação aos fatores negativos, importa registrar que a região apresenta muitas dificuldades de acesso para desenvolver as atividades de revitalização e retirada dos sistemas do Prodeem. A Eletronorte destaca, por exemplo, que há vários sistemas instalados em ilhas no estado do Maranhão e que para efetuar a revitalização ou retirada, há necessidade de embarcações de grande porte para a navegação em mar aberto.	

Descrição da Recomendação:	
003 - Adote providências no sentido de concluir e encerrar os convênios com Chesf, Furnas e Eletrosul, ainda em vigência.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919
Justificativa para o seu não cumprimento:	
No Plano de Providências da SEE, foram definidas duas ações para atender essa recomendação da CGU: Ação SEE nº 05/2009: Realizar reunião com a CHESF, Furnas e Eletrosul para compartilhar os resultados da auditoria e estabelecer os prazos de encerramento dos convênios; Ação SEE nº 06/2009: Monitorar o andamento da execução do PRC-PRODEEM por meio de reuniões periódicas	

com as empresas conveniadas e inspeções técnicas em campo e almoxarifados.

Em relação à ação SEE nº 05/2009, foram realizadas reuniões com a Chesf, Furnas e Eletrosul para compartilhar os resultados da auditoria. Os convênios, no final do ano de 2010, tiveram aditamento de prazo para que se pudesse dar continuidade às atividades de conclusão do PRC, assistência técnica dos sistemas e recolhimento daqueles situados em localidades atendidas pelo Programa Luz para Todos.

No que se refere à ação SEE nº 06/2009, importa registrar que a SEE tem realizado diversas reuniões com as empresas Chesf, Furnas e Eletrosul e que em 2010 foram inspecionados 150 sistemas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Uma dificuldade que pode ser identificada na gestão das atividades desenvolvidas no âmbito dos Convênios firmados com Furnas, Eletrosul e Chesf estavam relacionados ao exíguo prazo de vigência desses convênios, alguns deles por apenas seis meses. Neste caso, frequentemente havia a necessidade de prorrogá-los o que dificultava a gestão e o monitoramento das atividades, já que os esforços eram reorientados para o processo de aditamento. No entanto, no final de 2010, os prazos de vigência foram aditados conforme recomendação da CONJUR/MME.

Como ponto positivo pode-se destacar a integração com o PLpT, na área da Chesf, priorizando-se o atendimento com rede convencional às comunidades.

Descrição da Recomendação:

005 - Promova a integração das atividades do PRC/PRODEEM com o Programa Luz para Todos, conforme previsto no Manual de Operacionalização do Programa, preferencialmente no âmbito dos projetos especiais, de acordo com o Manual de Projetos Especiais, instituído pela Portaria nº 60, de 12/02/2009.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Energia Elétrica	1919

Justificativa para o seu não cumprimento:

No Plano de Providências da SEE, foram definidas duas ações para atender essa recomendação da CGU:

Ação SEE nº 08/2009: Publicar arcabouço legal para transferência dos equipamentos instalados para as concessionárias de distribuição, no âmbito do Programa Luz para Todos;

Ação SEE nº 09/2009: Transferir os equipamentos armazenados em almoxarifados das empresas federais para a Eletrobrás, para serem utilizados no Programa Luz para Todos, utilizando o decreto 99.658/90.

Em relação à ação SEE nº 08/2009, a SEE está aguardando a conclusão da Ação nº 02/2009 – Análise e aprovação do arcabouço legal referente ao encerramento do Prodeem.

No que se refere à ação SEE nº 09/2009, importa registrar que houve a publicação da Portaria nº 540, de 24 de maio de 2010, que cria a comissão de desfazimento de bens remanescentes dos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, que estão armazenados nos almoxarifados da Eletrosul. Esta comissão de desfazimento entregará relatório final de suas atividades no prazo previsto. Observa-se, conforme figura abaixo, que as atividades de inventariado e armazenamento estão em fase final, faltando apenas a destinação dos bens para serem utilizados no âmbito dos Projetos Especiais do Programa LpT.



Almoxarifado da Eletrosul em Blumenau



Almoxarifado da Eletrosul em Campo Grande

Cabe ressaltar que foi publicada a Portaria nº 1005/2010, que tem por objetivo o desfazimento dos bens do Prodeem armazenados nos almoxarifados de Furnas.

A Comissão constituída aguarda a entrega do relatório de avaliação técnica pelo Cepel, para iniciar os trabalhos.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Com a entrega do relatório final pela Comissão de Desfazimento da Eletrosul, o MME avaliará os aspectos jurídicos que envolvem a transferência de fato dos equipamentos do Prodeem para o Programa Luz para Todos. Um fato positivo que contribuiu para facilitar a adoção desta recomendação da CGU foi a organização do almoxarifado da Eletrosul no que se refere ao armazenamento dos sistemas fotovoltaicos recolhidos e armazenados. Isso facilitou consideravelmente os trabalhos da equipe do Prodeem de inventariar e inspecionar os sistemas que estão sob responsabilidade da Eletrosul.

Fonte: SEE/MME

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

Contrato de Gestão MME-Aneel

Em 26 de fevereiro de 2010, a União – por intermédio do MME – e a Aneel firmaram Contrato de Gestão, com vigência até 31 de dezembro de 2012, o qual tem por objeto a pactuação, entre as partes, de diretrizes, desafios, objetivos e metas, definidos para o âmbito de atuação da Aneel, pautados nas orientações governamentais para implementação das políticas públicas do setor elétrico.

O art. 7º da Lei nº 9.427/1996 dispõe que a administração da Aneel será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Executivo. O § 1º do mesmo artigo dispõe que o contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da Prestação de Contas do MME e da Aneel.

O Contrato dispõe que a Aneel e o MME farão constar dos respectivos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA), a ser enviado ao Tribunal de Contas da União, um tópico específico destinado ao Contrato de Gestão, que deverá contemplar as informações do Relatório Gerencial e do Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação do MME, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 7º da Lei nº 9.427/96.

Dessa forma, tendo em vista atender às disposições da Lei nº 9.427/96 e do Contrato de Gestão, foram disponibilizados, a seguir, para apreciação do TCU, o Contrato de Gestão MME-Aneel (2010/2012), o Relatório Gerencial de Avaliação do Contrato de Gestão de 2010 e o Parecer Conclusivo de Acompanhamento e Avaliação do MME.

Parte B – Item 1: Declaração do Contador.

Tabela CVII: Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA
UJ: Secretaria Executiva - SE/MM UG: 320013 – Secretaria de Energia Elétrica - SEE
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a: <u>BALANÇO FINANCEIRO</u> DISPÊNDIOS Transferências Concedidas Valores Diferidos - Inscrição Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 4.221,36 (quatro mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011. Elizane Velozo Costa Guedes Contadora Responsável CRC –DF nº 018138/O-2

Fonte: SPOA/MME

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Março de 2011

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Março de 2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CENBIO	Centro Nacional de Referência em Biomassa
CEPEL	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CERPCH	Centro Nacional de referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF
CGU	Controladoria
CND	Conselho Nacional de Desestatização
DDE	Departamento de Desenvolvimento Energético
DOC	Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações
DPE	Departamento de Planejamento Energético
DRDH	Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
GT -GDSF	Grupo de Trabalho para Estudo de Geração Distribuída com Sistemas Fotovoltaicos conectados à rede
IEE	Instituto de Eletrotécnica e Energia
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MME	Ministério de Minas e Energia
OLADE	Organização Latino Americana de Energia
ONS	Operador Nacional do Sistema
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PEE	Programas de Eficiência Energética
PND	Plano Nacional de Desestatização

PNEf	Plano Nacional de Eficiência Energética
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas
SE	Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia
SIN	Sistema Elétrico Interligado Nacional
SPE	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
TCU	Tribunal de Contas da União
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
USP	Universidade São Paulo

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Tabela I - Identificação	295
Tabela II - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 0276.....	304
Tabela III - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 0476.....	307
Tabela IV - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 1044	309
Tabela V - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 1046	311
Tabela VI - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela SPE – DPE.....	313
Tabela VII - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela SPE – DDE	313
Tabela VIII - PROINFA Resultados.....	316
Tabela IX- Resumo das Outorgas de Geração Advindas de Leilão - Ano 2010	323
Tabela X - Resumo das Outorgas de Transmissão Publicadas em 2010.....	326
Tabela XI - Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	328
Tabela XII - Quadro A.2.4. - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos Originários da SPE.....	329
Tabela XIII - Quadro A.4.1. - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	330
Tabela XIV - 6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2010.....	332
Tabela XV - 6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	333
Tabela XVI - 6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes	334
Tabela XVII - 6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	335
Tabela XVIII - 6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	336
Tabela XIX - Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da SPE	Erro! Indicador não definido.
Tabela XX - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	344
Tabela XXI - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	345
Tabela XXII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	346
Tabela XXIII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	347
Tabela XXIV - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	348
Tabela XXV - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	349
Tabela XXVI - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	350
Tabela XXVII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	351
Tabela XXVIII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	352
Tabela XXIX - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	353
Tabela XXX - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	354

Sumário

Introdução	293
1. Identificação	295
2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	296
a) Responsabilidades Institucionais	296
a.I) Competência Institucional	296
a.II) Objetivos Estratégicos	297
b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	298
b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	298
b.II) Análise do Plano de Ações	300
c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade	303
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SPE	304
c.III) Indicadores Institucionais	327
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	328
d.I) Programação Orçamentária das Despesas	328
d.I.1) Programação de Despesas Correntes	328
d.I.2) Programação de Despesas de Capital	328
d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas	328
d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	329
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	329
d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPE	329
d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPE por Movimentação	330
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	330
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	330
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	331
5. Recursos Humanos da Unidade	331
6. Informação sobre Transferências	331
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício	331
6.2. Análise Crítica	338
7. Declaração da Área Responsável	340
8. Declarações de Bens e Rendas	340
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	340
9.1. Estrutura de Controles Internos da SPE	340
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade	343
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	343
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SPE	343
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	343
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SPE	343
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	343
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	343
14. Renúncia Tributária	343

15.	Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU.....	343
15.1.	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	343
15.2.	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	343
15.3.	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....	344
16.2.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	345
15.4.	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.	355
16.	Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI).....	355
17.	Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.	355
Parte B – Item 1.		355

Introdução

Em atendimento às orientações e recomendações emanadas da CGU e do TCU, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, órgão da estrutura organizacional do Ministério de Minas e Energia, e na qualidade de Unidade Jurisdicionada Agregada, elaborou este Relatório de Gestão de prestação de contas anual, em consonância com as políticas e diretrizes de governo no setor onde atua e em plena sintonia com as atribuições que lhe são conferidas na legislação e diplomas derivados.

Em seu desenvolvimento, o Relatório de Gestão da SPE buscou manter-se fiel à discriminação de itens sugerida pelas orientações supracitadas, e postulou-se por uma linguagem direta e concisa ao longo de toda sua exposição. Dos principais campos, emergem os objetivos e metas institucionais; as responsabilidades da Unidade quanto ao seu papel de executora de políticas públicas; as principais ações e atividades; e suas realizações no ano.

O planejamento do setor de energia é função já bem consolidada e reconhecida, e tem se empenhado para atender aos requisitos do mercado e da sociedade, maximizando o equilíbrio entre a disponibilização de novas fontes de energia com o desenvolvimento sustentável, o que subentende, por um lado, a modicidade tarifária, garantia de abastecimento com qualidade de serviço e franco acesso de toda a população à energia, e por outro, preservação ambiental e respeito aos direitos sociais.

Embora extenso e complexo, o arcabouço legal, o aparato regulatório e as normas infralegais e administrativas, têm servido de lastro ao exercício do planejamento energético, agora muito mais robusto com o novo modelo setorial.

Na medida em que as instituições do setor energético vinculadas à função de planejamento se fortalecem e estabelecem um relacionamento mais produtivo, os resultados dele esperados estão se consolidando e grande parte disto se pretende demonstrar neste Relatório de Gestão.

Dentre os Itens que constam na Portaria-TCU Nº 277, de 7 DE dezembro DE 2010, os abaixo discriminados não se aplicam ao Relatório de Gestão da SPE.

d.I.1) Programação de Despesas Correntes

d.I.2) Programação de Despesas de Capital

d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPE

d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPE por Movimentação

- 3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
- 5. Recursos Humanos da Unidade.
- 8. Declarações de Bens e Rendas.
- 10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- 11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial
- 12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
- 13. Cartões de Pagamento do Governo Federal.
- 14. Renúncia Tributária
- 15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
- 15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
- 15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.
- 16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)
- 17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

5. Identificação

Tabela CVIII - Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia – MME		Código SIORG: 32000	
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: SE			
Denominação abreviada: SE			
Código SIORG:	Código na LOA: 99999	Código SIAFI: 99999	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Vide Tabela			
Principal Atividade: Vide Tabela		Código CNAE: 9999-9	
Telefones/Fax de contato:	(099) 9999-9999	(099) 9999-9999	(099) 9999-9999
Endereço eletrônico: nome@endereçonaInternet			
Página da Internet: http://www.endereçonaInternet			
Endereço Postal: Logradouro, CEP, Cidade e Unidade da Federação			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			
Denominação abreviada: SPDE			
Código SIORG: 1917	Código na LOA: 320010	Código SIAFI: 320010	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 8411-6	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3319-5019	(061) 3319-5762	(061) 3319-5185
Endereço eletrônico: spe@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/spe			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios Bloco “U” 5º andar, sala 500			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 5.267, de 9/11/2004			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Portaria nº 144, de 23/6/2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Não se aplica			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica		Não se Aplica	

6. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro

c) Responsabilidades Institucionais

O exercício das competências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE ocorre em consonância com as políticas e diretrizes do setor de energia e em harmonia com as ações de outras instituições do governo com as quais interage.

No desenvolvimento deste Relatório será mais bem configurada a interação supracitada, apresentando um melhor entendimento das responsabilidades da SPE e das ações decorrentes destinadas à implementação das políticas e diretrizes, bem como para o alcance dos seus objetivos e metas setoriais.

a.I) Competência Institucional

Na formulação das políticas e diretrizes de energia, o assessoramento ao Presidente da República é feito pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e consolidado em forma de resoluções. A Presidência do CNPE é exercida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Considerando que o CNPE é um órgão com representação interministerial, das unidades federadas e da sociedade civil, garante-se naturalmente uma harmonização das políticas públicas e diretrizes para o setor de energia, bem como o alinhamento destas com o desenvolvimento sustentável, além de firmar naturalmente um comprometimento dos órgãos internos destes entes representados para com a formulação e execução de planos, programas e ações sintonizados com as decisões do Conselho.

O Ministério de Minas e Energia, como órgão setorial da União, tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos minerais e energéticos, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

As principais políticas públicas para o setor energético foram consolidadas no Plano Plurianual 2008-2011, que apresenta como principais Objetivos gerais de Governo:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a soberania do país no espaço internacional e a integração sul-americana.

Também no Plano Plurianual supracitado foram estabelecidos os objetivos setoriais aqui explicitados:

- Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional, por um processo de planejamento participativo, que promova a diversificação da matriz energética, o uso de fontes renováveis, a eficiência e conservação de energia, incentivando a integração energética, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor;
- Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade e confiabilidade, alicerçado em regras econômico-financeiras que permitam a remuneração

atrativa dos investimentos, em harmonia com os princípios da modicidade tarifária, do desenvolvimento sustentável e da universalização e inclusão social.

Compete à SPE coordenar o planejamento e o desenvolvimento energético, inclusive nas áreas de geração de energia renovável e de eficiência energética, bem como, e apenas formalmente, a universalização do acesso à energia, já que este assunto está sendo conduzido por outra Secretaria do MME, o que se prevê ajustar em revisão futura do Decreto 5.267/04.

A ela também cabe prestar apoio ao MME em sua inter-relação com o CNPE, na formulação das políticas e diretrizes para o setor energético, bem como cuidar da implementação do quer for estabelecido neste campo. Por força da Portaria MME nº 72, de 17 de fevereiro de 2009, a SPE passou a exercer as funções de Secretaria Executiva do CNPE.

Em complementação ao que já foi explicitado, e com base nas competências estabelecidas para a SPE no Decreto nº 5.267/04, as ações desta Secretaria estarão estruturadas para:

- Coordenar os estudos de planejamento energético e a elaboração de programas de desenvolvimento, inclusive nas áreas de energia renovável, eficiência energética e novas tecnologias;
- Orientar e estimular os negócios sustentáveis de energia;
- Articular-se com a EPE para a prestação de serviços ao MME e ao setor; com a ANEEL nas interfaces das competências legalmente instituídas; com a CCEE para a execução dos leilões de energia, com o ONS para a definição de parâmetros técnicos indispensáveis à operação dos sistemas interligados e com a Eletrobrás;
- Apontar as potencialidades do setor energético, para o estabelecimento de políticas de concessões e acompanhar a implementação dos procedimentos de concessão pelas secretarias finalísticas e os contratos decorrentes;
- Acompanhar a situação dos empreendimentos quanto aos problemas ambientais visando orientar os procedimentos licitatórios do setor energético e acompanhar as ações decorrentes;
- Promover a integração setorial interna e externamente ao MME;
- Coordenar o sistema de informações energéticas.

a.II) Objetivos Estratégicos

As atividades imediatas da SPE, as políticas públicas e diretrizes orientam para:

Disponibilizar novas fontes de geração para atendimento ao mercado de energia elétrica;

A identificação das soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;

A manutenção das matrizes energética e elétrica nacionais com expressiva presença de fontes renováveis;

A utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;

O suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País;

Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, e promover o consumo racional de energia;

Promover programas específicos, como os de uso do gás natural, da energia termonuclear, do álcool e de outras biomassas, do carvão;

A importação e exportação; e de forma correlata:

A promoção da livre concorrência;

A atração de investimentos na produção de energia; e,

A ampliação da competitividade do País no mercado internacional.

O modelo setorial em vigor prioriza o processo concorrencial na operacionalização dos seus objetivos estratégicos, e o arcabouço legal, as normas regulamentares e os procedimentos administrativos garantem segurança aos investimentos privados ou das parcerias público/privados, permitindo o pleno alcance de tais objetivos.

No segmento de geração de energia elétrica, na medida em que se fortalece a função planejamento para a disponibilização de novos empreendimentos, os leilões de energia nova apresentaram resultados satisfatórios. Repetindo o ano anterior, em 2010 as fontes renováveis marcaram forte presença, e ofertaram cerca de 2.050 MW de energia eólica a preços bastante competitivos, quando comparados aos de comercialização no Programa de incentivo às fontes alternativas - Proinfa.

Estudos das grandes bacias hidrográficas na região amazônica foram concluídos ou estão em desenvolvimento, o que poderá disponibilizar montantes consideráveis de novos potenciais hidrelétricos para os próximos anos. Estes estudos estão sendo realizados com cuidados redobrados nas questões socioambientais e de uso múltiplo dos recursos hídricos, de forma a garantir maiores facilidades em suas implantações.

Fontes termonucleares que se utilizam do urânio enriquecido como combustível também estão sendo previstas para o futuro próximo e estudos iniciais de definição de sítios para novas usinas nas regiões Nordeste/Sudeste foram iniciados no ano de 2009.

No segmento da expansão do sistema de transmissão de energia os leilões tem demonstrado forte interesse dos agentes setoriais e os novos empreendimentos apresentam-se com tarifas bastante competitivas.

d) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

As ações de supervisão/acompanhamento, inclusive no âmbito do PAC e Proinfa, cSPEos produtos têm, em geral, ciclos mensais, exigem uma dinâmica maior, porquanto cabe à SPE, como a outras áreas do MME, acompanhar o andamento dos projetos e atualizar quadros informativos de cada empreendimento monitorado. Nas demais atividades, inclusive as relacionadas aos leilões de energia, a SPE atua no sentido de produzir insumos indispensáveis às ações de outras entidades, em geral externas ao MME, o que amplia o compromisso com os prazos de execução.

Igualmente, alguns aspectos merecem atenção. Como todos os empreendimentos novos a serem licitados demandam o licenciamento ambiental prévio para irem a leilão, as suas Licenças Prévias (LP's) tem relativo grau de incerteza e em muitos casos acaba comprometendo os cronogramas. Isto porque além do órgão ambiental competente, estadual ou federal, inserem-se no processo os Ministérios Públicos, cada vez mais exigentes, pressionados que são por entidades da sociedade

civil organizada. Nestas questões a SPE tem atuado em conjunto com a Área de Meio Ambiente do MME, visando minimizar os obstáculos para a obtenção das licenças.

Na mesma linha do exposto no parágrafo anterior, embora ainda não se apresentando com a mesma severidade, incidem as ações com vistas à obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH, como antecedente da outorga de uso dos recursos hídricos, junto à Agência Nacional de Águas – ANA, ou órgão estadual equivalente, submetidas que são a vários instrumentos do setor de águas, previstos na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a decisões dos Comitês de Bacias Hidrográficas, dos Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Merece também destacar as dificuldades que estão surgindo para harmonizar os interesses dos setores elétrico e de navegação interior, como dois grandes usuários dos recursos hídricos, em especial devido a níveis de planejamento diferenciados, mas com grande necessidade de integração, em particular para a Bacia dos Rios Tapajós e Teles Pires. Outra bacia que se destaca neste cenário é a do Rio Parnaíba. Posteriormente estas ações deverão alcançar para todas as bacias das regiões Norte e Centro-Oeste onde se concentram os grandes potenciais hidrelétricos não aproveitados.

As ações mais relevantes com que se encarrega a Secretaria de Planejamento Energético direcionam-se para produtos que se repetem em determinados ciclos temporais. Parte das atividades desenvolvidas na Secretaria são executadas por diversas entidades sob acompanhamento ou mesmo supervisão da SPE, com vários destes produtos carecedores de sua análise técnica e aprovação, inclusive mediante atos oficiais.

Isto certamente requer uma estratégia de atuação elaborada, onde a ênfase se dá em torno dos objetivos e metas setoriais, qual seja o atendimento das demandas por energia, dentro de parâmetros de qualidade e economicidade, assim como de requisitos tecnológicos.

Esta estratégia induzida pela própria dinâmica das políticas e diretrizes setoriais, ditadas por resoluções do CNPE ou pelo aparato legal e normativo, e até mesmo por ajustamentos intrasetoriais, estes mais raros, mas de impactos relevantes, como pode ser exemplificado com o novo arranjo orçamentário dedicado à Empresa de Pesquisa Energética – EPE no ano de 2008, com reflexos no conjunto das atividades SPE/EPE ainda não totalmente estabilizados.

Complementarmente, como resultado de recente concurso público, foi possível um considerável reforço à equipe técnica da SPE, propiciando melhor operacionalizar sua estrutura funcional e assumir ou expandir a realização de atividades conferidas por norma legal a esta unidade.

Embora se reconheça o aspecto positivo supracitado, é adequado ressaltar que as condições operacionais da SPE ainda não alcançaram um estágio superior, no qual seria possível eliminar restrições remanescentes e permitir a implementação de novas ações que sem dúvida tornariam ainda mais efetiva a função de planejamento energético.

O governo brasileiro dentro da estratégia política de integração energética com os países da América do Sul, principalmente aqueles que compõem o MERCOSUL, tem participado de diversas comissões com os países membros para o delineamento de estudos que permitam avançar nos projetos de integração. Neste contexto, vale mencionar que a SPE se faz representar nas comissões de energia com os seguintes países: Venezuela, Argentina, Bolívia, Peru, Uruguai, Chile, Paraguai e Colômbia. Ademais, ressalte-se o forte envolvimento desta Secretaria na atuação brasileira na UNASUL- União das Nações Sul-Americanas, esforço de integração regional fundado na Reunião Extraordinária dos Chefes de Estado em Brasília no dia 23 de maio de 2008, quando se subscreveu o Tratado Constitutivo da organização. A UNASUL tem forte apelo de integração energético e,

portanto, se aguarda a confecção de um tratado de integração energético e no qual a SPE tem tido importante papel.

A SPE presta apoio às iniciativas do Governo voltadas à cooperação internacional na área do planejamento energético, empreendidas em especial junto a países em desenvolvimento na América do Sul e Central e África. Ademais, iniciativas de cooperação junto à Agência Internacional de Energia, abrangendo a participação da SPE no tocante à elaboração do relatório World Energy Outlook.

b.II) Análise do Plano de Ações

Tratando-se da expansão e adequação das instalações de transmissão integrantes à Rede Básica (RB), o Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de desenvolver ações estruturantes e de assegurar a integração setorial no âmbito do próprio Ministério, promove a compatibilização do Plano de Ampliações e Reforços - PAR e do Programa de Expansão da Transmissão - PET produto este denominado “Consolidação de Obras da Rede Básica”, documento com horizonte de 3 anos.

A partir de abril de 2010, foram realizados três leilões de transmissão, totalizando 1.799 km de linhas de transmissão e uma potência de transformação de 4.261 MVA, distribuídos pelas cinco regiões geográficas do país, sendo 11 % na Região Norte, 45% na Região Nordeste, 16% na Região Centro-Oeste, 20% na Região Sudeste e 8% na região Sul.

Para tanto, foram elaborados por solicitação da SPE cerca de 100 relatórios contendo estudos e informações necessárias para subsidiar a ANEEL no processo de elaboração dos editais de leilão, contemplados nos Relatórios de Detalhamento de Alternativa de Referência (R2), Caracterização e Análise Socioambiental (R3) e Caracterização da Rede Existente (R4).

Do total de empreendimentos planejados para serem leiloados, apenas dois não tiveram sucesso, um por falta de proponentes e o outro retirado do leilão por questões técnicas, devendo ser leiloados no primeiro trimestre de 2011.

Nesse período foram leiloadas também as obras de Rede Básica necessárias ao escoamento de energia provenientes das Centrais de Geração localizadas nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará, através das Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada – ICG.

Dentre os proponentes vencedores destacam-se 5 Concessionárias de Transmissão tradicionais (COPEL, CHESF, FURNAS, ELETRONORTE, CEEE); 5 Empresas estrangeiras ou suas parceiras brasileiras (CME, ELECENOR, COBRA, ABENGOA e ZHEJIANG Insignia United Engineering Co, LTD); 7 Empresas privadas nacionais e 3 Consórcios.

No tocante ao acesso a sistemas de transmissão de energia elétrica, o DPE elaborou o Guia de Procedimentos para Acesso ao Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica e Conexão à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, atualmente sob Consulta Pública, que estabelece as diretrizes para o enquadramento de consumidores livres e parcialmente livres nos termos do Decreto n.º 5.597 de 2005, que regulamenta o acesso de consumidores livres às redes de transmissão de energia elétrica e dá outras providências correlatas.

Este Guia de Procedimentos tem grande importância no sentido de fornecer as orientações necessárias aos consumidores livres e parcialmente livres na elaboração de seus estudos de acesso aos sistemas de transmissão, os quais serão submetidos ao MME para a emissão de Portaria Ministerial, fundamentada em parecer técnico deste Ministério, que deverá reconhecer a alternativa de conexão que implica o Mínimo Custo Global de Conexão e reforços nas redes. No ano de 2010 o DPE conduziu 16 processos relativos a acesso, o maior volume de processos tramitados desde 2006, dentre dos quais 6 resultaram na emissão de portarias reconhecendo o mínimo custo global de conexão. A previsão para o próximo ano é de abertura de 9 novos processos ainda no primeiro trimestre de 2011.

No ano de 2010, o Ministério de Minas e Energia publicou o Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2019, que indica os principais empreendimentos que devem entrar em operação no período decenal para manter a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico, social e ambiental, além de servir como base para a melhoria na confiabilidade e qualidade do suprimento energético, bem como para a criação de um quadro favorável ao investimento no setor energético. Ademais, foram iniciados os estudos do Plano Nacional de Energia – PNE 2035, que consiste na definição das alternativas preferenciais de produção, transporte e uso da energia necessária ao atendimento da demanda energética nacional para diversos cenários. Tais cenários estão sendo desenhados visando assessorar o Estado na tomada de decisões face a distintas realidades, não devendo ser encarados como um exercício de previsão. Para a consecução desses estudos de planejamento o Ministério contou com o apoio da EPE e da Eletrobras CEPEL.

Assim como o PNE 2035, o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 será publicado no ano de 2011, confirmando mais uma vez a solidez do planejamento energético brasileiro, implementado por meio de processos regulares e consistentes de consulta e diálogo junto à sociedade e aos agentes do mercado.

As atividades da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE, como unidade organizacional do Ministério de Minas e Energia - MME visa, em suma, disponibilizar para o setor elétrico nacional um conjunto de usinas e linhas de transmissão capaz de atender as demandas do mercado de energia elétrica, preservadas duas condições primordiais: a confiabilidade no atendimento ao mercado e a modicidade tarifária para o consumidor.

Este conjunto de novas usinas de geração de energia e grandes linhas de transmissão, é alcançado como fruto das atividades de planejamento as mais diversas, desde os estudos de inventário e de avaliação ambiental integrada de bacias hidrográficas, estudos de viabilidade técnica e licenciamento prévio ambiental de usinas hidrelétricas, sob responsabilidade da EPE atualmente, até a elaboração dos documentos básicos indispensáveis aos processos de licitação dos empreendimentos.

Embora os trabalhos da EPE se revistam de grande importância, igualmente relevante são os serviços prestados por outros agentes setoriais, públicos e privados, para a elaboração de estudos de inventário de bacias hidrográficas e de viabilidade técnica e econômica dos potenciais identificados.

Os resultados destas atividades, da EPE e outros, ocorrem no âmbito das competências legais da ANEEL, desde o registro para os estudos, análise e aprovação. Contudo, o MME procura acompanhar o conjunto dessas ações, a exemplo do apoio dado ao PAC, realizando um monitoramento mais amplo de forma a alcançar os seus objetivos setoriais.

Adicionalmente, atua também a SPE para o desenvolvimento de novas tecnologias e processos correlatos com as atividades supracitadas, em especial no campo das energias renováveis e da eficiência energética.

- **Relacionamento com a Empresa de Pesquisa Energética**

A Lei 10.847, de 15/03/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.184, de 16/09/2004, criou e definiu as atribuições da EPE, com a finalidade de prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, que pela Constituição Federal é função de governo, de forma indelegável.

O Decreto nº 5.267, de 09/11/2004, no artigo 9º, Anexo I, definiu as competências da SPE do MME, assegurar a integração intersetorial no âmbito do Ministério e coordenar os estudos de planejamento energético setorial.

Como já observado no Relatório de Gestão de 2008 e 2009, com o intuito de programar a execução das ações de desenvolvimento de estudos de Inventário e Viabilidade de diversas Bacias Hidrográficas e de estudos para subsidiar a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia e a projeção da Matriz Energética Nacional, foram utilizados instrumentos de contratos e convênios entre o MME e a EPE. No entanto, em março de 2008 com a publicação da Lei nº 11.647, que estima as receitas e despesas da União para o exercício financeiro de 2008, a EPE foi incluída no Orçamento Fiscal da União. Com essa inclusão, tornou-se necessária a sua adaptação às normas que regem o Orçamento Público Federal, como por exemplo, a necessidade de utilização da Conta Única do Tesouro Nacional. Dessa forma os recursos destinados ao desenvolvimento das atividades de apoio ao planejamento energético nacional, que anteriormente eram repassados por meio de contratos de prestação de serviços firmados entre o MME e a EPE, passaram a ser consignados em rubricas orçamentárias próprias da EPE, dispensando a formalização da parceria contratual até então praticada.

Em consequência disso, foram criadas ações sob responsabilidade da EPE, sendo os recursos e os produtos, anteriormente programados nos instrumentos supracitados, transferidos inteiramente para a EPE.

e) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade

A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE) é composta por 3 Departamentos:

- Departamento de Planejamento Energético - DPE;
- Departamento de Desenvolvimento Energético - DDE e
- Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações - DOC.

A Gestão de Programas e Ações efetuada pela SPE está dividida nesses três Departamentos conforme descrito nos itens a seguir.

c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SPE

Tabela CIX - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 0276

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0276		Denominação: Gestão da Política de Energia				
Tipo do Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia						
Gerente: Altino Ventura Filho				Responsável: Gilberto Hollauer		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.500.000,00	R\$ 1.084.005,66	R\$ 1.006.635,82	-	R\$ 1.006.635,82	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Datas	Índice inicial	Índice final		
1	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Termelétrica (MW)	31/12/2009 31/12/2010	18.215	29.686		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Acumulado anual do total da capacidade instalada de geração elétrica, para a fonte termelétrica, excluindo a biomassa.						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Datas	Índice inicial	Índice final		
2	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Biomassa (MW)	31/12/2009 31/12/2010	6.100	7.839		

Fórmula de Cálculo do Índice						
Total acumulado da capacidade instalada de geração de energia elétrica, proveniente da biomassa, expresso em MW.						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Datas	Índice inicial	Índice final		
3	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica (MW)	31/12/2009 31/12/2010	602	927		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Total acumulado da capacidade de geração de energia elétrica, para a fonte eólica, expresso em MW.						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Datas	Índice inicial	Índice final		
4	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Hidráulica (MW)	31/12/2009 31/12/2010	79.291	80.693		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Total acumulado da capacidade instalada de geração de energia elétrica, expresso em MW, para a fonte hidráulica.						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Datas	Índice inicial	Índice final		
5	Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Todas as fontes (MW)	31/12/2009 31/12/2010	108.609	113.315		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Total da capacidade acumulada anual de geração de energia elétrica no País, considerando todas as fontes.						
Análise do Resultado Alcançado						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício Até Novembro de 2010)*
		Datas	Índice inicial	Índice final (Janeiro a Novembro 2010)		
6	Consumo de Energia Elétrica no País (GWh)	31/12/2009 30/11/2010	469.467	462.519		504.259
Fórmula de Cálculo do Índice						
Total do consumo anual de energia elétrica no País, expresso em GW.						
Análise do Resultado Alcançado						
Acumulado dos últimos doze meses (Dezembro 2009 a Novembro 2010) = 504.259 GWh						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	Linhas de Transmissão Instaladas, com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (KM)	31/12/2009 31/12/2010	97.347	99.868		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Acumulado anual do total de linhas de transmissão instaladas, com tensão igual ou superior a 230 KV, expresso em KM.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os Valores constantes nesta tabela referem-se ao somatório das ações sob a Responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE. No âmbito do Programa 276 – Planejamento do Setor Energético, a SPE tem sob sua responsabilidade as seguintes ações:						
• 4897 - Planejamento do Setor Energético (Nacional); • 6907 - Planejamento do Setor Elétrico (Nacional) ; • 2272 - Gestão e Administração do Programa (apenas os valores de Diárias e Passagens destinados à SPE).						
Sobre o programa 6907, a implementação da ação inicialmente previa a contratação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE para a realização de estudos e levantamentos necessários ao planejamento do setor elétrico. Em 2008 a EPE foi incluída no Orçamento Fiscal com a publicação da Lei nº 11.647, permitindo que os recursos destinados ao desenvolvimento das atividades de apoio ao planejamento do setor elétrico, anteriormente captados por meio de contratos de prestação de serviços firmados com o MME, fossem despendidos diretamente pela unidade orçamentária referente à EPE. A execução da ação, portanto, não foi prejudicada, tratando-se de uma modificação de caráter administrativo na relação entre a EPE e o MME. As despesas no âmbito do Convênio n.º 706321, firmado junto ao CEPEL, foram incluídas na ação 4897 (Planejamento do Setor Energético) no exercício anterior. Devido às alterações nas práticas orçamentárias, os recursos programados para o Convênio foram inseridos na ação 6907 (Planejamento do Setor Elétrico). O empenho dos recursos previstos para o exercício de 2010 (R\$ 205.000,00) foi realizado após a aprovação de Termo Aditivo ao Convênio. Tendo em vista o objeto do Convênio – “elaboração de estudos que permitam a análise dos problemas						

e de possíveis soluções que permitam viabilizar tecnicamente a transmissão em Extra Alta Tensão em corrente alternada de grandes blocos de potência a longas distâncias” – considera-se a inclusão deste no âmbito da ação Planejamento do Setor Elétrico plenamente adequada.

Conforme Nota Técnica nº 29/2010/DPE/SPE, elaborada em resposta à Solicitação de Auditoria nº 245.818/01, de 25 de fevereiro de 2010, os indicadores considerados para as ações 4897 e 6907 tem como objetivo a aferição da efetividade das atividades de planejamento energético, considerando em que medida os resultados da ação trazem benefícios ao público-alvo. Entretanto, a responsabilidade direta pelas políticas que, no intervalo anual, determinam a evolução dos indicadores selecionados, não pertence à SPE, encontrando-se no escopo das atividades da Secretaria de Energia Elétrica, conforme o Decreto n.º 5.267/2004: “monitorar a expansão dos sistemas elétricos para assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda, em consonância com as políticas governamentais” (Art. 13, I).

A SPE, no âmbito do planejamento energético, realiza essencialmente atividades de formulação de políticas públicas e de coordenação estruturante dos agentes envolvidos no setor, de forma a preservar os objetivos de longo prazo da política energética nacional. Desse modo, há uma dificuldade perene em estabelecer indicadores representativos para tais ações, que representam processos complexos, em que o desempenho da Administração depende da eficiência da cooperação sistêmica entre atores institucionais, públicos e privados, assim como de dinâmicas exógenas à esfera de influência do Estado brasileiro – tais como variações internacionais nos preços de combustíveis, alterações nos padrões de oferta e demanda de energia decorrentes de mudanças climáticas, etc.

Ademais, há uma grave dificuldade na avaliação dos impactos, e mesmo dos resultados, de ações de Gestão da Política de Energia, que tem o fito de produzir efeitos sobre a realidade em prazos mais extensos que os limites de indicadores anuais, presentes no SIGPLAN. De fato, processos comuns no âmbito do planejamento energético, como a elaboração e implementação do Plano Decenal de Expansão da Energia, se realizam em prazos dilatados, sendo inadequado limitar a aferição dos resultados de tais atividades a um período anual singular, o que comprometeria a associação causa-consequência (ou comportamento-realização) demonstrada por tal indicador.

Tabela CX - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 0476

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0476		Denominação: Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional					
Objetivos Específicos: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países					
Gerente: Altino Ventura Filho			Responsável: Hamilton Moss		
Público Alvo: Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
3.190.000,00	3.190.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador (Unidade	Referência		Índice previsto no	Índice atingido no exercício

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	exercício	
1	Taxa de Incorporação de Tecnologia (%)	31/12/2003	10	0	0	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre os projetos incorporados pelo setor produtivo e os projetos apoiados pelo Programa						
Análise do Resultado Alcançado						
Os recursos disponíveis no referido exercício foram destinados para o pagamento das parcelas dos três convênios em andamento: nº 721606/2009 - CENBIO, 721743/2009 - CERPCH e 721906/2009 - CEPEL. Esses são os convênios celebrados para apoio aos centros de referências em energias alternativas renováveis, que vem desenvolvendo um importante papel no apoio a diversos agentes do setor na divulgação de dados técnicos que subsidiam a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica dos projetos de geração dessas tecnologias. Isto é importante para dar mais robustez aos leilões de compra e venda de energia a partir dessas fontes. O indicador utilizado não é passível de apuração uma vez que envolve metodologia complexa, que leva em conta dados de mercado, critérios de degradação e distribuição regional.						

Tabela CXI - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 1044

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1044		Denominação: Energia Alternativa Renovável				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional						
Objetivos Específicos: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países						
Gerente: Altino Ventura Filho			Responsável: Hamilton Moss			
Público Alvo: Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica (%)	01/01/2004	3	0	6,5	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Porcentagem de FARs na matriz elétrica = Potência Instalada de FARs (Mw) / Potência Total Instalada (Mw).						

2	Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética (%)	31/12/2007	0,91	1,1	1,05	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Porcentagem de FARs na matriz energética = Potência Instalada de FARs (Mw) / Potência Total Instalada (Mw).						
Análise do Resultado Alcançado						
Neste exercício não foram realizadas projetos demonstrativos (projetos-piloto). Foi priorizado o repasse de recursos aos projetos de apoio a Centros de Referência que já estão em vigência. As ações foram centradas em instituições que atuam nas áreas de energia eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Esses Centros contribuem na divulgação de informações técnicas e expertise na elaboração de estudos de viabilidade de projetos para estas tecnologias. Quanto aos indicadores a medição não é possível uma vez que o Balanço Energético Nacional (BEN) com ano base 2010 ainda não foi publicado.						

Tabela CXII - Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - 1046

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1046		Denominação: Eficiência Energética				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional						
Objetivos Específicos: Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países						
Gerente: Altino Ventura Filho				Responsável: Hamilton Moss		
Público Alvo: Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 1.110.000,00	R\$ 1.110.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Energia Elétrica Economizada (GWh)	31/12/2003	1.270,00	3.550,00	3.400,00	0
2	Quantidade de Petróleo Conservada (m³)	30/11/2006	280.000,00	550.000,00	500.000,00	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório das estimativas de energia elétrica e óleo diesel economizados em todos os setores da economia decorrentes das ações do programa.						

Análise do Resultado Alcançado

Os resultados dos indicadores utilizados não são passíveis de apuração no mesmo ano, uma vez que envolvem metodologia complexa, que leva em conta dados de mercado, critérios de degradação e distribuição regional. Por conta disso, ao final do ano são conseguidos os resultados do ano anterior. Para o indicador (1), tem-se:

2005 = 2.158 GWh; 2006 = 2.845 GWh; 2007 = 3.930 GWh; 2008 = 4.374 GWh; 2009 = 5.473 GWh. Isso nos permite inferir que o índice previsto no período de 2010 foi plenamente atingido três anos antes.

Para o indicador (2), tem-se os valores referentes ao aumento de eficiência do uso de GLP nos fogões a gás, transformado em m³ de Diesel:

2005 = 764.454 m³; 2006 = 764.173 m³; 2007 = 805.405 m³; 2008 = 465.473 m³; 2009 = 462.071 m³. A diminuição dos resultados obtidos ano a ano é reflexo de metodologia do CONPET que compara os resultados com a média do mercado. Ano a ano a média de consumo tem diminuído, fruto da maior penetração de equipamentos eficientes..

c.II) Execução Física das Ações

Tabela CXIII - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela SPE – DPE

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
25	121	0276	6907	Atividade	1	Documentos/ Estudos	12	0	5
25	121	0276	4897	Atividade		Documentos/ Estudos	6	0	
25	122	0276	2272(*)	Atividade					

Fonte: SIGPLAN

(*) A ação 2272 – Gestão da Administração do Programa é utilizada pela SPE para alocar os recursos de Passagens e Diárias de toda a Secretaria.

Tabela CXIV - Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela SPE – DDE

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
25	572	0476	20AA	A	1	Unidade	5	3	3
25	751	1046	4870	A	2	Unidade	2	0	5
25	752	1044	8122	A	3	Unidade	1	0	1
25	572	0476	2299	A	4	Unidade	4	0	0
25	752	1044	7050	P	5	Unidade	2	0	2

Fonte: SIGPLAN

Análise Crítica

Ações Sob A Coordenação do DPE:

A celebração de convênios de cooperação técnica e financeira é um dos mecanismos adotados. Os convênios são celebrados de acordo com as premissas do programa 0276 – Gestão da Política de Energia. A implementação da ação prevê, além da execução direta, o estabelecimento de convênios, com abertura para o recebimento de propostas a partir de junho de 2009, por meio do Portal de Convênios – SICONV. No exercício de 2010, para essa ação, não foi admitida nenhuma proposta por meio do Portal de Convênios.

No Convênio 706321/2009 prevê-se a elaboração de cinco estudos materializados em seus respectivos relatórios: (1) Estados da Arte de Sistemas em Extra Alta Tensão em Corrente Alternada - EATCA, (2) Concepção de configurações de Linhas de Transmissão em EATCA, (3) Estudos de Regime Permanente, (4) Estudos Dinâmicos e (5) Estudos Transitórios Eletromagnéticos.

O CEPEL está com os citados estudos em andamento cSPEa finalidade do Convênio para a SPE é o conhecimento aprofundado das ações envolvendo a transmissão em Ultra Extra Alta Tensão em Corrente Alternada de grandes blocos de potência a longas distâncias nas discussões e questões referentes a transmissão de energia elétrica e planejamento energético.

A ação 2272 – Gestão da Administração do Programa é utilizada pela SPE para alocar os recursos de Passagens e Diárias de toda a Secretaria, portanto não pode-se mensurar sua execução física conforme descrito no Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SPE.

A ação 4897 – Planejamento do Setor Energético passou a receber tramitação burocrática do PAC e os recursos resultaram indisponíveis para a SPE, o detalhamento da ação está descrito no Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Ação por Programa de Governo.

Ações Sob a Coordenação do DDE.

O DDE busca desenvolver ações que promovam: (1) o desenvolvimento tecnológico no setor de energia; (2) o aumento da participação das fontes alternativas na matriz elétrica nacional; (3) sustentabilidade ambiental; e (4) eficiência energética. O objetivo é promover a diversificação energética de forma sustentável e respeitando o princípio da modicidade tarifária.

A celebração de convênios de cooperação técnica e financeira é um dos mecanismos adotados. Esses convênios são balizados de acordo com as premissas estabelecidas em três programas de governo: 0476 – Desenvolvimento tecnológico no setor de energia; 1044 – Energia alternativa renovável; e 1046 – Eficiência Energética.

Em 2010, haviam 6 (seis) convênios em vigência: n.º 18/2004 – CEPEL; n.º 8/2005 – PUC/RS; n.º 11/2005 – CENEA; n.º 721606/2009 – CENBIO, n.º 721743/2009 – CERPCH; e n.º 721906/2009 – CEPEL. Os recursos para a execução dos três primeiros (CEPEL, PUC/RS e CENEA) já haviam sido liberados em exercícios anteriores. Os convênios da PUC/RS e do CENEA foram encerrados em dezembro conforme previsto. Apenas o Convênio n.º 18/2004 – CEPEL foi aditado por mais

seis meses, com previsão de conclusão para junho de 2011, para a conclusão de estudos de viabilidade técnica e econômica da construção de um centro de informação.

Os demais convênios citados estão em plena vigência, com previsão de conclusão em dezembro de 2011. Esses convênios receberam a segunda e última parcela de desembolso em dezembro de 2010, por meio de termo aditivo, sendo disponibilizado R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), de natureza custeio, alocados do Programa Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia (n.º 0476). Esses três convênios foram celebrados sob a égide da metodologia do *Portal dos Convênios (SICONV)*. As contínuas adaptações operacionais, tanto do Departamento quanto das instituições proponentes, resultaram numa morosidade na tramitação dos documentos para a celebração dos termos aditivos.

Cumpra-se destacar que esses três convênios possuem características similares pois buscam apoiar as atividades essenciais atribuídas à centros de referência: (1) manutenção de redes temáticas; (2) publicações especializadas; e (3) realização de seminário nacionais e internacionais. Este tipo de apoio permite a transferência tecnológica em vários níveis e a difusão de conhecimento e aprimoramento da cadeia produtiva do setor elétrico.

Os centros de referência também estão realizando estudos específicos em suas expertises que subsidiarão a Secretaria de Planejamento (SPE) nas discussões afetas as questões relativas à pequenas centrais hidrelétricas, geração térmica a biomassa, geração heliotérmica e eficiência energética.

No exercício de 2010, em função do contingenciamento financeiro, priorizou-se o repasse apenas dos recursos comprometidos nos convênios em vigência. Entretanto o Departamento promoveu uma série de ações que não tiveram alocação de recursos direta, mas contribuíram para a consolidação das estratégias estabelecidas nesses três convênios. Entre as diversas macroações compete destacar:

- ✓ Conclusão dos estudos do Grupo de Trabalho para Estudo de Geração Distribuída com Sistemas Fotovoltaicos conectados à rede – GT-GDSF;
- ✓ Análise do estudo referente à caracterização de localidades do semiárido nordestino para a implantação de um sistema piloto heliotérmico de geração de energia elétrica;
- ✓ Análise e contribuições para a elaboração do Plano Decenal de Energia 2019 no que concerne às fontes alternativas renováveis, sustentabilidade ambiental e eficiência energética.
- ✓ Participação em grupo de trabalho com o MMA para elaboração de propostas alternativas para a mitigação das emissões oriundas da geração termelétrica;
- ✓ Consolidação do Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf);

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica:

Com base nos dados fornecidos pela Eletrobras e na atualização realizada pelo DDE incluindo os empreendimentos que entraram em operação em dezembro de 2010, o PROINFA viabilizou até o final do ano 2.494,07MW provenientes de 114 empreendimentos. São 53 Pequenas Centrais Hidrelétricas (1.049,74MW), 21 usinas térmicas a biomassa (550,34MW) e 40 usinas eólicas (893,99MW).

O PROINFA foi criado pela Lei 10.438/02 e prorrogado por meio da Medida Provisória n.º 517/2010 até dezembro de 2011, com objetivo de promover a inserção das fontes alternativas renováveis de geração de energia elétrica (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) na matriz elétrica nacional. A meta estabelecida foi de 3.299,40 MW, contratados por um período de

20 anos pela ELETROBRAS, a quem coube coordenar a implantação dos empreendimentos, fiscalizados pela ANEEL.

Tabela CXV - PROINFA Resultados

ANO	Centrais Eólicas		Centrais a Biomassa		PCH's	
	Nº	MW	Nº	MW	Nº	MW
Em 2010	14	321,41	1	36	6	94,20
Em 2011	14	528,93	0	0	9	131,50
Total até final de 2011	54	1.422,92	21	550,34	62	1.181,24

(Fonte: Eletrobrás/DDE – mês ref.: 12/2010)

Conforme citado, no ano de 2010 em função do contingenciamento, foi priorizado o repasse dos recursos comprometidos nos convênios n.º 721606/2009 – CENBIO, n.º 721743/2009 – CERPCH; e n.º 721906/2009 – CEPEL, conforme os respectivos cronogramas de desembolso.

O valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) refere-se à segunda e última parcela de recursos programados, com a natureza de despesa na modalidade custeio, haja vista a sistemática adotada para esses convênios.

Em síntese, segue abaixo um descritivo das principais ações executadas neste exercício:

- **Convênio n.º 721606/2009** – Centro Nacional de Referência em Biomassa (CENBIO) do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da Universidade São Paulo (USP).

Objeto: Promover o fortalecimento institucional do CENBIO através da difusão de informações relativas a biomassa como fonte de energia; o aprimoramento do Atlas de Bioenergia do Brasil por meio do detalhamento do potencial energético de cada região e o levantamento do potencial de cogeração e etanol de segunda geração.

Vigência: 22.12.09 a 27.12.11

O plano de trabalho terá duração de 24 meses, no valor de R\$ 715.200,00 (setecentos e quinze mil e duzentos reais), sendo R\$ 115.200,00 (Cento e quinze mil e duzentos reais) a contrapartida da proponente e R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) custeados pela União, por intermédio do MME. A segunda e última parcela de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) foi liberada por meio de termo aditivo, conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU) em 16.12.2010.

Em 2010, o CENBIO iniciou os estudos técnicos para a elaboração dos dois relatórios técnicos previstos no plano de trabalho: (1) o aprimoramento do Atlas de Bioenergia; e (2) o detalhamento do potencial de produção de etanol de segunda geração. Este trabalho está sendo realizado concomitantemente às demais atividades no tocante a divulgação de informações técnicas associadas à utilização da biomassa energética. Em 28.09.2010 foi promovido o “2º Seminário de Bioenergia”, em cumprimento ao estabelecido no plano de trabalho quanto a realização de seminários nacionais.

As ações desenvolvidas permitirão ao CENBIO promover a difusão de informações a cerca do uso da biomassa e atualizado Atlas de Bioenergia do Brasil, uma das publicações realizadas pelo Centro.

- **Convênio n.º 721743/2009** – Centro Nacional de referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas – CERPCH da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

Objeto: Promover o desenvolvimento de pesquisa e difusão de informação sobre Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), através da manutenção de banco de dados sobre o tema, produção de artigos, dissertações e teses, além da realização e participação em eventos e publicação de revistas e livros, interação com redes nacionais e internacionais de incentivo às PCHs e realização de cursos e treinamentos.

Vigência: 22.12.09 a 30.12.11

O plano de trabalho terá duração de 24 meses, no valor de R\$ 715.200,00 (setecentos e quinze mil e duzentos reais), sendo R\$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil reais), sendo R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) a contrapartida da proponente e R\$ 600.000,00 (Quatrocentos mil reais) custeados pela União, por intermédio do MME. A segunda e última parcela de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) foi liberada por meio de termo aditivo, conforme publicação no DOU em 16.12.2010..

Em 01.09.2010 o CERPCH realizou um seminário nacional para a discussão dos aspectos ambientais e tecnológicos das fontes renováveis de energia – 6º Seminário Nacional de PCH & Meio Ambiente. Também neste ano publicou duas edições (com tiragem de 5.800 exemplares) da Revista PCH Noticias & SHP News e está na fase de conclusão dos estudos de inventário do potencial de MDL das pequenas centrais hidrelétricas outorgadas e inventariadas.

Além disso vem cumprindo seu papel institucional realizando as seguintes atividades: (i) publicação contínua por meio de informes eletrônicos (como o “Energia Online”); (ii) manutenção da homepage www.cerpch.org.br; e (iii) atualização e difusão de um banco de dados sobre as Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A PCH configura-se como uma forma de geração distribuída e estima-se um potencial de 25GW ainda a ser explorado (dados da proponente) por meio de centrais de baixa e baixíssima queda (tecnologia esta em fase de testes em todo o Mundo). Segundo o Plano Nacional de Energia 2030 as PCH's serão responsáveis por um incremento de 6 GW e os estudos propostos contribuirão para a inserção dessa tecnologia na Matriz Elétrica de modo eficiente e sustentável.

- **Convênio n.º 721906/2009** – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (CEPEL).

Objeto: Promover o apoio ao desenvolvimento tecnológico do setor de energia, em particular, quanto às fontes alternativas solar e eólica e à eficiência energética de modo a permitir a transferência tecnológica, por meio da realização de estudos, edição de material técnico, criação e manutenção de redes temáticas e fomento a projetos aplicativos de forma a prover soluções aos problemas tecnológicos do setor elétrico.

Vigência: 22.12.09 a 28.12.11

As atividades serão executadas pelo Centro de Referência para as Energias Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito – CRESESB, no período de 24 meses, e corresponde a um plano de trabalho no valor de R\$ 2.068.000,00 (dois milhões e sessenta e oito mil reais), sendo R\$ 768.000,00 (Setecentos e

sessenta e oito mil reais) a contrapartida da proponente e R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais) custeados pela União, por intermédio do MME. A segunda e última parcela de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) foi liberada por meio de termo aditivo, conforme publicação no DOU em 16.12.2010.

Em 2010, o CRESESB atuou em diversas discussões técnicas promovidas pelo MME para o aprimoramento do Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf). Apresentou um estudo preliminar indicando as principais localidades adequadas para a instalação de uma planta piloto de geração heliotérmica no Nordeste do Brasil, levando em consideração os recursos solar (irradiação direta) e hídrico, as condições das redes elétricas disponíveis e os impactos ambientais. Foram iniciados os estudos do atual desenvolvimento tecnológico deste tipo de geração heliotérmica, incluindo a identificação das plantas experimentais e comerciais em operação e as estimativas de custos atuais e projetados para o futuro. Estas informações fornecerão subsídios ao MME e ao MCT para a consolidação do Acordo de Cooperação Técnica firmado em 27.12.2010, com objetivo de estabelecer uma parceria para lançar as bases para o desenvolvimento científico e tecnológico do aproveitamento da energia solar, em especial heliotérmica, no Brasil.

Foram realizados os estudos de dimensionamento e instalação de um sistema híbrido solar/eólico/biodiesel no posto oceanográfico da Ilha da Trindade. Esta proposta permitirá analisar de modo criterioso a eficiência desse tipo de sistema, bem como a viabilidade técnica e econômica desse tipo de aplicação. Também será possível uma análise técnica do escoamento de ventos em terrenos complexos, como é o caso da Ilha de Trindade, que auxiliará na metodologia de cálculos de potenciais eólicos e na análise da vida útil dos equipamentos.

Atividades Sob a Coordenação do DOC.

Apesar do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações – DOC não haver ações orçamentárias junto ao SIGPLAN, ele desenvolve atividades importantes de Outorgas e Concessões, Conforme descreva abaixo:

Outorgas de Concessão e Autorização de Novos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica

Esta atividade é voltada para o processo de outorgas de concessão e autorização de geração, de acordo com as políticas e diretrizes do MME, que visam à ampliação da capacidade instalada de geração de energia elétrica para atendimento à demanda de energia do Mercado Regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, a partir do resultado dos leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, tais como: centrais hidrelétricas, termelétricas e eólicas.

A execução desta atividade é dividida em duas fases: i) acompanhamento dos leilões de compra de energia elétrica; e ii) instrução dos processos resultantes desses leilões, necessária à emissão dos atos de outorga.

Acompanhamento dos Leilões de Compra de Energia Elétrica

Foram acompanhados os seis leilões de compra de energia elétrica realizados no ano de 2010, discriminados a seguir:

a) Leilão ANEEL nº 02/2010 - Sistemas Isolados, realizado em 9 de abril de 2010

Objeto: Contratar energia elétrica proveniente de empreendimentos e potência associada nos sistemas isolados, especificamente para fonte de biomassa, com fornecimento a partir de 1º de janeiro de 2011, 1º de janeiro de 2012 e 1º de janeiro de 2013.

Resultado: Foram contratados 8,167 MW médios e 43,8 MW por dois empreendimentos, ao preço médio de R\$ 148,72/MWh.

b) Leilão ANEEL nº 06/2009 - UHE Belo Monte, realizado em 20 de abril de 2010

Objeto: Contratar energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, com fornecimento a partir de 2015.

Resultado: Foram comercializados 3.199,70 MW médios no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, ao preço de R\$ 77,97/MWh, com deságio de 6,06% em relação ao preço inicial do leilão.

c) Leilão ANEEL nº 03/2010 - Energia Nova (A-5 Fonte Hídrica), realizado em 30 de julho 2010

Objeto: Contratar energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração hidrelétrica, com fornecimento a partir de 1º de janeiro de 2015.

Resultado: Foram comercializados 327 MW médios no ACR, por 3 UHE's e 4 PCH's, ao preço médio de R\$ 99,48/MWh.

d) Leilão ANEEL nº 05/2010 - Energia de Reserva, realizado em 25 e 26 de agosto de 2010

Objeto: Contratar energia elétrica de reserva, proveniente de Pequenas Centrais Hidrelétricas e empreendimentos de geração de fonte eólica com início de suprimento a partir de 1º de setembro de 2013 e empreendimentos de geração de fonte biomassa com o início do suprimento nos anos de 2011, 2012 e 2013.

Resultado:

Foram comercializados 168,30 MW médios, por 11 empreendimentos de geração de fonte de biomassa, ao preço médio de R\$ 145,26/MWh;

Foram comercializados 21,7 MW médios, por duas PCHs, ao preço médio de R\$ 130,73/MWh;

Foram comercializados 255,10 MW médios, por 20 empreendimentos de geração de fonte de eólica, ao preço médio de R\$ 122,69/MWh.

Total comercializado: 455,10 MW médios, por 33 empreendimentos, ao preço médio de R\$ 131,62/MWh.

e) Leilão ANEEL nº 07/2010 - Fontes Alternativas, realizado em 26 de agosto de 2010

Objeto: Contratar energia elétrica proveniente de Fontes Alternativas de Geração, específico para Pequenas Centrais Hidrelétricas e empreendimentos de geração que tenham como fontes biomassa e eólica, com fornecimento a partir de 1º de janeiro de 2013.

Resultado:

Foram comercializados 22,30 MW médios, por um empreendimento de geração de fonte biomassa, ao preço médio de R\$ 137,92/MWh;

Foram comercializados 48,10 MW médios, por 5 PCHs, ao preço médio de R\$ 146,99/MWh;

Foram comercializados 643,9 MW médios, por 50 empreendimentos de geração de fonte de eólica, ao preço médio de R\$ 134,10/MWh.

Total comercializado: 714,3 MW médios, por 56 empreendimentos de geração, ao preço médio de R\$ 135,09/MWh.

f) Leilão ANEEL nº 04/2010 - Energia Nova (A-5 Fonte Hídrica - 2º Semestre), realizado em 17 de dezembro de 2010

Objeto: Contratação de energia proveniente de empreendimentos de geração hidrelétrica, inclusive PCH, com posterior outorga, e daqueles que tenham concessão oriunda de Sistema Isolado, com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2015.

Resultado: Foram comercializados 968 MW médios no ACR, por 2 UHE's, ao preço médio de R\$ 67,31/MWh.

Processos de Outorga de Geração

A fase de instrução dos processos de outorga de geração compreende a análise técnica e regulatória dos processos encaminhados pelo promotor do Leilão de compra de energia elétrica, além da verificação da regularidade fiscal dos empreendedores, resultando na elaboração de nota técnica, minuta de ato de outorga e do contrato de concessão, quando aplicável, e demais providências necessárias para a assinatura e a publicação do ato de outorga de concessão ou autorização.

Durante a fase de instrução destes processos são mantidas interações com a EPE, ANEEL, ONS, e quando necessário, com os empreendedores.

Após a publicação dos atos de outorga de autorização ou concessão, e da assinatura do seu respectivo contrato, os processos são devolvidos à ANEEL, para que a Agência fiscalize o cumprimento das obrigações dos agentes outorgados.

No ano de 2010, foram concluídos 79 processos referentes aos seguintes leilões de compra de energia elétrica:

a) Leilão ANEEL nº 003/2008 - Leilão A-5

- Vinte e quatro empreendimentos foram adjudicados vencedores do Leilão A-5/2008, dentre os quais dezoito foram outorgados em 2009. Três empreendimentos foram outorgados no primeiro trimestre de 2010 (UTES MC2 Macaíba, MC2 Pecém 2 e MC2 Suape II B), dois empreendimentos não obtiveram a renovação da licença ambiental até o final de 2010. A UTE Paraúna não será outorgada, tendo em vista a desistência do empreendedor registrada junto à ANEEL, que executou a Garantia de Participação aportada pelo empreendedor.

b) Leilão ANEEL nº 02/2009 – Leilão A-3

- O processo de outorga da UTE Codora foi recebido pelo MME em 22 de dezembro de 2009, e concluído em 63 dias com a publicação da portaria autorizativa no Diário Oficial da União - DOU em 26 de fevereiro de 2010.

c) Leilão ANEEL nº 03/2009 – Leilão de Energia de Reserva de fonte eólica

- Foram editadas em 2010 setenta portarias de autorização das usinas vencedoras deste leilão que não possuíam outorga anterior. O prazo médio dos processos no âmbito do MME foi de 60 dias.

d) Leilão ANEEL nº 06/2009 - UHE Belo Monte

- O processo de outorga da UHE Belo Monte, recebido em 12 de agosto de 2010, foi concluído em 18 dias com a publicação do Decreto de Outorga no DOU de 27 de agosto de 2010 e do Extrato do Contrato de Concessão, no dia 30 de agosto de 2010.

e) Leilão ANEEL nº 02/2010 - Sistemas Isolados

- O processo de outorga da UTE Santana do Araguaia I foi recebido por este Departamento em 13 de agosto de 2010 e concluído com a publicação da portaria de autorização no DOU em 09 de outubro de 2010. O prazo de 77 dias foi consequência de demora do empreendedor para obter as certidões atualizadas para a devida conclusão do processo.

f) Leilão ANEEL nº 03/2010 - Energia Nova (A-5 Fonte Hídrica)

- Os processos de outorgas das UHE's Ferreira Gomes, Garibaldi e Colíder, empreendimentos vencedores deste leilão que ainda não possuíam outorga.

Os dois processos não concluídos são remanescentes do Leilão ANEEL nº 003/2008, e encontram-se pendentes por não possuírem licença ambiental:

- UTE MC2 Nossa Senhora do Socorro – o prazo de validade da licença ambiental expirou e o empreendedor não obteve a sua renovação. O processo foi devolvido à ANEEL para providências; e
- UHE Baixo Iguaçu – a licença prévia foi cassada por liminar da justiça. O ICMBio, por meio da portaria nº 523, de 6/10/2010, criou o Grupo de Trabalho - GT para análise dos estudos do EIA e suas complementações, cSPEo prazo de conclusão foi prorrogado para 30 de janeiro de 2011.

As setenta e nove outorgas de novos empreendimentos de geração expedidas correspondem a 14.936,30 MW de potência instalada e 6.454,73 MW médios de garantia física, dos quais 4.875,38 MW médios de energia foram contratados para o Ambiente de Comercialização Regulada - ACR, conforme tabela a seguir.

Tabela CXVI- Resumo das Outorgas de Geração Advindas de Leilão - Ano 2010

Leilão	Número de Outorgas concluídas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Comercializada no ACR (MW médios)
A5/2008	3	1.100,00	649,40	626,00
A3/2009	1	48,00	16,20	10,00
Energia de Reserva (Eólica) /2009	70	1.791,30	779,23	747,00
UHE Belo Monte	1	11.233,10	4.571,00	3.199,70
Sistema Isolado	1	34,00	26,00	4,68
A-5/2010	3	729,90	412,90	288,00
TOTAL	79	14.936,30	6.454,73	4.875,38

Fonte: DOC/SPE

Gestão de Outorgas de Concessões de Geração

Esta atividade está voltada para atividades de acompanhamento, regularização e alteração das outorgas de empreendimentos existentes, tais como: prorrogação de prazo de concessão, extinção de concessão, alterações de ponto de conexão, dentre outros.

Prorrogação de prazo de Concessão

A prorrogação de prazo de concessão de geração de energia elétrica é formalizada pela edição de portaria do MME, para a qual este Departamento conclui a instrução do processo encaminhado pela ANEEL.

Os requerimentos de prorrogação de prazo de concessão são inicialmente submetidos à ANEEL, que são encaminhados para apreciação do MME após a manifestação da Diretoria da Agência sobre o pleito do interessado.

No ano de 2010 foram recebidos da ANEEL seis processos de prorrogação de concessão de geração. Dois outros processos foram remanescentes do ano anterior.

Três processos foram concluídos com a edição das respectivas Portarias do MME, que prorrogaram as concessões das seguintes usinas: UTE Camaçari, UHE Samuel e PCH Pacífico Mascarenhas.

Os demais requerimentos para prorrogação de prazo de concessão submetidos ao MME são relacionados a seguir, indicando a situação da instrução do processo ao final do ano de 2010.

Nome da Usina	Situação do Processo
UTE Campos	Concluído no âmbito SPE/DOC/CONJUR, foi encaminhado ao Gabinete do Ministro para assinatura da portaria.
UHE Jurupará	Encaminhado para análise jurídica da CONJUR/MME.
UHE Antas II	De acordo com as recomendações contidas na análise jurídica, o processo foi devolvido à ANEEL para complementação de informações. O processo retornou ao MME no final de outubro de 2010, e encontra-se em análise no DOC.
UHE's Neblina e Sinceridade	De acordo com as recomendações contidas na análise jurídica o processo foi devolvido à ANEEL para complementação de informações. O processo retornou ao MME no final de dezembro de 2010, e encontra-se em análise no DOC.
UHE Cachoeira da Fumaça	Após análise técnica, o processo foi submetido à Consultoria Jurídica que se posicionou pela devolução do processo à ANEEL para complementação da sua instrução.

Extinção de Concessão de Geração

Esta atividade trata a instrução de processo de extinção de concessão por termo contratual, caducidade, encampação, rescisão ou anulação do contrato de concessão, ou por solicitação do concessionário. Os processos são iniciados na ANEEL e, após a devida instrução, encaminhados ao MME com manifestação técnica e recomendação da sua Diretoria.

Durante o ano de 2010 foram analisados e não concluídos os processos de extinção das UTE São Gonçalo e da UTE Carioba.

Outorgas de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica

Esta atividade tem por objetivo a outorga de concessão dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica necessários para o desempenho adequado do SIN, compreendendo duas etapas: i) acompanhamento dos leilões de transmissão de energia elétrica; e ii) instrução dos processos resultantes desses leilões, necessária à emissão dos atos de outorga de concessão.

- Acompanhamento dos Leilões de Transmissão de Energia Elétrica

No ano de 2010 foram realizados três leilões de transmissão de energia elétrica, discriminados a seguir:

a) Leilão ANEEL nº 001/2010, realizado em 11 de junho de 2010.

- Foram contratados 708 km de linhas de transmissão e 11 subestações, que totalizam 1.754 MVA de capacidade de transformação, nas tensões de 230 e 500 kV, compreendendo a expansão da Rede Básica do SIN nos Estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo; e o sistema para transmitir a energia elétrica gerada pelas usinas do Rio Madeira e do Complexo Energético Rio das Antas, localizado na região Nordeste do estado do Rio Grande do Sul (UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho).
- Os investimentos são estimados em R\$ 700 milhões, e deverão gerar cerca de 3.450 empregos diretos durante a fase de construção.

b) Leilão ANEEL nº 006/2010, realizado em 3 de setembro de 2010.

- Foram contratados 501 km de linhas de transmissão em 230 kV e 4 subestações, que acrescentarão 860 MVA de capacidade de transformação ao SIN, além de Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada - ICG conectadas à Rede Básica.
- As instalações de transmissão contratadas atenderão à expansão da Rede Básica do SIN nos Estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, e permitirão a conexão de Usinas Eólicas que comercializaram no Leilão de Energia de Reserva nº 003/2009, realizado em 14 de dezembro de 2009, promovendo a inserção dessa fonte renovável na matriz energética nacional.
- Os investimentos para a construção das instalações são estimados em R\$ 300 milhões, e deverão gerar 2.150 empregos diretos durante a fase de construção.

c) Leilão ANEEL nº 008/2010, realizado em 9 de dezembro de 2010.

- Foram contratados 505 km de linhas de transmissão e 9 subestações, que totalizam 1.647 MVA de capacidade de transformação, nas tensões de 230 e 345 kV, que atenderão à expansão da Rede Básica do SIN nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.

- Os investimentos para a construção das instalações são estimados em R\$ 762,7 milhões, e deverão gerar 3.900 empregos diretos durante a fase de construção.
- Instrução de Processos de Outorgas de Transmissão

A etapa de instrução do processo de outorga de transmissão compreende a análise técnica e regulatória dos processos encaminhados pelo promotor do Leilão de transmissão de energia elétrica, consolidada em nota técnica, proposição de minuta de ato de outorga, e demais providências necessárias, com vistas à edição de Decreto de outorga da concessão.

Durante esta etapa são mantidas interações com a ANEEL e com os empreendedores, quando necessário.

Após a publicação do ato de outorga de concessão, os processos são devolvidos à ANEEL, para assinatura do Contrato de Concessão e fiscalização do cumprimento das obrigações do concessionário.

Durante o ano de 2010 foram outorgadas vinte concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, decorrentes dos lotes licitados nos Leilões ANEEL nº 005/2009, nº 001/2010 e nº 006/2010, que totalizaram 2.288 km de linhas de transmissão e 12.024 MVA da capacidade de transformação, conforme tabela a seguir:

Tabela CXVII - Resumo das Outorgas de Transmissão Publicadas em 2010.

Leilão	Objeto	Outorgas Publicadas em 2010	LT (km)	SE (MVA)
005/2009	Expansão do SIN	8	1.079	9.410
001/2010	Expansão do SIN	9	708	1.754
006/2010	ICG	3	501	860
TOTAL		20	2.288	12.024

Fonte: ANEEL

- a) Oito concessões decorrentes do Leilão nº 005/2009, realizado em 27 de novembro de 2009, cSPEo prazo médio para outorga foi de 86 dias, dos quais 20 dias foram necessários para a instrução por este Departamento.
- b) Nove concessões decorrentes do Leilão nº 001/2010, cSPEo prazo médio para outorga foi de 52 dias, dos quais 8 dias foram necessários para a instrução por este Departamento.
- c) Três concessões decorrentes do Leilão nº 006/2010 cSPEo prazo médio para outorga foi de 29 dias, dos quais 12 dias foram necessários para a instrução por este Departamento.

O Leilão nº 008/2010, realizado em 9 de dezembro, não teve o resultado homologado e adjudicado até o final de 2010. Portanto, os processos serão recebidos da ANEEL ao longo do ano de 2011.

Nesta atividade, o Departamento apresentou um índice de realização de 100% no ano de 2010.

O prazo médio para conclusão dos processos, verificado com a publicação do Decreto de outorga, foi de 56 dias, dos quais 13 dias foram necessários para a instrução por este Departamento.

c.III) Indicadores Institucionais

Com o objetivo de estabelecer indicadores institucionais que possam auxiliar de forma adequada o processo de decisão gerencial, a Secretaria Executiva e as Secretarias Finalísticas se empenharam em criar e desenvolver tais indicadores.

Foi então implementado o SIG – Sistema de Informações Gerenciais, com 35 indicadores, que atualmente se encontra em produção. Ultimamente, estamos reavaliando alguns indicadores, de forma a refinar os dados fornecidos e os gráficos gerados, para melhor apoiar o processo decisório das autoridades do Ministério.

Os indicadores incluídos no SIG são os seguintes:

Secretaria de Planejamento Energético – SPE

1. Verificação de meta descrita no PDE em vigor, para Expansão de Geração de Fontes Alternativas.
2. Verificação de meta descrita no PDE em vigor, para a Expansão de Geração Total.
3. Verificação do Balanço Energético Nacional.

f) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

Tabela CXVIII - Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério de Minas e Energia	32101	320010

d.I.1) Programação de Despesas Correntes

Não se Aplica Nessa SPE.

d.I.2) Programação de Despesas de Capital

Não se Aplica Nessa SPE.

d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se Aplica Nessa SPE.

d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Não se Aplica Nessa SPE.

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

Tabela CXIX - Quadro A.2.4. - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos Originários da SPE

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	136.268,32	121.842,66	136.268,32	121.842,66
Outros				

Fonte: SPOA

d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPE

Despesas por Modalidade de Contratação

Não se Aplica Nessa SPE.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Não se Aplica Nessa SPE.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Não se Aplica Nessa SPE.

d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPE por Movimentação

7. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não se Aplica Nessa SPE.

8. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela CXX - Quadro A.4.1. - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	425.000,00	0,00	425.000,00	0,00
2008	0,0	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	268.557,61	56.197,62	212.359,99	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	1.140.673,44	1.091.573,44	0,00	49.100,00
Observações:				
Os Restos a Pagar de 2007 no valor de R\$ 49.100,00 refere-se às seguintes Notas de Empenho:				
2007NE900013 - FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO			R\$	12.400,00
2007NE900028 - FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO			R\$	7.200,00
2007NE900029 - FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO			R\$	3.000,00
2007NE900030 - FUNDACAO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO			R\$	<u>26.500,00</u>
Total			R\$	49.100,00
Essas Notas foram emitidas no âmbito do Convênio nº 13/2005 firmado com a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária no Acre (FUNDAPE), cSPEo objetivo foi a implementação de um Núcleo de Referência Tecnológica em Energias Alternativas. Em 2007, foram empenhados os recursos descritos para atendimento ao estabelecido no plano de trabalho, conforme as premissas da Instrução Normativa STN n.º 01/97. Entretanto na época, acordado com o Conveniente, optou-se em prorrogar apenas o prazo de vigência para continuidade das atividades de acordo com o novo cronograma de execução física apresentado.				
Todo o saldo do empenho inscritos em Restos a Pagar foi regularizado no dia 4 de fevereiro de 2011 pela SPOA.				

a. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
Não se Aplica Nessa SPE

9. Recursos Humanos da Unidade
Não se Aplica Nessa SPE.

6. Informação sobre Transferências
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

Tabela CXXI - 6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2010

QUADRO A.6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2010.Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:		Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético							
CNPJ:		37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	18/2004	42.288.886/0001-60	R\$ 5.309.700,00	R\$ 1.152.000,00	R\$ -	R\$ 4.157.700,00	22/12/2004	28/06/2011	1
1	8/2005	88.630.413/0002-81*	R\$ 379.691,00	R\$ 129.276,00	R\$ -	R\$ 250.415,00	26/06/2008	26/12/2010	1
1	11/2005	07.138.190/0001-57	R\$ 1.080.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ -	R\$ 900.000,00	27/12/2005	26/12/2010	1
1	721606/2009	68.314.830/0001-27	R\$ 715.200,00	R\$ 115.200,00	R\$ 400.000,00	R\$ 600.000,00	28/12/2009	28/12/2011	1
1	721743/2009	21.415.112/0001-83	R\$ 720.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 600.000,00	28/12/2009	28/12/2011	1
1	721906/2009	42.288.886/0001-60	R\$ 2.068.000,00	R\$ 768.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 1.300.000,00	28/12/2009	28/12/2011	1
1	706321/2009	42.288.886/0001-60	R\$ 1.200.000,00	R\$ 570.000,00	R\$ 205.000,00	R\$ 600.000,00	28/12/2009	28/12/2011	1
LEGENDA									
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 - Convênio			1 - Adimplente						
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente						
3 - Termo de Parceria			3 - Inadimplência Suspensa						
4 - Termo de Cooperação			4 - Concluído						
5 - Termo de Compromisso			5 - Excluído						
			6 - Rescindido						
			7 - Arquivado						

Fonte: SIAFI

(*) recursos repassados para o CNPJ: 88.630.413/0001-09

Tabela CXXII - 6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados*	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	6	R\$ 8.137.700,00	R\$ 8.137.700,00	0,00	100%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	6	R\$ 8.137.700,00	R\$ 8.137.700,00	0,00	100%

Fonte: SIAFI

Tabela CXXIII - 6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos	Valores (R\$1,00)			% do Valor global
	com vigência em 2011	Contratados*	Repassados até 2010	Previstos para 2011	repassado até o final
	e seguintes				do exercício de 2010
Convênio	6	R\$ 8.137.700,00	R\$ 8.137.700,00	0,00	100%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	6	R\$ 8.137.700,00	R\$ 8.137.700,00	0,00	100%

Fonte: SIAFI

(*) Valor total previsto em Termo de Convênio para repasse ao conveniente.

Tabela CXXIV - 6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		0	
		Montante Repassado		0	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	6	
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 5.123.025,00	
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	
			Montante Repassado (R\$)	R\$ -	
2009	Contas prestadas	Quantidade		16	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 78.071.750,00	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ -	
2008	Contas prestadas	Quantidade		8	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 10.015.317,00	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ -	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ -	

Fonte: SIAFI

Tabela CXXV - 6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			6	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ -	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	6	
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 5.123.025,00	
2009	Quantidade de contas prestadas			16	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		15	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		1	

		Montante Repassado (R\$)	R\$ 792.750,00	
2008	Quantidade de contas prestadas		8	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	4	
		Quantidade Reprovada	0	
		Quantidade de TCE	1	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	3	
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 2.675.317,00	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	5	
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 2.741.160,00	

Fonte: SIAFI

6.2. Análise Crítica

- **Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere;**

Os recursos financeiros tratados a seguir fazem referência ao Convênio 706321/2009 – Convênio de estudo de transmissão em extra alta tensão em CA de grandes blocos de potência a longa distância celebrado juntamente ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL. Foram realizadas cinco transferências no exercício em questão (2010), sendo a 1ª parcela distribuída nos valores de R\$ 35.000,00, 335.000,00 e R\$ 55.000,00 totalizando um montante de R\$ 425.000,00, elaboradas através do documento Notas de Empenho (NE), identificadas como 2009NE900016, 2009NE900017 e 2009NE900018 (ano base 2009).

Considerando a 2ª parcela do referido convênio, foram realizadas duas transferências, nos valores de R\$ 185.000,00 e R\$ 20.000,00 reunindo o valor de R\$ 205.000,00, autorizadas pelas NE's: 2010NE900036 e 2010NE900037 (ano base 2010). Ambas as parcelas foram pagas pelo documento: “Relação das Ordens Bancárias Externas” dos meses de fevereiro e dezembro de 2010 respectivamente.

- **Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.**

Conforme Memorando 90/2010/SPE de 16 de março de 2010: “Em reunião ocorrida em 26 de maio de 2009, com a presença de representantes da Secretaria Executiva, do Gabinete do Ministro, da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração e das Secretarias finalísticas do MME (SGM, SPG, SEE E SPE) ficou decidido que todos os instrumentos e congêneres pactuados a partir de 30 de maio de 2008, incluindo celebração, execução e prestação de contas, seriam de responsabilidade das Secretarias finalísticas”, o que demandou um prazo maior nos procedimentos de tal atividade.

Explicitamos também, que o referido convênio foi o primeiro celebrado com gestão independente do Departamento de Planejamento Energético – DPE através do Portal de Convênios – SICONV. No exercício de 2009, os documentos NE foram formalizados no mesmo ano, porém devido à necessidade de adaptação às novas medidas administrativas frente aos convênios, a 1ª parcela foi liberada com restos a pagar do orçamento de 2010, sem qualquer prejuízo ao objeto do convênio.

- **Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume dos recursos transferidos.**

Nos três últimos exercícios, o volume de recursos transferidos totalizou o montante de R\$ 630.000,00 pertencente ao Convênio 706321/2009, formalizado no Item 2.

O DPE possuía inúmeros Convênios com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, para apoio às atividades de planejamento energético, os quais, como já relatado no Relatório de Gestão anterior foram denunciados no decorrer do ano de 2008, dada a inclusão da EPE no Orçamento Fiscal da União. No entanto, não houve qualquer prejuízo ao andamento dos trabalhos, de vez que as denúncias tiveram caráter meramente Administrativo, necessárias para adaptar a relação MME-EPE à sistemática orçamentária da União.

Com essa inclusão, tornou-se necessária a sua adaptação às normas que regem o Orçamento Público Federal, como por exemplo, a necessidade de utilização da Conta Única do Tesouro Nacional. Dessa forma os recursos destinados ao desenvolvimento das atividades de apoio ao planejamento energético nacional, que anteriormente eram repassados por meio de contratos de prestação de serviços e convênios, firmados entre o MME e a EPE, passaram a ser consignados em rubricas orçamentárias próprias da EPE, dispensando a formalização da parceria até então praticada. Em consequência disso, foram criadas ações sob responsabilidade da EPE, sendo os recursos e os produtos, anteriormente programados nos instrumentos supracitados, transferidos inteiramente para a EPE.

Os convênios 025/2004, 027/2004 e 028/2004 celebrados juntamente com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL estão com vigências expiradas e encontram-se em análise por este órgão. O convênio 037/2005 está vigente até 26/12/2011.

Na tabela abaixo, demonstra-se a quantidade e os convênios que possuem apresentação das prestações de contas pendentes de análise.

Convênios	Entidade
025/2004	CEPEL
027/2004	CEPEL
028/2004	CEPEL

Tendo como base a argumentação proferida no próximo item, no exercício de 2011 serão analisadas por este órgão as prestações de contas dos convênios celebrados com o CEPEL.

- **Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;**

Visando aprimorar a qualidade organizacional nas rotinas da Secretaria de Planejamento e SPE, foram priorizadas as análises dos convênios da Empresa de Pesquisa Energética – EPE (demonstrados na tabela do item 5), mediante decisão interna neste órgão. Frente à eficiência e eficácia, é atividade costumeira do MME o acompanhamento da documentação relacionada aos convênios e o atendimento aos prazos e normas vigentes legais. Vale ressaltar que a estratégia adotada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE para agilidade e prioridade na análise dos convênios celebrados com a EPE demonstraram méritos, tendo em vista que todos os convênios listados na tabela do item anterior foram alterados no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI para o status de “aprovado”. Atualmente não existe pendência de prestação e análise de contas com convênios da EPE no âmbito desta Secretaria.

7. Declaração da Área Responsável

Todos os Convênios da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, firmados no exercício de 2010, estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

A inserção de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/ SPOA/ MME.

8. Declarações de Bens e Rendas

Não se aplica

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

9.1. Estrutura de Controles Internos.

9.1. Estrutura de Controles Internos.

Tabela CXXVI - Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da SPE

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da SPE percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela SPE são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da SPE é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da SPE na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da SPE.	X				

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela SPE.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da SPE, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da SPE, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela SPE são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela SPE possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela SPE são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para SPE é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela SPE são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X

25. A informação disponível à SPE é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da SPE, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da SPE, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da SPE é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da SPE tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da SPE tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais: 1- A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE está sujeita às normas, procedimentos e orientações do Governo Federal e do Ministério de Minas e Energia – MME, por meio de sua Secretaria Executiva. Em relação aos recursos financeiros, a SPE segue as orientações do Orçamento Fiscal e Seguridade Social e do Ministério de Minas e Energia – MME (Secretaria Executiva). Portanto, a atuação dessa Secretaria está vinculada diretamente as orientações da Secretaria Executiva do MME; 2- Em relação ao item 17, entendemos que a instauração de sindicância é de competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, vinculada à Secretaria Executiva, após a solicitação formal da UJ; 3- No entendimento da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE vários itens não se aplicam à administração direta do Governo Federal; 4- A metodologia empregada para responder esse questionário foi, com a orientação da Secretaria Executiva do MME, a realização de reuniões e debates, no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE, com pessoas que tem conhecimento amplo das atividades da Secretaria e do Ministério.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no					

contexto da SPE.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da SPE, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da SPE.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da SPE, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da SPE.

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade.

10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Não se aplica

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SPE

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Não se aplica

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SPE

12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Não se aplica

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica

14. Renúncia Tributária

Não se aplica

15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU

15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não houve determinação a essa SPE nesse exercício.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não houve determinação a essa SPE nesse exercício.

15.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Tabela CXXVII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	245306	17	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que se proceda a fiscalizações efetivas com visitas in loco e solicitação de documentos e informações, tais como relatórios, pareceres e outros, como forma de dar mais transparência e facilitar o controle e acompanhamento por parte do Ministério e dos Órgãos de controle.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
Foi realizada em 09 de agosto do presente ano reunião entre representantes do Ministério de Minas e Energia e da Empresa de Pesquisa Energética, que contou também com a presença de representantes da Controladoria-Geral da União. A referida reunião teve como objetivo estabelecer as medidas necessárias para a implementação da recomendação nº 001 da Constatação nº 17 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 245306 – 2ª parte. Foi acordado que a conveniente encaminhará os resumos das respectivas licitações, cópias dos contratos e dos editais concernentes a cada um dos contratos firmados ou as justificativas para o caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação. A documentação será apensada aos processos dos convênios. Os representantes da CGU consentiram com as medidas propostas, que contemplariam a recomendação apresentada no Relatório de Auditoria.			
Síntese dos resultados obtidos			
A EPE, na reunião supramencionada, se comprometeu a enviar a documentação solicitada. A solicitação foi reiterada à EPE pela SPE/DPE, e toda documentação foi enviada pelo conveniente e apensada aos processos prontamente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.			

16.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Tabela CXXVIII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	245306	18	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que formem uma força-tarefa em conjunto com a CGOF objetivando finalizar a aprovação das contas dos convênios antigos ou ainda pendentes de forma que o processo se dê com mais celeridade, sem prejuízo da análise detalhada e equilibrada, necessária para a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
Os convênios antigos ou ainda pendentes foram objeto de análise e encaminhamento pela área técnica, com vistas a finalizar a aprovação de suas contas. O esforço concentrado da SPE e da CGOF permitiu a realização de uma análise detalhada da situação dos convênios, que até o momento, dos 14 convênios listados na constatação nº 18, resultou na aprovação final, pelo ordenador de despesas de 13 convênios. Com exceção dos convênios nº 16/2005 (538481), que está sob a análise financeira da CGOF, os demais convênios já tiveram o registro no SIAFI alterado para a condição de Aprovado. Não se verificou a necessidade de criação formal de uma força-tarefa para a implementação da recomendação do órgão de controle interno.			
Síntese dos resultados obtidos			
Realizou-se de forma coordenada, pela área técnica e pela CGOF, o esforço de análise dos convênios com aprovação pendente, o que resultou em uma empreitada bem-sucedida e produtiva, conforme abaixo: SIAFI 538760 - Aprovado. (MME/EPE 022 2005) SIAFI 538696 - Aprovado. (MME/EPE 023 2005) SIAFI 538697 - Aprovado. (MME/EPE 024 2005) SIAFI 538700 - Aprovado. (MME/EPE 025 2005) SIAFI 538632 - Aprovado. (MME/EPE 026 2005)			

SIAFI 538745 - Aprovado. (MME/EPE 027 2005)
SIAFI 538746 - Aprovado. (MME/EPE 028 2005)
SIAFI 538748 - Aprovado. (MME/EPE 029 2005)
SIAFI 538766 - Aprovado. (MME/EPE 033 2005)
SIAFI 538768 - Aprovado. (MME/EPE 034 2005)
SIAFI 538770 - Aprovado. (MME/EPE 035 2005)
SIAFI 538481 - Aprovado. (MME/CHESF 016 2005)
SIAFI 538761 - Aprovado. (MME/EPE 032 2005)
SIAFI 579365 – Concluindo análise da Prestação de Contas Final. (MME/FAPEPE 014 2006).
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores que influenciassem a implantação dessa recomendação.

Tabela CXXIX - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	245306	19	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que os lançamentos feitos no SIAFI se deem de forma tempestiva, evitando a manutenção de informações que não condizem com a realidade.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético –SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
O fato que gerou a recomendação, conforme atestado no item “Análise do Controle Interno”, Constatação 19, do Relatório da Auditoria em tela, foi regularizado. A recomendação foi repassada à equipe técnica, de forma a realizar de forma tempestiva o lançamento das informações no SIAFI, evitando que se mantenham informações desatualizadas no sistema.			

Síntese dos resultados obtidos
Não ocorreram mais lançamentos de forma intempestiva.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Tabela CXXX - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	245306	020	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que o gestor proceda à glosa de despesas que não apresentam vínculo com o objeto do convênio.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
No tocante ao Convênio 026/1999, o DDE/SPE enviou o Ofício 25/DDE/SPE/2010, de 12 de abril de 2010, solicitando maiores esclarecimentos sobre aos gastos apresentados em algumas notas fiscais e sua relação com respectivo objeto do convênio e plano de trabalho estabelecido. Em resposta o CEPEL enviou a carta DTE 16497/2010 de 17 de maio de 2010 em que apresenta os esclarecimentos solicitados. A documentação comprobatória das despesas, e os referidos esclarecimentos enviados pelo conveniente, estão sendo analisados pelas áreas gestoras pertinentes e pela CGOF. A área financeira foi orientada pelos gestores dos convênios em referência para que proceda à glosa das despesas que não apresentem vínculo com o objeto do convênio, o que será realizado tão logo seja concluída a análise da documentação apresentada, em seu caráter técnico e orçamentário-financeiro.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando Pronunciamento da Análise do CGOF.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Tabela CXXXI - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	245306	020	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que o gestor oriente o conveniente a se abster de realizar despesas não previstas no convênio.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
Durante a análise das considerações encaminhadas pela conveniente, vários contatos telefônicos foram realizados que permitiram um nivelamento das informações entre o conveniente e a SPE. Foi comunicada a necessidade de observância quanto às premissas estabelecidas na Instrução Normativa n. 01/1997 da Secretaria do Tesouro Nacional, em especial, quanto a aderência das ações ao objeto proposto. Em atenção a recomendação da CGU, o DDE/DPE/SPE enviou em 1 de setembro de 2010, um Ofício salientando as observações discriminadas e as prerrogativas estabelecidas na IN/STN n.º 01/1997.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ainda não houve ocorrência que possibilitasse a verificação do cumprimento da recomendação pelo conveniente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Tabela CXXXII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	245306	24	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que seja exigido dos convenientes a obrigatoriedade do cumprimento do disposto no art. 30 da IN/STN nº 01/97, de modo a identificar a despesa e melhor relacioná-la com o convênio a qual está vinculada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
Os convenientes foram contatados para ciência da recomendação apresentada. Na ocasião foram orientados quanto à exigência de registro da numeração do convênio nas notas fiscais. As respostas foram apensadas aos respectivos processos.			
Os gestores dos convênios encaminharam, em 30 de agosto de 2010, um para cada instituição, FUNDAPE, FINATEC e LACTEC, respectivamente, e outro, no dia 1 setembro, ao CEPEL reiterando a obrigatoriedade.			
Síntese dos resultados obtidos			
Aguardando pronunciamento da CGOF			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Tabela CXXXIII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	245306	24	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Que o CEPEL seja orientado para não mais adotar a prática utilizada, abstendo-se de apostar carimbo com mais de um número de convênio numa mesma nota fiscal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
O conveniente foi contatado para ciência da recomendação apresentada. Na ocasião foi orientado quanto ao procedimento correto de registro. O gestor do convênio encaminhou, em 01 de setembro de 2010, um Ofício ao conveniente reiterando a obrigatoriedade.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ainda não houve ocorrência que possibilitasse a verificação do cumprimento da recomendação pelo conveniente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Tabela CXXXIV - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	245306	26	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Considerando que os convênios são recentes, o detalhamento dos planos de aplicação de recursos deve ser incluído nos planos de trabalho de forma a permitir o fiel cumprimento dos gastos previstos para o convênio e a eficiente análise e aprovação das despesas nas prestações de contas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
A apresentação de uma descrição mais detalhada nos planos de aplicação de recursos está sendo solicitada pela SPE para os aditivos aos convênios em vigor. Considerando as limitações presentes no SICONV, tais informações serão apresentadas nos Planos de Trabalho, o que foi considerado adequado pelo órgão de controle interno, conforme disposto no Relatório de Auditoria em tela. O nível de detalhamento exigido nos orçamentos está, ademais, em total consonância com as atuais normativas para a celebração de convênios.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ainda não houve ocorrência que possibilitasse o cumprimento da recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Tabela CXXXV - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	245306	26	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
A recomendação também deve ser considerada nos próximos convênios que forem celebrados pelo MME. Recomenda-se também que os proponentes sejam orientados a respeito do necessário nível de detalhamento exigido nos orçamentos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
A apresentação de uma descrição mais detalhada nos planos de aplicação de recursos está sendo exigida pela SPE para as propostas de novos convênios. Considerando as limitações presentes no SICONV, tais informações serão apresentadas nos Planos de Trabalho, o que foi considerado adequado pelo órgão de controle interno, conforme disposto no Relatório de Auditoria em tela. O nível de detalhamento exigido nos orçamentos está, ademais, em total consonância com as atuais normativas para a celebração de convênios.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ainda não houve ocorrência que possibilitasse o cumprimento da recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Tabela CXXXVI - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	245306	28	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Exauridas todas as medidas administrativas cabíveis, com base no art. nº 31, parágrafo 4º, da IN/STN nº 01/97, que seja instaurada a competente Tomada de Contas Especial - TCE.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
O MME solicitou ao conveniente, por meio do Ofício n.º 69/2010, que encaminhasse até o dia 30 de junho de 2010, esclarecimentos sobre as constatações apontadas no relatório da CGU. O Instituto Xingó enviou o Ofício nº 32/DG, em 30 de junho de 2010, solicitando a prorrogação por mais 30 dias. Em resposta, este Departamento estabeleceu como prazo irrevogável o dia 23 de agosto de 2010 (Ofício n.º 79/2010/DDE/SPE/MME). Diante da não manifestação por parte do conveniente às solicitações de esclarecimentos do MME, foi recomendada ao ordenador de despesas a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), por meio das Notas Técnicas n.º 3/2010 e Memorando n.º 178/2010, de 09 de setembro de 2010. O processo foi encaminhado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) por meio do Memorando n.º 443/2010-SPE, em 22 de setembro de 2010. O conveniente foi informado da instauração da referida TCE, por meio do Ofício n.º 99/2010-DDE de 30 de setembro de 2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
No dia 26 de janeiro de 2011, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA enviou o Ofício nº 01/2011 para a Coordenação Geral de Auditoria da área de Pesquisa e Benefícios e de Tomada de Contas Especial da Controladoria Geral da União – CGU, solicitando a Abertura de uma TCE para o Convênio nº 30/2004 MME-Instituto Xingó.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Tabela CXXXVII - Quadro a.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE			32000
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
001	245036	29	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que os processos licitatórios realizados no âmbito dos convênios celebrados pelo MME sejam elaborados de forma isenta de direcionamento, permitindo a livre concorrência.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE			32000
Síntese da providência adotada:			
Conforme a Nota Técnica n.º 32/2010, o DDE/SPE apresentou os esclarecimentos sobre as especificações utilizadas no processo licitatório utilizado para compra da picape no âmbito do convênio n.º 12/2005. Já na época da auditoria, conforme a referida Nota, o DDE/SPE contactou o responsável do projeto que encaminhou as justificativas técnicas sobre o referido processo licitatório. Em resposta a recomendação do TCU, o DDE/SPE encaminhou o Ofício-circular n.º 1/2010/DDE/SPE/2010, de 10 de setembro de 2010, a todos os convenientes enfatizando que os processos licitatórios sejam isentos de direcionamento, permitindo a livre concorrência, e instruindo quanto às exigências legais afetos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.

Não se aplica nessa SPE.

16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)

Não se aplica nessa SPE.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

Não se aplica nessa SPE.

Parte B – Item 1.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 8.887,61 (oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.



Elizane Velozo Costa Guedes

Contadora Responsável

CRC –DF nº 018138/O-2

Declaração do Contador:

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010.

Brasília, Março de 2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABAST – Abastecimento;

ABCE – Associação Brasileira de Construtores de Engenharia;

ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base;

ABEMI – Associação Brasileira de Engenharia Industrial;

ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos;

ABINEE – Associação Brasileira de Engenharia Industrial;

ABITAM – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica;

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

ABPIP - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás;

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica;

ANP – Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis;

ARLA32 – Agente Redutor Líquido Automotivo;

ASSEC – Assessoria Econômica;

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;

CC /PR – Casa Civil da Presidência da República;

CCZEE – Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico;

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica;

CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;

CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do Mar;

CNI – Confederação Nacional da Indústria;

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética;

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade;

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro;

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente;

CONAPE – Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;

CT-COST – Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira;

CTMA – Comitê Temático de Meio Ambiente;

CTPetro – Fundo Setorial de Petróleo e Gás natural;

DCDP – Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo;

DCR – Departamento de Combustíveis Renováveis;

DEPG – Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural;

DGN – Departamento de Gás Natural;

E&P – Exploração e Produção;

EPE – Empresa de Pesquisa Energética;

EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A;

FINEP/MCT – Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia;

FPSOs – Floating Production , Storage and Offloading);

GE & TD – Gás natural e Energia e Transporte Dutoviário;

GI-GERCO – Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro;

GMP – Grupo de Monitoramento Permanente;

GNL – Gás natural liquefeito;

GT-GHS – Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos;

GT – Grupo de Trabalho;

I/M – Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso;

IBAMA – Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais;

IBP – Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis;

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

IDH – Índice de Desenvolvimento humano;

IND P&G – Indústria de Petróleo e Gás natural;

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

IPHE - International Partnership for Hydrogen and Fuel Cells in the Economy;

LOA – Lei Orçamentária Anual;

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul;

MF – Ministério da Fazenda;

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

MMA – Ministério do Meio Ambiente;

MME – Ministério de Minas e Energia;

MPF – Ministério Público Federal;

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego;

OEMA – Órgãos Estaduais de Meio Ambiente;

OLUC – Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado;

P&G – Petróleo e Gás;

P2R2 – Plano Nacional de Prevenção, preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos;

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento;

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;

PCPV – Plano de Controle de Poluição Veicular;

PPSA – Pré-Sal Petróleo S.A.;

PIS – Programa de Integração Social;

PLANGÁS – Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural;

PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas;

PNPB – Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel;

PNQP – Plano Nacional da Qualificação Profissional;

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

PPA – Plano Plurianual;

PROCONVE - Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores;

PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural;

RPBC – Refinaria Presidente Bernardes;

RECAP – Refinaria de Capuava;

REDUC – Refinaria Duque de Caxias;

REFAP – Refinaria Alberto Pasqualini;

REGAP – Refinaria Gabriel Passos;

REPAR – Refinaria Presidente Getúlio Vargas;

REPLAN – Refinaria de Paulínia;

REVAP – Refinaria Henrique Lage;

RLAM – Refinaria Landulpho Alves;

SEE – Secretaria de Energia Elétrica;

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizado Industrial;

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais;

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse;

SINAVAL – Sindicato Nacional da Construção Naval;

SPE – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético;

SPG – Secretaria de Petróleo, Gás natural e Combustíveis Renováveis;

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

TC – Termo de Compromisso;

TM – Transporte Marítimo;

UJ – Unidade Jurisdicionada;

LISTA DE TABELAS

I – Descrição de gasodutos concluídos no exercício de 2010	22
II – Cronograma de abastecimento nacional com diesel S50	27
III – Quantidade de alunos capacitados pelo PNQP	35
IV – Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução	36
V – Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SPG	36
VI – Quadro A.2.8 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da SPG	37
VII – Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	38
VIII – Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	39
IX – Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela SPG nos três últimos exercícios	39
X – Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	40
XI – Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela SPG na modalidade de convênio e de contratos de repasse	41
XII – Quadro A.6.5 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de Repasse	42
XIII – Cronograma de desembolso	46
XIV – Cronograma de repasse da FINEP para PNUD	48
XV – Quadro A.9.1. – Estrutura de controles internos da SPG	49
XVI – Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	46

Sumário

Introdução.....	9
1. Identificação	10
2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	12
a) Responsabilidades Institucionais	12
a.I) Competência Institucional	17
a.II) Objetivos Estratégicos	18
b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	19
b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	19
b.II) Análise do Plano de Ação	21
c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da SE	21
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SE	21
c.II) Execução Física das Ações.....	21
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	21
d.I) Programação Orçamentária e das Despesas	21
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	26
d.III) Indicadores Institucionais	29
e) Principais Realizações do MME	29
e.I) Programa de Aceleração do Crescimento	29
e.II) Realizações das Diversas Áreas que Compõem a Secretaria-Executiva.....	32
e.II.1) Atividades do Gabinete da Secretaria-Executiva	32
e.II.2) Atividades da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE.....	38
e.II.3) Atividades do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental da Secretaria-Executiva – NESA	41
e.III) Atividades do Gabinete do Ministro	46
f) Avaliação Sistêmica	59
f.I) Secretaria de Energia Elétrica – SEE	59
f.II) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE	63
f.III) Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG.....	67
f.IV) Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM.....	79
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	84
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	84
5. Recursos Humanos da Secretaria-Executiva.....	84
6. Informação sobre Transferências	85
7. Declaração da Área Responsável sobre Convênios e Contratos	85
8. Declarações de Bens e Rendas	85
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	85
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade.....	88

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SE.....	88
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SE.....	88
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	88
14. Renúncia Tributária.....	88
15. Determinações e/ou Recomendações do TCU	88
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	89
16.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	89
16.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	90
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela SE para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.....	91
Parte B – Item 1 – Declaração do Contador.....	91
Resultados e Conclusões	94
Anexo: Diretoria de Programas – Projeto Estal/PNUD	95
Relatórios Agregados	147
Introdução.....	157
1. Identificação	158
2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	159
a) Responsabilidades Institucionais.....	159
a.I) Competência Institucional.....	159
a.II) Objetivos Estratégicos	160
b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	161
b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	163
b.II) Análise do Plano de Ações.....	196
c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade	204
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ.....	206
c.II) Execução Física das Ações.....	234
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	234
d.I) Programação Orçamentária das Despesas	234
d.I.1) Programação de Despesas Correntes	234
d.I.2) Programação de Despesas de Capital	234
d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	234
d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	234
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	234
d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	234
Despesas por Modalidade de Contratação	234
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	235
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	235
d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	235

d.III) Indicadores Institucionais	235
3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	254
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	254
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	254
5. Recursos Humanos da Unidade.....	255
a) Composição do Quadro de Servidores Ativos	255
b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	255
c) Composição do Quadro de Estagiários	255
d) Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos	255
e) Locação de Mão de Obra Mediante Contratos de Prestação de Serviços	255
f) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	255
6. Informação sobre Transferências	256
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício	256
6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2010	256
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	258
6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes.....	258
6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	259
6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	260
6.2. Análise Crítica.....	261
7. Declaração da Área Responsável	261
8. Declarações de Bens e Rendas	261
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	262
9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ.....	262
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade	265
10.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	265
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ.....	265
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	265
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	265
12.1. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	265
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	265
14. Renúncia Tributária.....	265
15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU	266
15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	267
15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	267
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)	267

16.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	267
16.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	279
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.	284
Parte B – Item 1: Declaração do Contador.....	285
Introdução.....	293
5. Identificação	295
6. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	296
c) Responsabilidades Institucionais.....	296
a.I) Competência Institucional	296
a.II) Objetivos Estratégicos	297
d) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	298
b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico	298
b.II) Análise do Plano de Ações.....	300
e) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade	303
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SPE	304
c.III) Indicadores Institucionais.....	327
f) Desempenho Orçamentário e Financeiro	328
d.I) Programação Orçamentária das Despesas	328
d.I.1) Programação de Despesas Correntes	328
d.I.2) Programação de Despesas de Capital	328
d.I.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	328
d.I.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	329
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	329
d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPE	329
d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPE por Movimentação.....	330
7. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	330
8. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	330
a. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	331
9. Recursos Humanos da Unidade.....	331
6. Informação sobre Transferências	331
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício	331
6.2. Análise Crítica.....	338
7. Declaração da Área Responsável	340
8. Declarações de Bens e Rendas	340
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	340
9.1. Estrutura de Controles Internos.....	340
9.1. Estrutura de Controles Internos.....	340

10.	Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade	343
10.1.	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	343
11.	Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SPE	343
11.1.	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	343
12.	Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SPE.....	343
12.1.	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	343
13.	Cartões de Pagamento do Governo Federal	343
14.	Renúncia Tributária.....	343
15.	Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU	343
15.1.	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	343
15.2.	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	343
15.3.	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	344
16.2.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	345
15.4.	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	355
16.	Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)	355
17.	Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.	355
	Parte B – Item 1.....	355
10.	Identificação	370
11.	Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira.....	373
g)	Responsabilidades Institucionais.....	373
a.I)	Competência Institucional	373
a.II)	Objetivos Estratégicos	373
b)	Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	375
b.I)	Análise do Andamento do Plano Estratégico	375
b.II)	Análise do Plano de Ações.....	375
	Em relação ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, a SPG integra o Grupo Gestor do Programa no âmbito do MME – GGPAC/MME, instituído pela Portaria MME nº 30, de 05/02/2007, juntamente com a SPE, a SEE, a SGM, a SE e o Gabinete do Ministro, As motivações para a criação deste grupo estavam na necessidade de promover mecanismos de articulação efetiva entre os Órgãos e Empresas vinculados a este Ministério em torno das ações de competência de cada um dos segmentos de atividades envolvidos e na necessidade de definir processos, rotinas, procedimentos e meios necessários a garantir êxito absoluto na implementação das ações do MME, integrantes do PAC.....	385
	Os relatórios de execução de cada empreendimento são enviados aos coordenadores, incluindo um representante da SPG, que consolidam as ações e disponibilizam as informações sobre o andamento dos programas para o GGPAC/MME. Cumpre registrar que a Coordenação das ações relacionadas ao Programa no âmbito do Ministério de Minas e Energia é da responsabilidade do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia e que a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG, por meio do Departamento de Gás Natural, acompanha, desde a criação do Programa, as obras relacionadas às áreas de petróleo e gás natural.....	385

Esses empreendimentos têm por objetivo assegurar a manutenção da autossuficiência na produção de petróleo, bem como a redução da dependência externa para o abastecimento doméstico de gás natural, com destaque para as áreas:	385
Descobertas importantes no Pós-Sal:	386
Entrada em produção no ano de 2010:	386
A exploração no Pré-Sal:	387
Destaca-se ainda na área do Pré-Sal:.....	387
c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade	400
c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SPG.....	400
c.II) Execução Física das Ações.....	401
Fonte: SIGPLAN.....	401
c.III) Indicadores Institucionais.....	401
d) Desempenho Orçamentário e Financeiro	401
d.I) Programação Orçamentária das Despesas	401
d.II) Execução Orçamentária das Despesas	402
d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPG	402
d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPG por Movimentação	402
12. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	403
Não houve registro de passivos por insuficiência de crédito ou recursos no Exercício de 2010.....	403
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	403
4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	403
5. Recursos Humanos da Unidade.....	403
6. Informação sobre Transferências	404
6.1. Transferências Efetuadas no Exercício	404
6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2010	404
6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	405
6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes.....	405
6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse.....	406
6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	407
6.2. Análise Crítica.....	408
Além disso, no ano de 2010 a SPG adotou procedimentos administrativos com o objetivo de promover o encerramento dos convênios celebrados, conforme a legislação pertinente.....	408
7. Declaração da Área Responsável	413
8. Declarações de Bens e Rendas	413
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	413
9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ.....	413

10.	Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade	415
	Não se aplica.	415
11.	Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SPG	415
	Não se aplica.	415
12.	Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SPG	415
	Não se aplica.	415
13.	Cartões de Pagamento do Governo Federal	415
	Não se aplica.	415
14.	Renúncia Tributária.....	415
	Não se aplica.	415
15.	Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU	415
	O Tribunal de Contas da União não apresentou deliberações para a SPG.....	415
16.	Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)	415
16.1.	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	416
16.2.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	417
	A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG não apresentou recomendações pendentes oriundas do OCI ao Final do Exercício de 2010.	417
17.	Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.	417
	Não Possui outras informações.	417
	Introdução.....	428
1.	Identificação.....	429
2.	Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	430
	A) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	430
	a.I) <i>Competência Institucional</i>	430
	a.II) <i>Objetivos Estratégicos</i>	431
	B) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	432
	b.I) <i>Análise do Andamento do Plano Estratégico</i>	432
	C) PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SGM	433
	c.I) <i>Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da SGM</i>	433
	c.II) <i>Execução física das Ações</i>	437
	c.III) <i>Indicadores Institucionais</i>	459
	D) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	460
	d.I) <i>Programação Orçamentária das Despesas</i>	460
	d.II) <i>Execução Orçamentária das Despesas</i>	461
3.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	461
4.	Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	462
	4. 1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	462
	ANÁLISE CRÍTICA	462
5.	Recursos Humanos da Unidade.....	462
6.	Transferências	463
	6.1. TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	463
	6.1.1. <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício</i>	463
	6.1.2. <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</i>	464

6.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes.....	465
6.1.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	466
6.1.5 Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	467
7. Declaração da Área Responsável	469
7.1 - REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	469
8. Declaração de Bens e Rendas.....	469
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	470
9.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	470
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade	473
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ.....	473
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	473
13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	473
14. Renúncia Tributária.....	473
15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU	473
15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	473
15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	473
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)	474
16.1. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	474
16.2. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	477
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício	480
PARTE B – ITEM I	483
I - Declaração do Contador	483
Parte B Ítem 1 – Declaração do Contador.....	52

10. Identificação

Introdução

O presente Relatório de Gestão da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG têm por finalidade apresentar os principais resultados alcançados pela Secretaria durante o exercício de 2010, detalhando a execução dos seus principais Programas, Ações e Atividades.

Foi elaborado em cumprimento às disposições da Decisão Normativa nº 63, de 01 de setembro de 2010, do Tribunal de Contas da União e da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, Norma de Execução nº 3, Anexo I da Portaria nº 2546, de 27 de dezembro de 2010 da Controladoria Geral da União – CGU, que orientam e tratam dos procedimentos de apresentação dos Relatórios de Gestão e dos Processos Anuais de Contas, segue a estrutura determinada pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e Portaria TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010, que divulga os quadros para elaboração dos conteúdos gerais.

Os itens da Parte A da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 que não se aplicam à SPG, em razão da exigência do TCU na apresentação do Relatório da SPOA de forma independente, são os seguintes:

- Letra “c” do item 2 - “Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade”;
- 3 - “Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos”;
- 5 - “Recursos Humanos da Unidade”;
- 8 - “Declarações de Bens e Rendas”;
- 10 - “Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.”;
- 11. “Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros”;
- 11- “Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ”;
- 12 - “Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI)”;
- 13 - “Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.”;
- 14 - “Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social”;

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis			
Denominação abreviada: SPG			
Código SIORG: 80045	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 320017
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público.			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 33199-5511	(61) 3319-5103	(61) 3319-5626
Endereço eletrônico: spg@mme.gov.br			
Página da Internet: http://www.mme.gov.br/spg/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 9º Andar, Brasília/DF 70.065-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
-		-	

O Decreto 5.267, de 9 de novembro de 2004, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia, criando a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG com a seguinte estrutura regimental:

a) **Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - DEPG**, composto pela Coordenação-Geral de Reserva, Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e pela Coordenação-Geral de Política de Concessão de Blocos Exploratórios. Suas competências regimentais são as seguintes: propor diretrizes na busca pela autossuficiência de petróleo, bem como para o nível e tipo de dependência externa no atendimento da demanda do País; propor metas a serem perseguidas pela ANP, no tocante às reservas brasileiras e à relação entre reserva e produção; monitorar a participação da indústria nacional de bens e serviços no suprimento da indústria do petróleo, propondo políticas que elevem essa participação, em bases econômicas;

elaborar proposta e acompanhar a realização de estudos para conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como formular e coordenar a implementação de diretrizes para a realização das licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural, em consonância com os parâmetros de reservas e produção definidos pelo CNPE; e propor e implementar políticas públicas que atraíam investimentos para os setores de petróleo e gás natural no País.

b) **Departamento de Gás Natural - DGN**, composto pela Coordenação-Geral de Acompanhamento, Desenvolvimento de Mercado e Produção e pela Coordenação-Geral de Processamento de Infraestrutura e Logística. O Departamento de Gás Natural é a unidade especializada responsável pela elaboração das políticas públicas ligadas ao gás natural, visando a sua adequada participação na matriz energética brasileira. Tem como principais atribuições assegurar a ampliação da infraestrutura de transporte, monitorar o mercado e a viabilidade econômica (competitividade) do gás natural e assegurar a racionalidade tributária sobre esse combustível. Adicionalmente, o DGN tem como atribuição extraordinária a coordenação das atividades relacionadas ao hidrogênio e à sua utilização como combustível no Brasil. As questões relacionadas ao hidrogênio foram atribuídas ao Departamento de Gás Natural por critérios técnicos e administrativos, uma vez que, atualmente, é a reforma do gás natural o principal processo de obtenção deste energético.

c) **Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo - DCDP**, composto pela Coordenação-Geral de Acompanhamento de Mercado e pela Coordenação-Geral de Refino, Abastecimento e Infraestrutura. Dentre as competências do DCDP, destacam-se: monitorar a política econômica afeta ao setor; monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção, utilização e a evolução do abastecimento de combustíveis derivados de petróleo; promover a participação adequada dos combustíveis na Matriz Energética Brasileira; promover a implementação de programas de governo no setor de derivados de petróleo. O DCDP acompanha principalmente os programas PAC e Prominp.

d) **Departamento de Combustíveis Renováveis - DCR**, composto pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Produção e do Mercado de Combustíveis Renováveis e pela Coordenação-Geral de Inserção de Novos Combustíveis Renováveis. Suas competências regimentais são as seguintes: monitorar e avaliar, em conjunto com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais instituições competentes, as condições de produção, utilização e a evolução do abastecimento de combustíveis renováveis; promover, desenvolver e executar ações e medidas preventivas e corretivas visando garantir o satisfatório abastecimento de combustíveis renováveis no País, bem como a sua adequada participação na matriz energética; promover a inserção de novos combustíveis renováveis na matriz energética; promover, acompanhar e supervisionar a adequada utilização dos recursos destinados ao fomento da utilização dos combustíveis renováveis; coordenar e promover programas, incentivos e ações visando a atração de investimentos para o setor de combustíveis renováveis; monitorar, estimular e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor de combustíveis renováveis; e interagir com as instituições governamentais, agências reguladoras e demais entidades envolvidas com o setor de combustíveis renováveis.

11. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

g) Responsabilidades Institucionais

a.I) Competência Institucional

Dentre as competências da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG, destacam-se: propor diretrizes para a realização das licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural, monitorar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas, visando garantir a adequada participação dos derivados de petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis, na matriz energética nacional; interagir com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o risco de desabastecimento em situações excepcionais; e assistir tecnicamente o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, em assuntos de sua área de atuação.

Além das competências regimentais acima mencionadas, a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis acompanhou os programas do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP.

No caso do PROMINP, convém destacar que representantes da SPG coordenam o Comitê Temático de Meio Ambiente e também projetos no âmbito deste e dos demais Comitês Setoriais que compõem o Programa. Tais projetos objetivam o aprimoramento da política governamental de Conteúdo Local de bens, sistemas e serviços para os empreendimentos petrolíferos, bem como a elaboração de um modelo que inclua a avaliação ambiental regional no planejamento plurianual da outorga dos blocos exploratórios e de uma estratégia para sua implantação, visando o aperfeiçoamento e a maior previsibilidade do licenciamento ambiental e possibilitando maior segurança jurídica aos empreendedores.

a.II) Objetivos Estratégicos

A estratégia de atuação da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis baseou-se em sua missão institucional definida no regimento interno, de modo a melhor aproveitar os recursos existentes. Além disso, o referido conjunto de ações desenvolvidas decorreu também do atendimento de diversas demandas encaminhadas pelo Gabinete do Ministro, bem como de unidades no âmbito interno e externo durante o exercício de 2010.

O Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – DEPG planejou para o exercício de 2010 diversas ações relativas às suas competências regimentais. As ações prioritárias que consumiram a maior parte do tempo do pessoal técnico do Departamento, ao longo do ano, foram as seguintes:

- a) Acompanhamento e assessoramento técnico ao Gabinete do Ministro durante a tramitação, no Congresso Nacional, dos quatro Projetos de Lei com as adequações ao marco legal do setor, tendo em vista as descobertas anunciadas na província petrolífera do Pré-sal;
- b) Preparação de documentação técnica associada aos PLs deste novo modelo regulatório, que se transformaram em Lei ainda em 2010 (Cessão Onerosa, PPSA, Partilha e Fundo Social)
- c) Preparação de documentação associada ao novo modelo de partilha da produção (minutas do Contrato e do Pré-Edital)
- d) Readequação do planejamento anterior para a realização da 11ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios para petróleo e gás natural;
- e) Aprimoramento da Política de Participação da Indústria Nacional de Bens e Serviços nos Empreendimentos de E&P para áreas do Pré-Sal, objetivando os contratos de cessão onerosa e de partilha da produção;
- f) Elaboração de sistemática para o Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos de Petróleo e Gás;
- g) Atualização do relatório e mapas do Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de O&G, objetivando sua publicação pelo MME;
- h) Discussão e elaboração das diretrizes para a definição de Políticas para os pequenos produtores de petróleo e gás natural;
- i) Elaboração das diretrizes para fomentar a redução da queima de gás natural; e
- j) Acompanhamento das discussões e elaboração de propostas para o Plano Nacional de Contingência.

O Departamento de Gás Natural traçou sua estratégia de atuação para o exercício de 2010 em função das necessidades mais relevantes do setor de gás natural, quais sejam: garantir a adequada participação do gás natural na matriz energética brasileira, assegurar o abastecimento do mercado de gás natural no curto e no longo prazo e elevar a segurança energética do País. Com base nessas necessidades, foram definidas as seguintes ações prioritárias:

- a) Realização de reuniões com os principais agentes do setor de gás natural para discutir a regulamentação da Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, conhecida como Lei do Gás;
- b) Remessa à Casa Civil da Presidência da República da minuta do Decreto que regulamenta os capítulos I ao VI e VIII da Lei do Gás;
- c) Início dos estudos para a elaboração do Plano de Expansão da Malha de Transporte de Gás Natural, que norteará os processos licitatórios para a construção de novos gasodutos;
- d) Monitoramento dos empreendimentos relacionados ao setor de petróleo e gás natural que estão no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento;
- e) Monitoramento do mercado de gás natural (oferta e demanda, preços, consumo por segmento, etc.);
- f) Acompanhamento do cumprimento, pela Petróleo Brasileiro S.A., do Termo de Compromisso (TC) para geração de energia elétrica em usinas térmicas movidas a gás natural;
- g) Interação com os fiscos estaduais e federal em questões tributárias relacionadas ao gás natural;
- h) Suporte à participação do MME em atividades relacionadas a assuntos internacionais; e
- i) Apoio às atividades de pesquisa e de desenvolvimento do uso do hidrogênio como energético.

O Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo - DCDP traçou sua estratégia de atuação para o exercício de 2010 com base nas necessidades consideradas mais relevantes do setor de abastecimento nacional de combustíveis, quais sejam: novas especificações

de combustíveis, atendimento à regulamentação da coleta de óleos lubrificantes usados ou contaminados, ampliação da infraestrutura e garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Com base nisso, foram definidas as seguintes ações prioritárias:

- a) Monitoramento das ações para a implementação de novas especificações de combustíveis, visando atendimento às exigências da legislação ambiental;
- b) Monitoramento das obras de implantação de novas refinarias, dos empreendimentos de modernização, qualidade e conversão nas refinarias que compõem o parque de refino brasileiro, de unidades petroquímicas e da construção de navios, visando a ampliação da infraestrutura de Abastecimento Nacional de combustíveis derivados de petróleo; e
- c) Monitoramento do setor de combustíveis derivados de petróleo, acompanhando e avaliando a capacidade de refino e sua utilização, o abastecimento interno, os fluxos de importação e exportação, os preços internos e internacionais e a política tributária afeta ao setor.

O Departamento de Combustíveis Renováveis planejou como estratégia de atuação para o exercício 2010 as seguintes ações prioritárias:

- a) Monitoramento da produção e uso de biodiesel;
- b) Monitoramento da produção, uso, logística e exportação de etanol;
- c) Proposição de políticas públicas voltadas ao aumento da participação do setor de combustíveis renováveis na matriz energética nacional;
- d) Coordenação e promoção de atos normativos que estejam alinhados à política energética nacional;
- e) Participação em Grupos Técnicos para dar suporte à estratégia brasileira de promoção da produção, uso e sustentabilidade dos combustíveis renováveis..

Cabe destacar que as prioridades acima descritas estão diretamente alinhadas com as atribuições conferidas ao Departamento constantes no Decreto n.º 5.627/2004. Ressalte-se, no entanto, que no tocante aos recursos ao fomento e ao desenvolvimento tecnológico dos combustíveis renováveis, constantes dos incisos IV e VI do art. 21 do referido Decreto, a participação do Departamento é de apoio à coordenação das atividades que é exercida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

b.II) Análise do Plano de Ações

Durante o exercício de 2010 a SPG procurou adaptar continuamente o plano de trabalho à realidade orçamentária à qual foi submetida. Ocorre inicialmente um contingenciamento considerável no limite disponível à SPG. Entretanto, a dotação necessária ao melhor cumprimento do plano de trabalho foi descontingenciada pela SPOA.

Não obstante, algumas ações foram incluídas no plano de trabalho no decorrer exercício, como as ações voltadas para pequena e média empresa produtora de petróleo e gás

natural, ou ainda o desenvolvimento embrionário de ações voltadas para formulação de diretrizes para fomentar a redução da queima de gás natural.

SETOR DE PETRÓLEO – POLÍTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (DEPG)

- a) Acompanhamento e assessoramento técnico ao Gabinete do Ministro durante a tramitação, no Congresso Nacional, dos quatro Projetos de Lei com as adequações ao marco legal do setor, tendo em vista as descobertas anunciadas na província petrolífera do Pré-Sal:

A confirmação das expectativas em torno do elevado potencial petrolífero da região do Pré-Sal, a partir dos resultados obtidos principalmente pela Petrobras, entre 2005 e 2008, motivaram o Governo a editar o Decreto de 17/07/2008, determinando avaliação, por Comissão Interministerial, das mudanças necessárias no marco regulatório regido pela Lei 9.478/1997, de modo a permitir melhor apropriação desses recursos em prol da sociedade brasileira. Essa nova província petrolífera, cujas dimensões conhecidas até este momento indicam se estender por uma área de aproximadamente 800 km de comprimento por até 200 km de largura, ocorre junto às bacias sedimentares de Santos e Campos, na plataforma continental dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O resultado dos estudos conduzidos pelo MME, coordenador da citada Comissão Interministerial, foi materializado em quatro Projetos de Lei, os quais foram encaminhados ao Congresso Nacional no final de agosto de 2009.

Relativamente aos trabalhos de acompanhamento dos Projetos de Lei encaminhados ao Legislativo, foram elaboradas por este Departamento as análises técnicas das emendas apresentadas a esses Projetos de Lei em seu trâmite no Congresso Nacional. Sobre este tema, o DEPG prestou ainda assessoramento técnico ao Gabinete do Ministro de Minas e Energia e ao Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, quando de suas convocações para esclarecimentos feitas pelas diferentes comissões do Congresso Nacional encarregadas das análises desses PLs.

Os citados Projetos de Lei encontram-se elencados abaixo, sendo que três deles já foram transformados em Lei após a sanção presidencial, ficando apenas o PL 5938 tramitando no Congresso Nacional com as cláusulas relativas aos royalties e sua distribuição entre os entes federados:

- Projeto de Lei 5939/2009, que foi convertido na Lei 12.304, de 02 de agosto de 2010. Refere-se à autorização para criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), que será responsável pela gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União.
- Projeto de Lei 5940/2009, convertido na Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que tratava inicialmente da criação do Fundo Social (FS) com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento

da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. No Senado, o relator deste PL incorporou a ele as cláusulas do PL da partilha da produção, tendo em vista que o FS receberá os recursos oriundos da modalidade de partilha da produção. Neste novo regime de exploratório de petróleo e gás natural, a Petrobras será a única empresa operadora relativa aos contratos a serem firmados, com um mínimo de 30% de participação no consórcio contratado.

- Projeto de Lei 5941/2009, que foi convertido na Lei 12.276, de 30 de junho de 2010, autorizando a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.
- Projeto de Lei 5938/2009, que estabelecia o regime de partilha de produção no País na região do Pré-Sal, continua em tramitação no Congresso Nacional com cláusulas tratando sobre o percentual dos royalties e sua distribuição aos entes federados, tendo em vista que as cláusulas que tratavam do novo regime de partilha da produção foram incorporadas pelo relator ao PL 5940/2009, que convertido na Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Tendo em vista o veto presidencial às cláusulas de royalties no modelo aprovado para a partilha, o Poder Executivo tomou a iniciativa de enviar ao Congresso Nacional o PL Nº 8.051, de 22 de dezembro de 2010, como sugestão para preencher a lacuna ocasionada por este veto e de modo a propiciar a realização da primeira rodada na modalidade de partilha da produção ainda em 2011.

Como desdobramentos das leis sancionadas, que disciplinam o novo marco regulatório para o setor petrolífero, foram constituídos grupos de trabalhos para elaboração da minuta do estatuto e do decreto de criação da Pré-Sal Petróleo S.A. - GT da Nova Empresa, das minutas do Edital e dos Contratos de Partilha – GT da Partilha, e do Contrato de Cessão Onerosa – GT do Contrato da Cessão Onerosa.

- b) Preparação de documentação associada aos PLs do novo modelo regulatório que se transformaram em Lei ainda em 2010 (Cessão Onerosa, PPSA, Partilha e Fundo Social):

Relativamente à Lei 12.276/2010, da Cessão Onerosa, a qual visou fortalecer a Petrobras, que deverá operar todas as áreas a serem contratadas na região do Pré-Sal, a União cedeu onerosamente à Empresa o direito de produzir o volume de 5 bilhões de barris de óleo equivalente - boe na região do Pré-Sal, tendo o DEPG participado do Grupo de Trabalho que elaborou a minuta do contrato de cessão onerosa, que veio a ser assinado entre o MME e a Petrobras, após a sanção desta Lei, em 03 de setembro de 2010. Este volume deverá ser extraído de sete áreas petrolíferas localizadas na região do Pré-Sal. na Bacia de Santos.

Essa operação possibilitou a maior capitalização já realizada no mundo, permitindo ainda o aumento do percentual de participação da União no capital da Empresa. Com a capitalização, a Petrobras passou a figurar entre as quatro maiores empresas do mundo, tornando-se a 2ª maior de energia.

Para se estabelecer o valor do Contrato de Cessão Onerosa foram realizadas negociações entre a Petrobras e a União, com base em laudos técnicos elaborados por entidades certificadoras independentes, que foram contratadas pela Petrobras e pela ANP, nos termos da Lei

nº 12.276/10, resultando em um preço médio ponderado de R\$ 14,96 (US\$ 8,51) por barril pelas áreas incluídas no Contrato de Cessão Onerosa, quais sejam: Florim, Franco, Sul de Guará, Entorno de Iara, Sul de Tupi, Nordeste de Tupi e Peroba (área contingente).

Destaca-se, ainda em 2010, a perfuração na área do Pré-Sal, pela ANP, do poço estratigráfico que culminou na descoberta de Franco, com elevado potencial petrolífero e que, como dito anteriormente, encontra-se situada próxima às áreas objetos da Cessão Onerosa.

No que concerne à Lei 12.304, de 02 de agosto de 2010, que autoriza a União a criar a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), este Departamento vem participando da elaboração do estatuto, da estrutura organizacional e do regimento desta Empresa. Lembra-se que a PPSA será responsável pela gestão dos contratos de partilha de produção, a serem celebrados pelo Ministério de Minas e Energia, e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União.

- c) Preparação de documentação associada ao novo modelo de partilha da produção (minutas do Contrato e do Pré-Edital):

Relativamente ao regime de partilha da produção de petróleo e gás natural, as cláusulas do Projeto de Lei que introduzem esse novo regime foram incorporadas ao Projeto que cria o Fundo Social pelo relator deste PL no Senado, sendo sancionado na Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Paralelamente à esta tramitação, o DEPG coordena um Grupo de Trabalho, com participação da CC/PR, MF, ANP, EPE e MME (CONJUR e ASSEC), que elabora as minutas do Pré-Edital e do Contrato de Partilha, de modo a que possam estar disponíveis para a realização da primeira licitação na modalidade de partilha, tão logo esta licitação seja autorizada pelo CNPE.

- d) Readequação do planejamento anterior para a realização da 11ª Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios para petróleo e gás natural:

O MME, em conjunto com a ANP, deu continuidade aos preparativos para a realização da 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, por meio da atualização dos estudos realizados em 2009. Essa Rodada visa possibilitar a continuidade das atividades exploratórias em bacias maduras, de modo a promover a manutenção das atividades de exploração e produção, e aumentar o conhecimento dos sistemas petrolíferos em bacias sedimentares de novas fronteiras. Para seleção dos blocos a serem ofertados, foram observadas as seguintes diretrizes:

- Não ofertar blocos localizados sobre o Pré-Sal e adjacências ou em bacias com grande potencial de descobertas;
- Não ofertar blocos localizados em áreas ambientalmente sensíveis;
- Manter as atividades exploratórias em bacias maduras;
- Estimular a indústria nacional por meio da exigência de Conteúdo Local - critério de julgamento das ofertas;
- Manter as regras estabelecidas no Edital e Contrato da 10ª Rodada de Licitações (sem questionamentos judiciais);

- Incrementar as atividades na margem equatorial do País;

Para tanto, estão sendo propostos para compor a 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, a partir dos estudos encaminhado pela ANP, a oferta de 122,7 km² de área nas bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Parnaíba, Recôncavo e Espírito Santo, totalizando 174 blocos, em 17 setores de 9 bacias sedimentares. Os blocos relacionados para oferta já foram analisados e aprovados pelo IBAMA e pelos órgãos ambientais estaduais.

Além das áreas acima indicadas, também foram inicialmente estudados e considerados para oferta determinados blocos na Bacia do Solimões, os quais obtiveram parecer favorável para licitação, conforme Parecer Técnico nº 080/2009-GEPE, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM. No entanto, o IBAMA encaminhou parecer à ANP sugerindo a não oferta de blocos naquela Bacia, enquanto não se definem os elementos técnicos balizadores da estratégia para a exploração petrolífera ambientalmente sustentável na Amazônia

- e) Aprimoramento da Política de Participação da Indústria Nacional de Bens e Serviços nos Empreendimentos de E&P para áreas do Pré-Sal, objetivando os contratos de cessão onerosa e de partilha da produção;

Relativamente aos estudos para aprimoramento da política de participação da indústria nacional de bens e serviços nos empreendimentos de exploração e produção para áreas do Pré-Sal, objetivando os contratos de cessão onerosa e de partilha da produção, houve intensa participação do DEPG/SPG/MME, aproveitando a experiência de condução de trabalhos sobre Conteúdo Local (CL) em condução no âmbito do Prominp.

O Contrato de Cessão Onerosa firmado com a Petrobras incluiu aperfeiçoamentos nesta política, uma vez que prevê o aumento do CL ao longo do tempo do contrato, bem como uma adequação das exigências, a esse título, para os itens e subitens dos subsistemas que compõem os projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural. Os aperfeiçoamentos incluíram ainda as especificidades de equipamentos necessários para a exploração do Pré-Sal, que se associam, por exemplo, às características do óleo daquela região, à profundidade dos reservatórios e à lâmina d'água que lhe é associada.

Os estudos em andamento objetivam introduzir estas melhorias também nos contratos de partilha de produção, cuja minuta encontra-se em preparação, e na revisão a ser feita no Contrato de Cessão Onerosa. A SPG/MME vem conduzindo reuniões com a Petrobras, principal empresa demandante dos bens e serviços, a ANP, o BNDES e as Associações de Classe que fazem parte do Prominp, objetivando colher todas as informações necessárias para o aprimoramento almejado.

Essas melhorias deverão ser levadas, em uma próxima fase, para os contratos de concessão com risco exploratório. Para tanto, será somado a esses estudos as informações levantadas pela Agência no processo de Certificação do Conteúdo Local. Serão aproveitados os projetos coordenados pelo MME no âmbito do PROMINP para ampliar o debate sobre essa nova sistemática perante o mercado.

- f) Elaboração de sistemática para o Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos de Petróleo e Gás;

Estão sendo desenvolvidos pelo Governo Federal, no âmbito do Comitê Temático de Meio Ambiente – CTMA do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, oito projetos que tratam da melhoria da gestão ambiental e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental dos empreendimentos de petróleo e gás. Dentre estes, destaca-se o projeto MA 08, denominado “Desenvolvimento das Bases Ambientais para o Planejamento da Outorga de Blocos Exploratórios”, que é coordenado pelo DEPG/SPG/MME. O Projeto MA 08 possui em sua composição representantes dos seguintes órgãos/instituições: MME, MMA, Petrobras, IBP, ANP, EPE, IBAMA, ICMBio, OEMAs, BNDES e ABPIP. Destaca-se também o Projeto MA 07, denominado “Padronização, harmonização e aperfeiçoamento do licenciamento ambiental de empreendimentos do setor de petróleo e gás”, sob a coordenação da Secretaria Executiva – SECEX do MMA.

O objetivo do Projeto MA 08 é apresentar proposta de um modelo que inclua a avaliação ambiental no planejamento da outorga dos blocos exploratórios, visando o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos e conferindo maior previsibilidade e segurança jurídica para o processo. O pressuposto desse projeto é de que a introdução de instrumentos de avaliação e planejamento possam se constituir em referenciais para tomada de decisão, os quais venham a simplificar e otimizar o processo de licenciamento ambiental, ao invés de criar mais etapas burocráticas. Tal pressuposto, além de racionalizar o processo de licenciamento ambiental, possibilitará uma melhor alocação dos recursos disponibilizados para os serviços ambientais necessários à implantação dos Programas de Gestão Ambiental nessas áreas produtoras.

O Projeto MA 07 tem o objetivo de buscar a padronização, harmonização e aperfeiçoamento dos procedimentos do licenciamento ambiental incluindo a articulação dos procedimentos entre os atores governamentais envolvidos.

Desta forma, foram realizadas, em 2010, oficinas de trabalho referentes aos projetos, nas quais foram avaliadas e detalhadas as alternativas ao novo modelo. Para alcançar os objetivos propostos nesses dois projetos, mostrou-se necessária a alteração na legislação ambiental vigente no País. Assim, os resultados alcançados se consubstanciaram em propostas de minutas de decreto que foram submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica do MME para então serem encaminhados à Casa Civil da Presidência da República.

- g) Atualização do relatório e mapas do Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de O&G, objetivando sua publicação pelo MME;

Cabe ainda mencionar a atuação do DEPG com relação ao Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, que foi um dos produtos do Convênio Nº 039/2005 MME/EPE. Esse projeto teve como objetivo definir as áreas prioritárias para o desenvolvimento de atividades do setor de Petróleo e Gás Natural, para subsidiar a Política Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, definida pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, com base na coleta, no processamento e na produção de informações úteis para a representação da Importância Petrolífera de Áreas - IPA, indicando o grau de prioridade das áreas do território nacional para o desenvolvimento de atividades da indústria do petróleo e gás natural.

Na ponderação da definição do IPA, são considerados, entre outros elementos:

- Infraestrutura de abastecimento de petróleo e seus derivados e de gás natural;
- Campos de petróleo e/ou gás natural existentes;
- Concessões para exploração de petróleo e gás natural;
- Evidências diretas da existência de petróleo e/ou gás natural fora de campos ativos;
- Avaliação de possíveis prospectos com base no conhecimento disponível das bacias sedimentares; e
- Avaliação do grau de necessidade de conhecimento das bacias sedimentares quanto aos controles geológicos regionais para a formação de jazidas de petróleo e/ou gás natural.

Os principais produtos desse projeto são o relatório executivo, que traz uma descrição da metodologia utilizada, e o mapa da importância petrolífera de áreas – IPA, o qual é construído sobre uma base de dados georreferenciada e abrange todo o território nacional.

Para a atualização do relatório e mapa, para comporem publicação do MME, foi coordenado por este Ministério o ajustamento do termo de confidencialidade para o intercâmbio de informações de caráter sigiloso entre a ANP, o MME e a EPE. Nesses termos, a análise da proposta para o acordo de confidencialidade foi realizada pela CONJUR/MME e Assessoria Jurídica da EPE, tendo os termos sido assinados entre os órgãos em dezembro de 2010, o que propiciará que a atualização propriamente dita do Projeto Zoneamento ocorra em 2011.

- h) Discussão e elaboração das diretrizes para a definição de Políticas para os pequenos produtores de petróleo e gás natural;

Em setembro de 2010, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás – ABPIP, sugeriu a elaboração e implantação de políticas para o desenvolvimento da produção de petróleo e gás voltada para os produtores independentes. O DEPG, após a exposição dos motivos realizada pela associação, solicitou a apresentação de proposta formal contendo todas as reivindicações pertinentes.

Ademais, a fim de atender ao disposto no artigo 65 Projeto de Lei 5938/2009, convertido na Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, o MME iniciou o GT-Pequenas e Médias Empresas, com a participação da ANP e Assessorias Econômica e Jurídica do MME, com o objetivo de se aprofundar as discussões para a elaboração de políticas e medidas específicas visando o aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. Em sua primeira reunião, realizada em 14/12/2010, ficou acordada a realização de um Seminário Técnico, previsto para ocorrer em fevereiro/2011, a fim de se ouvir as associações de classe, objetivando colher todas as informações necessárias para o aprimoramento almejado.

- i) Elaboração das diretrizes para fomentar a redução da queima de gás natural;

Tendo em vista as políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia, o DEPG e o DGN estão elaborando uma Minuta de Resolução, a ser editada pelo CNPE,

com recomendações para melhorias e novos parâmetros para Redução de Queima de Gás dos campos petrolíferos.

Os estudos em andamento recomendam que, para os Campos de gás não associado, somente deve ser autorizada a queima e perda de gás por motivos de segurança, emergência e teste poço com período de fluxo menor que 72h. No caso dos campos de gás associado, as recomendações devem ser divididas para as fases de exploração e produção.

- j) Acompanhamento das discussões e elaboração de propostas para o Plano Nacional de Contingência.

O Plano Nacional de Contingências para incidentes de Poluição por óleo nas águas jurisdicionais brasileiras – PNC, a ser criado por meio de Decreto Presidencial, teve sua elaboração iniciada neste ano de 2010, objetivando regulamentar o parágrafo único do art. 8º da Lei 9.966, de 28 de abril de 2000.

O PNC é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e conta com a participação de técnicos do DEPG e de outras entidades do setor, os quais estão encarregados de sua elaboração, com o objetivo de minimizar os eventuais danos ambientais de incidentes de poluição por óleo em nível de significância nacional. Este Plano definirá a estrutura organizacional e as diretrizes que permitirão aos órgãos do setor público e entidades privadas atuarem de maneira coordenada, de modo a ampliar a capacidade de resposta em incidentes desta natureza, os quais possam vir a afetar as águas jurisdicionais brasileiras.

Encontra-se em fase de finalização a minuta de decreto, contendo a estrutura organizacional e as diretrizes desse Plano, o qual será submetido à análise da Consultoria Jurídica do MME.

SETOR DE GÁS NATURAL (DGN)

O novo marco regulatório do setor do gás natural foi sancionado em 4 de março de 2009. A Lei 11.909/2009 trouxe avanços importantes que contribuirão para a consolidação da indústria do gás natural no Brasil. Entre eles, destacam-se a introdução do regime de concessão para novos gasodutos, a atribuição de competência ao MME no planejamento da expansão da malha de transporte, a regulamentação das atividades de estocagem e armazenamento, o acesso regulado aos gasodutos e o tratamento legal aos aspectos da contingência no suprimento.

A regulamentação da Lei, à exceção do capítulo que trata da contingência no suprimento, foi publicada por meio do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, como resultado da realização de múltiplas rodadas de reuniões entre o Ministério de Minas e Energia e os principais agentes do setor de gás natural, com o intuito de discutir as bases que deveriam nortear a regulamentação. Posteriormente, foram realizadas reuniões para discutir o texto do Decreto, que teve sua versão final concluída no primeiro semestre de 2010.

Com a Lei do Gás, o Ministério de Minas e Energia passou a ter a responsabilidade de elaborar o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País – PEMAT. O Plano consiste de um planejamento de médio e longo prazo para a instalação e ampliação de gasodutos e demais componentes da infraestrutura de transporte de gás natural. O planejamento será elaborado pelo MME com base em estudos da EPE que deverão conter, entre outros detalhes: propostas de traçados, de sistemas de compressão a serem instalados e de localização de pontos de entrega, bem como as estimativas de investimentos dos gasodutos.

A Lei do Gás modificou, ainda, o art. 23 da Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), que trata das atividades de produção e exploração de petróleo e gás natural, incluindo novo dispositivo que permite a outorga de concessão para o aproveitamento do gás metano que ocorra associado a depósitos de carvão mineral. Em razão da interdisciplinaridade do tema e visando delinear as competências entre os órgãos do setor de gás natural e do setor mineral, especialmente a ANP e o DNPM, e também definir as bases de futura regulamentação do aproveitamento do gás a partir de depósitos de carvão mineral foi constituído, em 2010, Grupo de Trabalho – GT para análise do assunto. O GT foi composto por representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil) – CPRM e do Ministério de Minas e Energia – MME. Esse GT já realizou três reuniões com os órgãos envolvidos e no momento o Departamento de Gás Natural está em fase final de elaboração da nota técnica que contempla as conclusões preliminares do trabalho do GT e próximas ações a serem implementadas.

Durante o ano de 2010, o DGN monitorou, permanentemente, as condições de atendimento do mercado brasileiro de gás natural, tendo publicado, mensalmente, o Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural. Esse documento é resultado de um esforço do Departamento de Gás Natural no sentido de compilar as informações mais relevantes do setor, apresentando-as em um formato de fácil leitura e de consulta rápida, que possa subsidiar àqueles que desejam acompanhar os diversos aspectos da indústria do gás natural no Brasil. A elaboração do Boletim é feita a partir da coleta de dados junto aos diversos agentes do setor, tais como a PETROBRAS, a ANP e os Distribuidores Estaduais de Gás Natural. Com todas essas informações, apresentadas de uma forma compacta, tem-se uma fotografia do momento atual da indústria de gás natural nos seus mais diversos aspectos, o que torna o boletim uma ferramenta muito útil para acompanhar o desenvolvimento do setor. A publicação é distribuída mensalmente para mais de trezentos e cinquenta contatos ligados ao setor de gás natural. A partir de 2009, foi disponibilizada ao público por meio do sítio do Ministério de Minas e Energia na internet. Em dezembro de 2010, foi publicada a edição de número 45.

O DGN também acompanhou, por meio do monitoramento diário dos níveis de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, as condições de suprimento às UTEs a gás natural que integram o Termo de Compromisso (TC) . Essa atividade possibilita a detecção de eventuais gargalos no fornecimento de gás natural à geração termelétrica. O Termo de Compromisso, firmado entre a ANEEL e a PETROBRAS, tem como objetivo estabelecer a adequação entre a capacidade de geração termelétrica e a capacidade de suprimento de combustível para essa geração, por meio do cumprimento de um conjunto de ações pela PETROBRAS para proporcionar, ao Sistema Interligado Nacional – SIN, a garantia de oferta de gás natural para geração de energia elétrica, tal como previsto no cronograma do referido Termo. A partir deste monitoramento, constatou-se que, no ano de 2010, não houve nenhuma semana operativa em que as disposições do Termo de Compromisso tenham sido descumpridas.

Em 2010, o DGN também monitorou os preços do gás natural nacional e importado bem como os preços do gás natural praticados pelas distribuidoras estaduais, avaliando a competitividade desse combustível frente aos energéticos alternativos.

No que tange ao acompanhamento das atividades relativas ao uso do hidrogênio como insumo energético, destaca-se a participação, em setembro de 2010, na 3ª Reunião Conjunta dos Comitês Diretor e Técnico do IPHE, sigla em inglês para Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio, na cidade de Xangai, na China. Na reunião, foram apresentadas as ações brasileiras voltadas à expansão do uso do hidrogênio, com destaque para os resultados obtidos com o Projeto Ônibus a Hidrogênio. Concebido a partir dos Convênios 009/2001 e 21.02.0058.00, firmados entre o MME e a EMTU e o MME e a FINEP/MCT, respectivamente, o veículo foi fabricado em 2008 com a célula a combustível e tanques de armazenagem de hidrogênio. Em 2010 foi concluída a fase de testes operacionais do ônibus sem passageiros, e em seguida, em dezembro, foi iniciada a fase de testes com passageiros, rodando em um corredor de ônibus na região metropolitana de São Paulo. Também em 2010 foi concluída a estação de produção e abastecimento de hidrogênio, que entrará em operação após a obtenção de autorização da Polícia Federal, por utilizar produto de uso controlado no processo de eletrólise para produção de hidrogênio.

Em 2010, a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis coordenou reuniões de trabalho com a Petrobras a fim de acompanhar a emissão da autorização de operação definitiva do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, o cálculo da tarifa de transporte desse gasoduto e a sub-rogação da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados (CCC-Isol). A primeira reunião do grupo de trabalho foi realizada no dia 14 de junho de 2010 para tratar do cálculo da tarifa de transporte e da sub-rogação da CCC. A pedido dos agentes, o Ministério de Minas e Energia aguarda o resultado de estudos elaborados por um Comitê Operacional, integrado por Petrobras, Eletrobras e Amazonas Energia, que está analisando as premissas utilizadas no cálculo da tarifa de transporte pela Petrobras. Serão ainda realizadas reuniões com ANEEL, ANP e Petrobras para analisar os estudos sobre os benefícios trazidos à CCC pela conversão de usinas a óleo para operação com gás natural, a partir da implantação do gasoduto Urucu-Coari-Manaus.

Em 2010, o DGN iniciou a elaboração de estudos sobre queima de gás natural no Brasil e no mundo com fins de propor uma nova política pública para o tema. Entre as tarefas desenvolvidas para a elaboração de tal estudo, destacam-se: a análise dos motivos técnicos e operacionais da queima de gás natural nas unidades de produção; a obtenção e análise de dados históricos sobre a produção e queima de gás natural no Brasil e em outros países; a obtenção e análise de informações relativas aos dispositivos legais em vigor no Brasil e em outros países; a análise sobre experiências internacionais visando à redução da queima de gás natural; e a criação de bases que servirão de subsídio para a elaboração de futura política sobre a queima de gás natural no Brasil.

No que se refere a políticas de incentivo fiscal para as atividades dos setores de petróleo e gás natural, destacamos a publicação, pelo MME, das Portarias nº 857 e 858, de 18 de outubro de 2010, que estabelecem procedimentos para aprovação de projetos de refino de petróleo e de produção de ureia e amônia a partir do gás natural ao Regime Especial de incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC, instituído pela Lei 12.249, de 14 de junho de 2010. O REPENEC desonera de PIS/PASEP, COFINS e IPI, pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado.

Em 2010, foram aprovados enquadramentos ao REPENEC de projetos das empresas Petroquímica Suape, CITEPE e Braskem. O projeto da Petroquímica Suape, aprovado pela Portaria MME nº 929, de 17 de novembro de 2010, consiste de uma unidade de produção de 700 mil ton/ano de ácido tereftálico puro (PTA), usado como matéria-prima na produção de poliéster têxtil, embalagens, filmes fotográficos, fibras industriais, entre outros. O projeto da CITEPE (Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco), aprovado pela Portaria MME nº 928, de 17 de novembro de 2010, consiste de uma unidade de produção de 240 mil ton/ano de polímeros e fios de poliéster, para a indústria têxtil, e de uma unidade de produção de 450 mil ton/ano de polietileno tereftalato (PET), para a fabricação de embalagens plásticas. Estes projetos da Petroquímica Suape e da CITEPE fazem parte do Complexo Petroquímico de Suape, em Pernambuco. O projeto da Braskem, aprovado pela Portaria MME nº 969, de 13 de dezembro de 2010, é para ampliação da sua unidade de PVC, em Alagoas, com a construção de duas novas plantas, uma com capacidade de produção de 200 mil ton/ano de monômero de cloreto de vinila (MVC), e outra com capacidade de produção de 200 mil ton/ano de policloreto de vinila (PVC). O MVC é matéria-prima para a fabricação de PVC.

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Em relação ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, a SPG integra o Grupo Gestor do Programa no âmbito do MME – GGPAC/MME, instituído pela Portaria MME nº 30, de 05/02/2007, juntamente com a SPE, a SEE, a SGM, a SE e o Gabinete do Ministro. As motivações para a criação deste grupo estavam na necessidade de promover mecanismos de articulação efetiva entre os Órgãos e Empresas vinculados a este Ministério em torno das ações de competência de cada um dos segmentos de atividades envolvidos e na necessidade de definir processos, rotinas, procedimentos e meios necessários a garantir êxito absoluto na implementação das ações do MME, integrantes do PAC.

Os relatórios de execução de cada empreendimento são enviados aos coordenadores, incluindo um representante da SPG, que consolidam as ações e disponibilizam as informações sobre o andamento dos programas para o GGPAC/MME. Cumpre registrar que a Coordenação das ações relacionadas ao Programa no âmbito do Ministério de Minas e Energia é da responsabilidade do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia e que a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG, por meio do Departamento de Gás Natural, acompanha, desde a criação do Programa, as obras relacionadas às áreas de petróleo e gás natural.

Esses empreendimentos têm por objetivo assegurar a manutenção da autossuficiência na produção de petróleo, bem como a redução da dependência externa para o abastecimento doméstico de gás natural, com destaque para as áreas:

Gasodutos e GNL

- A ampliação da infraestrutura de transporte de gás natural compreende projetos de construção de dutos, implantação de serviços de compressão e construção de terminais de GNL. Do conjunto de 22 projetos, inseridos no PAC, 14 estão concluídos e 2 em operação.
- A construção de 18 novos gasodutos, dos quais 15 já foram concluídos (3.776 km), 3 encontram-se em obras (194 km).
- A conclusão das obras de construção e montagem dos seguintes gasodutos em 2010:

I – Descrição de gasodutos concluídos no exercício de 2010

GASODUTOS CONCLUÍDOS	EXTENSÃO (km)	INÍCIO DE OPERAÇÃO
GASDUC III	179	2010
Cacimbas - Catu	954	2010
GASBEL II	267	2010
Pilar – Ipojuca	189	2010

Fonte: Sala de Situação do PAC

- O monitoramento do andamento das obras em três gasodutos, totalizando 194 km:
 - Gasoduto Caraguatatuba – Taubaté: Concluída perfuração do túnel. Em andamento a perfuração do *shaft* que levará o gás de dentro do túnel ao alto da serra do mar, de onde o gasoduto segue até Taubaté.
 - Gasoduto GASPAL II: Enterramento de 48,6 km de tubos, de um total de 60 km.
 - Gasoduto GASAN II: Desfile de tubos: 23,6 km; Soldagem: 20,1 km; Enterramento de 18,6 km de dutos, de um total de 38 km.
- Na área de Gás Natural Liquefeito 2 projetos encontram-se em fase de ações preparatórias: o GNL – Terminal de Liquefação de Gás – OFF SHORE e o Complexo de GNL. Ambos foram inseridos no PAC em 2009.

PLANGAS

- Entrada em operação/conclusão dos empreendimentos:
 - Fevereiro/2010: Entrada em operação da UTG Cacimbas;
 - Março/2010: Concluído o projeto do PLANGAS, em Cabiúnas – RJ;
 - Abril/2010: Entrada em operação do projeto PLANGAS GLP.

Autossuficiência

Descobertas importantes no Pós-Sal:

- Fevereiro/2010: Descoberta de acumulação de óleo leve em águas rasas na Bacia de Campos – áreas adjacentes ao Campo de Pampo;
- Fevereiro/2010: Descoberta de duas novas acumulações de óleo leve em águas profundas na Bacia de Campos na área de concessão de Barracuda;
- Maio/2010: Descoberta de duas novas acumulações de óleo leve em águas profundas na Bacia de Campos – no poço Carimbé, localizado no Campo de Caratinga;

Entrada em produção no ano de 2010:

- Início do Teste de Longa Duração (TLD) das áreas de Tiro e Sídón – na região sul da Bacia de Santos, em mar/2010;
- Em 29 de maio de 2010, foi iniciada a produção do FPSO Capixaba no campo de Cachalote. O FPSO será conectado também ao campo de Baleia Franca, ambos

localizados na região do "Parque das Baleias", no litoral sul do Espírito Santo, Bacia de Campos;

- Em 14 de julho de 2010, entrou em operação do FPSO Cidade de Santos no campo de Uruguá, através da interligação do poço Uruguá-6;
- Em 05 de dezembro de 2010 entrada em produção da Plataforma P-57 - Campo Jubarte Fase 2;
- A previsão no PAC da construção no Brasil de 15 plataformas (PRA-1, Manati, P51, P52, P53, P54, P55, P56, P57, P58, P59, P60, P61, P62 e P63), de 41 navios petroleiros e de 8 FPSO's para o Pré-Sal, bem como a licitação de outros 8 navios e 28 sondas de perfuração, recolocaram a indústria naval brasileira em merecido lugar de destaque no cenário mundial;
- A entrada em operação de 15 novas plataformas (PRA 1, P-51, P-52, P-53, P-54, P-57, Espadarte, Manati, Golfinho II, Piranema, FPSO Cidade de Niterói, Frade, FPSO Espírito Santo, FPSO São Mateus e FPSO Capixaba), as quais contribuíram para o contínuo crescimento da produção. De acordo com os dados do Balanço de 4 anos do PAC, a produção média diária em 2010 foi de 2.143 mil barris.

A exploração no Pré-Sal:

- Março/2010: Franco – poço da ANP em área da União, não concedida, próximo ao prospecto de Iara, na Bacia de Santos;
- Abril/2010: Poço OW – Foi comprovada através de amostragens de petróleo leve (cerca de 25°API) por teste a cabo reforçam as estimativas do potencial de 5 a 8 bilhões de barris de óleo leve e gás natural recuperável nos reservatórios do Pré-Sal da área de Tupi;
- Maio/2010: Descoberta de duas novas acumulações de óleo leve (29°API) em reservatórios do pós e do Pré-Sal em águas profundas da Bacia de Campos, resultante da perfuração do poço 6-CRT-43-RJS, conhecido como Carimbé, localizado no Campo de Caratinga;
- Jan-Abr/2010: Foram notificadas, na ANP, 9 descobertas de hidrocarbonetos no Pré-Sal, sendo 2 na Bacia de Santos e 7 na Bacia de Campos;
- Junho/2010: Descoberta de nova acumulação de óleo leve (29° API) no Pré-Sal da Bacia de Campos, em lâmina d'água de 648 metros, na área da Concessão de Produção do campo de Marlim;
- 28/10/2010: Entrada em produção do Piloto de Tupi.

Destaca-se ainda na área do Pré-Sal:

- Maio/2010: iniciada a perfuração em Libra – poço da ANP em área da União não concedida, na Bacia de Santos;
- Junho/2010: Perfurado novo poço na área de Tupi, informalmente conhecido como Tupi Alto. Comprovado, por intermédio de amostragens de petróleo em teste a cabo, a descoberta de óleo com densidade ainda mais leve (cerca de 30°API) do que a média dos óleos verificada nos outros poços de Tupi (cerca de 28°API);
- Em 14 de junho de 2010, iniciou-se a produção, através do FPSO Capixaba, do primeiro óleo da camada Pré-Sal do Campo de Baleia Franca, localizado a cerca de 85 km da cidade de Anchieta (ES), no complexo denominado Parque das Baleias, na Bacia de Campos. O poço começará produzindo cerca de 13 mil barris de petróleo por dia (bpd). e a previsão é que atinja a capacidade máxima, de 20 mil bpd, ainda este ano. O Petróleo é considerado leve e tem cerca de 29° graus API;

- Em 06 de outubro de 2010: Perfurado novo poço na área de Tupi, informalmente conhecido como Iracema Norte. Comprovando a profundidade do contacto óleo/água e comprovou, por intermédio de amostragens em teste a cabo, a descoberta de petróleo leve com as mesmas características do poço Iracema, com densidade de cerca de 29o API;
- Em 22 de outubro de 2010: Perfurado novo poço na área de Tupi, informalmente conhecido como Tupi SW, comprovando que a acumulação de petróleo não só se estende até o extremo sul da área do Plano de Avaliação de Tupi, como, também, que a espessura do reservatório com óleo chega a cerca de 128 metros, o que reduz as incertezas das estimativas de volume de hidrocarbonetos da área;
- Em 28 de outubro de 2010: O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, participaram do início da produção de petróleo no sistema definitivo instalado na área de Tupi, na Bacia de Santos.
- 16/12/2010: Nova descoberta de óleo leve em reservatórios arenosos na seção pós-sal da Bacia do Espírito Santo, informalmente denominado Indra.

Refino, petroquímica e HBio

- Na área de refino – Modernização e ampliação, encontram-se em andamento obras de adequação de 10 refinarias – REGAP, REFAP, RLAM, REDUC, REPAR, REVAP, REPLAN, RPBC, REMAN e RECAP – para produzir combustíveis menos poluentes, elevar a capacidade de refino de petróleo pesado e melhorar o desempenho operacional.
- No ano de 2010 destacam-se os seguintes fatos:
- Entrada em operação da RLAM – Conversão em janeiro de 2010.
- Concluída, em março de 2010, a terraplanagem na Refinaria Abreu e Lima para implantação das unidades de HDT, UGH, UCR e UDA em março de 2010 – áreas já entregues aos EPCistas;
- Em 29/05/2010 foi concluído o empreendimento REPLAN- Modernização;
- Em 27/08/2010 entrou em operação a Petroquímica Suape e a REVAP - Conversão;
- Em 19/09/2010 entrou em operação a Refinaria Potiguar Clara Camarão
- No Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, as obras totalizam 17,5% de realização;
- Refinarias Premium I
 - Obra em andamento com 1,2% de realização;
 - Em fase de terraplanagem, com 4,84% do total realizada até dezembro de 2010.
- Refinaria Premium II – CE: Em fase de licenciamento ambiental
 - 29/12/2010 – Iniciada a 2ª campanha de sondagem na poligonal da refinaria.

Transportes e estaleiros

- Construção dos Estaleiros Atlântico Sul, em Pernambuco, e Estaleiro Rio Grande, no Rio Grande do Sul;
- Construção de Navios Petroleiros no PROMEF I:
- PROMEF I - LOTE 01:
 - Em 07/05/2010 ocorreu o lançamento ao mar do 1º navio Suezmax, João Cândido, construído no Estaleiro Atlântico Sul (PE);
- PROMEF I - LOTE 02:

- 15/05/2009 - Entrada em eficácia no Estaleiro Atlântico Sul (PE);
- PROMEF I - LOTE 03:
 - 05/04/2010 - Entrada em eficácia no EISA (RJ);
- PROMEF I - LOTE 04:
 - Em 24/06/2010 foi lançado ao mar o navio batizado Celso Furtado, construído no Estaleiro Mauá (RJ) que servirá para transporte de derivados claros de petróleo.
 - 19/11/2010: Lançamento ao mar do 2º navio (Sérgio Buarque de Holanda).
 - Prevista para 31/03/2011 a conclusão o 1º navio.
- No âmbito do PROMEF II (26 navios) já foram contratados os seguintes lotes de navios para entrega entre 2012 e 2015:
- Lote 1 – 4 navios tipo Suezmax DP (153 mil tpb) – No dia 24/08/2010 entrou em eficácia o Contrato com o Estaleiro Atlântico Sul (PE) assinado em 11/09/2009;
- Lote 2 – 3 navios tipo Aframax DP (107 mil tpb) – No dia 24/08/2010 entrou em eficácia o Contrato com o Estaleiro Atlântico Sul (PE) assinado em 11/09/2009;
- Lote 3 - 3 navios tipo Produtos Claros (45 mil tpb) – prevista a assinatura do contrato para Dezembro de 2010;
- Lote 4 – 5 navios de produtos (três de claros e dois de escuros) – Assinatura do contrato com o Estaleiro Rio Nave (RJ): 26/04/2010;
- Lote 5 (em nova Licitação) – 8 navios gaseiros. Este lote do PROMEF II recebeu os navios anteriormente previstos no PROMOF II - Lote 6, bem como aqueles que faziam parte do PROMEF I – Lote 5. Sendo assim, os Lotes 5 e 6 dos PROMEFs I e II, respectivamente, deixaram de existir;
 - Assinatura do contrato com o estaleiro Promar (CE) em 09/07/2010;
- Lote 7 – 3 navios tipo Bunker (capacidade 4.000 m³) – O Contrato com o Estaleiro SUPERPESA (PE) foi assinado em 10/09/2009. Está prevista para o mês de outubro o início do processamento do aço;
- Os demais lotes do PROMEF II estão em licitação e a assinatura dos contratos deverá ocorrer em 2010;
- Lote 3 – 3 navios tipo Produtos Claros (45 mil tpb);
 - Assinatura do contrato prevista para dezembro/2010 e;
 - Um navio tipo GLP (capacidade 7.000 m³) – (em nova Licitação).
- Construção de Plataformas e sondas:
 - Assinada, em 12/03/10, a Carta de Intenção com a ENGEVIX, para início da fase EPC dos 8 Cascos dos FPSO's do Pré-Sal
 - Dique Seco - A movimentação e a instalação da porta batel no dique foram concluídas em 15/05/2010. O empreendimento encontra-se praticamente concluído, restando apenas os testes finais e comissionamento para a conclusão do empreendimento;
 - 28 sondas de perfuração – Em maio e junho de 2010 foram recebida as propostas técnica e econômica das sondas próprias e afretadas. Em novembro de 2010 foi realizada a abertura das propostas comerciais de três licitações destinadas à contratação dos empreendimentos.

SETOR DE COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DO PETRÓLEO (DCDP)

Proconve

No ano de 2010, o MME monitorou o abastecimento do diesel S50 – 50 ppm de enxofre – nas cidades listadas no acordo judicial definido pelo Ministério Público Federal – MPF, a fim de contribuir para o atingimento dos níveis de emissão exigidos pelo Proconve. Até dezembro de 2010, o abastecimento nacional de diesel S50 ocorreu de acordo com o quadro seguinte:

II – Cronograma de abastecimento nacional com diesel S50

DATA	LOCALIDADES
01.01.2009	Frota cativa de ônibus dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro
01.05.2009	Todos os veículos das regiões metropolitanas de Recife, Belém e Fortaleza
01.08.2009	Frota cativa de ônibus do município de Curitiba
01.01.2010	Frota cativa de ônibus da região metropolitana de São Paulo
01.01.2010	Frota cativa de ônibus dos municípios de Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre

Fonte: DCDP/SPG/MME

ARLA32

A partir de 2012, será exigido nos veículos novos a diesel o consumo do ARLA32 a base de ureia que será adicionado no sistema de escapamento do veículo para neutralização dos efeitos nocivos de algumas emissões. Em 2009, o MME, juntamente com o MDIC, MMA, IBAMA e INMETRO, trabalhou na definição da norma de classificação do produto junto a Receita Federal, bem como na criação de um programa específico para o ARLA32, com normas sob o padrão ABNT e com fiscalização do próprio INMETRO, para que, no início de 2012, o produto já esteja disponível em todo o país.

Fornecimento de combustíveis líquidos a termelétricas

Devido ao impasse relacionado à assinatura de contratos entre os fornecedores de combustíveis e as termelétricas contratadas por disponibilidade, foi necessária a atuação da SPG no sentido de buscar alternativas que resolvessem esses problemas. De acordo com o entendimento manifestado pelos agentes do setor de combustíveis, os valores das penalidades propostas impossibilitam a conversão dos termos de compromissos, apresentados à época dos leilões, em contratos firmes de fornecimento de combustível.

O tema foi objeto de reuniões entre MME, Aneel, Petrobras e Petrobras Distribuidora, buscando uma solução definitiva ao entrave. Com a edição da Lei nº 12.375, de 30 de dezembro de 2010, o CNPE passa a ter a competência de estabelecer diretrizes, considerando as características específicas de cada fonte energética, para previsão de penalidades por falta de combustível para agentes de geração de energia elétrica e supridores de combustível. Com isso, uma minuta de Resolução do CNPE foi submetida à análise da Conjur/MME, a qual possibilita o

equacionamento do problema e a conseguinte assinatura dos contratos definitivos de fornecimento de combustível.

GT–GHS–Brasil

O Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Presidência da República no sentido de elaborar e propor estratégias, diretrizes, programas, planos e ações para a implementação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos – GHS no País conta com a participação do MME. Dentre os trabalhos desenvolvidos, encontra-se em fase final de elaboração uma minuta de Decreto implementando esse sistema.

Ademais, realizaram-se os trabalhos corriqueiros, principalmente os de conciliação de interesses nos diversos segmentos de produção, comercialização e consumo de derivados de petróleo, em especial óleo diesel.

Mensalmente, o DCDP disponibilizou um relatório de acompanhamento onde são compiladas diversas informações sobre o mercado de combustíveis derivados de petróleo. Dentre essas informações, consta (i) o preço dos principais combustíveis derivados de petróleo e sua formação, (ii) um comparativo de preços interno e entre países, (iii) um comparativo de preços ao consumidor entre derivados de petróleo e outros energéticos (iv) a evolução de produção, consumo aparente e balança comercial dos derivados de petróleo, (v) volume de petróleo processado nas refinarias e utilização da capacidade instalada, (vi) qualidade dos combustíveis e (vii) um acompanhamento do abastecimento de óleo diesel com 50 ppm de enxofre, referente à fase P-6 do Proconve.

OLUC

A Resolução CONAMA nº 362/2005 estabelece diretrizes para o recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado – OLUC. Entre outras definições, cria um grupo de monitoramento permanente – GMP para o acompanhamento desta Resolução, coordenado do MMA.

Em 2010, ocorreram quatro reuniões ordinárias deste GMP com a participação de representantes do MME, da ANP, dos produtores e importadores, dos revendedores, dos coletores, dos rerrefinadores, das entidades representativas dos órgãos ambientais estaduais e municipais e das organizações não governamentais ambientalistas. Em conjunto com estas reuniões, foram promovidas oficinas de capacitação na Resolução CONAMA nº 362/2005 nos estados do Rio de Janeiro, Paraíba, Bahia e Espírito Santo.

SETOR DE COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS (DCR)

A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG deu seguimento ao monitoramento do setor de etanol e biodiesel por meio da publicação mensal do

Boletim dos Combustíveis Renováveis. O Boletim, que passou a ser publicado a partir de janeiro de 2008, somente em forma eletrônica (envio por e-mail), apresenta uma compilação das informações relevantes sobre os dois setores. A publicação é destinada ao público do próprio MME e também a áreas com interface no tema em outros Ministérios. É ainda encaminhado a empresas e entidades representativas ligadas ao assunto biocombustíveis. O instrumento funciona como um importante mecanismo de disseminação transparente de dados e informações.

A SPG é membro da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool e membro da Câmara Setorial do Biodiesel, ambas coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As câmaras setoriais contam com representantes de outros Ministérios, do Sindicato, de Confederações, de Associações e de Organizações ligadas ao tema para discutir as demandas do Setor e apresentar possíveis soluções as incorreções apresentadas.

A SPG também é membro da Câmara Setorial da Palma de Óleo, criada em 2010, cujo objetivo é formar um espaço institucional para identificar oportunidades para o desenvolvimento da cadeia produtiva. Esta iniciativa está dentro do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil cuja meta é:

- Promover o Zoneamento Agroecológico da Palma;
- Coordenar iniciativas público-privadas em pesquisa e desenvolvimento no cultivo e na logística da palma;
- Promover a assistência técnica e o envolvimento da agricultura familiar; e
- Financiar a produção.

O Programa beneficiará não só a produção de biocombustíveis, mas também a indústria alimentícia e a indústria de cosméticos que utilizam o óleo de Palma como matéria prima.

Com o objetivo de promover a produção, o uso e a sustentabilidade dos combustíveis renováveis em nível mundial a SPG participou de reuniões no Brasil e no exterior, em fóruns bilaterais e multilaterais. A SPG também recebeu delegações estrangeiras que visitaram o Brasil interessadas em trocar informações nesta área durante o ano de 2010. Entre os eventos, destacam-se:

- Participação no Programa Estruturado de Apoio do Brasil aos demais Países em Desenvolvimento na Área de Energias Renováveis - Pro-Renova, coordenando pelo Ministério das Relações Exteriores – MRE em Mali/Benin/Guiné-Bissau/Burkina Faso/Togo/Costa do Marfim/Senegal.
- Participação em reuniões de trabalho da Agência Internacional de Energia.
- Participação em reunião do comitê executivo do IA Bioenergia da Agência Internacional de Energia no Japão.
- Reunião de trabalho do Memorando de Entendimento sobre Biocombustível com o Chile na cidade de Santiago (Chile).
- Reunião de trabalho com a Delegação da Tanzânia no Rio de Janeiro.
- Participação no Segundo Workshop para Elaboração do roteiro Tecnológico de Biocombustíveis da Agência Internacional de Energia em Paris.

Etanol

A SPG participou do grupo técnico que assessorou decisão do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool - CIMA para alteração do percentual de mistura do etanol na

gasolina (Resolução CIMA nº 1, de 11 de janeiro de 2010). O percentual foi alterado de 25% para 20%, apenas, nos meses de fevereiro a abril de 2010, período de menor produção, entressafra da cana na região centro-sul. O ano de 2009 não foi bom para o setor de etanol no Brasil e trouxe consequências ao abastecimento deste biocombustível. Condições climáticas adversas prejudicaram a safra de cana, com redução da produção. Ademais, a crise financeira internacional prejudicou produtores nacionais que, para se capitalizar e dar continuidade aos investimentos iniciados, venderam parte de sua produção rapidamente e a preços mais baixos do que o esperado. Com isso, a demanda continuou aquecida, ainda que o cenário de oferta não fosse o mais promissor.

Biodiesel

No Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, a SPG é o órgão responsável pela coordenação do Grupo Gestor do Programa. A principal atuação da SPG foi monitorar e coordenar esforços para que toda a cadeia de produção e comercialização de biodiesel esteja adequada ao percentual de mistura obrigatória, subsidiando a tomada de decisão pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Nesse sentido, a principal atuação foi planejar os leilões públicos, monitorar as entregas de biodiesel e a evolução da capacidade de produção nacional deste biocombustível.

A SPG deu seguimento ao Grupo de Trabalho criado em 2009 com caráter mais amplo que o Grupo Gestor do Biodiesel formado pela Petrobras, pelo BNDES e pela Embrapa para analisar os resultados até então alcançados pelo PNPB. O Grupo consolidou seis documentos que foram encaminhados a Comissão Executiva Interministerial com análises dos pontos estratégicos do Programa: (1) Mercado Externo; (2) Desenvolvimento, Pesquisa e Inovação; (3) Programa de Aproveitamento Sustentável de Óleos e Gorduras Regionais (4) Abastecimento, Qualidade e Regras de Comercialização (5) Aproveitamento das Oleaginosas de acordo com as diversidades regionais e eficiência energética; (6) Inclusão Social e Desenvolvimento Regional. A partir dos resultados, serão arrazoadas perspectivas futuras e recomendados alguns aperfeiçoamentos para a evolução do PNPB nos próximos anos.

O PNPB apresentou uma curva de aprendizado acelerada que permitiu a evolução do percentual de mistura obrigatória de 2% (mistura B2), no primeiro semestre de 2008, para mistura 5%, a partir de 1º de janeiro de 2010, (Resolução CNPE no06 de 2009). Um dos fatores desta rápida evolução foi o aumento da capacidade de produção deste biocombustível que, apenas em 2010, cresceu 31,5%, saindo de 3.995 milhões de litros por ano em janeiro para 5.255 milhões de litros por ano em dezembro. O país conta com 55 usinas aptas a operar, acréscimo de 10 novas unidades em 2010.

A SPG atuou na estruturação e definição de diretrizes dos leilões essenciais para garantir o abastecimento de biodiesel no país. Nestes leilões conduzidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) com base nas determinações do CNPE e diretrizes estabelecidas pelo próprio MME participam como fornecedores os produtores de biodiesel devidamente autorizados a exercer esta atividade, sendo adquirentes os produtores e importadores de diesel mineral. Embora se trate de leilões públicos, os contratos são efetuados, então, entre agentes privados.

O primeiro leilão público realizado para atendimento dos consumidores em 2010 foi realizado em novembro de 2009 e teve como objetivo o atendimento da mistura B5, com prazo de entrega entre janeiro e março de 2010 e volume de 575 milhões de litros de biodiesel. Outros três

leilões realizados ao longo de 2010 foram realizados para abastecer a demanda trimestral deste biocombustível. No primeiro certame foram arrematados 565 milhões de litros, no segundo 600 milhões de litros e no terceiro 615 milhões de litros de biodiesel. Do total contratado nos quatro certames, equivalente a 2.355 milhões de litros, foram entregues aproximadamente 2.148 milhões de litros até novembro (índice de performance de 103%). Cabe ressaltar que o percentual de entrega deve estar mais ou menos 10% do valor contratado.

Com o objetivo de assegurar a entrega de biodiesel em regiões de difícil acesso e garantir um volume adicional nestas regiões foram realizados dois leilões públicos de estoque de segurança que totalizaram de 59 milhões de litros, conforme Resolução CNPE no 7 de 5 de dezembro de 2007, que estabelece as diretrizes para a formação dos estoques de biodiesel e contribui para a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta do produto.

A soma da oferta de biodiesel originada nesses dois tipos de leilões totaliza, então, 2.414 milhões de litros. Por outro lado, a demanda estimada foi 2.400 milhões de litros no período. Assim, o mercado sempre se manteve abastecido durante o 3º ano de mistura obrigatório de biodiesel no diesel.

No PAC de Combustíveis Renováveis, a SPG realiza o acompanhamento dos novos empreendimentos previstos para ocorrer neste setor de forma a assegurar que o País mantenha a posição de liderança nesta área, produzindo os biocombustíveis mais competitivos do mercado. As metas para o setor foram estabelecidas com base na produção anual já que os empreendimentos voltados à produção de biocombustíveis são, em sua quase totalidade, empreendimentos privados, em que não há possibilidade de interferência na decisão do investidor. Com relação aos empreendimentos de infra-estrutura de transporte dutoviário de biocombustíveis, foi estabelecida rotina de acompanhamento de cronogramas junto à Petrobras. Foi criada na Casa Civil da Presidência da República, uma Sala de Situação para monitorar o andamento das obras e as ações do poder público que poderiam ser conduzidas para aceleração dos processos e das rotinas pré-definidas em reuniões de coordenação política.

Destaca-se no PAC de Combustíveis Renováveis o início das obras do Alcoolduto Senador Canedo – São Sebastião que faz parte do Plano Diretor de Infraestrutura de Logística para Exportação de Etanol (PDIEE). A parceria formada pela Petrobras, Copersucar, Cosan, Odebrecht Transporte Participações, Uniduto e Camargo Correa investirá 4,4 milhões de reais. A capacidade de transporte deverá ser ampliada em 12,9 bilhões de litros de etanol por ano.

ÁREA AMBIENTAL

O principal desafio do setor é a promoção do desenvolvimento com o mínimo impacto ambiental. Assim, busca a integração de políticas públicas como premissa para a realização da expansão energética com segurança e confiabilidade.

A importância dessa integração por meio da participação em fóruns e construções de atos normativos e legais tem contribuído para melhores respostas técnicas e jurídicas, que acabam se refletindo na aplicação do rito do processo de licenciamento ambiental.

A área ambiental da SPG tem atuado em vários colegiados na defesa dos interesses do setor, dentre eles: Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico – CCZEE; Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências ambientais com Produtos Químicos – P2R2; Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP; Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA-IMO; Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO; Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CT-COST, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE; Comissão Interministerial para Recursos do Mar – CIRM; Comissão Nacional de Segurança Química – CONASQ e Comitê Executivo de Produção Sustentável.

No CONAMA, por exemplo, a SPG participou principalmente na elaboração e aprovação de Resoluções tais como:

- Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, que dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências;
- Resolução nº 426, de 14 de dezembro de 2010, que altera o art. 4º e art. 5º caput e § 1º da Resolução CONAMA nº 418, de 2009, estabelecendo novos prazos para o Plano de Controle da Poluição Veicular e o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em uso;
- Resolução nº 423, de 12 de abril de 2010, que dispõe sobre parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais da vegetação secundária nos Campos de Altitude associados ou abrangidos pela Mata Atlântica;
- Proposta de Resolução da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos que dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento das informações referentes à movimentação de resíduos perigosos;
- Proposta de Resolução da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos que dispõe sobre o licenciamento das atividades de recebimento, armazenamento e destinação final das embalagens de óleos lubrificantes.

Na Câmara Técnica de Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CT-COST) participou ativamente das discussões e da tramitação da minuta de resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser consideradas nos planos de recursos hídricos de bacias que contenham trechos na zona costeira; tendo participado ainda da elaboração do Programa IX do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Na Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico – CCZEE, a SPG participou ativamente da elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, bem como da elaboração do Decreto que o aprovou.

Uma outra área de atuação, consiste no acompanhamento e emissão de pareceres sobre a tramitação de Projetos de Lei e a elaboração de Minutas de Decretos com rebatimento sobre o meio ambiente e as atividades do setor, também acompanhando os processos de criação de Unidades de Conservação, zonas de amortecimento e corredores ecológicos; resguardando os

interesses do setor de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, e buscando a compatibilização desses interesses com a área ambiental, merecendo destaque:

- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;
- Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010 e dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, as responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis;
- Projeto de Lei (PL) Nº 1.610/1996, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, § 1º e 231, § 3º, da Constituição Federal.
- Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 01/2010, em tramitação no Senado, identificado na casa de origem como PLP nº 12/2003, que fixa normas nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum, relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em quaisquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
- Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei (PL) Nº 1.876/1999, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, revoga a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências. (Código Florestal).

PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL – PROMINP

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. Foi instituído pelo Governo Federal, através do Decreto nº 4.925 de 19 de dezembro de 2003. O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis é o Coordenador do Comitê Executivo do Programa e a responsabilidade pela execução das ações é do Coordenador-Executivo do Prominp.

O Prominp é um programa de governo de múltiplas iniciativas, conectadas no sentido de potencializar o desenvolvimento da indústria nacional, numa articulação de governo, empresas de petróleo e gás natural e indústria supridora de bens e serviços, para que as oportunidades geradas pelos investimentos do setor sejam, tanto quanto possível, atendidas pelo mercado nacional, gerando riqueza, emprego e renda no País.

Governança do Prominp

Para alcançar seus objetivos, o Prominp conta com a participação de representantes da indústria nacional de petróleo e gás natural brasileira, como o Governo Federal, operadoras de petróleo, associações de classe, federações da indústria etc., e sua estrutura de Governança contempla três níveis de gestão: *Comitê Diretivo*; *Comitê Executivo*, e *Comitês Setoriais*.

O *Comitê Diretivo* - que tem a função de determinar as diretrizes de gestão do Programa e avaliar seu desempenho - é composto pelo Ministro de Minas e Energia (MME); pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); pelo Presidente e Diretor de Serviços da Petrobras; pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP); e pelo Diretor-Geral da Organização Nacional da Indústria de Petróleo (ONIP).

O *Comitê Executivo* - que tem a competência de implementar as diretrizes determinadas pelo *Comitê Diretivo* e coordenar os trabalhos dos *Comitês Setoriais* - é composto por representantes das entidades participantes do Comitê Diretivo, acrescidas de representantes das entidades empresarias, quais sejam, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), a Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base (ABDIB), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABITAM) e o Sindicato Nacional da Construção Naval (SINAVAL).

Os *Comitês Setoriais* estão divididos em cinco áreas relacionadas à indústria de petróleo e gás natural. Os quatro primeiros - o *Comitê de Exploração e Produção* (E&P); de *Transporte Marítimo* (TM); de *Abastecimento* (ABAST); de *Gás Natural, Energia e Transporte Dutoviário* (GE&TD) - desenvolvem projetos referentes às suas áreas de atuação, enquanto o quinto, denominado *Comitê da Indústria de Petróleo e Gás Natural* (IND P&G), trata de assuntos gerais, comuns a todas as áreas de atividades do setor. A partir do início de 2008, foram criados os Comitês Temáticos de Meio Ambiente (MA) e de Tecnologia (TEC) que englobam assuntos considerados críticos para o desenvolvimento da indústria nacional de petróleo e gás.

Fontes de Financiamento do Prominp

Quanto ao suporte financeiro das atividades do Prominp, cumpre ressaltar que a participação das entidades no Programa é por adesão, onde cada qual arca com as suas próprias despesas, não havendo nenhum recurso destinado a suportar esta participação, salvo a dotação específica para o plano de qualificação profissional, que contou, em sua primeira etapa de implementação, com R\$ 228 milhões aportados pela Petrobras, complementados por recursos do CTPetro de R\$ 6,3 milhões aplicados pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP, e de R\$ 24 milhões de recursos do FAT aplicados diretamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego -MTE.

Com vistas a dar continuidade ao plano de qualificação profissional, a Petrobras obteve aprovação da ANP para investir, adicionalmente, R\$ 120 milhões em sua segunda etapa de implementação.

Plano Nacional de Qualificação Profissional do Prominp – PNQP

Conforme mencionado, para fazer frente à necessidade de pessoal qualificado para o setor de petróleo e gás natural, foi estruturado, em 2006, o Plano Nacional de Qualificação Profissional - PNQP, que vem capacitando, por meio de cursos gratuitos, milhares de profissionais em todo o país. Os cursos são de nível básico, médio, técnico e superior, em 175 categorias profissionais ligadas às atividades do setor de petróleo e gás. Estão envolvidas cerca de 80 instituições de ensino em 17 Estados do Brasil, com investimentos que chegam à casa dos R\$ 260 milhões. Além dos cursos gratuitos, são oferecidas bolsas auxílio mensais para os alunos desempregados, que variam entre R\$ 300 e R\$ 900, dependendo do nível de escolaridade.

Conforme mencionado anteriormente a SPG apenas acompanha as ações do PNQP, sendo esta atividade da responsabilidade da Coordenação-Executiva do PROMINP.

O PNQP foi estruturado ao longo de dois anos, com a participação expressiva de todos os atores do setor de petróleo & gás, desempenhando papéis diversos e abrangendo as várias etapas da cadeia de educação profissional. Visando assegurar a homogeneidade e o padrão de qualidade de todo o processo de qualificação, um conjunto de premissas foi definido para dar mais confiabilidade e transparência. Dentre essas premissas, podemos destacar:

- A realização dos treinamentos nas regiões onde irão ocorrer os investimentos;
- A aderência de realização dos cursos aos cronogramas dos projetos de investimentos;
- A exigência de pré-requisitos mínimos dos alunos para o acesso aos cursos;
- A realização de um processo de seleção pública de alunos;
- A seleção das mais conceituadas entidades do país para a condução do processo de seleção pública de alunos, a estruturação e execução dos cursos e a gestão do plano de qualificação.

Nesse processo, cada ator do setor de petróleo & gás teve o seu papel e suas responsabilidades bem definidos. As operadoras, por exemplo, forneceram informações sobre seus planos de investimentos para que a indústria pudesse estimar as demandas de profissionais qualificados para a implantação destes projetos. De forma complementar, as empresas demandantes dessa mão de obra informaram os perfis de entrada (escolaridade + experiência profissional) e de saída (habilidades requeridas) dos alunos do PNQP, que são exigidos dos trabalhadores do setor. Entidades de ensino atuaram na estruturação dos cursos e na estimativa dos respectivos custos. A Petrobras e órgãos do governo atuaram em conjunto na identificação e viabilização de fontes de recursos para o financiamento do plano.

Implantação do PNQP

Neste aspecto, vale destacar que a complexidade do plano de qualificação, traduzida pela sua abrangência (175 cursos e 6400 turmas), pelo número de atores envolvidos (quase uma centena de entidades de ensino e várias centenas de milhares de participantes) e pela amplitude geográfica (17 Estados e 34 cidades), traz uma ampla gama de vulnerabilidades com consideráveis riscos inerentes a esta iniciativa, com graves consequências por qualquer eventual insucesso, o que representa um enorme desafio para a sua gestão. Assim, a estratégia do Prominp para a implementação do plano de qualificação profissional envolveu a identificação criteriosa e a preparação prévia de toda a sequência de ações requeridas e a adoção de medidas robustas de mitigação dos riscos identificados nos processos envolvidos nesta implementação.

Para tanto, a estratégia de implementação do Plano de Qualificação Profissional envolveu quatro aspectos principais: (i) o planejamento prévio e detalhado de todas as fases e atividades; (ii) a preparação de instrumentos robustos de controle e registro de todo o processo, como o portal de qualificação - que permite o pleno controle de todas as atividades desenvolvidas, desde a inscrição dos candidatos no processo seletivo, a estruturação dos cursos, a composição de turmas, o acompanhamento, controle e histórico escolar dos alunos; (iii) o envolvimento das entidades de maior qualificação no país para cada papel previsto no Plano, na expectativa de obtenção do melhor desempenho global a partir do melhor desempenho de cada entidade participante; e (iv) o rígido controle de todas as atividades durante a execução do Plano, com estrito atendimento a todas as suas premissas.

Nesta perspectiva, para a estruturação e execução dos cursos de qualificação profissional foram convidadas as universidades públicas federais, para os cursos de nível superior; as escolas técnicas federais – CEFET, para os cursos técnicos e de nível médio; e o SENAI, para os cursos de nível básico; e para a seleção de alunos, a Fundação Cesgranrio.

Visando aproximar os alunos qualificados pelo Prominp das empresas fornecedoras do setor de petróleo e gás natural e potenciais empregadores da força de trabalho formada pelo Programa, foi criado um banco de currículos on-line no Portal. O banco contém os currículos de todos os alunos e ex-alunos do Prominp, além de informações de empresas que estão demandando profissionais egressos dos cursos do Prominp.

Desde o início de Programa até o terceiro trimestre de 2010, mais de 50 mil alunos foram beneficiados pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional, sendo que deste total 81% estão empregados.

III – Quantidade de alunos capacitados pelo PNQP

ESTADO	BÁSICO		MÉDIO	TÉCNICO	INSPETOR	SUPERIOR	TOTAL
	CC	CM					
AL		87	26				113
AM		499	108	29	51	58	745
BA	599	2539	810	84	185	214	4431
CE		1086	241				1327
ES	143	1367	419	60	119	140	2248
MG	510	861	179	13	73	78	1714
PB		24					24
PE	1456	5143	462		12	120	7193
PR	320	1068	933	102	91	457	2971
RJ	2863	3333	4632	385	389	2309	13911
RN	359	467	541	95	27	24	1513
RS		1725	779	48	35	103	2690
SE		61	97				158
SP	3704	7797	2980	73	296	1444	16294
TOTAL	9954	26057	12207	889	1278	4947	55332

Fonte: Prominp

c) Programas de Governo Sob a Responsabilidade da Unidade

c.I) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da SPG

IV – Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0276		Denominação: Gestão da Política de Energia				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do Território Nacional						
Objetivos Específicos:						
Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países						
Gerente: Altino Ventura Filho				Responsável: Gilberto Hollauer		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa (*)						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
800.000	800.000	438.170,00	403.826,00	336,18	403.828,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Não se aplica						
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se aplica						
Análise do Resultado Alcançado:						
Refere-se às atividades descritas no item 2.b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais						

Fonte: SIAFI/SIGPLAN

* Referente à dotação sob gestão da SPG dentro do programa

c.II) Execução Física das Ações

V – Quadro A.2.2 – Execução Física das Ações Realizadas pela SPG

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
25	121	0276	04892	A	4	Documento produzido	1	1	1

Fonte: SIGPLAN

c.III) Indicadores Institucionais

Com o objetivo de estabelecer indicadores institucionais que possam auxiliar de forma adequada o processo de decisão gerencial, a Secretaria Executiva e as Secretarias Finalísticas se empenharam em criar e desenvolver tais indicadores.

Foi então implementado o SIG – Sistema de Informações Gerenciais, com 35 indicadores, que atualmente se encontra em produção. Ultimamente, estamos reavaliando alguns indicadores, de forma a refinar os dados fornecidos e os gráficos gerados, para melhor apoiar o processo decisório das autoridades do Ministério.

Os indicadores incluídos no SIG são os seguintes:

- Produção de Petróleo.
- Produção de Gás Natural.
- Participação de Gás nacional no mercado.
- Oferta de Gás nacional no mercado.
- Autossuficiência na Produção de Petróleo.
- Consumo de derivados.
- Número de Poços Perfurados.
- Reserva Provada sobre Reserva Total de Petróleo
- Reserva Provada sobre Reserva Total de Gás Natural.
- Produção de Biodiesel.
- Produção de Etanol.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

A informação deste item está a cargo da Secretaria Executiva do MME

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da SPG

- Despesas por Modalidade de Contratação**

VI – Quadro A.2.8 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da SPG

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	127.041,97	130.009,14	127.041,97	130.009,14
Outros				
Passagens	193.653,85	273.576,68	192.870,27	273.576,68

Fonte: SPOA/SE/MME

- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

A informação deste item está a cargo da Secretaria Executiva do MME

- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

A informação deste item está a cargo da Secretaria Executiva do MME

d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SPG por Movimentação

A informação deste item está a cargo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do MME.

12. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve registro de passivos por insuficiência de crédito ou recursos no Exercício de 2010.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

VII – Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	783,58	0,00	0,00	783,58
2007	11.964,70	0,00	0,00	11.964,70
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	3.609.260,87	26.061,16	3.582.863,53	336,18
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações:				

FONTE: SIAFI

4.2 Análise Crítica

Os restos a pagar processados relativos ao exercício de 2009, no valor de R\$ 783,58, constantes na contabilidade do exercício de 2010, após reanálise, foram devidamente cancelados no início do mencionado ano.

Outros valores inscritos em restos a pagar na quantia de R\$ 11.964,70 e R\$ 336,18, em razão de particularidades de suas notas de empenho no SIAFI, já se encontram em processo de cancelamento, no intuito de regularizar as contas.

5. Recursos Humanos da Unidade

A informação deste item está a cargo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA da Secretaria Executiva do MME.

6. Informação sobre Transferências

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício de 2010

VIII – Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: MINISTÉRIO DE MINAS E NERGIA									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320000				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instru-mento	Benefi-ciário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situa-ção
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	009/2001	PNUD (1)	8.366.530,00 (2)	3.090.057,00 (3)	3.560.611,00 (4)	4.486.731,00	1º/nov/ 2001	30/jun/ 2011 (5)	1
<u>LEGENDA</u>									
Modalidade					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SPG/MME

- (1) O Convênio MME nº 009/2001 foi firmado entre o MME e a EMTU/SP. No entanto, o mecanismo de repasse é feito da seguinte forma: a FINEP, por descentralização, transfere os recursos (do Convênio FINEP 21.02.0058.00, em que o MME é conveniente) para o MME, e este, por sua vez, os transfere para o PNUD, que tem a atribuição de receber e administrar os recursos financeiros do projeto e participar da execução do projeto em colaboração com o MME e EMTU/SP. A EMTU/SP, como implementadora do projeto, utiliza estes recursos de acordo com as necessidades e etapas previstas no Plano de Trabalho.
- (2) Estes recursos são provenientes do Convênio 21.02.0058.00 firmado entre a FINEP e o MME, em que o MME figura como conveniente. Desta forma, não fazem parte do Orçamento do Ministério de Minas e Energia.
- (3) A EMTU/SP, de acordo com o Convênio MME nº 009/2001, entra com uma contrapartida de R\$ 3.090.057,00, que pode ser na forma de recursos financeiros e/ou bens materiais e/ou serviços. O projeto conta ainda com recursos do PNUD, tendo como fonte o GEF (Global Environmental Facility), no valor de US\$ 12.274.000,00, os quais convertidos pela cotação do dólar da época da assinatura do Convênio correspondem a R\$ 22.338.680,00.
- (4) A descentralização dos recursos pela FINEP foi realizada em 2009, mas transferidos para o PNUD em março de 2010.
- (5) O Convênio MME nº 009/2001, celebrado em 1º de novembro de 2001, tinha a vigência até 1º de novembro de 2006. Em 1º de novembro de 2006, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 009/2001, prorrogando a sua vigência até 30 de junho de 2011.

6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

A SPG não celebrou convênio, contrato ou instrumento do mesmo gênero nos últimos três exercícios que acarretasse em transferência de recursos do MME oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

6.1.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

X – Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DE MINAS E NERGIA					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320000		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	01	8.366.530,00 ⁽¹⁾	4.486.731,00	3.879.799,00	53,63%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	01	8.366.530,00 ⁽¹⁾	4.486.731,00	3.879.799,00	53,63%

Fonte: SPG/MME

- (1) Estes recursos são provenientes do Convênio 21.02.0058.00 firmado entre a FINEP e o MME, em que o MME figura como conveniente. Desta forma, não fazem parte do Orçamento do Ministério de Minas e Energia.

6.1.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

XI – Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente					
Nome: MINISTÉRIO DE MINAS E NERGIA					
CNPJ: 37.115.383/0001-53				UG/GESTÃO: 320017	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		1.610.782,95 ⁽¹⁾	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2009	Contas prestadas		Quantidade	1	
			Montante Repassado (R\$)	138.757,75 ⁽²⁾	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
2008	Contas prestadas		Quantidade	2 ⁽³⁾	
			Montante Repassado (R\$)	5.319.219,24 ⁽⁴⁾	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		

Fonte: SPG/MME e SIAFI

- (1) Montante de recursos apresentado na Prestação de Contas em 2010 do Convênio MME nº 009/2001, referente aos recursos do Convênio FINEP 21.02.0058.00 utilizados no ano de 2009.
- (2) Montante de recursos apresentado na Prestação de Contas em 2009 do Convênio MME nº 009/2001, referente aos recursos do Convênio FINEP 21.02.0058.00 utilizados no ano de 2008.
- (3) Prestação de Contas do Convênio MME nº 009/2001 e Prestação de Contas Final do Convênio nº 039/2005.
- (4) Montante de recursos apresentado na Prestação de Contas do Convênio MME nº 009/2001 em 2008, referente aos recursos do Convênio FINEP 21.02.0058.00 utilizados no ano de 2007 (R\$ 319.219,24), e na Prestação de Contas Final do Convênio nº 039/2005, remetida após término de vigência do convênio, ocorrido em 27/06/2008 (R\$ 5.000.000,00).

6.1.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

XII – Quadro A.6.5 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: MINISTÉRIO DE MINAS E NERGIA					
CNPJ: 37.115.383/0001-53				UG/GESTÃO: 320017	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			1 ⁽¹⁾	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		1 ⁽²⁾	
		Montante Repassado (R\$)		0,00 ⁽³⁾	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	03 ⁽⁴⁾	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
Montante Repassado					
2009	Quantidade de contas prestadas			1 ⁽⁵⁾	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1 ⁽⁶⁾	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2008	Quantidade de contas prestadas			2 ⁽⁷⁾	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1 ⁽⁸⁾	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante Repassado (R\$)					
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			

Fonte: SPG/MME e SIAFI

- (1) Em 2010, foi recebida a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2009, apresentada pela convenente EMTU/SP.
- (2) Em 2010, foi analisada e aprovada a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2009, e posteriormente encaminhada para a FINEP como Prestação de Contas Anual do Exercício de 2009 do Convênio 21.02.0058.00.
- (3) No período abrangido pela Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001 do ano de 2009, não houve repasse de recursos para o PNUD.
- (4) Em 2010, foram aprovadas as prestações de contas, apresentadas em exercícios anteriores, dos seguintes convênios:
 - Convênio nº 039/2005, cuja Prestação de Contas Final foi apresentada pela convenente EPE devido ao término da sua vigência;
 - Convênio nº 008/2002, cuja Prestação de Contas Final foi apresentada em maio de 2005 pela convenente FUNCAMP;
 - Convênio nº 024/2004, cuja Prestação de Contas Final foi apresentada em fevereiro de 2007 pelo convenente CTGÁS.
- (5) Em 2009, foi recebida a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2008, apresentada pela convenente EMTU/SP.
- (6) Em 2009, foi analisada e aprovada a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2008, e posteriormente encaminhada para a FINEP como Prestação de Contas Anual do Exercício de 2008 do Convênio 21.02.0058.00.
- (7) Em 2008, foi recebida a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2007, apresentada pela convenente EMTU/SP. Refere-se também à prestação de contas do Convênio Nº 039/2005 MME/EPE
- (8) Em 2008, foi analisada e aprovada a Prestação de Contas do Convênio nº 009/2001, referente ao ano de 2008, e posteriormente encaminhada para a FINEP como Prestação de Contas Anual do Exercício de 2008 do Convênio 21.02.0058.00.

6.2. Análise Crítica

Em março de 2010, foi assinado um Acordo de Cooperação entre a União, por meio do Ministério das Cidades, a Petrobras, o BNDES e a Caixa Econômica Federal, com interveniência do Ministério de Minas e Energia, com vigência de 12 meses, e cujo objetivo era coordenar ações e investimentos para o desenvolvimento das áreas de influência dos empreendimentos COMPERJ e Refinarias Abreu e Lima, Premium I e Premium II. A atuação deste Ministério consiste no acompanhamento e participação nas decisões tomadas junto ao Grupo Executivo, responsável pela implementação e pelo acompanhamento das ações previstas no âmbito do referido Acordo. Importante ressaltar que o instrumento não envolve transferência de recursos entre os partícipes.

Ainda em 2009, foi assinado Acordo de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Petrobras, com interveniência do Ministério de Minas e Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2011, com ações voltadas para a qualificação social e profissional do Plano Setorial de Qualificação – PLANSEQ Petróleo e Gás Natural, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação – PNQ.

Além disso, no ano de 2010 a SPG adotou procedimentos administrativos com o objetivo de promover o encerramento dos convênios celebrados, conforme a legislação pertinente.

O Convênio nº 039/2005 (Convênio 538489) foi celebrado com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, tendo expirado em 27/06/2008. Teve como objeto a execução de projetos nas áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural e de abastecimento de petróleo, derivados, gás natural e combustíveis renováveis, a fim de subsidiar o planejamento setorial deste MME. Os referidos projetos/estudos previstos no Plano de Trabalho foram os seguintes: a) Zoneamento nacional de recursos de óleo e gás; b) Construção de um modelo para planejamento da evolução do parque nacional de refino; c) Construção de um banco de dados computacional sobre o setor de abastecimento de petróleo, derivados, biocombustíveis e gás natural no Brasil”; d) Estudos de planejamento para a ampliação da infraestrutura de transporte de gás; e) Estudo do emprego de créditos de carbono em projetos de produção e uso de biocombustíveis no Brasil.

Considerando que o assinalado Convênio teve sua vigência expirada em 27/06/2008 e de acordo com o instrumento do convênio e as normas que regem o assunto, aquela Empresa de Pesquisa Energética – EPE apresentou tempestivamente a prestação de contas final do Convênio em epígrafe, que seguiu conforme previsto, para análise financeira do órgão interno próprio.

Quanto ao aspecto técnico esta SPG realizou a análise prevista de todos os projetos e constatou, a partir de manifestação de fiscal do Convênio, que o projeto intitulado “Construção de um banco de dados computacional sobre o setor de abastecimento de petróleo, derivados, biocombustíveis e gás natural no Brasil” não foi executado em sua plenitude conforme o Plano de Trabalho e sim parcialmente.

Considerando a verificação da execução parcial do projeto acima descrito e de forma a não frustrar as expectativas da Administração e evitar maiores prejuízos em decorrência da relação entre o aporte de recursos aplicados e a execução parcial do objeto pactuado, esta Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG, encaminhou à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, por meio do Memorando nº 428/2008, de 02/10/2008, consulta sobre a possibilidade da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI, por meio da “Fábrica de Software” concluir o referido projeto, na forma delineada no termo de referência contido no Convênio nº 039/2005.

Na mesma vertente e com o objetivo de melhor instruir os procedimentos administrativos previstos, esta SPG oficiou à Empresa de Pesquisa Energética – EPE, solicitação contida no Ofício nº 231/SPG/MME, de 15/08/2008 no sentido de apresentar informações analíticas sobre o valor efetivamente executado de cada etapa do projeto não concluído. Em resposta à solicitação, a EPE informou por intermédio do Ofício nº 1392/EPE/2008, de 20/08/2008, os gastos diretos até então realizados naquele Projeto, totalizaram a importância de R\$ 386.747,47 (trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

Os referidos recursos referem-se apenas à parte executada (Modelagem), sendo que o custo total do Projeto, segundo o Plano de Trabalho foi estimado no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). Esse valor total foi integralmente repassado à EPE, à época da celebração do Convênio.

Em resposta à solicitação mencionada, a Subsecretaria de Planejamento de Orçamento e Administração/CGTI prestou os esclarecimentos a cerca da análise realizada pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação por meio do Memorando nº 140/SPOA/SE-MME, de 31/10/2008, no sentido de que é mais vantajoso para a Administração o aproveitamento do trabalho elaborado pela EPE ao invés de iniciar outro projeto semelhante.

É importante registrar que a SPG considerará para efeito de aproveitamento da parte executada, os valores aferidos pela CGTI/SPOA/MME segundo metodologia utilizada pelo Governo Federal em pontos de função efetivamente aferidos, devendo ainda a Conveniente realizar a comprovação dos gastos aplicados no referido projeto.

Diante das constatações, e da necessidade desta SPG em construir um Banco de Dados com as características elencadas no Programa de Trabalho do Convênio nº 039/2005, levando-se em consideração a realização de atualização, chegou-se à conclusão que a melhor alternativa para a Administração foi solicitar à CGTI a continuidade da construção de novo Banco de Dados, aproveitando-se o trabalho parcial desenvolvido pela EPE e de acordo com a nova visão da Administração e conforme a metodologia própria da fábrica de software do MME.

Os trabalhos para dar continuidade ao Projeto já se encontram em andamento e estão sob a responsabilidade da CGTI/SPOA/MME.

Com o propósito de resguardar os interesses da Administração, a SPG ainda realizou consulta jurídica no sentido de verificar a possibilidade jurídica de aproveitamento da parte executada do referido Projeto, tendo obtido resposta favorável.

Tendo em vista a estimativa efetuada pela CGTI/SPOA/SE/MME da etapa do trabalho realizado pela EPE e a devolução do montante a maior por parte da conveniente, a CGOF e SPG aprovaram a Prestação de Contas financeira e técnica, com o devido encerramento do Convênio no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI realizado pela CGOF/SPOA/SE/MME. Os autos foram restituídos à SPOA para incorporação dos bens adquiridos pelo Convênio.

O Convênio nº 008/2002, firmado pelo Ministério de Minas e Energia com Fundação de Desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas – FUNCAMP teve como objeto o desenvolvimento de uma plataforma de testes para veículos elétricos com células a combustível. Suas atividades foram encerradas em 05/03/2005, após liberação de montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) em duas parcelas, uma no valor de R\$ 284.500,00 (duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais) e outra de R\$ 115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos reais). A

prestação de contas final foi encaminhada pela conveniente em maio de 2005, tendo o Ministério, desde então, analisado a documentação apresentada e solicitado eventuais esclarecimento à FUNCAMP. A execução física, o atendimento das metas e o alinhamento do conteúdo técnico com as especificações do Plano de Trabalho foram atestados na Nota Técnica nº 014/2006 – DGN, de 21 de setembro de 2006. Após verificação dos documentos comprobatórios, a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF sugeriu a solicitação de documentação complementar, até que pudesse emitir a Nota nº 48/2010/CGOF, de 13 de maio de 2010, na qual recomendou a aprovação da prestação de contas final do convênio. Após entender que as determinações legais haviam sido cumpridas, o Departamento de Gás Natural emitiu a Nota Técnica DGN 25/2010, de 26 de agosto de 2010, recomendando o encerramento do convênio. Considerando os fatos expostos, o Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis aprovou a prestação de contas final e solicitou à SPOA que fossem adotadas as medidas cabíveis para o encerramento do Convênio junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. O Convênio foi registrado como “CONCLUÍDO” junto ao referido sistema, segundo Nota Técnica nº 91/2010-CGOF/SPOA-MME, de 15 de setembro de 2010, e a SPG encaminhou o processo novamente à SPOA para que se procedessem aos trâmites necessários à incorporação dos bens adquiridos com os recursos do Convênio ao patrimônio do Ministério.

O Convênio nº 024/2004, celebrado entre o MME e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI objetivou a execução do Projeto intitulado “Identificação e Avaliação de Mercados Potenciais para o Gás Natural”, executado pelo Centro de Tecnologias do Gás, através de levantamento de mercado e identificação dos fatores críticos visando a penetração do gás natural no País. As atividades do Convênio foram encerradas em dezembro de 2006, após liberação do montante de R\$ 1.149.000,00 (um milhão, cento e quarenta e nove mil reais), que ocorreu em dez parcelas, segundo a tabela a seguir:

XIII – Cronograma de desembolso

PARCELA	DATA DA LIBERAÇÃO	VALOR (R\$)
1ª	27/12/2004	670.252,20
2ª	28/12/2005	45.555,00
3ª	28/12/2005	44.380,00
4ª	28/12/2005	42.455,00
5ª	28/12/2005	63.480,00
6ª	28/12/2005	36.655,00
7ª	28/12/2005	166.507,80
8ª	28/12/2005	36.655,00
9ª	28/12/2005	31.660,00
10ª	28/12/2005	11.400,00
TOTAL		1.149.000,00

Fonte: DGN/SPG/MME

A conveniente encaminhou a prestação de contas final em fevereiro de 2007, apontando a utilização de R\$ 979.164,21 (novecentos e setenta e nove mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte e um centavos) em recursos do convênio. O restante não utilizado, acrescido da correção monetária incidente sobre os recursos enquanto ainda aplicados, totalizaram, segundo a conveniente, R\$ 252.918,34 (duzentos e cinquenta e dois mil, novecentos e dezoito reais e trinta e

quatro centavos), e foram devolvidos por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU em 09 de janeiro de 2007.

A prestação de contas final foi analisada pela CGOF por meio da Nota nº 26/CGOF/2008, de 26 de maio de 2008, na qual foram solicitados alguns esclarecimentos, bem como a devolução de valor adicional, referente à diferença do que já havia sido devolvido e o valor calculado como correção monetária segundo os critérios do Tribunal de Contas da União – TCU. As solicitações da CGOF foram atendidas pela conveniente por meio da Carta nº 279/2008, de 05 de setembro de 2008, e da Carta nº 066/2009, de 06 de março de 2009. Em seguida, a CGOF emitiu a Nota nº 25/CGOF/2009, de 29 de abril de 2009, na qual aprovou a prestação de contas final do convênio e solicitou à SPG a emissão de laudo técnico de execução do convênio, bem como a destinação dos bens adquiridos com os recursos do Ministério. Em atenção à solicitação da CGOF, o DGN emitiu a Nota Técnica DGN 12/2010, de 14 de abril de 2010, atestando o cumprimento do Plano de Trabalho do convênio.

Similarmente ao Convênio 008/2002, descrito anteriormente, esta SPG aprovou a prestação de contas final, atendendo a proposta da Nota Técnica DGN 26/2010, de 26 de agosto de 2010, e solicitou à SPOA, por meio de Despacho proferido em 27 de agosto de 2010, o encerramento junto ao SIAFI e a incorporação dos bens ao patrimônio do Ministério de Minas e Energia. . Em seguida, o Convênio foi registrado como “CONCLUÍDO” junto ao SIAFI, segundo Nota Técnica 90/2010-CGOF/SPOA-MME, de 15 de setembro de 2010.

Dentre os convênios celebrados por esta SPG, os únicos que envolveram movimentação financeira no ano de 2010 foram aqueles relacionados ao Projeto Ônibus a Hidrogênio, que consiste na construção, operação e manutenção de até 5 ônibus a célula a combustível hidrogênio e de uma estação de produção e abastecimento de hidrogênio. Tem como objetivos adquirir conhecimento sobre a tecnologia, verificar seu desempenho em condições reais, e definir uma especificação brasileira para ônibus a célula a combustível hidrogênio.

Os participantes desse projeto são o Ministério de Minas e Energia – MME, atuando como agência executora nacional; a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano de São Paulo – EMTU/SP, atuando como agência implementadora nacional, por delegação do MME; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, incumbido de receber e administrar os recursos do GEF e FINEP, participar da execução do projeto em colaboração com o MME e EMTU/SP; o Global Environmental Facility – GEF, como financiador do projeto; a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, também como financiadora do projeto; e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, responsável por monitorar e avaliar a execução das atividades do projeto.

Esse projeto conta com os seguintes instrumentos:

- Convênio FINEP nº 21.02.0058.00, celebrado entre a FINEP, como concedente, e o MME, como conveniente, em 26 de março de 2002, com vigência de 60 meses, tendo sido prorrogado em 26 de março de 2007 até 30 de junho de 2011, para Execução Física e Financeira, e até 30 de agosto de 2011, para Prestação de Contas Final. Por meio desse convênio, a FINEP participa da execução do projeto com até R\$ 8.366.530,00 (oito milhões, trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e trinta reais), sendo a fonte o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT / CT-ENERG, e a transferência feita por descentralização para o MME;

- Convênio MME nº 009/2001, celebrado entre o MME, como concedente, e a EMTU/SP, como conveniente, em 1º de novembro de 2001, tendo sido prorrogado por meio do Primeiro Termo Aditivo em 1º de novembro de 2006 até 30 de junho de 2011. Por meio desse

convênio, o MME se compromete a transferir os recursos da FINEP, obtidos pelo convênio nº 21.02.0058.00, para o PNUD, e a EMTU/SP se compromete a implementar o projeto utilizando os estes recursos de acordo com as necessidades e etapas previstos no Plano de Trabalho. Cabe ainda à EMTU participar com contrapartida de R\$ 3.090.057,00 (três milhões, noventa mil e cinquenta e sete reais), sob a forma de recursos financeiro e/ou bens materiais e/ou serviços;

- Documento de Projeto PRODOC BRA/99/G32, celebrado entre o MME, PNUD, EMTU/SP e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, em 26 de dezembro de 2001, com duração de 60 meses. Em 20 de dezembro de 2005, foi assinada a Revisão Substantiva H, prorrogando a vigência até 31 de dezembro de 2010. Em dezembro de 2010, foi feita nova prorrogação por mais 6 meses, até junho de 2011. Por meio desse instrumento, recursos do Global Environmental Facility, num total de US\$ 12.274.000,00 (doze milhões, duzentos e setenta e quatro mil dólares) estão previstos para o projeto. Esse total, convertido pela cotação do dólar na época (R\$ 1,82 / US\$ 1,00), corresponde a R\$ 22.338.680,00 (vinte e dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta reais), e são também citados nos convênios da FINEP e da EMTU/SP.

Para o fornecimento dos equipamentos, foi formado um consórcio internacional de empresas, incluindo brasileiras. Este consórcio é responsável pelo fornecimento dos componentes dos ônibus, pela sua montagem e integração, bem como pelo fornecimento dos equipamentos da estação de produção e abastecimento de hidrogênio, pela sua instalação e operação, além do treinamento dos operadores e técnicos.

Atualmente, um ônibus já foi fabricado, testado e está em circulação transportando passageiros em um corredor de ônibus na região metropolitana de São Paulo. A estação de produção e abastecimento de hidrogênio está em fase de início de comissionamento, dependendo ainda de uma licença para aquisição de um produto químico controlado pela Polícia Federal. Outros 3 ônibus estão em fase de especificação técnica e assinatura de contrato para fornecimento pelo consórcio.

A tabela abaixo mostra o montante dos recursos da FINEP repassado para o PNUD em cada ano, desde 2002. A tabela mostra ainda o montante apresentado na prestação de contas anual de cada exercício, elaborada pela EMTU/SP, ressaltando que esta prestação é devida no ano subsequente de cada exercício financeiro. O período abrangido por cada prestação de contas também é apresentado na tabela.

XIV – Cronograma de repasse da FINEP para PNUD

R\$	Montante repassado para o PNUD	Montante gasto apresentado na Prestação de Contas	Período abrangido pela Prestação de Contas
2002	779.120,00		
2003	147.000,00	73.058,28	06/05/2002 a 31/12/2002
2004		2.276,70	01/01/2003 a 31/12/2003
2005		11.800,25	01/01/2004 a 31/12/2004
2006		42.245,87	01/01/2005 a 31/12/2005
2007		109.271,04	01/01/2006 a 31/12/2006
2008		319.219,24	01/01/2007 a 31/12/2007

2009		138.757,75	01/01/2008 a 31/12/2008
2010	3.560.611,00	1.610.782,95	01/01/2009 a 31/12/2009
Total	4.486.731,00	2.307.412,08	

Fonte: DGN/SPG/MME

O total de R\$ 4.486.731,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, setecentos e trinta e um reais) corresponde a 53,63% dos recursos previstos no Convênio FINEP nº 21.02.0058.00, de R\$ 8.366.530,00 (oito milhões, trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e trinta reais). Deste modo, resta ainda para ser desembolsado o total de R\$ 3.879.799,00 (três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e nove reais).

Do total já desembolsado e transferido para o PNUD, R\$ 2.307.412,08 (dois milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e doze reais e oito centavos) já foram aplicados e seus gastos comprovados nas prestações de contas apresentadas pela EMTU/SP. O total aplicado corresponde a 27,58% do total dos recursos previstos da FINEP.

7. Declaração da Área Responsável

Declaro que a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, responsável pela ação 04892 do programa 0276, disponibiliza no SIASG e SICONV as informações referentes aos contratos e aos convênios ou instrumentos congêneres firmados, com a identificação das respectivas categorias de programação e fontes de recursos, nos termos das normas estabelecidas pela Administração Pública Federal, em consonância com o Art. 19, parágrafo 3º, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução do lei orçamentária de 2011, Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 10 de agosto de 2010.

8. Declarações de Bens e Rendas

SPOA apresentará a informação consolidada.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela SPG são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X

9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais: No entendimento desta Secretaria, vários itens não se aplicam à administração direta do Governo Federal. Acreditamos que as respostas a este instrumento são mais adequadas quando se tratam de autarquias especiais, empresas públicas e estatais, ou seja, entidades independentes e com autonomia administrativa. Segundo o Art. 37 da Constituição Federal, as ações dos servidores públicos devem se pautar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade

Não se aplica.

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da SPG

Não se aplica.

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da SPG

Não se aplica.

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica.

14. Renúncia Tributária

Não se aplica.

15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU

O Tribunal de Contas da União não apresentou deliberações para a SPG.

16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)

16.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

XVI – QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis			80045
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	245306	4.3 ITEM 04	Of. 25.741/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 03/08/2010
02	201000033	I, II e III	Of. 327/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 06/01/2011
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis			80045
Descrição da Recomendação:			
Os trabalhos de auditoria evidenciaram a existência de pendências quanto às análises física, financeira e jurídica das prestações de contas dos Convênios nº 008/2002 (FUNCAMP), nº 024/2004 (CTGÁS) e nº 039/2005 (EPE) A CGU identificou que é necessário que a SPG reorganize, na forma que esta Secretaria julgar conveniente, a documentação anexa aos Convênios MME – EMTU/SP e FINEP–MME.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis			80045
Síntese da providência adotada:			
A SPG adotou uma série de medidas, em consonância com as recomendações do OCI, no intuito de promover as necessárias diligências, previstas na legislação em vigor, para o encerramento dos Convênios ainda pendente de análise de prestação de contas. Salienta-se ainda que estes não acarretaram nenhum prejuízo à Administração Pública Federal, conforme as razões apresentadas anteriormente ao OCI. A SPG entende que as ações empreendidas representaram o melhor caminho e a melhor forma de atuação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Como resultado da ação conjunta entre SPG e OCI, os Convênios nº 008/2002 (FUNCAMP), nº 024/2004 (CTGÁS) e nº 039/2005 (EPE), tiveram a prestação de contas tanto financeira como técnica analisadas por parte do Concedente e encerradas, bem como seu respectivo registro atualizado perante o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI com o status “CONCLUÍDO”. Desta forma, a SPG encerra o exercício de 2010 sem pendências em relação às recomendações do OCI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O trabalho realizado em conjunto entre SPG, SPOA e CGU teve andamento satisfatório no presente exercício, tal qual resultou em encerramento das atividades acima descritas. Desta forma, a SPG não apresenta, para as recomendações presentes, fator negativo, no que se refere ao trabalho realizado pela equipe da CGU perante esta Unidade.			

16.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG não apresentou recomendações pendentes oriundas do OCI ao Final do Exercício de 2010.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício.

Não Possui outras informações.

PARTE B ÍTEM 1 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA
UJ: Secretaria Executiva - SE/MME UG: 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a: <u>BALANÇO FINANCEIRO</u> DISPÊNDIOS Transferências Concedidas Valores Diferidos - Inscrição Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 1.937,80 (hum mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011. Elizane Velozo Costa Guedes Contadora Responsável CRC –DF nº 018138/O-2

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Brasília, Março de 2011

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações da Portaria nº 2.546, da Controladoria-Geral da União - CGU.

Brasília, Março de 2011

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAL – Associação Brasileira do Alumínio

ABC – Associação Brasileira do Alumínio

ABM – Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração

ABPC – Associação Brasileira dos Produtores de Cal

ADIMB – Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira

ANICER – Associação Nacional da Indústria Cerâmica

ANM – Agência Nacional de Mineração

APL – Arranjo Produtivo Local

APP – Área de Preservação Permanente

ATN – Associação Telecentros de Informação e Negócios

BIOMAR - Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEGEO – Centro de Geotecnia – Instituto Superior Técnico

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral

CGFLOP – Comissão de Gestão de Florestas Públicas

CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

CGU – Controladoria Geral da União

CIPAMIN – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNPM – Conselho Nacional de Política Mineral

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

CONAGEM – Conselho Nacional de Geologia e Mineração

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONJUR – Consultoria Jurídica do MME

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

CSD – Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável

CSPK – Sistema de Certificação do Processo de Kimberley

CT – Câmara Técnica

CT Mineral – Fundo Setorial Mineral

DDSM – Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração

DGPM – Departamento de Geologia e Produção Mineral

DN – Decisão Normativa

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DOU – Diário Oficial da União

DPGM – Departamento de Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

DTTM – Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

ESTAL - Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético

FACC – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica

FEOP – Fundação Educativa de Ouro Preto

FIA/MEMORA – Fundação Instituto de Administração/Processos Inovadores

FIDESIA – Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

FUVATES – Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social

GEOBANK – Banco de Dados CPRM

GIEC – Grupo Internacional de Estudos do Cobre

GIECZ – Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco

GIEN – Grupo Internacional de Estudos do Níquel

GSI – Gabinete de Segurança Institucional

GT – Grupo de Trabalho

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável

IBS – Instituto Aço Brasil

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICZ – Instituto de Metais Não-Ferrosos (Chumbo e Zinco)

IN – Instrução Normativa

ISBA – International Seabed Authority (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos)

LEPLAC – Levantamento da Plataforma Continental Brasileira

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MacroZEE – Macro Zoneamento Ecológico Econômico

MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia

MCTer – Museu de Ciências da Terra

MD – Ministério da Defesa

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MF – Ministério da Fazenda

MIN – Ministério da Integração Nacional

MJ – Ministério da Justiça

MME – Ministério de Minas e Energia

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OB – Ordem Bancária

OCI – Órgão de Controle Interno

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCJB – Plataforma Continental Jurídica Brasileira

PDAC – The Annual Convention of the Prospectors and Developers Association of Canadá

PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos

PI – Portaria Interministerial

PL– Projeto de Lei

PLG – Permissão de Lavra Garimpeira

PPA– Plano Plurianual

PNM-2030 – Plano Nacional de Mineração – 2030

PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

PNOT– Política Nacional de Ordenamento Territorial

PNRM– Política Nacional para os Recursos do Mar

PNSC – Plano Nacional da Serra da Canastra

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PORMIN – Portal de Apoio ao Pequeno Produtor Mineral

PROANTAR - Programa Antártico Brasileiro

PROÁREA – Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial

PROARQUIPELAGO - Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo

PROMAR - Programa de Mentalidade Marítima

PRONAFOR – Programa Nacional de Formalização da Atividade Mineral

PROTRINDADE - Programa de Pesquisas Científicas da Ilha da Trindade

PSRM – Planos Setoriais para os Recursos do Mar

RAP – Restos a Pagar

REEMPLAC – Recursos minerais da Plataforma Continental

SECIRM – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

SE – Secretaria Executiva

SETEC/MCT – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Ministério da Ciência e Tecnologia

SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

SGT-15 – Subgrupo de Trabalho 15 – MERCOSUL

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAGAS – Sistema de Informações de Águas Subterrâneas

SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIGE - Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIORG – Sistema de Informações Organizacionais

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SNIC – Sindicato Nacional da Indústria do Cimento

SNIEE – Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Cimento

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TAH - Taxa Anual por Hectares

TCE – Tomada de Contas Especial

TCU – Tribunal de Contas da União

UC – Unidade de Conservação

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Identificação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	
(Quadro A.1.3)	429
Tabela II: Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Quadro A.2.1).....	433
Tabela III: Dados Gerais do Programa.....	434
Tabela IV: Dados Gerais da Ação 4871	435
Tabela V: Dados gerais da Ação 4887	436
Tabela VI: Execução Física das Ações Realizadas pela SGM (Quadro A.2.2).....	437
Tabela VII: Atividades Realizadas em 2010	438
Tabela VIII: Atividades Realizadas em 2010	439
Tabela IX: Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da SGM	
(Quadro A.2.8)	461
Tabela X: Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores (Quadro	
A.4.1).....	462
Tabela XI: Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2010 (Quadro A.6.1) .	463
Tabela XII: Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores	
Repassados nos Três Últimos Exercícios (Quadro A.6.2).....	464
Tabela XIII: Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e	
Seguintes (Quadro A.6.3).....	465
Tabela XIV: Prestações de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse (Quadro	
A.6.4).....	466
Tabela XV: Visão geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de	
Repasse (Quadro A.6.5)	467
Tabela XVI: Estrutura de Controles Internos da SGM (Quadro A.9.1)	470
Tabela XVII: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (Quadro A.15.3)	474
Tabela XVIII: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de	
atendimento no exercício (Quadro A.15.4).....	477

SUMÁRIO

Introdução.....	428
1. Identificação	429
2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro	430
A) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	430
a.I) <i>Competência Institucional</i>	430
a.II) <i>Objetivos Estratégicos</i>	431
B) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	432
b.I) <i>Análise do Andamento do Plano Estratégico</i>	432
C) PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA SGM	433
c.I) <i>Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da SGM</i>	433
Programa e Ações sob a responsabilidade da SGM.....	434
Relação do Programa.....	434
Principais Ações do Programa.....	435
Dados Gerais da Ação 4871 - Capacitação e Difusão de Informações Técnico-Gerenciais para a Mineração Sustentável	435
Dados Gerais da Ação 4887 - Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	436
c.II) <i>Execução física das Ações</i>	437
Análise crítica.....	437
Atividades vinculadas à Ação 4871 - Capacitação e Difusão de Informações Técnico-Gerenciais para a Mineração Sustentável	438
Atividades vinculadas à Ação 4887 - Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	439
c.III) <i>Indicadores Institucionais</i>	459
D) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	460
d.I) <i>Programação Orçamentária das Despesas</i>	460
d.II) <i>Execução Orçamentária das Despesas</i>	461
d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ.....	461
d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	461
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	461
4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	462
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	462
ANÁLISE CRÍTICA	462
5. Recursos Humanos da Unidade.....	462
6. Transferências	463
6.1. TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	463
6.1.1. <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício</i>	463
6.1.2. <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</i>	464
6.1.3. <i>Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes</i>	465
6.1.4. <i>Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse</i>	466
6.1.5 <i>Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse</i>	467
7. Declaração da Área Responsável	469
7.1 - REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	469
8. Declaração de Bens e Rendas.....	469
9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno	470
9.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	470
10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade	473
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ.....	473
12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ	473

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal	473
14. Renúncia Tributária.....	473
15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU	473
15.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	473
15.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	473
16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)	474
16.1. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	474
16.2. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	477
17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício	480
PARTE B – ITEM I	483
I - Declaração do Contador	483

Introdução

O Relatório de Gestão da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral relativo ao exercício de 2010, apresentado a seguir, encontra-se em conformidade com as orientações expedidas pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União – IN/TCU nº 63, de 01º de setembro de 2010, pela Decisão Normativa – DN/TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, pela Portaria TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010, além das orientações emanadas pelo órgão de controle interno, a Controladoria Geral da União – CGU, sobretudo por meio da Portaria nº 2.546 de 27 de dezembro de 2010. Esse documento constitui-se em uma importante ferramenta para divulgação das atividades da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, bem como das ações conjuntas realizadas com os órgãos vinculados à Secretaria: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

Os itens 2 - Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro, especificamente o subitem d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação; 3 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; 8 - Declaração de Bens e Rendas; 10 - Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade; 11 - Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ; 12 - Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ; 13 - Cartões de Pagamento do Governo Federal e 14 - Renúncia Tributária, não se aplicam à natureza jurídica da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e por esse motivo as informações relativas a esses temas não estão contemplados no presente Relatório de Gestão. As informações relativas ao item 5 - Recursos Humanos da Unidade, são responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME.

As informações referentes ao item 2 - Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro, especificamente o contido na letra d) Desempenho Orçamentário e Financeiro; d.I) Programação Orçamentária das Despesas, bem como o contido na letra d.II) Execução Orçamentária das Despesas; d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos originários (Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa), serão prestadas pela unidade agregadora.

1. Identificação

Tabela CXXXVIII: Identificação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (Quadro A.1.3)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 02852
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Secretaria Executiva			
Denominação Abreviada: SE			
Código SIORG: 03245	Código LOA: 32101		Código SIAFI: 320011
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3319-5555	(061) 3319-5627	
E-mail: secex@mme.gov.br			
Página na Internet: http://www.mme.gov.br/se			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 7º Andar, CEP 70065-900, Brasília/ DF			
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregada			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			
Denominação abreviada: SGM			
Código SIORG: 80058	Código LOA: 32101		Código SIAFI: 320012
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Serviços técnicos em Geologia			Código CNAE: 7119-7/02
Telefones/Fax de contato:	(061) 3319-5555	(061) 3319-5175	(061) 3319-5949
E-mail: mineracao@mme.gov.br			
Página na Internet: http://www.mme.gov.br/sgm			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 4º Andar, CEP 70065-900, Brasília/ DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A Lei nº 10.683/2003 institui que o Ministério de Minas e Energia, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I – geologia, recursos minerais e energéticos; II – aproveitamento da energia hidráulica; III – mineração e metalurgia; e IV – petróleo, combustíveis e energia elétrica, inclusive nuclear.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
O Decreto nº 5.267, de 09 de novembro de 2004, publicado no DOU de 10 de novembro de 2004, institui as competências regimentais da SGM.			

Fonte: SGM

2. Planejamento e Gestão Orçamentário e Financeiro

a) Responsabilidades institucionais

a.1) Competência Institucional

Os programas desenvolvidos pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM visam aumentar o conhecimento geológico do território brasileiro, incentivando a descoberta de novas jazidas minerais e o aproveitamento sustentável dos recursos minerais, oferecendo também subsídios para o planejamento territorial especialmente em áreas metropolitanas. A SGM corresponde a órgão específico da Administração Direta e compõe a estrutura do Ministério de Minas e Energia/MME. Sua normatização legal se dá por meio do Decreto nº 5.267, de 09 de novembro de 2004, publicado no Diário Oficial da União – DOU de 10 de novembro de 2004, segundo o qual compete a SGM à *“implementar, orientar e coordenar políticas para os setores da geologia, mineração e transformação mineral, coordenando estudos de planejamento setoriais, propondo ações para o desenvolvimento sustentável do setor mineral e promovendo e apoiando articulações no setor, incluindo os agentes colegiados, colaboradores e parceiros, funcionando como um núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência”*.

Além disso, o Decreto mencionado inclui, como entidades vinculadas à SGM, o Serviço Geológico do Brasil – CPRM e o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, e portanto, propõe ações conjuntas com esses órgãos, exercendo por competência originária o controle finalístico das ações e projetos no âmbito das políticas públicas setoriais. Nesse aspecto, à SGM compete o monitoramento, a avaliação do funcionamento e do desempenho das ações e medidas de apoio aos setores de geologia, mineração e transformação mineral, em cooperação com as entidades vinculadas. Como tarefas primordiais, cabe à SGM formular e implementar políticas para a ampliação do conhecimento geológico do território brasileiro, o desenvolvimento das atividades de aproveitamento de recursos minerais, o desenvolvimento tecnológico da indústria da mineração e o apoio à consolidação da produção sustentável de bens minerais. As atribuições regimentais também permitem promover e propor revisões, atualizações e correções periódicas das ações executadas, sempre atuando em conjunto com órgãos citados visando à adequada gestão das políticas de desenvolvimento da indústria mineral e da ampliação do conhecimento do patrimônio mineral brasileiro.

A promoção e o apoio a atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor mineral incrementam ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da atividade mineral, incluindo ações com foco no planejamento intergeracional, que garantam o usufruto dos bens minerais também pelas futuras gerações. Para isso, também atua em sinergia com o setor produtivo e com os órgãos de fiscalização ambiental da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Finalmente, a SGM analisa e fornece subsídios técnicos ao Ministro de Estado de Minas e Energia para o bom desempenho institucional das suas atribuições de Poder Concedente das concessões minerais, conforme instituído pelo Código de Mineração (Decreto lei nº 227/1967). Também por consequência de suas atribuições, a SGM propõe, ainda, ações de apoio e fomento ao setor mineral, cuja implementação é feita em parceria com o DNPM, em consonância às suas atribuições de órgão regulador da produção mineral brasileira.

a.II) Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos da SGM são: formular políticas públicas para promover, implementar e apoiar ações que visem o desenvolvimento do setor de geologia e mineração, a partir projetos de suporte e apoio às etapas de pesquisa mineral, extração, beneficiamento e transformação de bens minerais, ampliação do conhecimento geológico do território brasileiro e do desenvolvimento sustentável das atividades minerais.

A partir do reconhecimento de que o conhecimento geológico e as atividades de mineração são partes fundamentais da infraestrutura do país, a SGM, em conjunto com seus órgãos vinculados, CPRM e DNPM, busca estimular a atividade produtiva por meio do aumento da informação geológica, cujas ações levaram à inserção das atividades de levantamentos geológicos básicos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Outra ação efetiva da SGM se concentra na continuidade da modernização dos procedimentos de outorga de direitos minerários pelo DNPM, permitindo maior agilidade, redução de custos para o usuário e aumentando a segurança do processo, possibilitando assim maior atração de investimentos para o desenvolvimento de pesquisas minerais e implantação de empreendimentos mineiros.

A formulação de políticas públicas de fomento e planejamento às atividades de geologia, mineração e transformação mineral, executadas por meio de planos e programas plurianuais também fazem parte dos objetivos estratégicos da SGM. Corroborando esse fator, em 2010 foi finalizado o Plano Nacional de Mineração – PNM 2030, o qual corresponde a ações e propostas para o setor para os próximos 20 anos, cujos estudos foram coordenados pela SGM e contou com a participação expressiva de vários setores sociedade em sua formulação, constituindo-se em peça fundamental para o planejamento setorial para as próximas duas décadas.

O fortalecimento setorial da indústria da mineração também foi empreendido por meio de estudos regionais para o desenvolvimento de políticas aplicadas nos Estados da federação, sintetizados em diagnósticos estaduais. Em 2010, foram concluídos os estudos do Amazonas, Amapá e Sergipe, os quais se somam aos estudos já realizados nos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Tocantins, Piauí e Rio Grande do Norte. Esses estudos são peças importantes para que sejam conhecidas as potencialidades locais em termos de conhecimento geológico, da caracterização das cadeias de base mineral e dos principais problemas relacionados ao setor mineral, permitindo elaborar bases para aplicação das políticas públicas de gestão do setor mineral brasileiro, monitorando e analisando os resultados alcançados bem como os problemas que são obstáculo ao desenvolvimento do setor em nível regional.

Por outro lado, a SGM também prioriza como objetivo estratégico a capacitação de trabalhadores que atuam nas atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento e transformação mineral, com foco na pequena e média mineração, permitindo desenvolvimento econômico-social por meio da geração de emprego e renda nessas atividades. Para tanto, são realizados projetos de qualificação da gestão de negócios e incentivo a organização em segmentos produtivos e agregação de valor, tais como o Programa Nacional da Formalização da Atividade Mineral – Pronafor, o Portal de Apoio ao Pequeno Produtor Mineral – Pormin e a atuação dos Telecentros Minerais e de Inclusão Digital.

A SGM também participa da gestão do Fundo Setorial Mineral - CT Mineral, que visa fomentar a agregação de valor aos produtos minerais por meio do desenvolvimento de novas tecnologias para aplicação na indústria. Com isso, foram beneficiadas as áreas de tecnologia e transformação mineral, bem como a difusão do conhecimento para aumentar a competitividade dos projetos de produção de bens minerais.

Com relação à divulgação de suas ações, a SGM, em parceria com CPRM e DNPM, participa dos principais eventos nacionais e internacionais do setor, os quais visam divulgar o potencial geológico e a indústria mineral brasileira. Servidores da SGM, do DNPM e da CPRM participaram ao longo de 2010 de vários eventos tais como conferências, workshops, mesas redondas, reuniões, feiras, palestras, trabalhos técnicos, etc, com o intuito de divulgar as atividades realizadas e ampliar e intensificar o intercâmbio comercial, técnico-científico, além de divulgar as oportunidades minerais visando atrair novos e investidores e empreendedores para investimentos em pesquisa e mineração no território brasileiro.

O governo federal tem como um dos seus principais objetivos estratégicos para a mineração o desenvolvimento sustentável da atividade. Nesse sentido, destacamos as ações e projetos destinados ao incremento da sustentabilidade da atividade extrativa mineral e aqueles voltados ao melhor aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos, formulados e implementados em sintonia com as prioridades do governo para o desenvolvimento regional e nacional.

Com essas competências institucionais, a SGM, considerando ainda seus objetivos estratégicos, realiza periodicamente o monitoramento e acompanhamento de seus projetos e ações, incluindo aqueles sem repercussão orçamentária. O objetivo primordial da SGM é avaliar o desempenho das suas ações e aprimorar a concepção de novos instrumentos para eventual reorientação das políticas públicas setoriais exercidas pelo MME.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

b.I) Análise do Andamento do Plano Estratégico

A SGM busca a articulação institucional com os diversos representantes do setor mineral brasileiro, incluindo entidades governamentais e representantes da iniciativa privada. Nesse ponto, destacam-se as atuações conjuntas com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, tendo em vista a importância das *comodities* para a balança comercial brasileira; com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, devido às complexas relações entre a atividade minerária e o meio ambiente; com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, devido à importância do setor mineral para geração de emprego e renda; com o Ministério da Integração – MIN, levando desenvolvimento para regiões interiores; o Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, devido ao desenvolvimento de tecnologias de exploração, produção e transformação mineral; o Ministério da Defesa – MD, pois é sabido que as fronteiras marinhas, onde hoje são realizadas pesquisas minerais, fazem parte da segurança nacional; e do Ministério da Educação – MEC, sobretudo pelo ensino superior ou de nível técnico, imprescindível para o desenvolvimento minerário do país.

A participação da SGM em questões referentes aos recursos minerais na região da Plataforma Continental Jurídica é desenvolvida por meio da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, especificamente nas subcomissões Levantamento da Plataforma Continental Brasileira – LEPLAC, Planos Setoriais para os Recursos do Mar – PSRM, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC e Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. Essa atuação visa atender a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM, centralizada no Ministério da Defesa/Marinha do Brasil.

A atuação da SGM frente aos projetos de desenvolvimento regional da mineração consolidou-se nos últimos anos com a utilização do modelo de arranjos produtivos locais, os chamados APL.

secretaria participou ativamente, articulando as ações governamentais focalizadas na questão do desenvolvimento sustentável, acesso ao crédito, capacitação gerencial e outros temas relevantes. Desde 2004, a SGM contabiliza intervenções em cerca de 30 APL de Base Mineral.

Quanto aos temas internacionais, a SGM atua nas formulações relativas à política mineral entre os países mediante representação técnica em foros que tenham relação com o setor, em especial em temas estratégicos para o país, tais como a produção de *commodities* minerais, aproveitamento dos recursos minerais em áreas marinhas, desenvolvimento sustentável da mineração, promoção de investimentos em pesquisa e lavra minerais, etc. A SGM também é o representante do governo brasileiro em fóruns específicos de estudos estratégicos em nível mundial, tais como os Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco – GIECZ, Grupo Internacional de Estudos do Cobre – GIEC e Grupo Internacional de Estudos do Níquel – GIEN.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da SGM

c.I) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da SGM

Tabela CXXXIX: Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Quadro A.2.1)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1069		Denominação: Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais e difundir o conhecimento geológico.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral.						
Gerente: Claudio Scliar				Responsável: Claudio Scliar		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.000.000	1.007.559	656.402	624.053	0	624.053	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
	Este Programa não possui Indicadores					
O programa 1069 é considerado programa de gestão de políticas públicas e por essa razão não possui indicadores de gestão estabelecidos no Plano Plurianual, apenas metas quantitativas que objetivam aferir o alcance dos resultados das ações implementadas.						
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						
O contingenciamento orçamentário ocorrido em 2010 ocasionou uma mudança de planejamento das ações da SGM,						

sobretudo na implementação dos projetos para o planejamento e gestão das políticas de geologia, mineração e transformação mineral. Mesmo considerando a nova programação, a SGM manteve as metas previstas no Plano Plurianual (PPA), sobretudo com a readequação das atividades executadas por meio de convênios, com a priorização de projetos mais abrangentes e de maior impacto no desenvolvimento do setor mineral. A Secretaria também está aperfeiçoando continuamente seus sistemas internos de gestão dos convênios, exercendo uma fiscalização mais próxima dos convenientes e acompanhando de forma permanente a execução dos trabalhos previstos nos acordos. Em função do período eleitoral, no período de 03 de julho a 31 de outubro de 2010, a Secretaria ficou impedida de realizar transferências de recursos aos Estados e Municípios, o que inviabilizou parcialmente a execução orçamentária prevista.

O quadro de servidores da SGM, incrementado a partir de 2008 com ingresso por concurso de novos analistas de infraestrutura, possibilitou melhores condições para o desempenho da implantação e fiscalização das atividades dos convênios e contratos no âmbito da SGM.

Fonte: SIGPLAN

Programa e Ações sob a responsabilidade da SGM

O Programa 1069 – Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, está voltado para a coordenação do planejamento setorial e para a formulação de políticas setoriais, bem como a avaliação e o controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral. Esse Programa possui duas ações: “Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral” e “Capacitação para a Mineração Sustentável”. Essas ações visam formular políticas de geologia, mineração e transformação mineral com foco na promoção da cultura empreendedora e na capacitação do minerador, sobretudo o pequeno produtor, visando ao desenvolvimento sustentável para atendimento das demandas atuais e de gerações futuras. As ações com suas respectivas competências e realizações ocorridas durante o ano de 2010 estão descritas a seguir.

Relação do Programa

Tabela CXL: Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo Geral	Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais e difundir o conhecimento geológico.
Objetivos Específicos	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral.
Gerente do Programa	Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral: Cláudio Scliar
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral: Cláudio Scliar
Indicadores ou Parâmetros Utilizados para Avaliação do Programa	Os indicadores utilizados são aqueles constantes no Plano Plurianual - PPA, ou seja, indicadores físicos e financeiros das ações.
Público Alvo	Governo.

Fonte: SIGPLAN

Principais Ações do Programa

Dados Gerais da Ação 4871 - Capacitação e Difusão de Informações Técnico-Gerenciais para a Mineração Sustentável

Tabela CXLI: Dados Gerais da Ação 4871

Tipo de Ação	Atividade Orçamentária.
Finalidade	Promover a cultura empreendedora do minerador, qualificando-o para a gestão de negócios, incentivando a organização dos diversos segmentos da indústria mineral; promover a capacitação dos trabalhadores e gestores de unidades mineradoras e de transformação mineral para a atuação em bases sustentáveis nas atividades de pesquisa, desenvolvimento, lavra, beneficiamento e transformação mineral, principalmente aqueles que atuam nas micro e pequenas unidades de produção e em arranjos produtivos locais.
Descrição	Realização de cursos de gestão empresarial para mineradores. Capacitação técnica-operacional para trabalhadores e gestores de unidades mineradoras nas atividades de pesquisa, de lavra e de beneficiamento, incluindo normas de segurança do trabalho, legislação mineira e ambiental. Os cursos serão ministrados através de convênios com entidades públicas e privadas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração – DDSM.
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Cláudio Scliar.
Unidades Executoras	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral por meio do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração – DDSM.

Fonte: SIGPLAN

Essa ação tem como finalidade promover a cultura empreendedora do minerador, qualificando-o para a gestão de negócios, por meio do incentivo a organização dos diversos segmentos da indústria mineral. Além disto, visa à capacitação dos trabalhadores e gestores de unidades mineradoras e de transformação mineral para a atuação de forma sustentável desde a atividade de pesquisa, passando pelas fases de desenvolvimento, lavra, beneficiamento e comercialização, voltado principalmente àqueles que atuam nas micro e pequenas unidades de produção e em arranjos produtivos locais.

Com esse objetivo definido, foram realizados diversos cursos de curta e longa duração, promoção de campanhas de sensibilização e motivação, trabalhos na área de Extensionismo Mineral e outras formas de capacitação técnico-gerencial para trabalhadores e gestores de unidades mineradoras (empresas, cooperativas, associação de produtores) para a atuação em bases sustentáveis nas atividades de pesquisa, desenvolvimento, lavra, beneficiamento e transformação mineral, incluindo

normas de saúde, segurança e higiene ocupacional, além de legislação mineral e legislação ambiental. A capacitação dos mineradores foi alcançada por meio da realização de convênios com diversas entidades, públicas e privadas.

Dados Gerais da Ação Ação 4887 - Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Tabela CXLII: Dados gerais da Ação 4887

Tipo de Ação	Atividade Orçamentária.
Finalidade	Formular políticas de geologia, mineração e transformação mineral para desenvolvimento sustentável na mineração, tecnologia mineral, cenários econômicos do setor mineral e temas correlatos.
Descrição	Realização de estudos, planos, anuários, sinopses, seminários, oficinas, audiências públicas para: modernização dos marcos legais minero-ambientais; fomento a políticas e levantamentos de geologia - geofísica, geoquímica, geodiversidade, hidrogeologia, geotecnologia; mineração; integração dos sistemas de informação de geologia e mineração; ordenamento territorial geomineiro; conhecimento geológico no Mar Territorial e na Amazônia, aproveitamento de água subterrânea no semi-árido; extensionismo mineral; orientação aos pequenos produtores minerais para práticas sustentáveis e de saúde e segurança do trabalhador; fomento ao cooperativismo e associativismo; desenvolvimento de tecnologias e inovação na cadeia produtiva mineral; incentivo a inovações tecnológicas pelo setor produtivo; ampliação da participação do setor nacional de bens e serviços na indústria mineral; informações estatísticas, incentivo à produção mineral e ao planejamento do setor privado mineral.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.
Coordenador Nacional da Ação	Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral Cláudio Scliar.
Unidades Executoras	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral por meio dos seguintes setores: Departamento de Geologia e Produção Mineral – DGPM Departamento de Gestão de Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – DPGM Departamento de Tecnologia e Transformação Mineral – DTTM Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração – DDSM Assessoria de Gabinete

Fonte: SIGPLAN

A formulação de políticas na área de prospecção e transformação mineral, com vistas ao desenvolvimento sustentável e a análise de cenários econômicos do setor e de áreas correlatas, são finalidades da Ação “Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral”, que até 2008 respondia pelo nome “Estudos para o

Planejamento do Setor Mineral” tendo sua nomenclatura mudada devido ao fato de que esta Ação engloba todos os elos da cadeia produtiva.

c.II) Execução física das Ações

Tabela CXLIII: Execução Física das Ações Realizadas pela SGM (Quadro A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
Indústria Código 22	Formação de Recursos Humanos Código 128	1069	4871	Atividade	3	Pessoa capacitada	400	7028	100
Indústria Código 22	Mineração Código 663	1069	4887	Atividade	3	Estudo realizado	10	*	12

Fonte: SIGPLAN

* Embora no sistema SIGPLAN não conste o quantitativo referente à meta realizada da Ação 4887 - Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, o quantitativo apurado no exercício em análise foi de 10 estudos realizados.

Em função de problemas de acesso ao SIGPLAN e de dificuldades técnicas ligadas ao sistema, como a indisponibilidade temporária do sistema, deixamos de atualizar alguns dados. Em consulta ao setor competente no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, fomos informados da impossibilidade de atualização dos dados após o fechamento do sistema.

Análise crítica

As ações do Programa Gestão da Política Mineral não só atingiram seus objetivos em 2010, como superaram as expectativas, sobretudo para a Ação 4871, de capacitação, tendo em vista que os cortes orçamentários não a atingiram. Devido a isso, foram capacitados cerca de 17 vezes mais profissionais que o previsto no PPA, o que só foi possível graças ao acompanhamento de servidores da SGM e a agilidade dos executores ocorrida pelo conhecimento acumulado com o desenvolvimento do projeto em anos anteriores. Por outro lado, embora tenha sofrido significativa redução orçamentária, os estudos realizados pela SGM quanto à Ação 4887, voltada ao planejamento e gestão setorial, englobaram projetos em distintas áreas da cadeia produtiva, o que permitiu alcançar a meta traçada pelo PPA.

Atividades vinculadas à Ação 4871 - Capacitação e Difusão de Informações Técnico-Gerenciais para a Mineração Sustentável

Tabela CXLIV: Atividades Realizadas em 2010

Atividade	Descrição / Justificativa	Realizado em 2010
Inclusão Digital do Pequeno Produtor Mineral	Descrição: Ação voltada à difusão de informações e acesso a serviços digitais para o pequeno minerador. Justificativa: O acesso a informações para agentes econômicos atuando no segmento mais pobre da ação produtiva ainda é um problema no Brasil. Assim, visando aumentar o acesso a informações tecnológicas, gerenciais e de mercado sobre bens minerais, legislação ambiental, mineral e de saúde e segurança e a inclusão digital, foram criados o Portal de Apoio ao Pequeno Produtor Mineral – PORMIN – e o meio físico de acesso ao PORMIN e outras sites na Internet: os Telecentros Minerais e Centros de Inclusão Digital do pequeno produtor Mineral. TELECENTROS MINERAIS – são compostos por 10 computadores em rede e 1 servidor, operado de forma sustentável pela instituição beneficiada: associações, cooperativas, prefeituras, entre outras entidades sem fins lucrativos. CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL – concebidos para serem instalados em prefeituras de pequenos municípios, nos quais a organização produtiva dos pequenos mineradores é praticamente ausente, impossibilitando a implantação imediata de Telecentros Minerais. O centro é dotado de 1 computador e 1 impressora.	• O PORMIN (www.pormin.gov.br), implantado em 2008, foi alimentado em 2010 pela equipe da SGM com novas informações técnicas, gerenciais e de legislação e notícias semanais do setor. Iniciou-se, também, a sua adaptação à nova formatação do site do MME, para sua migração das bases de infraestrutura (servidor) do DNPM para a do Ministério. As informações contidas no PORMIN propiciaram um acesso direto à página ou indireto de 5000 usuários/mês. • TELECENTROS MINERAIS E CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL • Termo de Parceria 001/2008, com a Associação de Telecentros de Informação e Negócios – ATN, Proc. 48000.001704/2008-91, no valor de R\$ 100.00,00 repassados pela SGM, visando o treinamento e monitoramento dos Telecentros Minerais. As ações da ATN incluíram a capacitação de 7028 usuários dos Telecentros e Centros de Inclusão Digital em empreendedorismo, gestão, inclusão digital básica e uso do PORMIN, bem como a criação de 1817 Telecentros.
Mobilização e Capacitação do Setor Mineral para a Gestão da Saúde dos Trabalhadores nas Minas: CIPAMIN e PGR	Descrição: Atividade de capacitação do setor mineral para a gestão da saúde do trabalhador nas minas por meio de curso sobre Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR – e sobre Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração – CIPAMIN. Justificativa: A mineração tem sido citada como uma das atividades que mais atinge os trabalhadores com doenças ocupacionais e óbitos. Em função disso, há necessidade de se desenvolver políticas voltadas para a erradicação ou minimização dos efeitos danosos da atividade	Repasado valor de R\$ 222.536,00 para a Fundação de Desenvolvimento a Pesquisa – FUNDEP, referente ao pagamento do Convênio 005/2007, Proc. 48000.0862/2007-43, visando à capacitação de trabalhadores do setor mineral para a gestão da saúde do trabalhador em 30 diferentes minas. Em dezembro de 2010 foi realizado o Seminário Nacional de Saúde e Segurança nas Minas.

	mineral sobre o trabalhador. O projeto Mobilização e Capacitação do Setor Mineral Para a Gestão da Saúde dos Trabalhadores nas Minas: CIPAMIN E PGR prevê as seguintes atividades, em 30 minas, distribuídas no território nacional: Oficina de Trabalho, tendo como público alvo todos os segmentos de trabalhadores, incluindo a direção; Capacitação da CIPAMIN; Diagnóstico sobre as dificuldades em atender as legislações vigentes sobre saúde e segurança nas minas; Elaboração de Documento com Proposta de Ações de Prevenção e Monitoramento do Ambiente de Saúde; e Segurança nas Minas, em especial a CIPAMIN e o PGR.	

Atividades vinculadas à Ação 4887 - Estudos e Projetos para o Planejamento e Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Tabela CXLV: Atividades Realizadas em 2010

Atividade	Descrição / Justificativa	Realizado em 2010
PDAC	Descrição: Evento internacional The Annual Convention of the Prospectors and Developers Association of Canadá – PDAC – realizado anualmente em Toronto, Canadá. É um fórum de oportunidades de negócios no setor mineral, cabendo às empresas e instituições participantes a apresentação de projetos específicos com o objetivo de atrair potenciais investidores, bem como, no nível macro, salientar as vantagens comparativas dos diversos países representados, num clima saudável de competição. Justificativa: Neste evento representantes de diversos países tem contato com o que há de mais moderno em termos de tecnologias, investimentos e atividades voltados ao setor mineral no mundo.	O PDAC é uma importante vitrine do setor para os diferentes representantes estrangeiros. No Pavilhão Brasil, uma área de exposição dentro do PDAC, há a busca para atrair investimentos voltados à exploração mineral no país. Neste sentido a SGM atua ativamente organizando e promovendo este pavilhão, em conjunto com representantes de órgãos vinculados ao MME, bem como expressivos representantes do setor mineral privado, os quais participam por intermédio de estandes e apresentação de palestras e/ou conferências, procurando divulgar o nosso avanço tecnológico no domínio da mineração e das geociências, bem como divulgar as oportunidade minerais brasileiras, atraindo novos investidores.
Implantação do Conselho Nacional de Geologia e Mineração – CONAGEM.	Descrição: Ação para proposição de ato normativo (decreto) criando um órgão colegiado consultivo	Discussão submetida à reestruturação do Marco Legal do Setor Mineral.

	do MME, o Conselho Nacional de Geologia e Mineração – CONAGEM, para a discussão das políticas públicas para o setor mineral brasileiro, contando com representantes do governo federal e demais atores envolvidos no setor mineral (empresários, trabalhadores, setor técnico profissional, acadêmico, entidades associativistas – cooperativistas e entidades estaduais e municipais). Justificativa: A mineração brasileira sempre demandou um fórum onde todos os atores envolvidos no setor mineral pudessem compartilhar suas experiências e contribuir na formulação de políticas setoriais. Este espaço já havia sido pensado em 1994, quando foi criado o Conselho Nacional de Recursos Minerais, presidido pelo Presidente da República, mas por muitas razões, este Conselho, na prática, não chegou sequer a se instituir. Em 2006, a SGM, a partir da realização de reuniões com diversos órgãos representativos dos governos federal, estaduais e municipais, empresários, trabalhadores e setor acadêmico, resolveu propor decreto para a criação do CONAGEM em substituição ao anterior Conselho Nacional de Recursos Minerais.	
Projeto de Lei modernização da outorga mineral.	Descrição: Ação para elaboração de proposta de PL com o objetivo de introduzir um novo processo de outorga de títulos minerários “on line”, em tempo real na Internet, e alterar a forma do registro geográfico da área solicitada, tendo como nova base áreas quadrangulares (retícula) delimitadas por meridianos e paralelos. Justificativa: A modernização do processo de outorga de áreas de mineração, processo este executado pelo DNPM e finalizado pela SGM, é de	Discussão submetida à reestruturação do Marco Legal do Setor Mineral.

	grande necessidade para garantir uma gestão mais eficiente, transparente e segura das áreas sob concessão deste processo, em especial, visando à redução dos conflitos administrativos e judiciais entre áreas demandadas e/ou outorgadas, bem como à ampliação do acesso ao processo por parte do cidadão e das empresas, configurando um novo paradigma para o setor mineral brasileiro. Em 2006, um Grupo de Trabalho conjunto do DNPM e a SGM, que contou com ampla participação do setor mineral nacional, elaborou uma proposta de PL destinada a alterar diversos dispositivos do atual Código de Mineração e das leis correlatas, visando simplificar e tornar mais seguro o processo. A minuta de PL foi validada pela CONJUR/MME, em 2006.	
Projeto de Lei mineração em Terra Indígena	Descrição: Ação para propor a regulamentação do Art. 231 de Constituição Federal, normatizando o processo de exploração mineral em Terras Indígenas, em conjunto com o Ministério da Justiça e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Justificativa: As terras indígenas correspondem a 12% do território nacional e a 25% da Amazônia, sendo que os títulos minerários já outorgados nestas áreas encontram-se sobrestados desde a promulgação da Constituição de 1988, bem como não há possibilidades de novas outorgas, causando incertezas, conflitos e prejuízos a todos os envolvidos. Embora a CF 88 tenha acolhido a possibilidade de mineração nestes locais, condicionou-a a regulamentação em lei específica, motivo da proposta de PL elaborado pelo Grupo Interministerial coordenado pelo Ministério da Justiça e formado pelo MME, DNPM, FUNAI e Gabinete de	A subcomissão especial sobre exploração de recursos minerais em Terras Indígenas, integrada à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, encaminhou para análise substitutivo do PL nº 1.610/1996 que dispõe com exclusividade sobre a exploração de recursos minerais em Terras Indígenas. Por meio do PL, propõe-se a regulamentação do § 1º do Art. 176 e do § 3º do Art. 231 da Constituição Federal. Situação em fins de 2010: Aguarda aprovação no Congresso Nacional.

	Segurança Institucional da Presidência da República – GSI. Em 2006 foi proposta uma primeira minuta de PL, que recebeu sugestões das Comunidades Indígenas e do Setor Mineral e atualmente foi proposto substitutivo ao PL nº 1.610/1996.	
Projeto de Lei regulamentando a mineração em faixa de fronteira.	Descrição: Ação para propor Projeto de Lei visando à alteração da Lei nº 6.634, a fim de autorizar a operação de projetos de mineração por empresas com mais de 51% de capital internacional na faixa de fronteira, desde que acompanhada de projetos que agreguem valor ao produto mineral. Justificativa: A legislação brasileira atual impede o exercício da atividade de mineração por empresas cuja composição de capital seja majoritariamente internacional na faixa de fronteira, uma vasta área correspondente à faixa contínua de 150 km de largura existente ao longo dos 15.719 km de fronteira seca do País, o que tem restringido o investimento mineral e industrial produtivo em uma área geográfica de quase 30% do território nacional, que se estende por 11 Estados e 588 Municípios nas fronteiras com 10 países da América do Sul. Visando resolver a questão, a SGM coordenou uma ampla discussão com os ministérios competentes, que resultou na elaboração de uma proposta preliminar de PL.	Discussões técnicas ocorridas entre SGM com os procuradores federais e representantes do MD, GSI, DNPM e CONJUR/MME para elaboração do PL. Situação em fins de 2010: Aguarda aprovação formal da minuta submetida à CONJUR do Ministério da Defesa
Projeto de Lei sobre a constituição do título de lavra como garantia real de financiamento	Descrição: Projeto de lei que dispõe sobre a constituição de penhor e propriedade fiduciária de títulos de concessão de lavra e de manifesto de mina como garantia de financiamento de atividades de pesquisa, lavra e transformação mineral. Justificativa: Apresentar soluções para a obtenção de crédito para investimentos produtivos no	Projeto de proposta de lei em estudo com discussões entre SGM e DNPM e ampliação do debate ao nível externo com o BNDES.

	setor mineral tem sido motivo de estudos pela SGM, situação que afeta, sobretudo, as micro, pequenas e médias empresas de mineração, que não dispõem de recursos próprios ou de acesso a financiamentos para a aquisição e/ou reforma de máquinas e equipamentos e, mais importante, para modernização do seu processo produtivo, tornando-as mais competitivas. Há dificuldades também para obtenção de capital de giro, muito necessário ao desenvolvimento de negócios de exportação.	
Projeto de ato normativo alterando legislação sobre levantamento aerogeofísico.	Descrição: Ação para regulamentar o arquivamento e gestão das informações obtidas com o sobrevoo de formações geológicas. Justificativa: Otimizar o compartilhamento dos resultados do levantamento e prover o Estado com os resultados de vendas do levantamento aerogeofísico a terceiros interessados.	Em fase de elaboração minuta final com consenso entre os órgãos envolvidos MD, DNPM e MME.
Projeto de ato normativo sobre a exploração e a proteção de fósseis em território nacional.	Descrição: Proposição de ato normativo (Lei ou Decreto), em conjunto com os demais órgãos federais competentes para disciplinar a exploração e a proteção fossilífera no País. Justificativa: Necessidade de regulamentação mais objetiva para a proteção ao patrimônio científico nacional.	Projeto de proposta de lei em estudo visando andamento, com discussões internas na SGM e DNPM.
Ação Nacional de Apoio às Políticas Estaduais de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.	Descrição: Ação de fomento à realização de estudos e diagnósticos para a mineração nos Estados brasileiros. Justificativa: A razão para esta ação direta de apoio aos Estados é o fortalecimento do suporte institucional para o desenvolvimento da geologia, mineração e transformação mineral no âmbito regional/estadual. Através de projetos conjuntos de diagnóstico e avaliação das	Em 2010 foram finalizados os Convênios com os estados do Amapá, Amazonas e Sergipe, e está em desenvolvimento o diagnóstico do estado do Maranhão.

	atividades minerais nos estados, pretende-se influir no fortalecimento ou constituição de instituições governamentais estaduais para ação local complementar à SGM, DNPM e CPRM, além de se ampliar, de forma sensível, o conhecimento da economia mineral, da geologia básica e da capacidade técnica presente nos estados.	
Acompanhamento e avaliação de projetos.	Descrição: Gestão dos projetos realizados pela SGM. Justificativa: A SGM utiliza-se das ferramentas dos sistemas estruturantes do governo (SIASG, SIAFI, SICONV, SIORG e SIGPLAN) e de sistemas internos (planilhas Excel e bancos de dados ACCESS), cujo objetivo é reunir informações e avaliações do andamento de convênios, contratos e ações específicas da SGM.	A gestão e acompanhamento de ações da SGM foram realizados periodicamente.
Projeto de revitalização e restauração do Museu Ciências da Terra- RJ.	Descrição: Restauração e revitalização do Museu de Ciências da Terra através de intervenções físicas no imóvel situado à Av. Pasteur, Rio de Janeiro, com a proposição de novo formato museológico. Justificativa: O Museu de Ciências da Terra, localizado nas instalações da CPRM no Rio de Janeiro, caracteriza-se como um centro de pesquisa e de difusão do conhecimento da Geologia e da Mineração no País, abriga a maior coleção de fósseis do Brasil (um milhão de exemplares) e um valioso acervo de amostras de rochas (quinze mil), minerais (sete mil) e meteoritos (doze), bem como sedia uma biblioteca com noventa mil volumes de publicações periódicas, representativa da evolução histórica da mineração e da pesquisa geológica brasileiras. Visando restaurar e revitalizar o Museu, visto como espaço privilegiado de educação	A revitalização e restauração do Museu de Ciências da Terra (MCTer) do DNPM, localizado no Rio de Janeiro, teve sua origem no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, órgão criado em 1907. Hoje o Museu se constitui especificamente num local de salvaguarda de seu acervo, sendo necessária a implantação da reserva técnica do Museu e o prédio necessita de premente intervenção física para reconstituição de parte incendiada na década de 1980. Em 2007 foi celebrado convênio entre a Petrobras e a Fundação Educativa Rádio e Televisão Ouro Preto (FEOP) com interveniência da SGM, DNPM e CPRM, os quais ficaram responsáveis pela elaboração de um projeto macro de revitalização das atividades de pesquisa e exposição, além de renovação das instalações para a guarda e conservação do acervo, empreendendo forte intervenção conceitual e física na edificação da instituição, no sentido de se preparar o MCTer para os novos desafios dos Museus contemporâneos e também ser um espaço de educação e divulgação das geociências para a sociedade. Em 2010 foi finalizado o projeto de engenharia, arquitetura e restauração do MCTer. Em 2011 será contratada a empresa que realizará a execução das obras.

	científica e cultural, a SGM tem atuado na busca de soluções, parceiros e financiamentos desde 2003. No início de 2006, no Seminário Nacional de Geologia, foi constituída uma Comissão Conjunta SGM/CPRM/DNPM, que se propôs como primeira tarefa viabilizar a elaboração de um projeto executivo, contendo diversos projetos específicos, tais como Científico, Museológico, Museográfico, Expográfico, o qual já foi concluído.	
Projeto de ato normativo Marco Regulatório do Setor Mineral	Descrição: Ação destinada a propor modificações no Código Mineral brasileiro com vistas à modernização da legislação visando à otimização dos recursos minerais localizados em território nacional. Justificativa: Necessidade de modernizar a legislação brasileira permitindo maior segurança jurídica, atração de investimentos, bem como diminuir a especulação improdutiva e permitir adequada atuação do DNPM como órgão regulador do patrimônio mineral da União.	Em março de 2010 a proposta de Marco Regulatório foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República, a qual encaminhara a proposta ao Congresso Nacional após as discussões e ajustes necessários ao texto legal. A proposta encaminhada tem como base um sistema regulatório mais eficaz para a indústria mineral brasileira, removendo os obstáculos que dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas e garantindo um melhor aproveitamento dos recursos minerais do território brasileiro. A introdução de critérios específicos para a emissão dos direitos minerários permitirá incentivar um contínuo aproveitamento da jazida, coibindo a chamada especulação improdutiva de títulos minerários. Também serão reforçados os papéis institucionais dos agentes públicos do setor, representados pelo MME e CPRM, além da transformação do DNPM em uma Agência Reguladora, a Agência Nacional de Mineração – ANM e a criação do Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM.
Projeto de ato normativo Marco Legal – CFEM	Descrição: Ação destinada ao levantamento dos problemas relativos à metodologia de cálculo, ponto de incidência de cobrança, além de critérios de distribuição e de uso da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), com vistas à elaboração de proposta de mudança das Leis 7.990 e 8.001 que normatizam a CFEM. Justificativa: Ação institucional voltada para mudança do marco legal sobre os royalties da mineração no Brasil.	Em 2010 foram continuados e amadurecidos os estudos de cadeias produtivas com o objetivo de identificar as atuais fragilidades do modelo da CFEM dentro de uma proposta de aprimoramento do Marco Regulatório para o Setor Mineral Brasileiro. A proposta tem como base a elaboração de um modelo que propicie maior segurança e eficiência, tanto para quem recolhe como para quem fiscaliza, a partir da indicação de parâmetros tais como “produto mineral padrão” e “preço de referência”; além de melhor efetividade, ao estabelecer condicionalidades para o uso desses recursos, por parte dos beneficiários, objetivando o resgate da natureza primária de CFEM que é a de assegurar novas alternativas ao futuro esgotamento da jazida mineral.
Plano Nacional de Mineração – PNM-2030.	Descrição: O PNM-2030 deverá se constituir em um instrumento	No ano de 2010 a minuta do PNM-2030 foi aberta ao público para consulta pública, tendo recebido inúmeras contribuições do setor produtivo e da

	fundamental para o planejamento de longo prazo do setor mineral, sendo a base para a formulação de políticas públicas visando ao seu desenvolvimento. O Plano terá revisões quadrienais e detalhamento coincidentes com os períodos dos Planos Plurianuais, obedecendo às premissas de dinamicidade, realismo, atualização tecnológica, agilidade na obtenção da informação e na divulgação dos produtos e continuidade de recursos humanos e financeiros. Justificativa: O Brasil, após décadas de crescimento econômico pouco expressivo, encontra-se em novo ciclo de crescimento sustentado, com investimentos expressivos em infraestrutura e habitação oriundos do PAC e do Programa Minha Casa – Minha Vida, o que desencadeou uma série de investimentos privados em exploração mineral, mineração e transformação mineral (siderurgia, não-ferrosos, cimento, cerâmica etc.), porém com os custos de exploração mineral e de implantação de projetos sofrendo aumentos entre 30 e 50% em face do crescimento da demanda por bens de capital e serviços, além de escassez de recursos humanos qualificados. O PNM-2030 destinado a atender esta situação, terá um horizonte de 20 anos, coincidentes com os períodos dos Planos Plurianuais, com premissas de dinamicidade, realismo, atualização tecnológica, agilidade na obtenção da informação e na divulgação, continuidade de capacitação de recursos humanos e continuidade de recursos financeiros. Vale mencionar que a etapa de transformação será, pela primeira vez, considerada explicitamente no planejamento do Setor Mineral Brasileiro.	sociedade, grande interessada no planejamento de longo prazo do setor mineral. Em 8 de fevereiro de 2011 o PNM-2030 foi lançado oficialmente.
Programa Nacional de	Descrição:	Ação finalizada em 2010 com base no Convênio

Formalização da Produção Mineral – Pronafor.	Ação voltada ao estudo dos pequenos empreendimentos de produção mineral de ouro, agregados da construção civil e minerais industriais e gemas para fins de formalização. Justificativa: É o projeto que dá sustentação operacional à competência institucional da SGM no que tange à mineração sustentável. Na etapa atual, tem como objetivos: fomentar e apoiar a regularização de Título Minerário, Licença Ambiental e de outros requisitos legais; fomentar e apoiar a organização social e da produção mineral nas pequenas unidades produtivas, com incentivo para a formação de cooperativas; e fomentar e apoiar a capacitação técnica e em gestão dos pequenos produtores. A expectativa é a diminuição da mineração clandestina, bem como aquela predatória ao meio-ambiente e às reservas minerais.	001/2005 com a Fundação Desenvolvimento à Pesquisa FUNDEP/UFMG, Proc.48000.1937/2005-41. Em 2010 as seguintes atividades foram executadas: 1. Ouro - Reserva Garimpeira de Ouro do Tapajós - Itaituba - PA: Contratação da Fase II do projeto: 2009 / Nível de execução: 100%. Atividades: visitas às áreas de garimpo, capacitação de garimpeiros e subsídios para o DNPM atualizar todos os processos locais, cerca de 19 mil. 2. Rochas Ornamentais (quartzito) – Serra da Canastra – Continuidade das ações previstas na contratação do projeto, em 2009 / Nível de execução: 100%. As atividades realizadas incluíram: o diagnóstico, um Plano de Recuperação das Áreas Degradadas (PRAD) e proposta de estudos de uso dos rejeitos de quartzito. A execução do projeto foi fundamental nas negociações com o ICMBio e Ministério Público Federal de redesenho dos limites do Parque Nacional Serra da Canastra, excluindo dos novos limites as áreas de produção de quartzito. 3. Caulim do Equador – RN – Contratação do projeto: 2009 / Nível de execução: 100%. Atividades realizadas: diagnóstico socioambiental, e de condições de saúde e segurança dos trabalhadores nas lavras, condições de comercialização da produção.
Implantação da Agenda 21 no Setor Mineral.	Descrição: Ação voltada ao desenvolvimento de metodologias e procedimentos de fomento e apoio à implantação da Agenda 21 Local no Setor Mineral em localidades onde predominam a pequena e média mineração. Justificativa: A Agenda 21 é um programa internacional, do qual são signatários mais de 170 países, e que, no Brasil, vem sendo conduzida pelo MMA. Este programa traduz exatamente o tipo de desenvolvimento que se quer reproduzir no setor mineral. Nesse sentido, a SGM iniciou ações de mobilização e fomento à implantação de Agenda 21 do Setor Mineral em alguns municípios mineradores.	Em 2010, as ações estiveram voltadas ao fortalecimento da Agenda 21 Mínero-Siderúrgica da região de Alto Paraopeba e de Conselheiro Lafaiete, ambos em Minas Gerais, além da continuidade do projeto em diversos municípios do Espírito Santo. Esse projeto conta com representantes da sociedade, universidades, centros de pesquisa, associação de produtores minerais e sindicato dos trabalhadores do setor mineral.

Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.	Descrição: Ação institucional, ligada à competência de Estado, nas discussões e parametrização de questões ambientais. A SGM participa como membro titular no Plenário do Conselho	Em 2010, a SGM participou de todas as reuniões plenárias e extraordinárias, acompanhando o desenvolvimento das resoluções, moções e outras atividades do Conselho, como membro titular do MME.
Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal – MacroZEE.	Descrição: Ação institucional, ligada à competência de Estado visando regulamentar as Zonas Ecológico-Econômicas para desenvolvimento sustentável, coordenada pelo MMA.	Participação em reuniões para a elaboração do MacroZEE da Amazônia Legal, aprovado pelo Decreto nº 7398 de dezembro de 2010.
Participação nos Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas do CONAMA.	Descrição: Grupos de Trabalho – GT instituídos pelas diferentes Câmaras Técnicas – CT do CONAMA para elaboração de Resoluções e outras matérias afins da Área Ambiental.	Participação em CTs e GTs, a saber: (CT Biodiversidade, Fauna e Assuntos Pesqueiros; CT Controle e Qualidade Ambiental; GT Dragagem; CT Gestão Territorial e Biomas; GT Metodologia de recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APPs; GT Definição dos Conceitos de Topo de Morro e Linha de Cumeada; GT Monitoramento 369/06; CT Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas; GT Restauração e Preservação de Áreas de Preservação Permanente – APP.
Participação em Grupos de Trabalho Interministeriais - GTI ou de Estados da Federação com temas Ambientais.	Descrição: Grupos de Trabalho instituídos pelo MMA, pela Casa Civil ou por Estados da Federação para a discussão de assuntos de interesse socioambiental e mineral.	Participação nos seguintes grupos de trabalho: i) GTI Recuperação da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, ii) Conselho Estadual de Geodiversidade do Amazonas – CEGEO; iii) PNOT; iv) Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis – CGPCS; v) Comissão de Gestão em Florestas Públicas – CGFLOP); vi) GT de Elaboração de Instrução Normativa Para a Relevância de Cavidades Naturais Subterrâneas.
Elaboração de Notas Técnicas sobre Projetos de lei.	Descrição: Análise e elaboração de Notas Técnicas sobre projetos de Lei e seus impactos na atividade mineral	Análise e elaboração de diversas Notas Técnicas referentes à análise de Projetos de Lei e de Unidades de Conservação – UC.
Desenvolvimento da Pequena Mineração do Seridó Paraibano no âmbito do APL – Pegmatitos e Quartzitos.	Descrição: O projeto em questão tem como objetivo geral caracterizar a situação dos pequenos empreendimentos de produção mineral de pegmatitos e quartzitos, planejar e executar ações que viabilizem suas formalizações. A partir da metade da década de 80, do século passado, houve acentuada expansão na aplicação do tântalo, metal raro e estratégico, provocando no distrito mineiro do	Projeto finalizado em 2010, contou com as seguintes atividades: i) Fomento à formação de cooperativas; ii) Cadastramento das atividades minerais nas áreas pesquisadas; iii) Verificação da situação das áreas cadastradas quanto ao direito minerário; iv) Início das negociações com os detentores dos títulos minerários e/ou superficiários.

	Seridó/Borborema, uma progressiva intensificação na lavra garimpeira em pegmatitos, carente de tecnologias que fossem capazes de acelerar o processo produtivo de maneira sustentável.	
Ordenamento e Desenvolvimento Sustentável da Extração de Rochas Ornamentais no Noroeste do Espírito Santo.	Descrição: Diagnóstico das atividades de mineração de Rochas Ornamentais no noroeste do Espírito Santo, num universo de 105 pedreiras ativas, distribuídas nas unidades geológicas que abrangem os municípios de Águia Branca, Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Barra de São Francisco, Baixo Guandu, Ecoporanga, Mantenópolis, Nova Venécia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha e Vila Pavão.	Celebração do Convênio 100138/2009 com a Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB, Proc. 48000.002221/2009-95. Iniciadas em 2009, tiveram continuidade em 2010 e serão finalizadas em 2011 as seguintes atividades: • levantamento geológico das frentes de lavra num universo de 105 pedreiras; • diagnóstico da atividade extrativa, contemplando os aspectos técnicos, econômico, social e ambiental; • consolidação do conhecimento e das práticas existente sobre o setor de Rochas Ornamentais no noroeste do Espírito Santo; • avaliação da recuperação na lavra e aproveitamento dos resíduos da lavra.
Dados da mineração e da transformação mineral.	Descrição: Levantamento de informações e dados do setor mineral e publicação, nos seguintes periódicos: • Sinopse da Mineração & Transformação Mineral: Publicação destinada a divulgar o desempenho setorial e de segmentos considerando dados estatísticos e socioeconômicos. • Informativos Trimestrais do Setor Metalúrgico: Informativos disponibilizados no site do MME. Justificativa: Ação institucional que visa à constituição de fonte de consulta diferenciada para a análise de tendências e tomada de decisões no setor minero metalúrgico nacional.	Sinopse da Mineração & Transformação Mineral – Em 2010 a SGM publicou a 5ª Edição da Sinopse, dando continuidade à ação iniciada em 2006 com a 1ª edição de um folder. A Sinopse 2010 contou com o resumo do desempenho industrial da mineração e transformação mineral no País, com dados estatísticos socioeconômicos sobre Mineração, Metalurgia (siderurgia, ferro-gusa, ferroligas, não-ferrosos e fundição) e Não-Metálicos (cimento, cerâmica vermelha, cerâmica de revestimento, vidro, cal, gesso e fertilizantes), além de consumo de energia, indicadores ambientais e de reciclagem de produtos. Prévia da Indústria Mineral – Confeccionada no início de cada ano, contempla uma preliminar de estatísticas estimadas do Setor Mineral e alguns indicadores brasileiros de economia, objetivando servir como fonte de consulta para análise de tendências e contribuir na tomada de decisão por analistas do governo, técnicos, empresários e estudiosos do Setor de Transformação dos Metálicos (Metalurgia) e Não-Metálicos.
Séries Históricas do Setor Mineral.	Descrição: Desenvolvimento de banco de dados de produção, consumo, exportação, importação etc. de substâncias minerais e produtos metálicos e não-metálicos, tão retroativo quanto a disponibilidade de dados no país. Justificativa: Objetiva a constituição de fonte de consulta diferenciada para a	É uma atividade realizada por meio de descentralização de crédito a entidade da administração indireta (CETEM/MCT) pela Portaria 276/2006, Processo 48000.2074/2006-19. Em 2008 foram validados pela SGM os dados coletados pelo CETEM/MCT, conformando uma base de dados preliminar para o setor mineral. Em 2010 se verificou a necessidade de atualização do projeto e, para tal, foi contratado os serviços da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica – FACC que irá proceder a atualização e revisão dos dados existentes, além

	análise de tendências e tomada de decisões no setor minero-metalúrgico nacional.	da introdução de novas séries históricas, melhorias e manutenção da base de dados no sítio eletrônico do CETEM.
Fomento ao desenvolvimento tecnológico no setor mineral.	Descrição: Ação institucional voltada para o apoio ao desenvolvimento de tecnologias minerais e de transformação mineral. Justificativa: Melhoria da competitividade setorial das áreas abrangidas pelo fundo setorial CT-Mineral.	Apoio ao desenvolvimento de APL's de base mineral, que é uma ação direta da SGM, voltada para o desenvolvimento e a manutenção de Base de Dados da RedeAPLmineral, envolvendo APL's apoiados pelo CT Mineral/FINEP. Inclui o estabelecimento de parcerias com Núcleos Estaduais de Apoio aos APL's que atuam no setor mineral, com vistas a obtenção de novos dados e informações para a Base de Dados da RedeAPLmineral. Em 2010 ocorreu o cadastramento de 56 APLs e deu-se continuidade a elaboração do Plano de Desenvolvimento da RedeAPLmineral para 2010-2012. Além disso foi realizado em setembro de 2010, na cidade de Goiânia, GO, o VII Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e o IV Encontro da Rede APLMineral, bem como a primeira reunião de trabalho da Comissão Organizadora dos eventos da Rede APLMineral para 2011 visando a realização do VIII Seminário Nacional e o V Encontro que serão realizados em Campina Grande, PB. Acompanhamento e adequação dos recursos para C&T&I no Setor Mineral, ação de representação institucional e atuação técnica no âmbito do CT-Mineral.
Difusão de tecnologia mineral.	Descrição: Ação voltada para difundir tecnologias em mineração e transformação mineral Justificativa: Ação institucional destinada a atender atribuição regimental da SGM, visando a melhoria da competitividade setorial, cujos projetos em andamento são: Manual de Agregados para Construção Civil; Estudo sobre Flotação; Tecnologia de Rochas Ornamentais; Apoio Técnico e Metodológico ao PNM-2030; Estudo de comunidades mineiras; e Estudo da Indústria Mineral na Amazônia.	Manual de Agregados para Construção Civil – Fase 2 Ação realizada por meio de descentralização de crédito a entidade da administração indireta (CETEM/MCT), pela Portaria 277/2006, Processo 48.000.2082/2006-57. A edição do Manual representa a conclusão de trabalho anterior contratado pela SGM, que foi a elaboração da primeira parte do Manual, em forma de livro constituindo os oito capítulos iniciais. A segunda fase do projeto, consta em escrever os 15 capítulos restantes e a edição e formatação de todo o Manual, com seus 23 capítulos e anexos. Flotação Estudo envolvendo o levantamento das potencialidades de aumento da abrangência e a recuperação dos processos empregados em usinas de flotação visando o aumento da eficiência e a recuperação de outros minerais valiosos presentes em minérios brasileiros, contratado com a COPPETEC/UFRJ para o período 2009-2010. O projeto contempla a realização de estudos visando diagnosticar as possibilidades de melhoramento no desempenho das usinas de flotação do País e na flotação seletiva de outros minerais associados ao mineral principal. Das 10 (dez) grandes usinas de flotação, objeto de visitas técnicas

		para levantamento de dados, 3 (três) delas serão contempladas em 2009, a saber: Usina da Bunge Fertilizantes S/A de Araxá/MG; Usina da Rio Paracatu Mineração (Kinross Américas S/A); e Usina de concentração de Nióbio. Tecnologia de Rochas Ornamentais Trata-se de elaboração e publicação de livro feita pelo Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCT, para a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM/MME. Será uma obra inédita sobre o tema no Brasil e servirá de instrumento de consultas para os que atuam ou tenham algum interesse voltado ao setor de rochas ornamentais. Projeto está sendo executado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica – FACC por meio de Convênio 723611/2009 a um custo de R\$ 136.500,00. Apoio Técnico ao PNM-2030 Apoio técnico nas áreas de economia mineral, geologia, mineração e transformação mineral, na análise dos textos que servirão como subsídios à elaboração do PNM-2030, eventuais novos estudos e na redação de síntese sobre estas áreas. A FACC é a entidade contratada para executar os serviços. Convênio nº 723059/2009, no valor de R\$ 99.410,00. Estudo da Indústria Mineral na Amazônia. Realização de estudos analíticos sobre a economia mineral e metalúrgica na Amazônia e de propostas para o desenvolvimento local, a sustentabilidade e a competitividade do setor mineral na Amazônia nos próximos 20 anos. A Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA é a entidade contratada para executar os serviços por meio do Convênio nº 724435/09. Atualização do Banco de Dados com Séries Históricas Projeto Mineral Data, Convênio 723091/2009, no valor de R\$ 36.580,00, visa atualizar banco de dados com as principais informações e séries históricas do setor mineral brasileiro, tais como dados de produção, exportação, número de empregos gerados entre outras. Projeto "As grandes minas e as APLs versus a comunidade local" Convênio 723598/2009, no valor de R\$ 315.000,00, firmado com a FACC visa estudos sobre o desenvolvimento econômico e social das comunidades e regiões onde está localizada a grande mineração ou uma relevante APL.
Institucionalização das relações com os segmentos de transformação mineral nacionais.	Descrição: Ação de articulação com as associações representativas dos setores de	Continuidade do processo institucional de articulação técnica da SGM visando à colaboração mútua, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, com associações nacionais

	Transformação de Metálicos e de Não-Metálicos Justificativa: Ação institucional destinada a atender atribuição regimental da SGM, voltada para a cooperação técnica setorial.	representativas de segmentos de Minerais Metálicos (IBS, ABAL, ABC, ICZ, SNIEE) e Não-Metálicos (SNIC, ANICER, ABPC). 65º Congresso Anual da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração Apoio da SGM ao maior fórum de relacionamento e de debates do setor minero-metal-mecânico da América Latina, realizado no Rio de Janeiro, RJ, de 26 a 30 de julho. 40º Seminário de Redução de Minério de Ferro e Matérias-Primas e 11º Simpósio Brasileiro de Minério de Ferro. Constituído por um grande fórum de debates, busca a cada edição aprimorar e qualificar suas atividades, buscando apresentar de forma privilegiada uma maior divulgação da atividade mineral e metalúrgica, assim como proporcionar a duplicação de contatos, juntamente com o fortalecimento profissional. Os eventos contaram com o apoio da SGM no valor total de R\$ 50.000,00 e foram realizados de 27 a 30 de setembro em Belo Horizonte, MG. VI Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e IV Encontro da RedeAPLmineral, Eventos organizados em conjunto pela SGM/MME e a SETEC/MCT. O primeiro deles é voltado para inovar e aumentar a competitividade das empresas no que diz respeito à sustentabilidade da mineração, à eficiência energética e a busca de alternativas. Já o segundo, voltado para disseminar os conhecimentos tecnológicos, a divulgação das potencialidades da RedeAPLmineral, o Plano de Desenvolvimento da Rede, as competências e os trabalhos em andamento, tendo os participantes a oportunidade de apresentar sugestões, propostas e planos para o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral. Realizados de 30 de agosto a 02 de setembro, em Goiânia, GO.
Acompanhamento do Programa Geologia do Brasil.	Descrição: Ação para acompanhamento e avaliação de ação externa, realizada pela CPRM, empresa pública vinculada ao MME. Justificativa: Levantamentos geológicos e aerogeofísicos geram informações fundamentais para a pesquisa e prospecção de recursos minerais, já que geram diminuição do risco exploratório e favorecem a atração de investimento por parte das empresas privadas. Diante das dimensões do país e da falta de investimentos de	Em 2010, a SGM monitorou o desenvolvimento dos levantamentos executados pela CPRM no ano. Nesse período destacou-se a ampliação da disponibilização dos dados geológicos pelo Geobank, base de dados implementada na CPRM, que se constitui hoje no acervo mais completo de informações geológicas e geofísicas do País, permitindo o acesso aos interessados via Internet. Esta situação de disponibilização de informações geológicas tem sido motivo de esforço conjunto da SGM, DNPM e CPRM, com o fim de atrair novos investimentos para o setor, inclusive com ações de divulgação técnica, científica e comercial em fóruns científicos, tecnológicos e feiras nacionais e internacionais. Os resultados obtidos em 2010 mostram a eficiência do Programa Geologia do Brasil estar

	anos anteriores, gerar informações geológicas e geofísicas ainda se constitui em ponto fundamental para o crescimento do setor mineral brasileiro.	vinculado ao PAC. Na maioria das ações programadas 2009/2010, as metas programadas atingiram mais que 100%. Neste ano foram mapeados 131.918 km ² , dos quais 62.254 km ² em escala 1:100.000 e 69.644 km ² em escala 1:250.000, que, no total 2009/2010 correspondem a 106 % da meta total 2009/2010 de 380.000 km ² . Para a Ação de Aerogeofísica foram levantados 329.624 km ² , que somados à 2009 corresponde a 113 % referente à meta prevista até 2009/2010 (472.357 km ²). Nas outras Ações da CPRM/PAC, o avanço físico realizado em 2010 somado à 2009, considerando o programado 2009/2010, está assim definido: Recursos Minerais 105%, Geoquímica 101%, Geologia Marinha 64%.
Plataforma Continental – REMPLAC.	Descrição: Ação de articulação e coordenação interinstitucional interna ao Governo Federal. Justificativa: A Plataforma Continental Jurídica Brasileira – PCJB – é uma imensa área de mar raso que apresenta potencial econômico biológico e mineiro de grande importância. O conhecimento aprofundado da estrutura geológica e do potencial econômico de reservas mineiras submersas é estratégico para o País.	Ação de política de gestão de recursos minerais realizada diretamente pela SGM, com acompanhamento da estruturação e manutenção de um módulo do GEOBANK para dados de geologia e geofísica da PCJB e também acompanhamento institucional do Projeto GranMar, voltado para identificar os recursos minerais marinhos potenciais estratégicos e gerar subsídios técnicos para formulação de políticas públicas relativas recursos marinhos não vivos. Em 2010 houve participação técnica da SGM na fase final de elaboração de projetos SIG e Mapa de Geologia, Tectônica e Recursos Minerais da PCJB, Adicionalmente, ocorreu o acompanhamento de vários projetos no âmbito do REMPLAC: Ouro e Minerais pesados – PA, MA; Granulados marinhos – CE, RN, SE; Diamantes aluvionares – BA; Fosforitas – RS, SC e ainda ações de coletas de amostras e levantamentos geofísicos em mar internacional (“AREA”) nos projetos do Programa PROAREA. Todas estas ações em mar tem ainda o objetivo de: (a) avaliar a potencialidade mineral; (b) desenvolver e aprimorar técnicas de reconhecimento geológico e geofísico; (c) contribuir para a formação de pessoal especializado; (d) elaborar modelos sobre a gênese de depósitos minerais; (e) fornecer informações técnicas aos órgãos reguladores e de controle da atividade mineraria e ambiental.
Hidrogeologia e Gestão Territorial.	Descrição: Ação institucional para acompanhamento, coordenação e avaliação da área de Hidrologia e Gestão Territorial. Justificativa: A CPRM desenvolve estudos e projetos relacionados ao conhecimento e à gestão dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais e ao conhecimento geológico aplicado à gestão do território.	Duas atividades de fundamental importância foram realizadas em 2010: acompanhamento da atividade da CPRM que desenvolveu estudos e projetos relacionados ao conhecimento e à gestão dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais e ao conhecimento geológico aplicado à gestão do território bem como a participação institucional no Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e em Câmaras Técnicas específicas. No primeiro caso, houve interesse particular no acompanhamento das atividades executadas no desenvolvimento do mapeamento SIG Geoambiental do Brasil (1:1.000.000) para divulgação na Internet (GEOBANK), considerando Mapas Estaduais de

		Geodiversidade; Gestão de Riscos Geológicos; Zoneamentos Ecológico-Econômicos; Passivos Ambientais da Mineração (Bacia Carbonífera de SC); Estudos Geotécnicos; Levantamento de Recursos Hídricos Subterrâneos (Cadastramento, Recuperação, Revitalização e Instalação de Poços de Águas Subterrâneas); Gestão de Informações de Águas Subterrâneas e Estudos e Cartografia Hidrogeológica. Cita-se ainda a conclusão do Projeto de Desenvolvimento de Sistema para Difusão de Dados e Informações Hidrogeológicas via Web – SIAGASWEB” (Processo 48000.002347/2007-06 – Acordo de Empréstimo 4708 – BR Banco Mundial) iniciado em Julho de 2009.
Reestruturação CPRM.	Descrição: Ação coordenada entre SGM e CPRM para contratação de consultoria especializada para desenvolver estudo de reestruturação organizacional do DNPM. Justificativa: Desde 2003 foi constatada a necessidade do desenvolvimento e a implementação de um Projeto de Reestruturação Organizacional da CPRM, em função da extensa atividade executada pela instituição no setor de geologia básica. Neste sentido, em 2006 foi aberto edital internacional para submissão de propostas técnicas visando à contratação de Consultoria Especializada.	Acompanhamento do programa de trabalho do consórcio empresarial FIA/MEMORA por meio do Edital PNUD n.º 40-9125/2006 do Projeto de Cooperação Técnica BRA/01/039, para a elaboração de proposta de Reestruturação da CPRM e consequente consolidação do Serviço Geológico do Brasil.
Outorga Mineira.	Descrição: Ação institucional da SGM Justificativa: Competência delegada à SGM pela Portaria Ministerial n.º 425, de 8/09/05, fundamentada nos Arts. 7º e 43 do Decreto-Lei n.º 227, de 28/02/67, com redação dada pela Lei n.º 9.314, de 14/11/96, cabendo à SGM analisar, instruir e outorgar os direitos minerários para efeito de lavra, de indeferimento de lavra, de caducidade de lavra e de respectiva nulidade.	Em 2010 foram analisados na SGM 581 processos. Destes, foram publicadas 200 Portarias de Lavra, 7 Retificações, 14 Caducidades, 147 indeferimentos e 1 nulidade. 72 tiveram assuntos diversos (recursos administrativos/hierárquicos, encaminhamentos, etc.). sendo que os demais processos, após analisados foram remetidos para o DNPM para diligências. (1) Análise dos procedimentos de outorga dos títulos minerários quanto aos prazos e demanda de tempo das fases processuais, onde se estabeleceu o estudo de medidas estatísticas da demanda de tempo atualmente existente, quanto ao cumprimento de prazos das fases processuais, vislumbrando-se perspectivas de otimização e melhor desempenho institucional; (2) Avaliação técnica dos relatórios finais de pesquisa juntados aos processos enviados a SGM/MME, quanto à documentação e demanda de tempo no cumprimento das fases de instrução; (3) Análise para as principais substâncias metálicas quanto ao número de títulos por empresa, composição acionária/cotista grupos

		empreendedores, reservas minerais, processo avaliação econômica e parâmetros utilizados e produção. Verificaram-se a concentração de títulos em algumas empresas, concessões sem exercício regular da atividade. Avaliou-se, ainda, a relação existente da atividade regular da lavra em relação ao pagamento de CFEM.
Acompanhamento de Tendências Internacionais.	Descrição: O acompanhamento das tendências internacionais, que seguramente balizam ações de governo e propostas de políticas públicas do setor foram e continuam sendo feitas de forma acurada. Nesse contexto, as atividades internacionais conduzidas pela SGM tiveram como fulcro as diretrizes emanadas do Ministro de Minas e Energia, apoiadas pelo Ministério das Relações Exteriores. A maioria das ações foi conduzida conjuntamente com o DNPM e a CPRM. Justificativa: Secretários, coordenadores, diretores, gerentes e especialistas da SGM, do DNPM e da CPRM, marcaram presença em vários eventos internacionais, por intermédio da participação em conferências, workshops, mesas redondas, reuniões, feiras, bem como pela apresentação de palestras, trabalhos técnicos, com o intuito de divulgar as atividades realizadas, os produtos geológicos e do setor mineral, de empresas governamentais e privadas, ampliar e intensificar o intercâmbio comercial, técnico-científico, bem como divulgar as oportunidades minerais do Brasil, visando à atrair novos e importantes investidores internacionais.	O Brasil, com a aprovação do Congresso Nacional em 2006, tornou-se membro do Grupo Internacional de Estudos do Níquel – GIEN – e em 2008 tornou-se membro do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco – GIECZ. A SGM vem envidando esforços para que o País, também, participe do Grupo Internacional de Estudos do Cobre – GIEC, que já foi aprovado pelo Congresso Nacional, bastando somente a sua homologação pelo Sr. Presidente da República. A participação do Brasil nesses grupos de estudos, os quais foram criados pelas Nações Unidas, é importante sob o ponto de vista das relações intergovernamentais, assim como para atender aos interesses do Setor Brasileiro de Metais Não-Ferrosos. Eles têm por objetivos principais oferecer esforços para as consultas intergovernamentais regulares sobre o comércio desses bens minerais; realizar estudos sobre a situação mundial; propor soluções para os problemas ou as dificuldades enfrentadas pelos países membros. No que tange à indústria nacional, as reuniões dos referidos grupos oferecem oportunidades para contatos comerciais, bem como para a atualização de informações sobre a tecnologia, regulamentação de mercados, questões ambientais, reciclagem, planejamento participativo para se atingir o desenvolvimento sustentável etc.
Atuação junto ao MERCOSUL.	Descrição: A Coordenação Nacional Brasileira do Subgrupo de Trabalho 15, SGT-15 Mineração, por intermédio da SGM, tem participado de todas as reuniões realizadas nos países que exercem a Presidência Pro-Tempore do MERCOSUL, sempre com	Dentre as ações de destaque no SGT, podem ser citadas: 1. Execução do Projeto de Integração Geológica e de Recursos Minerais dos Países do Mercosul, na escala 1:1.000.000, em SIG, cujo proposta inicial foi elaborada pela CPRM. 2. Proposta de novas pautas negociadoras para a execução das atividades dos países membros e associados do SGT-15.

	atuação marcante.	3. Modificação do nome do SGT-15 para Mineração e Geologia. A proposta foi aceita durante a Reunião Plenária do Mercado Comum, que ocorreu em novembro de 2010 em Brasília.
Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Metais, Minerais e Desenvolvimento Sustentável.	Descrição: Também chamado FÓRUM Intergovernamental sobre Mineração, Minerais, Metais e Desenvolvimento Sustentável é um processo que visa estabelecer um fórum intergovernamental de alto nível para os governos que apresentam perspectivas afins, voltadas ao setor mineral, visando ao desenvolvimento sustentável. Justificativa: Trata-se de uma iniciativa de caráter voluntário e de auto-organização, baseada no respeito mútuo e na responsabilidade das partes integrantes. Foi construída considerando que as atividades a serem empreendidas seriam beneficiadas pela relevante participação de atores da indústria, ONG's, sindicatos, povos indígenas, organizações intergovernamentais, comunidades envolvidas etc. Tem o propósito de servir de mecanismo para o cumprimento de compromissos assumidos pela comunidade mundial, funcionando como uma extensão de outros foros, promovendo um diálogo global não só intergovernamental como também com a comunidade, verificando a interligação no contexto do desenvolvimento sustentável.	A SGM participa do Fórum Intergovernamental como representante do governo brasileiro. Em novembro de 2010 a SGM participou da V Reunião Anual do Fórum Intergovernamental, com que ocorrem em Genebra, no Palácio das Nações Unidas. Durante o evento, a SGM apresentou as ações desenvolvidas na área de desenvolvimento sustentável na mineração, explanou acerca da mudança no sistema de outorga e do código de mineração e se colocou à disposição do Fórum para auxiliar nas preparações para a Rio+20. Os participantes do fórum participaram também da revisão do documento que será apresentado durante a reunião da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável nº 19 (CSD 19), que ocorrerá em Nova Iorque em maio de 2011. O objetivo do documento é apresentar o estado atual da mineração em diversos temas que englobam o setor mineral, bem como as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável na mineração.
Sistema de Certificação do Processo de Kimberley – SCPK.	Descrição: A SGM, juntamente com representantes do MRE, do MDIC, do Ministério da Fazenda – MF e do Ministério da Justiça – MJ, incluindo representantes da Polícia Federal, tem participado ativamente das reuniões realizadas no Brasil e no exterior, visando solucionar o problema dos chamados “Diamantes de Conflito”, que se referem aos diamantes brutos que estavam e/ou estão	A SGM, é coordenadora e ponto focal brasileiro do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley – SCPK. Acompanhada de representantes do DNPM, MRE, MDIC, desde a sua aprovação oficial, como membro efetivo do SCPK (outubro de 2003), participou de todas as reuniões interseccionais e plenárias. Como coordenador de monitoramento da produção e comércio de diamantes brutos de origem aluvionar na América do Sul, o Brasil desempenha hoje um papel fundamental na consolidação e no fortalecimento do Processo Kimberley após ter se organizado para combater

	sendo utilizados por forças rebeldes e agentes de governo para financiar atividades militares, promover a derrubada de governos legítimos, alimentar o tráfico ilegal de armamentos e subverter os esforços internacionais para a consecução da paz e da estabilidade. Justificativa: Para tanto, ficou estabelecido que todas as remessas de importações e exportações de diamantes brutos só poderão ser efetivadas quando acompanhadas dos respectivos Certificados de Kimberley, os quais atestam a origem legal desses diamantes. No Brasil, o órgão responsável pela emissão desses diamantes é o DNPM, que vem envidando esforços, juntamente com a Polícia Federal, no sentido de coibir o contrabando dessas gemas, bem como impedir que a extração das mesmas seja efetuada ilegalmente.	ilícitos de forma eficiente e agir no sentido de proporcionar maior integração entre o governo e a sociedade civil, criando o Fórum Brasileiro do Processo Kimberley, instrumento amplamente reconhecido pela comunidade internacional como exemplo de fortalecimento da democracia. A Reunião Plenária do Processo Kimberley ocorreu em Jerusalém, Israel, no período de 01 a 05 de novembro de 2010. O Brasil participou como coordenador para a América do Sul do Grupo de Trabalho de Diamante Aluvionar, em articulação com a Venezuela e a Guiana. O ponto alto da intervenção brasileira na Plenária de Jerusalém foi a comunicação que a delegação fez a respeito das atividades da Venezuela no Processo Kimberley. Após receber instruções das embaixadas brasileiras a delegação interviu em defesa da Venezuela no sentido de que seja dado mais um ano de prazo àquele país para sua auto-suspensão. Assim, a plenária decidiu que a presidência do SCPK envie ao Brasil um ofício a ser encaminhado ao governo venezuelano, solicitando dados estatísticos que embasem a decisão de que seja concedido mais um ano de auto suspensão.
ISBA – International Seabed Authority (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos).	Descrição: A Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – SECIRM – responde pela implementação de várias atividades voltadas ao mar, destacando-se principalmente as relacionadas aos fundos marinhos, participando como colaboradora e membro da ISBA, que é uma organização autônoma internacional que administra os recursos minerais dos fundos marinhos.	A SGM participou de todas as reuniões promovidas pela SECIRM nas quais são debatidos assuntos relacionados aos recursos minerais marinhos. Este tema conta com a colaboração e participação da CPRM.
Barreiras Não-Alfandegárias.	Descrição: Barreiras não-alfandegárias são medidas impostas à comercialização de determinados produtos que não envolvem diretamente tributos ou tarifas. Os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento encontram-se submetidos a esses posicionamentos, impostos por países desenvolvidos, que podem ser de natureza técnica, trabalhista, de saúde pública, ambiental e dificultam as	A SGM, em conjunto com o MRE, o MDIC, além de instituições privadas e entidades representativas dos setores interessados, participaram de discussões internas e internacionais, incluindo as discussões junto à OMC que dizem respeito às barreiras não-alfandegárias impostas aos bens minerais, com destaque para o amianto tipo crisotila, mercúrio, rochas ornamentais e substâncias químicas.

		negociações internacionais. Justificativa: A Organização Mundial do Comércio – OMC, fundada em 1995 na Rodada de Uruguai, é de fundamental importância para a manutenção dos acordos econômicos internacionais, pois constitui a atual base jurídica e institucional do sistema multilateral de comércio. Atua de modo a promover e acompanhar a inserção dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento à economia global. As barreiras que incidem sobre o comércio internacional de bens minerais são fiscalizadas e acompanhadas por organismos e fóruns internacionais. Essas medidas encontram-se também baseadas em instrumentos normativos que seguem as resoluções e decisões tomadas em órgãos internacionais ligados à OMC.	
Cooperação Internacional.	Técnica	Descrição: De acordo com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, a cooperação técnica internacional configura-se como um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países. Trata-se de um eficiente instrumento que contribui para o processo de desenvolvimento socioeconômico, ensejando a transferência de conhecimentos entre um organismo internacional e um país, ou entre países, em bases não comerciais, com vistas a alcançarem-se objetivos previamente definidos e acordados entre as partes, em um tema específico. A Cooperação Técnica recebida deve contribuir significativamente não só para o desenvolvimento socioeconômico do nosso País, como também para a construção da autonomia nacional nos temas abrangidos.	Nesse sentido, a SGM vem promovendo encontros no país e no exterior com o objetivo de implementar ações a serem desenvolvidas por intermédio de cooperações técnicas bilaterais. Tal procedimento motivou a realização de várias atividades, durante o período, por meio de atos internacionais no setor geológico e mineral com a Angola, Argentina, Canadá, China, Coreia do Sul, Cuba, França, Guiana, Japão, Moçambique, Namíbia, Peru, Estados Unidos da América, Uruguai e Venezuela, envolvendo no Brasil não só a SGM como também DNPM, CPRM, empresas do setor privado e universidades. Em novembro de 2010 a SGM participou da Visita à Mauritânia para Prospeção de Projetos de Cooperação, organizada pela Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. O objetivo da missão foi a identificação de áreas e setores de interesse nos quais ambos os países poderão estabelecer projetos futuros de cooperação técnica. A SGM está aguardando o pedido formal do Ministério de Energia e Petróleo da Mauritânia de áreas de interesse para cooperação na área de geologia e mineração.

	Justificativa: Por outro lado, a cooperação técnica prestada a outros países contribui para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, ampliando os seus intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, bem como para a capacitação de seus recursos humanos e o fortalecimento de suas instituições.	

Fonte: SGM

c.III) Indicadores Institucionais

Com o objetivo de estabelecer indicadores institucionais que possam auxiliar de forma adequada no processo de tomada de decisões gerenciais por parte da SGM, assim como para tornar possível a avaliação da Gestão do Programa 1069 e suas ações, a Secretaria tem se esforçado, junto às demais Secretarias Finalísticas do MME, em criar e implementar tais indicadores, inclusive com o objetivo de atender, no âmbito do MME ao Decreto nº 7.133, de 19.03.2010, que estabelece critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional, entre outros. Todavia, esses indicadores não estão testados e disponíveis para sua utilização.

Foi implementado o Sistema de Informações Gerenciais - SIG, com 35 indicadores, que atualmente se encontra em produção. Ultimamente, estamos reavaliando alguns indicadores, de forma a refinar os dados fornecidos e os gráficos gerados, para melhor apoiar o processo decisório das autoridades do Ministério.

Os indicadores incluídos no SIG são os seguintes:

1. Conhecimento Geológico do Brasil.
2. Levantamento Aero geofísico.
3. Produção de Minério de Ferro.
4. Produção de Aço.
5. Produção de Cimento.
6. Comércio Exterior do Setor Mineral.
7. Capacitação e Mobilização para Mineração Sustentável.
8. Formalização da Atividade Mineral.
9. Arrecadação de CFEM e Taxa Anual por Hectares – TAH
10. Desempenho da Fiscalização Mineral.

Especificamente quanto aos indicadores institucionais da SGM, ressaltamos que os estudos estão sendo desenvolvidos. Foram nomeados representantes da Secretaria para coordenação interna do processo de seleção e apuração dos indicadores, por intermédio do Memorando nº 161/2010/SGM,

de 18.08.2010, e considerando a base de dados previamente existente na SGM, foram realizadas reuniões entre o grupo de trabalho da SGM, as equipes técnicas dos Departamentos da SGM, bem como representantes da Secretaria Executiva/MME, alcançando como resultados o (re)mapeamento dos macroprocessos e a definição de indicadores para os respectivos macroprocessos, baseando-se nos critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, qualidade, praticidade, simplicidade e representatividade.

Foram utilizados como orientação os textos “Técnicas de Auditoria: Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos – TCU/2000” e o “Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores” - MPOG/2009.

Os macroprocessos e os indicadores obtidos preliminarmente serão validados pelas partes interessadas (Diretores e Secretário da SGM e Secretaria Executiva/MME). Após a validação preliminar, serão finalizadas as etapas de construção de fórmulas, estabelecimento de metas e notas, considerando que parte já foi realizada.

Todavia, antes que os indicadores sejam implementados, é necessário que ocorra uma validação final pelas partes interessadas para que seja possível a utilização dos indicadores.

Foram estabelecidos alguns indicadores intermediários, relativos à SGM, que compõem os Indicadores institucionais do MME:

- Outorgas Para Concessões de Lavra, com aferição a partir do número de processos entrantes perfeitamente instruídos dividido pelo número de outorgas concedidas, multiplicado por 100. Tendo em vista que a outorga da Concessão de Lavra é o ato formal pelo qual a União confere ao minerador o direito legal para a extração mineral, esse indicador conferiria suporte para a definição de políticas públicas, ao Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e ao Ministro de Minas e Energia, visando o estímulo do desenvolvimento da mineração brasileira;
- Alimentar o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas – SIGE - com aferição a partir do número de ações atualizadas dividido pelo número de ações cadastradas, multiplicado por 100. O SIGE irá contemplar a geração de Indicadores que permitirão fomento e planejamento de políticas públicas voltadas ao Setor nos próximos anos, bem como a fiscalização, ampliação do conhecimento do patrimônio mineral brasileiro, servindo como instrumento de apoio na tomada de decisões do Ministro e ainda dos gestores das carreiras finalísticas. Nesse Sistema, além dos indicadores estratégicos MME, estão contemplados indicadores operacionais e táticos de mapeamento geológico, levantamento aerogeofísicos, formalização de mão de obra, entre outros, que serão reavaliados para se adequarem quanto a: Eficácia, Eficiência, Economicidade, Qualidade e Efetividade;
- Atendimento às Questões da Ouvidoria - com aferição a partir do número de demandas atendidas dividido pelo número de demandas encaminhadas pela Ouvidoria, multiplicado por 100. A partir das denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios ou consultas, sobre as atividades e serviços de competência do Ministério, das pessoas e instituições, por intermédio da Ouvidoria-Geral, que ocorre a interface entre a Instituição e a sociedade, objetivando aprimorar ou corrigir a prestação dos serviços.

d) Desempenho Orçamentário e Financeiro

d.I) Programação Orçamentária das Despesas

Informação a ser prestada pela unidade agregadora.

d.II) Execução Orçamentária das Despesas

d.II.1) Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

Tabela CXLVI: Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da SGM (Quadro A.2.8)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Diárias	81.764,03	106.998,47	81.764,03	106.998,47

Fonte: SPOA/MME

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - QUADRO A.2.9

Informação a ser prestada pela unidade agregadora.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - QUADRO A.2.10

Informação a ser prestada pela unidade agregadora.

d.II.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

4. 1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios anteriores

Tabela CXLVII: Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores (Quadro A.4.1).

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	10.850,42	0,00	10.850,42	0,00
2008	0,0	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	108.659,39	102.697,35	5.962,04	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	108.783,28	108.783,28	0,00	0,00
Observações: Análise Crítica Em 2010 foi mantida a tendência dos últimos anos de não impactar a gestão financeira do atual exercício com Restos a Pagar – RAP de exercícios anteriores. O total de RAP inscritos de 2009 e pagos em 2010 totalizaram R\$ 10.850,42, quitando totalmente o Saldo a Pagar. Não houve registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal – SIAFI, de permanência de valores de Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.				

Fonte: SPOA/MME

5. Recursos Humanos da Unidade

Informação a ser prestada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
– SPOA/MME.

6. Transferências

6.1. Transferências Efetuadas no Exercício

6.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigente no Exercício

Tabela CXLVIII: Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2010 (Quadro A.6.1)

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral								
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320012			
Informações sobre as transferências								
Modalidad e	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados			
			Global	Contraparti da	No exercício	Acumulado até o Exercício	Vigênci a	Sit .
4	48000.000724/2010-60	DNPM	16.981,10	-	16.981,10	16.981,10	Mai/10 a Jun/ 10	4
4	48000.001429/2010-21	CPRM	103.500,00	-	103.500,00	103.500,00	Set/10 a Nov/10	4
4	48000.002175/2010-68	CPRM	70.000,00	-	70.000,00	70.000,00	Mar/10 a Abr/10	1
1	SICONV – 748208/2010	ABM	50.000,00	15.222,35	50.000,00	50.000,00	Jul/10 a Dez/10	4
1	SICONV - 723611/2009	FACC	136.500,00	20.000,00	136.500,00	136.500,00	Dez/09 a Fev/11	1
1	SICONV – 723106/2009	FACC	136.500,00	15.200,00	136.500,00	136.500,00	Dez/09 a Jan/11	1
1	SICONV - 723598/2009	FACC	300.000,00	30.000,00	300.000,00	300.000,00	Dez/09 a Mar/11	1
1	SICONV - 723091/2009	FACC	35.000,00	6.000,00	35.000,00	35.000,00	Fev/10 a Jan/11	1
1	SICONV - 723059/2009	FACC	99.410,00	14.000,00	99.410,00	99.410,00	Dez/09 a Dez/10	4
3	48000.001713/2009-63	ATN	380.000,00	37.560,00	100.000,00	380.000,00	Nov/09 a Mai/11	1
1	SICONV – 723590/2009	FUJB	300.000,00	33.000,00	-	300.000,00	Dez/09 a Jul11	1
1	SICONV – 724435/2009	FIDESA	86.808,85	9.700,00	-	86.808,85	Dez/09 a Mai/10	4
1	SICONV – 723583/2009	IABS	95.840,00	10.000,00	-	95.840,00	Dez/09 a Ago/10	4
1	SICONV – 701162/2008	COPPETEC	180.000,00	20.000,00	-	180.000,00	Dez/08 a Jul/11	1
1	SICONV - PARAIBA	PARAIBA	180.000,00	28.000,00	-	180.000,00	Dez/08	4

	701098/2009						a Ago/10	
1	002/2008	CODISE	180.000,00	45.600,00	30.000,00	180.000,00	Jun/08 a Jun/10	4
1	01/2008	AMAZONA S	300.000,00	106.200,00	-	300.000,00	Jun/08 a Ago/10	4
1	05/2007	FUNDEP	700.000,00	52.000,00	222.536,0 0	700.000,00	Dez/07 a Dez/10	4
1	SICONV - 704913/2009	MARANHÃ O	250.000,00	30.000,00	250.000,0 0	250.000,00	Dez/09 a Dez11	1
1	01/2005	FUNDEP	2.380.000,0 0	286.235,28	-	2.380.000,0 0	Set/05 a Dez/10	4
1	02/2007	AMAPÁ	160.000,00	100.667,50	-	160.000,00	Dez/07 a Mar/10	4
LEGENDA Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado								

Fonte:SGM

6.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Tabela CXLIX: Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios (Quadro A.6.2)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral						
CNPJ: 37.115.383/0001-53				UG/GESTÃO: 320012		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	05	11	01	909.800,00	1.345.840,00	1.009.946,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-

Termo de Parceria	01	01	-	54.000,00	280.000,00	100.000,00
Termo de Cooperação	03	03	03	420.000,00	70.000,00	190.481,10
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	09	15	04	1.383.800,00	1.695.840,00	1.300.427,10

Fonte: SGM

6.1.3. Informações Sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Tabela CL: Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes (Quadro A.6.3)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO:320012		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	07	-	1.353.000,00	-	100
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	07	-	1.353.000,00	-	100

Fonte: SGM

6.1.4. Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Tabela CLI: Prestações de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse (Quadro A.6.4)

Unidade Concedente				
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral				
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO:320012	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	02	-
		Montante Repassado	3.400.000,00	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	07
		Montante Repassado (R\$)	917.448,82	-
				-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-
2009	Contas prestadas	Montante Repassado (R\$)	69.800,00	-
		Quantidade	01	-
	Contas NÃO prestadas	Montante Repassado (R\$)	15.000,00	-
		Quantidade	01	-
2008	Contas prestadas	Montante Repassado (R\$)	-	-
		Quantidade	-	-
	Contas NÃO prestadas	Montante Repassado (R\$)	-	-
		Quantidade	-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	05	-
		Montante Repassado (R\$)	1.521.932,00	-

Fonte: SGM

6.1.5 Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Tabela CLII: Visão geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse (Quadro A.6.5)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320012		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasses
2010	Quantidade de contas prestadas			09	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		02	-
		Montante repassado (R\$)		3.400.000,00	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	07	-
Montante repassado (R\$)			917.448,82	-	
2009	Quantidade de contas prestadas			02	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		01	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		01	-
Montante repassado (R\$)		15.000,00	-		
2008	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
		Quantidade Reprovada		-	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		05	-
		Montante repassado		1.521.932,00	-

Fonte: SGM

6.2. Análise Crítica

As transferências de recursos orçamentários em 2010 totalizaram R\$ 1.300.427,10 (um milhão, trezentos mil, quatrocentos e vinte e sete reais e dez centavos), sendo que a maior parte ocorreu mediante a modalidade Convênio, o qual totalizou R\$ 1.009.946,00 (um milhão, nove mil, novecentos e quarenta e seis reais) para o desenvolvimento de 8 projetos. Esses convênios tiveram inúmeras finalidades, porém com objetivo central de fomentar o planejamento setorial e a atividade de apoio aos setores de pesquisa mineral e produção de bens minerais, a capacitação e formalização de profissionais do setor, o fortalecimento da atividade sustentável e a busca pela agregação de valor das cadeias produtivas de base mineral.

As descentralizações ocorridas visaram à participação institucional do sistema SGM/MME-DNPM-CPRM, com a divulgação, no Brasil e no exterior, das atividades desses órgãos bem como das políticas públicas e ações de desenvolvimento setorial. Para isso ocorreram 3 portarias a um custo de R\$ 190.481,10 (cento e noventa mil, quatrocentos e oitenta e um reais e dez centavos) efetuadas para a entidades vinculadas.

Foi efetuada transferência referente ao Termo de Parceria com a Associação Telecentro de Informação e Negócios – ATN no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para continuidade do Projeto Inclusão Digital do Pequeno Produtor Mineral.

Além disso, também consideramos em nossa análise o fato de que parte do exercício de 2010 foi afetado pelas condições legais de restrição orçamentária em função do período eleitoral. Dessa forma, no período de 03 de julho a 31 de outubro de 2010, em função das eleições presidenciais e em alguns Estados, a Secretaria ficou impedida de realizar transferências de recursos aos Estados e Municípios, o que inviabilizou parcialmente a execução orçamentária prevista.

Os casos de convênios que constam no quadro “Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse” como contas não prestadas referem-se às situações onde o conveniente enviou documentação para análise financeira da prestação de contas, porém, no decorrer da análise documental ficou evidenciada a necessidade de agregar maiores informações, o que ocorreu na maioria dos processos analisados. Adicionalmente, constatamos que existe rotatividade entre os responsáveis no acompanhamento dos processos pelas instituições convenientes, o que exige, eventualmente, período de tempo maior para o atendimento das solicitações dessa SGM por parte dos convenientes.

O quadro “Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse” demonstra os quantitativos de processos de Prestações de Contas que carecem de análise, e embora alguns processos encontrem-se na situação de prazo de análise vencida, destacamos o grande esforço concentrado realizado no exercício de 2010, juntamente com as equipes desta SGM e da CGOF, com o objetivo de concluir os convênios com análises financeiras atrasadas. Tal fato pode ser observado se compararmos os 15 convênios com as prestações de contas atrasadas anteriores ao exercício de 2009, em relação aos 06 convênios que tiveram a análise de suas contas concluída até o encerramento do exercício de 2010, representando a análise de 40% do universo dos convênios com a análise fora do prazo, principalmente se considerarmos que o esforço deu-se de maneira mais enfática a partir do segundo semestre de 2010. Assim, se considerarmos o percentual alcançado em aproximadamente um semestre, respeitando as características de cada convênio e vigência, combinado com a continuidade do esforço concentrado das equipes envolvidas, tão logo solucionaremos os casos de atrasos nas análises financeiras.

Há que se relatar, ainda, que com a publicação da Portaria SE/MME nº 494/2009, as Secretarias Finalísticas passaram a se responsabilizar por todas as fases do processo relativo aos convênios, incluída a análise financeira da prestação de contas final do convênio, tarefa anteriormente sob a responsabilidade da CGOF/SPOA. A nova atribuição gerou a necessidade de criar uma equipe responsável pela análise das prestações de contas dos convênios, visto que, zelando pelo atendimento ao princípio da segregação de funções, os membros da equipe já existente não poderiam realizar a análise das prestações de contas existentes. Dessa forma, além de envidar todos os esforços na busca de profissionais com a capacitação necessária para reforçar a equipe responsável, a SGM buscou oferecer treinamento àqueles envolvidos com o tema convênios, com participação em treinamentos na ENAP, no TCU e em instituto particular.

Quanto ao disposto no art. 35, do Decreto nº 93.872/86 não houve nenhum caso na SGM de empenho de despesa não liquidada e considerado anulado em 31 de dezembro, assim como todas as despesas com contratos, convênios ou instrumentos congêneres foram empenhados até 19 de dezembro de 2010 conforme dispõe o § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.094/2010. No período, também não houve ocorrência de convênios inadimplentes no âmbito da SGM.

7. Declaração da Área Responsável

7.1 - Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

O Convênio firmado no exercício de 2010 pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, está disponível e atualizado no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (nos baseamos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2010, tendo em vista que a lei citada na DN TCU nº 107 refere-se à LDO para o exercício de 2011).

O Módulo que torna possível a Prestação de Contas por intermédio da utilização do SICONV foi disponibilizado para os usuários do sistema no dia 13.07.2010, de acordo com mensagem enviada por técnico da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG.

De acordo com informação constante no Portal dos Convênios, na opção “Perguntas e Respostas Frequentes - Operacional”, no item 1.5 - O que é Termo de Cooperação? os Termos de Cooperação não serão registrados no SICONV.

8. Declaração de Bens e Rendas

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno

9.1. Estrutura de Controles Internos da UJ

Tabela CLIII: Estrutura de Controles Internos da SGM (Quadro A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Não é possível avaliar no momento					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Não é possível avaliar no momento					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: A metodologia utilizada para o preenchimento desse quadro foi a observação dos macroprocessos relacionados aos controles da execução de convênios. Em relação aos itens 16 e 17, inseridos no tema Avaliação de Risco, não é possível avaliar no momento tendo em mente que não temos casos de fraudes, perdas ou desvios identificados.					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

12. Informações Sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI) da UJ

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

13. Cartões de Pagamento do Governo Federal

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

14. Renúncia Tributária

Não se aplica à natureza jurídica da SGM.

15. Providências Adotadas para Atender Deliberações do TCU**15.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício**

No exercício em análise não houve ocorrência de recomendações ou determinações por parte da Egrégia Corte de Contas para a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

15.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao final do Exercício

No exercício em análise não houve ocorrência de recomendações ou determinações por parte da Egrégia Corte de Contas para a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.

16. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno (OCI)

16.1. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Tabela CLIV: Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (Quadro A.15.3)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria nº 245303	1.1.7.1 Constatação 039	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			80058
Descrição da Recomendação:			
<i>“Maior tempestividade na análise das Prestações de Contas, e aplicabilidade, quando necessário, dos dispositivos previstos na IN STN - 001/97, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira.”</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF			46227
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			80058
Síntese da providência adotada:			
Após a adoção de providências e prestação de esclarecimentos por parte da conveniente, Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES, a CGOF/MME concluiu a análise financeira da Prestação de Contas Final do convênio.			
Síntese dos resultados obtidos			
Após análise conclusiva de toda documentação apresentada pela conveniente, a CGOF/MME, por intermédio da Nota nº 82/2010, de 27.08.2010, informou que a conveniente atendeu aos ditames da norma legal quanto à prestação de contas final do convênio. Desta forma o citado convênio foi concluído e a situação no sistema SIAFI foi ajustada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências:			
- esforço concentrado das equipes envolvidas: levando-se em consideração as dificuldades que a área de análise das prestações de contas dos convênios na CGOF encontra em cumprir com os			

prazos, bem como as dificuldades desta Secretaria, e ainda, o tempo decorrido que envolve os trâmites externos que se estendem às solicitações aos convenientes e seus respectivos atendimentos, citamos como fator positivo que facilitou a conclusão da análise da prestação de contas deste convênio, o esforço concentrado das equipes implementado nesta SGM e na CGOF, com o objetivo de concluir os convênios com análises financeiras atrasadas identificadas nesta Secretaria. Tal fato pode ser observado se compararmos os 15 convênios com as prestações de contas atrasadas anteriores ao exercício de 2009, em relação aos 06 convênios que tiveram a análise de suas contas concluída até o encerramento do exercício de 2010, representando a análise de 40% do universo dos convênios com a análise fora do prazo, principalmente se considerarmos que o esforço deu-se de maneira mais enfática a partir do segundo semestre de 2010.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria nº 245303	1.1.7.2 Constatação 060	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação:			
<i>“Maior tempestividade na análise das Prestações de Contas, e aplicabilidade, quando necessário, dos dispositivos previstos na IN STN-001/97, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira, bem como adote as sanções previstas na legislação nos casos em que o conveniente deixar de atender as exigências decorrentes das análises de prestação de contas.”</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME,			46227
por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF			80058
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			
Síntese da providência adotada:			
A documentação relativa ao Termo de Parceria celebrado com a Associação Telecentro de Informações e Negócio – ATN foi encaminhada e houve a análise financeira da prestação de contas final.			
Síntese dos resultados obtidos			
A instituição atendeu aos ditames da norma legal quanto à apresentação dos documentos e a análise financeira da prestação de contas final do Termo de Parceria foi concluída e a situação no sistema SIAFI foi ajustada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências:			
- esforço concentrado das equipes envolvidas: levando-se em consideração as dificuldades que a área de análise das prestações de contas dos convênios na CGOF encontra em cumprir com os prazos, bem como as dificuldades desta Secretaria, e ainda, o tempo decorrido que envolve os			

trâmites externos que se estendem às solicitações aos convenientes e seus respectivos atendimentos, citamos como fator positivo que facilitou a conclusão da análise da prestação de contas deste convênio, o esforço concentrado das equipes implementado nesta SGM e na CGOF, com o objetivo de concluir os convênios com análises financeiras atrasadas constatadas nesta Secretaria. Tal fato pode ser observado se compararmos os 15 convênios com as prestações de contas atrasadas anteriores ao exercício de 2009, em relação aos 06 convênios que tiveram a análise de suas contas concluída até o encerramento do exercício de 2010, representando a análise de 40% do universo dos convênios com a análise fora do prazo, principalmente se considerarmos que o esforço deu-se de maneira mais enfática a partir do segundo semestre de 2010.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria nº 245303	1.2.7.1 Constatação 040	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação:			
<i>“Maior tempestividade na análise das Prestações de Contas, e aplicabilidade, quando necessário, dos dispositivos previstos na IN STN-001/97, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira, bem como adote as sanções previstas na legislação nos casos em que o conveniente deixar de atender as exigências decorrentes das análises de prestação de contas.”</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME,			46227
por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF			80058
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			
Síntese da providência adotada:			
Após a adoção de providências e prestação de esclarecimentos por parte da conveniente, a Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto – FEOP, a CGOF/MME concluiu a análise financeira da prestação de contas final do convênio.			
Síntese dos resultados obtidos			
A conveniente atendeu aos ditames da norma legal quanto à apresentação dos documentos tornando possível realizar a análise financeira da prestação de contas final do convênio, a qual foi concluída e a situação no sistema SIAFI foi ajustada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências:			
- esforço concentrado das equipes envolvidas: levando-se em consideração as dificuldades que a área de análise das prestações de contas dos convênios na CGOF encontra em cumprir com os prazos, bem como as dificuldades desta Secretaria, e ainda, o tempo decorrido que envolve os trâmites externos que se estendem às solicitações aos convenientes e seus respectivos			

atendimentos, citamos como fator positivo que facilitou a conclusão da análise da prestação de contas deste convênio, o esforço concentrado das equipes implementado nesta SGM e na CGOF, com o objetivo de concluir os convênios com análises financeiras atrasadas constatadas nesta Secretaria. Tal fato pode ser observado se compararmos os 15 convênios com as prestações de contas atrasadas anteriores ao exercício de 2009, em relação aos 06 convênios que tiveram a análise de suas contas concluída até o encerramento do exercício de 2010, representando a análise de 40% do universo dos convênios com a análise fora do prazo, principalmente se considerarmos que o esforço deu-se de maneira mais enfática a partir do segundo semestre de 2010.

16.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Tabela CLV: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício (Quadro A.15.4)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria nº 245303	1.1.2.2 - Constatação 036 1.2.2.2 - Constatação 037	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Descrição da Recomendação:			
<i>“Inicialmente, a instituição de uma base de dados, em seguida a definição dos indicadores de Gestão que atendam às necessidades da SGM e por fim sua implementação, observando, na escolha e adoção dos mesmos, os critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, qualidade, praticidade, simplicidade e representatividade.”</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Secretaria Executiva			03245
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A recomendação foi atendida parcialmente, visto que a fase de validação preliminar dos indicadores está sendo cumprida pelas partes interessadas (Diretores e Secretário da SGM e Secretaria Executiva/MME).			
A adoção de indicadores na SGM passa pelas etapas de mapeamento de macroprocessos, construção de indicadores, validação preliminar, construção de fórmulas, estabelecimento de metas e notas, validação final e implementação.			
Após a nomeação de representantes da SGM para coordenação interna do processo de seleção e apuração dos indicadores de desempenho, por intermédio do Memorando nº 161/2010/SGM, de 18.08.2010, e considerando a base de dados previamente existente na SGM, foram realizadas reuniões entre o grupo de trabalho da SGM, as equipes técnicas dos Departamentos da SGM, bem como representantes da Secretaria Executiva/MME, alcançando como resultados o			

(re)mapeamento dos macroprocessos e a definição de indicadores para os respectivos macroprocessos, baseando-se nos critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, qualidade, praticidade, simplicidade e representatividade. Foram utilizados como orientação os textos “Técnicas de Auditoria: Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos – TCU/2000” e o “Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores” - MPOG/2009. Os macroprocessos e os indicadores obtidos preliminarmente serão validados pelas partes interessadas. Após a validação preliminar, serão finalizadas as etapas de construção de fórmulas, estabelecimento de metas e notas, considerando que parte já foi realizada.

Todavia, antes que os indicadores sejam implementados, é necessário que ocorra uma validação final pelas partes interessadas para que seja possível a utilização dos indicadores.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores positivos que facilitaram a adoção de providências:

- **participação ativa dos envolvidos no processo:** a presença e participação dos novos Analistas de Infraestrutura nas etapas do trabalho realizados e apoio das partes interessadas.

Fatores negativos que prejudicaram a adoção de providências:

- **Tempo necessário para concluir todas as etapas:** para concluir todo o processo de mapeamento de macroprocessos, construção de indicadores, validação preliminar, construção de fórmulas, estabelecimento de metas e notas, validação final e implementação é necessário tempo, levando-se ainda em consideração que são muitos os atores envolvidos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria nº 245303	1.2.7.1 Constatação 040	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			
Descrição da Recomendação:			
<i>“Maior tempestividade na análise das Prestações de Contas, e aplicabilidade, quando necessário, dos dispositivos previstos na IN STN-001/97, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira, bem como adote as sanções previstas na legislação nos casos em que o conveniente deixar de atender as exigências decorrentes das análises de prestação de contas.”</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF			46227
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			80058
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A análise financeira da prestação de contas final do convênio celebrado com a Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira – ADIMB, encontra-se próxima de sua conclusão. Respondendo ao expediente enviado pela SGM em outubro e ao contato realizado por e-mail enviado em novembro, a conveniente encaminhou o Ofício ADIMB nº 224/10, 23.12.2010, prestando os esclarecimentos necessários à análise conclusiva das contas. No sistema SIAFI o convênio encontra-se com a situação "A Aprovar", tendo em vista que a			

prestação de contas financeira não está concluída.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores negativos que têm prejudicado a conclusão da análise das prestações de contas dos convênios celebrados anteriormente a 2009:

- **Tempo decorrido entre as solicitações e o atendimento por parte dos convenientes**, tendo em vista que muitas vezes os envolvidos no acompanhamento dos processos na instituição conveniente estão ausentes em razão das atividades desempenhadas na instituição, e por vezes, a rotatividade das pessoas nas instituições conveniadas;

- **fluxo administrativo entre as Secretarias**, demandando tempo de espera para assinaturas de expedientes, análise técnica do objeto, inclusão dos procedimentos no DocFlow (gerenciador eletrônico de documentos e processos), que entrou em atividade em 2010, por meio da Norma Operacional SPOA nº 001, de 15.09.2010, e exigiu o cadastro no referido sistema e a consequente digitalização de todos os processos existentes nas Secretarias, sem o qual seria impossível tramitá-los.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral			80058
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Auditoria nº 201000034	2.1.1.2 Constatação 003	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			
Descrição da Recomendação:			
<i>“Maior tempestividade na análise das Prestações de Contas e aplicabilidade, quando necessário, dos dispositivos previstos na IN STN – 001/97, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira.”</i>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral/SGM/MME			80058
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Com a publicação da Portaria SE/MME nº 494/2009, as Secretarias Finalísticas passaram a se responsabilizar por todas as fases do processo relativo aos convênios, incluída a análise financeira da prestação de contas final do convênio, tarefa anteriormente sob a responsabilidade da CGOF/SPOA. A nova atribuição gerou a necessidade de aumentar a equipe responsável pelos convênios, visto que, zelando pelo atendimento ao princípio da segregação de funções, os membros da equipe já existente não poderiam realizar a análise das prestações de contas existentes. Dessa forma, além de envidar todos os esforços na busca de profissionais para reforçar a equipe responsável, a SGM buscou oferecer capacitação àqueles envolvidos com o tema convênios, com participação em treinamentos na ENAP, no TCU e em instituto particular.			
Seguindo a orientação emitida pelo Gabinete do Ministro, para todas as Secretarias Finalísticas			

do MME, de realizar um *esforço concentrado* com o objetivo de analisar os convênios anteriores ao exercício de 2009, com prazo de prestação de contas vencido e buscar a diminuição no número desses processos, decidimos estender o esforço concentrado para analisarmos os convênios celebrados no sistema SICONV e que encontravam-se em fase de prestação de contas.

Dessa forma, no final do exercício de 2010, iniciamos a análise financeira das prestações de contas finais dos convênios da Fundação Sonia Ivar, da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração – ABM e do Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fatores negativos que têm prejudicado a conclusão da análise das prestações de contas dos convênios:

- **atividade nova:** A SGM passou a ter como atribuição institucional a análise financeira das prestações de contas dos instrumentos pactuados a partir da publicação da Portaria SE/MME nº 494/2009, atividade anteriormente realizada pela CGOF/MME;

- **pessoal técnico:** a atividade a ser desempenhada é muito específica e exige conhecimentos técnicos abrangentes na área de contabilidade pública, orçamento pública, gestão pública, administração pública, conhecimentos e operacionalização nos sistemas SIAFI e SICONV. Esta Secretaria levou mais tempo do que esperava para encontrar profissional com o perfil adequado;

- **necessidade de capacitação:** é necessário oferecer capacitação permanente, tendo em vista as atualizações da legislação vigente, dos posicionamentos do TCU e que o sistema SICONV passa por modificações e atualizações periódicas;

- **tempo decorrido entre as solicitações e o atendimento por parte dos convenientes:** tendo em vista que muitas vezes os envolvidos no acompanhamento dos processos na instituição conveniente estão ausentes em razão das atividades desempenhadas na instituição, e por vezes, a rotatividade das pessoas nas instituições conveniadas.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão no Exercício

Em 2010 duas fundamentais ações realizadas pela SGM foram finalizadas. A primeira é referente ao Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM-2030 e a segunda refere-se à elaboração dos projetos de Lei do novo Marco Regulatório do Setor Mineral e da criação da Agência Nacional de Mineração - ANM.

O PNM-2030 consolida o planejamento detalhado das políticas públicas de longo prazo para a geologia, mineração e transformação mineral para o país nas próximas duas décadas. Baseado em três diretrizes (governança pública eficaz, agregação de valor e sustentabilidade) visa a otimização do aproveitamento sustentável do patrimônio mineral brasileiro e tem como um dos objetivos estratégicos a implementação de políticas públicas que possam contribuir para tornar o setor mineral um dos alicerces do desenvolvimento sustentável do país.

Já a proposta de novo Marco Regulatório para o setor mineral contempla uma profunda alteração no arcabouço da legislação mineral, que data de 1967. Nesse sentido, a SGM elaborou proposta de Projeto de Lei com objetivo de introduzir conceitos modernos de regulação e de gestão estratégica para as atividades de exploração, produção e comercialização de bens minerais. Também faz parte da proposta a criação do Conselho Nacional de Política Mineral - CNPM, que será um órgão

colegiado de alto nível com atribuição de fornecer diretrizes de políticas públicas para geologia e mineração.

Além da nova legislação para outorga de direitos minerários, há também, em fase de conclusão na SGM, Projeto de Lei destinado a reformular a legislação sobre Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM.

Ainda com referência a mudanças regulatórias na mineração, a SGM acompanhou os trâmites do Projeto de Lei que regulamenta o § 1º do Art. 176 e do § 3º do Art. 231 da Constituição Federal, junto à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Esse Projeto de Lei, que versa sobre exploração mineral em terras indígenas, aguarda a aprovação no Congresso Nacional e a SGM vem envidando esforços para que a matéria seja debatida e aprovada, possibilitando o aproveitamento mineral nestas áreas.

Em julho de 2010 foi publicada a Portaria MME nº 627, a qual estipula que as outorgas de concessão de lavra consideradas de grande relevância ou que representem considerável repercussão socioeconômica, deverão ser assinados diretamente pelo senhor Ministro de Minas e Energia. Assim, a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral tem a incumbência de avaliar os requerimentos de concessão de lavra, de modo a subsidiar a tomada de decisão do senhor Ministro com relação aos atos de assinatura dos direitos minerários segundo os critérios estabelecidos na citada Portaria.

A Secretaria atuou, ainda, na Concessão de Lavra para o garimpo de Serra Pelada. O antigo garimpo de Serra Pelada, considerado o maior garimpo a céu aberto do mundo na década de 1980, atualmente está sendo reativado por meio de lavra mecanizada e em profundidade. Por essa razão, a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada – COOMIGASP, detentora dos direitos minerários, buscou parceria com uma empresa de mineração (Mineração Colossus Ltda). Desta parceria resultou a empresa “Serra Pelada Companhia de Desenvolvimento Mineral”, e em julho de 2010, no Município de Curionópolis, o Ministro de Minas e Energia assinou a Portaria de Lavra, determinando que também fosse assinado um Termo de Compromisso entre as duas entidades, de maneira a garantir todos os direitos para os garimpeiros registrados na Cooperativa. Esse Termo de compromisso, que representa um ato inédito no processo de concessão de lavra no Brasil, reflete a preocupação do MME na resolução dos problemas e conflitos históricos na região de Serra Pelada, esperada há muitos anos pelos garimpeiros, sem perder-se a perspectiva da proteção dos trabalhadores.

A atribuição de gerar conhecimento do meio físico do país foi uma das prioridades dos agentes públicos do setor mineral. Nesse sentido, as ações da CPRM inseridas no PAC permitiram a realização de levantamentos geológicos e aerogeofísicos sistemáticos que contribuem para o desenvolvimento da infraestrutura nacional. Essas ações de governo, das quais se destacam, além dos estudos de geologia básica e aerogeofísica, também os levantamentos hidrogeológicos, cadastramentos de poços de água subterrânea e levantamentos geotécnicos para prevenção de desastres naturais, estão proporcionando importantes subsídios aos vários órgãos públicos encarregados de elaborar a proposta de criação de um centro integrado para estudos e prevenção de desastres naturais, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República.

Com referência às ações da SGM sobre o uso adequado do território nacional, participamos, em conjunto com a CPRM/Serviço Geológico do Brasil, dos grupos interministeriais que realizam estudos para a identificação de áreas de risco e a prevenção de desastres naturais. Esses estudos são realizados por meio de levantamentos geotécnicos e geofísicos e são utilizados no ordenamento territorial, evitando áreas potencialmente perigosas em caso de ocorrência de desastres naturais, tais como sismos, deslizamentos e enchentes.

Outras importantes atividades executadas em 2010 são referentes às questões da Plataforma Continental Jurídica Brasileira - PCJB. Visando ampliar o conhecimento da biologia e da geologia marinha e de seus potenciais, bem como por questões estratégicas, a Marinha do Brasil em conjunto com outros órgãos, entre eles a CPRM, atuaram ativamente no Comitê Executivo do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da PCJB, denominado de Projeto REMPLAC. Além deste, a CPRM participou de outros projetos, tais como o Programa de Prospeção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial - PROAREA, Programa de Pesquisas Científicas da Ilha da Trindade - PROTRINDADE, Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo - PROARQUIPELAGO, Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha - BIOMAR, Programa de Mentalidade Marítima - PROMAR entre outros, todos com foco em assuntos do mar.

Também merece destaque os estudos regionais de diagnósticos das cadeias de base mineral no âmbito dos estados ocorridos em 2010. Neste período foram finalizados os convênios com os estados do Amazonas, Amapá e Sergipe, além da continuidade do projeto com o Maranhão. Esses projetos fazem parte das ações de apoio empreendidas pela SGM para ampliar o conhecimento do potencial geológico e da indústria mineral nas diversas regiões do país.

Quanto ao levantamento e disponibilização de informações e dados estatísticos setoriais, a SGM elaborou publicações e informes estatísticos, tais como a Prévia da Indústria Mineral e a Sinopse da Mineração e Transformação Mineral de publicação mensal. Além dessas publicações, a SGM apoiou a organização de 56 Arranjos Produtivos Locais de base mineral – Rede APL mineral, como por exemplo o arranjo produtivo de areia em Serópedica, no Rio de Janeiro e o arranjo de Gemas e Joias em Poxorel e Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso do Sul.

A atuação da SGM em relação à capacitação e difusão de informações a trabalhadores do setor minerário, permitiu o aumento no número de profissionais qualificados pelo “Projeto Inclusão Digital do Pequeno Produtor Mineral”, realizado a partir de parceria entre a SGM e a Associação Telecentros de Informação e Negócios - ATN que permitiu a capacitação de 7028 usuários de telecentros minerais por meio da utilização de aproximadamente 2.000 centros de acesso à internet, especialmente do Portal PORMIN, o qual visa capacitar empreendedores da mineração em pequena escala, difundindo informações técnicas e gerências para o aprendizado e aperfeiçoamento das atividades produtivas da mineração, incluindo noções de responsabilidade ambiental, economia mineral e aspectos legais da atividade.

A SGM atuou também no “Projeto Saúde e Segurança dos Mineiros”, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, que tem como competência elaborar normas regulamentadoras específicas sobre o tema. O MTE exerce um papel auxiliar na fiscalização, treinamento e prevenção dessas questões nas minas, o que nos levou a executar, em 2010, o Projeto “Mobilização e Capacitação do Setor Mineral para a Gestão da Saúde dos Trabalhadores nas Minas: CIPAMIN e PGR”. O objetivo do projeto foi capacitar os trabalhadores e fornecer subsídios para as reformulações normativas e a elaboração de políticas públicas.

Foram produzidos relatórios sobre as condições de trabalho de 23 empresas de mineração e 3 agrupamentos mineiros. Também foram capacitados 750 trabalhadores (cerca de 25.000 trabalhadores beneficiados indiretamente), em 30 Municípios das 5 Regiões do País, abrangendo a lavra de 17 substâncias minerais diferentes. Os resultados serão divulgados em um documento público, sistematizando os resultados da pesquisa e as proposições colhidas nos diversos momentos e atividades.

Ainda quanto a ações de capacitação, destaca-se o “Curso de Especialização em Gestão e Política Mineral”, que foi direcionado para o quadro técnico do DNPM, viabilizando cursos em nível de

especialização nas áreas de regulação, meio ambiente, tecnologia mineral, etc. Este projeto, executado pela Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, utilizou a ferramenta de ensino à distância e foi viabilizado por meio do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético - ESTAL, financiado pelo Banco Mundial.

Em junho de 2010, foi criado, por meio de Portaria Conjunta entre MME e MCT, um Grupo de Trabalho Interministerial destinado a estudar os chamados Minerais Estratégicos. Seu objetivo é sugerir diretrizes e ações governamentais para o adequado aproveitamento dos minerais estratégicos para o desenvolvimento da indústria mineral no Brasil. Durante os trabalhos do GTI, foram realizadas diversas reuniões com especialistas, que resultaram em diversos estudos sobre os minerais estratégicos, principalmente os minerais utilizados em indústrias de alta tecnologia, tais como lítio, ítrio e outras terras raras. O Relatório Final do GTI, a ser entregue aos Ministros do MME e MCT, aponta as ações que devem ser desenvolvidas para que o Brasil possa assegurar a produção suficiente desses bens minerais para o atendimento da indústria nacional, em linha com as ações previstas no PNM-2030.

Pelo exposto, comparando as atividades executadas pela Secretaria com suas atribuições regimentais e as políticas públicas envolvidas, pode-se afirmar que a SGM, a despeito de sua restrição orçamentária, teve desempenho eficiente em sua gestão. Isso pode ser verificado pelo competente atingimento de metas previstas no PPA, incluindo um aumento expressivo nos indicadores de resultados referentes aos projetos de capacitação de trabalhadores do setor mineral e nos estudos de apoio ao desenvolvimento da indústria mineral.

PARTE B – ITEM I

I - Declaração do Contador

A declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal – SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17.03.64), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante ao BALANÇO FINANCEIRO, na Conta Contábil nº 214200000 - Valores Diferidos, que no encerramento do exercício, apresentou o saldo de R\$ 1.394,26 (hum mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

A divergência apontada está em processo de regularização.

A apresentação da declaração do contador tem como objetivo evidenciar a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis das unidades jurisdicionadas e foi apresentada de forma individual, por Secretaria Finalística, e está anexada ao Relatório de Gestão da SGM.

UJ: Secretaria Executiva - SE/MME

UG: 320012 – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 1.394,26 (hum mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Velozo Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC –DF nº 018138/O-2

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno (Controladoria Geral da União) e externo (Tribunal de Contas da União) como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Decisão Normativa TCU nº 110/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações da Portaria CGU nº 2.546/2010.

Brasília, 03/2011

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEGE – Assessoria Especial de Gestão Estratégica
AGU – Advocacia Geral da União
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARP – Adesão de Registro de Preços
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASSEC – Assessoria Econômica
CAC – Coordenação de Administração de Contratos
CAEEB – Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
CEB – Companhia Energética de Brasília
CEPEL – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
CFTV – Circuito Fechado de Televisão
CGCC – Coordenação-Geral de Compras e Contratos
CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria Geral da União
CMA – Coordenação de Modernização Administrativa
CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
COAGE – Coordenação de Atividades Gerais
CODES – Coordenação de Desenvolvimento e Seguridade Social
CONJUR – Consultoria Jurídica
CPCT – Central Privada de Comutação Telefônica
CPD – Centro de Processamento de Dados

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

CPS – Compras Públicas Sustentáveis

DDE – Departamento de Desenvolvimento Energético

DIOBE – Divisão de Obras e Serviços de Engenharia

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DocFlow – Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil

GDAIE – Gratificação de Desempenho de Atividades em Infraestrutura

GEAP – Fundação de Seguridade Social

GED – Gestão Eletrônica de Documentos

GM – Gabinete do Ministro

GSISP – Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática

ILB – Instituto Legislativo Brasileiro

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

MAS – Média de Afastamento por Servidor

MCU – Unidade de Controle Multiponto

MME – Ministério de Minas e Energia

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NESA – Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental

NO – Norma Operacional

OCI – Órgão de Controle Interno

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAD – Processo Administrativo Disciplinar

PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PODE – Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários

PPA – Plano Plurianual

PSI – Política de Segurança da Informação

RFID – Identificação por Rádio Frequência

SE – Secretaria-Executiva

SEE – Secretaria de Energia Elétrica

SFC – Secretaria Federal de Controle

SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPÉ – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Serviços Gerais

SICAF – Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SICP – Sistema Integrado de Controle de Processos e Documentos

SIDEC – Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações

SIDERBRÁS – Siderurgia Brasileira

SIG – Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal

SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal

SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

SPE – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

SPG – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SRH – Secretaria de Recursos Humanos

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SubSIGA – Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos do MME

TCU – Tribunal de Contas da União

TESA – Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento

TI – Tecnologia da Informação

TMA – Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria

UG – Unidade Gestora

UGO – Unidade Gestão Orçamentária

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ - RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL (QUADRO A.1.1)	13
QUADRO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO (QUADRO A.2.1)	18
QUADRO 3 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ (QUADRO A.2.2)	20
QUADRO 4 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS (QUADRO A.2.3)	55
QUADRO 5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES (QUADRO A.2.4)	55
QUADRO 6 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL (QUADRO A.2.5)	56
QUADRO 7 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS (QUADRO A.2.6)	57
QUADRO 8 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA (QUADRO A.2.7)	58
QUADRO 9 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (QUADRO A.2.8)	60
QUADRO 10 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (QUADRO A.2.9)	61
QUADRO 11 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (QUADRO A.2.10)	63
QUADRO 12 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (QUADRO A.4.1)	83
QUADRO 13 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 (QUADRO A.5.1)	84
QUADRO 14 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 (QUADRO A.5.2)	87
QUADRO 15 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 (QUADRO A.5.3)	87
QUADRO 16 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 (QUADRO A.5.4)	88
QUADRO 17 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010 (QUADRO A.5.5)	89
QUADRO 18 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS (QUADRO A.5.6)	89
QUADRO 19 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010 (QUADRO A.5.7)	90
QUADRO 20 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE (QUADRO A.5.8)	94
QUADRO 21 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (QUADRO A.5.9)	96
QUADRO 22 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (QUADRO A.5.10)	98
QUADRO 23 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (QUADRO A.6.1)	99
QUADRO 24 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEQUENTES (QUADRO A.6.3)	100
QUADRO 25 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA SPOA (QUADRO A.9.1)	101
QUADRO 26 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (QUADRO A.10.1)	105
QUADRO 27 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO (QUADRO A.11.1)	115
QUADRO 28 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS (QUADRO A.11.2)	116
QUADRO 29 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ (QUADRO A.11.3)	117
QUADRO 30 - GESTÃO DE TI DA UJ (QUADRO A.12.1)	119
QUADRO 31 - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	121
QUADRO 32 - DESPESA COM CARTÃO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	121
QUADRO 33 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (QUADRO A.15.1)	122
QUADRO 34 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (QUADRO A.15.3)	126
QUADRO 35 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA (QUADRO B.1.2)	183

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DADOS GERAIS DO PROGRAMA 0089	22
TABELA 2 - DADOS GERAIS DO PROGRAMA 0750	22
TABELA 3 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 2000	23
TABELA 4 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 4572	39
TABELA 5 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 2011	39
TABELA 6 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 2012	40
TABELA 7 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 2010	40
TABELA 8 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 2004	41
TABELA 9 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 09 HB	42
TABELA 10 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 20CW	42
TABELA 11 - DADOS GERAIS DA AÇÃO 0181	43
TABELA 12 - QUADRO GERAL DE PESSOAL	44
TABELA 13 - SERVIDORES DO QUADRO DE PESSOAL, EM EXERCÍCIO NA SPOA - 2010	45
TABELA 14 - PESSOAL REQUISITADO EM EXERCÍCIO NA SPOA - 2010	45
TABELA 15 - PESSOAL EM EXERCÍCIO NAS ÁREAS FINALÍSTICAS E DE SUPORTE DO MME	45
TABELA 16 - ADMISSÃO/EXERCÍCIO DE ANALISTAS DE INFRAESTRUTURA	46
TABELA 17 - DESPESAS DE PESSOAL DO MME	47
TABELA 18 - AÇÕES DE TREINAMENTO	48
TABELA 19 - SERVIDORES CAPACITADOS NA EDUCAÇÃO FORMAL	49
TABELA 20 - EVENTOS DE CAPACITAÇÃO REALIZADOS POR UNIDADES DO MME - 2010	50
TABELA 21 - PLANO DE SAÚDE GEAP	51
TABELA 22 - PLANO DE SAÚDE ALIANÇA	52
TABELA 23 - ÁREAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	52
TABELA 24 - AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA	53
TABELA 25 - CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA GRIPE NO MME	54
TABELA 26 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO MME - 2010	137
TABELA 27 - DEMONSTRATIVO DETALHADO DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO POR MODALIDADE NO EXERCÍCIO DE 2010	143
TABELA 28 - PREGÕES ELETRÔNICOS REALIZADOS EM 2010	145
TABELA 29 - PREGÃO PRESENCIAL REALIZADO EM 2010	152
TABELA 30 - DISPENSAS DE LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2010	152
TABELA 31 - ADESÕES A REGISTROS DE PREÇOS REALIZADOS EM 2010	160
TABELA 32 - APLICAÇÃO DE PENALIDADES RESULTANTE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS REALIZADOS EM 2010	162
TABELA 33 - CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS – EXERCÍCIO - 2010	167
TABELA 34 - RELAÇÃO DE CONTRATOS VIGENTES - NÃO CONTÍNUOS - 2010	174
TABELA 35 - RELAÇÃO DE PROCESSOS COM APLICAÇÃO DE PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE 2010	177

LISTA DE GRÁFICOS

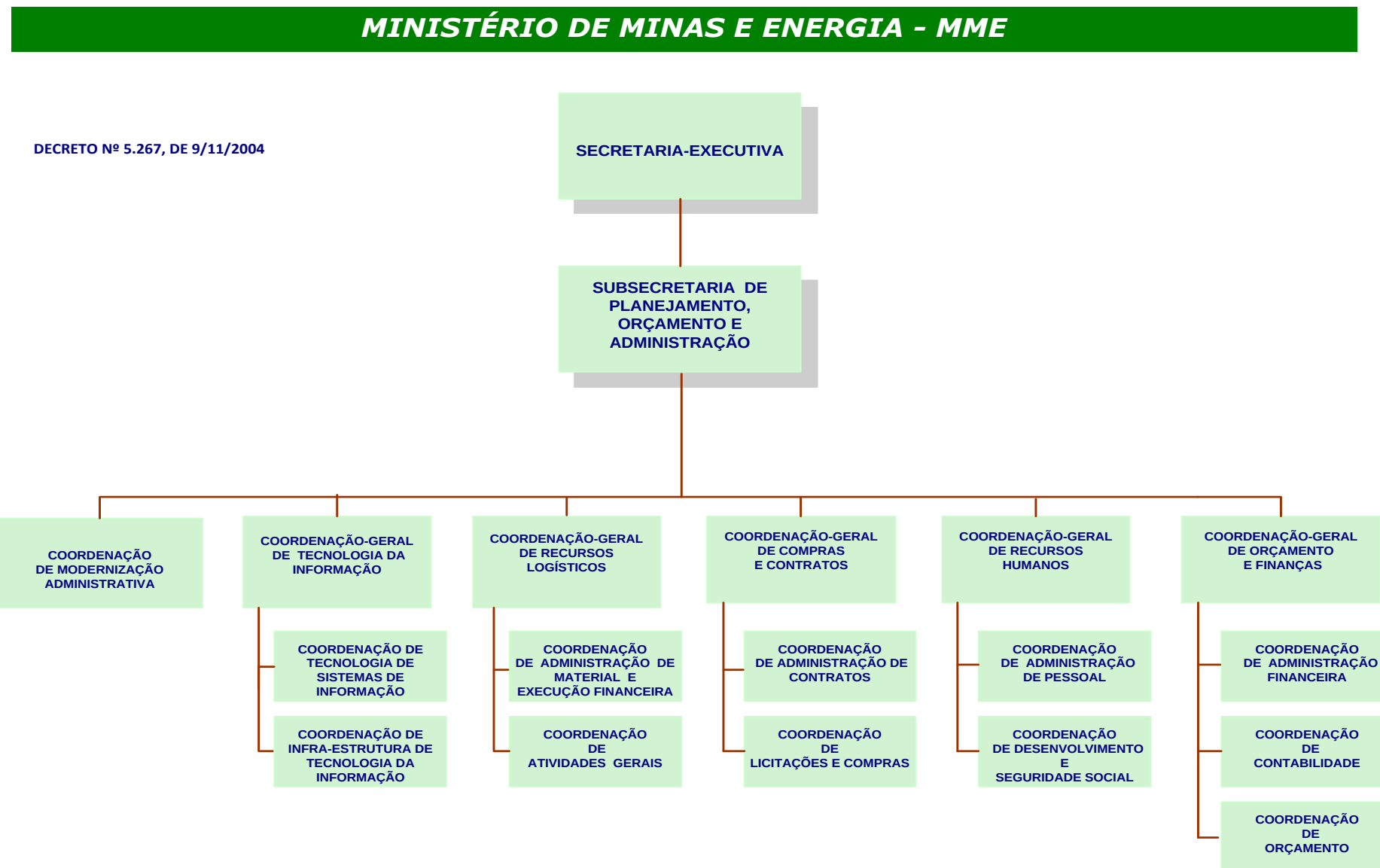
GRÁFICO 1 - ORGANOGRAMA DA SPOA	10
GRÁFICO 2 - PREGÃO ELETRÔNICO, DISPENSA DE LICITAÇÃO E ADESÃO A REGISTROS DE PREÇOS REALIZADOS EM 2010	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	13
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E (OU) PROGRAMÁTICOS.....	15
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	15
2.1.1 Competência Institucional	15
2.1.2 Objetivos Estratégicos	15
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	16
2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	17
2.3.1 Execução dos Programas sob a Responsabilidade da UJ	18
2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	20
2.3.3 Principais Ações dos Programas 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0750 – Apoio Administrativo	22
2.3.3.1 Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	22
2.3.3.2 Programa 0750 – Apoio Administrativo	22
2.3.3.2.1 Ação 2000 – Administração da Unidade	23
2.3.3.3 Principais Resultados da Ação 2000 – Administração da Unidade	23
2.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL	24
2.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI	29
2.3.6 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH	38
2.3.6.1 Ação 4572 - Capacitações de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	39
2.3.6.2 Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	39
2.3.6.3 Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	40
2.3.6.5 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes	41
2.3.6.7 Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	42
2.3.6.8 Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	43
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	55
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	55
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes	55
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital	56
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	57
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	58
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	60
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ	60
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	60
2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	61
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	63
2.4.3 Indicadores de Desempenho	64
3. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	83
3.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	83
4. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS	84
4.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	84
4.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	88
4.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	89
4.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS	90
4.5 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	94
4.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	98

5. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO	99
5.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	99
5.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010	99
5.1.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes	100
6. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.370/1993.	101
7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	101
7.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	101
8. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	105
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	105
9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ	115
9.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	115
10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) .	119
10.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	119
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	121
12. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU OU ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	122
12.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	122
12.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	126
13. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	136
13.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF	136
13.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC	141
13.3 COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - CMA	179
ANEXO I - REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	181
ANEXO II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (Parte B - DN TCU nº107/2010)	183

Gráfico 1 - Organograma da SPOA



INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada, Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, refere-se ao exercício de 2010, e foi elaborado em cumprimento às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 110, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, e às orientações da Portaria CGU nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010.

Para a realização das atividades dos órgãos do MME, processo que se associa à missão da UJ, cabe à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, conduzir a execução de suas ações decorrentes da função de órgão setorial dos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração de recursos humanos e de tecnologia da informação, de serviços gerais, de modernização e inovação institucional, bem como de gestão de documentos de arquivo, no âmbito deste Ministério.

O presente relatório consolida as ações das seguintes unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional da Subsecretaria: (i) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; (ii) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação; (iii) Coordenação-Geral de Recursos Humanos; (iv) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; (v) Coordenação-Geral de Compras e Contratos e (vi) Coordenação de Modernização Administrativa.

Entre as ações ultimadas em 2010 pela UJ, destaca-se a modernização da infraestrutura predial e de tecnologia, que abrange diversos projetos de melhoria do prédio e de modernização de equipamento, serviços e instalações na área de tecnologia da informação, de fundamental importância para assegurar as condições necessárias à manutenção e ao funcionamento dos órgãos deste Ministério, de modo que pudessem executar, de forma ágil e eficaz, as atividades estabelecidas no Decreto nº 5.267/04 e na Portaria GM/MME nº 144/06.

As instalações e reformas do prédio imprimiram confiabilidade e economia à proposta de um novo sistema de energia, situação que possibilitou o desenvolvimento de um “Projeto de Eficientização Energética”, idealizado especificamente para os sistemas de iluminação do edifício, contando com a parceria técnica da CEB – Companhia Energética de Brasília e da Secretaria de Energia Elétrica deste Órgão. Nesse contexto, é oportuno ressaltar que a Pasta do MME se converterá num dos principais exemplos de gestão e consumo energético eficientes no Brasil, podendo repassar essa tecnologia aos demais órgãos públicos.

A gestão orçamentária eficiente, que chegou ao patamar de 96,8% no exercício de 2010, demonstrando um resultado bastante satisfatório na gestão dos recursos orçamentários destinados ao MME e ao encargo desta UJ, é outra ação que merece registro e está integrada à consecução dos objetivos da Subsecretaria, em especial da ação anterior.

Não obstante os resultados favoráveis, fatores impactantes e que dificultaram o prosseguimento das ações ao encargo da SPOA foram os dois contingenciamentos ocorridos no ano passado, mais a limitação de empenho e dos pagamentos feitos, prejudicando a excelência da gestão orçamentária, visto que o pleito de ampliação dos limites somente foi atendido de forma parcial.

A estrutura do documento está de acordo com as orientações do TCU, sendo que os resultados dos Programas 0750 – Apoio Administrativo e 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, a cargo da SPOA, estão vinculados às respectivas Coordenações-Gerais, encarregadas da condução de atividades/projetos integrantes das ações dos referidos Programas. Dessa forma, além de permitir a avaliação do cumprimento das competências regimentais atribuídas à Subsecretaria, o documento confere transparência aos resultados da aplicação dos recursos.

Cabe informar que, conforme demonstrado a seguir, não se aplicam à UJ alguns itens da Parte “A” do Anexo II à DN TCU nº 277/2010, ou subitens/quadros especificados nas orientações do Anexo à Portaria-TCU nº 277/2010:

- Item 3 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;
- Item 14 - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ;
- Subitem 2.4.2.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação - (Quadro A.2.11 e Quadro A.2.12);
- Subitem 6.1.2 - Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios (Quadro A.6.2, Quadro A.6.4 e Quadro A.6.5);
- Subitens 12.2 e 12.4 (Quadro A.15.2 e Quadro A 15.4) - Deliberações do TCU e recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício. (Todas as recomendações/orientações feitas no exercício de 2010 foram atendidas).

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual (Quadro A.1.1)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração			
Denominação abreviada: SPOA			
Código SIORG: 8932	Código LOA: 32101		Código SIAFI: 320002
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público (Administração Direta do Poder Executivo Federal)			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8.411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3319-5646	(061) 3319-5101	(061) 3319-5678 (fax)
E-mail: spoa@mme.gov.br			
Página na Internet: http://www.mme.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", Brasília-DF, CEP 70065-900.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, publicado no DOU-1 de 10/11/2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério de Minas e Energia.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno da Secretaria-Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 144, de 23 de junho de 2006, publicado no DOU-1 de 26/6/2006, alterada pela Portaria nº 459, de 1º de dezembro de 2009. Portaria MME nº 459, de 1º de dezembro de 2009, que altera o Regimento Interno da Secretaria-Executiva.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Os produtos e serviços da SPOA são executados de acordo com orientações e normas emanadas dos órgãos centrais dos sistemas federais estruturantes.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
320002	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF		
320004	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL		

320005	Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH	
320006	Setorial Contábil	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
320002	00001 – Tesouro Nacional	
320004		
320005		
320006		
320016		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
320002		00001

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E (OU) PROGRAMÁTICOS

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1.1 Competência Institucional

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, órgão integrante da estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 5.267, de 2004, e na Portaria Ministerial nº 144, de 2006, tem como competência regimental:

- ✓ planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa, assim como as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

- ✓ orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

- ✓ desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e

- ✓ realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

Os objetivos da UJ estão aderentes às suas competências regimentais e alinhados às diretrizes e orientações estratégicas do Ministério de Minas e Energia, em especial da Secretaria-Executiva, que coordena e supervisiona o macroprocesso de gestão interna. Assim, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração pautou suas ações no fortalecimento da função de órgão setorial dos sistemas estruturantes do Governo Federal, tendo como missão suprir as unidades organizacionais do Ministério de suas necessidades de recursos humanos, materiais e financeiros e de tecnologia da informação, em consonância com as normas técnicas emanadas dos órgãos centrais desses Sistemas.

Nesse sentido, a SPOA teve suas ações balizadas pelos seguintes objetivos específicos: (i) buscar a agilidade no atendimento de demandas das diversas unidades administrativas desta Pasta; (ii) promover a melhoria contínua da infraestrutura física e dos processos de trabalho; (iii) atuar com eficiência e transparência na gestão dos recursos orçamentários e financeiros; e (iv) incentivar a capacitação e o desenvolvimento do corpo funcional.

Com isso, ressaltam-se os principais resultados na execução de programas, projetos e ações da UJ, iniciados no exercício anterior e dado prosseguimento em 2010:

- modernização da infraestrutura predial e de tecnologia
- implementação de mecanismos de segurança física e de informação;
- promoção de políticas e ações de valorização do servidor;
- otimização dos custos nas aquisições de bens e serviços;
- gestão orçamentária eficiente;
- manutenção da alta disponibilidade do ambiente tecnológico;
- melhoria das atividades de atendimento aos usuários de serviços, tais como: help desk, telefonia, copeiragem, transporte, manutenção predial etc;
- implantação de ferramentas de gestão documental;
- implementação de sistemas para tomada de decisões estratégicas;
- ampliação das ações de capacitação de recursos humanos; e
- elaboração de instrumentos organizacionais e normas administrativas.

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Para a otimização de resultados e a integração de esforços, a SPOA, por meio de reuniões na sua área de competência, relaciona-se de forma sistemática e contínua com os órgãos centrais dos sistemas estruturantes do Governo Federal e com as demais unidades administrativas do MME. Ainda, como estratégia adotada, procurou manter reuniões periódicas com seus gestores, a fim de orientar a observância de normativos e promover o processo de comunicação eficaz com os órgãos de controle. Assim, no exercício de 2010, a UJ empenhou-se em assegurar as condições necessárias para a manutenção e o funcionamento dos órgãos do Ministério, para que pudessem exercer, de forma ágil e eficaz, suas funções institucionais estabelecidas no Decreto nº 5.267, de 2004, e na Portaria Ministerial nº 144, de 2006.

Nesse contexto, a Subsecretaria, com vistas à realização das atividades-fim do Ministério, manteve a realização de ações integradas nas áreas de recursos humanos, de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de recursos logísticos, de tecnologia da informação, de organização e modernização administrativa, bem como de gestão de documentos de arquivo.

Ainda, no processo de planejamento e alocação de recursos aos programas e ações, a atuação da Unidade Jurisdicionada esteve alinhada às orientações e estratégias do Plano Plurianual para o período 2008-2011.

2.3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

No exercício de suas competências regimentais, está a cargo da SPOA a execução dos Programas **Apoio Administrativo**, código orçamentário **0750**, e **Previdência de Inativos e Pensionistas da União**, código orçamentário **0089**, por meio da efetiva coordenação, no ano de 2010, das ações específicas integrantes dos referidos Programas.

2.3.1 Execução dos Programas sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 2 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (Quadro A.2.1)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo de Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos:						
Gerente:			Responsável: 92000 - Atividades Padronizadas			
Público Alvo: Governo						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
100.319.628	136.007.904	126.634.443	121.216.008	5.418.434	121.206.090	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						

Fonte: SIAFI e LOA 2010

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo de Programa: Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes						
Objetivos Específicos:						
Gerente:			Responsável: 92000 - Atividades Padronizadas			
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
68.143.771	79.073.771	78.977.815	78.977.815	-	78.977.815	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
-						

Fonte: SIAFI e LOA 2010

Análise Crítica

O fato de terem sido efetuados dois contingenciamentos no mesmo exercício e o atendimento apenas parcial do pleito do MME por uma ampliação nos limites de empenho e de pagamento pode ter prejudicado a gestão orçamentária da UJ, no que se refere ao pleno atingimento dos indicadores de resultado.

Dois eventos negativos prejudicaram a execução do Programa 0750 – Apoio Administrativo, sob a responsabilidade da SPOA: o corte efetuado pelo Congresso Nacional de 40% na ação 2000 – Administração da Unidade – e o contingenciamento efetuado no exercício. Nos dois casos, foram efetuadas as solicitações cabíveis – créditos adicionais e ampliação de limites de empenho e de pagamento – que tiveram atendimento apenas parcial.

2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Quadro 3 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ (Quadro A.2.2)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista (LOA 2010 + Créditos)	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011 (PLOA 2011)
04	301	0750	20CW – Assistência Médica – Exames Periódicos	0001	4	Servidor Beneficiado	573	**	573
25	301	0750	2004 – Assistência Médica e Odontológica	0001	4	Pessoa Beneficiada	2151	2360	1914
25	306	0750	2012 – Auxílio-Alimentação	0001	4	Servidor Beneficiado	818	913	925
25	331	0750	2011 – Auxílio-Transporte	0001	4	Servidor Beneficiado	742	742	429
25	365	0750	2010 – Assistência Pré-Escolar	0001	4	Criança Atendida	58	47	56
25	128	0750	4572 – Capacitação de Servidores	0001	4	Servidor Capacitado	1359	1485	270
9	272	0089	181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões	0001	4	Pessoa Beneficiada	1720	1631	-

Fonte: LOA 2010, PLOA 2011 e CGRH

Observação: As informações do quadro 3 demonstram a execução física das ações realizadas pela UJ como responsável da gestão do contingente de recursos humanos do MME.

Análise crítica

No que concerne à ação “20CW – Assistência Médica – Exames Periódicos”, a previsão para realização de exames periódicos dos servidores e empregados do MME foi prevista para ocorrer em meados de novembro de 2010, entretanto, o Pregão Eletrônico 27/10-MME, instaurado para tal, foi revogado com base no art. 49 da Lei nº 8.666/93, não restando tempo hábil para conclusão do certame dentro do exercício.

As ações “2004 – Assistência Médica Odontológica” e “2012 – Auxílio-Alimentação” para servidores e empregados do MME foram novamente impactadas pelo retorno de anistiados e pelo recebimento de novos Analistas de Infraestrutura no exercício de 2010. Nesse sentido, importa ressaltar que não há como precisar o quantitativo de retorno de anistiados, especialmente, em face da necessidade de se aguardar a deliberação e publicação do ato autorizativo por parte da Comissão Especial Interministerial (de anistia), de lavra da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No quesito “Assistência Médica e Odontológica”, a previsão anterior foi suficiente para abarcar o retorno dos anistiados porque havia uma reserva para atender servidores do Quadro Permanente, e respectivos dependentes, que não quiseram aderir ao Plano de Assistência à Saúde por este Órgão oferecido, mas que o fizeram em momento posterior, situação que justifica a sobra de previsão que abrangeu os novos servidores.

Especificamente quanto à ação “2011 – Auxílio-Transporte”, esta foi impactada pelos reajustes salariais ocorridos em julho de 2010 e pela unificação do vencimento básico com a gratificação GAE, pois os 6% incidentes sobre o novo vencimento agregado e reajustado cobrem o valor total da despesa com passagens utilizadas pelos servidores e empregados do MME.

Quanto à ação “2010 - Assistência Pré-Escolar” permaneceu dentro da meta prevista e não foi impactada pelo retorno dos 387 anistiados advindos das extintas empresas CAEEB e SIDERBRÁS, como as demais ações, em razão da faixa etária desses empregados, que hoje compõem o “Quadro Especial em Extinção do MME e não possuem dependentes menores de 6 anos.

Os números atinentes à execução da ação “4572 - Capacitação de Servidores” em Processo de Qualificação e Requalificação, foram impactados pela grande demanda de treinamento de pessoal para operacionalizar o novo Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos – DocFlow, o que provocou de mais de uma etapa de treinamento.

Por último, a execução da ação “181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões” permaneceu dentro dos números previstos.

2.3.3 Principais Ações dos Programas 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0750 – Apoio Administrativo

2.3.3.1 Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tabela 156 - Dados Gerais do Programa 0089

TIPO	ATIVIDADE
Objetivo Geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Público-alvo	Servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Fonte: SIGPLAN

2.3.3.2 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tabela 157 - Dados Gerais do Programa 0750

TIPO	ATIVIDADE
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Público-alvo	Servidores públicos federais ocupantes de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

Fonte: SIGPLAN

2.3.3.2.1 Ação 2000 – Administração da Unidade

Tabela 158 - Dados Gerais da Ação 2000

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidades executoras	Coordenação-Geral de Recursos Humanos, Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

Fonte: SIGPLAN

2.3.3.3 Principais Resultados da Ação 2000 – Administração da Unidade

As ações do Programa **0750** foram conduzidas pelas seguintes unidades que integram a estrutura regimental da SPOA: (i) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, (ii) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI e (iii) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH, conforme os resultados apresentados a seguir, por unidade administrativa, na respectiva área de atuação.

2.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL

À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e instalações, comunicações administrativas, documentação bibliográfica, transporte, zeladoria, telecomunicações e reprografia, bem como as inerentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na Unidade.

Na sua área de atuação a CGRL desenvolveu alguns projetos e atividades de infraestrutura relevantes, com a finalidade de promover melhorias no edifício e oferecer conforto e segurança aos servidores e usuários do MME, conforme a seguir relacionados:

✓ **Renovação da frota de veículos**

Visando ampliar os serviços de transportes disponibilizados por este Órgão, foi ultimada a compra de 04 (quatro) veículos para a condução de autoridades, em substituição, àqueles com muitos anos de uso e, portanto, com alto custo de manutenção (antieconômicos para a Administração).

✓ **Revitalização dos Auditórios**

Os 02 (dois) Auditórios, localizados nos pavimentos térreo e 1º subsolo, passaram por revitalização, no exercício de 2010, quando foram substituídos os antigos equipamentos de ar condicionado, de manutenção difícil e onerosa em face da dificuldade de aquisição de peças. Também foi realizada limpeza robotizada nos dutos que canalizam o ar condicionado desses equipamentos até os citados espaços. Com essa medida houve melhoria das condições de salubridade desses locais, principalmente com respeito ao auditório do subsolo, haja vista a eliminação de focos de mofo e viabilização de refrigeração eficiente.

A revitalização desses ambientes contemplou ainda a substituição dos forros, do sistema de iluminação e das luminárias, dos carpetes e das poltronas (com aquisição de unidades para obesos e cadeirantes). No Auditório do térreo foram trocadas, ainda, as persianas enquanto o Auditório do 1º subsolo recebeu nova pintura, com revestimento do foyer em papel de parede diverso e instalação de uma grande tela para projeção. Assim, a reforma dos auditórios veio atender pleito há muito tempo reclamado por servidores, autoridades e demais usuários.

✓ **Impermeabilização da cobertura/laje**

Em continuidade ao processo de melhoria da infraestrutura deste prédio, a laje da cobertura recebeu nova impermeabilização a fim de eliminar infiltrações em vários locais do edifício. O projeto, iniciado em 2009, foi concluído no exercício de 2010.

✓ **Substituição das Instalações Elétricas**

A rede elétrica do edifício era ultrapassada, antiga, de difícil manutenção e possuía sobrecarga de energia em muitos circuitos, decorrentes da sua má distribuição ao longo dos anos. Essa situação era preocupante por representar potencial risco de incêndio. Muitas vistorias foram realizadas pelos órgãos de fiscalização competentes no decorrer dos últimos anos, sempre com indicação para imediata substituição da rede.

Então, no biênio de 2009/2010 foi executada a obra de substituição das antigas redes por novas instalações elétricas prediais, devidamente separadas em instalações normais, emergenciais e essenciais.

O projeto desenvolvido pelo MME lançou mão de materiais e equipamentos tecnologicamente atualizados, tais como a substituição dos antigos cabos condutores elétricos por barras de cobre blindadas (denominadas “busway”), e ainda, a substituição dos antigos quadros elétricos gerais por outros do tipo TTA (Totalmente Testados e Aprovados), com a finalidade de proporcionar maior confiabilidade e economia ao novo sistema elétrico do prédio.

Outros pontos importantes a serem destacados são a eficiência das novas instalações, a melhoria das condições de trabalho e de salubridade dos ambientes, já totalmente modificados, em face das mudanças realizadas (troca das luminárias, substituição do atual forro e de seus componentes de revestimento termo-acústico). O revestimento termo-acústico do forro anterior era composto de lã de vidro, material que representava risco para a saúde das pessoas ante o desgaste natural e o tempo de uso.

✓ **Estacionamento**

Para atender reivindicações dos servidores deste Órgão foi identificada e preparada uma área localizada na via N2, contígua ao edifício do MME, para servir de estacionamento alternativo.

Esse preparo consistiu no nivelamento e compactação do terreno, na cobertura da superfície com camadas de brita, iluminação do local (requerida junto à Companhia Energética de Brasília – CEB), bem como na revitalização da faixa de pedestres e instalação de iluminação específica, de modo a garantir a segurança dos servidores que necessitam estender suas jornadas de trabalho após o horário do expediente, estacionando seus veículos no referido espaço.

✓ **Gestão Documental do MME**

A Gestão de Documentos como parte do sistema de informação se baseia na Lei nº 8.159/91 e no art. 216, § 2º da Constituição Federal, que dispõem sobre a política nacional de arquivos públicos, e no Decreto nº 4.915/03, que regula o sistema de Gestão de Documentos de Arquivo.

O MME produz expressivo volume de informações e documentos, a exigirem tratamento para disponibilização rápida e eficiente ao alcance de todos os usuários, bem como para imprimir agilidade ao processo de tomada de decisão.

Assim, com o intuito de viabilizar a implantação da gestão documental no âmbito deste Ministério e realizar o processamento de documentos físicos e digitais, consoante o disposto na legislação vigente, foi adquirido o Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos (DocFlow), em substituição ao antigo Sistema Integrado de Controle de Processos e Documentos (SICPD).

O novo sistema passou pelo processo de customização, para se adaptar às necessidades e particularidades deste Órgão, tendo sido colocado em produção a partir do dia 30 de agosto de 2010. Além da necessária reorganização do fluxo de trabalho e do leiaute do Protocolo-Geral foram revistos todos os processos internos para implantação da tecnologia de GED e Workflow, levando-se em conta o ciclo de vida da informação como estratégia da administração e gestão do conhecimento. Além disso, todos os servidores usuários do novo sistema foram devidamente treinados para sua operacionalização, estando em trâmite hoje por meio dessa ferramenta cerca de 28.000 documentos.

Vale ressaltar, nesse ponto, que a documentação física produzida e recebida pelo MME está acumulada em aproximadamente 4.100 metros lineares, sem qualquer tipo de tratamento ou armazenamento adequado. Foram iniciadas ações voltadas para a gestão de documentos no âmbito deste Órgão, abrangendo desde o Plano de Ação de Gestão Documental para o triênio 2009/2011 até a melhoria das funcionalidades do novo Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos. Todavia, as ações que envolvem o tratamento, higienização e digitalização de documentos permanecem no aguardo de disponibilidade orçamentária.

✓ **Eficientização Energética e Etiquetagem**

Em cumprimento à legislação vigente e visando o atendimento de necessidade específica da Esplanada dos Ministérios, em 2010 foi firmada uma parceria com a UnB para Etiquetagem deste edifício, o qual recebeu Etiqueta de nível “C”, podendo chegar ao nível “B” ou “A”, em consequência de investimentos futuros a serem feitos com foco na melhoria do prédio.

Nessa linha, o MME iniciou negociação com a Companhia Energética de Brasília – CEB, para obtenção de recursos de investimento objetivando a melhoria da edificação no que se refere ao consumo reduzido de energia, em consonância com a legislação vigente, por meio da implantação de um processo de dimerização de luminárias (em face da iluminação natural), devendo culminar com a racionalização de gastos.

Hoje, este Ministério conta com uma infraestrutura elétrica moderna, composta por equipamentos e materiais tecnologicamente atualizados, tais como barras de cobres blindadas (busway) e quadros elétricos do tipo TTA (totalmente testado e aprovado), de modo a proporcionar confiabilidade e economia ao novo sistema elétrico instalado no prédio.

Com esse novo cenário, pode-se pensar agora na racionalização de gastos, e num processo de eficiência energética para o prédio, o que seria impossível sem a mencionada modernização da infraestrutura do MME, já que eficiência no contexto desta Pasta não se restringe à simples instalação de interruptores e tomadas.

Nesse intuito, a SPOA buscou o apoio técnico fundamental e imprescindível do DDE/SPE, objetivando à realização de estudos para definição do projeto de economicidade mais adequado ao MME, considerando o Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEf e as orientações do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética deste Ministério – CGIEE, relativas à Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE.

Todavia, com o já planejamento definido, esbarrou-se no recorrente problema da indisponibilidade orçamentária, investimento necessário para cobertura das despesas decorrentes.

Ante o impasse, a alternativa vislumbrada foi buscar apoio da Companhia Energética de Brasília – CEB, em função do dispositivo facultado pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, com obrigatoriedade da aplicação do montante de 1% da receita anual operacional líquida em projetos de P&D e Eficiência Energética e 0,50% destinado ao Programa de Eficiência Energética, estabelecendo-se aí um acordo entre as partes, para desenvolvimento do Projeto de Eficiência Energética adequado ao sistema de iluminação do prédio do MME, com impactos positivos no processo de etiquetagem que se propunha.

Ação intentada nesse sentido se deu mediante envio do Ofício nº 104/2010/SPOA/SE-MME, datado de 26/08/2010, ao Diretor-Geral da Companhia Energética de Brasília – CEB, com pedido para inclusão deste Ministério no Programa de Eficiência Energética daquela empresa, tendo por fundamento a citada Norma Legal, de modo a contemplar, além do desenvolvimento do projeto, a melhoria do nível de etiquetagem da edificação e o custeio das ações de infraestrutura exigidas para tal, com instauração de licitações públicas para aquisição dos bens e serviços necessários, culminando na conversão deste Órgão num exemplo de gestão eficiente do consumo de energia em prédios públicos.

✓ Pintura do edifício

Após conclusão das obras e reformas mais expressivas em 2010, toda a estrutura predial de alvenaria interna e externa foi restaurada e pintada para sua conservação, ação objeto do Processo Administrativo nº 48000.000988/2010-13.

✓ Instalação de 04 aparelhos de ar condicionado (Split) na Sala Plenária

A Sala Plenária instalada no 9º andar foi contemplada com a instalação de 04 (quatro) aparelhos de ar condicionado do tipo Split cassete (Processo nº 48000.001329/2010-02), objetivando melhorar as condições de refrigeração daquele ambiente, haja vista os equipamentos de Vídeo Wall em funcionamento no local, os quais são bastante sensíveis ao calor.

✓ **Outros projetos iniciados em 2010 e ainda não concluídos**

- Reforma das áreas onde foram instalados componentes do sistema de ar condicionado central, hoje desativado (Processo nº 48000.000859/2010-25). Essa obra possibilitará racionalização do espaço, com ganho de 600 m² de área útil no prédio.
- Reforma de todos os banheiros (Processo nº 48000.001400/2010-49) - os banheiros estão sendo totalmente reformados, a fim de adequar esses ambientes à Lei de Acessibilidade, bem como revitalizar instalações e aparelhos hidrossanitários, revestimentos, pavimentações e demais elementos de sua arquitetura, haja vista o desgaste pelo uso e ação do tempo.
- Reforma da portaria principal (Processo nº 48000.002075/2010-31) – com essa obra será implementada melhoria na entrada principal do edifício, aprimorando a segurança e adequando o local às exigências da legislação da acessibilidade.

2.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI tem como competência planejar, coordenar, promover e acompanhar as atividades, programas e projetos relativos à tecnologia da informação e, especificamente, orientar a formulação de estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia da informação para o Ministério; proporcionar aos órgãos do Ministério meios e recursos técnicos de tecnologia da informação que facilitem o desenvolvimento das atividades, bem como o acesso às informações e base de dados disponíveis; dimensionar e especificar as aquisições de equipamentos de informática, de software e de novas tecnologias, bem como aprovar, tecnicamente, os processos pertinentes no âmbito do Ministério; e promover a manutenção do “site” do Ministério, na Internet e Intranet, em articulação com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro.

Na sua área de atuação a CGTI realizou os seguintes projetos e atividades, vinculados especificamente à atividade 2000 – Administração da Unidade:

✓ **Modernização do Parque de Servidores**

O Ministério de Minas e Energia – MME tem investido nos últimos anos na ampliação e modernização do seu parque tecnológico, colocado à disposição dos servidores do MME.

Dentre as ações relevantes na área de infraestrutura no exercício de 2010, destaca-se a organização do ambiente central de equipamentos servidores, os quais se encontravam defasados tecnologicamente (última aquisição em 2006), situação que dificultava o processo de reposição de peças, ante sua indisponibilidade no mercado, agravada pela falta de garantia dos equipamentos. Esse cenário impedia a implantação de novos sistemas de informações, com impacto no desenvolvimento dos trabalhos institucionais.

Além disso, alguns equipamentos que se encontravam em uso no Órgão (lâminas Blade, da empresa Hewlett Packard – HP), não suportavam novas tecnologias essenciais ao serviço, a exemplo da capacidade de virtualização.

Assim, foi necessário adquirir equipamentos servidores modernos e em quantidade suficiente para atualizar a infraestrutura tecnológica do CPD e permitir a implantação de ambiente virtualizado com o software Hyper-V, da Microsoft, garantindo alta disponibilidade das informações e a instalação de diversos sistemas em desenvolvimento neste Órgão, devido à sua escalabilidade.

Em complemento dessa ação, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI adquiriu também um novo equipamento storage, de marca Netapp, o qual se encontra em fase de instalação e deverá substituir o antigo (HP EVA 6000), já defasado tecnologicamente e sem cobertura de garantia contratual.

✓ **Ampliação da Sala de Alta Disponibilidade para Proteção do CPD**

Este Ministério é responsável pela elaboração e implementação da Política Energética Nacional e sua área de competência abrange os ramos da geologia, mineração e metalurgia, recursos energéticos renováveis, aproveitamento da energia hidráulica, petróleo e gás natural, bicom bustíveis, energia elétrica e nuclear. A Pasta de Minas e Energia coordena, também, ações relacionadas ao processo de agroenergia e energização e eletrificação rural, quando custeada com recursos do Sistema Elétrico Nacional, e tem a obrigação de zelar pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País, sendo que muitos dados e informações decorrentes de sua missão institucional estão armazenados em nossas instalações.

Hoje, o Órgão conta com 31 (trinta e um) equipamentos servidores de rede instalados em sua área de Informática, responsáveis pelo processamento e armazenamento de dados essenciais para o Governo Federal, incluindo informações de caráter sigiloso e de alta relevância para a soberania nacional, sem contar suas funcionalidades de acesso à rede mundial de computadores e dos sistemas gerenciais de banco de dados e de envio e recebimento de mensagens eletrônicas. Esse ambiente de TI, de extrema importância e de alto custo, carece de preservação, sob pena de inviabilizar atividades essenciais do Órgão, no caso da ocorrência de sinistros.

Com foco na preservação desses equipamentos e recursos computacionais foi adquirido em 2008 um ambiente de alta disponibilidade (da empresa ACECO TI), denominado Sala Cofre, dotado de infraestrutura de alta disponibilidade, devidamente protegido contra danos físicos e equipado com sistemas para seu controle e monitoramento, objetivando proteção contra incêndios, enchentes, perturbações de ordem pública e quaisquer outras formas de desastres naturais ou causados pelo homem.

Todavia, esse compartimento estanque, de 13m² apenas, não dispunha de espaço suficiente para acomodar os novos equipamentos servidores, essenciais à implantação e disponibilização de novos serviços aos usuários, razão pela qual o MME providenciou a ampliação da Sala Cofre de 13m² para 29m².

✓ **Renovação do Parque de Microcomputadores**

O parque computacional do MME vem sendo atualizado desde 2006, época em que foram adquiridos 450 microcomputadores da marca Hewlett Packard – HP, modelo HP DX-5150. Ocorre que a garantia contratual desses equipamentos encerrou em 2009, situação que impõe a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva.

Não obstante, é rápido o avanço tecnológico da área de TI, assim, foram lançados novos sistemas operacionais no mercado, suítes de automação de escritório e outros softwares, os quais

passaram a ser demandados pelos usuários deste Órgão, porém, a instalação desses recursos em equipamentos obsoletos é inviável.

Ante esse novo cenário, optamos por adquirir modernos e eficientes microcomputadores, dotados de maior capacidade de processamento e com menor emissão de ruídos e de radiação, com benefícios para a saúde dos servidores, além de contar com a garantia do fabricante e alto índice de disponibilidade aos usuários.

Atualmente o parque computacional do MME é constituído de 785 (setecentos e oitenta e cinco) microcomputadores da marca Hewllet Packard, sendo 450 do modelo HP-6000 e 335 do modelo HP-DC5800, traduzindo-se em modernização de 100% (cem por cento) do seu contingente de equipamentos.

✓ **Renovação do Parque de Impressão Corporativa**

Foi implantado no MME estrutura para impressão corporativa, com gestão de controle por meio de software específico, objetivando melhor atendimento da demanda dos usuários e redução do volume de suprimentos diversos anteriormente adquiridos e das várias manutenções contratadas para equipamentos obsoletos.

Como a contratação anterior já não mais atendia às necessidades de demanda deste Órgão, em 2010, foi feita uma nova contratação desses serviços, haja vista condições mais competitivas e favoráveis ao Órgão, o que resultou na contratação da locação de equipamentos, prestação de serviços e fornecimento de consumíveis a preços inferiores aos praticados no contrato anterior (Cont. nº 33/2006).

Essa nova contratação possibilitou a disponibilização de serviços com equipamentos novos, modernos e com variadas funcionalidades (Impressoras monocromáticas, coloridas, multifuncionais monocromáticas e coloridas, além de impressoras que permitem impressão em formato A3), em quantitativo suficiente para atender à demanda atual do MME, e ainda, com disponibilização de software de controle, restando mantidos os seguintes benefícios:

- registro histórico de todos os documentos impressos, de modo a permitir gestão dos custos e planejamento de recursos para atendimento de demanda de serviços eventuais, temporários ou em períodos sazonais;
- controle dos níveis de suprimentos e substituição tempestiva, assegurando alta disponibilidade dos serviços;
- eliminação de desperdícios e de extravios de suprimentos, pela implantação de sistema informatizado de gestão e de funcionalidades para impressão frente-verso (duplex) e de controles operacionais;
- eliminação do pagamento por franquias de impressão/cópias, mediante pagamento por equipamentos disponibilizados e pelo número de páginas efetivamente impressas/mês;

- implantação do modelo de Acordo de Níveis de Serviços (Service Level Agreement), atribuindo metas e indicadores para medição e aferição dos processos inerentes aos equipamentos e serviços contratados (qualidade, desempenho - velocidades e volumes, e disponibilidade - uso efetivo);
- avaliação da capacidade de utilização dos equipamentos de impressão contratados, possibilitando a identificação de necessidades de remanejamento ou de otimização de uso;
- substituição de contratos de manutenção, de fornecimento de peças e de consumíveis por um único contrato de prestação de serviços, com gestão por indicadores de níveis de serviços;
- disponibilização de serviços de suporte técnico aos usuários, objetivando a resolução de problemas e o repasse de orientações sobre o uso de recursos inerentes aos equipamentos;
- garantia da qualidade e da disponibilidade integral das estações de impressão;
- eliminação de problemas com pane/falha de equipamentos e com a falta de suprimentos ou peças, sem prejuízos para a produtividade ou continuidade dos trabalhos; e
- facilidade de planejar, organizar, mensurar, controlar e avaliar os custos, os recursos e os serviços decorrentes da impressão de documentos.

✓ **Renovação do Parque de Equipamentos Ativos de Rede**

A contratação de um novo sistema de telefonia, baseado na tecnologia IP, definiu como mandatória a existência de switches de borda que implementassem a tecnologia POE – Power Over Ethernet, inexistente em nossos switches da Marca Enterasys, modelos A2 e V2, cujo prazo de garantia expirou em 2009, e que já se encontravam defasados tecnologicamente.

Ao se constatar as incompatibilidades técnicas da central telefônica anterior comparada com a infraestrutura de telefonia hoje implantada, deparamo-nos com a obsolescência do parque de equipamentos ativos de rede, especificamente os citados switches de borda.

Assim, a CGTI efetuou um levantamento do número de portas em uso por cada andar/ala do prédio Sede, tendo definido, por questões de segurança, o volume máximo de ocupação dos switches (em 70%), chegando aos seguintes números:

Número de Portas (Switchs)

Andar	Ala Sul - Portas em Uso	Nº de Switchs	Nº de Portas (Switchs de 48 portas)	Percentual Máximo de Ocupação (70%)	Ala Norte - Portas em Uso	Nº de Switchs	Nº de Portas (Switchs de 48 portas)	Percentual Máximo de Ocupação (70%)
Subsolo	25	1	48	52,08	-	-	-	-
Garagem	-	-	-		12	1	48	25,00
Térreo	20	1	48	41,67	57	2	96	59,38
1º Andar	84	3	144	58,33	22	1	48	45,83
4º Andar	50	2	96	52,08	59	2	96	61,46
5º Andar	39	2	96	40,63	70	3	144	48,61
6º Andar	64	2	96	66,67	66	2	96	68,75
7º Andar	44	2	96	45,83	60	2	96	62,50
8º Andar	38	2	96	39,58	55	2	96	57,29
9º Andar	36	2	96	37,50	56	2	96	58,33
Total	400	17			457	17		

Para suprir essa deficiência tecnológica foram adquiridos novos equipamentos, com os seguintes benefícios para este Órgão:

- emprego de tecnologias modernas de rede local: Gigabit Ethernet e Power over Ethernet, que permitem maior velocidade e flexibilidade com relação ao acesso a Internet e a rede local do MME;
- utilização de Switches (comutadores) com operação em camada 3, tecnologia Gigabit Ethernet para ligação com o Switch (comutador) central, provendo utilização mais eficiente dos recursos de TI, mediante implementação da separação em segmentos a infraestrutura de rede local;
- utilização de cabeamento do tipo Fibra ótica Multimodo, como meio físico de transmissão entre o Switch (comutador) central e os Switches (comutadores) departamentais, e implementação de redundância por meio de 4 (quatro) pares de Fibra Ótica por andar;

- implementação de autenticação RADIUS (Acesso Remoto) 802.1x, para maior segurança aos usuários e sistemas;
- atualização dos módulos de gerenciamento para monitoração dos equipamentos e das tecnologias que serão adquiridas;
- incremento do processo produtivo, através da melhoria do tempo de resposta das aplicações, em especial de gestão finalística; e
- adoção de tecnologias e padrões abertos de comunicação de dados, com suporte para incorporação de técnicas de convergência de dados, incluindo VoIP (Voz sobre IP), videoconferência, e ferramentas de groupware com serviço de mensageira segura.

✓ **Implantação do Sistema Integrado de Segurança Física para Controle de Acesso e de Bens, Contando com a Instalação de 64 Câmeras (CFTV) e de Sistema RFID (100 geradores de campo, 18 antenas e 2.000 tags ativas)**

A solução integrada de segurança para monitoramento e controle foi idealizada especialmente para identificar e controlar o acesso de visitantes ao edifício deste Órgão, bem como filmar a movimentação ocorrida em pontos vulneráveis do edifício (entradas principal e privativa, corredores e garagem), com armazenamento digital das imagens e informações por, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos. Assim, toda a infraestrutura física composta de hardwares, câmeras, antenas e rede de cabeamento de segurança necessária para colocar esse projeto em produção já foi providenciada, restando somente implementar o software de controle.

Para assegurar o efetivo controle desses pontos, bem como o monitoramento do tráfego de visitantes que circulam diariamente nas instalações deste edifício, foram escolhidas duas tecnologias com capacidade de integração (equipamentos e software), em processo de implementação, que ao atuarem em conjunto possibilitarão:

- a) monitoramento por Circuito Fechado de TV, com Armazenamento Digital (CFTV/DR) e;
- b) controle de Acesso de Visitantes com Identificação por Radiofrequência (RFID).

A solução dispõe, ainda, das seguintes funcionalidades:

- a) sistema para digitalização e gravação das imagens capturadas pelo CFTV/DR na portaria principal do edifício/MME, bem como para guarda dessas imagens e de informações importantes, tais como: número de identificação do(s) visitante(s) que estiverem portando crachá RFID Ativo (dados acessíveis por, no mínimo, 30 (trinta) dias; depois disso, serão repassados para o sistema de *backup*);
- b) recursos para a recuperação de imagens e dados do CFTV/DR e dos identificadores com RFID (crachás), advindas das informações armazenadas e disponíveis em seus discos ou em fita magnética de *backup*. A recuperação de imagens pode ser feita por meio dos seguintes parâmetros mínimos:
 - todas as imagens onde aparece um determinado identificador RFID, num determinado período de tempo;
 - todas as imagens de uma determinada área monitorada com os dados dos identificadores RFID que lá estavam, num dado período de tempo;
 - todas as entradas e saídas de um determinado identificador RFID das áreas internas do edifício sede monitoradas pela solução, num determinado período de tempo;

- c) alarmes e (ou) alertas nos monitores das estações de monitoramento instaladas na área de segurança e (ou) portarias do MME, nas seguintes situações:
- sempre que uma pessoa portando um crachá com RFID entrar numa área monitorada não-autorizada previamente no sistema;
 - quando um crachá RFID ativo estiver com a bateria fraca, prestes a descarregar; e
 - quando um crachá RFID ativo for violado numa área monitorada, rompendo seu sistema de segurança;
- d) capacidade de informar a última localização e a sequência de imagens de um determinado crachá RFID, no momento em que um evento suspeito for identificado, tanto pela própria solução como pela equipe de segurança do MME;
- e) alertas disponibilizados nas telas das estações de monitoramento, indicando ocorrência de falha ou funcionamento irregular de qualquer equipamento ou dispositivo inerente à solução;
- f) acessibilidade às imagens capturadas dos ambientes onde existem identificadores com RFID ativo e, à margem da imagem, aos dados desses identificadores RFID;
- g) registro e armazenamento, através de crachá com RFID Ativo recebido na portaria principal do MME, de imagens dos visitantes que acessam as dependências do Órgão (a permanência do visitante em um andar monitorado não autorizado gera um dispositivo de segurança); e
- h) Sistema de registro e controle do acesso de pessoas nas dependências do MME, possibilitando a formulação de “lista” de visitantes não autorizados (daqueles com acesso ao prédio negado), com emissão de relatórios sintético e analítico de visitantes (o registro de visitantes comporta a captura de imagens e do respectivo documento de identificação, assim como indica a sala que teve acesso, sendo que a permanência do visitante em um andar não autorizado gera alarme de segurança).

✓ **Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas – SIG**

Com o advento do Decreto nº 5.267/04 foi definida a atualização e o reordenamento da estrutura organizacional do MME, bem como das competências de seus órgãos, levando em conta a complexidade da gestão das políticas de Minas e Energia e da sua operacionalização por inúmeros agentes públicos e privados, dos Modelos do Setor Elétrico e de regulação, contratação e concessão da exploração dos recursos energéticos e minerais. Em seguida, numa ação conjunta das secretarias finalísticas e do Gabinete do Ministro, foi elaborado o Plano de Gestão 2008/2009, para nortear a gestão desta Pasta nos princípios e orientações estratégicos registrados no PPA 2008/2011, que reúne Objetivos Estratégicos para 4 (quatro) áreas de competência do MME, mais os Programas e Ações Prioritárias.

Ocorre que os programas registrados no Plano de Gestão 2008/2009 demandam controles da execução cada vez mais adequados, com mecanismos ágeis e fáceis, assim como o monitoramento do desempenho de cada uma das empresas e autarquias vinculadas ao Órgão, para suprir necessidades de informações estratégicas do Governo, com indicadores de performance.

Dessa forma, com o propósito de apoiar o Ministério de Minas e Energia na sua missão de coordenar os processos de gestão, seus programas estratégicos e auxiliar os gestores no alcance dos objetivos setoriais estabelecidos no Plano Plurianual, bem como na formulação,

implementação e avaliação de programas e políticas públicas, idealizou-se o Sistema de Informações Gerenciais e Estratégicas – SIG, importante ferramenta de apoio ao processo decisório, colocado em produção no exercício anterior.

✓ **Sala de Situação – Sistema de Vídeo Wall**

O Ministério de Minas e Energia é o Órgão encarregado pelo fomento e fiscalização do setor Mineral/Energético no Brasil e tem como meta constante adequação e reaparelhamento técnico para que suas áreas tenham recursos compatíveis com essa responsabilidade.

Diante disso, torna-se necessária avaliação sistemática da capacidade técnica e operacional do Órgão e de suas entidades vinculadas, com foco na gestão da informação. É de conhecimento geral a carência do Governo e de seus executores de políticas públicas de soluções de gestão completas e seguras, aptas a oferecer altos níveis de confiabilidade na geração e análise de informações, permitindo assim, lançar mão de ações eficientes no cumprimento de suas atividades institucionais.

Ora, o MME capta informações técnicas, gerenciais e estratégicas tanto de sistemas corporativos e departamentais da sede como de sistemas externos, necessárias à execução de suas atribuições. Tais dados, se reunidos e integrados através de ferramentas adequadas, poderão oferecer visões estratégicas (global e específica) aos gestores, todavia, faz-se necessário que o Órgão tenha total controle do processo de geração de informações, com possibilidade de ampliação dessa função e posterior integração dos sistemas, de modo a reunir numa só base todos os dados coletados.

Com esse foco, implantou-se no MME o SIG, que ampliou a capacidade de captação e de tratamento dos dados e informações atinentes aos programas desta Pasta, permitindo visualização de diversas formas, assim como o gerenciamento de processos afins, e ainda, gerando dados e indicadores para apoio da governança corporativa. Essa solução ensejou novas possibilidades de gestão ao MME, que passou a contar com um conjunto de dados atualizados em tempo real.

Mas para que este Órgão pudesse usufruir do potencial de todas essas funcionalidades, viabilizadas pelo SIG foi necessária a criação de uma Central de Gestão destinada à operação, controle e análise das informações captadas, baseada num sistema de Vídeo Wall, adquirido e instalado na Sala Plenária do Gabinete do Ministro (9º andar).

✓ **Substituição da Central Telefônica por Solução de Comunicações Unificadas (telefonia IP)**

Apesar de todos os investimentos feitos pelo MME nos últimos anos para modernização de sua infraestrutura a área de telefonia, de significativa importância para o Órgão, ainda não havia sido contemplada, cujos equipamentos apresentavam-se com tecnologia defasada e aparelhamento obsoleto.

O conceito de comunicação evoluiu bastante em função da alta tecnologia dos recursos de informática disponibilizados para esse setor, resultando na terminologia de Comunicações Unificadas, que oferece aos usuários todos os recursos possíveis de comunicação integrada, quais sejam: voz, vídeo, fax, e-mail e comunicações móveis (celular). Tais recursos permitem que os administradores sejam acionados remotamente e a qualquer tempo, por meio da integração com dispositivos tecnológicos, aumentando significativamente sua capacidade de tomada de decisão em curto espaço de tempo.

Com essa visão moderna, buscou-se adquirir uma Solução de Comunicações Unificadas para este Órgão, composta de uma Central de Telefonia IP, Gateways, Aparelhos Telefônicos IP e de um conjunto de softwares para integração dos sistemas de correio e de telefonia convencional.

✓ **Gerência de Equipamentos Passivos**

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/SPOA tem investido de forma permanente na infraestrutura tecnológica do Ministério de Minas e Energia – MME, buscando oferecer serviços de qualidade e com alta disponibilidade a todos os usuários.

Ocorre que os serviços de TI que o MME oferece para a comunidade interna do Órgão e principalmente para a sociedade, em geral estão baseados em uma infraestrutura complexa, composta por equipamentos e soluções de softwares diversos. Nesse contexto, um dos fatores primordiais é a disponibilidade dos serviços que deve ser mantida no nível mais elevado possível.

Diversas recomendações relacionadas ao gerenciamento de serviços de TI como ITIL e COBIT preveem a adoção de melhores práticas através da estruturação de processos. Tal fundamento ensejou a identificação de deficiências no âmbito da gerência da infraestrutura de cabeamento e de equipamentos passivos (patch panel), sem nenhum sistema de gestão. Todo o manuseio deste ativo computacional era feito de forma manual, portanto, sujeito a erros e passíveis de causar indisponibilidade das informações armazenadas no MME.

Para o saneamento dessa falha a CGTI buscou adquirir uma solução de mercado capaz de gerenciar os equipamentos passivos (patch panel inteligentes), rack's e serviços, bem como adequar as instalações desses equipamentos no interior da sala cofre, mantendo-os em ambiente seguro e provendo-os de qualquer manobra na infraestrutura de cabeamento de log de auditoria, gestão e níveis de permissão de acesso.

2.3.6 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

À Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar as atividades pertinentes a recursos humanos, compreendidas as de administração e desenvolvimento de pessoal, de assistência médica, odontológica e psicossocial, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, e, ainda, as de programação e execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral.

Na condição de órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, a CGRH tem, ainda, como incumbência subsidiar a elaboração de projetos relacionados com políticas e desenvolvimento de recursos humanos e suprir as necessidades de pessoal no âmbito do Ministério.

Todas as ações realizadas pela área de Recursos Humanos, em 2010, tiveram como meta a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados por esta Instituição, com foco no desenvolvimento permanente do servidor e na adequação das competências requeridas aos objetivos institucionais deste Ministério.

As atividades da Coordenação-Geral decorrem da execução das ações dos Programas **0089** (Previdência de Inativos e Pensionistas da União) e **0750** (Apoio Administrativo). O primeiro contempla a Ação 0181 (Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis). O outro, abrange sete ações a cargo da CGRH. Essas ações são descritas a seguir, com os resultados a elas vinculados, além das metas realizadas em 2010, conforme apresentado no Quadro 3.

2.3.6.1 Ação 4572 - Capacitações de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela 159 - Dados Gerais da Ação 4572

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.2 Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tabela 160 - Dados Gerais da Ação 2011

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalhos e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.3 Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tabela 161 - Dados Gerais da Ação 2012

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.4 Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tabela 162 - Dados Gerais da Ação 2010

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 977, de 10/11/1993.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador a ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.5 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Seus Dependentes

Tabela 163 - Dados Gerais da Ação 2004

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.6 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tabela 164 - Dados Gerais da Ação 09 HB

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do regime de previdências dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para custeio do regime de previdências dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.7 Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Tabela 165 - Dados Gerais da Ação 20CW

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

2.3.6.8 Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Tabela 166 - Dados Gerais da Ação 0181

TIPO	ATIVIDADE
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento à disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenador da ação	Carlos Eduardo Mendes Galvão
Unidade executora	Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Fonte: SIGPLAN

Integram as atividades básicas da CGRH:

- Anistia, enquadramento e reintegração de ex-empregados de empresas vinculadas do MME, extintas ou privatizadas;
- Aposentadorias e pensões;
- Cadastro, pagamento, legislação de pessoal e instrução de processos judiciais;
- Desenvolvimento de recursos humanos, benefícios, seguridade e medicina social;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Provimento, vacância, classificação e lotação de cargos.

Tabela 167 - Quadro Geral de Pessoal

QUADRO DE PESSOAL DO MME		
SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Ativo Permanente	305	10,65
Aposentado	817	28,52
Requisitado Administração Direta	30	1,05
Nomeado cargo em comissão	158	5,51
Natureza Especial	1	0,03
Membros de Poder e agentes políticos	1	0,03
Cedido	100	3,49
Requisitado Administração Indireta	45	1,57
Exerc. Descentralizado de Carreira	85	2,97
CLT anistiado Judicial	29	1,01
CLT anistiado Decreto	408	14,24
Beneficiário de Pensão	826	28,83
Estagiário	60	2,09
TOTAL	2.865	100
QUADRO DE PESSOAL DA SPOA		
SITUAÇÃO	QUANTITATIVO	%
Ativo Permanente	154	60,16
Requisitado Administração Indireta	2	0,78
Nomeado cargo em comissão	24	9,38
Requisitado Administração Direta	12	4,69
Exerc. Descentralizado de Carreira	10	3,91
CLT anistiado Judicial	9	3,52
CLT anistiado Decreto	26	10,16
Estagiário	19	7,42
TOTAL	256	100

Fonte: SIAPE

Tabela 168 - Servidores do Quadro de Pessoal, em Exercício na SPOA - 2010

DESCRIÇÃO	QTDE
Servidores Ativos	164
Funcionários Contratados – CLT (*)	38
Total	202

Fonte: SIAPE/SGRH

Obs.: (*) Anistiados da extinta CAEEB e SIDERBRÁS

Tabela 169 - Pessoal Requisitado em Exercício na SPOA - 2010

DESCRIÇÃO	QTDE
Pessoal Requisitado, com ônus	02
Pessoal Requisitado, sem ônus	09
Total	11

Fonte: SIAPE

Tabela 170 - Pessoal em Exercício nas Áreas Finalísticas e de Suporte do MME

DESCRIÇÃO	2008		2009		2010	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Pessoal na área finalística	196	33,16	211	33,49	259	37,65
Pessoal na área meio	395	66,84	419	66,51	429	62,35
Total Geral	591	100	630	100	688	100

Fonte: SIAPE/SGRH

➤ **Retorno de Pessoal Anistiado nos termos da Lei nº 8.878/94**

O processo de retorno dos anistiados por força da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, foi iniciado em 2008, com o pessoal advindo da extinta Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – CAEEB, e desde então, o Órgão vem desenvolvendo exaustivo trabalho no sentido de efetivar o ingresso de anistiados aos quadros do MME, tendo recebido no exercício de 2010, o pessoal da extinta Siderurgia Brasileira – SIDERBRAS, bem como tem se esforçado para atender todas as demandas de revisão de processo provocadas por esse contingente de pessoal.

➤ **Admissão/Exercício de Analistas de Infraestrutura**

Tabela 171 - Admissão/Exercício de Analistas de Infraestrutura

UNIDADE	ANALISTA DE INFRAESTRUTURA			
	ALOCAÇÃO 1º CONCURSO (Admissão)	ALOCAÇÃO 2º CONCURSO (Exercício)	TOTAL	% DE ALOCAÇÃO
GM	3	4	7	7,07
SE	4	7	11	11,10
SPE	15	9	24	24,24
SEE	14	10	24	24,24
SGM	17	1	18	18,20
SPG	7	8	15	15,15
TOTAL	60	39	99	100,00

Fonte: SGRH

O quantitativo de técnicos (Analistas de Infraestrutura) alocados neste Ministério ainda é insuficiente para suprir todas as necessidades das áreas finalísticas, apesar da absorção de mais 39 profissionais especializados no início do segundo semestre de 2010, em consequência do concurso público realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para recomposição dos quadros de especialistas de vários órgãos da Administração Direta.

➤ **Despesas Realizadas com Pessoal do MME**

Tabela 172 - Despesas de Pessoal do MME

DESPESAS COM PAGAMENTO DE PESSOAL - MME (R\$)			
DISCRIMINAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA	2008	2009	2010
APOSENTADORIAS E REFORMAS	37.836.718,58	43.759.521,66	48.220.424,11
PENSÕES	20.945.560,85	26.099.573,22	30.196.943,40
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	80.870,27	102.926,05	99.721,94
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31.270.614,14	47.913.307,94	61.891.207,70
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.759.801,73	5.819.711,28	8.167.103,19
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	72.912,39	90.868,39	97.724,84
SENTENÇAS JUDICIAIS	526.382,63	454.769,77	362.896,28
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.804.804,02	2.279.739,51	1.818.955,53
RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	12.894.198,39	14.913.924,71	14.645.596,20
APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.708.326,45	3.813.682,37	5.053.736,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	111.900.189,45	145.248.024,90	170.554.310,13
TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	1.230.710,00	1.563.145,00	2.508.464,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	3.843,23	18.692,99	102.004,34
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESS. CIVIL	1.798.166,00	940.032,50	0,00
AUXÍLIO-CRECHE	54.074,00	59.218,25	59.759,75
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	178.463,71	299.170,84	339.380,67
SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	410.959,80	509.877,53	584.709,80
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.001.926,59	1.661.407,06	3.345.922,38
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00	0,00	0,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE	754.907,05	943.089,42	883.473,78
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.313.906,16	1.264.231,47	1.115.917,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.751.956,54	7.258.865,06	8.939.632,35
TOTAL	118.652.145,99	152.506.889,96	179.493.942,48

Fonte: SIAFI

➤ **Recadastramento de Servidores Aposentados e de Beneficiários de Pensão**

Com o advento do Decreto nº 7.141, de 29 de março de 2010, que regulamenta a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas da União que recebem proventos ou pensões à conta do Tesouro Nacional, o processo de recadastramento periódico, em intervalos de 12 a 18 meses, de aposentados e beneficiários de pensão com idade acima de 70 (setenta) anos, foi suspenso no âmbito deste Órgão.

Assim, a atualização cadastral de aposentados e pensionistas da União doravante será feita por gestão direta da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, anualmente, que celebrará ato de cooperação técnica com o Ministério da Previdência

Social e com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a fim de que sejam alocados recursos tecnológicos e humanos, conhecimentos e infraestrutura para realização desse trabalho.

➤ **Capacitação e desenvolvimento de recursos humanos**

A CGRH desempenha um papel indutor e estratégico na identificação das necessidades de treinamento que buscam agregar conhecimento e valorização dos servidores, sendo que várias ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos foram realizadas no exercício de 2010 para atendimento dos servidores e empregados do MME, conforme dados abaixo:

- Quantitativo geral de participantes capacitados: **1.485**
- Numero de servidores com, pelo menos, 01 evento de capacitação: **304**
- Número de Eventos Realizados: **147**
- Total de Eventos de Aperfeiçoamento: **120**

➤ **Quantitativo de ações de treinamento e respectivas áreas de atendimento:**

Tabela 173 - Ações de Treinamento

ÁREAS	QTDE/ AÇÕES	OBJETIVO
Ações Administrativas	36	Desenvolver a capacidade do servidor para realizar suas atividades em gestão e administração, pareceres administrativos, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.
Ação em Língua Estrangeira	01	Promover a aprendizagem da língua inglesa, beneficiando 105 alunos das áreas finalística e meio, cujas atividades executadas requerem conhecimento nessa língua estrangeira.
Ações Técnicas Finalísticas (8 cursos internacionais)	44	Proporcionar aos técnicos especializados (servidores, gestores e analistas de infraestrutura) conhecimentos específicos das áreas que atuam, de modo a permitir o desenvolvimento de competências estratégicas, técnicas e operacionais das áreas finalísticas do MME.
Ações na área de legislação	16	Proporcionar aos servidores atualização e aprimoramento dos conhecimentos da estrutura da legislação nacional e internacional, o conteúdo da constituição, leis, decretos, portarias e resoluções, no âmbito dos objetivos do MME.
Ações de Tecnologia da Informação	14	Aprimorar conhecimento de servidores da área de Tecnologia da Informação, quanto à utilização de técnicas atualizadas e sua aplicação no desenvolvimento de sistemas e soluções, utilizando as melhores práticas de mercado.
Ações do Projeto Qualidade de Vida	09	Motivar e valorizar os servidores, com foco na satisfação e no crescimento da produtividade, e, conseqüentemente, na melhoria da saúde e qualidade de vida.

Fonte: CODES/CGRH

➤ **Total de servidores capacitados na Educação Formal**

Tabela 174 - Servidores Capacitados na Educação Formal

EVENTO	QTDE	OBJETIVO
Projeto de Pós Graduação	14	Contribuir para a formação de servidores da Administração Pública Federal na área de gestão pública;
Projeto de Graduação	12	Tem por meta a formação de servidores da Administração Pública Federal na área de gestão pública
Total	26	-

Fonte: CODES/CGRH

➤ **Total de Ações ministradas pelo próprio MME: 01**

Ação de Ambientação – Foi ministrado um Ciclo de Palestras de ambientação para 40 estagiários de nível médio, com foco na Humanização do Trabalho e abrangência dos temas: Ética e Legislação de Estágio, Postura Pessoal e Profissional, Atendimento ao Público e Relacionamento Interpessoal.

✓ **Formas de capacitação:** Presencial (145) e a Distância (02).

➤ **Parcerias e Acordos de Cooperação Técnica firmados pelo Órgão:**

- Para capacitar servidores por meio de troca de conhecimentos, informações e experiências, este Ministério assinou Acordos de Cooperação Técnica com o Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, do Senado Federal, com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte e com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, da Eletrobrás, além de estabelecer parcerias com o Departamento de Produção Mineral – DNPM, com a Controladoria-Geral da União – CGU e com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, ação que possibilitou o treinamento de 110 servidores, conforme abaixo demonstrado:

- Eletronorte (51 servidores); Instituto Brasileiro Legislativo – ILB (07 servidores); CEPEL (45 servidores); DNPM/CGU (06 servidores) e ENAP (01 servidor)

Tabela 175 - Eventos de Capacitação realizados por Unidades do MME - 2010

UNIDADES	NUMERO DE EVENTOS POR UNIDADES	NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES
AEGE	17	26
ASSEC	03	03
CGOF	19	43
CGRH	64	215
CGRL	64	195
CGTI	34	58
CMA	10	18
CONJUR	34	73
SE/GAB	04	04
GM	41	100
SE	20	40
SEE	54	224
SGM	60	202
SPE	64	159
SPG	54	112
SPOA	10	13
TOTAL	552	1.485

Fonte: Sistema de Registro e Eventos – CODES/CGRH

➤ **Política de prevenção da saúde física, emocional e psicológica dos servidores do MME**

Essa medida foi proposta em exercícios anteriores com o intuito de aperfeiçoar, dinamizar e direcionar ações básicas, práticas e metodologias voltadas para a “Educação”, para o “Programa de Qualidade de Vida” e para a “Medicina Preventiva”, e ainda persiste até hoje, em função do seu enfoque e objetivo principal que é o bem-estar dos servidores do MME, levando-se em conta as duas dimensões em que se relacionam com o Estado: servidor/cidadão e servidor/agente público.

Vários procedimentos e ações foram adotados para o alcance dos objetivos colimados nessa área, a saber:

a) Planos de Saúde

Relativamente aos cuidados com a saúde, este Ministério dispõe das seguintes alternativas ofertadas aos servidores:

- Contrato de Adesão nº 001/2007-MME, firmado com a GEAP – Fundação de Seguridade Social, assinado em 1º/07/2007, com vigência fixada em 60 meses, pactuado com base nas Leis nºs 8.112/90 e 11.302/06, sendo que esta última dispõe sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas.

Tabela 176 - Plano de Saúde GEAP

MME				
SITUAÇÃO (GEAP)	ASSISTIDOS 2009		ASSISTIDOS 2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Titulares em Atividade	523	19,06	486	22,95
Titulares Aposentados	459	16,73	479	22,62
Titulares Pensionistas	201	7,33	205	9,68
Dependentes (de ativos + de aposentados)	1.041	37,94	948	44,76
Agregados	520	18,95		0,00
TOTAL	2.744	100	2.118	100

Fonte: CODES/CGRH - GEAP

- Termo de Acordo nº 01/2010, firmado com a Aliança Administradora de Benefícios de Saúde Ltda., para prestação de serviços de saúde suplementar aos servidores, dependentes e beneficiários, sendo que a adesão aos serviços é de livre escolha.

Tabela 177 - Plano de Saúde Aliança

MME				
SITUAÇÃO (ALIANÇA ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE)	ASSISTIDOS 2009		ASSISTIDOS 2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Titulares em Atividade	**	**	47	33,10
Titulares Aposentados	**	**	7	4,93
Titulares Pensionistas	**	**	7	4,93
Dependentes (de ativos + de aposentados)	**	**	81	57,04
Agregados	**	**	0	0,00
TOTAL	0	0	142	100

Fonte: CODES/CGRH - ALIANÇA

Obs. Auxílio de caráter indenizatório, por beneficiários, pago mediante ressarcimento nos termos da Portaria Normativa nº 5, de 11 de outubro de 2010, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Medicina Social:

Dispõe este Órgão, ainda, de uma Unidade de Assistência Médico/Odontológica, equipada para prestar assistência à saúde em caráter emergencial e preventivo, nas áreas abaixo citadas:

Tabela 178 - Áreas de Assistência à Saúde

ÁREAS	AÇÕES
Clínica Médica/ Enfermagem	a. Avaliação de níveis de glicose, triglicérides e colesterol; b. Verificação de pressão arterial, peso, altura, temperatura, pulso e respiração; c. Realização de eletrocardiogramas para servidores acima de 50 anos; d. Pedidos de exames laboratoriais ocasionais; e. Administração de medicamentos, conforme prescrição médica e com a presença do Médico do MME, quando necessário; f. Curativos, retirada de pontos, corpo estranho e aplicação de gelo e calor quando demandado; g. Encaminhamento e acompanhamento de pacientes a hospitais, bem como acompanhamento dos casos julgados necessários, após avaliação médica; h. Informativo bimestral com artigos voltados para a prevenção de doenças, manutenção da saúde, orientação alimentar e nutricional; e i. Campanhas contra hábitos viciosos de álcool, fumo e drogas.
Psicológica	a. Atendimentos clínicos; b. Atendimentos emergenciais; c. Atendimentos solicitados por iniciativa das unidades de lotação dos servidores ou encaminhados pelos demais profissionais do Centro de Atendimento Médico; e d. Levantamento/mapeamento do “estado psicológico” geral para possibilitar montagem de estratégias.
Odontológica	a. Programa preventivo da Saúde Bucal; b. Triagem e encaminhamento para tratamentos externos; c. Atendimentos emergenciais; e d. Trabalhos específicos para pacientes infanto-juvenis (dependentes).

c) Reparelhamento da Área Médica-Odontológica:

Foram adquiridos materiais de consumo e contratados serviços para manutenção de equipamentos médico-odontológicos em geral.

d) Programa Qualidade de Vida no âmbito do MME:

Foram adotadas várias ações que visam promover a sensibilização para mudanças atitudinais de forma a afetar positivamente a produtividade, o bem-estar e a criatividade dos servidores desta Instituição, a saber:

Tabela 179 - Ações de Qualidade de Vida

ATIVIDADE	BENEFICIADO	QTDE	
		2009	2010
Ginástica Laboral	Participações	4.471	3.978
Orientação Nutricional	Pacientes atendidos	74	279
Massagem Expressa	Pacientes atendidos	**	133
Cinema Cultural no MME	Exibições	28	21
	Participações	336	357
Eventos Culturais	Nº de eventos	**	4
	Participações	**	308

Fonte: CODES/CGRH

• Campanha de Vacinação:

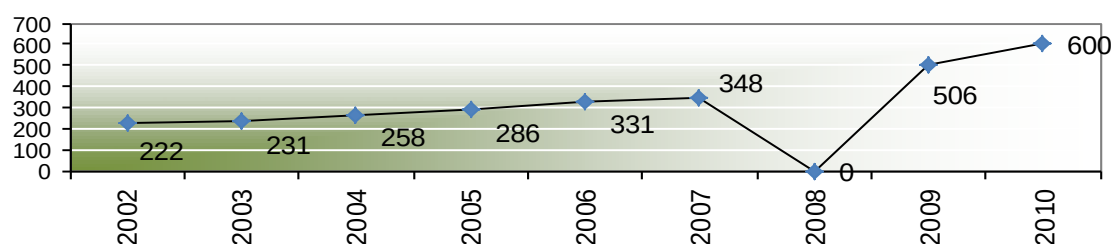
Ao longo dos anos detectamos que a gripe é uma das maiores causas de absenteísmo ao trabalho, afetando a produtividade e a qualidade de vida dos servidores do MME.

Assim, numa ação preventiva, foi implantada no Órgão a Campanha Anual de Vacinação Contra a Gripe, em que é ministrada Vacina Antigripal em todos os servidores e empregados do Órgão, sempre antes do começo da temporada de gripe, para que seus efeitos imunizantes se façam sentir antes da chegada do “inverno” nos meses de junho/julho, período onde a virose se manifesta de forma mais acentuada. Dessa forma, conseguiu-se diminuir o absenteísmo ocasionado pela ocorrência de gripes no âmbito deste Órgão.

Tabela 180 - Campanha de Vacinação contra Gripe no MME

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA GRIPE		
Ano de Vacinação	Vacinados	Observação
2002	222	
2003	231	
2004	258	
2005	286	
2006	331	
2007	348	
2008	0	Não houve vacinação - falta de vacina no mercado
2009	506	
2010	600	(H1N1 e Gripe Comum)

Fonte: Área Médica/CGRH



➤ Estágio Supervisionado

O estágio oferecido pelo MME, sob a supervisão desta CGRH, objetiva proporcionar ao estudante conhecimentos e vivências práticas além dos acadêmicos, tais como: lidar com situações profissionais adversas.

Esse programa proporciona oportunidade aos estudantes para melhor avaliar sua opção profissional e relacioná-la ao seu potencial e anseio, além do conhecimento das dificuldades inerentes ao seu campo profissional, sem contar que poderão apresentar propostas inovadoras capazes de validar seu crescimento profissional e pessoal e ainda contribuir para o desenvolvimento de suas unidades de atuação neste Ministério. Essa mão-de-obra estagiária muito tem auxiliado na execução dos serviços administrativos.

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 4 - Identificação das Unidades Orçamentárias (Quadro A.2.3)

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério de Minas e Energia	32101	320002

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 5 - Programação de Despesas Correntes (Quadro A.2.4)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		104.976.615	140.569.433	-	-	26.530.630	36.639.845
	PLOA		104.976.615	140.569.433	-	-	26.530.630	36.639.845
	LOA		104.976.615	140.569.433	-	-	17.122.593	24.639.845
CRÉDITOS	Suplementares		41.200.000	31.880.000	-	-	13.100.956	12.701.512
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	10.000	
		Reabertos	-	-	-	-		
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-		
		Reabertos	-	-	-	-		
	Créditos Cancelados		-	-	-	-		-
Outras Operações			-	-	-	-		
Total			146.176.615	172.449.433	-	-	30.233.549	37.341.357

Fonte: LOA 2009 e LOA 2010

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 6 - Programação de Despesas de Capital (Quadro A.2.5)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
	Dotação proposta pela UO		2.135.000	6.254.121	-	-	-	-
	PLOA		2.135.000	6.254.121	-	-	-	-
	LOA		1.835.000	3.254.121	-	-	-	-
	Suplementares		300.000	2.036.164	-	-	-	-
	Especiais	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos			-	-	-	-
		Reabertos			-	-	-	-
	Créditos Cancelados			-	-	-	-	-
	Outras Operações				-	-	-	-
Total		2.135.000	5.290.285	-	-	-	-	

Fonte: LOA 2009 e LOA 2010

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 7 - Quadro Resumo da Programação de Despesas (Quadro A.2.6)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
	Dotação proposta pela UO		131.507.245	177.209.278	2.135.000	6.254.121	-	-
	PLOA		131.507.245	177.209.278	2.135.000	6.254.121	-	-
	LOA		122.099.208	165.209.278	1.835.000	3.254.121	-	-
	Suplementares		54.300.956	44.581.512	300.000	2.036.164	-	-
	Especiais	Abertos	10.000	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total			176.410.164	209.790.790	2.135.000	5.290.285	-	-

Fonte: LOA 2009 e LOA 2010

Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:

O Congresso Nacional efetuou um corte de 40% em relação ao Projeto de LOA, na atividade 2000 - Administração da Unidade, sob a responsabilidade da SPOA. Essa ação, que é compartilhada entre a CGRL, a CGTI e a CGRH, tinha uma dotação prevista do PLOA de R\$ 37.569.362,00 (excluindo Pessoal e Encargos Sociais) e sofreu um corte de R\$ 15.000.000,00 (Custeio e Investimento), ficando com uma dotação inicial de R\$ 22.569.362,00, que se mostrou insuficiente para o cumprimento das despesas já contratadas. Não houve cortes nas demais ações da UO 32101 – MME.

Ao longo do exercício, após negociação com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o órgão setorial de orçamento do MME (SPOA) conseguiu a aprovação de um crédito adicional, por Decreto no valor de R\$ 9.158.622,00, ficando com uma dotação de R\$ 31.727.984,00. No final do exercício, foi aprovado crédito adicional por Projeto de Lei, no valor de R\$ 3.089.904,00, mas já não havia tempo hábil para a execução. Em todo o caso, com essa recomposição parcial das dotações previstas no PLOA, foi possível o cumprimento da programação de trabalho da SPOA.

Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

A atividade 2003 – Ações de Informática – foi excluída da programação orçamentária do MME (e demais Órgãos). Com isso, as despesas da CGTI foram incluídas na ação 2000 – Administração da Unidade, como era até o exercício de 2008.

Essa alteração não representou nenhuma dificuldade para a gestão. Ao contrário, essa alteração aumentou a flexibilidade na execução da ação 2000 – Administração da Unidade, compartilhada entre CGRL, CGRH e CGTI.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 8 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (Quadro A.2.7)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos					
	Concedidos	320010	25121027669070001			185.000
		320010	25122027622720001			375.000
		320010	25572047620AA0001			1.100.000
		320012	22128106948710001			100.000
		320012	22663106948870001			565.744
		320013	25122027322720001			2.357.930
		320013	25752027313790001			66.272
		320015	25122027622720001			140.000
		320015	28844090602840001		100.000	
		320017	25121027648920001			440.108
Movimentação Externa	Concedidos	194088	25752027320A90001			54.241
		240005	04122075020000001			10.611
		194088	25752027320A90001			17.885
		495001	22128106948710001			103.500
		495001	22663106948870001			70.000
		323002	22663106948870001			16.981
		420008	25128075045720001			2.000
		194088	25752027320A90001			6.700

	Recebidos	110005	04128100445720001			11.752
		170004	04122078022720001			5.876
		170013	04123077320740001			5.876
		170013	04123126620660001			2.938
		540001	23122116622720001			605.841
		323031	25128027145720001			41.130
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Recebidos					
	Concedidos	320010	25121027669070001	20.000		
		320013	25752027313790001	13.728		
		320013	25752027320A90001	184.350		
		320015	28844090602840001			2.164.000
Movimentação Externa	Concedidos	194088	25752027320A90001	446.589		
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

As descentralizações internas foram concedidas para as seguintes Unidades Gestoras da Administração Direta do MME:

- 320010 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE
- 320012 – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM
- 320013 – Secretaria de Energia Elétrica – SEE
- 320015 – SE/BIRD/MME – Projeto ESTAL
- 320017 – Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG

As descentralizações externas foram concedidas para as seguintes Unidades Gestoras:

- 194088 – Fundação Nacional do Índio – FUNAI
- 240005 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do MRE
- 495001 – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM
- 323002 – Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM
- 420008 – Coordenação-Geral de Pessoas/DGI/SE/MINC

As descentralizações externas foram recebidas das seguintes UG's:

- 110005 – Secretaria de Administração da Presidência da República
- 170004 – Secretaria de Acompanhamento Econômico/MF
- 170013 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – MF
- 540001 – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração do MTur

No caso do Ministério do Turismo – MTur, as descentralizações se referem ao rateio de despesas relacionadas ao condomínio do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia e Ministério do Turismo.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 9 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.8)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite (*)	46.581,88	21.393,38	46.581,88	21.393,38
Tomada de Preços (*)	13.501,46	0,00	13.501,46	0,00
Concorrência	7.048.118,96	2.773.087,00	7.048.118,96	2.773.087,00
Pregão	9.709.945,13	16.111.914,55	9.643.690,41	16.091.610,91
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	1.551.129,88	1.745.439,16	1.544.381,99	1.744.745,68
Inexigibilidade	1.659.724,01	1.499.757,42	1.659.724,01	1.499.757,42
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	8.962,68	7.521,56	8.962,68	7.521,56
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	145.248.024,90	145.248.024,90	170.554.310,13	170.554.310,13
Diárias	235.493,91	206.753,84	232.810,15	206.753,84
Outros				

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Nota: Informações complementares relacionadas ao Quadro 9:

- A evolução dos gastos com diárias refere-se às despesas demandadas pela Secretaria-Executiva, que abrange as demais unidades administrativas do MME, exceto as Secretarias finalísticas que apresentarão essa informação de forma individualizada.
- (*) Os valores expressos nos campos “despesas liquidada e paga”, atinentes à convite e tomada de preços, decorrem de serviços remanescentes de exercícios anteriores e liquidados em 2010 (serviços de manutenção de veículos, contratada PICK-UP – Convite 1/2006 e Serviços de reforma do restaurante, empresa contratada Walmetra – TP 2/2008).

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 10 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.9)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	145.248.025	170.554.310	145.248.025	169.054.310	0	1.500.000	145.248.025	169.054.310
01		48.220.424		48.220.424				48.220.424
11		61.891.208		60.391.208		1.500.000		60.391.208
03		30.196.943		30.196.943				30.196.943
11	47.913.308		47.913.308				47.913.308	
01	43.759.522		43.759.522				43.759.522	
03	26.099.573		26.099.573				26.099.573	
Demais elementos do grupo	27.475.622	30.245.735	27.475.622	30.245.735			27.475.622	30.245.735
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								

Demais elementos do grupo								
3 - Outras Despesas Correntes	29.824.552	30.879.930	24.752.354	27.136.242	5.072.198	3.743.688	24.679.351	27.129.841
39	19.542.831	18.543.007	15.604.718	15.967.461	3.938.113	2.575.546	15.597.970	15.962.364
37	4.162.811	4.447.780	3.636.984	3.752.727	525.827	695.053	3.636.984	3.752.111
46	1.661.407	3.345.922	1.661.407	3.345.922			1.661.407	3.345.922
Demais elementos do grupo	4.457.504	4.543.221	3.849.246	4.070.132	608.258	473.089	3.782.991	4.069.444

Fonte: SIAFI

Observação: O item 2 - Juros e Encargos da Dívida (Quadro 10) não se aplica à UJ.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 11 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ (Quadro A.2.10)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	1.797.429	4.178.019	1.751.245	4.003.273	46.184	174.746	1.751.245	3.999.753
52	1.797.429	4.178.019	1.751.245	4.003.273	46.184	174.746	1.751.245	3.999.753
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Observação: Os itens 5 e 6 - Inversões Financeiras e Amortização da Dívida (Quadro 11), não se aplicam à UJ.

Análise Crítica

Não houve alterações relevantes para a gestão na programação orçamentária da UJ em razão de novas atribuições ou por motivo de cancelamento e/ou modificação de ação realizada no exercício anterior.

Por meio do Decreto nº 7.144/2010, foram estabelecidos os limites de empenho e de pagamento do MME, com um contingenciamento de cerca de R\$ 273,4 milhões em relação aos valores autorizados na LOA 2010. Posteriormente, o Decreto nº 7.189/2010, estabeleceu os novos limites de empenho e de pagamento, com um contingenciamento de mais R\$ 71 milhões em relação ao Decreto anterior. Diante dessa situação inédita – dois contingenciamentos no mesmo exercício – foi necessário efetuar uma redistribuição interna dos limites de empenho e de pagamento do MME, afetando todas as Unidades Orçamentárias (Administração Direta e Indireta) e, portanto, a UJ.

No mês de julho, a SPOA solicitou à Secretaria de Orçamento Federal – SOF uma ampliação de cerca de R\$ 93 milhões nos limites de empenho do MME. Inicialmente, foi aprovada uma ampliação de apenas R\$ 9 milhões, sem a ampliação correspondente nos limites de pagamento. Em meados do mês de dezembro, foi aprovada uma nova ampliação nos limites de empenho, no valor de R\$ 50 milhões.

Observação: Todos os valores mencionados acima se referem ao Órgão 32000 – MME como um todo e não apenas à Unidade Orçamentária 32101 – MME ou à UJ SPOA.

Não houve outros eventos relevantes que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UJ, além dos já mencionados acima.

2.4.3 Indicadores de Desempenho

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão e, ainda, de monitoramento e avaliação dos serviços/produtos a cargo da UJ, ainda no primeiro semestre de 2010, por meio de suas unidades administrativas, empreendeu esforços para implementar alguns indicadores de desempenho relacionados aos processos de compras e contratos, de recursos logísticos, de recursos humanos e de tecnologia da informação, de orçamento e finanças e de modernização administrativa.

Embora em estágio incipiente e sem abranger todos os processos relacionados à área de gestão interna, a medida traduz a preocupação com o aprimoramento do desempenho institucional, de modo a corrigir rumos e, sobretudo, planejar mudanças para que a gestão dos recursos seja realizada de forma eficiente e eficaz.

É importante ressaltar que a aferição de serviços da SPOA ainda carece de revisão, ajustes e adequações, e, além disso, tem como desafio a criação de novos indicadores vinculados aos programas administrativos sob sua responsabilidade. Todavia, mesmo sem representar a maioria dos processos da UJ, os indicadores apurados permitiram mensurar os resultados e gerir o desempenho, mediante a identificação da necessidade de melhoria da qualidade dos serviços executados e a correção de disfunções na operação e gestão de processos organizacionais.

Alguns indicadores foram aplicados de forma sistemática, como por exemplo, aqueles relacionados ao processo de compras e licitações. Assim, da análise dos percentuais auferidos, considera-se que o resultado foi significativo e em conformidade com os requisitos, prazos e

metas definidos. Restou demonstrado que houve superação do desempenho estabelecido (com ênfase na evolução do 2º semestre/2010 em relação ao 1º semestre/2010).

Também nesse contexto, na busca de excelência da gestão dos processos de compras e licitação, foram realizadas ações específicas e até mesmo individuais, para nivelar entendimento no que se refere a melhoria de processos, métodos de trabalho e sistemas administrativos, a fim de direcionar mudanças no fluxo de trabalho significativas e necessárias.

Como parte deste tópico do Relatório, para demonstrar os indicadores considerados pela UJ, a seguir serão relacionados os indicadores apurados, referentes aos produtos/serviços da área atuação da SPOA, por unidade organizacional.

SÍNTESE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA SPOA - 2010

Unidade: Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGCC - 01	Gestão de Compras e Contratos	Índice de Valores Orçados x Valores Contratados	(Valor estimado menos o valor contratado) / (Total de valores estimados) X 100	Avaliar os preços praticados no mercado, na pesquisa de preços, na fase competitiva do certame e na condução do processo de negociação de preços, assegurando os interesses da administração.	Manter o desempenho ótimo (o índice na primeira faixa de valores) de modo a viabilizar a análise comparativa do desempenho da equipe em relação ao resultado apresentado no semestre anterior.	1º semestre 23,57%	Valores $\geq$ a 5% e $\leq$ a 30%	Semestral
						2º semestre 33,75%		
CGCC - 02	Gestão de Compras e Contratos	Tempo médio do ciclo de compras até a homologação do certame.	(Tempo gasto nos processos) / (Tempo em dias úteis)	Aplicar o princípio da celeridade do pregão e avaliar o nível do esforço despendido em todas as fases que compõem o ciclo de compras e a relação colaborativa das partes internas e externas envolvidas no processo	Atingir o desempenho ótimo (o índice na primeira faixa de médias) de modo a viabilizar a análise comparativa do desempenho da equipe em relação ao resultado apresentado no semestre anterior.	1º semestre 36 dias úteis	Média $\geq$ a 30 dias e $\leq$ a 45 dias	Semestral
						2º semestre 30 dias úteis		
CGCC - 03	Gestão de Compras e Contratos	Índice quantitativo da modalidade de pregão eletrônico em relação ao estabelecido na Legislação	(Pregão eletrônico) / (Outras modalidades de Licitação) X 100	Avaliar a aplicação e o cumprimento dos instrumentos legais e os tipos de demandas das unidades.	Manter o cumprimento da legislação de modo a evitar apontamentos de auditoria, danos/ e (ou) prejuízos ao erário, aos agentes públicos e aos fornecedores em geral.	100%	Não se aplica	Semestral
CGCC - 04	Gestão de Compras e Contratos	Prazo médio para análise dos pedidos de reajuste e repactuação de contratos	(Tempo gasto na análise dos processos) / (Quantidade de Processos)	Cumprir o prazo de 60 dias estabelecida na IN nº 02/2008.	Repactuar no prazo máximo de 60 dias.	Tempo médio de 75, 6 dias por processos.	Prazo menor que 60 dias	Semestral

CGCC - 05	Gestão de Compras e Contratos	Prazo médio para pagamentos de contratos	(Dias úteis gastos para análise do pagamento) / (Quantidade de pagamentos realizados no prazo)	Cumprir os prazos de pagamento exigidos na lei.	Prazo máximo de 05 dias úteis (prestação de serviços e dispensa) e até 30 dias para aquisição.	4,9 dias de pagamento após recebimento da nota fiscal.	Até 05 dias para serviços e dispensa e 30 dias para aquisição	Semestral
Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGRL - 01	Gestão de Recursos Logísticos	Monitorar o Consumo Mensal de Energia Elétrica	$\frac{[\text{Consumo mensal de Energia Elétrica no mês (kw/h/mês)}]}{[\text{Média do Consumo Anual de Energia Elétrica de 2009 (kw/h/mês)}]} \times 100$	Monitorar o consumo mensal de energia elétrica objetivando a redução de consumo para diminuir os custos financeiros, focado nas rotinas de manutenção e na implantação de ações de sensibilização e mudanças de hábitos dos usuários.	Reduzir em 2% o consumo mensal de energia elétrica, medida em Kw/h/mês, em relação a média de consumo anual de 2009.		Redução de $\leq$ a 2%	Mensal
CGRL - 02	Gestão de Recursos Logísticos	Monitorar o Consumo Mensal com Combustíveis	$\frac{(\text{Consumo mensal com combustíveis})}{(\text{Consumo médio anual de combustíveis})} \times 100$	Monitorar o gasto mensal com combustíveis com fulcro na redução de consumo para reduzir os gastos financeiros, focado nas rotinas de manutenção dos veículos, condução dos motoristas, condições de trânsito e quilometragem percorrida.	Reduzir em 3% o consumo mensal de combustíveis, medido em litros/mês, em relação à média de consumo mensal anual de 2009.	4º Trimestre/ 2010	Redução de $\leq$ a 3%	Trimestral
						Out + 8%		
						Nov - 16%		
						Dez - 60%		

CGRL - 03	Gestão de Recursos Logísticos	Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento - TESA	Diferença entre a hora de conclusão da SA e da hora de recebimento da SA.	Indicar se a DIOBE está prestando a manutenção predial com eficiência.	Reduzir o tempo de execução da solicitação de atendimento (TESA), para 4 horas.	4h50min	Valor $\leq$ a 8h	Mensal
Unidade: Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGRH - 01	Gestão de Recursos Humanos	Média de Afastamento por Servidor (MAS)	(Total de dias em licença médica) / (Total de servidores na sede)	Medir a média de afastamento por servidor em relação ao total de dias de afastamento por licença médica dos servidores em exercício no Ministério.	10 dias	6,22 dias	Dias de afastamento por servidor em um ano $\leq$ a 10 dias	Anual
CGRH - 02	Gestão de Recursos Humanos	Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria	(Prazo dos trâmites da aposentadoria) / (Número de processos de aposentadoria)	Medir o prazo médio, em dias, para aposentadoria de um servidor do MME, desde a abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU.	20 dias	19 dias	Tempo médio $\geq$ a 15 e $\leq$ a 30 dias	Anual
CGRH - 03	Gestão de Recursos Humanos	Percentual de Participação de Servidores no PACD.	(Total de participação de servidores) / (Total de participação prevista) X 100	Medir o percentual de participação de servidores em eventos de capacitação, conforme a previsão do PACD/MME.	80%	126,49%	Atingir 70% de participação de servidores em relação ao estabelecido no PACD/MME	Anual

Unidade: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGTI - 01	Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação	Disponibilidade de Serviços Críticos	$\frac{[100 * (HTP - HMP - HIT - HIP)]}{[(HTP - HMP - HIT)]}$ HTP – Horas totais no período = dias do mês x horas dias HMP – Horas de manutenção programada HIP – Horas Indisponíveis no mês HIT - Horas Indisponíveis causadas por terceiros	Manter as estruturas de sistemas e processos críticos deste Ministério, de forma a garantir a disponibilidade dos serviços.	100%	Média mensal 99,07%	97% de disponibilidade, em regime de 24 x 7	Mensal

CGTI - 02	Gestão de Recursos de Tecnologia da Informação	Prazo de atendimento de chamados de suporte ao usuário final	TA < ou = PIA TA < ou = PCA TA = Tempo de Atendimento PIA = Prazo início de atendimento < ou = a 30 min PCA = Prazo conclusão de atendimento < ou = 4h	Medir a quantidade de falhas no atendimento por meio da Central de Serviços (Help Desk)	100%	Média mensal 31,33 falhas	Número de falhas no mês ≤ a 20 unidades	Mensal

Unidade: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF								
Item	Nome do Processo	Nome do Indicador	Fórmula do Indicador	Objetivo do Indicador	Meta a ser Atingida	Aferição	Faixa de Aceitação	Frequência de Apuração
CGOF - 01	Gestão de Recursos Orçamentários	Percentual de Empenho	(Empenhos emitidos) / (Limites de empenho) X 100	Verificar o percentual dos empenhos emitidos em relação aos limites de empenho disponibilizados para o órgão MME (Adm. Direta e Indireta)	100%	96,8%	> 90%	Anual
Unidade: Coordenação de Modernização Administrativa – CMA								
CMA - 01	Organização e Modernização Administrativa	Grau de disponibilidade e confiabilidade das informações organizacionais e dos instrumentos normativos na Comunidade MME (intranet).	(Instrumentos normativos disponibilizados na intranet) / (Instrumentos normativos aprovados) X 100	- Avaliar a disponibilidade de informações sobre estrutura regimental, normas, regimentos internos, instruções e procedimentos operacionais, relatórios de gestão e relatório de atos de delegação de competência aos usuários internos do MME. - Garantir a acessibilidade dos usuários às normas de criação e alteração do MME, às normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura e outros afins.	100%	80,55%	≥ a 80%	Semestral

- **Considerações sobre o desempenho da Unidade Jurisdicionada, à vista dos indicadores vinculados às áreas de compras e contratos, recursos logísticos, recursos humanos, tecnologia da informação, orçamento e finanças e modernização administrativa, relacionados a seguir, por unidades organizacionais.**

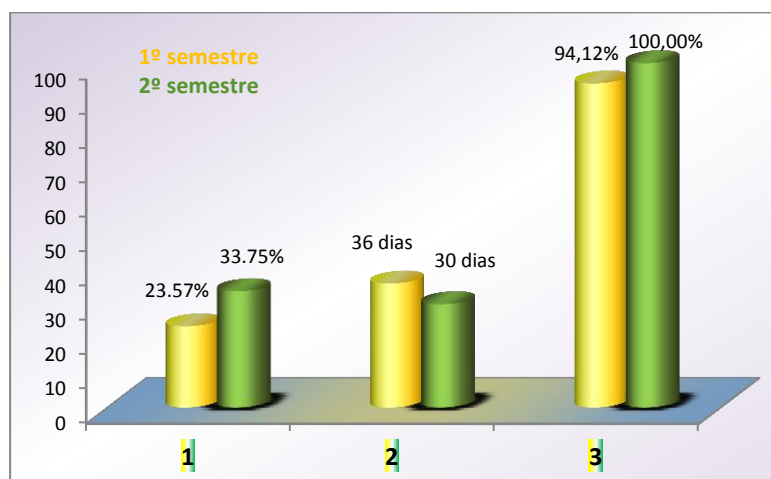
a) Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC

Demonstrativos dos Indicadores da Área de Licitações e

Compras - 1º e 2º semestres de 2010

ANO		2010		
NOME DO INDICADOR		ÁREA RESPONSÁVEL	RESULTADOS	
1	Índice de valores orçados X valores contratados	CLC	1º semestre	23,57%
			2º semestre	33,75%
2	Tempo médio do ciclo de compras até a homologação no pregão eletrônico		1º semestre	36 dias úteis
			2º semestre	30 dias úteis
3	Índice quantitativo da modalidade de licitação Pregão eletrônico em relação ao total de Licitações		1º semestre	94,12%
			2º semestre	100,00%

Gráfico dos Indicadores



Fonte: Cadastro de Indicadores e Processos Administrativos

➤ **CGCC - 01: Índice de Valores Orçados versus Valores Contratados**

Os resultados apresentados indicam a variação percentual entre os valores obtidos nas pesquisas de preços e os valores efetivamente contratados. O 2º semestre registrou aumento significativo de 10,25% de economia dos recursos públicos em relação ao 1º semestre, que era a referência inicial, e superou a meta estipulada para esse indicador em 3,75%, em decorrência da ação específica da “etapa de negociação” nas contratações, sem, contudo, deixar de assegurar os interesses da administração. A fixação do menor preço ou a média aceitável dos preços obtidos nas pesquisas de mercados, com a eliminação dos preços superestimados, considerando aqueles que se apresentam discrepantes do menor preço pesquisado, tem permitido uma pesquisa mais realista e tornou ainda mais desafiador, possibilitando não apenas ultrapassar a meta estipulada mas, principalmente, conquistar os melhores resultados nas negociações realizadas.

➤ **CGCC - 02: Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação do Certame**

Os resultados apresentados indicam que o tempo despendido no desempenho das atividades, em todas as fases do ciclo de compras, está dentro do prazo estabelecido para o indicador ($\geq$ a 30 e $\leq$ a 45 dias úteis). Como a questão de prazo é sempre um desafio para as unidades, registrou-se uma considerável redução de 6 dias úteis no 2º semestre em relação ao 1º semestre, que era a referência inicial, e mais ainda, figurou-se na faixa de aceitação mínima estabelecida para o indicador, em decorrência da ênfase na ação específica da “celeridade do processo”, e consequente esforço na relação colaborativa das partes, internas e externas, no procedimento como um todo.

➤ **CGCC - 03: Índice Quantitativo da Modalidade Pregão Eletrônico em Relação ao Estabelecido na Legislação**

O índice indicou que a instrução dos processos de aquisição de bens/materiais e contratação de serviços gerais ou de obras/serviços de engenharia ocorreu em consonância com a legislação vigente. Vale destacar que o pregão não leva em consideração o vulto do contrato, podendo ser utilizado para qualquer valor. Além disso, há a obrigatoriedade da utilização de pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, portanto todos os certames foram realizados nessa modalidade apenas um procedimento realizado na modalidade de pregão presencial, objetivando “Credenciamento de empresas para atuar como Administradora de Benefícios ofertados por Operadoras de Planos de Saúde autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS”, em atendimento à Portaria Normativa nº 3 SRH/MPOG e demais

dispositivos legais, uma vez que o critério de julgamento estabelecido não permitia sua realização por meio de pregão eletrônico.

➤ **CGCC - 04: Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Repactuação dos Contratos**

O denominador da fórmula considera o parágrafo terceiro do artigo 40 da IN nº 02, de 30 de abril de 2011, segundo a qual a decisão sobre o pedido da repactuação deverá ser feita no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da solicitação e entrega dos comprovantes e variação dos custos. Assim, a meta estabelecida é conceder a repactuação, com a consequente assinatura do termo de apostilamento, sem exceder esse prazo legal.

A média do tempo decorrido entre o pedido de repactuação dos preços contratuais e a análise em adequação aos novos preços de mercado, lapso de tempo aferido pelo indicador em questão, no patamar de 75,6 dias úteis, indica uma faixa inaceitável. A dificuldade no alcance de índice eficaz deu-se pela delonga do procedimento interno, qual seja, da obrigatoriedade de que o processo, depois de instruído, seja submetido à análise e parecer da Consultoria Jurídica, ação que também demanda tempo daquela unidade para manifestação acerca dos aspectos legais envolvidos na repactuação, além da demora no retorno de providências externas, tais como: complementação de documentos pelas contratadas, as quais geralmente requerem a repactuação sem a devida justificativa, divergência de valores entre o que é solicitado e o que é devido; necessidade de realização de pesquisa em outras empresas e em outros órgãos da administração, para comprovação de que o valor contratado, após a repactuação, se encontra em consonância com aqueles praticados no mercado, conforme determina o Decreto nº 2.276/97. Todos esses fatores independem da área de administração de contratos e, por vezes, a demora no cumprimento de providências não pertinentes à área de contratos compromete o prazo que a Administração tem para ultimar o procedimento de repactuação.

➤ **CGCC - 05: Prazo Médio para Pagamentos de Contratos**

O denominador da fórmula considera a alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/93, segundo o qual o prazo de pagamento não poderá ser superior a 30 dias, a partir do adimplemento de cada parcela do contrato, bem como o § 3º do art. 5º da referida lei, que limita o prazo para 5 dias úteis no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o previsto no inciso II do art. 24, e, também, nos casos de serviços contratados com base nas disposições da IN nº 02/2008. Assim, os pagamentos deverão ser feitos sempre dentro do estabelecido no contrato ou edital, sem exceder o prazo legal.

A média de tempo decorrida entre a entrega da Nota Fiscal e a realização dos pagamentos aferida pela presente indicação, na ordem de 4,9 dias, demonstra que os pagamentos estão sendo efetuados dentro dos prazos legais, neste Ministério.

b) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL

➤ CGRL - 01: Monitorar o Consumo Mensal de Energia Elétrica

Não foi possível mensurar os resultados do indicador, tendo em vista a impossibilidade de utilizar como parâmetro representativo o consumo de energia elétrica relativo ao ano de 2009, a fim de comparar com a situação do consumo anual de 2010. A realidade dos dois períodos é diferente, uma vez que toda a rede elétrica do edifício foi substituída em março de 2010. Só a partir de 2011 a CGRL terá condições de proceder a coleta dos registros para aplicação do indicador ora em análise, no intuito de definir metas de economia para o Ministério.

Os fatores que influenciaram o gasto de energia com o não atingimento da meta dos meses sob avaliação, comparando-se ao consumo médio de energia elétrica no ano 2009, resultou das seguintes ocorrências:

- Elevação do nível de iluminação de todos os ambientes do edifício, que se situavam por volta de 200/300 luxes que, após a conclusão da obra de substituição da rede elétrica, passou para 500 luxes em conformidade com a NBR 5413, em março/2010.
- Uso mais frequente dos dois auditórios, que ficaram mais iluminados e mais refrigerados (adquiridas máquinas mais potentes para o local).
- Instalação de mais 24 (vinte e quatro) equipamentos de ar condicionado (tipo Split) no edifício, sendo 14 (catorze) no MTur e 10 (dez) no MME.
- Movimento do restaurante/lanchonete, que mudou de 200 para 450 refeições/dia e de 30 para 110 lanches/dia e, ainda, os aparelhos elétricos existentes no local foram utilizados com mais frequência. Alguns aparelhos a gás foram substituídos por correspondentes elétricos, sendo o caso da chapeira de ferro e da churrasqueira.

E ainda, foram realizadas obras expressivas no edifício do MME no período em análise, cuja mão de obra trabalha no período noturno e nos finais de semana. Esses serviços provocaram maior gasto com energia para os motores, iluminação e elevadores de serviço e carga. As obras realizadas foram as seguintes: reformas da sala plenária (out/2010), dos banheiros do Ministério do Turismo (out a dez/10), dos espaços denominados PC's (out a dez/10), da ampliação da sala cofre (out a dez/10) e pintura do edifício (out a dez/10).

Convém ressaltar que se encontra em andamento o Projeto de Eficientização Energética que se pretende para o MME, concluído pela CEB e com previsão de publicação do edital de licitação em 2011. Esse projeto tem por base a instalação de reatores dimerizáveis, objetivando a automatização de iluminação interna/externa, mediante instalação de um software de gestão, com controle da iluminação à distância e por sensores de detecção de iluminação natural e de presença, além da automatização das persianas em função da luz natural.

➤ **CGRL - 02: Monitorar o Consumo Mensal com Combustível**

Com relação ao monitoramento do consumo de combustíveis no âmbito deste Ministério em 2010, buscou-se como parâmetro de comparação a média de gasto desse recurso apurada no exercício de 2009, calculada em 3.002 litros por mês.

Cabe lembrar, no entanto, que a comparação em tela não reflete a realidade do Órgão em razão de ter havido aumento do número de veículos que compõe a frota de carros oficiais do MME (aquisição de mais 4 veículos, do tipo flex) e pela depreciação e desgaste natural das unidades antigas, situação que por si só já impõe um acréscimo no consumo de combustíveis.

Assim, ao lançar mão da fórmula de cálculo do indicador em análise, levando em conta o gasto de combustíveis do período de outubro a dezembro de 2010, época da aprovação dos indicadores pelo gestor da SPOA e em que foi determinada a coleta de dados para proceder o cálculo necessário a sua aferição, chegou-se aos seguintes percentuais:

COMBUSTÍVEIS (ALCOOL + GASOLINA)			
Mês	Faixa de Aceitação (F.A.)	Resultado	Comentários
Out./10	VARIAÇÃO: ≤ 3% da Média Anual de 2009 (3.002 l/mês)	+ 8%	Na comparação 2009/2010 (mês de outubro), o percentual de consumo de combustíveis apresenta-se acrescido em razão da demanda maior de álcool pelos veículos flex (adquiridos em 2010).
Nov./10		- 16%	Já nos meses de novembro e dezembro o consumo ficou abaixo da meta fixada (≤ 3% da Média Anual de 2009). Visto que se optou por usar gasolina nos veículos flex ao invés de álcool, o que demandou menor quantidade de combustíveis, e pelo fato da quilometragem percorrida em 2010 pelos carros oficiais ter sido menor do que a registrada em 2009, e ainda, devido à condução adequada dos carros pelos motoristas.
Dez./10		- 60%	

Nota explicativa:

- a) Se o resultado da fórmula for inferior a 3% significa que houve redução do consumo de combustíveis, podendo ser em decorrência de menor quilometragem percorrida no período comparado, por condução apropriada dos motoristas, por condições favoráveis do trânsito, por conservação/manutenção adequada dos veículos ou redução da frota, indicando êxito/eficiência de gestão;

- b) Se o resultado da fórmula for igual a 3% significa que foi mantido o mesmo patamar de consumo no período avaliado, indicando regularidade;
- c) Se o resultado da fórmula for superior a 3% significa que houve elevação do consumo, podendo ser decorrente do aumento da quilometragem percorrida, por condução inadequada dos veículos pelos motoristas, por condições desfavoráveis de trânsito, por conservação/manutenção deficiente dos veículos ou aumento da frota, o que exigirá uma análise e diagnóstico, com vista a adoção de medidas de racionalização dos gastos, se for o caso.

➤ **CGRL - 03: Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento (TESA)**

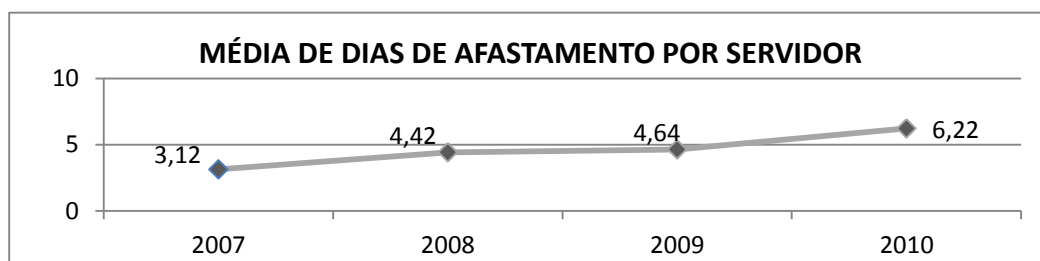
A média geral do TESA, no período de setembro a dezembro de 2010, para manutenção das instalações elétricas e hidrossanitárias, de ar condicionado e prestação de serviços de reparos diversos, e de serviços de pequeno vulto de marcenaria, corresponde a 4h50min. Assim, enquadra-se na faixa de aceitação estimada para esse indicador ($\leq$ ou = 8 horas), que busca atender às solicitações de serviços de forma eficiente e eficaz.

c) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

➤ **CGRH - 01: Média de Afastamento por Servidor (MAS)**

Média de Afastamento por Servidor

ANO	TOTAL DE DIAS EM LICENÇA MÉDICA	SERVIDORES NA SEDE (incluindo as movimentações)		MÉDIA DE DIAS DE AFASTAMENTO POR SERVIDOR (Licença Médica)	
		TOTAL	% DE AUMENTO	TOTAL	% DE AUMENTO
2007	1.934	619	*	3,12	*
2008	3.163	715	15,51%	4,42	41,59%
2009	3.620	780	9,09%	4,64	4,91%
2010	4.594	738	-5,38%	6,22	34,13%



Obs.: No Total de Servidores na Sede está incluída a movimentação ocorrida ao longo do ano.

A média de dias de afastamento do serviço decorrente de licença médica por servidor no exercício de 2010 é de 6,22 dias e ficou dentro da meta estabelecida ($\leq$ ou = 10 dias). Assim, as ações da política de prevenção de saúde física, emocional e psicológica intentadas para os servidores e empregados deste MME estão contribuindo para a excelência do resultado, na medida em que minimizam os afastamentos dos servidores por motivo de doença.

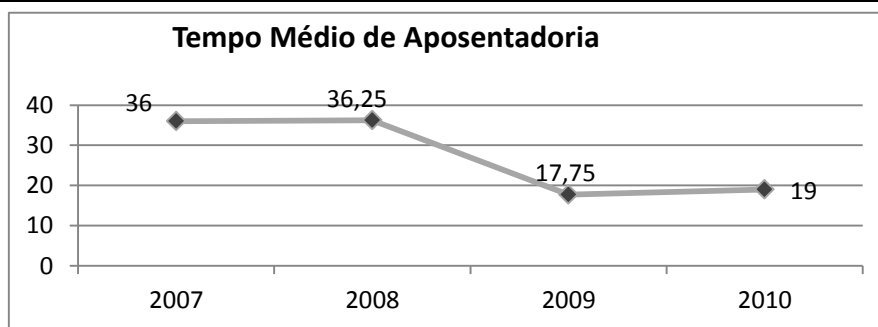
Dos 738 servidores do MME 244 (33%) gozaram de licença para tratamento da saúde, número aceitável já que todos estão sujeitos a ocorrência de doenças no período de 1 ano, sem contar que foram detectadas situações adversas, que justificam a incidência do percentual de afastamento acima. Ainda, nesse contexto, dos 4.594 dias de licenças utilizados pelos servidores, verificou-se que 2.814 dias foram gozados por 32 (4,33%) servidores (reincidentes), sendo que esses mesmos servidores foram responsáveis por 61,25% das licenças médicas registradas e homologadas no Órgão, com afastamentos sistemáticos e reiterados por motivo de doença grave (crônica).

E mais, para os exercícios seguintes, a tendência do número de licenças dessa natureza é aumentar em função do envelhecimento de grande contingente de pessoal. Em face dessa expectativa, a área de recursos humanos idealizou uma nova política de prevenção da saúde física, emocional e psicológica, e o atual programa de qualidade de vida, de modo a minimizar um pouco essa ocorrência, além do controle que os exames médicos periódicos a serem exigidos propiciarão doravante.

➤ **CGRH - 02: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria (TMA)**

Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria

ANO	Nº DE DIAS DE TRÂMITES DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA	Nº DE PEDIDOS DE APOSENTADORIA	TEMPO MÉDIO DE APOSENTADORIA (dias)	
			TOTAL	% DE AUMENTO
2007	36	1	36,00	*
2008	145	4	36,25	0,6944%
2009	71	4	17,75	-51,0345%
2010	57	3	19,00	7,0423%



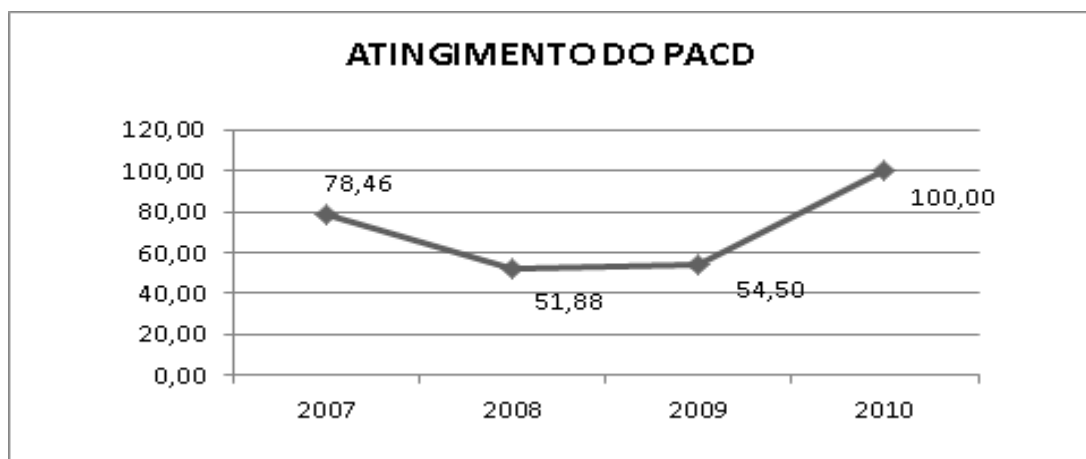
Ao longo dos últimos anos tem-se verificado um pequeno número de pedido de aposentadoria, todavia, num prazo médio de 10 a 15 anos deverá ocorrer uma demanda maior de concessão desse direito, haja vista que nessa ocasião cerca de 300 servidores do PGPE terão atendidos os requisitos mínimos para requerer aposentadoria. O fator impactante, sem dúvida, é a possibilidade de solicitação do “Abono de Permanência”, que, em muitos casos, retarda a decisão do servidor em se aposentar.

Assim, levando em conta a instrução do processo, o tempo para publicação e até mesmo a indecisão do servidor quanto a sua aposentadoria, o resultado de tempo médio para concessão desse direito, auferido pelo indicador acima (19 dias), aponta para uma gestão adequada e tempestiva da área no cenário atual.

➤ **CGRH - 03: Percentual de Participação de Servidores no PACD (PACD)**

Percentual de Servidores Capacitados

ANO	TOTAL DE PARTICIPAÇÕES	DEMANDA (nº de participações previstas no Plano Anual de Capacitação)	ATINGIMENTO DO PACD
		TOTAL	(%)
2007	510	650	78,46
2008	705	1.359	51,88
2009	763	1.400	54,50
2010	1.485	1.174	100,00



Com a publicação do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e, aliado às melhorias da gestão nos últimos anos e às parcerias e acordos de cooperação técnica firmados, nota-se que o número de participações de servidores vem crescendo a cada exercício. Foi previsto 1.174 participações no Plano Anual de Capacitação – PACD/2010 considerando demanda para o quantitativo de cerca de 738 servidores lotados no prédio.

No exercício em análise, a participação de servidores ultrapassou as expectativas da área, visto que foram contabilizados 1.485 participações em eventos diversos de capacitação e treinamento.

Nesse contexto, vale esclarecer, que o número de participações em eventos não corresponde ao número de servidores treinados, pois só o novo Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos – DocFlow exigiu a programação de quatro eventos de capacitação, em que houve participação reiterada de servidores com interesse em operacionalizar bem a citada ferramenta. Além disso, a área de treinamento buscou selecionar cursos mais estruturados, com o intuito de propiciar ganhos institucionais e satisfação profissional aos servidores do MME, estimulando a participação em mais de um evento, o que resultou na capacitação efetiva de 304 servidores em pelo menos um evento de treinamento realizado.

d) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI

➤ CGTI - 01: Disponibilidade de Serviços Críticos

O indicador acima se refere ao índice de disponibilidade dos equipamentos servidores da rede computacional do Ministério, que armazena todos os serviços e sistemas de tecnologia operados pelos usuários. Como se constata, o de índice auferido (99,07%) é superior a meta de 97% do tempo de disponibilidade, alcançado em 11 meses do ano de 2010, o que permitiu o desenvolvimento de trabalhos de forma segura, em tempo hábil, sem que houvesse qualquer interrupção abrupta dos serviços ou perda dos dados armazenados no ambiente tecnológico.

➤ CGTI - 02: Prazo de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final

Esse indicador tem por objetivo avaliar a excelência dos atendimentos feitos ao usuário final por meio da Central de HelpDesk, já que o prazo fixado pela área de informática para atendimento das solicitações de HelpDesk é de 4h por chamado, tendo como parâmetro de aceitabilidade 20 solicitações mensais não atendidas nesse prazo, num contexto médio de 1600 chamadas por mês (72 por dia).

Todavia, o número de solicitações de HelpDesk computado na condição de atendimento falho ou fora do prazo fixado nos meses de março, abril, setembro, outubro, novembro e

dezembro de 2010 foi da ordem de (31,33), o que extrapolou a faixa de aceitabilidade fixada (20 unidades).

Ao analisar as ocorrências, verificou-se que o prazo de atendimento ao usuário de várias solicitações demandou maior quantidade de horas por ação do próprio solicitante, em consequência de adiamentos, tendo essas chamadas sido computadas equivocadamente, pois deveriam ter sido expurgadas do cálculo, já que a pendência de solução se deu por motivo alheio à vontade dos técnicos ou por conveniência dos demandantes. Dessa forma, vários pedidos restaram pendentes por longo período de tempo, até concretização do atendimento ou o cancelamento dos mesmos, situações em que a variável tempo final distorceu o cálculo do presente indicador prejudicando o resultado. Esse procedimento já foi corrigido.

e) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF

➤ CGOF - 01: Percentual de Empenho

Verifica-se que o percentual de empenho no âmbito do Ministério de Minas e Energia, no último exercício de 2010, é da ordem de 96,8%, o que demonstra gestão eficiente e eficaz dos limites de empenho disponibilizados para a Pasta.

f) Coordenação de Modernização Administrativa – CMA

➤ CMA - 01: Grau de Disponibilidade e Confiabilidade das Informações Organizacionais e dos Instrumentos Normativos na Comunidade MME (intranet)

Com relação ao desempenho do indicador - disponibilidade e confiabilidade das informações organizacionais e dos instrumentos normativos na Comunidade MME (intranet) - considera-se que a meta estabelecida foi atingida plenamente, uma vez que de 36 instrumentos normativos aprovados (normas/formulários), apenas 7 deixaram de ser publicados na intranet, em decorrência da falta de validação final pela área solicitante. No entanto, observa-se a necessidade de melhorar a disposição das informações organizacionais e normativos na Comunidade MME (intranet), à vista de frequentes esclarecimentos, prestados pela CMA, a usuários, a fim de orientar a localização de documentos.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

3.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 12 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (Quadro A.4.1)

UG 320004 – CGRL

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	73.002,98	0,00	73.002,98	0,00
2008	672,00	0,00	672,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	5.256.681,18	720.617,32	4.535.882,53	181,33
2008	987.085,01	228.905,72	758.179,29	0,00
2007	307.143,70	286.153,70	20.990,00	0,00

Fonte: SIAFI

UG 320005 - CGRH

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,0	0,00	0,00	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	114.108,46	45.449,07	67.659,39	1.000,00
2008	186.023,01	186.023,01	0,00	0,00
2007	1.564.310,82	1.564.310,82	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Os pagamentos dos Restos a Pagar realizados pela UJ têm como fator condicionante o limite de pagamento autorizado e a disponibilidade financeira do Órgão. São priorizadas as despesas cujos possíveis atrasos acarretam cobranças de encargos financeiros, bem como às decorrentes de obrigações contratuais, especialmente os caracterizados como serviços continuados.

Sempre há impactos na gestão financeira do exercício decorrente dos pagamentos de restos a pagar. No entanto, quando avaliado esse aspecto no âmbito de Unidade Gestora, o impacto é praticamente nulo, tendo em vista a existência de uma espécie de fator de compensação quando se faz uso da programação financeira do exercício para pagamento de obrigações do exercício anterior e a consequente postergação das despesas e contratações realizadas em dezembro, cuja nova inscrição se processará ao final do exercício com os respectivos pagamentos no exercício seguinte.

Pode-se observar que a UJ tem evitado as reinscrições de restos a pagar, realizando os devidos cancelamentos após análise de cada caso.

4. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

4.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Quadro 13 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	1.025	711	47	14
1.1 Membros de poder e agentes políticos	01	01	01	01
1.2 Servidores de Carreira	1.024	237	46	12
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	1.024	174	01	05
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	63	45	07
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	473	-	01
1.4.1 Cedidos	-	473	-	01
1.4.2 Removidos	-	-	-	-

1.4.3	Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4	Licença não remunerada	-	-	-	-
2	Provimento de cargo em comissão	477	451	39	41
2.1	Cargos Natureza Especial	01	01	01	01
2.2	Grupo Direção e Assessoramento Superior	378	365	33	36
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	110	02	03
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	22	06	01
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	75	04	04
2.2.4	Sem vínculo	-	135	21	28
2.2.5	Aposentado	-	23	-	-
2.3	Funções gratificadas	98	85	05	04
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	80	05	04
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	04	-	-
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	01	-	-
Total		1.502	1.162	86	55

Fonte: SIAPE

Observação: As informações do Quadro 13 demonstram a composição do contingente de recursos humanos do MME, gerenciados pela UJ.

Esta Unidade Jurisdicionada, por intermédio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, gerencia todo o contingente de pessoal do Ministério de Minas e Energia. Além do quadro de servidores efetivos que integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, o Órgão conta também com um Quadro Especial em Extinção do MME, criado especialmente pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para abarcar o retorno de ex-servidores advindos das extintas empresas CAEEB e SIDERBRÁS, no regime celetista, com anistia concedida por força da Lei nº 8.878, de 11/5/94, e outros que retornaram aos cargos públicos por ação de decisões judiciais favoráveis.

Atuam no Ministério de Minas e Energia, ainda, servidores públicos requisitados da Administração Direta e Indireta, bem como pessoas sem vínculo com o Serviço Público, todos ocupantes de cargos de livre provimento.

Outro contingente de recursos humanos que compõe a força de trabalho do MME são os servidores especializados, pertencentes às carreiras da Advocacia Geral da União – AGU (Procuradores) e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Analistas de Orçamento e Finanças, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analistas em Tecnologia da Informação e recentemente os Analistas de Infraestrutura referentes ao 2º concurso), cujo exercício foi descentralizado pelos órgãos de origem, para atendimento de necessidades específicas deste Órgão, porém esse pessoal não consta do Quadro 13.

Há que se justificar, ainda, que dos 473 servidores caracterizados como cedidos, uma parcela de 100 servidores efetivos encontra-se a disposição de outros órgãos públicos e o restante (373), são anistiados cujo retorno se deu a partir de 2009 e que passaram a integrar o Quadro Especial em Extinção do MME, no regime celetista, estando hoje no exercício de suas funções em entidades da Administração Pública sediadas no Distrito Federal e em outras Unidades da Federação.

Vale ressaltar nesse ponto, que do total de anistiados com retorno deferido para o MME, 64 ex-empregados da CAEEB e SIDERBRÁS permanecem atuando nesta Sede, e por isso foram contabilizados nos subitens 1.2.1 e 2.2.1 do Quadro 13.

Assim, temos que o quantitativo de cargos que compõem o Quadro Permanente do MME com lotação autorizada pela legislação específica, qual seja, 1.024, descontados os servidores de carreira vinculada ao órgão de lotação efetiva e excluindo os anistiados celetistas que atuam na Sede $[1.024 - (174 + 100 + 80 + 110) - 64]$ temos 624 cargos vagos, decorrentes de aposentadoria, falecimento e vacância ocorridos ao longo de vários anos. Tais cargos, que pertencem ao PGPE em quase sua totalidade, somente poderão ser providos mediante realização de concurso público, contudo, ante o deferimento de retorno dos anistiados pela Lei nº 8.878/94, há que se priorizar a absorção desse contingente de pessoal, mais o pessoal técnico especializado de carreira, a exemplo de Analista de Infraestrutura.

Mas o MME ainda se apresentava com déficit de sua força de trabalho, principalmente na área fim, situação que impactava o desenvolvimento de atividades estratégicas dos setores mineral, de petróleo/gás natural e energético e que não podem ser supridos com a entrada de anistiados ou de servidores das categorias de cargos vagos do PGPE. Para incremento de especialistas na área técnica a Coordenação-Geral de Recursos Humanos demandou e recebeu do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão mais 39 Analistas de Infraestrutura, desta feita, para exercício neste Órgão, de modo a atender os programas de Governo ao encargo desta Pasta.

Com relação a movimentação do Quadro (ingresso X egresso), constata-se a normalidade, lembrando que o maior peso está na entrada dos servidores de carreiras descentralizadas (analistas de infraestrutura e Analista de Tecnologia da Informação).

Quadro 14 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.2)

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	53	43	260	376	168
1.1. Membros de poder e agentes políticos				1	
1.2. Servidores de Carreira	52	41	133	159	44
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	2	127	216	124
2.Provimento de cargo em comissão	49	54	63	70	26
2.1. Cargos de Natureza Especial				1	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	49	54	62	66	25
2.3. Funções gratificadas			1	3	1

Fonte: SIAPE

Apesar da entrada de novos servidores das carreiras de Analista de Infraestrutura e de Analista em Tecnologia da Informação no MME (faixa etária até 30 anos), a idade média do efetivo de pessoal deste Órgão é alta, com maior concentração na faixa etária de 51 a 60 anos. A explicação para esse fato está no retorno dos anistiados, correspondentes a 38,33% do Quadro de Pessoal, com idade exatamente nas duas últimas faixas etárias. A faixa etária de 41 a 50 anos compreende a maioria dos servidores efetivos, integrantes do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE.

Quadro 15 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.3)

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	1	16	52	393	374	38	19	7
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	1	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	13	40	159	153	38	19	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	1	3	12	234	220	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	68	194	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	66	190	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	2	3	-	-	-
<u>LEGENDA</u>									
<u>Nível de Escolaridade</u>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE

Para melhorar o nível de escolaridade dos servidores e empregados deste órgão, dispomos do “Projeto de Graduação”, iniciado em 2010, contando hoje com 12 participantes. Outro destaque são os cursos de pós-graduação oferecidos aos servidores com cargos efetivos.

4.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Quadro 16 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.4)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	535	03
1.1 Voluntária	463	03
1.2 Compulsório	01	-
1.3 Invalidez Permanente	70	-
1.4 Outras	01	-
2 Proporcional	281	-
2.1 Voluntária	263	-
2.2 Compulsório	07	-
2.3 Invalidez Permanente	11	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: SIAPE

O quantitativo de aposentados tem reduzido ao longo dos últimos anos e, essa diminuição está diretamente ligada à idade dos aposentados, entretanto, em médio prazo (10 a 15 anos),

deverá ocorrer expressivo aumento do número de pedidos de aposentadorias por parte dos servidores integrantes da carreira do PGPE (cerca de 300 servidores), que a essa época terão preenchidos todos os requisitos para sua requisição.

Quadro 17 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010 (Quadro A.5.5)

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	768	17
2. Proporcional	58	02

Fonte: SIAPE

Na mesma situação que a aposentadoria encontra-se o quantitativo de beneficiários de pensão, que vem reduzindo ao longo dos últimos anos, também influenciada pelo fator idade dos beneficiários (seja por morte ou pelo atingimento da maioridade).

4.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro 18 - Composição do Quadro de Estagiários (Quadro A.5.6)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	25	24	21	22	162.800,90
Área Fim	1	1	1	1	7.680,00
Área Meio	24	23	20	21	155.120,90
Nível Médio	38	39	40	38	156.179,11
Área Fim	14	14	14	14	57.174,63
Área Meio	24	25	26	24	99.004,48

Fonte: SIAPE

Quanto aos estagiários, o interesse das áreas finalísticas por estagiários se resume no perfil de nível médio para auxiliar no desenvolvimento de atividades meramente administrativas, enquanto que na área meio há interesse no perfil de nível superior para o exercício de atividades de secretariado executivo e de gestão de documentos.

4.4 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

Quadro 19 - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010 (Quadro A.5.7)

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010	96.735,87		10.748,43					107.484,30
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	4.419.048,65		8.326.734,33	459.294,76	1.399.637,09	1.460.368,50	275.771,70	16.340.855,03
2009	19.314.756,61		8.688.843,42	693.779,12	2.260.853,73	1.859.579,50	230.839,20	33.048.651,58
2010	26.897.899,95		12.681.746,96	1.353.455,36	3.618.003,80	3.219.158,78	119.338,06	47.889.602,91
Servidores com Contratos Temporários								
2008	1.441.950,92		8.458,31	37.427,71	39.576,86			1.527.413,80
2009	711.498,93		50.034,92	54.383,71	12.187,97		27.380,66	855.486,19
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								

2008	9.358,46		21.141,09	788,83	3.437,68			34.726,06
2009	20.769,12		14.010,46	907,99	3.561,84			39.249,41
2010	23.401,26		17.825,75	1.113,96	5.265,96			47.606,93
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008		72.386,40	6.859,12					79.245,52
2009		82.309,44	6.859,12	4.572,74				93.741,30
2010		72.644,27	5.965,35	2.286,37				80.895,99
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		15.342.763,69	1.087.342,03	379.184,07	15.047.380,66	43.229,46	47.705,10	31.947.605,01
2009		16.032.089,04	1.193.401,44	360.999,07	17.202.427,93	17.515,61	23.567,00	34.830.000,09
2010		16.058.299,80	1.241.640,51	352.003,29	18.576.470,94	76.063,06		36.304.477,60
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas								
2008		1.041.272,03						1.041.272,03
2009		1.071.508,00						1.071.508,00
2010		1.007.525,04						1.007.525,04

Fonte: SIAPE / SIAFI

Observação: As informações do Quadro 19 demonstram a situação global dos custos de recursos humanos do MME.

➤ **Análise Crítica da Gestão dos Recursos Humanos**

Relativamente à despesa com recursos humanos, há que se ressaltar que a evolução dos valores registrados (aumento ao longo dos últimos anos), se apresenta dentro do padrão de gasto aceitável, uma vez que houve absorção de novos servidores no período avaliado (Analistas de Infraestrutura, Técnicos de TI e anistiados da Lei nº 8.878/94), sem contar que houve alterações nas tabelas salariais de diversas categorias do serviço público, incluindo dos anistiados.

Um ponto importante a refletir, se refere aos altos valores das indenizações/ressarcimentos de remunerações de servidores/empregados (técnicos especializados) requisitados. Nesse contexto evidencia-se a necessidade das áreas finalísticas por um corpo de servidores especializados, em substituição ao pessoal requisitado de outras empresas, passíveis de ressarcimento ou reembolso de suas remunerações aos seus órgãos de origem, os quais exercem atividades que não podem ser supridas por servidores do quadro permanente. Esse corpo de técnicos está sendo formado agora com a entrada dos Analistas de Infraestrutura no Quadro Permanente deste Órgão.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos tem agido de forma a adequar quantitativa e qualitativamente seu Quadro de Pessoal às necessidades, demandas e exigências das áreas meio e fim.

Quantitativamente, apesar da falta de espaço físico nas dependências do Órgão para acomodar novos servidores, foram absorvidos mais 39 Analistas de Infraestrutura, buscando atender carência das secretarias finalísticas, do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva. Também foram colocados em exercício na área meio desta Sede, 64 anistiados e 5 Analistas em Tecnologia da Informação, estes para suprir exigências de operacionalização do novo sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos – DocFlow.

Qualitativamente investiu-se em ações para capacitação de pessoal, procurando contemplar todos os servidores (efetivos, requisitados, anistiados e sem vínculo) no Plano Anual de Capacitação, elaborado com métodos e técnicas do mapeamento de competências, de forma a treiná-los e qualificá-los para exercer suas atividades e atribuições neste Órgão, visando o melhor desempenho individual e institucional possível.

No que se refere ao processo de avaliação dos servidores, recentemente foi regulamentado um instrumento no âmbito do Governo Federal trata-se de um sistema estruturado para avaliação e desempenho do contingente do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, o qual disponibiliza um conjunto de regras para avaliar e acompanhar a execução de atividades por parte dos servidores, bem como oportuniza a verificação dos parâmetros funcionais auferidos com as metas e objetivos institucionais fixados. Foi feito o primeiro ciclo de avaliação do PGPE.

Na área da saúde, é importante ressaltar, que a adesão aos serviços ora disponibilizados (GEAP, ALIANÇA ou Auxílio de caráter indenizatório) é de livre opção por parte dos servidores ativos e inativos e beneficiários de pensão civil. O atual contrato celebrado com a GEAP - Fundação de Seguridade Social, que possui o maior número de adesões, embora tenha perspectiva de vigência até junho de 2012, poderá ser rescindido a qualquer momento, tão logo o Poder Judiciário decida sobre a situação jurídica da referida entidade ou o Tribunal de Contas da União determine o seu encerramento.

Importante ação foi concluída, ainda no exercício de 2010, para melhor gestão do processo de Estágio Remunerado no âmbito deste Órgão, qual seja a elaboração do “Manual do Programa de Estágio”, com todos os procedimentos técnicos e administrativos relacionados à operacionalização, fundamentação legal e subsídios para o repasse de orientações e informações aos estagiários, supervisores e servidores que os acompanham e instruem.

Ademais, foi instituído também o “Plano de Orientação e Desenvolvimento de Estagiários – PODE”, que tem por finalidade oferecer, por meio de ações voluntárias de servidores do quadro do MME, conhecimentos, habilidades e orientações aos jovens estudantes, para um bom desempenho e melhor relacionamento profissional e pessoal.

4.5 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Quadro 20 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene (Quadro A.5.8)

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004							CNPJ: 37.115.383/0001-53						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	L	O	30	00.617.589/0001-71	30/06/2005	30/08/2010		44					E
2010	L	O	27	08.247.960/0001-60	31/08/2010	30/08/2011		40					P
Observação.: Contrato de prestação de serviços executados de forma continua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes

Observação: O Ministério de Minas e Energia não tem contrato de vigilância, pois todos os vigilantes em atividade neste órgão pertencem ao quadro permanente da Administração Pública.

Quadro 21 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra (Quadro A.5.9)

Unidade Contratante													
Nome: Ministério de Minas e Energia													
UG/Gestão: 320004					CNPJ: 37.115.383/0001-53								
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	4	O	48	03.084.540/0001-99	22/08/2005	21/08/2010		02					E
2007	7	O	03	37.057.387/0001-22	02/01/2007	01/01/2012				12		05	P
2008	5	O	07	72.591.894/0001-42	27/03/2008	26/03/2011				17			P
2008	7	O	17	05.607.412/0001-08	23/06/2008	18/04/2010				43			E
2008	7	O	39	05.607.412/0001-08	29/10/2008	30/06/2010				10			E
2008	2	O	47	04.768.702/0001-70	23/12/2008	22/12/2011				11		01	P
2009	3	O	20	08.965.970/0001-33	01/04/2009	30/06/2010				36			E
2009	2	O	25	26.972.885/0001-84	07/07/2009	06/07/2011				05		02	P
2010	7	O	10	04.248.842/0001-18	28/04/2010	27/10/2010				43			E
2010	7	O	19	04.271.959/0001-12	01/07/2010	30/06/2011				10			A

2010	3	O	20	08.965.970/0001-33	01/07/2010	30/06/2011				38			A
2010	7	O	40	04.248.842/0001-18	28/10/2010	27/10/2011				43			A
2010	4	O	47	03.084.540/0001-99	01/12/2010	30/11/2011		04					A
2010	1	O	51	02.277.205/0001-44	21/12/2010	20/12/2011				04		01	A

Observação: Contrato de prestação de serviços executados de forma continua, com duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses (inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93), a critério da Administração.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes

Quadro 22 - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra (Quadro A.5.10)

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
03/2007	9	17	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI
07/2008	5	17	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
47/2008	2	12	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
25/2009	2	07	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
19/2010	9	10	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
20/2010	3	38	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
27/2010	7	40	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
40/2010	9	43	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA
47/2010	4	04	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL
51/2010	1	05	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	7. Higiene e Limpeza;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	8. Vigilância Ostensiva;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	9. Outras.
5. Serviços de Brigada de Incêndio;	

Fonte: Informações retiradas dos Instrumentos contratuais assinados entre as partes

4.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Os indicadores que a área possui estão apresentados no item 2.4.3 deste Relatório.

5. INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

5.1 TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

5.1.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2010

Quadro 23 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência (Quadro A.6.1)

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério de Minas Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos									
CNPJ: 37.115.383/0001-53				UG/GESTÃO: 320005/00001					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	592343	03.658.432/0001-82	R\$12.175.344,00	R\$0,00	R\$2.508.464,00	R\$5.871.713,00	01/07/2007	30/06/2012	1
LEGENDA									
Modalidade:			Situação da Transferência:						
1 - Convênio			1 - Adimplente						
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente						
3 - Termo de Parceria			3 - Inadimplência Suspensa						
4 - Termo de Cooperação			4 - Concluído						
5 - Termo de Compromisso			5 - Excluído						
			6 - Rescindido						
			7 - Arquivado						

Fonte: SIASG, SIAFI e CGRH

Observação: No campo “No exercício” além do valor informado, encontra-se pendente de pagamento R\$ 55.415,00, relativo a acordo/ajuste ao convênio no período de jan/ago de 2010.

5.1.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Vigerão no Exercício de 2011 e Seguintes

Quadro 24 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes (Quadro A.6.3)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério de Minas e Energia - Coordenação-Geral de Recursos Humanos					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320005/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	R\$12.175.344,00	R\$5.871.713,00	R\$2.589.215,00	48%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	R\$12.175.344,00	R\$5.871.713,00	R\$2.589.215,00	48%

Fonte: SIASG, SIAFI e CGRH

Análise

Para o convênio firmado com a Fundação de Seguridade Social – GEAP, por estar na situação de adimplência, foi efetivado o repasse financeiro no decorrer do exercício, em observância ao cronograma de desembolso, bem como empenhado o crédito em conformidade com a legislação vigente para o período.

6. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.370/1993.

Em observância às orientações contidas no Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, o titular da Coordenação-Geral de Recursos Humanos informa que os servidores do Ministério de Minas e Energia estão em dia com a exigência de apresentação da Declaração de Bens e Renda à Secretaria da Receita Federal, conforme determina a Lei nº 8.370, de 10 de novembro de 1993, com comprovantes acostados às suas pastas de assentamentos funcionais.

7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

7.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro 25 - Estrutura de Controles Internos da SPOA (Quadro A.9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
Informação e Comunicação (Continuação)	1	2	3	4	5
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: 1) A SPOA, como Unidade Jurisdicionada responsável pela execução de atividades relativas à organização e modernização administrativa e as relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais no âmbito do MME, está sujeita ao fiel cumprimento de toda a legislação que envolve sua competência regimental. 2) As ações de quaisquer servidores públicos pelo art. 37, da Constituição Federal, devem se pautar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além disso, há que se considerar que os deveres, proibições, responsabilidade, crimes e penalidades no âmbito administrativo se encontram muito bem delineados no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, no Código de Ética e no Estatuto das Licitações e Compras, dentre outras normas legais vigentes (códigos civil e penal). 3) De fato, os controles da SPOA se dão no dia-a-dia, no acompanhamento sistemático das atividades ao encargo das Unidades que a compõem, por seus respectivos gestores, e na organização de suas rotinas e processo de trabalho. Dessa forma, temos garantido a legalidade, eficiência e eficácia na execução das competências regimentais afetos à área, com realizações pautadas sempre na legalidade e de forma a atender seus objetivos e metas traçadas. 4) Não há um sistema de controle específico para coleta e registro de dados atinentes a ocorrências de fraudes e perdas no âmbito desta UJ, todavia, entende-se que cada processo administrativo disciplinar e de sindicância aberto para apurar faltas cometidas por servidores públicos ou denuncia de má conduta no desempenho de funções, quer seja por violação aos deveres, proibições e responsabilidades capituladas nos arts. de 116 a 119 da Lei nº 8112/90, ou por cometimento dos crimes administrativos previstos nos arts. de 89 a 98 da Lei nº 8.666/93, são registros típicos do que se pede nesse item. Igualmente nessa situação encontram-se processos administrativos de licitações e contratos, quando há transgressão por parte de licitantes ou contratados aos dispositivos da Lei nº 8.666/93 ou descumprimentos de obrigações contratuais (por denúncia ou constatação), situações que são apuradas com vistas à aplicação de sanções administrativas previstas, com posterior instauração de TCE, conforme o caso, e					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
formalização de denúncia junto ao MPU ou SFN/MF. 5) Metodologia: A metodologia empregada para responder esse questionário foi a realização de reuniões, no âmbito da Subsecretaria, com pessoas representantes de suas áreas estratégicas.	
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

8. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 26 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (Quadro A.10.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Resposta: Sim, mas em fase inicial. O PE 14/2010 – serviços de limpeza, constam alguns critérios de sustentabilidade ambiental, no anexo I do edital: 13.22 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; 13.23 Adotar tratamento idêntico para o descarte de lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Esses produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica; 13.24 Estabelecer conjuntamente com o Contratante o encaminhamento dos pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública, de conformidade com a Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999; O PE 23/10 – aquisição ar condicionado Split com instalação, consta no anexo I questão sobre descarte de produtos/materiais: 5.1 Responsabilizar pela limpeza do local onde forem realizados os serviços, depositando todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela fiscalização, recolhendo os entulhos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o MME; O PE 25/10 – reforma banheiros, no anexo I item 7: g) A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos provenientes das demolições serão executados pela Contratada de acordo com as exigências dos órgãos competentes do Distrito Federal, depositando os mesmos em contentores apropriados;				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). Resposta: Sim, o PE 14/2010 – serviços de limpeza, o PE 26/10 – marceneiros, também incluem critérios de sustentabilidade no anexo I do edital, quando da utilização de materiais diversos, produtos de limpeza, etc, tais como: 13.19 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: 13.19.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;				X	
(Continuação do item 3) 13.19.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; 13.19.5 Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; 8.18.1 Treinamento/capacitação periódicos dos funcionários sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição, pelo menos uma vez por ano; 13.25 Manter critérios especiais para aquisição e uso de produtos biodegradáveis, que deverão conter marca de conformidade (INMETRO ou similar) e estar devidamente registrados no Órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde (art. 14 e 15 do Decreto nº 79.094, de 5 de janeiro de 1997, que regulamenta da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976).					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Resposta: Sim, mas em fase inicial. O PE 14/2010 – serviços de limpeza, também inclui critérios de sustentabilidade sobre certificações, no anexo do edital: 13.25 Manter critérios especiais para aquisição e uso de produtos biodegradáveis, que deverão conter marca de conformidade (INMETRO ou similar) e estar devidamente registrados no Órgão de vigilância sanitária competente do Ministério da Saúde (art. 14 e 15 do Decreto nº 79.094, de 05 de janeiro de 1997, que regulamenta da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.) O PE 17/2010 – reforma dos PC's, o PE 18/10 – balcões de madeira, o PE 19/2010 – pintura do prédio, o PE 25/10 - reforma banheiros, PE 32/10 – reforma portaria, também incluem critérios de sustentabilidade no anexo I do edital, sobre certificações, temos: 13.29 Empregar materiais novos, comprovadamente de primeira qualidade padrão “A”, reconhecidos nacionalmente como de boa qualidade e aceitabilidade, referenciados como líderes no ramo, detentor de NORMAS ISO, não sendo aceitos, sob pretexto nenhum, materiais classificados como comerciais, extras ou de qualidade inferior, com a alegação de menor preço. No caso da utilização de materiais importados, os mesmos deverão estar com toda a documentação que os legalize no País, principalmente quanto ao cumprimento das normas da ABNT e INMETRO, e que previamente a aplicação, deverão ser submetidos à Fiscalização; O PE 20/10 – combustíveis, também trata de certificações, no anexo I: 7.1.4.3 Atestado emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO quanto à regularidade de aferição metrológica das bombas de combustíveis do estabelecimento; 7.1.4.4 Atestado emitido pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - SEMARH/DF informando que o posto está dentro das condições exigidas por aquele órgão; 7.1.4.5 Declaração formal de que a localização do posto de combustíveis (álcool, gasolina e óleo diesel) está circunscrito numa distância inferior a 15 (quinze) Quilômetros da sede do Ministério de Minas e Energia, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, em Brasília/DF. O PE 23/10 – aquisição ar condicionado Split – traz no anexo I: 5.15 Executar os trabalhos por mão-de-obra especializada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, correspondente a cada etapa dos serviços constantes deste Termo de Referência;				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
(Continuação do item 4) O PE 39/10 – água mineral, como requisitos de habilitação, no edital e anexo I contém as seguintes solicitações: 7.1.4.2 Apresentação das análises química e físico-química completa (LAMIM), obrigatória a cada três anos para verificação de composição (art. 27 Decreto-Lei Nº 7.841/45 do DNPM); 7.1.4.3 Comprovação de registro do produto na ANVISA (DINAL), Decreto-Lei nº 7.841/45 do DNPM e Resolução RDC Nº 278/2005, da ANVISA, válida por 06 (seis) anos. 7.1.4.4 Portaria de Lavra do Ministério de Minas e Energia, Decreto-Lei nº 7.841/45 do DNPM. 7.1.4.5 Licença de operação válida, expedida pela Secretaria de Recursos Hídricos – SEMARH, ou do Município de origem em conforme disposto da Resolução nº 237/97 do Ministério do Meio Ambiente, validade por até quatro anos, dependendo do grau de risco; 7.1.4.6 Rótulo padrão identificador da água, aprovado pelo DNPM, em conformidade com a legislação atual. 7.1.4.7 Declaração de autorização da fonte produtora, no caso de distribuidores, em papel timbrado, para comercialização da água mineral, atestando que o mesmo atende todas as exigências sanitárias de armazenamento e comercialização de água mineral. O PE 40/10 – Programação visual – no item 6 do anexo I temos a seguinte solicitação: Para a execução dos serviços, além da estrita observância das Especificações, das Normas, das recomendações do fabricante dos materiais, Métodos Brasileiros e das Normas de Segurança ditadas pelo CBM-DF, a Contratada deverá atender a todas as exigências das Leis, Códigos, Portarias e Normas incidentes sobre a execução trabalhos em vigor.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Resposta: Sim, o PE 14/2010 - contratação de serviços de limpeza e conservação, o PE 26/10 – contratação de serviços de marceneiros, também incluem critérios de sustentabilidade no anexo I do edital, tais como: 13.19.3 Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; <u>ÁGUA</u> No exercício de 2008, o MME instalou em seus banheiros torneiras de acionamento hidrodinâmico com a finalidade de reduzir o consumo d'água. No presente exercício, o MME está reformando esses mesmos banheiros, e a ação para reduzir o consumo d'água será a instalação de válvulas de descargas com duas opções, sendo uma para descarga com volume menor d'água para urina e a outra descarga com maior volume para fezes. As descargas nos mictórios serão automatizadas por sensor elétrico visando também à economia de água. <u>ENERGIA</u> No exercício de 2009/10 o MME trocou as suas instalações elétricas antigas por instalações novas, com o propósito de modernizar, proporcionar mais segurança contra sinistros e com mais confiabilidade. O novo sistema consequentemente visa reduzir o consumo de energia. Assim, as luminárias instaladas apresentam a face interna espelhada, as lâmpadas são da linha de 28 W, T5, que apresentam melhor desempenho e com menor gasto de energia.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		1	2	3	4	5
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Resposta: Sim, mas em fase inicial. O PE 14/2010 para contratação de serviços de limpeza, traz a condição de reciclagem, nas obrigações da contratada, no anexo I do edital: 13.19 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: 13.19.5 Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.					X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Resposta: Sim. No PE 13/2010 foram adquiridos 4 (quatro) veículos de transporte institucional de autoridades em serviço, contendo na descrição detalhada do item, no anexo I do edital: - Motor bicom bustível, álcool/gasolina, motor 1.6 a 2.0 de cilindrada; Assim, os veículos foram adquiridos com a etiqueta veicular flex.						X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Resposta: Na realidade estamos nos preparando e, considerando um planejamento participativo e integrado das partes envolvidas, estaremos contribuindo para o desenvolvimento sustentável, que envolve critérios sociais, econômicos e ambientais e que está se tornando numa imposição legal para Administradores/áreas jurídicas e órgãos centrais do Governo.			X			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. Resposta: Sim, o PE 20/10 – combustíveis, traz a solicitação no anexo I do edital: 14.4 Abastecer os veículos do MME com produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO; O PE 23/10 – aquisição ar condicionado Split – traz no anexo I do edital: ~~5.1 Utilizar exclusivamente material de primeira qualidade, Classe “A”;~~ 5.16 Usar pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado e treinado, para, sob a sua supervisão direta, executar os serviços em condições de segurança, com qualidade; O PE 26/2010 – marceneiros – traz como obrigação da contratada, no anexo I: 8.17 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com a qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação; O PE 33/10 – Aquisição fragmentadoras traz no edital a seguinte solicitação: 13.2 Os equipamentos deverão ser entregues novos, devidamente embalados e em perfeitas condições de funcionamento, absolutamente de acordo com as especificações técnicas e níveis de desempenho mínimos exigidos no Termo de Referência, Anexo I do edital.				X	
(Continuação do item 9) O PE 41/10 – materiais elétricos e hidrossanitários, anexo I traz como obrigação da contratada: ~~11.1 Entregar material de Primeira Qualidade - (classe “A”), de acordo com a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e aprovado pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;~~ 11.5 Fornecer produtos de primeira qualidade, conforme as orientações contidas neste Termo de Referência. Não serão toleradas adaptações suspeitas. Caso algum produto apresente defeito no momento de sua aplicação, não sendo por falha de instalação, a Empresa deverá repô-la mesmo após ter sido paga, de conformidade com o Código do Consumidor;					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Na medida do possível e de condições orçamentárias, sim. Conforme explanado no Item 5, acha-se em execução o projeto de reforma dos banheiros do MME, com a implantação de ações voltadas para a economia d'água nas instalações hidrossanitárias. O acabamento proposto para piso em porcelanato irá necessitar processos de higienização com menor quantidade de água e produtos que atualmente. No contrato de limpeza foi implantada a ação de resinamento dos pisos para diminuir a necessidade de lavá-los com água, com frequência. O MME em cooperação com a CEB – Cia Energética de Brasília prevê a implantação, em 2011, de um projeto de efficientização do sistema de iluminação do edifício, mediante a substituição dos reatores existentes, por reatores dimerizáveis, sensores de presença e painéis microprocessados, para programar a intensidade da iluminação das lâmpadas das salas em função das necessidades e presenças dos usuários e das condições de iluminação natural.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. Resposta: Sim. A coleta seletiva solidária foi implantada neste MME desde 13/12/2007, atualmente firmado Termo de Compromisso com a Associação dos Catadores de Papel do Plano Piloto – ACOPLANO, para a coleta três vezes por semana. A coleta seletiva é um dos instrumentos importantes que podem ser utilizados com a finalidade de equacionar os impactos ambientais decorrentes da atividade humana. Assim, é medida de gestão pública socioambiental, em consonância com o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público a defesa e preservação ambiental (art. 225, CF). O Decreto faz menção a “resíduos recicláveis descartados” caracterizando-os como “materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo”, rejeitados pelo órgão, mas dentro dos princípios da razoabilidade e da moralidade administrativa. - Realizamos contratação de empresa especializada para prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e designação final dos resíduos da unidade médica deste MME, por intermédio da dispensa de licitação nº 38/2010. Ainda, o PE 14/2010 para contratação de serviços de limpeza, traz a condição de reciclagem, nas obrigações da contratada, no anexo I do edital: 13.19 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: 13.19.5 Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.					X
(Continuação do item 11) O PE 23/10 – aquisição ar condicionado Split com instalação, traz no anexo I questão sobre descarte de produtos/materiais: <i>5.1 Responsabilizar pela limpeza do local onde forem realizados os serviços, depositando todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela fiscalização, recolhendo os entulhos em recipientes apropriados, descartando-os em locais indicados pelo GDF, sem criar constrangimentos para o MME;</i> O PE 25/10 – reforma banheiros, no anexo I, no item 7: g) A remoção e o transporte de todo o entulho e detritos provenientes das demolições serão executados pela Contratada de acordo com as exigências dos órgãos competentes do Distrito Federal, depositando os mesmos em contentores apropriados;					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: Ocorreu de forma muito individualizada. Estamos nos preparando para melhores ações no ano de 2011.		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais etc.)? Resposta: Sim. A Coordenadora de licitações e compras, após participação no evento “<i>Apresentação do Sistema Eletrônico de Compras e Demonstração das Ações para a Política de Compras Públicas Sustentáveis</i>” realizado no Ministério do Planejamento em outubro/2009, preparou relatório e fez exposição escrita e verbal aos servidores da área, com distribuição de <i>folders</i> também para a área de contratos e gabinete da SPOA. Num segundo momento, a coordenadora participou do “<i>Workshop de Contratações Públicas Sustentáveis</i>” promovido pela SLTI/MPOG abril/2010, preparou outro relatório, e fez exposição escrita e verbal aos servidores da área, com a divulgação do site www.cpsustentaveis.planejamento.gov.br para cursos EAD. Posteriormente, foi preparada a apresentação em <i>power point</i>, sobre as questões que envolvem CPS – Compras Públicas Sustentáveis.			X		
Considerações Gerais: Sabemos que este é o momento de unir as comunidades, as práticas, trocar experiências com outros órgãos e entidades, por intermédio da Internet e redes de relacionamentos e iniciar um processo diferente, considerando um planejamento participativo e integrado das partes envolvidas. Não é um caminho pronto, então temos que aprender e mudar muitas coisas. Temos que descobrir maneiras diferentes de fazer, medir os resultados, os impactos, ver o que atingiu e comprar cada vez melhor. A intenção é que no processo de mudança de paradigmas cada um tem que fazer a sua parte no processo e correr atrás de mais informações. Significa que devemos abrir, começar o processo, fazer acontecer e traduzir isso nas compras públicas e ainda, destacar isso nas boas práticas e criar um ambiente de maneira a ter muitas referências para comprar de forma sustentável e de forma que se tenha todo o cuidado que se deve ter com a gestão ambiental. Outro destaque especial é com relação a “economizar”, “reduzir o consumo” e “evitar o desperdício” saber usar muito bem os recursos públicos do país e do planeta. Essa é a sintonia em que todos têm que estar, bem por isso estamos nos preparando para mais e melhores ações neste ano de 2011					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
Considerações gerais (Cont.): <u>Metodologia:</u> A metodologia empregada para responder esse questionário foi a realização de reuniões, no âmbito da Subsecretaria, com pessoas representantes de suas áreas estratégicas. <u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. PE: Pregão Eletrônico					

9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ

9.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Quadro 27 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União (Quadro A.11.1)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	1	1
	Brasília	1	1

	UF2	4	4
	Santa Catarina	4	4
Total (Brasil)		5	5

Fonte: Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET

Quadro 28 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros (Quadro A.11.2)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Brasília	1	0
Total (Brasil)		1	0

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Observação: O Ministério de Minas e Energia alugou por um período de 12 meses, parte de um Imóvel localizado na SCRS 505, Bloco “C”, para acomodação de pessoal, até a conclusão da reforma predial, conforme Contrato nº 41/2008.

Quadro 29 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ (Quadro A.11.3)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
320004	970116936.500-1	21	5	777.892,24	28.12.2009	10.534.827,25	766.994,00	384.458,00
320004	808900019.500-1	12	3	79.800,00	23.11.2001	269.880,00	0	0
320004	808900020.500-7	12	3	334.376,00	23.11.2001	1.064.800,74	0	0
320004	808900021.500-2	12	3	3.338,59	16.11.2000	3.338,59	0	0
320004	836700019.500-0	12	3	816.968,67	23.11.2001	816.968,67	0	0
Total							766.994,00	384.458,00

Fonte: Sistema de Gerenciamentos dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Análise crítica

Os Bens Imóveis cujos Registros Imobiliários Patrimonial – RIP’s que iniciam com o algarismo “8”, estão localizados no estado de Santa Catarina e, ainda, constam em nome deste Ministério. Tal fato se deve à extinção das Delegacias do MME nos Estados, tais bens tiveram seus registros transferidos para o patrimônio do MME. No entanto, tais imóveis hoje são ocupados e utilizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Tramita na Superintendência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina processo para regularização e respectiva transferência de registros para a Unidade Gestora do DNPM naquele estado.

As informações sobre reavaliações são feitas pela Secretaria de Patrimônio da União de Santa Catarina e lançadas no Sistema SPIUNET.

As despesas com as manutenções desses imóveis não são custeadas por este Ministério, uma vez que os referidos imóveis são usados pelo DNPM.

O Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia teve seu estado de conservação classificado como 5 (Reparos Importantes) tendo em vista o montante de crédito aplicado em obras que vem sendo realizadas desde 2008, 2009 e 2010 como a substituição da rede elétrica, reforma dos brises e esquadrias, instalação do restaurante, impermeabilização da laje, reforma da Portaria Privativa, pintura predial e outras em andamento para conclusão em 2011.

10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

10.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro 30 - Gestão de TI da UJ (Quadro A.12.1)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	39				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	43,59%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	

Considerações Gerais: Dos 39 técnicos alocados na área de Tecnologia da Informação tem servidores investidos em função pública, por força de nomeação em cargo de confiança, servidores celetistas anistiados de empresas extintas em cargos técnicos que passaram a pertencer ao MME e integram o Quadro Especial em Extinção (Decreto nº 6.657/08) e técnicos de carreira descentralizadas criada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, colocados em exercício neste Órgão, quais sejam: ➤ 5 servidores investidos em função de confiança (1 requisitado, 1 do quadro do MME e 3 sem vínculo com a Administração Pública). ➤ 14 servidores com cargos públicos da área de Tecnologia da Informação, conforme abaixo: - 5 Analistas em Tecnologia da Informação/MP, em exercício na CGTI/MME. - 2 Analistas de Sistema/MME (retorno de empresa extinta por força judicial). - 1 Codificador de Dados/MME (anistiado CAEB-CLT – Dec. Nº 6.657/08). - 2 Programadores de Sistema (anistiado CAEB-CLT – Dec. Nº 6.657/08). - 4 Agentes Administrativos do quadro/MME com percepção de GSISP, exclusivamente para atuar na área de TI. ➤ 3 Estagiários (1 NS e 2 NM). Total: 22 Obs.: GSISP – Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática Metodologia: Relatório respondido individualmente pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.					
<u>LEGENDA</u> <u>Níveis de avaliação:</u> (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Quadro 31 - Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG: 320004		Limite de Utilização da UG: 40.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
HISAO FUJIMOTO	101.661.731-34	15.000,00	0,00	6.002,38	6.002,38
DIMAS FIGUEIREDO NOBREGA	115.018.471-04	6.000,00	0,00	0,00	0,00
ANTONIO DEODORIO DO NASCIMENTO	214.361.181-15	12.000,00	0,00	1.519,18	1.519,18
TOTAL UTILIZADO PELA UG			0,00	7.521,56	7.521,56

Fonte: SIAFI 2010

Quadro 32 - Despesa com Cartão Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
2008	0,00	0,00	16	7.839,16	7.839,16
2009	0,00	0,00	10	7.742,68	7.742,68
2010	0,00	0,00	12	7.521,56	7.521,56

12. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU OU ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

12.1 DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro 33 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (Quadro A.15.1)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	017.426/2008-0	-	-	Comunicação	Ofício de Requisição nº 36-733/SECEX-8, de 12/08/10, dirigido ao SPOA.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA					8932
Descrição da Deliberação:					
a) Comunica sobre a realização de auditoria operacional para verificação de medidas de economicidade e sustentabilidade adotadas pelo Ministério de Minas e Energia, mediante levantamento de informações (aplicação do questionário proposto para resposta); e b) Solicita, adicionalmente, envio de cópias digitalizadas das 3 últimas contas mensais de energia elétrica do prédio principal da Instituição e do ato oficial de designação dos responsáveis para implementar e controlar as ações de uso racional e de redução de consumo de energia, água e papel, se houver.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL					3364
Síntese da providência adotada:					
- Questionário devidamente preenchido pela Sr ^a . Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos e remetido à SECEX-8/TCU, juntamente com a documentação requisitada (objeto do Ofício nº 103/10/SPOA/SE-MME, de 19/08/10).					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	027.472/2009-4	-	-	Comunicação	Ofício nº 322/10/SECOB-1, de 12/08/10, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Descrição da Deliberação:					
- Encaminha relação das obras e serviços fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União no exercício de 2010, para as quais foram identificados indícios de irregularidades graves, informando que o Congresso Nacional levará em consideração, na sua deliberação pelo bloqueio ou desbloqueio da execução das obras e serviços, as razões apresentadas nos prazos estabelecidos pelo § 2º do art. 95 da Lei nº 12.309/10 (LDO 2011).					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Síntese da providência adotada:					
a) Informado ao Tribunal de Contas da União (objeto do Ofício nº 103/10/SPOA/SE-MME, de 19/08/10), que a competência regimental desta Unidade Gestora – SPOA, no que pertine a compras e contratações, se restringe a instauração de procedimentos licitatórios apenas para suprir necessidades e demandas do edifício sede/MME e que as obras identificadas com indícios de irregularidades estão sob a responsabilidade das seguintes empresas, vinculadas ao MME: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A e PETRÓLEO BRASILEIRO S/A; e b) O expediente do TCU foi encaminhado à Secretaria Executiva deste Ministério para conhecimento e gestão junto às citadas empresas (Memo. nº 106/10/SPOA/SE-MME, de 18/08/10).					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	015.076/2009-9	3898/2010/2ª Câmara/TCU, de 27/07/2010	1.5.1.1.	-	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA – SE					3245
Descrição da Deliberação:					
- Alertar à: 1.5.1.1. Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia sobre: 1.5.1.1.1. Existência de informações desatualizadas no rol de responsáveis do SIAFI, não constando o endereço residencial completo de diversos servidores, nem a data de publicação no DOU dos atos de designação de todos os responsáveis; e 1.5.1.1.2. Atraso na análise das prestações de contas dos convênios (item 1.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 224.476/SEE/MME e item 1.1.4.2. do Relatório de auditoria nº 224.469/SPE/MME).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE					46227, 1917, 1919
Síntese da providência adotada:					
a) Informado à Secretaria Executiva (objeto do Memo. nº 107/10/SPOA/SE-MME, de 19/08/10), que os dados relativos aos servidores designados como responsáveis por ações junto ao Sistema SIAFI foram atualizados com base nos assentamentos funcionais registrados na Coordenação-Geral de Recursos Humanos; e b) Quanto às pendências de prestações de contas relativas a alguns convênios celebrados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético/SPE (Relatório de Auditoria nº 224.469/09-SPE), e pela Secretaria de Energia Elétrica/SEE (Relatório de Auditoria nº 224.476-SEE), segundo dados levantados pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/CGOF a situação era: - Dos 15 convênios celebrados pela SEE: 01 ainda estava vigente, 06 haviam sido encerrados, 05 tramitavam no âmbito da SEE para análise técnica e 03 encontravam-se na CGOF para análise financeira; e - Dos 15 convênios celebrados entre a SPE e a Empresa de Energia Elétrica/EPE: 05 já haviam sido encerrados, 06 encontravam-se na SPE para análise e juntada de documentos complementares e 04 encontravam-se na CGOF para análise da documentação complementar requisitada.					
Síntese dos resultados obtidos					
- A análise técnica e a aprovação das prestações de contas dos convênios mencionados são de responsabilidade das Secretarias Finalísticas (SPE e SEE), ficando ao encargo da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) apenas a correspondente análise financeira. Em todo caso, foi realizado um esforço conjunto entre as Secretarias Finalísticas e a SPOA, no sentido de concluir os trabalhos de análises técnica e financeira, bem como para complementar os processos com documentos e informações pertinentes aos convênios mencionados, na tentativa de reduzir o número de prestações de contas pendentes. Com isso, dos 30 convênios mencionados, 21 já foram encerrados e a situação atual é a seguinte: - Dos 15 convênios celebrados pela SEE: 06 já foram encerrados, 07 estão na SEE para análise técnica e/ou aprovação final e 02 encontram-se na CGOF para análise financeira; e - Todos os 15 convênios celebrados entre a SPE e a Empresa de Energia Elétrica – EPE já se encontram encerrados.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A maioria dos convênios estava com pendência de documentos e informações técnicas complementares, situação que ensejou atrasos na análise e no encerramento do processo de prestação de contas, o qual precisa ocorrer em					

compatibilidade com as exigências legais vigentes.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	018.152/2010-4	-	-	Diligência	Ofício nº 782/2010-TCU/SECEX-1, de 15/09/2010, dirigido à SPOA.
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA					8932
Descrição da Deliberação:					
- Solicita esclarecimento/documento abaixo, no prazo de 15 dias, com vistas a subsidiar o saneamento do processo de Tomada de Contas da SPOA/MME: a) apresente novo rol de responsáveis, contendo os nomes dos ocupantes (inclusive substitutos) dos cargos de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, Coordenador-Geral de Recursos Humanos, Coordenador-Geral de Recursos Logísticos, Coordenador-Geral de Compras e Contratos e Coordenador de Modernização Administrativa, com gestão efetiva no exercício de 2009, mencionando os respectivos atos de designação e dispensa, com as correspondentes datas, nos termos dos arts. 10 e 11 da IN/TCU nº 57/2008; b) Informe quanto às providências ultimadas pelo Ministério, com vistas ao ressarcimento dos valores pagos à maior (R\$ 35.343,12), no âmbito do contrato firmado com a empresa Eridata, para a prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva da Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT) e sistemas afetos do MME.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF e COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC					046227 e 080037
Síntese da providência adotada:					
a) Encaminhado novo rol de responsáveis ao TCU, na forma exigida, objeto do Ofício nº 108/10/SPOA/SE-MME, de 04/10/2010; b) A Coordenação-Geral de Compras e Contratos informou, por meio do Memo. nº 47/10/CGCC, de 04/10/10, que a empresa Eridata foi instada a respeito da cobrança indevida e as contrarrazões foram encaminhadas à Consultoria Jurídica deste Órgão para apreciação, e, como medida de segurança, foi feita a retenção das últimas faturas emitidas pela contratada, no valor total de R\$ 27.805,51, até finalização do processo de apuração e aplicação de penalidades.					
Síntese dos resultados obtidos					
- Informações repassadas ao TCU. - O processo administrativo aberto para aplicação das penalidades cabíveis encontra-se na Consultoria Jurídica para apreciação de recurso interposto pela recorrente e as faturas apresentadas pela contratada ao término do contrato encontram-se retidas na CGCC, sem pagamento, até a conclusão do apuratório.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Prazo factível					

12.2 RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro 34 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI (Quadro A.15.3)

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	245.307	4.1. Item 01	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
4.1. – Item 01 O Programa 0750 – Apoio Administrativo é administrado pela SPOA, por meio de suas unidades consolidadas (CGRL, CGTI, CGRH e CGCC). O mencionado programa é composto por 09 ações, onde seis, destinam-se ao atendimento de despesas com encargos e benefícios com Pessoal. Destacam-se duas ações, a Ação 2000 – Administração da Unidade, e a Ação 2003 – Ações de Informática. Principais ações da Administração da Unidade: - Ampliação do sistema de climatização do MME; - Incremento da frota de veículos e terceirização de parte do contingente de motoristas; - Reorganização dos leiautes das Unidades do MME; - Substituição dos grupos geradores; - Reparação, reformas e revitalização em áreas do MME; e - Gestão documental. Principais ações de Informática: - Modernização e manutenção do sistema de cabeamento estruturado de voz e dados; - Modernização do parque de servidores e estruturação do CPD; - Construção da Sala de Alta Disponibilidade para proteção do CPD; - Renovação do parque de Microcomputadores; - Implantação do Sistema de Impressão Corporativa; - Aquisição de ativos, ferramentas, licenças; - Gestão do ambiente computacional; - Sistema de informações governamentais; e - Desenvolvimento de sistemas corporativo, dentre outros. Em razão da fragilidade no planejamento, acompanhamento e gerenciamento das Ações mencionadas anteriormente (abaixo), verificou-se a incompatibilidade entre os dados referentes às metas e execução financeira constantes no SIGPLAN e aqueles constantes do Relatório do Gestor. Tal fato decorre da última atualização ter sido realizada em 28/05/2009, contrariando o disposto no § 1º do art. 18, da Lei nº 11.653. O gestor justificou que o acompanhamento do SIGPLAN, é uma atividade de competência da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, vinculada a Secretaria Executiva do Ministério e que foi nomeado um servidor da SPOA como Coordenador de todas as ações do Programa 0750, entretanto, segundo o Gestor, tal Coordenador não recebeu qualquer orientação, bem como não recebeu senha para acesso ao SIGPLAN. RECOMENDAÇÃO: 001 Sugere-se à SPOA/SE/MME realizar gestões junto à Secretaria Executiva no sentido de que a mesma adote providências para que os Coordenadores de Programa de cada Unidade sejam capazes de lançar os registros no SIGPLAN de forma tempestiva, de forma a propiciar a verificação das inconsistências que porventura surjam			

durante o exercício.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SECRETARIA-EXECUTIVA	3245
Síntese da providência adotada:	
- Enviado Memo. nº 63/SPOA/SE-MME à AEGE/SE, em 25/05/10, solicitando senha de acesso e treinamento para que o servidor da SPOA, designado como coordenador do Programa 0750, possa atualizar dados no SIGPLAN relativamente às ações desta UG e assim sanar as incompatibilidades verificadas entre os dados das metas e a execução financeira. - Providência reiterada pelo Memo. nº 69/10/SPOA/SE-MME, em 28/05/10 e pelo Memo. nº 01/11/SPOA/SE, em 1/02/11.	
Síntese dos resultados obtidos	
Até o momento não houve treinamento para capacitar o Coordenador designado pela SPOA para atualizar o SIGPLAN.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
- A atualização do SIGPLAN é de competência da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, que abarca a UMA – Unidade de Monitoramento e Avaliação, e está mais capacitada para atuar no citado Sistema.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	245.307	4.2. Item 02	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
4.2. Item 02 Evidenciou-se que, em 2009, a SPOA/SE/MME não utilizou de indicadores de gestão para avaliar seu desempenho quanto à execução dos programas e ações que estavam sob a responsabilidade da Unidade Jurisdicionada. O gestor, por meio do Ofício nº 26/2010/SPOA/SE-MME, de 31/03/2010, informou que a Unidade Jurisdicionada não dispõe de sistema estruturado de avaliação da gestão e nem de indicadores capazes de subsidiar a análise de seu desempenho e de suas Consolidadas (CGCC, CGOF, CGRL, CGTI e CGRH). RECOMENDAÇÃO: 001 Recomenda-se ao Gestor então dar início, no âmbito da Unidade Consolidadora e de suas Unidades Consolidadas,			

de estudos visando dotá-las do necessário sistema estruturado de avaliação da gestão, bem como a criação e Implementação de indicadores que sejam capazes de medir/avaliar seu desempenho, em relação à execução dos Programas e Ações que estão sob a responsabilidade institucional da SPOA e de suas unidades consolidadas.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA	8932
Síntese da providência adotada:	
- Foi orientado às unidades consolidadas da SPOA que levantassem os possíveis indicadores de desempenho de suas áreas; - Enviado Memo. nº 53/10/SPOA/SE-MME à Assessoria Especial de Gestão Estratégica alertando sobre a necessidade de formulação de indicadores de desempenho para todas as demais áreas do Órgão; - Enviado Ofício nº 112/10/SPOA/SE-MME, de 14/10/10, à Diretoria de Auditoria de Área de Infraestrutura/CGU com os indicadores levantados por esta UJ, os quais servirão para mensurar e avaliar o desempenho da gestão administrativa do exercício de 2010.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foram levantados os seguintes indicadores: - CGCC: Índice de Valores Orçados x Valores Contratados; Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação no Pregão Eletrônico para Serviços Continuados; Tempo Médio do Ciclo de Compras até a Homologação no Pregão Eletrônico para Serviços/Fornecimento de Bens; Índice Quantitativo da Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico em Relação ao Total de Licitação; Indicador de Prazo Médio para Análise dos Pedidos de Repactuação dos Contratos; e Indicador Quantitativo de Licitações de Pagamentos Atendidas no Prazo Legal. - CGRL: Gasto Mensal com Energia Elétrica; Gasto Mensal com Combustíveis; e Tempo de Execução da Solicitação de Atendimento – TESA. - CGTI: Disponibilidade de Serviços Críticos; Início e Finalização de Atendimento de Chamados de Suporte ao Usuário Final. - CGRH: Tempo Médio para Concessão de Aposentadoria; Percentual de Participação de Servidores em Ações de Capacitação e Média de Dias de Afastamento por Servidor (MAS).	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A recomendação da CGU ensejou o levantamento de indicadores que poderão auxiliar na análise do desempenho da gestão de 2010 e melhorias nas Unidades Consolidadas desta UJ.	

Obs. Após reavaliação pelas áreas da SPOA, os indicadores de desempenho acima mencionados foram redefinidos, conforme consta do item 2.4.3 deste Relatório de Gestão.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Nota de Auditoria/CGU nº 238.639/01	-	Ofício/CGU, de 22/02/10, dirigido ao Sr. Chefe de Gabinete do Ministro
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Solicita informações sobre o Contrato nº 16/08-MME, celebrado com a DBA Engenharia de Sistemas Ltda., acerca de fatos e consequências detectadas pelos auditores na contratação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI			3371
Síntese da providência adotada:			
- Foi feita uma reunião com técnicos da CGU e da CGTI, em 24/02/10, oportunidade em que foram esclarecidos todos os pontos suscitados, relativamente à contratação em tela, conforme relatado no Memo. nº 013/10/CGTI, de 11/03/10, repassado à CGU pelo Ofício nº 20/10/SPOA, de 12/03/10.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não foram confirmadas as constatações inicialmente levantadas pelos auditores, todavia, restou evidente a necessidade de se apostilar os termos do Contrato nº 16/08-MME, para deixar mais claro a redação das cláusulas afetas às fórmulas de cálculo do quantitativo de pontos de função aferido, bem com aditá-lo, objetivando acrescer o objeto nos itens não previstos e mensuráveis pela metodologia mas efetivamente executados, conforme orientações recebidas da CGU e Tabela de Itens não Mensuráveis, para melhor adequação do contrato.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O contrato foi ajustado de forma a propiciar melhor entendimento do cálculo dos pontos de função e da metodologia aplicada para o desenvolvimento de softwares, entretanto, esse contrato já foi encerrado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	-	-	Ofício-Circular nº 166/10/SE/CGU-PR, de 30/03/10, dirigido ao Sr. SE
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Solicita informações sobre contratos que envolvem empregados terceirizados (Quadro Trimestral dos Empregados Terceirizados) que prestam serviços ao MME.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC			080037
Síntese da providência adotada:			
Fornecida relação com todos os contratos de serviços que envolvem mão-de-obra terceirizada no MME, objeto do Memo. nº 35/10/SPOA, de 08/04/2010, enviado à Secretaria Executiva.			
Síntese dos resultados obtidos			
Tabela disponibilizada também no sítio do MME.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	-	-	Ofício nº 10.703/DIE/SPCI/CGU-PR, de 07/04/10, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
Informa sobre a existência de funcionários terceirizados no âmbito do Poder Executivo (ANP), com senha para emissão de Ordens Bancárias e solicita providências e pede saneamento da impropriedade apontada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ASSESSOR ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO			-
Síntese da providência adotada:			
O assunto foi encaminhado para ciência e providências do Assessor Especial de Controle Interno deste Órgão, objeto do Memo. nº 37/10/SPOA, de 09/04/10, visto que esta UG não tem ingerência sobre assuntos afetos à Agência Nacional de Petróleo. A CGU foi informada a esse respeito por meio do Ofício nº 31/10/SPOA, de 08/04/10.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não se aplica.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Nota Técnica nº 1.301/2010/DP/ SFC/CGU-PR, de 15/06/2010.	-	Ofício-Circular nº 332/DP/SFC/CGU-PR, de 15/06/10, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
- Encaminha Nota Técnica nº 1.301/10/DP/SFC/CGU-PR, discorrendo sobre a existência de 8 servidores deste Órgão com contagem de Tempo de Serviço (Certidão) em duplicidade, nos dois regimes de previdência (RGPS e RPPS) e pede saneamento das impropriedades detectadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH			003370
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado Ofício nº 174/10/CGRH, juntamente com os mapas de tempo de serviço e portaria de concessão de aposentadoria, ao Diretor-Geral de Recursos Humanos do Instituto Nacional de Seguridade Social, a fim de confirmar se os servidores indicados utilizaram a mesma Certidão de Tempo de Serviço para usufruir dos dois benefícios requeridos, conforme informado no Memo. nº 80/10/CGRH, de 20/07/10.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não obtivemos resposta do INSS até o final do exercício de 2010 (o pedido será reiterado).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não se aplica			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Nota Técnica nº 1.139/2010/DP/ SFC/CGU-PR, de 24/05/2010	-	Ofício-Circular nº 336/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 18/06/10, dirigido ao CGRH

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH	003370
Descrição da Recomendação:	
Encaminha Nota Técnica nº 1.139/10/DP/SFC/CGU-PR, apontando impropriedades relativas ao Cadastro de Pessoal e à Folha de Pagamento, e pede saneamento das mesmas, trabalho realizado com base nas informações do SIAPE, referentes ao mês de fevereiro/2010. - Foram idealizadas 53 novas Trilhas de Levantamento de Dados e Indicadores/Constatações (Quadro I). Destas proposições, 29 já foram objeto de levantamento da legislação e elaborada a minuta preliminar dos procedimentos e detalhamentos. Quanto aos dados coletados, estão em fase de averiguação da sua consistência, onde já foram elaboradas 31 planilhas com as devidas depurações realizadas para confirmação das situações apresentadas, com as informações do SIAPE, referentes ao mês de fevereiro/2010 (Quadros 2 e 3). - Tais Trilhas de Levantamento de Dados necessitam de verificação dos documentos comprobatórios que respaldem as manutenções dos registros e pagamentos, junto aos órgãos de Recursos Humanos. - As Trilhas de Indicativos/Constatações representam possíveis irregularidades no registro e pagamento, que deverão ser devidamente justificadas pelos responsáveis pelas situações encontradas. - Foram propostas as seguintes RECOMENDAÇÕES: a) Que a SRH/MP adote providências no sentido de aprimorar os mecanismos de controle no sistema SIAPE, com vistas a evitar a ocorrência de novas irregularidades, bem como supervisione as providências implementadas pelos órgãos envolvidos. b) Que os órgãos envolvidos adotem providências com vistas a regularizar as situações apontadas nesta Nota Técnica, bem como apresentar os documentos comprobatórios que dê sustentação aos pagamentos efetuados.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH	003370
Síntese da providência adotada:	
A Coordenação-Geral de Recursos Humanos informou, por meio do Memo. nº 78/10/CGRH, de 16/07/10, que após análise das Trilhas apresentadas foram adotadas providências para o saneamento dos indicadores abaixo: Indicador (21) - Servidores com descontos de falta, sem a ocorrência no cadastro: a atualização relativa às faltas dos servidores são registradas em sistema interno utilizado pela CGRH, para um controle mais eficiente em razão do período apurado, das retificações e compensações autorizadas pelas chefias imediatas nos meses posteriores. Atualmente os registros de faltas estão sendo atualizados no Sistema SIAPE para concessões de aposentadorias, licenças-prêmios e para contagem do tempo de serviço, sendo que os descontos são lançados de forma manual na folha de pagamento dos servidores, pois os registros somente geram descontos automáticos quando as faltas são lançadas dentro do mês de pagamento.	

Indicador (44) - Pensionistas com a soma das cotas superior a 100%: foi feita revisão das concessões de pensões e registros de cotas das mesmas no SIAPE, observando que as pensionistas detentoras de Pensão Especial, amparado pela Lei nº 6.782/80 c/c o Decreto nº 76.954/75, recebiam metade do benefício pelo antigo INPS/INSS e a outra metade pelo Ministério da Fazenda (Anexo II).

Demonstrado os Benefícios de Pensões provenientes do falecimento de 03 servidores do MME, conforme documentação comprobatória anexada.

Síntese dos resultados obtidos

Apresentadas justificativas e a documentação requerida e irregularidades acertadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Foram corrigidas 02 impropriedades apontadas nos indicadores 21 e 44.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	-	-	Ofício nº 23.939/DIENE/DI/SFC/CGU-PR, de 15/07/10, dirigido ao SPOA
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA			8932
Descrição da Recomendação:			
- Questiona especificações do Pregão Eletrônico nº 16/2010-MME, que poderiam restringir a competitividade da licitação.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC	080037
Síntese da providência adotada:	
- Pregão suspenso para revisão das especificações constantes do Termo de Referência pela área demandante do material – cadeiras para servidores portadores de necessidades especiais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Foi incluído no edital do Pregão nº 16/10 - MME critérios para aceitação de medidas diversas, de modo a ampliar a concorrência disponível no mercado interno (o edital foi republicado com as alterações necessárias e o certame concluído, conforme informado à CGU pelo Ofício nº 90/10/SPOA/SE/MME, de 20/07/10).	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica.	

13. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Ainda, como resultados dos serviços prestados pela SPOA, por meio das unidades setoriais dos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de serviços gerais e de organização e inovação institucional, foram realizadas ações relevantes para o processo de gestão interna do MME, relacionadas a seguir, a cargo da (i) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças; (ii) Coordenação-Geral de Compras e Contratos e (iii) Coordenação de Modernização Administrativa.

13.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF

À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF compete exercer as atividades de órgão setorial dos sistemas federais de Orçamento, Administração Financeira e de Contabilidade, compreendendo o planejamento, coordenação, acompanhamento, orientação e controle das atividades orçamentárias e de programação financeira relativas aos Orçamentos, Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério; a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para as demais unidades gestoras; e os registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério (já considerando as alterações no Regimento Interno da Secretaria-Executiva, efetuadas por meio da Portaria MME nº 459, de 1º de dezembro de 2009).

✓ Execução Orçamentária e Financeira 2010

Por meio do Decreto nº 7.144, de 30/03/2010, foram estabelecidos os limites de empenho e de pagamento do MME, com um contingenciamento de cerca de R\$ 273,4 milhões em relação aos valores autorizados na LOA 2010. Posteriormente, o Decreto nº 7.189, de 30/05/2010, estabeleceu os novos limites de empenho e de pagamento, com um contingenciamento de mais R\$ 71 milhões em relação ao Decreto anterior. Diante dessa situação inédita – dois contingenciamentos no mesmo exercício – foi necessário efetuar uma redistribuição interna dos limites de empenho e de pagamento do MME, afetando todas as Unidades Orçamentárias (Administração Direta e Indireta) e, portanto, a UJ.

Diante dessa situação, por meio de acompanhamento da execução orçamentária e reuniões periódicas com as Unidades Orçamentárias do MME, a SPOA efetuou os remanejamentos internos de limites que foram possíveis e recorreu à Secretaria de Orçamento Federal – SOF para que fossem efetuados remanejamentos de limites entre Anexos e/ou entre Grupos de Despesas, no que fomos prontamente atendidos.

Após estarem esgotadas as possibilidades de remanejamentos de limites, constatou-se que seria necessária uma ampliação nos limites de empenho do MME. Após reuniões com as Unidades Orçamentárias do MME, a conclusão foi que a necessidade de ampliação de limites seria da ordem de R\$ 93 milhões, até o final do exercício.

Por meio do Ofício nº 93/SPOA/SE/MME, de 30/07/2010, a SPOA solicitou à Secretaria de Orçamento Federal – SOF, a ampliação dos limites de empenho do MME no valor total de R\$ 92.740.000,00. Entretanto, inicialmente, foi aprovada uma ampliação dos limites de empenho de apenas R\$ 9 milhões, sem a ampliação correspondente nos limites de pagamento. Em meados do mês de dezembro, foi aprovada uma nova ampliação nos limites de empenho, no valor de R\$ 50 milhões.

A planilha abaixo demonstra a execução orçamentária das despesas discricionárias do Ministério de Minas e Energia até o dia 31 de dezembro de 2010, por Unidade Orçamentária e por Grupo de Despesa. Essas despesas incluem os Benefícios ao Servidor, mas excluem as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida, Recursos de Doações e de Convênios e a Reserva de Contingência.

Tabela 181 - Execução Orçamentária das Despesas Discricionárias do MME - 2010

Dados de 2010

R\$ 1,00

UNIDADE	LOA 2010	LIMITE	EMPENHADO	% (EMP / LIM)
32101 - ADM. DIRETA	176.762.348	45.085.179	42.318.816	93,9%
CUSTEIO	87.484.961	38.164.239	36.261.722	95,0%
INVESTIMENTO	88.677.387	6.420.940	6.057.094	94,3%
PAC	600.000	500.000	0	0,0%
32202 - CPRM	172.426.598	157.454.846	156.086.609	99,1%
CUSTEIO	50.134.567	41.134.567	40.052.506	97,4%
INVESTIMENTO	3.565.000	1.284.286	998.115	77,7%
PAC	118.727.031	115.035.993	115.035.988	100,0%
32263 - DNPM	118.201.370	48.506.216	46.589.552	96,0%
CUSTEIO	70.766.245	47.240.146	45.459.849	96,2%
INVESTIMENTO	47.435.125	1.266.070	1.129.703	89,2%
32265 - ANP	484.853.381	285.194.094	285.027.349	99,9%
CUSTEIO	181.335.466	152.072.533	151.936.223	99,9%

INVESTIMENTO	7.117.915	5.902.561	5.872.464	99,5%
PAC	296.400.000	127.219.000	127.218.662	100,0%
32266 - ANEEL	116.446.774	78.263.001	76.481.869	97,7%
CUSTEIO	105.911.385	71.729.840	70.020.567	97,6%
INVESTIMENTO	10.535.389	6.533.161	6.461.302	98,9%
32314 - EPE	53.269.729	47.097.230	33.622.643	71,4%
CUSTEIO	23.876.874	21.706.874	17.024.818	78,4%
INVESTIMENTO	3.403.355	3.403.355	2.814.790	82,7%
PAC	25.989.500	21.987.001	13.783.035	62,7%
TOTAL MME	1.121.960.200	661.600.566	640.126.838	96,8%
CUSTEIO	519.509.498	372.048.199	360.755.685	97,0%
INVESTIMENTO	160.734.171	24.810.373	23.333.468	94,0%
PAC	441.716.531	264.741.994	256.037.685	96,7%

Fonte: SIAFI

Com isso, até o dia 31 de dezembro de 2010, o percentual de empenho do MME como um todo, considerando apenas as despesas discricionárias (Custeio e Investimento), foi de 96,8%.

Esse percentual de empenho pode ser visto como um indicador de desempenho da SPOA, sendo considerado satisfatório quando for superior a 90%, o que demonstra eficiência na gestão dos limites de empenho disponibilizados para o MME.

✓ **Recolhimento de Recursos para Pesquisa e Desenvolvimento**

Além das atribuições regimentais, típicas de um órgão setorial do Sistema Federal de Administração Financeira, a Coordenação de Administração Financeira da CGOF/SPOA, a partir de janeiro de 2007, passou a realizar também atividades relacionadas ao recolhimento dos recursos a que se refere a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que estabelece a obrigatoriedade da aplicação de um percentual da receita operacional líquida das empresas do setor elétrico em pesquisa e desenvolvimento.

Entretanto, por falta de regulamentação, o recolhimento desses recursos para o MME não estava sendo efetuado. A situação só foi normalizada com a publicação do Decreto nº 5.879, de 22 de agosto de 2006, que regulamentou o inciso III do art. 4º da Lei nº 9.991/2000. Posteriormente, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 233, de 24 de outubro de 2006, estabelecendo os critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos previstos na Lei nº 9.991/2000.

A Resolução entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2007, e, posteriormente, foi revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, e estabeleceu novos critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento dos recursos para pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, no exercício de 2010, o valor total do recolhimento foi de aproximadamente R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). O valor acumulado desde o início dos recolhimentos é de cerca de R\$ 1.157.000.000,00 (um bilhão, cento e cinquenta e sete milhões de reais), incluindo os duodécimos referentes aos exercícios de 2007 a 2009 e os valores atrasados devidos de 2004 a 2006.

É importante ressaltar, ainda, que o valor recolhido pelas empresas do setor energético não entra em conta específica do MME e sim na Conta Única do Tesouro Nacional, administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF.

Portanto, o recolhimento dessa receita não gera recursos adicionais para o MME; gera apenas “caixa” para o Tesouro Nacional e possibilita a substituição de outras fontes de receita pela fonte 172. Espera-se que, eventualmente, a Secretaria de Orçamento Federal – SOF e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN considerem o excesso de arrecadação ou superávit financeiro dessa receita como uma possível contrapartida para a obtenção de créditos adicionais para a Pasta de Minas e Energia.

➤ Acompanhamento e Análise de Convênios

Por meio do Relatório nº 190.260, referente ao exercício de 2006, a equipe de Auditoria da CGU, constatou que havia *“atraso na análise das Prestações de Contas Finais de Convênios e deficiência na implementação de recomendações da CGU em exercícios anteriores”* e recomendou *“que o MME elabore e execute um plano de trabalho que estabeleça metas, prazos e responsáveis para a eliminação das deficiências e atendimento da Legislação”*.

A resposta foi apresentada por meio do Plano de Providências da CGOF/SPOA, como segue: *“a solução para o atraso na análise financeira das prestações de contas de convênios é a criação de uma Unidade específica para as atividades relacionadas a convênios, fora da estrutura da SPOA, nos termos da proposta encaminhada pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração ao Secretário-Executivo do MME, por meio da Nota nº 01/SPOA/2007, de 3 de maio de 2007”*.

No exercício de 2008, tendo em vista as alterações promovidas na legislação aplicável a convênios por força do Decreto nº 6.170, de 25/07/2007, e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29/05/2008, a CGOF/SPOA apresentou uma nova proposta para criação de uma Unidade de Gestão de Convênios, no âmbito do MME, por meio da Nota nº 072/CGOF/2008, de 26/11/2008 (Processo nº 48000.002383/08-42).

Posteriormente, em reunião ocorrida no dia 26/05/2009, com a presença de representantes da Secretaria Executiva, do Gabinete do Ministro, da SPOA e das 04 Secretarias Finalísticas do MME, ficou decidido que todos os procedimentos referentes aos convênios e instrumentos congêneres pactuados a partir de 30/05/2008, incluindo celebração, execução e prestação de contas, seriam de responsabilidade das Secretarias Finalísticas. Com relação aos convênios celebrados até 29/05/2008, ficou acordado que a CGOF/SPOA continuaria responsável pela análise financeira das prestações de contas e as Secretarias continuariam responsáveis pela análise técnica e demais procedimentos.

Por meio da Portaria GM/MME nº 459, de 01/12/2009, foi efetuada uma alteração no Regimento Interno da Secretaria Executiva do MME, revogando os incisos dos arts. 26 e 28 que dizem respeito às competências da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças e da Coordenação de Contabilidade que estavam relacionadas a convênios, e acrescentando um inciso ao art. 40, atribuindo à Assessoria Especial de Gestão Estratégica a competência para *“supervisionar o processo de celebração, execução e prestação de contas dos convênios ou instrumentos congêneres firmados pelos órgãos do Ministério de Minas e Energia”*.

O entendimento da Consultoria Jurídica do MME (Processo nº 48000.001139/2009-43) foi de que não seria necessário alterar os Regimentos Internos das Secretarias Finalísticas, tendo em vista que os seus titulares possuem competência regimental para *“assinar, observadas as disposições regulamentares, convênios, ajustes, contratos e acordos que envolvam assuntos de competência da Secretaria”*. Além disso, a Portaria GM/MME nº 566, de 21/12/2005, já estabelecia a delegação de competência aos Secretários e Secretários-Adjuntos para atuarem como Ordenadores de Despesa (e respectivos substitutos) no que se refere a atos necessários à gestão orçamentária e financeira dos recursos alocados à Unidade Gestora das respectivas Secretarias.

Finalmente, no dia 23/12/2009, foi publicada a Portaria SE/MME nº 494, de 22/12/2009, que *“dispõe sobre a tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênios ou instrumentos congêneres celebrados a partir de 30 de maio de 2008, no âmbito do Ministério de Minas e Energia – MME”*.

Com isso, a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF poderá desempenhar de maneira mais satisfatória as suas atribuições típicas de um órgão setorial dos Sistemas Federais de Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade.

13.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS – CGCC

À Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação, dispensa e inexigibilidade, destinados à aquisição de material e bens patrimoniais, bem como à contratação de obras e serviços demandados pelas diversas unidades do Ministério de Minas e Energia, observadas as disposições legais e regulamentares e as normas estabelecidas pelo SISG – Sistema de Serviços Gerais.

As atividades exercidas pela CGCC são pautadas nas disposições das Leis nºs 8.666/93 e suas alterações, 9.784/1999, 10.520/2002 e Lei Complementar nº 123/2006, nos Decretos nºs 2.271/97, 3.555/2000, 3.931/2001, 3.722/2001, 5.450/2002, 6.204/2007, e nas Instruções Normativas de competência da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além dessas normas, também são consultados outros regulamentos que tratam de tributação e encargos sociais, jurisprudências, Decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União e observadas recomendações da Controladoria-Geral da União.

Integram as ações da CGCC a instrução dos processos para aquisição de materiais e contratação de serviços gerais ou de obras/serviços de engenharia, quer seja por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de cotação eletrônica ou por meio da deflagração de certames licitatórios nas modalidades de: Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Pregão e Adesão a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos.

Esta coordenação acompanha, ainda, a execução dos contratos, de forma a garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelos contratados, nos prazos e condições pactuadas. Para tanto, são instruídos processos para apuração da responsabilidade de empresas que descumpriram as condições contratuais, ou deixaram de enviar proposta e (ou) documentação quando de suas participações nos procedimentos licitatórios, o que em geral tem resultado na aplicação das penalidades previstas no edital e contrato, depois de assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Já a gestão do Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF e o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV no âmbito deste Órgão, mais o apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitações (pesquisa de preços, consultas diversas no COMPRASNET, atualização de dados no SICAF e SICONV, e publicação de matérias via Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações – SÍDEC e por intermédio da Empresa Brasil de Comunicação – EBC), são atividades complementares ao encargo desta área.

Para o acompanhamento e desenvolvimento dessas atribuições foram implementados Indicadores com capacidade de mensurar, monitorar e avaliar o desempenho da gestão, nos aspectos relevantes da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, e que proporcionam informações presentes e comparativas com base nas anteriores e em relação à execução dos

Programas, Projetos e Ações sob a responsabilidade institucional da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração em suas Unidades.

Assim, de uma análise dos percentuais auferidos com os indicadores propostos para esta CGCC consideramos que o resultado foi bem positivo, e ainda, em conformidade com os requisitos estabelecidos, prazos e metas definidos, restou demonstrado que houve superação do desempenho desejado (com ênfase na evolução do 2º semestre/2010 em relação ao 1º semestre/2010).

Todavia, vale ressaltar, que para excelência da gestão realizou-se também ações específicas e até mesmo individuais, de entendimento de desempenhos, de melhorias de processos, métodos e sistemas, para direcionar mudanças do fluxo de trabalho significativas e necessárias. Veremos adiante, os relatórios e gráficos dos indicadores propostos.

O desafio agora, que compreende desde a qualidade do gasto, a forma efetiva do trabalho e a geração de políticas públicas, é a institucionalidade das compras públicas de forma sustentável, um movimento que ganha força, escala e prestígio no Brasil, onde mais de 10% do PIB tem origem justamente nas compras públicas realizadas nas esferas do governo. Assim, na aplicação dos recursos públicos, no compromisso efetivo com a sustentabilidade, é enorme a responsabilidade do gestor público encarregado de definir as regras de um edital de licitação que assegura a livre concorrência, sem privilégios ou favorecimentos, e que ao mesmo tempo garanta ao governo o fornecimento do melhor produto/serviço pelo menor preço e, sem dúvida, a licitação é uma das ferramentas estratégicas de promoção do desenvolvimento sustentável na esfera pública, com repercussão direta no setor privado.

Nesse sentido, a Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, traz as diretrizes para a licitação e contrato, e assim, como o Termo de Referência/Projeto Básico representa o início do processo licitatório tornou-se também o ponto de partida para inserção de critérios bem especificados e detalhados para se ultimar compras/contratações sustentáveis. Bem por isso, a partir do 2º semestre do ano de 2010, de forma elementar, mas com cautela e gradativamente, foram promovidas licitações sustentáveis, no cumprimento da legislação ambiental, e com critérios e coeficientes, após a participação de servidores no “*Workshop de Contratações Públicas Sustentáveis*” e no “*Congresso Internacional sobre Contratações Públicas Sustentáveis*”, ambos promovidos pela SLTI/MPOG (em abril e junho/2010, respectivamente). Ainda assim, registre-se que, mais de 50% dos procedimentos licitatórios, no âmbito deste MME, incluem-se na categoria de sustentáveis.

Na realidade, as ações de sensibilização e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável ainda estão em fase de implementação. Essas ações procuram traduzir os resultados advindos desse conceito sistêmico, que representa um modelo de melhor qualidade de vida e de relação de consumo nos diversos segmentos (uso racional de papéis, água e energia). Também são destacados os conceitos de reciclagens e certificações.

As aquisições e contratações feitas no âmbito do MME no exercício de 2010, e que ultrapassaram o limite de R\$ 8.000,00, são provenientes de licitações públicas realizadas em conformidade com os dispositivos legais vigentes, sendo que a grande maioria foi deflagrada na modalidade de Pregão Eletrônico, para maior celeridade, transparência e economicidade dos processos de compra.

A atuação da área de Licitações e Compras, é importante destacar, contribuiu positivamente para redução do custo das contratações do MME, especialmente na modalidade de Pregão Eletrônico e nas Adesões aos Registros de Preços, como se pode aferir nos percentuais consideráveis entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado (vide quadros adiante).

Foram realizados 71 procedimentos com escopo no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação), para aquisição de materiais ou contratação de serviços, sendo que 10 ocorreram por meio do sistema de Cotação Eletrônica disponibilizado pelo Governo Federal, correspondente a 14,08% dos processos, e que significou uma economia de 26,71% entre o valor estimado e o valor contratado pela administração.

A esse propósito vale mencionar que os processos para aquisição de materiais ocorreram por meio do Sistema de Cotação Eletrônica, mas esse sistema não permite a contratação de serviços.

Tabela 182 - Demonstrativo Detalhado dos Processos de Licitação por Modalidade no Exercício de 2010

ANO 2010							
TIPO	MODALIDADE	STATUS	QTD	VLR ESTIMADO	VLR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %
LICITAÇÕES	PREGÃO ELETRÔNICO	Concluída	41	10.753.860,04	8.347.678,69	2.412.077,53	22,43
		Revogada	2				
	PREGÃO PRESENCIAL	Credenciamento (Plano Saúde)	1				
TOTAL			44				
	DISPENSA (Serviços)		61	371.714,76			
	COTAÇÃO ELETRÔNICA (Materiais)		10	38.230,31	28.020,54	10.209,77	26,71
TOTAL			71				

	ADESÃO A REGISTROS DE PREÇOS - ARP		13	16.628.816,71	10.994.515,26	5.622.588,45	33,81

Integram as ações de Administração de Contratos a análise e instrução dos processos de pagamento, pedidos de repactuação, de reajuste e de equilíbrio econômico-financeiro das contratações firmadas pelo MME com empresas contratadas para fornecimento de materiais e prestação de serviços. Também providencia respostas às informações solicitadas por outros órgãos públicos relativas aos tipos de serviços contratados e respectivos preços praticados no âmbito dos contratos celebrados pelo MME.

No que pertine aos processos de pagamento, ressalta-se a conferência de faturas emitidas pelas empresas contratadas para prestação de serviços/fornecimento de materiais, que consiste na verificação do valor contratado e dos valores destinados ao recolhimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas assumidas pelas empresas em função dos contratos vigentes. Também é feito e acompanhado o cronograma físico-financeiro dos contratos, disponibilizando-os no módulo SICON/SIASG.

Tabela 183 - Pregões Eletrônicos Realizados em 2010

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
43	04/01/10	1757/2009-93	Vidros e molduras para o exercício 2010.	CGRL	184.839,83	111.909,50	72.930,33	39,46	DISTRIBUIDORA MURALHA	
44	06/01/10	2073/2009-17	Aquisição de Água Mineral exercício 2010.	CGRL	105.600,00	28.608,00	76.992,00	72,91	HELLEN JARJOUR	
45	06/01/10	2056/2009-71	Aquisição de mangueiras de combate a incêndio e extintores.	CGRL	31.969,84	14.549,17	17.420,67	54,49	DF EXTINTORES, CURSOS, SISTEMAS C INCÊNDIO	
1	21/01/10	1974/2009-73	Remoção do posto de combustível e instalação de um elevador automotivo hidráulico para lavagem de veículos oficiais do MME.	CGRL	83.999,78	71.800,00	12.199,78	14,52	VIPPASI ENGENHARIA LTDA	
2	25/02/10	1645/2009-32	Aquisição de Materiais Odontológicos.	SEAMS/CGRH	120.844,48	60.083,76	60.760,72	50,28	(*) várias empresas	
3	03/03/10	0116/2010-55	Aquisição de Vacina Antigripal.	CODES/CGRH	20.658,00	26.700,00	0,00	0,00	SCHEID E CASTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS	
4	11/03/10	2176/2009-79	Fornecimento, execução e recuperação de pisos – (vinílicos, carpetes, emborrachados e piso elevado).	CGRL	562.412,50	409.000,00	153.412,50	27,28	PISO REAL – PISOS, REVESTIMENTOS E DECORAÇÕES LTDA.	
5	11/03/10	0274/2010-13	Confecção de 2.500 exemplares de relatório no formato de livro, destinado a divulgação do Balanço de Atividades do MME em 2008/2009.	ASCOM	27.658,34	23.230,00	4.428,34	16,01	GRÁFICA EDITORA FÁTIMA SANTOS LTDA - Contagem/MG	

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
6	03/05/10	0348/2010-11	Fornecimento de Jornais e Revistas.	DGDIB	54.190,44	44.746,12	9.444,32	17,43	MAZARELLO DISTRIBUIDORA JORNAIS E REVISTAS -	
7	04/05/10	0389/2010-08	Serviços de Motorista Executivo.	CGRL	307.342,78	258.819,16	48.523,62	15,79	SKYSERV LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	
8	14/05/10	0519/2010-02	Contratação de empresa especializada em manutenção de PABX - MD110.	DITR/COAGE	114.484,04				REVOGAÇÃO 25/06/10	
9	08/06/10	0578/2010-72	Serviços de engenharia para adaptação de área para estacionamento de veículos.	CGRL/COAGE	70.553,00	66.021,69	4.531,31	6,42	CRISTOFER LUIZ THEODOROVIZ	
10	11/06/10	0247/2010-32	Manutenção preventiva e corretiva veículos oficiais.	CGRL/COAGE	74.000,00	32.779,03	41.220,97	55,70	CPR COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA	CPS
11	16/06/10	0311/2010-85	Contratação de empresa especializada no ramo de copeiragem para o exercício de 2010.	CGRL/COAGE	936.257,55	821.569,90	114.687,65	12,25	ENTERPOL ADM E SERVIÇOS LTDA	CPS
12	18/06/10	0490/2010-51	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, acessórios e complementares de recepção.	SPOA	1.281.634,60	948.550,00	333.084,60	25,99	PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	
13	18/06/10	0559/2010-46	Aquisição de 4 veículos oficiais novos, tipo Sedan, na cor preta, para transporte de autoridades deste MME.	CGRL	231.642,00	220.000,00	11.642,00	5,03	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
14	24/06/10	0677/2010-54	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis e imóveis.	CGRL	1.386.048,21	1.005.500,04	380.548,17	27,46	REAL DP Serviços Gerais LTDA	CPS
15	01/07/10	0753/2010-21	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Uniformes.	COAGE	88.571,30	67.204,28	21.367,02	24,12	SHANON, AUGEMODAS, LIMA DIAS, CONE SUL, E DL COMÉRCIO	
16	20/07/10 suspensão 04/08/10	0530/2010-64	Contratação empresa especializada fornecimento cadeiras (poltronas) servidores com necessidades especiais (obesos, locomoção e baixa estatura).	COAGE	36.060,18	14.046,85	22.013,33	61,05	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (itens 2 e 3) Item 1 cancelado	
17	23/07/10	0859/2010-25	Reforma dos PC's AR CONDICIONADO.	COAGE	326.337,65	258.900,00	67.437,65	20,66	MEGALUZ ENG. E REPRES. LTDA EPP	
18	27/07/10	1097/2010-84	Contratação de empresa especializada para fornecimento, sob medida, de balcões especiais de madeira para vários locais no 8º andar.	CGRL/COAGE	20.830,00	15.900,00	4.930,00	23,67	NILSA MARIA RODRIGUES DA SILVA	
19	05/08/10	0988/2010-13	Serviços de Pintura, com fornecimento de materiais, em áreas internas e externas no ed. Sede do MME.	CGRL	146.792,88	67.972,66	78.820,22	53,69	CITEL CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA ME	

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
20	19/08/10	1312/2010-47	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis, por demanda, para abastecer os veículos oficiais e o gerador de emergência do MME.	CGRL/COAGE	157.458,90	147.957,52	9.501,38	6,03	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA e DISBRAVE - Distribuidora Brasília de Veículos S/A	CPS
21	20/08/10	1356/2010-77	Contratação de empresa especializada em serviços de gravação e degravação de CD's.	ASCOM	21.600,00	16.994,40	4.605,60	21,32	HATTEN PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS	
22	08/09/10 Prorrogado 20/09/2010	1385/2010-39	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de gerência de passivos (incluindo cabeamento) e serviços técnicos de migração de equipamentos.	CGTI	508.324,20	380.000,00	128.324,20	25,24	CONTROL TELEINFORM LTDA	CPS
23	13/10/10	1329/2010-02	Contratação de empresa especializada para o fornecimento, com instalação, de 4 (quatro) aparelhos de ar condicionado do tipo Split Cassete para a Sala Plenária do MME.	CGRL/COAGE	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	COMERCIAL DE UTILIDADES DOMÉSTICAS PLANALTO LTDA-ME	CPS
24	15/10/10	1613/2010-71	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de mobiliário em geral, bagagens, veículos e outros.	CGCC	63.894,78	49.242,36	14.652,42	22,93	TRÊS PODERES MUDANÇAS	CPS

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
25	05/11/10 Suspendido 23/11/10	1400/2010-49	Contratação de empresa especializada para reformas dos banheiros	CGRL	1.364.693,38	1.093.998,41	270.694,97	19,84	RUBI ENGENHEIROS ASSOCIADOS	CPS
26	10/11/10	1518/2010-77	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços rotineiros de marceneiros e auxiliares no âmbito do MME	CGRL	116.611,84	99.467,04	17.144,80	14,70	ATLÂNTIDA LTDA	CPS
27	17/11/10	1774/2010-64	Realizar exames médicos periódicos	SEAMS/CGRH	28.103,82	34.000,00	5.896,18	20,98	A&R GESTÃO AMBIENTAL E OCUPACIONAL - RJ - Única participante REVOGADO	
28	13/12/10	1542/2010-14	Contratação de empresa especializada para em Serviços de Clipping Eletrônico Televisivo e Banco de Dados	ASCOM	98.212,49	69.999,60	28.212,89	28,73	ANNT COMUNICAÇÕES	CPS
29	26/11/10	1474/2010-85	Contratação de empresa para aquisição de material de expediente para o exercício de 2011 - para registro preços.	ALMORARI-FADO	139.715,70	83.025,15	56.690,55	40,58	DIVERSAS EMPRESAS (18)	CPS
30	02/12/10	1978/2010-11	Aquisição de Solução de Tarifação para Central Cisco	CGTI	19.736,15	19.600,00	136,15	0,69	MHAVLA TELECOM CONS. E SERV. EM TECNOLOGIA LTDA	CPS

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
31	02/12/10	1985/2010-13	Aquisição de Solução de Cadeado Eletrônico para Central Telefônica CISCO	CGTI	85.845,00	78.000,00	7.845,00	9,14	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	CPS
32	08/12/10	2075/2010-31	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para a reforma da Portaria principal do MME	CGRL/COAGE	181.140,61	147.500,00	33.640,61	18,57	MDI ENGENHARIA LTDA	CPS
33	14/12/10	1695/2010-53	Aquisição de 4 (quatro) fragmentadoras	COAGE	23.000,00	17.430,00	5.570,00	24,22	EBA OFFICE COM MÁQUINAS	CPS
34	14/12/10	1803/2010-98 1870/2010-11 apensados	Aquisição de pentes de memória para HP DC 5800 e Aquisição de placas de rede Gigabit Ethernet para instalação de servidores HP.	CGTI	99.424,85	38.430,75	60.994,10	61,35	Item 1 - INFRACOM COM SERV. (29.648,75) Item 2 - HBX Prod. Ltda. (6.682,00)	CPS
35	14/12/10	2191/2010-51	Aquisição de equipamentos ATA - Analog Telephone Adaptor	CGTI	71.916,57	50.999,94	20.916,63	29,08	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	CPS
36	15/12/2010	2111/2010-67	Atualização tecnológica da Versão 2 mais atualizada do Software DocFlow, incluindo a atualização de todas as funcionalidades atualmente disponíveis	CGTI	1.287.515,22	1.082.705,36	204.809,86	15,91	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA	CPS

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	SOLICITANTE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	DIFERENÇA	△ %	EMPRESA VENCEDORA	CPS
37	15/12/2010	2074/2010-97	Aquisição de Solução de Software para prover funcionalidade de localização em tempo real de pessoas e equipamentos através da tecnologia UWB, utilizando dispositivo identificador (Tag)	CGTI	280.000,00	279.800,00	200,00	0,07	NEC BRASIL S/A	CPS
38	22/12/2010	1622/2010-61 e 1467/2010-83	Confecção de Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2010 Confecção de Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não-Metálicos 2010	SGM	11.099,33	7.426,00	3.673,33	33,10	GLOBAL PRINT EDITORA - BH	CPS
39	22/12/2010	1801/2010-15	Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, não gaseificada, acondicionada em garrações de 20 litros.	COAGE	56.832,00	50.112,00	6.720,00	11,82	HELEN JARJOUR	CPS
40	22/12/2010	2039/2010-78	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de Programação Visual para 2011.	CGRL/ COAGE	38.595,66	37.100,00	1.495,66	3,88	SINARTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	CPS
VALOR TOTAL.....R\$					10.753.860,04	8.347.678,69	2.412.077,53	22,43% - variação percentual	22	

Fonte: SIASG e processos administrativos

TOTAL DE PREGÕES: 41

PREGÕES REVOGADOS: 02 - PABX (PE 08/10) e EXAMES PERIÓDICOS (PE 27/2010)

P.S.: Os valores constantes dos PE nº 08 e nº 27/2010 não foram considerados nos totais.

CPS: Compras Públicas Sustentáveis - 22 pregões realizados com critério(s) de sustentabilidade, conforme IN/SLTI/MPOG nº 01/2010.

Tabela 184 - Pregão Presencial Realizado em 2010

Nº	DATA DE REALIZAÇÃO	PROCESSO Nº 48000.00	OBJETO	ORIGEM	VALOR ESTIMADO	SITUAÇÃO ATUAL	PUBLICAÇÃO NO DOU/JDGC	OBS
1	22/03/2010 Pregão Presencial	0241/2010-65	Credenciamento de empresas para atuar como Administradora de Operadoras de Planos de Saúde	CODES/CGRH	Termo de Acordo	Auditório Térreo 10 horas	11/03/10	Empresa: Aliança Assinatura do Termo de Acordo: 31/03/2010

Fonte: SIASG

Tabela 185 - Dispensas de Licitações Realizadas em 2010

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALIZAÇÃO	VALOR DISPENSA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA	△%	
01	Dispensa	002123/2009-58	COAGE	Serviços de Chaveiro	14/01/10	7.470,00					Chaveiro City (Edso Rezende)
02	Dispensa	000195/2010-02	COAGE	Conserto Megane	11/02/10	400,00					FRANCAR
03	Dispensa	000302/2010-94	SGM	Confecção de Folders	25/02/10	660,00					BRASILIA ARTESGRÁFICAS
04	Dispensa	000220/2010-40	SGM	Desmontagem e Montagem de livros técnicos	26/02/10	224,00					ELI PEREIRA - ME (VIP GRÁFICA E EDITORIA)
05	Dispensa	000355/2010-13	COAGE	Aquisição e instalação de leitoras eletrônicas de senhas	18/03/10	2.800,00					DM - Distribuidora Muralha Ltda.

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICI TANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALI- ZAÇÃO	VALOR DISPEN- SA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTI- MADO	VALOR CONTRA- TADO	ECONOMIA	△%	
06	Dispensa	000219/2010-15	COAGE	Revisão em veículo Ford FUSION	11/03/10	602,23					MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A
07	Dispensa	000437/2010-50	ASCOM	Serviço de Tradução	15/10/10	1.800,00					EMPÓRIO DAS LETRAS
08	Dispensa	000383/2010-22	ASCOM	Serviços de MESTRE DE CERIMÔNIAS	19/03/10	7.980,00					LUMINA PRODUÇÕES
09	Dispensa	000388/10-55	DIOBE	Realizar pintura da sinalização horizontal do piso da garagem com demarcação e numeração de vagas e as vias do trânsito	06/04/10	2.362,99					SITRAN COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ELETRÔNICA LTDA
10	Dispensa	000488/2010-81	ASCOM	Aquisição de equipamentos de áudio	26/03/10	1.394,00					RGN SOM E ELETRÔNICA LTDA
11	Dispensa	000119/2010-99	GM	Reforma de sofá	19/04/10	2.070,00					MARIA DA SILVA SOARES ME
12	CE	000508/2010-14	SPE	Aquisição de telefone sem fio	26/04/10		2.853,00	539,88	2.313,12	81,08	ANDREZA ALMEIDA
13	Dispensa	000506/2010-25	COAGE	Confecção de etiquetas autoadesivas	06/04/10	3.575,00					ELI PEREIRA CARDOSO ME
14	Dispensa	000544/2010	COAGE	Revisão 30.000 Km veículos Sandero	07/04/10	1.042,05					PREMIER VEÍCULOS LTDA
15	Dispensa	000137/08-56	COAGE	Serviço de recepção (Empresa Paulista)	27/04/10	70.239,97					PAULISTA SERV E TRANSPORTES
16	Dispensa	000647/10-48	GM	Fornecimento de lanches	26/04/10	3.000,00					Comissaria Aérea Brasília Ltda.

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICI TANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALI- ZAÇÃO	VALOR DISPEN- SA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTI- MADO	VALOR CONTRA- TADO	ECONOMIA	△%	
17	C.E.	000637/10-11	COAGE	Aquisição de cabideiro	04/05/10		1.612,50	1.259,99	352,51	21,86	ONE FOR ALL - Com Serv limp Lt
18	Dispensa	000591/10-21	COAGE	Aquisição de pneus	05/05/10	6.672,00					CURINGA DOS PNEUS LTDA
19	Dispensa	000799/2010-41	COAGE	Revisão 50.000 do veículo Renault Megane	12/05/10	277,49					PREMIER VEÍCULOS LTDA
20	Dispensa	000723/2010-15	COAGE	Elaboração de Projeto arquitetônico	24/05/10	14.300,00					IJO ENGENHARIA LTDA ME
21	Dispensa	000865/2010-82	COAGE	Conserto de bombas	24/05/10	6.860,00					GND Comércio Refrigeração Lt
22	Dispensa	000824/10-96	COAGE	Conserto de sofás	04/06/10	2.610,00					MARIA DA SILVA SOARES ME
23	C.E.	000873/10-29	COAGE	Aquisição TV e Carrinhos	08/06/10		6.246,36	5.773,00	473,36	7,58	INFORTECH e CRISTIANE KINAPE
24	C.E.	0836/10-11	COAGE	Aquisição de aparelhos telefônicos							CANCELADA
25	Dispensa	1004/10-11	COAGE	Conserto de veículo	08/06/10	713,93					TECARD F
26	Dispensa	1024/10-92	COAGE	Fornecimento de PIN de lapela	18/06/10	1.350,00					ENCADERNA- DORA DORNELES LT

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICI- TANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALI- ZAÇÃO	VALOR DISPEN- SA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTI- MADO	VALOR CONTRA- TADO	ECONOMIA	△%	
27	Dispensa	0968/10-42	COAGE	Instalação de rede elétrica	17/06/10	13.927,80					MDI ENGENHARIA CIVIL LTDA
28	Dispensa	1094/10-41	CAC	Assinatura Zênite	29/06/10	5.900,00					ZÊNITE INFOR CONSULT S/A
29	Dispensa	1159/10-58	COAGE	Manutenção central telefônica	01/07/10	7.890,00					CONTROL TELEINFORMÁ- TICA LT
30	Dispensa	1140/10-10	COAGE	Aquisição de mangueiras de alta pressão	30/06/10	351,00					A ALTA PRESSÃO LTDA
31	C.E.	1137/10-98	CONJUR/ COLC/ SPE	Aquisição de Livros técnicos	08/07/10		6.989,60	4.431,63	2.557,97	36,60	DIVERSAS EMPRESAS
32	C.E.	1139/10-87	SEAMS	Aquisição de Medicamentos	19/07/10		3.452,88	2.224,09	1.228,79	35,59	DIVERSAS EMPRESAS
33	C.E	1238/10-69	SPE	Aquisição de papel OPALINE	16/07/10		490,00	408,60	81,40	16,61	WN COMÉRCIO DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA
34	Dispensa	1304/10-09	CGTI	Assinatura LAG	20/07/10	4.900,00					APOIO PRODUÇÕES E TELEMAR- KETING LTDA
35	C.E.	1318/10-14	CGTI	Aquisição de HD externos	21/07/10		2.600,00	2.536,00	64,00	2,46	LUIZ FABIANO APONTE ME

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALI- ZAÇÃO	VALOR DISPEN- SA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTI- MADO	VALOR CONTRA- TADO	ECONOMIA	△%	
36	C.E.	1333/10-62	COAGE	Aquisição de bandeiras de mesa	21/07/10						CANCELADA
37	C.E.	1333/10-62	COAGE	Aquisição de bandeiras de mesa	26/07/10		4.972,72	4.238,35	734,37	14,77	LRD COMERCILA E OUTRA
38	Dispensa	0694/10-91	COAGE	Tratamento de resíduos hospitalares	19/08/10	2.880,00					SERQUIP LTDA
39	Dispensa	1514/10-99	COAGE	Revisão dos 40.000km do Ford Fusion	17/08/10	693,48					MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A
40	Dispensa	1512/10-08	COAGE	Aquisição de monitor 32"	17/08/10	7.790,00					ADVEN LTDA
41	Dispensa	1522/10-35	COAGE	Reforma de cadeiras	03/09/10	3.300,00					MARIA DA SILVA SOARES ME
42	Dispensa	1540/10-17	CONJUR	Assinatura DATALEGIS	24/08/10	4.960,00					DIRECTREDE
43	Dispensa	1399/10-52	GM	Conserto de perfuradora elétrica	23/09/10	280,00					STEMAQ LTDA
44	Dispensa	1536/10-59	COAGE	Revisão de veículo Renault Megane	18/08/10	423,05					TECARD S/A
45	Dispensa	1045/10-71	DIGP	Higienização de sofás	18/08/10	2.984,00					VENEZA LAVANDERIA LTDA

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICI TANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALI- ZAÇÃO	VALOR DISPEN- SA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTI- MADO	VALOR CONTRA- TADO	ECONOMIA	△%	
46	Dispensa	1467/10-83	SGM	Confecção de Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico	26/08/10						CANCELADA
47	C.E.	1555/2010-39	SEAMS	Aquisição autoclave	09/09/10		3.895,25	2.100,00	1.795,25	46,09	AAKER SOLUTIONS LTDA
48	Dispensa	1628/2010-39	COAGE	Serviço Banho de prata	24/09/10	190,00					RECUPERAÇÃO PRATA MANZI LT
49	Dispensa	1772/2010-75	COAGE	Serviço de dedetização	12/11/10	4.790,00	DISPEN- SA CANCE- LADA ALTERA- ÇÃO NO CÓDIGO				ARAGUAIA SANEAMENTO LTDA
50	Dispensa	1838/2010-27	COAGE	Serviço de chaveiro	10/11/10	4.280,00					CHAVEIRO UNIÃO LTDA
51	Dispensa	1787/2010-33	COAGE	Confecção de etiquetas autoadesivas	15/10/10	3.185,00					GRÁFICA DOIS IRMÃOS LTDA
52	Dispensa	1795/2010-81	COAGE	Fornecimento de GLP	10/11/10	6.300,00					LINK GÁS LTDA
53	C.E	1866/2010-44	CGTI	Aquisição de placas de vídeo	11/10/10		5.118,00	4.509,00	609,00	11,90	STAR UP SUP. INFORMÁTICA LT
54	Dispensa	1899/2010-94	CGRL	Aquisição de bandeirinhas de mesa	15/10/10	3.416,00					BEL PONTO LTDA

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICI TANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALI- ZAÇÃO	VALOR DISPEN- SA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTI- MADO	VALOR CONTRA- TADO	ECONOMIA	△%	
55	Dispensa	1924/2010-31	ASCOM	Serviço de transmissão simultânea de eventos	18/10/10	62.648,06					EBC
56	Dispensa	1928/09-84	COAGE	Concessão de uso de restaurante	21/10/10	1,00					CANTINHO DA VILA LTDA ME
57	Dispensa	1930/10-97	COAGE	Assinatura DOU Seções 1, 2 e 3	25/10/10	3.915,20					IMPrensa NACIONAL
58	Dispensa	1843/10-31	COAGE	Recarga de extintores	03/11/10	7.371,00					ALFA SIST. CONTRA INCÊNDIO LTDA
59	Dispensa	1917/10-38	COAGE	Serviço de engenharia	29/10/10	14.367,90					MDI ENGENHARIA CIVIL LTDA
60	Dispensa	1886/10-15	COAGE	Confecção de carimbos	03/11/10	6.940,60					CARIMBOS BRASIL LTDA
61	Dispensa	1885/10-71	CGTI	Aquisição de coletor de dados	09/11/10	7.600,00					LINKDATA INFORMÁTICA LTDA
62	Dispensa	2088/10-19	COAGE	Revisão dos 40.000km dos veículos Sandero	10/11/10	1.779,06					PREMIER VEÍCULOS LTDA
63	Dispensa	2036/10-	SEAMS	Confecção Receita Azul	22/11/10	319,00					ELI P. DUARTE- VIP GRÁFICA
64	Dispensa	2162/10-99	CGTI	Confecção de crachás	25/11/10	7.900,00					S&S - STORE SYSTEM INFORMAT

Nº	COTAÇÃO ELETRÔNICA / DISPENSA	PROCESSO Nº 48000.	SOLICITANTE	OBJETO/ASSUNTO	DATA REALI- ZAÇÃO	VALOR DISPEN- SA	COTAÇÃO ELETRÔNICA				CONTRATADA
							VALOR ESTI- MADO	VALOR CONTRA- TADO	ECONOMIA	△%	
65	Dispensa	2194/10-94	CGTI	Confecção de cordão para crachá	03/12/10	1.900,00					S&S - STORE SYSTEM INFORMAT
66	Dispensa	2251/10-35	COAGE	Confecção de placas de sinalização	03/12/10	7.961,08					A. DE F. SOUSA SINALIZAÇÃO
67	Dispensa	2271/10-14	SEE	Confecção placas homenagem	03/12/10	6.366,00					PRO PLACAS
68	Dispensa	1421/10-64	GM	Serviço de encadernação	06/12/10	5.246,00					COPIADORA UNIVERSITÁRIA
69	Dispensa	2258/10-57	COAGE	Aquisição de cadeiras especiais	07/12/10	7.893,00					AURUS COM. DIST. LTDA
70	Dispensa	2249/10-66	COAGE	Sinalização de desníveis	10/12/10	7.955,00					A. DE F. SOUSA SINALIZAÇÃO
71	Dispensa	2279/10-72	COAGE	Aquisição de Livros técnicos	10/12/10	1.619,80					ORZIL E OUTROS
72	Dispensa	2342/10-71	COAGE	Revisão Veículo Megane	17/12/10	378,00					PERMIER VEÍCULOS
73	Dispensa	2347/10-11	ASCOM	Tradução simultânea	10/12/10	5.670,00					INTERLINGUAE LTDA
74	Dispensa	2414/2010-81	GM/ CGRL	Tela de projeção com instalação	20/12/10	1.500,00					R.C. MENDES - ME
75	Dispensa	2451/2010-98	CGCC	Imprensa Nacional - assinatura eletrônica anual	30/12/10	1.044,00					IMPRENSA NACIONAL

TOTAL.....R\$	371.714,76	38.230,31	28.020,54	10.209,77	26,71	% Variação percentual

Fonte: SIASG

Tabela 186 - Adesões a Registros de Preços Realizados em 2010

PROCESSO 48000.00		ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO- ATA R\$	DIFERENÇA	SITUAÇÃO
1	00379/2010-64	CGTI	Aquisição de solução integrada de apoio à administração - Sistema Vídeo - WALL (ARP MTUR)	1.935.000,00	1.600.000,00	335.000,00	Contrato nº 08/2010 Data:31/03/10 a 27/09/10
2	0494/2010-39	CGRL	Fornecimento com instalação de 343 Poltronas para auditório - ARP/T.R.E./MA	477.392,70	430.808,00	46.584,70	Contrato nº 15/2010 Data: 31/05/10 a 14/07/10
3	0498/2010-17	CGRL	Fornecimento de poltronas para atender demandas (Secretário-Executivo - CLC) ARP DNIT	175.564,93	166.463,50	9.101,43	Contrato nº 11/2010 Data: 18/05/10 a 17/05/11
4	0572/2010-03	CGTI	Aquisição de equipamentos servidores (ARP DATAPREV)	159.000,00	114.000,00	45.000,00	Contrato nº 12/2010 Data: 20/05/10 a 17/08/10
5	0648/2010-92	CGTI	Aquisição de Switchs de Borda - ARP 01/10 - MAPA	664.398,72	452.268,00	212.130,72	Contrato nº 16/2010 Data: 01/06/10 a 31/05/11

6	0697/2010-25	CGTI	Licenças de Subscrição Red Hat (ARP-MD)	77.118,70	60.782,00	16.336,70	Contrato nº 14/2010 Data: 31/05/10 A 30/05/11
7	0772/2010-58	CGTI	Subscrição de Servidores de Aplicação JBOSS - (ARP TRT 18ª Região)	275.393,24	217.800,00	57.593,24	Contrato nº 24/2010 Data: 21/07/10 a 20/07/11
8	0868/2010-16	CGTI	Aquisição de 500 microcomputadores - (ARP-MD)	1.374.250,00	1.199.500,00	174.750,00	Contrato nº 23/2010 Data: 20/07/10 a 14/02/11
9	0997/2010-12	CGTI	Serviços especializados e integrados de Impressão Corporativa (ARP -FNDE)	1.351.816,32	1.261.767,76	90.048,56	Contrato nº 25/2010 Data: 27/07/10 a 26/07/11
PROCESSO 48000.00		ORIGEM	OBJETO	VALOR ESTIMADO R\$	VALOR CONTRATADO- ATA R\$	DIFERENÇA	SITUAÇÃO
10	0494/2010-39	CGRL	Fornecimento com instalação de 21 Poltronas complementares para auditório - ARP/T.R.E/MA	26.376,00	26.376,00	0,00	Contrato nº 46/2010 Data: 31/10/10 a 08/04/11
11	1915/2010-49	CGTI	Aquisição de Solução de vídeo Conferência para Sala Plenária - ARP/MJ/DPF- Validade Ata: 29/10/10	52.943,50	28.000,00	24.943,50	Contrato nº 43/2010 Data: 28/10/10
12	2072/2010-14	CGTI	Aquisição e instalação de Solução de Armazenamento de Dados (ARP 01/2010-TRT 18ª Região).	2.536.730,00	1.478.400,00	1.058.330,00	Contrato nº 48/2010 Data: 15/12/10

* 13	2244/2010-33	CGTI	Aquisição de 850 (oitocentos e cinquenta) Kit's de segurança para fechamento de gabinetes de microcomputadores (ARP 55/09 MMA/INST CHICO MENDES)	45.050,00	33.337,00	11.713,00	* Prazo validade ata vencido set/2010 c/c Pregão Eletrônico/Comprasnet mas somente publicada no DOU em jan/10. Adesão não efetivada.
14	2254/2010-79	CGTI	Contratação de empresa espec. prestação serviços desenvolvimento sistemas Java/JEE, Pontos de função (ARP 124/09 - TST)	7.522.832,60	3.958.350,00	3.564.482,60	Contrato nº 50/2010 Data: 24/12/10 a 23/12/12
VALOR TOTAL R\$				16.628.816,71	10.994.515,26	5.622.588,45	33,81% - variação percentual

Fonte: SIASG

Tabela 187 - Aplicação de Penalidades Resultante dos Procedimentos Licitatórios Realizados em 2010

	PROCESSO Nº 48000 . 00	MODALIDADE E LICITAÇÃO	OBJETO	EMPRESA(S) CNPJ	MOTIVO E PROPOSTA PENALIDADE	AÇÕES SITUAÇÃO ATUAL	PROCEDIMENTO FINALIZADO (SIM/NÃO)
1	1645/2009-32 e 1156/2010-14	PE 02/2010	Material de Odontologia	PRHODENT COM E REPRES PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA CNPJ:93.327.161/0001-75	Não entregou material nos prazos e condições estabelecidas edital Multa : valor R\$ 76,31	A empresa apresentou defesa, resultante da notificação, com posterior pareceres da CAC, CLC, SEAMS e do pregoeiro . Em análise para apuração das penalidades. SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
				ÚNICA DENTAL VENDAS DE PRODUTOS CNPJ: 07.547.660/0001-36	Não entregou material nos prazos e condições estabelecidas edital	OF/CGCC 4/2010 - notificação defesa prévia - 09/04/10 - fls 733,742,744 Apresentou defesa - 12/04/10 - fls.737 Parecer área técnica - cancelamento de item - fls 747 SICAF - Conta Ocorrência	SIM
2	000389/2010-08	PE 07/2010	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de motoristas	GVP CONSULTORIA E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA CNPJ: 04.356.735/0001-03	A empresa não enviou a documentação de habilitação e proposta Suspensão de licitar temporariamente	Deverá ser encaminhado Ofício com Notificação para defesa, quando o processo retornar da Consultoria Jurídica do órgão SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
				MODERN SERVICE LOCAÇÃO DE MÃO OBRA LTDA CNPJ: 08.594.305/0001-80	A empresa apresentou atestado de capacidade técnica contendo posto de serviço não contemplado no contrato original Suspensão de licitar	Docs e Atestado Capacidade Técnica (adulterado) encaminhado para o Ministério Público - 28/12/10 Deverá ser encaminhado Ofício com Notificação para defesa, quando o processo retornar da Consultoria Jurídica do órgão SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
				REAL SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO OBRA LTDA CNPJ: 07.188.842/0001-68	A empresa não enviou a documentação de habilitação e proposta Suspensão de licitar temporariamente	Deverá ser encaminhado Ofício com Notificação para defesa, quando o processo retornar da Consultoria Jurídica do órgão SICAF - Não Consta Ocorrência	NÃO
				PLENA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 72.639.289/0001-02	A empresa não enviou a documentação de habilitação e proposta Suspensão de licitar temporariamente	Deverá ser encaminhado Ofício com Notificação para defesa, quando o processo retornar da Consultoria Jurídica do órgão SICAF - Não Consta Ocorrência	NÃO

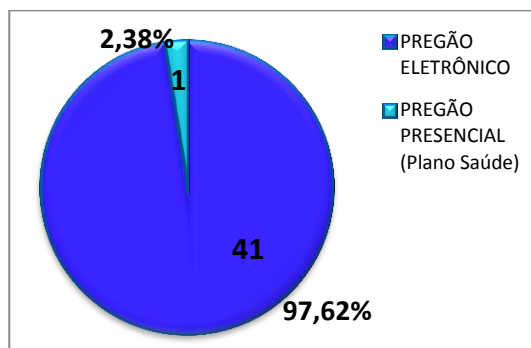
3	000311/2010-85	PE 11/2010	Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de copeiragem incluindo o fornecimento de todo material de consumo/reposição	PLENA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 72.639.289/0001-002	Quando convocada, a empresa não apresentou a documentação de habilitação e proposta de preços Suspensão de licitar temporariamente	Ofício CGCC Nº20/2011 - notificação para defesa - 14/02/11 SICAF - Não Consta Ocorrência	NÃO
4	000490/2010-51	PE 12/2010	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Recepção	PRESTACIONAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 05.496.394/0001-34	A empresa não conseguiu comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade técnica emitido pela empresa Construserv Suspensão de licitar	Ofício CGCC Nº 016/2011, de 07/02/2010 - Notificação para defesa - 08/02/11 SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
5	000753/2010-21	PE 15/2010	Aquisição de Uniformes	HABIB CALÇADOS DE ITAJUBÁ LTDA CNPJ: 03.835.661/0001-25	A empresa não enviou a amostra solicitada no Edital Suspensão de licitar temporariamente	Ofício CGCC 18/2011 - notificação defesa - 11/02/11 SICAF - Consta Ocorrência	NÃO
				COMERCIAL LOGISTICA DE INFORMATICA LTDA CNPJ: 07.118.754/0001-90	Quando convocada, a empresa não apresentou a documentação de habilitação e proposta de preços Suspensão de licitar temporariamente	Em apuração das penalidades SICAF - Consta Ocorrência	
6	001329/2010-02	PE 23/2010	Fornecimento e Instalação de condicionadores de ar split	ALDENICE DE S. LIMA CNPJ: 11.439.748/0001-01	A empresa não enviou a documentação de habilitação e proposta dentro do prazo estabelecido no Edital. Suspensão de licitar temporariamente	Ofício CGCC 19/2011 - notificação para defesa - 11/02/11 SICAF - Consta Ocorrência	NÃO

Fonte: Processos Administrativos, Sistema *Comprasnet*

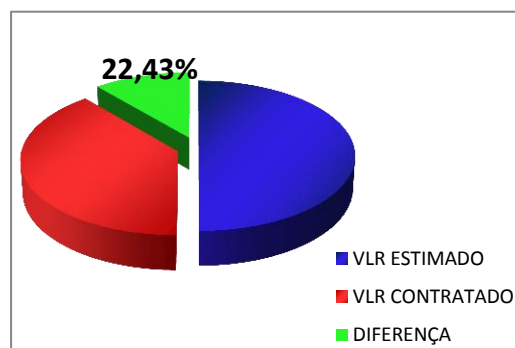
Gráfico 2 - Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação e Adesão a Registros de Preços Realizados em 2010

CONTRATAÇÕES 2010

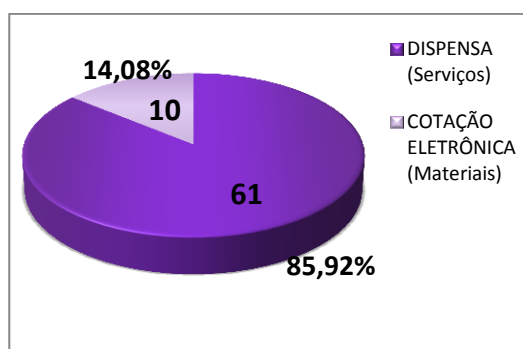
PREGÕES



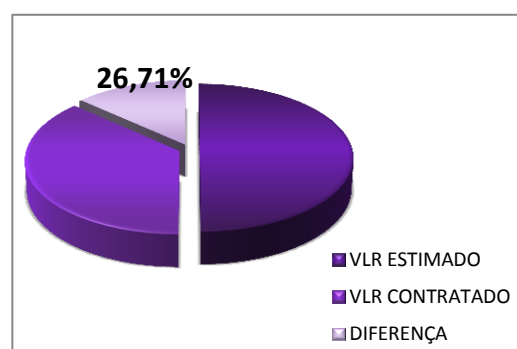
PREGÃO ELETRÔNICO



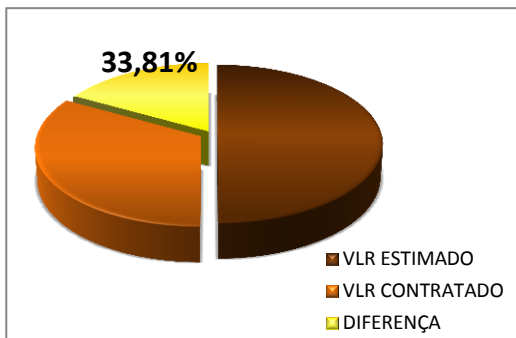
DISPENSA DE LICITAÇÃO



COTAÇÃO ELETRÔNICA



ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS



Fonte: Processos Administrativos

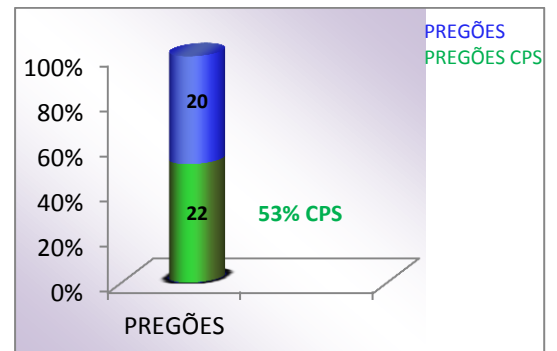


Tabela 188 - Contratos de Serviços Contínuos – Exercício - 2010

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001959/2009-35	Pregão Eletrônico nº 42/2009	02/2010-MME	Prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas e/ou terrestre, nacionais e internacionais, para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília – DF.	AIRES TURISMO LTDA.	12/01/2010	132.380,63	1.588.567,56	12/01/2011 a 11/01/2012
48000.002073/2009-17	Pregão Eletrônico nº 44/2009	04/2010-MME	Fornecimento de água mineral natural.	HELLEN JARJOUR ME	19/01/2010	2.384,00	28.608,00	19/02/2010 a 18/02/2011
48000.001757/2009-93	Pregão Eletrônico nº 43/2009	05/2010-MME	Contratação de empresa para execução de serviços de reposição e colocação de vidros e correlatos (molduras, quadros, espelhos, filmes para controle solar e películas jateadas etc.).	DISTRIBUIDORA MURALHA COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO CIVIL, SERVIÇOS GERAIS E REFORMAS LTDA.	25/01/2010	-	111.909,50	25/01/2010 a 24/01/2011
48000.002176/2009-79	Pregão Eletrônico nº 04/2010	07/2010-MME	Fornecimento, execução e recuperação de pisos– (vinílicos, carpetes, emborrachados e piso elevado), com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais.	PISO REAL – PISOS, REVESTIMENTOS E DECORAÇÕES LTDA.	29/03/2010	34.083,33	409.000,00	29/03/2010 a 28/03/2011
48000.002050/2009-02	Pregão Eletrônico nº 39/2009	09/2010-MME	Aquisição e instalação de Solução de Comunicações Unificadas, no DataCenter do Ministério de Minas e Energia.	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	16/04/2010	125.500,00	1.506.000,00	16/04/2010 a 15/04/2011

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000498/2010-17	Pregão Presencial para Registro de Preços nº 707/2008	11/2010	Aquisição de mobiliário (poltronas), necessário ao funcionamento do edifício sede do MME, na Esplanada dos Ministérios Bloco “U”, cidade de Brasília-DF.	AURUS INDUSTRIAL S/A – (GIROFLEX)	18/05/2010	13.871,95	166.463,50	18/05/2010 a 17/05/2011
48000.000348/2010-11	Pregão Eletrônico nº 06/2010	13/82010- MME	Fornecimento e entrega de jornais e revistas.	MAZARELLO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA	19/05/2010	3.728,84	44.746,12	19/05/2010 a 18/05/2011
48000.000697/2010-25	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 16/2009-MD	14/2010-MME	Fornecimento de subscrição de serviços Red Hat Enterprise Linux Advanced Platform com suporte técnico Premium Versão 5 ou superior e treinamento.	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	31/05/2010	5.065,18	60.782,20	31/05/2010 a 30/05/2011
48000.000648/2010-92	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 57/2009-MAPA	16/2010-MME	Fornecimento de Equipamentos Ativos de Rede Switchs Acesso Tipo IV – 48 Portas 10/100/1000 Base T POE.	TM SOLUTIONS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	01/06/2010	37.689,00	452.268,00	01/06/2010 a 31/05/2011
48000.000247/2010-32	Pregão Eletrônico nº 10/2010	18/2010-MME	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores.	CPR COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA EPP	29.06.2010	2.731,58	32.779,03	29/06/2010 a 28/06/2011
48000.000311/2010-85	Pregão Eletrônico nº 07/2010	19/2010-MME	Prestação de serviços de transporte na condução de veículos, por meio de motorista executivo para o transporte de autoridades, servidores, documentos e materiais diversos.	SKYSERV LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.	01/07/2010	21.568,26	258.819,16	01/07/2010 a 30/06/2011

48000.000311/2010-85	Pregão Eletrônico nº 11/2010	20/2010-MME	Prestação de serviços de copeiragem (copeira, garçom, repositor de água e encarregado), incluindo o fornecimento de todo material de consumo/reposição e equipamentos necessários.	ENTERPOL – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.	01/07/2010	70.554,38	846.652,57	01/07/2010 a 30/06/2011
PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000868/2010-16	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 14/2009-MD/Comando Aeronáutica/Serv. Reg. Proteção ao Voo de São Paulo	23/2010-MME	Eventual aquisição de materiais permanentes (equipamentos de informática) - 500 computadores.	VALSPE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.	20/07/2010	-	1.199.500,00	20/07/2010 a 14/02/2011
48000.000772/2010-58	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2009-TRT/18ª Região/GO	24/2010-MME	Fornecimento de Subscrições para servidores de aplicação Java e serviços de suporte técnico.	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	21/07/2010	-	217.800,00	21/07/2010 a 20/07/2011
48000.000997/2010-12	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2010 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	25/2010	Contratação de solução de Reprodução de Documentos na cor preta e em cores para imagens e textos, contemplando a impressão, cópia e digitalização por meio da disponibilização com fornecimento de todos os suprimentos, inclusive papel, manutenção presencial preventiva e corretiva e postos de suporte local.	CTIS TECNOLOGIA S/A	27/07/2010	105.143,98	1.261.727,76	27/07/2010 a 26/07/2011

48000.001030/2010-40	Inexigibilidade de Licitação nº 02/2010	26/2010	Ampliação da Sala-Cofre, certificada pela Norma ABNT NBR 15.247, preservando as características de desempenho atuais, mantendo a proteção de informações e sistemas críticos de TI.	ACECO TI LTDA	30/07/2010	-	1.055.500,00	30/07/2010 a 29/07/2011
48000.000667/2010-54	Pregão Eletrônico nº 14/2010	27/2010	Prestação de serviços de limpeza, higiene e conservação de bens móveis/imóveis, com fornecimento de materiais, incluindo serviços de jardinagem, lavagem de veículos e carregador de móveis.	REAL DP – SERVIÇOS GERAIS LTDA ME	30/08/2010	83.791,67	1.005.500,04	31/08/2010 a 30/08/2011
PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000859/2010-25	Pregão Eletrônico nº 17/2010	28/2010-MME	Execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando reforma com adaptação, de áreas físicas internas no edifício sede do Ministério de Minas e Energia.	MEGALUZ ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	20/08/2010	-	258.900,00	20/08/2010 a 06/04/2011
48000.000988/2010-13	Pregão Eletrônico nº 19/2010	30/2010-MME	Execução de serviços de pintura com fornecimento de materiais, em áreas internas e externas do edifício sede do Ministério de Minas e Energia.	CITEL CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA ME	08/09/2010	-	67.972,66	08/09/2010 a 07/03/2011
48000.001356/2010-77	Pregão Eletrônico nº 21/2010	31/2010-MME	Serviços de gravação e degravação de cds.	HATTEM PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS	30/09/2010	1.416,20	16.994,40	30/09/2010 a 29/09/2011
48000.001312/2010-47	Pregão Eletrônico nº 20/2010	32/2010-MME	Fornecimento de óleo diesel (abastecimento de veículo e grupo gerador).	DISBRAVE - DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE	19/10/2010	1.015,24	12.182,94	20/10/2010 a 19 10//2011

				VEÍCULOS LTDA				
48000.001312/2010+4 7	Pregão Eletrônico nº 20/2010	33/2010-MME	Fornecimento de álcool e gasolina.	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA	19/10/2010	12.240,52	146.886,30	20/10/2010 a 19 /10/2011
48000.000490/2010-51	Pregão Eletrônico nº 12/2010	40/2010-MME	Prestação de serviços de recepção, para suporte da área de segurança na identificação de pessoas e no controle do acesso às dependências do Ministério de Minas e Energia.	PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA	28/10/2010	79.045,83	948.550,00	28/10/2010 a 27/10/2011
48000.001885/2010-39	Pregão Eletrônico nº 22/2010	41/201-MME	Fornecimento de solução de gerência de passivos (incluindo cabeamento) e, denominado Sala Cofre, do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	CONTROL TELEINFORMÁ- TICA LTDA	05/11/2010	-	380.000,00	05/11/2010 a 05 /03/2011
PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001928/2010-84	Dispensa de Licitação nº 56/2010-MME	42/2010-MME	Concessão administrativa de uso de área pública, para a exploração dos serviços de lanchonete e restaurante, do tipo “Self Service”.	RESTAURANTE CANTINHO DA VILA LTDA-ME.	08/11/2010	3.500,00	42.000,00	08/11/2010 a 07 /11/2011
48000.001613/2010-71	Pregão Eletrônico nº 24/2010	44/2010-MME	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, local e interestadual, na modalidade porta a porta, de propriedade deste órgão ou de servidores deste Ministério de Minas e Energia.	TRES PODERES MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA EPP.	19/11/2010	4.103,53	49.242,36	19/11/2010 a 18 11//2011
48000.001329/2010-02	Pregão Eletrônico nº 23/2010	45/2010-MME	Fornecimento com instalação de aparelhos condicionadores de ar, do tipo “split cassete”, para o Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF.	COMERCIAL DE UTILIDADES DOMÉSTICAS PLANALTO	06/12/2010		30.000,00	06/12/2010 a 03/02/2011

				LTDA				
48000.000494/2010-39	Adesão ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 66/2009, realizado pelo TRE/MA	46/2010-MME	Aquisição de materiais permanentes (poltronas) para o Ministério de Minas e Energia.	AURUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.	30/11/2010	-	26.376,00	30/11/2010 a 08/04/2011
48000.001518/2010-77	Pregão Eletrônico nº 26/2010	47/2010-MME	Prestação de serviços rotineiros e continuados, na sistemática de postos fixos, a serem realizados por 2 (dois) marceneiros e 2 (dois) ajudantes, objetivando a execução de consertos de mobiliário.	ATLÂNTIDA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.	01/12/2010	8.288,92	99.467,04	01/12/2010 a 30/11/2011
48000.002072/2010-14	Adesão ao Pregão Eletrônico nº 01/2010, para Registro de Preços, realizado pelo TRT 18ª Região/PA	48/2010-MME	Aquisição, instalação e suporte técnico de solução de armazenamento de dados.	ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA.	15/12/2010	-	1.478.400,00	15/12/2010 a 29/04/2014
PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001400/2010-49	Pregão Eletrônico nº 25/2010	49/2010-MME	Execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para reforma dos banheiros do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia, sito a Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", em Brasília-DF.	RUBI ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA.	22/12/2010	-	1.093.998,41	24/12/2010 a 23/12/2011

48000.001885/2010-39	Adesão ao Pregão Eletrônico nº 124/2009, para de Registro de Preços, realizado pelo TST.	50/2010-MME	Prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas em Java/JEE, relacionados à evolução tecnológica, desenvolvimento e manutenção dos sistemas do MME.	SQUADRA TECNOLOGIA EM SOFTWARE LTDA.	24/12/2010	329.862,50	3.958.350,00	24/12//2010 a 24/12/2012
48000.002111/2010-67	Pregão Eletrônico nº 36/2010	51/2010-MME	Prestação de serviços de atualização tecnológica, de serviços de suporte técnico e manutenção de Versão, além dos serviços profissionais para operacionalização e customização do <i>Software Docflow</i> – Gestão Documental.	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	31/12/2010	90.225,44	1.082.705,36	31/12//2010 a 30/12/2011

Tabela 189 - Relação de Contratos Vigentes - Não Contínuos - 2010

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001981/2008-02	Pregão Eletrônico nº 32/2009	01/2010	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, objetivando a automatização de 2 (duas) portas de vidro temperado, deslizantes.	DISTRIBUIDORA MURALHA COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO CIVIL, SERVIÇOS GERAIS E REFORMAS LTDA	27.437,00	08/01/2010 a 07/01/2011
48000.001584/2009-11	Pregão Eletrônico nº 41/2009	03/2010	Contratação de Empresa especializada na prestação de Serviços de Manutenção de Programação Visual do MME, com fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho, incluindo instalação nos locais indicados.	CAPITALPLAC COMÉRCIO DE PLACAS LTDA – ME.	47.133,45	12/01/2010 a 11/01/2011
48000.002073/2009-17	Pregão Eletrônico nº 44/2009	04/2010	Fornecimento água mineral natural.	HELLEN JARJOUR ME	28.608,00	19/02/2010 a 18/02/2011
48000.001757/2009-93	Pregão Eletrônico nº 43/2009	05/2010	Contratação de empresa especializada, para execução de serviços, com fornecimento de materiais, por demanda, objetivando a reposição colocação de vidros e correlatos (molduras, quadros, espelhos, filmes para controle solar e películas jateadas etc.).	DISTRIBUIDORA MURALHA COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO CIVIL, SERVIÇOS GERAIS E REFORMAS LTDA	111.909,50	25/01/2010 a 24/01/2011
48000.002176/2009-79	Pregão Eletrônico nº 04/2010	07/2010	Fornecimento, execução e recuperação de pisos– (vinílicos, carpetes, emborrachados e piso elevado), com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários.	PISO REAL – PISOS, REVESTIMENTOS E DECORAÇÕES LTDA	409.000,00	29/03/2010 a 28/03/2011
48000.002050/2009-02	Pregão Eletrônico nº 39/2009,	09/2010	Aquisição e instalação de Solução de Comunicações Unificadas, no <i>DataCenter</i> do Ministério de Minas e Energia, sito a Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília – DF	REDISUL INFORMÁTICA LTDA	1.506.000,00	16/04/2010 a 15/04/2011
48000.000498/2010-17	Pregão Presencial para Registro de Preços nº 707/2008	11/2010	Aquisição de mobiliário (poltronas), necessário ao funcionamento do edifício sede do MME, na Esplanada dos Ministérios Bloco “U”, cidade de Brasília-DF.	AURUS INDUSTRIAL S/A - (GIROFLEX)	166.463,50	18/05/2010 a 17/05/2011

48000.000348/2010-11	Pregão Eletrônico nº 06/2010	13/2010	Fornecimento e entrega de jornais e revistas.	MAZARELLO DIST. DE JORNAIS E REVISTAS LTDA	44.746,12	19/05/2010 a 18/05/2011
48000.000697/2010-25	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 16/2009-MD	14/2010	Fornecimento de subscrição de serviços Red Hat Enterprise Linux Advanced Platform com suporte técnico Premium Versão 5 ou superior e treinamento.	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	60.782,20	31/05/2010 a 30/05/2011
PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.000648/2010-92	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 57/2009-MAPA	16/2010	Fornecimento de Equipamentos Ativos de Rede Switchs Acesso Tipo IV – 48 Portas 10/100/1000 Base T POE para o Ministério de Minas e Energia – MME, de modo a adequar a rede local às novas tecnologias.	TM SOLUTIONS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	452.268,00	01/06/2010 a 31/06/2011
48000.000868/2010-16	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 14/2009-MD/Comando Aeronáutica/Serv. Reg. Proteção ao Voo de São Paulo.	23/2010	Eventual aquisição de materiais permanentes (equipamentos de informática)-500 computadores.	VALSPE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.	1.199.500,00	20/07/2010 a 14/02/2011
48000.000772/2010-58	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2009-TRT/18ª Região/GO	24/2010	Fornecimento de Subscrições para servidores de aplicação Java e serviços de suporte técnico.	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	217.800,00	21/07/2010 a 20/07/2011
48000.001030/2010-40	Inexigibilidade de Licitação nº 02/2010	26/2010	Ampliação da Sala-Cofre, certificada pela Norma ABNT NBR 15.247, preservando as características de desempenho atuais, mantendo a proteção de informações e sistemas críticos de TI, incorporando a infraestrutura, incluindo garantia técnica para o ambiente.	ACECO TI LTDA	1.055.500,00	30/07/2010 a 29/07/2011

48000.000859/2010-25	Pregão Eletrônico nº 17/2010	28/2010	Execução de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando reforma com adaptação, de áreas físicas internas no edifício sede do Ministério de Minas e Energia.	MEGALUZ ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	258.900,00	20/08/2010 a 06/04/2011
48000.000988/2010-13	Pregão Eletrônico nº 19/2010	30/2010	Execução de serviços de pintura com fornecimento de materiais, em áreas internas e externas do edifício sede do Ministério de Minas e Energia.	CITEL CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS GERAIS LTDA ME	67.972,66	08/09/2010 a 07/03/2011
48000.001356/2010-77	Pregão Eletrônico nº 21/2010	31/2010	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gravação e de gravação de CD's em eventos.	HATTEM PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	16.994,40	30/09/2010 a 29/09/2011
PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA	VALOR DO CONTRATO (R\$)	VIGÊNCIA
48000.001312/2010-47	Pregão Eletrônico nº 20/2010	32/2010	Fornecimento de combustível (Óleo diesel comum), por demanda.	DISBRAVE - DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS S/A.	12.182,94	20/10/2010 a 19/10/2011
48000.001312/2010-47	Pregão Eletrônico nº 20/2010	33/2010	Fornecimento de combustível (Álcool Etílico Hidratado (item 1) e Gasolina Comum (item 3), por demanda.	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA	146.886,30	20/10/2010 a 19/10/2011
48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	34/2010	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes (blazer social feminino composto de blazer e calça, blusa manga longa e curta).	EMPRESA DL COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA - ME	619,00	15/10/2010 a 14/12/2010
48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	35/2010	Uniformes (terno masculino, camisa manga longa e manga curta masculino e meia calça feminina).	EMPRESA CONE SUL COMÉRCIO DE TECIDOS E SERVIÇOS DE CONFECÇÕES LTDA	45.286,50	15/10/2010 a 14/12/2010
48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	36/2010	Fornecimento de uniformes (gravata, meia e sapato) para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria.	LIMA DIAS ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA.	18.880,72	15/10/2010 a 14/12/2010
48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	37/2010	Fornecimento de uniformes (cintos) para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria.	SHANON MODA MASCULINA LTDA.	2.274,08	15/10/2010 a 14/12/2010

48000.000753/2010-21	Pregão Eletrônico nº 15/2010	38/2010	Fornecimento de uniformes (sapatos femininos) para servidores operacionais de Agente de Vigilância, Motorista Oficial e Agente de Portaria.	AUGEMODAS ALFAIATARIA E CONFECÇÕES LTDA	143,98	15/10/2010 a 14/12/2010
48000.001385/2010-39	Adesão ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2009 - DPF	41/2010	Fornecimento de solução de gerência de passivos (incluindo cabeamento) e serviços técnicos de migração dos equipamentos para adequação do Ambiente de Alta Disponibilidade, denominado Sala Cofre.	CONTROL TELEINFORMÁTICA LTDA	380.000,00	05/11/2010 a 05/03/2011
48000.001915/2010-49	Adesão ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2009 - DPF	43/2010	Fornecimento de solução de vídeo conferência ao Ministério de Minas e Energia, incluindo garantia <i>on-site</i> de 36 meses, (Lote 01 – Item 02 CODEC High Definition (HD) de sala de grupo).	MAHVLA TELECOMM CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA	28.000,00	28/10/2010 a 28/12/2010
48000.001613/2010-71	Pregão Eletrônico nº 12/2010	44/2010	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, local e interestadual.	TRÊS PODERES MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA EPP	49.242,36	19/11/2010 a 18/11/2011

Tabela 190 - Relação de Processos com Aplicação de Penalidades no Exercício de 2010

PROCESSO Nº	EMPRESA	SANSÃO	VALOR (R\$)	SITUAÇÃO
48000.001959/2009-35	AIRES TURISMO LTDA	GARANTIA	8.380,05	EM APURAÇÃO
48000.000311/2010-85	ENTERPOL – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	GARANTIA	616,18	DESCONTADA
48000.000851/2009-25	DATA GRAPHICS TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA	DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	13.687,44	EM APURAÇÃO (RESCINDIDO)
48000.002432/2007-66	CONE SUL COM. TECIDOS E SERV. DE CONFECÇÕES LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAIS	3.616,66	EM APURAÇÃO
48000.002432/2007-66	JOSEILSON FERREIRA DE SOUZA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAIS	316,67	EM APURAÇÃO
48000.001158/2010-11	VRM HOME CENTER DENTAL MÉDICA LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAIS	159,40	DESCONTADA

48000.000303/2009-03	RESTAURANTE ENCONTRO DO SABOR	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL	A DEFINIR	EM APURAÇÃO (RESCINDIDO)
48000.001928/2009-84	FÁBRICA DOS ALIMENTOS	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL	A DEFINIR	EM APURAÇÃO
48000.000543/2008-19	CONTRAT – ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA (MOTORISTA)	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL	A DEFINIR	EM APURAÇÃO (RESCINDIDO)
48000.000559/2010-46	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE PRODUTO	3.520,00	DESCONTADA
48000.002141/2009-30	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ATUALIZAÇÃO DE LIÇENÇAS	11.840,00	DESCONTADA
48000.000635/2010-13	PEGA PEGA LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE	418,32	A SER DESCONTADA
48000.000871/2010-30	ÚNICA DENTAL VENDAS DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAS ODONTOLÓGICOS	499,78	DESCONTADA
48000.001461/2010-14	OFFICE MIX ATACADISTA LTDA	DESCUMPRIMENTO DE PRAZO DE ENTREGA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE	452,20	DESCONTDA

13.3 COORDENAÇÃO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - CMA

À Coordenação de Modernização Administrativa – CMA compete coordenar as atividades de análise e consolidação de projetos de estruturação e reestruturação organizacional, bem como de composição de cargos em comissão e funções gratificadas; programar e identificar prioridades para ações de melhoria da gestão pública, no âmbito do Ministério; desenvolver e acompanhar a execução de projetos de modelagem de processos organizacionais e de melhoria da qualidade de serviços e da gestão de informações; e elaborar e rever instrumentos normativos e de procedimentos necessários ao bom andamento das atividades de organização administrativa, segundo padrões e orientações estabelecidos.

No exercício de 2010, na área de organização administrativa, evidenciam-se os seguintes resultados:

- Consolidação do Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, exercício 2009, em parceria com as Coordenações-Gerais da SPOA, para compor o processo de Tomada de Contas Anual da referida Unidade Jurisdicionada.
- Análise do Regimento Interno do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, compreendendo: a) elaboração de orientação técnica-normativa, em 7/6/2010, para a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM conduzir a revisão/correção do mencionado documento; e b) revisão da última versão do Regimento Interno do DNPM, com a instrução do processo nº 48400-000543/2010-04 – DNPM, por meio da Nota Técnica nº 2/2010-CMA-SPOA/AEGE-SE/MME, de 21/12/2010.
- Elaboração da Norma Operacional - NO SPOA/MME nº 001, de 15/9/2010, que estabelece regras básicas para a gestão de documentos e processos no âmbito do Ministério de Minas e Energia.
- Consolidação da minuta de Regimento da Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo do Ministério de Minas e Energia – SubSIGA/MME, instituída por meio da Portaria MME nº 25, de 2004, alterada pelas Portarias MME nº 258, de 22 de setembro de 2006, e nº 513, de 5 de maio de 2010.
- Proposta de minuta de Instrução Normativa sobre a gestão da documentação oficial, conforme os critérios de sigilo, de disponibilidade e de integridade no âmbito do MME.
- Revisão e padronização do Manual do Programa de Estágio do MME elaborado pela CGRH.
- Consolidação da Portaria MME nº 82, de 8/3/2010, que delega competência a autoridades do MME para, nos termos do art. 1º da Portaria MP nº 505, de 29/12/2009, autorizarem viagem dos servidores a eles subordinados.
- Definição do modelo “Cadastro de Indicadores de Desempenho” da SPOA, bem como consolidação e acompanhamento das proposições apresentadas pelas Coordenações-Gerais da Subsecretaria, atividade realizada em parceria com o Gab/SPOA.
- Consolidação da minuta do Manual de Gestão Documental do Ministério de Minas e Energia.
- Consolidação da Norma Operacional - NO SPOA/MME nº 002, de 16/9/2010, que estabelece orientações e procedimentos referentes ao ressarcimento, mediante auxílio de caráter indenizatório, da contrapartida do Plano de Assistência à Saúde Individual, Familiar, Coletivos por Adesão e/ou Coletivos Empresariais aos servidores ativos,

inativos, seus dependentes e pensionistas, no âmbito do MME. (revogada pela Portaria SPOA nº 66, de 8/11/2010).

- Participação efetiva no Comitê de Segurança da Informação deste Ministério.
- Revisão da minuta da Política de Segurança da Informação no âmbito do MME (PSI-MME), proposta pelo Comitê de Segurança da Informação.
- Participação das reuniões do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 872, de 28/10/2010, publicada no Boletim de Pessoal Especial nº 12, de 28/10/2010, com o objetivo de propor minuta de Portaria que estabelece regras, critérios e procedimentos específicos de avaliação individual e institucional visando à atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE, no MME.
- Reorganização do fluxo de trabalho e do layout do Protocolo Geral, em função da implantação da nova sistemática de gestão de documentos, atividade executada em parceria com a CGRL, em 1º/9/2010.
- Elaboração e (ou) revisão de formulários referentes a serviços prestados pelas Coordenações-Gerais da SPOA, disponíveis na Comunidade/MME para preenchimento.
- Padronização dos modelos de documentos disponíveis no Sistema Gerenciador Eletrônico de Documentos e Processos (Docflow).
- Gerenciamento e alimentação do Sistema DELEGA, que condensa os atos de delegação e subdelegação de competência praticados pelos titulares dos órgãos deste Ministério.
- Participação das oficinas de fortalecimento do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, promovidas pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ANEXO I - REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Assunto: Declaração sobre a atualização das informações referentes a Contratos e a Convênios, firmados pelo MME, disponíveis no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, a cargo da UJ, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

a) Sobre Contratos

As informações referentes a contratos firmados pelo MME estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), nos termos do art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Responsáveis:

• Ivone Maria das Neves Coordenadora de Administração de Contratos	• Simone Marcia Borges Coordenadora-Geral de Compras e Contratos

b) Sobre Convênios

Por meio da Portaria nº 494, de 22 de dezembro de 2009, da Secretaria-Executiva do MME, foi aprovada a nova sistemática para a tramitação, celebração, execução, fiscalização e análise de prestação de contas de convênio ou instrumentos congêneres celebrados, a partir de 30 de maio de 2008, no âmbito do Ministério de Minas e Energia. Com isso, foi transferida para as Secretarias finalísticas do MME a condução do referido processo, inclusive a atualização do Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Com a edição da Portaria nº 459, de 1º de dezembro de 2009, do Ministro de Estado de Minas e Energia, foi alterado o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MME, mediante a revogação dos incisos dos arts. 26 e 28, que atribuíam à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF e à Coordenação de Contabilidade competências relacionadas a convênios.

Atualmente, a UJ, por meio da Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH), mantém atualizados, no SICONV, os dados sobre o convênio com a Fundação de Seguridade Social – GEAP.

Responsáveis:

- Severino Barbosa dos Santos
Assistente/CGRH

- Carlos Eduardo Mendes Galvão
Coordenação-Geral de Recursos Humanos

Brasília, 24 de março de 2011.

ANEXO II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (Parte B - DN TCU nº107/2010)

Quadro 35 - Declaração do Contador com Ressalva (Quadro B.1.2)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA
UJ: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME
UG: 320002 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS

Transferências Recebidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 114240000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 331.720.512,36 (trezentos e trinta e um milhões, setecentos e vinte mil, quinhentos e doze reais e trinta e seis centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 2 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 12.950.277.275,85 (doze bilhões, novecentos e cinquenta milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Ativo Financeiro

Créditos em Circulação

Nota 3 – Conta Contábil: 112690000 - Outros Valores em Trânsito

Saldo de R\$ 1.041.555.238,64 (um bilhão, quarenta e um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos), refere-se às transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997) a Estados e Municípios; Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado Itaipu (Lei nº. 8.001/1990 - art. 1º e 2º) a Estados e Municípios já pagas e não

baixadas. O efetivo pagamento é realizado pela Coordenação-Geral de Programação Financeira – COFIN/STN e a liquidação da despesa ocorre no prazo de tempo muito dilatado, de forma a deixar saldo elevado nos meses subsequentes. Cabe informar que tal fato já foi informado à Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/STN para adoção de procedimentos adequados e continuamos no aguardo da regularização de rotina no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Velozo Costa Guedes

Contadora Responsável

CRC – DF nº 018138/O-2

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

UJ: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME

UG: 320004 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL Valores em R\$ 1,00

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 2.960.416,78 (dois milhões, novecentos e sessenta mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO PERMANENTE

Imobilizado

Bens Móveis e Imóveis

Nota 2 – Conta Contábil: 142123000 - Máquinas e Equipamentos Energéticos

O valor de R\$ 87.115.740,58 (oitenta e sete milhões, cento e quinze mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos), constante no SIAFI, diverge do Relatório de Movimentação de Bens Móveis, pois este apresentou o saldo de R\$ 32.269.932,33 (trinta e dois milhões, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Velozo Costa Guedes
Contadora Responsável
CRC – DF nº 018138/O-2

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

UJ: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MME

UG: 320005 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2010, EXCETO no tocante a:

BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Transferências Concedidas

Valores Diferidos - Inscrição

Nota 1 – Conta Contábil: 214200000 - Valores Diferidos

No encerramento do exercício, a conta apresentou o saldo de R\$ 8.629.970,84 (oito milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos), divergente dos valores reais com as suas respectivas fontes constantes na conta 112160400 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. A divergência está em processo de regularização.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2011.

Elizane Velozo Costa Guedes

Contadora Responsável

CRC – DF nº 018138/O-2